

XVIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Universidade Estácio de Sá – Campus Nova América
Rio de Janeiro, 25 a 29 de agosto de 2014



ISSN: 1519-8782

CADERNOS DO CNLF, VOL. XVIII, Nº 01
ANÁLISE DO DISCURSO,
LINGÜÍSTICA TEXTUAL
E PRAGMÁTICA
(2ª edição, revista e aumentada)



Rio de Janeiro, 2014

**UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
CAMPUS NOVA AMÉRICA – RIO DE JANEIRO – RJ**

REITOR

Ronaldo Mota

DIRETOR ACADÊMICO

Marcos Lemos

VICE-REITOR DE GRADUAÇÃO

Vinicius Scarpi

VICE-REITOR DE PESQUISAS

Luciano Medeiros

VICE-REITORA DE EXTENSÃO

Cipriana Nicolitt C. Paranhos

GERENTE ACADÊMICA DO NÚCLEO NORTE

Elisabete Pereira

DIRETORA DO CAMPUS NOVA AMÉRICA

Natasha Monteiro

GESTOR ACADÊMICO DO CAMPUS NOVA AMÉRICA

Luciano Rocha

COORDENADORES ADMINISTRATIVOS DO XVIII CNLF

André Luís Soares Smarra

César Augusto Lotufo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – <http://www.filologia.org.br>

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETOR

José Mário Botelho

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Regina Celi Alves da Silva

SEGUNDA SECRETÁRIA

Anne Caroline de Moraes Santos

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coelho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Eduardo Tuffani Monteiro

DIRETORA CULTURAL

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETOR CULTURAL

Adriano de Sousa Dias

DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Antônio Elias Lima Freitas

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Luiz Braga Benedito

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Maria Lúcia Mexias Simon

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

XVIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

de 25 a 29 de agosto de 2014

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
José Mario Botelho
Marilene Meira da Costa
Adriano de Souza Dias*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coelho da Silva
Regina Celi Alves da Silva
Anne Caroline de Moraes Santos
Antônio Elias Lima Freitas
Eduardo Tuffani Monteiro
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas
Luiz Braga Benedito*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*Ilma Nogueira Motta
Eliana da Cunha Lopes*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Marilene Meira da Costa
José Mario Botelho*

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0.	Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i>	10
1.	A análise do discurso em contexto forense: reflexões sobre a análise de depoimentos em juízo – <i>Mônica Azzariti</i>	12
2.	A identidade cultural de Caxias: múltiplos olhares sobre uma realidade – <i>Jandira Fernanda Silva de Paiva</i>	25
3.	A ridicularização da imagem em capas da <i>Veja</i> – uma análise para além do sentido de língua – <i>Ilana da Silva Rebello Viegas</i>	39
4.	As funções discursivas das sentenças de tópico – <i>Luiz Augusto Vieira de Carvalho</i>	59
5.	As identidades dos sujeitos polifônicos nas decisões judiciais – <i>Carlos Antonio Pereira da Silva</i>	81
6.	Bossa Nova e bossas novas: marcos da música popular brasileira para uma nova concepção estética e sociocultural – <i>Giovane do Nascimento</i> e <i>Manuela Chagas Manhães</i>	91
7.	Carolina Maria de Jesus e Estamira: uma pesquisa interdisciplinar sobre o discurso e sua relação com o corpo – <i>Daniele Ribeiro Fortuna</i>	105
8.	Construção de mudança de estado forçada: um novo olhar sobre construções de estrutura argumental em língua portuguesa à luz da gramática das construções – <i>Fernanda da Silva Ribeiro</i> e <i>Roza Maria Palomanes Ribeiro</i>	114
9.	Dialogismo, polifonia e intertextualidade nas capas do jornal <i>Meia Hora</i> – <i>Gesseldo de Brito Freire</i> e <i>André Crim Valente</i>	130

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

10. Diálogos entre textos: intertextualidade e paródia em campanhas publicitárias – *Patricia Vieira da Silva, Daniele Ribeiro Fortuna e Marcio Luiz Correa Vilaça* 156
11. Efeitos cromáticos/efeitos patêmicos: a singularização em textos midiáticos – *Rosane Monnerat* 168
12. Intelectualidade nordestina: quem somos e como nos apresentamos – *Mônica da Silva Moreira e Cleide Emilia Faye Pedrosa* 181
13. Linguagem, identidade cultural e diversidade: o jeitinho brasileiro de ser sob a ótica da análise crítica do discurso – *Arlinda Cantero Dorsa* 198
14. Meu pai, meu marido, meu médico: tutores do corpo feminino no Brasil na década de 1930 – *Renato da Silva* 213
15. O aprimoramento da competência comunicativa por meio dos gêneros textuais – *Vinicius Statzner Stumpf e Raquel dos Santos Nery* 221
16. O discurso das canções de Ary Barroso – *Thais Ferreira Bigate e José Mario Botelho* 237
17. O racismo e o xadrez: uma abordagem interdisciplinar – *Cristiano da Silveira Colombo, Sergio de Arruda Moura, Nilson Sergio Peres Stahl e Eliana Crispim França Luquetti* 248
18. Procedimentos de contextualização: a criação do espaço comum partilhado pelos interlocutores – *Paulo de Tarso Galembeck* 262
19. Referenciação e a construção das identidades social e discursiva: uma análise linguístico-discursiva da paródia satírica *Rap* do PM, de Marcelo Adnet – *Gabriela de Lourdes Porfírio Cardoso* 271
20. Uma análise de discursos sobre a promoção de igualdade racial no Brasil – *José Geraldo da Rocha* 287
21. Violência de gênero contra a mulher: estudo crítico das identidades – *Guanezza M. de Góis Saraiva Meira, Danielle Brito da Cunha e Cleide Emília Faye Pedrosa* 298
22. Vítima da educação: análise da construção do *ethos* do professor em charges contemporâneas – *Eveline Coelho Cardoso e Rosane Santos Mauro Monnerat* 319

23. A gramaticalização da partícula lá – *Dalva Pereira Barreto de Araújo* 339
24. A ideologia nas histórias em quadrinhos – *Taís Turaça Arantes e Nataniel dos Santos Gomes* 353
25. A importância da intertextualidade no processo de interpretação em tirinhas da *Turma da Mônica* – *Joyce Silva dos Santos, Vera Lúcia Gabriel dos Santos e Wagner Alexandre dos Santos Costa* 363
26. A publicidade na era do espetáculo: quando a cenografia e *ethos* se aliam, o alvo é você! – *Rossana Martins Furtado Leite* 377
27. A textura aberta da linguagem em H. L. A. Hart: breve análise da decisão do Supremo Tribunal Federal reconhecendo a constitucionalidade do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas para fins terapêuticos – *Andréia Almeida Mendes, José Flávio Barroso Madaleno, Rafael Soares Firmino, Cristiano Elias de Souza, Cristiano Santos da Fonseca, Leonardo Gomes Medeiros, Marco Antonio de Souza e Ricardo de Souza Braga* 390
28. A transformação do direito através da linguagem – *Miriam Azevedo Hernandez Perez* 397
29. Abordagens sobre o feminismo – *Andréia Almeida Mendes, Bruno Gonzaga, Oscar Alexandre Teixeira, José Flavio Barroso Madaleno, Karla de Paiva Silverol, Maiara Regina Dutra, Vitória Alves Cerqueira, Bruna Alves Huebra e Joice Reixe Silverio* 405
30. Ações materiais na representação de escândalos políticos – *Guilherme Rocha Brent* 416
31. Análise do discurso sobre a fé na contemporaneidade: um enfoque: a Jerusalém como palco profético – *Uleidice Ferreira da Silva Rocha e Luciene Pinheiro de Souza* 436
32. As contribuições das histórias em quadrinhos de Maurício de Souza para a educação ambiental – *André Luís Soares Smarra, César Augusto Lotufo e Vera de Fátima Maciel Lopes* 455
33. Cavaleiro das trevas, defensor da justiça, símbolo da luta contra a opressão ou simplesmente um homem comum com síndrome de super-herói? Uma análise da construção da identidade do Batman Carioca a partir dos meios de comunicação de massa – *Ana Carolina Gonzalez Batista e Nataniel dos Santos Gomes* 462

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

34. De sedutor a seduzido: o caso de um herói que foi encurralado pelas recategorizações – *Rossana Martins Furtado Leite* 475
35. Direitos dos animais e a linguagem jurídica de instrumentalização – *Miriam Azevedo Hernandez Perez* 492
36. E com vocês o clone de Superman preferido de Jack Kirby... O Capitão Marvel – *André Luís Soares Smarra, César Augusto Lotufo e Nataniel dos Santos Gomes* 499
37. Entre o popular e o populista: os efeitos de patemização em notícias jornalísticas – *Caroline Lourenço Monteiro e Patrícia Ferreira Neves Ribeiro* 505
38. Estratégias de intersubjetivação no discurso do Profeta Gentileza – *José Marcos Barros Devillart* 520
39. Etos do professor de língua estrangeira – *Juliana Silva Rettich e Décio Rocha* 532
40. “Eu não mereço ser estuprada”: uma análise crítica do discurso sobre a percepção da identidade feminina – *Thaiza de Carvalho dos Santos e Elizabete Raiol* 541
41. Feminismo e direito – *Andréia Almeida Mendes, Bruno Gonzaga, Oscar Alexandre Teixeira Moreira, José Flavio Barroso Madaleno, Abner Paes, Amanda Calisto, Francisca de Castro, José Carvalho e Maiara Sampaio* 555
42. Gêneros discursivos e ensino de língua materna: entre o texto oficial e as escolhas do professor – *Deyvid Souza Nascimento e Maria Lúcia F. de Figueiredo Barbosa* 563
43. Gêneros orais na sala de aula da educação básica: abordagem nos livros didáticos e reorientação metodológica – *Tania Maria Nunes de Lima Camara* 589
44. Nordeste pra frente: retratos do povo na voz de Luiz Gonzaga – *Glaucimere Patero Coelho e Raquel Camargo Trentin* 601
45. O discurso da divulgação científica em jornais de distribuição gratuita: o caso do jornal bem estar – *Lêda Araújo Alves* 615
46. O fenômeno da recategorização em postagens do Facebook – *Francisco Romário Paz Carvalho e Silvana Maria Calixto de Lima* 632

47. O papel da mulher na instituição jurídica do casamento – *Adriele Rodrigues do Prado Teixeira* 647
48. O valor da expressão conjuntiva como elemento referencial na construção da coesão e coerência textuais – *Jane Suely Souza de Araujo* 656
49. Os gêneros no livro didático de português: concepção discursiva ou textual? – *Sione Alves e Ricardo Luiz Teixeira de Almeida* 668
50. Polidez e trabalho de face nos e-mails interenos de uma empresa de ensino de língua inglesa – *Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros* 693
51. Que Dilma e Cicarelli têm em comum? Uma leitura semiolinguística do sensacional *Sensacionalista* – *Camilla Ramalho Duarte e Rosane Santos Mauro Monnerat* 704
52. Recepção e análise do discurso: pontos possíveis de articulação – *Poliana Coeli Costa Arantes* 721
53. Semiolinguística: análise das manchetes das revistas femininas – *Laura Lopes e Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros* 733
54. Uma análise semiolinguística da canção “A Rita” de Chico Buarque – *Graziela Borguignon Mota e Patricia Ferreira Neves Ribeiro* 747

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe, nesta primeira edição, este número 01 do volume XVIII dos *Cadernos do CNLF*, com 22 (vinte e dois) trabalhos na primeira edição e 54 (cinquenta e quatro) na segunda (com 756 páginas), sobre os temas “Análise do Discurso, Linguística Textual e Pragmática”, que foram apresentados no XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia de 25 a 29 de agosto deste ano de 2014.

Na primeira edição, foram publicados os trabalhos dos seguintes congressistas (incluídos os nomes dos orientadores também): André Crim Valente, Arlinda Cantero Dorsa, Carlos Antonio Pereira da Silva, Cleide Emilia Faye Pedrosa, Cristiano da Silveira Colombo, Daniele Ribeiro Fortuna, Danielle Brito da Cunha, Eliana Crispim França Luquetti, Eveline Coelho Cardoso, Fernanda da Silva Ribeiro, Gabriela de Lourdes Porfírio Cardoso, Gesseldo de Brito Freire, Giovane do Nascimento, Guianezza M. de Góis Saraiva Meira, Ilana da Silva Rebello Viegas, Jandira Fernanda Silva de Paiva, José Geraldo da Rocha, José Mario Botelho, Luiz Augusto Vieira de Carvalho, Manuela Chagas Manhães, Marcio Luiz Correa Vilaça, Mônica Azzariti, Mônica da Silva Moreira, Nilson Sergio Peres Stahl, Patricia Vieira da Silva, Paulo de Tarso Galembeck, Raquel dos Santos Nery, Renato da Silva, Rosane Santos Mauro Monnerat, Roza Maria Palomanes Ribeiro, Sergio de Arruda Moura, Thais Ferreira Bigate e Vinicius Statzner Stumpf. Os demais, foram acrescentados na segunda edição, seguindo a ordem alfabética dos títulos, a partir do último trabalho publicado na edição anterior.

Dando continuidade ao trabalho do ano passado, estamos editando, simultaneamente, o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos* e o livro de *Programação* em três suportes, para conforto dos congressistas: em suporte virtual, na página do Congresso; em suporte digi-

tal, no *Almanaque CiFEFiL 2014* (CD-ROM) e em suporte impresso, nos três primeiros números do volume XVIII dos *Cadernos do CNLF*.

Todo congressista inscrito nos minicursos e/ou nas oficinas receberá um exemplar impresso do livro de *Minicursos e Oficinas*, sendo possível também adquirir a versão digital, desde que pague pela segunda, que está no *Almanaque CiFEFiL 2014*.

Junto com o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos*, e o livro de *Programação*, o *Almanaque CiFEFiL 2014* já traz publicada mais de 130 textos completos deste XVIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, para que os congressistas interessados possam levar consigo a edição de seu trabalho, não precisando esperar até o final do ano, além de toda a produção do CiFEFiL nos anos anteriores.

A programação vai publicada em caderno impresso separado, para se tornar mais facilmente consultável durante o evento, assim como o *Livro de Resumos*, sendo que o livro de *Programação* será distribuído a todos os congressistas, mas o livro de *Resumos* será distribuído apenas aos congressistas inscritos com apresentação de trabalhos, visto que vários deles precisarão comprovar imediatamente, em suas instituições, que efetivamente participaram do congresso em que se inscreveram.

Aproveitamos a oportunidade para lhe pedir que nos envie, por e-mail, as críticas e sugestões para que possamos melhorar a qualidade de nossos eventos e de nossas publicações, principalmente naqueles pontos em que alguma coisa lhe parece ter viável melhoria.

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e sua Diretoria lhe desejam uma boa programação durante esta rica semana de convívio acadêmico.

Rio de Janeiro, em dezembro de 2014.



**A ANÁLISE DO DISCURSO EM CONTEXTO FORENSE:
REFLEXÕES
SOBRE A ANÁLISE DE DEPOIMENTOS EM JUÍZO**

Mônica Azzariti (UERJ)
azzariti@ig.com.br

RESUMO

A busca da verdade real é um princípio implícito na lei infraconstitucional. Não se pode conceber o processo legal sem que a verdade real seja perseguida. A prova em processo judicial figura como meio de comprovação da verdade “alegada” contribuindo para o convencimento do juiz e, portanto, necessário se faz que os atores¹ do mundo jurídico tenham recursos técnicos para trabalhar com tais provas. Nesse contexto, é inegável o papel da prova testemunhal em um processo. Provavelmente o meio de prova mais antigo que existe e de certo também o mais sujeito a imprecisões, seja por equívoco, mentira involuntária ou malícia. Testemunhas têm o dever de dizer a verdade e o magistrado de adverti-las das penas de perjúrio. O depoimento é a realização do ato, dividido em perguntas e reperguntas com objetivo de se alcançar a verdade. Dito isso, compreende-se porque o falso testemunho constitui crime passível de pena de reclusão e multa (artigo 342 do CP). Porém, o falso testemunho nem sempre é facilmente identificado. *Testium fides diligenter examinanda*, um brocado jurídico que representa os objetivos deste artigo que visa, à luz da análise do discurso, uma reflexão sobre os enunciados produzidos em contextos jurídicos, especificamente depoimentos, na medida em que estes servem como prova e atuam fortemente na construção do livre convencimento do magistrado, convencimento que o norteia ao proferir a sentença. A utilização da análise do discurso em contextos forenses traz um desafio que remonta as origens da relação do homem com a justiça: a busca pela verdade. Nesse sentido pretende-se com este trabalho induzir a uma reflexão acerca da contribuição da análise do discurso como prática para se desenvolver uma metodologia de análise de depoimentos.

Palavras Chave: Análise do discurso. Linguística forense. Prova testemunhal.

¹ Juizes, promotores, defensores, advogados.

1. Introdução

Neste texto reflete-se sobre a linguística sob uma ótica que, a priori, pode causar algum estranhamento. Longe de uma atuação relacionada ao ensino de línguas ou aos estudos sobre a língua e a literatura, podemos afirmar que nosso tema se aproxima do estudo de como os indivíduos utilizam a língua. Próximo, mas não exatamente isso. Nos estimula verificar quais os procedimentos utilizados e quais os efeitos de sentido criados quando um indivíduo depõe. O discurso carrega elementos sobre os quais se assenta um enunciado e tais elementos quando analisados trazem informações extremamente relevantes, inclusive em procedimentos legais.

A busca da verdade real é um princípio implícito na lei infraconstitucional (Código do Processo Civil e Código do Processo Penal) e inegavelmente presente na Constituição Federal de 1988. Não se pode conceber o processo legal sem que a verdade real, e não meramente formal, tenha sido efetivamente perseguida, fato que por si só justifica a natureza constitucional de tal princípio. A prova em um processo judicial figura como meio de comprovação da verdade “alegada” contribuindo para o convencimento do juiz na medida em que proporciona certo grau de certeza e, portanto, necessário se faz que os atores do mundo jurídico tenham recursos técnicos para trabalhar com tais provas. Inegável o papel da prova testemunhal em um processo. Provavelmente seja o meio de prova mais antigo que existe e de certo é também o mais sujeito a imprecisões, seja por equívoco, mentira involuntária ou intencional. Testemunho significa depoimento, ou seja, declaração prestada por testemunha que fará, sob palavra de honra, a promessa de falar a verdade, somente a verdade e nada além da verdade, como vemos nos filmes. As testemunhas têm o dever de dizer a verdade e o magistrado de adverti-las das penas de perjúrio. O depoimento é a realização do ato, dividido em perguntas e reperguntas com o objetivo de se alcançar a verdade. Dito isso, compreende-se porque o falso testemunho constitui crime passível de pena de reclusão e multa, como determina o artigo 342 do nosso Código Penal. Porém o falso testemunho nem sempre é fácil de ser identificado e por essa razão pesa muito a experiência do juiz na condução do processo e na percepção da credibilidade que a testemunha expressa. *Testium fides diligenter examinanda* – o depoimento da testemunha deve ser diligentemente observado e examinado – um brocado jurídico que representa os objetivos deste artigo que visa, à luz da análise do discurso, descortinar os enunciados produzidos em contextos jurídicos, especificamente em

depoimentos, que requerem atenção especial na medida em que servem como prova e atuam fortemente na construção do livre convencimento do magistrado, convencimento que o norteia ao proferir a sentença.

Quando se pensa o papel da linguística forense como técnica que pode ser utilizada de forma abrangente em contextos jurídicos esse pensamento vai de encontro às demandas do meio em que ela pretende estar inserida. Um olhar sobre as necessidades dos juízes e promotores nos traz a reflexão de que é necessário um redimensionamento dos objetos de análise. O processo de se levar a termo um depoimento configura o ato de interpretar e resumir a fala do outro, que por si só acarreta na possibilidade de distorção do relato do fato. As falsas confissões também são um problema com que se depara o magistrado. A construção da legitimação da utilização da análise do discurso em contextos forenses passa pela consolidação de técnicas de análise que tragam resultados práticos. Essa busca reflete os objetivos desse trabalho que traz um desafio que remonta as origens da relação do homem com a justiça: a busca pela verdade. É possível concluir sobre elementos de verdade e mentira ao se analisar depoimentos? Nesse sentido pretende-se induzir a uma reflexão acerca da contribuição da análise do discurso como prática para se desenvolver uma metodologia de análise de depoimentos.

2. O caminho da análise do discurso

Durante algum tempo a linguística foi vista como a área que se ocupa do estudo científico da linguagem humana, uma disciplina cujo enfoque se centrava na análise de aspectos essencialmente linguísticos. Sob esta perspectiva a linguística ocupava-se, sobretudo, de questões relacionadas com a descrição de nível fonético-fonológico, morfológico, sintático, lexical e semântico. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui”. Essa afirmação de Émile Benveniste (1994) resume bem a importância da linguística como ciência. Com o tempo a linguística foi ganhando novos contornos. Ao produzir linguagem, o homem produz discursos. Podemos definir discurso como toda atividade comunicativa entre interlocutores, ou seja, a atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes. Todo discurso produz sentidos, e estes sentidos expressam as posições sociais, culturais e ideológicas dos sujeitos da linguagem. Esses sentidos podem ser produzidos de forma explícita, ou não. Nem sempre o que é dito reflete a realidade, conteúdos podem ser deixados nas entrelinhas de forma intencional, por não se querer que se-

jam claros, devido à situação que não permite ou por estratégia comunicativa. Isso é muito comum, por exemplo, nos discursos políticos, no discurso jornalístico, e mesmo nas nossas conversas cotidianas. Em outras ocasiões, esta mensagem implícita que não se deseja compartilhar, vaza e deixa marcar no discurso.

Podemos dizer que a origem da análise do discurso passa por uma reorganização dos estudos entre o linguístico e o extralinguístico. A linguagem, portanto, estaria do ponto de vista discursivo, intimamente relacionada e interagindo com a sociedade. Essa interação já observada em Bakhtin incrementa o papel do linguista na medida em que o ressitua na (re)construção de saberes de outras áreas e não obstante, das diversas instituições sociais. Esse papel da sociedade, como base da estrutura das produções discursivas, é explorado por Foucault, na medida em que, segundo o autor, esta promove o contexto do discurso analisado.

Mas, não se pode negar que o objetivo da análise do discurso, em todos os seus aspectos, é a busca pelo sentido. “O objeto da análise do discurso é o discurso, ou seja, ela se interessa por estudar a ‘língua funcionando para a produção de sentidos’. Isto permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto”. (ORLANDI, 1999, p. 17)

Em consonância com essa busca não seríamos levianos em concluir que o que se busca é a verdade. Por que então deveríamos restringir a análise do discurso? Seguindo a tríade linguagem, sujeito, história e, fazendo uma ponte com os enunciados produzidos em contexto forense poderíamos transpor essa análise para este micro sistema onde é relevante analisar o posicionamento do sujeito em relação ao processo judicial relacionado com aquele depoimento prestado, qual a história da lide ou acusação e como se deu o uso da linguagem em termos quantitativos e qualitativos, para que se tenha estabelecida a relação do sujeito com esse “entorno” e se possa analisar seu enunciado em busca de elementos que indiquem, por exemplo, alguma contradição. Este caminho que se pretende percorrer vai de encontro ao caminho percorrido pela análise do discurso, o que nos indica a possibilidade da pretendida análise.

3. A materialidade do discurso

Uma vez caracterizado o discurso como um ato, uma ação, uma construção, faz sentido se buscar compreender essa produção com intuito de estabelecer sua relação de representação de uma realidade.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera. BAKHTIN (1992, p. 316)

A espessura material do enunciado, para Foucault, não lhe é dada em suplemento, mas em parte ela o constitui.

Composta das mesmas palavras, carregada exatamente do mesmo sentido, mantida a sua identidade sintática e semântica, uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance. Se foi escrita um dia, há séculos, e se reaparece agora em uma formulação oral. As coordenadas e o “status” material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos. Eis uma evidência, ou quase, pois, desde que isso se preste um pouco de atenção, as coisas se embaralham e os problemas se multiplicam. (FOUCAULT, 2002, p. 115)

Mais uma vez, em Foucault, observamos a descrição da materialidade do discurso enquanto instituição material:

O enunciado não se identifica com um fragmento de matéria, mas sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais. (...) O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal. (FOUCAULT, 2002, p. 118-119).

Tomando como base os percursos de análise destacados no texto “Potencialização discursiva da materialidade”, trabalhado no Laboratório de Estudos Polifônicos que é um grupo de pesquisa em análise do discurso do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, o Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos nos diz:

A potencialização discursiva da materialidade consiste em se proceder a um levantamento de elementos potenciais de significação na superfície linguística da materialidade constituinte do corpus da pesquisa com vistas à percepção de evidências potenciais conversíveis em regularidades que se adaptam e se adequam aos objetivos, à hipótese de pesquisa e às questões de pesquisas concebidas por ocasião da elaboração do projeto (SANTOS, 2007).

De acordo com o trecho citado, esse levantamento analítico de dados possibilita subsídios para a análise discursiva da materialidade linguística. Desse modo, ao empregarmos esse dispositivo, temos a possibilidade de estabelecer uma análise do funcionamento discursivo.

As informações que o discurso carrega e essa relação com seu sujeito enunciativo fomentam estudos em diversas áreas. Cleckley (1976), em *The Mask of Sanity*, por exemplo, percebeu que os psicopatas são propensos a usar jargões ou mudanças de linhas de pensamento, deixando assim o seu interlocutor confuso. Eichler (1965) avaliou o discurso de

homens classificados como sociopatas e descobriu que, em comparação com os homens “normais” eles usaram mais negações, retrações² e adjetivos. As observações linguísticas sugerem que os psicopatas sem quebrar regras gramaticais óbvias, possuem certo grau de ambiguidade em suas declarações e uma possível explicação para esse fenômeno é que os psicopatas estão entre os mais engenhosos e efetivos enunciadores (CLECKLEY, 1976), fazendo uso hábil de táticas comumente associadas com a publicidade e discursos políticos para confundir e enganar seu público. O FBI, em seu site³, afirma que linguagem dos indivíduos é uma das melhores maneiras de recolher a introspecção de seus pensamentos e perspectivas gerais. E que, os recentes avanços na tecnologia tornam possível examinar mais de perto a linguagem de várias populações através de programas automáticos de análise linguística. Estas aplicações podem diferenciar entre uma variedade de fatores individuais e de personalidade. Essas ferramentas variam das mais simples as mais sofisticadas, mas todas elas essencialmente são capazes de identificar padrões linguísticos, contar a frequência de utilização e características do uso da linguagem. Mas, até recentemente, tais ferramentas não eram utilizadas para analisar a fala de criminosos. A partir do uso destes recursos na espera forense, se observou que essas ferramentas de análise indicam que muitos aspectos da linguagem não são conscientemente controláveis pelo orador. As palavras, que chamamos de palavras de função são inconscientemente produzidas e que as palavras, de uma maneira geral, podem revelar o funcionamento interno da mente de uma pessoa. Duas ferramentas automáticas foram utilizadas pelos pesquisadores para examinar as narrativas de crimes cometidos por psicopatas: o Wmatrix e o Dicionário de afeto e linguagem.

Através do uso da linguagem podemos construir uma imagem discursiva do indivíduo. Inferir informações acerca de sua origem, nível de escolaridade e faixa etária. O discurso se materializa nos aspectos sociais, culturais e situacionais da sua produção.

² Tradução nossa

³ <http://www.fbi.gov/stats-services/publications/law-enforcement-bulletin/july-2012/the-language-of-psychopaths>

4. O processo de se reduzir o depoimento a termo e as falsas confissões

A expressão comumente utilizada no meio jurídico “reduzir a termo” quer dizer que o depoimento reduzido a termo é o entendimento conciso e interpretado daquilo que foi falado. Isso significa que os depoimentos formais são simplificados, reduzidos ou resumidos pela autoridade pública que os toma. É fato que muito se perde ao resumir um enunciado. As informações atreladas ao discurso podem desaparecer. Incongruências e contradições podem não ser percebidas, e não são registradas. Malcolm Coulthard (University of Aston/UFSC) chama atenção para o perigo de não se fazer registros textuais, tendo em vista que qualquer pessoa que, não estando presente no ato, não terá acesso ao que foi realmente dito.

Casos em que se suspeita da ocorrência de um falso testemunho, a que ciência recorreriam os atores do mundo jurídico para dirimir tais dúvidas? A transcrição do depoimento e sua análise direta trariam elementos de prova, na medida em que surgiriam elementos contraditórios ou um comportamento linguístico diferenciado do depoente durante o período da oitiva. Pela prática forense e o contato com magistrados nos parece claro o dilema que vive o juiz em que sentado em sua cadeira, passa a ouvir o depoimento, da testemunha ou do réu, com a sensação de estar sendo enganado. Percebe-se que no contexto judicial existe uma grande preocupação com técnicas para o procedimento de entrevistas.

A Associação de Chefes de Polícia da Inglaterra⁴ e País de Gales desenvolveram o método “PEACE”, colocado em atividade nos anos 1990, o qual enfatiza o treinamento em técnicas de entrevista investigativa. Os pressupostos do método “Problema, Emoção, Análise, Contemplação e Equilíbrio” (PEACE) (livremente adaptados ao português) são:

P = planejar antecipadamente a entrevista.

E = engajar o entrevistado na conversação.

A = acessar o relato livre (sem interrupção e coerção).

C = cerrar (fechar) a entrevista realizando um resumo.

E = expandir os dados colhidos (avaliar o material após a entrevista).

⁴ <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/35377/deteccao-de-mentiras-em-psicologia-forense-analise-do-discurso#ixzz39WX1GT97>

Como visto, a atenção ao momento da entrevista e coleta de depoimentos, é grande. Pesquisas com esse método apontaram que o PEACE é mais eficaz quando o entrevistador consegue manifestar as seguintes habilidades:

1. Escuta (com emprego apropriado de silêncio).
2. Preparação antes da entrevista.
3. Questionar de forma adequada (com uso de perguntas abertas).
4. Conhecimento do caso.
5. Flexibilidade.
6. Capacidade de se relacionar com o entrevistado.
7. Empatia.
8. Manter o entrevistado em tópicos importantes.
9. Responder o que o entrevistado pergunta.
10. Não revelar todas as informações do caso logo no início da entrevista.

Uma pesquisa para gerar novas avaliações do PEACE foi realizada na Inglaterra e os achados indicaram que:

1. Tanto o planejamento e preparação para a entrevista, quanto a habilidade do entrevistador são de extrema importância.
2. A categoria do crime e os atributos do suspeito devem influenciar o modo de escolha da estratégia de entrevista.
3. As evidências devem determinar o tipo de entrevista.
4. A entrevista deve ter como objetivo principal buscar os fatos e não uma mera confissão.

Nesse momento já se observa a preocupação com a confissão, situação que abordaremos mais à frente. Outra estratégia de detecção de mentira desenvolvida na Alemanha leva o nome de análise da validade das declarações (*Statement Validity Analysis* – SVA). O método é composto de três elementos:

1. Entrevista estruturada (como uma entrevista cognitiva).

2. Análise de conteúdo baseada em critérios (*Criteria Based Content Analysis* – CBCA).

3. Check-list de validade para analisar o resultado do CBCA.

O CBCA está sendo empregado desde a década de 1980, tanto na Alemanha, berço da técnica, quanto na Suécia e Holanda. Nesses territórios, o método é tido como um tipo de prova psicológica que tem o objetivo de auxiliar nas decisões judiciais em vários tipos de crimes. A ideia base do CBCA é que o conteúdo de um relato está sustentado em memórias de experiências reais, as quais são bem diferentes dos relatos fabricados, seja na qualidade ou no conteúdo das manifestações. Desse modo, o CBCA é uma forma de “avaliação do desempenho” do depoente (levando em considerações suas características pessoais, sejam elas quais forem) em gerar relatos sobre determinado fato pautado pelo mundo do direito, em vez de avaliar apenas expressões e comportamentos do sujeito em avaliação. O CBCA é composto de 19 critérios, os quais dizem respeito a quatro pontos:

1. Características gerais do relato (quanto mais detalhes melhor).
2. Contexto específico (quanto mais detalhes melhor).
3. Motivação em gerar conteúdos precisos ao entrevistador (o entrevistado corrige-se para melhorar cada vez mais a precisão do seu relato).
4. Detalhes do tipo de situação.

Mais de 30 pesquisas foram realizadas para testar o grau de eficácia do CBCA para identificar mentiras e os resultados apontaram um bom desempenho de 72%. Outra estratégia interessante para avaliar o conteúdo do discurso leva o nome de “Monitoramento da Realidade” (MR).

Essa abordagem tem como fundamento o pressuposto de que relatos sustentados em memórias de eventos vivenciados podem ser diferenciados das manifestações baseadas apenas na imaginação, pensamento e raciocínio. Assim, um dos elementos que diferencia o real do inventado é a presença das informações perceptuais (ex.: informações de espaço, tempo, formas, cores, aromas, sons, temperaturas) nas memórias vividas. Pesquisas científicas indicam uma eficácia de 70% da MR.

Em consonância ao que foi mencionado anteriormente observa-se um grande interesse e investimento para a detecção de mentiras em depoimento. Porém, nesse sentido, observa-se maior atenção ao papel do

entrevistador. Se em relação aos depoimentos simples, essa questão preocupa, temos um problema maior que se relaciona às falsas confissões.

No que diz respeito à confissão o código de processo penal, no artigo 197 diz:

o valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância.

Para que seja validada a confissão deverá conter requisitos intrínsecos e extrínsecos. Dentre os requisitos intrínsecos temos a verossimilhança, ou seja, a probabilidade do fato ter ocorrido como foi confessado, não sendo a declaração absurda e devendo conter uma sequência lógica da narrativa. E, a persistência, que seria a repetição da confissão, em que o réu narra a mesma versão tantas quantas forem às vezes em que precise ser ouvido. Quanto aos fatores explícitos chama atenção o fato de que para que tenha validade, a confissão produzida oralmente deve ser expressa e reduzida a termo, já que não existe a confissão tácita no ordenamento brasileiro e, sendo assim, o requisito intrínseco de persistência se daria confrontando-se a repetição da confissão com o termo já reduzido. Outra questão que nos parece merece destaque é o requisito extrínseco que diz sobre a livre e espontaneidade da confissão, em que afirma que a confissão deve ser livre de coação ou erro.

Nos Estados Unidos um relatório⁵ defendendo reformas em relação à pena de morte descobriu que confissões falsas em casos de pena capital podem ser minimizadas pela gravação do interrogatório de suspeitos. Essas gravações, segundo o comitê, ajudarão a prevenir condenações injustas, dissuadindo coerção policial e documentando como suspeitos são tratados. De acordo com um estudo de 2004, citado no relatório dessa comissão, mais de 80 por cento dos 125 casos documentados de confissões falsas no estudo ocorreu em casos de homicídio, e 20 por cento dos réus nesses casos receberam sentenças de morte. Essa nova política de US DOJ, eficaz a partir de 11 de julho de 2014, cria uma presunção de que todas as agências de aplicação da lei federal americana – o FBI, a DEA, ATF, e todo o resto, vai passar a gravar os interrogatórios de suspeitos. A discussão que se vê agora é que essa gravação deve ser analisada, pois mesmo a confissão gravada em que não se observa visualmente

⁵ http://www.propublica.org/article/death-penalty-report-cites-value-of-taping-interrogations?utm_source=et&utm_medium=email&utm_campaign=dailynewsletter

nenhum tipo de coerção policial, pode trazer elementos que indiquem que se trata de uma falsa confissão, seja por coerção ou para a proteção do real culpado. Para tal análise, se discute a importância da gravação de todo o depoimento, inclusive do interlocutor, e a análise desse conteúdo, o que parece trazer a luz o papel do linguista nesse campo. Existe um movimento do grupo denominado “*Strengthening Forensic Science in the United States: A Path Forward*”⁶ (Fortalecimento da Ciência Forense nos Estados Unidos: Um Caminho Adiante), em que os pesquisadores insistem que apenas a gravação da confissão não é suficiente para se evitar condenações injustas.

5. Considerações finais

A partir do início dos anos 80, com o desenvolvimento da linguística, em geral, uma nova área passou a subsidiar a linguística na solução de problemas relacionados à língua e o combate ao crime por meio da análise da linguagem – a linguística forense. A linguística forense pode ser definida como a ciência que promove a interação entre os estudos da linguagem, a lei e o crime em benefício da promoção da justiça.

Não podemos nos contentar com uma referência pontual por ocasião de determinada interpretação. É preciso mostrar como o discurso é estruturado, como ele se impõe e como se apresenta enquanto lugar de construção do pensamento. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência (FOUCAULT, 2005, p. 171). De certo que objetivo de analisar depoimentos está intimamente relacionado a esta afirmação de Foucault. Fazer da análise do discurso um método para descortinar os enunciados desvelando as verdades que se procura é explicitar como aquele que fala constrói o seu discurso, ampliando as possibilidades de se (re)construir o próprio discurso e interpretá-lo em suas nuances. A partir dos estudos até aqui realizados podemos inferir que a análise do discurso oral pode ser feita através da observação, por exemplo, das características discursivas ou estilísticas; dos aspectos sintáticos, como a construção de estruturas de coordenação e subordinação, inversão e ênfase; dos aspectos morfológicos, como a marca do possessi-

⁶ <http://failedevidence.wordpress.com/2014/07/14/on-recording-interrogations-not-a-silver-bullet-but-definite-improvement>

vo; o recurso a prefixos ou outras marcas morfológicas; da análise da frequência lexical; dos processos linguísticos em mudança ou variação; das idiossincrasias culturais e linguísticas. Por fim, salientamos que ainda não há técnica para detecção de mentiras que se mostre infalível. Muitas pesquisas científicas deverão ser desenvolvidas para aprimorar o índice de eficácia das estratégias já utilizadas e o desenvolvimento de novas estratégias com objetivo de criar métodos que irão auxiliar com segurança o sistema jurídico como um todo e por isso devemos refletir sobre a contribuição da linguística nesse estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENSON, J.D. e Greaves, W.S. Field of discourse: Theory and application. *Applied Linguistics*, n. 1, p. 45-55, 1980.

BENVENISTE, Emile. *Curso de linguística geral*. Campinas: Pontes, 1994, 2 vol.

BILA, M. D. *Evidência linguística patente na obra “Uria Simago – um homem, uma causa: O caso da confissão de Uria Simango*. Relatório de fim de curso de licenciatura em linguística e literatura. Universidade Eduardo Mondlane, 2006.

CHIPANGA, S. A. F. *Evidência linguística no “caso Carlos Cardoso”: análise dos depoimentos do réu Dudú*. Relatório de fim de Curso de Licenciatura em Linguística e Literatura. Universidade Eduardo Mondlane, 2009.

CLECKLEY, H. *The mask of sanity*. 5. ed. St. Louis, MO: Mosby, 1976.

COULTHARD, M. *An Introduction to Discourse Analysis*. Harlow: Longman, 1977.

COULTHARD, M.; JOHNSON, A. L. *An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2007.

EICHLER, M. The application of verbal behavior analysis to the study of psychological defense mechanisms: Speech patterns associated with sociopathic behavior. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, n. 141, p. 658-663, 1965.

GIBBONS, J. Distortion of police interviews process revealed by videotape. *Forensic Linguistics*, v. 3, n. 2, p. 288-98, 1996.

- GIBBONS, J. (Ed.). *Language and the Law*. Londres: Longman, 1994.
- GODDARD, C. Can linguists help judges know what they mean? Linguistic Semantic in the court-room. *Forensic Linguistics*, v. 3, n. 2, p. 250-71, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Trad.: Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- HANCOCK, J. M. T. Woodworth, and S. Porter, “Hungry Like the Wolf: A Word Pattern Analysis of the Language of Psychopaths”. *Legal and Criminological Psychology*. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.2044-8333.2011.02025.x/full>>. Acesso em: 5-10-2012.
- LINFOOT, K. Forensic linguistics, first contact police interviews, and basic training. (Resumo de Dissertação de Doutorado). *International Journal of Speech Language and the Law*, v. 15, n. 2, p. 267-270, 2008.
- MABASSO, E. Evidência linguística em processos criminais: A linguística forense como um novo desafio para a linguística moderna. *Folha de Linguística e Literatura*, n. 6, p. 13-15, 2003.
- MACHAVA, Paula Lúcia Salvador. *Análise da linguagem jurídica no exercício da investigação criminal: O caso do tribunal provincial de Maputo (Matola)*. Maputo: UEM, 2006.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no processo penal*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- SANTOS, J. B. C. *Potencialização discursiva da materialidade*. Uberlândia: Laboratório de Estudos Polifônicos/Grupo de Estudos em Análise do Discurso/Instituto de Letras e Linguística/Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

A IDENTIDADE CULTURAL DE CAXIAS: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE UMA REALIDADE

Jandira Fernanda Silva de Paiva (UNIGRANRIO)
jandiarapaiva@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise discursiva sobre a cultura do de Caxias descrita em veículos de comunicação – locais e da capital do Rio de Janeiro. Tem por objetivo descrever as identidades culturais de Caxias construídas socialmente pelo discurso midiático e promover a reflexão sobre o olhar dirigido ao a cultural local. Utilizou-se um estudo qualitativo de notícias e reportagens presentes em jornais e blogs. Busca-se com este estudo analisar o discurso midiático sobre Caxias para refletir-se sobre a importância do arcabouço sociocultural deste espaço para a sociedade.

Palavras-chave: Identidade cultural. Duque de Caxias. Análise do discurso.

1. Introdução

O tema abordado neste artigo é a identidade cultural de Caxias através de suas representações nos jornais *O Globo* e *Caxias Digital* e no Blog de André de Oliveira. O artigo objetiva analisar a concepção dialógica centro-periférica acerca de Caxias e dos meios de comunicação local.

Disserta-se inicialmente sobre algumas concepções teóricas que fundamentam a análise discursiva, expõe-se em seguida a metodologia empregada para a análise do texto que segue o viés analítico da semiótica de Charles Sander Peirce e em terceiro lugar evidenciam-se os posicionamentos da imprensa sobre a cultura de Caxias, observando-se a representação cultural do local nas páginas de jornal e no espaço cibernético.

2. Identidade e cultura

Para iniciarmos a discussão acerca das diferentes concepções sobre as identidades culturais de Duque de Caxias expõem-se inicialmente as aceções sobre o termo identidade para refletirmos os perfis descritos sobre a identidade cultural caxiense.

O entendimento sobre a identidade no iluminismo baseava-se no predomínio da racionalidade. A concepção acerca do sujeito era de um ser único e centralizado. Já na complexa pós-modernidade a centralidade torna-se fragmentação. A identidade é vista como algo transitório e mutável. O autor Bauman (2005) utiliza a metáfora do jogo de quebra-cabeças para representar a construção identitária – um processo contínuo de afiliação a ideias e estilos de vida.

O estudioso polonês, no livro *identidade*, descreve a complexidade de buscar uma identidade nacional partindo de sua experiência de refugiado. Ao receber uma homenagem não sabia que hino nacional escolher se o hino britânico – o hino da terra que o acolheu ou o hino de sua terra natal que o expatriou. A esposa de Bauman sugeriu a execução do hino europeu que abrangia a terra que o acolheu e seu país de origem. Fato que exemplifica a visão do sociológico sobre a identidade na pós-modernidade.

Para o sociólogo não existe o existencialismo tudo é fluido não é sólido e seguro. A identidade é um processo de construção e uma busca em direção a algo indefinido. O que há é apenas um caminho.

A edificação da identidade é explicada também a partir de um slogan publicitário que foi veiculado em Berlim em 1994. A descrição do sujeito é realizada a partir dos bens de consumo que adquire e são representações de diferentes culturas. “Seu Cristo é judeu. Seu carro é japonês. Sua pizza é italiana. Sua democracia, grega. Seu café, brasileiro. Seu feriado, turco. Seus algarismos, arábicos. Suas letras, latinas. Só o seu vizinho é estrangeiro” (BAUMAN, 2005, p. 32).

Evidencia-se na fala de Bauman destacada acima a influência de outras identidades e culturas sobre o sujeito porque a identidade na era da globalização se constrói a partir do diálogo entre as nações.

A partir dos pressupostos de Bauman sobre o sujeito, observa-se que é fundamental refletirmos sobre o ser em uma perspectiva plural. Todo o cenário cultural caxiense é composto por inúmeras faces, crenças, valores e produções artísticas que são elementos fundamentais que cons-

tituem o legado cultural do lugar e são produzidos e divulgados por diferentes sujeitos oriundos desta terra e de muitos outros lugares do Brasil devido ao aspecto cosmopolita de Caxias, ao acolher pessoas de diferentes regiões do país.

Ressalta-se que as concepções acerca do termo cultura também se modificaram ao longo do tempo. Expõem-se a seguir algumas reflexões de Eagleton (2005) sobre o termo cultura para promover a reflexão sobre a diversidade cultural na pós-modernidade

Eagleton (2005) afirma que no princípio a palavra cultura significava um processo material que evoluiu e adquiriu uma denotação espiritual. A semântica da palavra se desdobra das atividades agrícolas, as produções artísticas e ao conhecimento.

A respeito de sua gênese, apresentam-se na obra duas origens latinas para a palavra: *colere* e *colonus*. Enquanto o autor afirma que a primeira possui um campo semântico vasto que vai de cultivar a proteger e também está relacionada à palavra religiosa “culto”, que remete à ideia de cultura a uma verdade sagrada; a segunda evoluiu ao termo colonialismo.

Ao longo do tempo, a conotação da palavra sofre alterações. A primeira, destacada por Eagleton, refere-se ao campo filosófico, relacionando-se ao determinismo, o fazer e o sofrer etc. A cultura como cultivo origina uma oposição entre o natural e o artificial, entre o que o mundo faz e o que se faz ao mundo nesse sentido a cultura é construtivista é uma produção humana.

Eagleton (2005) aproxima a noção de cultura ao significado de manufatura que em sua origem significa habilidade manual e afirma que a palavra não deve ser compreendida de forma reducionista das definições contemporâneas, pois é transcendente.

Apresenta-se em sua obra uma imagem dicotômica do homem relativa à cultura por ser o interior do homem a matéria prima a ser moldada e é a parte do ser que se refina. O homem é um artista que esculpe a si mesmo função realizada também pelo Estado que transmite valores éticos que serão exteriorizados no exercício da cidadania. A humanidade, nesse processo, se parece à natureza porque tem que ser moldada a força, mas difere-se dela por ser auto modelar.

A respeito da política como escultora do homem. Há uma contradição mencionada pelo autor, pois os interesses políticos prevalecem

sobre os interesses culturais. Ele esclarece que a cultura se liga a questões hegemônicas, esculpindo os indivíduos para os interesses de uma nova sociedade. A cultura passa a ser uma crítica social ligada ao *status quo*.

No século XIX a palavra cultura se torna antônimo de civilização ao denotar uma forma de viver com refinamento e esclarecimento. Ter cultura representa ter conhecimento sobre artes, dominar técnicas e avanços referentes ao padrão de uma vida urbana. Essa se opõe à barbárie e ao modo de vida de tribos isoladas que não conhecem padrões referentes à realidade europeia.

A palavra civilização como sinônimo de cultura passa a ser menos plausível no século XIX, momento em que adquire a ideia de diversidade de formas específicas de vida. A partir da visão romântica sobre as colônias a palavra passa a abranger um modo de vida característico.

Na era pós-moderna propõe-se a pluralização do termo para referir-se a cultura de diferentes nações, períodos históricos e de diferentes grupos sociais e econômicos diferentes.

3. A representatividade discursiva sobre Duque de Caxias

Após refletirmos sobre a pluralidade do sujeito e das noções de cultura é necessário discorrer sobre alguns passos metodológicos sobre a análise dos textos selecionados. Optou-se por analisar o discurso proferido nos textos jornalísticos a luz da semiótica americana segundo Peirce para avaliar a representação das identidades caxienses pelos jornais. Através de dois questionamentos principais: Que palavras são ditas e o que as mesmas representam sobre a cultura caxiense?

Peirce (1997) possuía uma visão tricotômica de signo na qual o mesmo é formado pelo fundamento (constituído de qualidades, de materialidade e leis), objeto e interpretante. Tudo que existe poderá ser signo: o material, o imaterial, os valores de uma sociedade, artefatos, pensamento bastando somente gerar interpretação em uma mente interpretadora.

Peirce (1997) retomou o conceito de signo que fora idealizado por Platão tornando-o mais genérico e aplicável a todo e qualquer fenômeno de linguagem, a partir deste momento, possibilitou a compreensão ampla do processo interpretativo explicando-o em uma grande rede de relações tricotômicas.

O cientista dividiu os signos icônicos em três: imagem cuja relação com o objeto repousa na aparência, o diagrama que representa as características internas do objeto, e a metáfora que é a relação de semelhança e analogia com o objeto dinâmico.

Os índices não apresentam distinção entre o seu fundamento e o fundamento do objeto, assim sendo, a materialidade do objeto está exposta no índice, como está no objeto no momento em que a representação se dá. Embora o índice não abranja a totalidade do signo é um recorte do objeto real. A representação simbólica é determinada por leis que predizem o que o signo deverá representar.

Após longos anos de pesquisa, o estudioso concluiu que tudo que surge a mente o faz de forma gradual e determinou assim três níveis de gradação: Qualidade ou primeiridade; reação ou secundidade e mediação ou terceiridade.

A primeiridade é uma experiência inicial em que as qualidades do signo são apreendidas pela mente do intérprete. Como afirma Lúcia Santaella na citação abaixo:

O primeiro é o presente o imediato, de modo a não ser o segundo para uma representação. Ele é fresco e novo, porque se velho seria segundo para uma representação. Ele é iniciante, original, espontâneo e livre, porque seria um segundo em relação a uma causa. Ele percebe toda a síntese e toda a diferenciação, ele não tem nenhuma unidade nem partes. Ele não pode ser articuladamente pensado, [...] Pare pensar e já voou. (SANTAELLA, 1983, p. 45)

A secundidade é a segunda apreensão do fenômeno as qualidades são relacionadas à experiência em um processo associativo. Nas palavras de Santaella (1983, p. 51): “(...) é aquilo que dá à experiência seu caráter factual, de luta e confronto. Ação e reação ainda em nível de binariedade pura, sem o governo da camada mediadora da intencionalidade; razão ou lei”.

Terceiridade é um signo genuíno por ser triádico, neste nível confirmam-se as hipóteses geradas na esfera da secundidade, em um processo denominado por Santaella (1983, p. 51) de “síntese intelectual” a primeira apreensão e as relações que dela decorrem unem-se e o fenômeno é interpretado como signo.

A mente humana interpreta os signos segundo Peirce a partir do processo supracitado, no entanto, no presente trabalho observa-se o caráter simbólico do signo linguístico – a sua representação e o terceiro nível

de gradação interpretativa o momento de síntese intelectual quando os elementos são interpretados.

4. Análise da representatividade da identidade cultural de Caxias

Nas próximas linhas expõem-se as análises dos textos jornalísticos, nas quais se observam alguns signos linguísticos destacados para observar a representação da identidade cultural de Caxias. O primeiro e o segundo texto são da capital do Rio de Janeiro e os três últimos pertencem a imprensa caxiense.

A primeira análise destaca afirmativas de uma jornalista em uma matéria publicada no jornal *O Globo* do Rio de Janeiro. Ela afirma que “alguns municípios não têm acesso à cultura”. Os signos destacados evidenciam uma concepção estreita de cultura presenciada no título do texto no qual destaca a ausência, segundo ela, de salas de cinema em Caxias.

Esta noção de cultura ligada exclusivamente a arte cinematográfica desconsidera outros elementos como expressões artísticas populares, crenças e valores familiares e submete a divulgação da cultura a um espaço físico esquecendo-se da riqueza do legado cultural transmitido oralmente de geração em geração no seio familiar, por exemplo. Além de desprezar o valor cultural dos dois livros lidos por uma jovem citada na matéria ao afirmar: “nunca teve a chance de se aventurar nas páginas de muitos livros”.

Ao ser questionada sobre o acesso à leitura a jovem, criada em Caxias, afirmou gostar de uma obra sobre a vida de Vinicius de Moraes mas o fato que é mais destacado pela profissional em questão é a quantidade de livros lidos e não a qualidade e apressa pela leitura. A jovem demonstra através da afirmativa supracitada que possui conhecimento cultural e tem acesso ao mesmo embora a quantidade de livros lidos seja pequena.

A jornalista descreve a identidade da jovem caxiense como tímida e alguém que responde a perguntas através da utilização dos signos “não sei” por ser uma menina “sem sonhos” que não foi a uma sala de cinema e teatro e leu apenas dois livros a bíblia e um livro sobre Vinicius de Moraes.

A autora da matéria destaca que a jovem nunca foi a shows de dois artistas que estão em ascensão na mídia. Observa-se que estas falas

são utilizadas para justificar a timidez, dificuldade de argumentação da jovem para expressar-se no momento e a ausência de sonhos dela.

A descrição demonstrou que a análise da jornalista desconsidera a pluralidade do ser explicada por Bauman. Transmite uma imagem estagnada de alguém que está concedendo uma entrevista talvez pela primeira vez, como se a jovem sempre tentasse explicar o que pensa introduzindo o seu discurso pelos signos “não sei” e fosse sempre tímida por “não ter acesso a cultura”.

O segundo texto analisado, presente também no jornal “O Globo”, ressalta a manutenção dos folguedos nas periferias em uma matéria cujo título apresentava os signos “genuinamente brasileira” referindo-se a tradição da folia de reis, cheganças, lapinhas, marujadas e congadas.

Destaca-se uma fala de um especialista em história que afirma a importância da manutenção dos folguedos que são definidos pelo estudioso como: “espaços de pertencimento onde as comunidades envolvidas estabelecem formas de invenção da vida pela cultura envolvendo aspectos múltiplos (danças, culinária, vestimentas e culto aos ancestrais) que atravessam gerações”.

Nos signos em destaque observa-se uma concepção plural das noções de cultura que abrange as manifestações populares realizadas por diferentes gerações e por diferentes meios conforme se ressalta na fala do especialista “danças, culinária, vestimentas e culto aos ancestrais”.

Observa-se que a concepção sobre a identidade cultural é menos centro-periférica e respeita os valores da comunidade em análise. O especialista demonstra valorizar as manifestações culturais realizadas por diferentes meios e ao ressaltar a invenção da vida pela cultura através de diferentes componentes da comunidade observa-se a valorização da pluralidade dos seres que produzem a arte mencionada afinal eles -membros da comunidade- inventam a vida pela arte.

No mês de dezembro em 2013, André de Oliveira noticiou em seu blog a utilização dos grafites do artista caxiense Kajá no vídeo clipe de Beyoncé. Kajá afirmou ter se surpreendido por imagens de suas obras em uma propaganda em Buenos Aires observa-se que a cultura de Caxias tornou-se referência mundial através das artes plásticas. A última fala do autor do blog demonstrou a importância da valorização do artista urbano.

Pelo talento do artista ainda veremos muito ainda de seus grafites e quadros de Kajá espalhados pelo mundo. Espero sinceramente que ao menos res-

peitem o artista ao utilizar comercialmente sua criação. Não é por estar na rua que a arte urbana deve ser tratada como uma coisa qualquer. A indústria do entretenimento ao utilizar ao seu modo essas criações, deve no mínimo ter o devido reconhecimento do autor das obras.

Observa-se a partir dos signos destacados que o povo tem acesso à cultura e a produz, divulgando-a em diferentes países devido à qualidade da obra produzida.

No jornal Caxias digital ainda em 2013, divulga-se o *Meeting of Favela em Vila Operária*, evento descrito pelos signos “um dos maiores eventos voluntários de grafite do país” e movimento que “reúne artistas de todos os cantos do Brasil”. Observa-se a exaltação do evento que segundo a propaganda é um dos maiores do país e um reduto que reúne artistas de diferentes lugares do Brasil. Observa-se que Caxias apresenta grandes eventos que são a vitrine da diversidade cultural de nosso país como o festival nacional de teatro realizado em Caxias que segundo foi retirado no jornal “Caxias Digital” concorreu em 2013 ao título de ser um dos maiores festivais de artes cênicas no país e uma vez mais ressalta-se a participação de produções de todo o país.

5. Conclusão

A partir da análise dos textos observou-se sobre os jornais da capital do Rio de Janeiro que apenas uma reportagem apresenta a concepção de Caxias como um local sem acesso à cultura. A segunda reportagem apresenta a visão de um lugar que preserva tradições esquecidas em muitos lugares de nosso país.

A respeito dos meios de comunicação Caxienses observou-se a divulgação de eventos que reúnem artistas de todo o país e são reverenciados por sua importância a nível nacional e destaca-se a obra de um dos principais artistas de rua, o pintor Kajá, que se destaca mundialmente pelo trabalho que realiza.

Os cidadãos caxienses participam das atividades culturais seja nos folguedos, na pintura de grafites ou nas artes cênicas apreciando as obras do melhor evento do país ou atuando em obras de grande valor artístico.

Como afirma Eagleton na pós-contemporaneidade as noções de cultura são mais abrangentes e a exclusão de um grupo social torna-se inadequada, pois não há povos sem cultura e sem acesso a mesma. Cada povo atravessou processos históricos distintos que influenciaram as pro-

duções culturais de cada país, região ou grupo social. A cultura caxiense é diversificada, cosmopolita e de grande importância para o Brasil e para o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Unesp, 2005.

PEIRCE, C. Salders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

SANTAELLA, L. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Thomson, Learning, 2002.

_____. *O que é semiótica*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983

_____. *Panorama da semiótica de Platão a Peirce*. São Paulo: Anna-blume, 1995

Beyonce e o grafite do caxiense Kaja. Disponível em:

<<http://andredeoliveira.com.br/2013/12/beyonce-e-o-grafite-do-caxiense-kaja>>.

Anexos

Sem acesso à cultura: no Brasil, só 9,1% dos municípios têm cinema Carolina Benevides

RIO – Aos 15 anos, Mayra Meireles é quase uma adolescente como qualquer outra: ainda tem cara de menina, sorri timidamente, começa respondendo qualquer pergunta falando "não sei" e faz caras e bocas ao tentar explicar seu ponto de vista. A diferença entre ela e muitos adolescentes brasileiros é que Mayra afirma que "não tem sonhos". Talvez seja, explica, porque nunca esteve numa sala de cinema – "a claridade é só da tela, né?" –, nunca entrou num teatro, nunca viu um show – "gosto do Sorriso Maroto e do Belo" –, nunca teve a chance de se aventurar nas páginas de muitos livros – "Biblioteca? Nunca fui. Só li a Bíblia e um livro do Vinicius de Moraes, que gostei" – ou esteve no circo. A menina, que nasceu em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, e foi criada no bairro Chapéu do Sol, em Xerém, na Baixada Fluminense, é a caçula de uma família – pai, mãe e dois irmãos – que também nunca esteve em nenhum desses lugares.

Disponível em:

<http://blogdoandredeoliveira.blogspot.com.br/2010/09/o-globo-desconhece-realidade-cultural.html>

**Neste final de semana acontece em Duque de Caxias
o Meeting of Favela (MOF).**

O evento é considerado um dos maiores eventos voluntários de grafite do país. O MOF reúne artistas de todos os cantos do Brasil, que vem para a Vila Operária colorir os muros dos becos e vielas da comunidade.

O agito será no domingo, a partir das 10 horas, mas no sábado já rola o Pré-MOF e a Chyper de Rua.

Confira no site do evento: <http://www.meetingofavela.com.br>



Disponível em: <<http://www.caxiasdigital.com.br/blog/meeting-of-favela-agita-a-vila-operaria-duque-de-caxias>>.

REPORTAGEM DE CAPA

ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM NO NATAL

POR UMA FESTA
GENUINAMENTE BRASILEIRA

DIVULGAÇÃO/ANIMA DA CULTURA/SABLA KKKKK

Em meio aos velhos flocos de algodão evocando a neve em pinheirinhos de plástico e as novíssimas árvores naturais carregadas de berinjelas, das rabanadas thai e outras curiosidades cor-de-rosa do Natal 2013, ainda sobrevive nas periferias do Rio (e do Brasil) uma maneira muito tradicional de se comemorar o nascimento de Jesus. São os folguedos natalinos, como são agrupadas manifestações folclóricas como folias de reis, pastoris, cheganças, lapinhas, marujadas e congadas.

O calendário dos festejos em todo país tem início em meados de dezembro e vai até o Dia de Reis, 6 de janeiro, ainda que em muitos bairros do Rio se estenda até o dia 20 de janeiro, dia do padroeiro da cidade, São Sebastião.

— É, em geral, uma tradição muito vinculada às heranças ibéricas e foi muito forte no interior. O crescente processo de urbanização, todavia, tornou o ciclo cada vez mais pobre, derrotado por um modelo de Natal fundamentado em outras referências do Hemisfério Norte: desde a culinária natalina (com suas castanhas, perus e rabanadas mais adequadas ao clima frio) até a figura do Papai Noel, passando pelas músicas normalmente traduzidas do cancionário europeu e americano. É pena, mas esse Natal brasileiro parece que perdeu a parada — lamenta o historiador Luiz Antônio Simas, especializado em cultura popular.

Simas tem razão. Basta perguntar a qualquer criança se, além do aveludado Papai Noel de shopping, ela sabe o que é, o que faz e para que serve uma folia de reis. Como a Sagrada Família da Mangueira, que acontece todo ano na Mangueira; ou a Flor do Oriente, grupo de Duque de Caxias que se apresenta há 150 anos. Ou a Estrela da Manhã, do município de Levy Gasparian.

DUQUE
DE CAXIAS.

A saída da folia de reis Flor do Oriente, em registro de 2011, que resiste há 150 anos na Baixada Fluminense

LEVY
GASPARIAN.

Na região Norte do estado, o grupo Estrela da Manhã se apresenta sempre na noite de Natal, desde a década de 40

Ou as de Valença, o maior polo de folias de reis do estado: são 35 grupos, reunidos em uma associação própria. Ou ainda as pastorinhas que resistem bravamente em Santo Antônio de Pádua, na região nordeste do estado.

Todos têm em comum o fato de representarem, em versos e toadas, e de maneira teatral, as principais passagens da história de Jesus.

— É fundamental preservar os folguedos, porque eles são, muito além da festa, espaços de pertencimento, onde as comunidades envolvidas estabelecem formas de invenção da vida pela cultura, envolvendo aspectos

múltiplos (como as danças, a culinária, as músicas, as vestimentas, o culto aos ancestrais) que atravessam gerações. São essas peculiaridades que dão aos grupos sociais traços distintivos — ensina Simas, lembrando que o "Dicionário do Folclore Brasileiro", do antropólogo Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), traz verbetes que são referências no estudo do tema.

Hoje, os folguedos natalinos fluminenses estão documentados e podem ser acessados no Mapa da Cultura Digital da Secretaria estadual de Cultura (www.mapadecultura.rj.gov.br).

MARILINA FILGUEIRAS

Disponível em: <<http://andredeoliveira.com.br/2013/12/folia-de-reis-flor-do-oriente-destaque-no-jornal-o-globo>>.

FESTIVAL NACIONAL DE TEATRO DE CAXIAS

Agenda Fixa - Duque de Caxias



São duas semanas intensas. Desde 2003, o Festival [Nacional de Teatro](#) de Caxias recebe produções de todo o país e disputa com outras cidades o título de maior [festival de artes](#) cênicas. Organizado pelo Centro de Pesquisas Teatrais (CPT), e pela Secretaria Municipal de Cultura, o evento reúne público de até 20 mil pessoas.

NAVEGUE PELO MAPA



Como parte da premiação, que distribui até R\$ 18 mil aos três primeiros colocados nas categorias adulto e [infantil](#), os espetáculos vencedores podem entrar na [programação](#) do [Teatro Raul Cortez](#). Além das peças, também são premiados os [melhores atores](#), figurino, direção, cenografia, texto, iluminação e maquiagem.

SERVIÇO

Quando: Setembro

Endereço: Teatro Raul Cortez - [Praça](#) do Pacificador, [Centro](#).

Email: producao@raulcortez@gmail.com

Site: <http://www.raulcortez.com.br>

Festival nacional de teatro de Caxias. Disponível em:
<<http://mapadecultura.rj.gov.br/duque-de-caxias/festival-nacional-de-teatro-de-caxias>>

BEYONCÉ E O GRAFITE DO CAXIENSE KAJÁ

18 de dezembro de 2013 Arthurwilliam Deixe Um Comentário

O novo clipe da cantora Beyoncé filmado no Rio de Janeiro, despertou os mais variados comentários e discussões nas redes sociais, em particular vou tocar num ponto que poucas pessoas sabem, que acabando remetendo a arte urbana caxiense. No clipe aparece em algumas cenas o grafite do Kajá, que foi feito no Vidigal. O caxiense Kajá, que é um dos organizadores do MOF, ficou feliz e chegou a comentar nas redes sociais.

André Kajá Man **compartilhou um link.**

Ontem próximo a Rio de Janeiro

Até a Byonce resolveu pegar uma caroninha nos meus auto falantes...
hahaha

No novo clipe da jovem, rola uns flash's da pinturinha no Vidigal.

<http://virgula.uol.com.br/musica/pop/clipec-da-nova-blue-mostra-beyonce-durante-passagem-pelo-brasil>

Não é a primeira vez que Kajá se surpreende com fatos como esse, em outubro numa viagem à Buenos Aires o artista se deparou com uma propaganda na cidade portenha, que utilizou como fundo uma arte sua, e o pior sem pedir autorização ao artista.



Pelo talento do artista ainda veremos muito ainda de seus grafites e quadros de Kajá espalhados pelo mundo. Espero sinceramente que ao menos respeitem o artista ao utilizar comercialmente sua criação. Não é por estar na rua que a arte urbana deve ser tratada como uma coisa qualquer. A indústria do entreteni-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mento ao utilizarem ao seu modo essas criações, devem no mínimo ter o devido reconhecimento do autor das obras.

Disponível em:

<<http://andredeoliveira.com.br/2013/12/beyonce-e-o-grafite-do-caxiense-kaja>>.

A RIDICULARIZAÇÃO DA IMAGEM EM CAPAS DA VEJA – UMA ANÁLISE PARA ALÉM DO SENTIDO DE LÍNGUA

Ilana da Silva Rebello Viegas (UFF)

ilanarebello@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como a *Veja*, por meio da ridicularização da imagem de personagens públicos e da palavra, constrói e transmite seu discurso ideológico. A revista *Veja* se configura como um produto do campo jornalístico, cuja legitimidade está em não apenas produzir e divulgar informações, mas atualizar a realidade e renovar a apreensão do mundo. Como o próprio nome indica, a *Veja* mostra o que julga importante saber, de uma maneira particular, não transparente. Assim, com o objetivo de mostrar que, na capa da revista, linguagem verbal e não verbal são organizadas de modo a formarem não uma pura descrição, mas uma interpretação, ou um conceito sobre algo ou alguém, este trabalho analisa duas capas da *Veja* disponível na internet, baseando-se, sobretudo, na teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau, articulando esses postulados aos pressupostos da linguística textual. Para a análise do texto não verbal, busca-se respaldo em noções da semiótica peirciana. Com essa análise, pretende-se chegar ao objetivo principal desta pesquisa que é contribuir para o ensino de leitura e interpretação textual.

Palavras-chave: Revista *Veja*. Imagem. Linguística textual. Semiolinguística.

1. Considerações iniciais

Este trabalho tem por objetivo analisar como a *Veja*, por meio da ridicularização da imagem de personagens públicos e da palavra, constrói e transmite seu discurso ideológico. A revista *Veja* configura-se como um produto do campo jornalístico, cuja legitimidade está em não apenas produzir e divulgar informações, mas atualizar a realidade e renovar a apreensão do mundo. Como o próprio nome indica, a *Veja* mostra o que julga importante saber, de uma maneira particular, não-transparente.

Assim, com o objetivo de mostrar que, na capa da revista, linguagem verbal e não verbal são organizadas de modo a formarem não uma pura descrição, mas uma interpretação, ou um conceito sobre algo ou alguém, este trabalho analisa duas capas da *Veja* disponíveis na internet, baseando-se, sobretudo, na teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, articulando esses postulados aos pressupostos da linguística textual. Para a análise do texto não verbal, busca-se respaldo em noções da semiótica peirciana.

Com essa análise, pretende-se chegar ao objetivo principal desta pesquisa que é contribuir para o ensino de leitura e interpretação textual.

2. A semiolinguística

A semiolinguística é uma teoria da análise do discurso, criada pelo pesquisador da Universidade Paris XIII, *Patrick Charaudeau*.

Em semiolinguística, *Sémio-*, vem de *sémiosis* – a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido; já o termo *-linguística* lembra que a forma de ação pretendida pelo sujeito-comunicante é sobretudo constituída por um material linguístico oriundo das línguas naturais. (CHARAUDEAU, 1995, p. 98)

Além disso, segundo Charaudeau (2008, p. 21),

(...) uma análise semiolinguística do discurso é semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade. Esta última depende dos sujeitos da linguagem, que procuram extrair dela possíveis significantes. Diremos também que uma análise semiolinguística do discurso é linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos linguageiros.

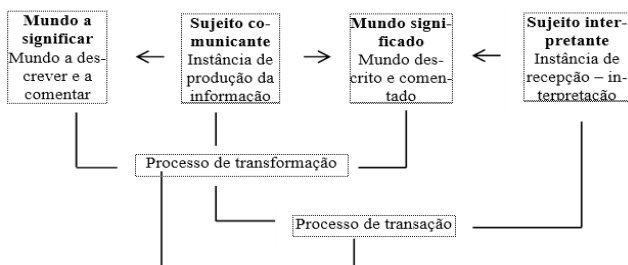
Por meio de signos verbais e/ou não verbais, um “eu” pode significar o mundo para o outro. Nesse sentido, a troca comunicativa parte de um processo de *semiotização de mundo*, elaborado através de um processo de *transformação* entre o mundo a ser significado e o mundo significado e um processo de *transação* (base da construção do *contrato de comunicação*) entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante-destinatário (CHARAUDEAU, 1995, p. 101).

Nas capas de revistas, objeto de estudo deste trabalho, ao mesmo tempo em que o eu-comunicante apela para as emoções, ou seja, para o “fazer sentir”, precisa também, a fim de atender a função do contrato de

comunicação estabelecido socialmente para o gênero capa de revista, “fazer saber”. É por meio da estratégia de “fazer saber” que, segundo Charaudeau (2006a, p. 92), o texto midiático satisfaz o “princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade”.

Dessa forma, num primeiro momento, pode-se dizer que a capa da revista *Veja* tem por objetivo produzir um discurso informativo, ou seja, o “mundo a significar” pode ser considerado um “mundo a descrever e comentar”, e o “mundo significado”, um “mundo descrito e comentado”.

Processo de semiotização do mundo



(CHARAUDEAU, 2006a, p. 42; 1995, p. 101). Adaptação nossa.

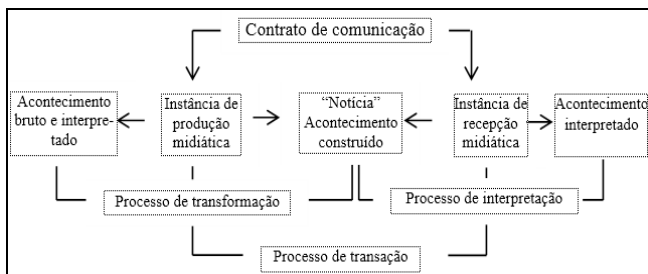
Assim, segundo Charaudeau (2006^a, p. 114),

(...) o “mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “acontecimento bruto” e o processo de *transformação* consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado), ao estado de mundo midiático construído, isto é, de “notícia”; isso ocorre sob a dependência do processo de *transação*, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira. (...)

Ao comprar uma revista, a informação que o leitor tem do fato é aquela fornecida pelo jornalista. Nesse sentido, se o leitor não estiver atento, pode interpretar um fato, por exemplo, a partir da maneira pela qual ele é mostrado pela revista. As palavras e as imagens apresentadas podem ou não coincidir com a realidade, podem ou não estar manipuladas.

Sintetizando,

Contrato de comunicação



(CHARAUDEAU, 2006a, p. 114)

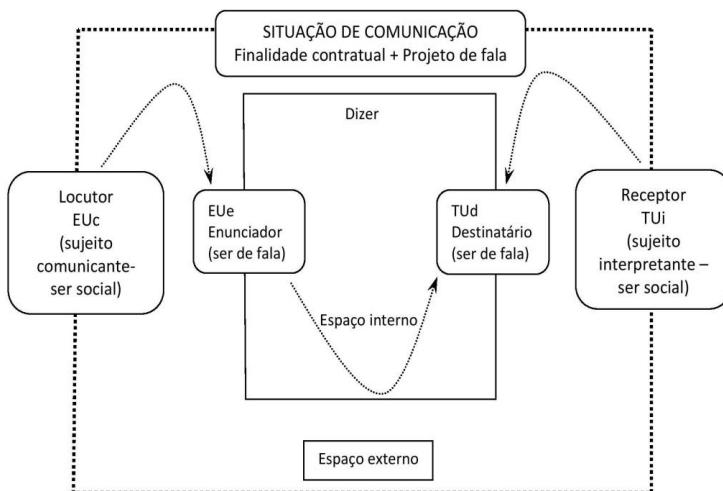
Assim, não existe ato de comunicação em si mesmo. Durante a construção do sentido, os sujeitos estão em franco processo de interlocução, compartilham saberes e desdobram-se em dois "eus" e dois "tus".

Como afirma Charaudeau (2001, p. 31-32), todo ato de linguagem é uma encenação que comporta quatro protagonistas, sendo dois *situacionais*, externos e dois *discursivos*, internos. Os sujeitos “externos” são o *EUC* (eu-comunicante) e o *TUi* (tu-interpretante) e os sujeitos “internos”, o *EUE* (eu-enunciador) e o *TUD* (tu-destinatário).

No circuito externo, os seres são de ação, instituídos pela *produção* (*EUC*) e pela *interpretação* (*TUi*) e guiados pelo *FAZER* da situação psicossocial. Já no circuito interno, os seres são da *fala*, instituídos pelo *DIZER* (*EUE* e *TUD*).

O quadro enunciativo da Semiologia mostra que todo ato de linguagem, seja ele falado ou escrito, é uma representação comandada pelos sujeitos externos e internos. Charaudeau chama essa representação de ***mise en scène***.

Representação do dispositivo da encenação da linguagem



(CHARAUDEAU, 2008, p. 77)

Em relação ao texto jornalístico, Charaudeau (2006a, p. 256) afirma que

(...) o cidadão nunca tem acesso ao acontecimento bruto, ele sempre entra em contato com um acontecimento filtrado pela mídia. Assim, ora o acontecimento bruto e acontecimento veiculado pela mídia se confundem, ora um prepondera sobre o outro, criando um círculo vicioso (...)

Assim, no texto jornalístico, o *EUC* é o jornalista (a pessoa física) que trabalha na redação da revista. No circuito interno, o *EUE* pode não ser a “voz” do jornalista (pessoa física). Ele pode estar reproduzindo a ideologia do veículo para o qual trabalha, direcionando o texto para determinados leitores (aqueles que normalmente leem a revista). A revista quer vender e, para isso, precisa escrever aquilo que o seu público gosta de ler.

Nesse sentido,

As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público.

A informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo. Mesmo a imagem, que se acreditava ser mais apta a refletir o mundo como ele é, tem sua

própria opacidade, que se descobre de forma patente quando produz efeitos perversos (...) ou se coloca a serviço de notícias falsas (...). A ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é o mais surpreendente” (...) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel. Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, (...). (CHARAUDEAU, 2006a, p. 919-20)

Em relação à finalidade, a realização de uma encenação enunciativa pode ser produzida por diferentes estratégias discursivas, sendo que algumas chegam até mascarar o *fazer* pelo *dizer*. De acordo com Charau-deau (2006a, p. 69), todo ato de linguagem é ordenado em função de um objetivo: “fazer fazer” (levar o outro a agir de uma determinada maneira), “fazer saber” (transmitir um saber a quem se presume não possuí-lo), “fazer crer” (levar o outro a pensar que o que está sendo dito é verdadeiro ou possivelmente verdadeiro) e “fazer sentir” (provocar no outro um estado emocional agradável ou desagradável).

As dimensões do contrato de comunicação (“fazer saber” e “fazer sentir”) norteiam o funcionamento das mídias, embora o jornalismo assuma, nos discursos que justificam sua prática, a prerrogativa de “fazer saber”. Os meios de comunicação procuram dosar as estratégias, as finalidades com o objetivo de assegurar a sobrevivência no mercado. Transitam, como diz Charau-deau (2006a, p. 93), entre as exigências de uma “austeridade racionalizante” e as de uma “imaginação dramatizante”.

O olhar do leitor é, então, guiado a partir da combinação dessas duas finalidades, dotando a capa de uma revista ou a primeira página de um jornal de atratividade suficiente para prender-lhe a atenção ou fazê-lo comprar o exemplar.

3. Noções da semiótica peirciana

Uma palavra pode dizer muito mais do que o seu sentido literal. Da mesma forma, uma imagem pode revelar muitas informações, muitas mensagens nas suas cores, formas, linhas...

Neste trabalho, como não analisamos apenas a linguagem verbal, auxilia-nos na leitura dos signos, a ciência Semiótica, criada pelo lógico e filósofo americano Charles Sanders Peirce desde o final do século XIX, tendo em vista que tal ciência fornece definições rigorosas do signo e do modo como os signos agem.

Peirce (2010), na sua obra *Semiótica*, conceitua signo da seguinte forma:

Um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representâmen*. (...) (p. 46)

O *signo* é algo (ideia, conceito...) que representa ou traduz para alguém a realidade designada; logo, significa.

Dependendo do modo como se estabelece a relação entre signo e referente – qualidade, existente ou lei –, para Peirce (2010), um signo pode ser denominado *ícone*, *índice* ou *símbolo*:

a) *ícone*: é um signo cuja relação signo/objeto é de *similaridade* (semelhanças). Sugere ou evoca algo porque a *qualidade* que ele exhibe se assemelha a uma outra qualidade. É a base da metáfora. Por exemplo, estátuas, imagens, quadros, onomatopeias etc.

O *índice*, diferentemente dos ícones, indica o objeto.

b) *índice*: é um signo cuja relação signo/objeto é estabelecida de forma direta, real e causal. Sua relação é de contiguidade (pertence a, a partir de, causa/efeito). É a base da metonímia. São exemplos de índice a pegada, a impressão digital, a fumaça (fogo), a nuvem escura (chuva), o chão molhado (choveu), o termômetro, o cata-vento, o relógio, o barômetro, a bússola, a fita-métrica, o furo de uma bala, um dedo apontando, fotografias etc.

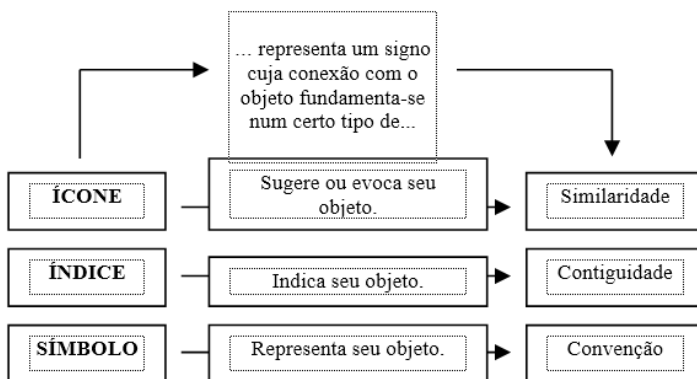
Por último, dependendo do modo como se estabelece a relação entre signo e referente, um signo pode ser denominado *símbolo*.

c) *símbolo*: é um signo cuja relação signo/objeto não é imediata, pois não há necessariamente similaridade ou contiguidade com o objeto, sendo quase sempre tomado de forma arbitrária, só significando dentro de uma convenção estabelecida pela sociedade. São exemplos de símbolos os sinais de trânsito, as placas indicativas, aliança no dedo anular (= compromisso), veste negra (= luto) e, principalmente, o signo linguístico.

A relação *ícone*, *índice* e *símbolo*, segundo Vestergaard e Schröder (2000), pode ser visto como uma divisão de signos em grau decrescente de naturalidade: o *ícone* representa um signo cuja conexão com o

objeto fundamenta-se num certo tipo de similaridade; o *índice*, numa relação de contiguidade e, por último, o *símbolo*, numa convenção.

Ícone, índice e símbolo, segundo Vestergaard e Schrøder



O índice e o ícone são sinais naturais, pois mantêm relação intrínseca com o objeto representado (seu referente). Já o símbolo é um sinal artificial, construído pela própria sociedade.

As relações sógnicas são importantes para o estudo da linguagem das capas de revista, pois as capas combinam mais de um tipo de signo – a palavra, signo verbal caracterizado pela arbitrariedade e pela linearidade, e da imagem, signo icônico caracterizado pela similaridade e pela superficialidade. Por exemplo, a foto de uma mulher bonita é ícone quando tomada como imagem, mas é símbolo quando representa “glamour”, “beleza”... Produtos como carro ou cartão de crédito podem ser ícones quando imagens, mas símbolos quando representam ideias abstratas como “status”, “sofisticação”, “potência” (carro) – no sentido semântico e no conotativo – quando apela para a virilidade.

Como afirma Feres (2011, p. 57),

(...) o signo icônico atrai o leitor pela aparente “facilidade” de leitura, mas está, o tempo todo, exigindo uma outra leitura, mais profunda, sempre ativadora do plano discursivo/situacional, para permitir sua interpretação. São ícones incessantemente transformados em índices e símbolos, que precisam ser, além de reconhecidos/compreendidos, interpretados.

4. *Gênero capa de revista*

Segundo Azeredo (2004, p. 39),

(...) o texto é um produto da atividade discursiva. Em um texto circulam, integram e se integram formações várias, explícitas ou implícitas, evidentes por si mesmas ou dependentes de interpretação. Por isso, um texto é necessariamente fruto de uma construção de sentido em que cooperam quem o enuncia e quem o recebe (...)

Nesse sentido, pode-se considerar a capa de revista como um gênero textual?

As capas de revista são um gênero textual, ou seja, são textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

Isso porque, de acordo com Marcuschi (2002, p. 22-23),

Os gêneros textuais se constituem como ações sociodiscursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo.

(...)

Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

Assim, com a definição acima, é possível afirmar que as capas de revista constituem um gênero textual, ou seja, desempenham uma função social, são textos materializados e apresentam um formato próprio. Ainda nas palavras de Meurer (2002, p. 11), “ao servir de materialidade textual a uma determinada interação humana recorrente em um dado tempo e espaço, a linguagem se constitui como gênero”.

Os elementos estruturais da revista *Veja* são sempre recorrentes. O que varia, às vezes, é a disposição de alguns elementos em função da elaboração e da disposição das imagens e das manchetes no texto. Como afirma Guimarães (2004, p. 123-124),

Desde que surgiu, em 1968, a revista *Veja* tem apostado em uma estrutura de capa monotemática: uma foto ou ilustração de fundo e uma chamada (manchete que sintetiza o assunto e que pode ser formada apenas pelo título ou ter o acompanhamento de outros elementos verbais característicos do jornalismo, como subtítulo, legenda, chapéu – que é uma palavra ou expressão que antecede o título para, indicando o assunto, conduzir a leitura da chamada), e, eventualmente, um segundo assunto em destaque na tarja diagonal no seu canto superior esquerdo (conhecido como orelha).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O espaço jornalístico da capa é preenchido com essa estrutura monotemática da revista (um elemento visual e um verbal que se completam), enquanto o logotipo da revista faz parte do espaço institucional. Tais espaços normalmente não se misturam, para garantir a unidade da publicação por meio da identificação do logotipo da revista.

Dessa forma, o nome da revista é fixo, localizado no alto da página, com letras destacadas em tamanho maior. Próximo ao nome, é disponibilizado o site da revista. Os demais elementos podem variar de posições, de acordo com a elaboração da capa. A identificação do exemplar de assinante e o símbolo da editora da revista apresentam-se sempre nas laterais. Já a data, o número da edição e o valor do exemplar constituem um único grupo, que aparecem sempre juntos, acima do nome da revista *Veja*. Além disso, normalmente, as capas trazem uma manchete principal e outras secundárias.

Antes de passarmos à análise, vale a pena ainda destacar que, estudo realizado por Hernandez (2012, p. 269) mostra que, normalmente, os noticiários tentam construir efeitos de neutralidade em relação às notícias, menos *Veja*. Segundo o autor,

A voz que tudo sanciona da revista, contudo, é muito mais uma coerção do que uma escolha qualquer para construir o *ethos* do enunciador. Se não aparecesse como “juiz”, *Veja* perderia uma grande maneira de se diferenciar dos outros noticiários.

Por fim, os textos da mídia fazem parte do rol dos gêneros sugeridos pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* para serem trabalhados com os alunos. Assim, desenvolver trabalhos em sala de aula com esse gênero textual não só estimula o aluno à prática social da leitura, como também o leva a integrar-se ao meio social em que vive e à realidade, de modo a tornar-se um cidadão consciente e participante, uma vez que, ao perceber o que está nas entrelinhas de uma capa de revista, por exemplo, estará tomando consciência do contexto histórico, social, econômico e cultural em que vive.

5. A ridicularização da imagem

As capas representam a embalagem das notícias, formando antecipadamente a opinião dos leitores a respeito dos assuntos que serão abordados dentro da revista. Como grande parte do público leitor não tem acesso às reportagens anunciadas nas revistas de modo integral, ou seja, o leitor de banca, a simples exposição dos elementos sígnicos na

capa transmite informações e direciona a interpretação dos fatos. Tal exposição altera o que seria a mera informação, ou seja, a objetividade proposta nessa esfera de circulação de notícias.

Neste trabalho, entendemos “ridicularizar”, tal como está definido no *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* (ACADEMIA, 2008, p. 1132): “**ridicularizar** – v. 1. Expor ao ridículo; fazer zombaria de; zombar; caçoar, escarnecer, motejar (...)”.

Passemos à análise.



Fig. 1: “Quanto riso, /oh! Quanta alegria...” (Veja, 05/03/14)

Na edição de 5 de março de 2014, a *Veja* exhibe, na capa, a caricatura de três personagens políticos – José Genoíno, José Dirceu e Delúbio Soares, em clima de carnaval, com a manchete “Quanto riso, oh! Quanta alegria...”, ironizando a decisão do STF sobre a votação do último embargo infringente da AP470. Abaixo da manchete, lê-se: “O STF decidiu que eles não formaram quadrilha e estarão soltos logo. Para os brasileiros, isso é melancólico”.

Segundo a revista, “em 2012, o STF condenou, por 6 votos a 4, os mensaleiros José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares pelo crime de formação de quadrilha. A nova composição do tribunal, com a aposentadoria de dois ministros, inverteu o resultado”. (*Veja*, 05/03/14, p. 46) Dessa forma, a Corte deu sinal verde para a “quadrilha” petista e joga nos “ministros novatos” Luís Roberto Barroso e Teori Zavascki a responsabilidade pela reviravolta. A reportagem de Daniel Pereira sugere que o resultado foi influenciado pela presidente Dilma Rousseff, que indicou os “novatos” para o cargo.

Aproveitando a semana em que estava ocorrendo o Carnaval no Brasil, a *Veja* ridiculariza a imagem de três políticos. José Dirceu, retratado ao centro, segura um estandarte em que se lê: “Bloco dos mensaleiros”.

As cores que predominam na capa são o verde e o vermelho. O vermelho na manchete, nas roupas e no estandarte faz referência à cor do Partido dos Trabalhadores. Segundo Guimarães (2003, p. 54), quando não relacionado a assuntos como saúde, ou violência, o vermelho passou a ser utilizado pela *Veja* “para representar a esquerda [...] acompanhada da negatividade do preto”, ilustrando “todas as capas que trataram de escândalos, corrupção, golpes etc.”

Na capa, o verde faz relação com que afirma a *Veja* – a corte deu sinal verde para a quadrilha, simbolizando o mesmo dos semáforos – permissão, liberdade. Assim, ao mesmo tempo em que o verde simboliza esperança, liberdade, calma, fortuna, natureza, conserva também, segundo Chevalier e Gheerbrant (2012, p. 943), “um caráter estranho e complexo, que provém da sua polaridade dupla: o verde do broto e o verde do mofo, a vida e a morte. É a imagem das profundezas e do destino”.

Dessa forma, apesar de ser a cor da esperança, a cor que acalma, quando associada ao vermelho, pode representar raiva. Quem nunca ouviu a expressão “estar verde de raiva”? Na capa da *Veja*, com certeza, os

brasileiros não demonstram tranquilidade, mas incredulidade diante do que se veem.

Como se vê, as escolhas não são aleatórias. Os personagens dançam, sorridentes, em meio a várias notas verdes de dinheiro, em oposição à plateia que é retratada ao fundo, toda de verde, com nariz vermelho de palhaço e expressão irritada.

A *Veja* zomba de milhares de pessoas pelo Brasil que fizeram doações para ajudar petistas a pagar suas multas no STF, dizendo que, mesmo presos, Dirceu, Delúbio e Genóino enriqueceram mais de R\$ 2 milhões: “Não é piada de salão: acumularam patrimônio na cadeia”. (*Veja*, 05/03/14, p. 49) Assim, “neste carnaval é desnecessário dizer quem, como sempre, fará o papel dos mil palhaços no salão”, ironiza a *Veja* (05/03/14, p. 50). O povo, em suma, faz papel de palhaço, ou seja, de bobo.

Assim, apesar de a figura do palhaço ser associada ao riso, à alegria, ainda segundo Chevalier e Gheerbrant (2012, p. 680),

O palhaço é, tradicionalmente, a figura do rei assassinado. Simboliza a inversão da compostura régia nos seus atavios, palavras e atitudes. À majestade, substituem-se a chalaça e a irreverência; à soberania, a ausência de toda autoridade; ao temor, o riso; à vitória, a derrota; aos golpes dados, os golpes recebidos; às cerimônias as mais sagradas, o ridículo; à morte, a zombaria. O palhaço é como que o reverso da medalha, o contrário da realeza: a paródia encarnada.

Na capa, as caricaturas são *ícones* dos personagens públicos, tendo em vista que a relação signo/objeto é de *similaridade* (semelhanças). Além disso, a euforia retratada por meio de dança, sorrisos e dinheiro indica que os políticos estão fazendo alguma comemoração, enquanto as pessoas (plateia) ao fundo, *ícones* da figura do palhaço, apresentam uma expressão facial que indica decepção.

Por fim, a manchete da edição mantém uma relação intertextual com a marchinha de carnaval “Máscara negra”:

Quanto riso, oh, quanta alegria!
Mais de mil palhaços no salão
Arlequim está chorando
Pelo amor da Colombina
No meio da multidão
Quanto riso, oh, quanta alegria!(...)”.⁷

⁷ Disponível em: <<http://letras.mus.br/marchinhas-de-carnaval/473881>>. Acesso em: 05-2014.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Como se vê, a capa não traz uma simples ilustração desprovida de significados. Tudo significa. Personagens são ridicularizados e ironizados. Porém, o resultado final não é o riso, mas a revolta. Neste carnaval, só os personagens principais vivem a alegria. Os palhaços que deveriam estar sorrindo são a própria imagem da decepção.

A segunda capa a ser analisada é de 30 de abril de 2014.



Fig. 2: “Se puxar mais, rasga!” (Veja, 30/04/2014)

Nessa edição, a manchete, irônica, pontuada de modo exclamativo, explicita um comentário do enunciador: “Se puxar mais, rasga!”. Abaixo dessa manchete, lê-se: “O cabo de guerra no PT entre os seguidores de Dilma e os de Lula ameaça a reeleição mais do que os candidatos da oposição.” Aqui, o cabo de guerra é representado pela faixa presidencial.

Normalmente, as manchetes fazem uma síntese da reportagem e não são pontuadas. Aqui, essa norma de redação jornalística foi transgredida.

Mais uma vez, a *Veja* expõe, de forma ridícula, caricaturas – ícones – de personagens públicos. A cabeça é a parte do corpo que mais se destaca. Dilma, à esquerda, com os cabelos em pé, sobrancelhas suspensas, olhos arregalados, boca larga aberta e com os cantos dos lábios para baixo é a própria imagem do susto, do medo e do desespero. A expressão facial e os braços esticados mostram que Dilma faz força para puxar a faixa que Lula também puxa para si.

Diferentemente da Dilma, do lado direito, Lula, puxa a faixa presidencial, com uma expressão sorridente e irônica. Além disso, enquanto Lula olha para Dilma, piscando os olhos, esta olha para algo ou alguém que está mais a frente, como se pedisse socorro.

Assim, enquanto Dilma é a imagem do sufoco e do desespero, Lula é a imagem da alegria e da zombaria.

Ao expor a imagem de Dilma e de Lula puxando uma faixa presidencial em lados opostos, a *Veja* procura destacar que há uma disputa dentro do PT, ou seja, que o partido não está unido.

Nessa capa, a faixa, objeto de desejo dos dois políticos, pode ser tomada como *símbolo* de poder. A posição dos dois políticos puxando a faixa *indica* que algo ou alguma coisa é disputada.

As cores que se destacam são o verde, o vermelho e o amarelo. O vermelho porque é a cor do Partido dos Trabalhadores e, apesar de ser a cor do amor, é também a cor da raiva e da discórdia; o verde porque, juntamente com o amarelo, é a cor que representa o Brasil. Porém, como se vê na primeira análise, quando associado ao vermelho, o verde pode simbolizar raiva. Não é à toa que o logo da revista é preenchido com um verde escuro acinzentado.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nas duas capas em análise, os personagens são retratados por meio de caricaturas. Utilizar caricaturas em capas de revistas já é uma prova de que não há total objetividade ao reportar um fato, nesse gênero textual. Normalmente, a imagem humana é deturpada, o que provoca o riso.

O termo *caricatura* surgiu do verbo italiano *caricari*, que significa *carregar, sobrecarregar com exagero*. Segundo Fonseca (1999), esse termo foi usado pela primeira vez, no século XVII, em uma publicação satírica.

A palavra caricatura [...] aparece usada pela primeira vez por A. Mosini quando este se referiu a *Diverse Figure*, uma coleção lançada em 1646 como uma série de gravuras chamadas de *ritratini carichi* (retratos carregados), realizadas a partir de desenhos originais dos irmãos Agostinho e Annibale Carracci, satirizando tipos humanos das ruas de Bolonha. [...] (p. 18)

Rabaça & Barbosa (2002) definem caricatura da seguinte forma:

CARICATURA – Representação da fisionomia humana com características grotescas, cômicas ou humorísticas. A forma caricatural não precisa estar ligada apenas ao ser humano (pode-se fazer caricatura de qualquer coisa), mas a referência humana é sempre necessária para que a caricatura se realize. (p. 106-107)

Abrangendo vários temas e motivos, a caricatura, assim, é capaz de divertir, informar e criticar. Apesar de retratar a vida cotidiana, o tempo presente, a caricatura apresenta uma informação que não é denotativa, tendo em vista que a imagem é fruto de uma expressão artística. Além disso, provoca o riso. As imagens aparecem “deformadas”.

Assim, a verdade de uma imagem é ela própria, tendo em vista que a edição (sombra, cores, tamanho...) torna impossível a reprodução fiel de um fato a ser representado. Para Neiva Júnior (1994, p. 15), por exemplo, com uma imagem o que se consegue é uma transposição e nunca uma cópia fiel. Dessa forma, qualquer imagem é um recorte da realidade e não a sua réplica, seja em forma de fotografia, de caricatura, de charge etc. E, ao fazer o recorte, o jornalista, ou o fotógrafo, ou o cartunista etc., deixa transparecer a sua ideologia ou a da do veículo para o qual trabalha. Por isso, todo recorte é subjetivo.

Segundo Santos (2013, p. 84),

É o produtor da imagem quem define o ângulo, ajusta o foco, dimensiona o tamanho, seleciona as cores e os seus tons, enfim, deixa a marca de sua autoria na própria imagem produzida. Tudo se organiza conforme a intencionali-

dade do produtor, com a possibilidade de se reorganizar pelo olhar do observador.

Dessa forma, de acordo com Bakhtin (1986), todo signo é “ideológico”, tendo em vista que carrega vários significados e remete a algo exterior a si mesmo. A produção de textos verbais e não verbais é marcada por crenças, valores, desejos, posições políticas etc. que, sem dúvida, interferem na interpretação dos fatos.

Por fim, ainda de acordo com Santos (2013, p. 83),

Na atualidade, a imagem, seja de forma mais perene, seja de forma mais transitória, continua integrando as trocas comunicativas humanas, inscrevendo-se em textos que circulam em diferentes suportes. Fixas, no papel do periódico e do livro ou no tecido da camiseta; fixas ou móveis, na tela da tevê, do computador, do celular, do *outdoor*, as imagens nos informam, nos seduzem, nos comovem e nos movem, de forma consciente ou inconsciente, em diferentes direções. Na atualidade, as linguagens da mídia são fortemente apoiadas na imagem, ou seja, no componente não verbal, impactando-nos a cada instante.

6. *Algumas considerações finais*

As capas, com cores alegres e caricaturas de personagens públicos, procuram transformar um fato em espetáculo e envolver o leitor. Políticos são transformados em atores e o povo, em plateia que a tudo assiste. A *Veja* tenta fazer com que o leitor interprete o tema proposto da edição por meio da visibilidade constituída na capa.

A capa é o elemento que atrai o leitor. É um gênero elaborado com imagens para capturar o olhar. Essas imagens, normalmente, são fruto de edições, interferências como saturação de cores, efeitos gráficos etc. A objetividade não constitui elemento importante na composição das capas, o que torna a imagem documental uma raridade e a manipulação de recursos gráficos uma constante. Na verdade, o que a revista oferece por meio das imagens da capa é a opinião do próprio veículo de comunicação, uma leitura impregnada de ideologia do real. O jornalista, o *eu-comunicante*, normalmente, passa a *eu-enunciador* e nem sempre reproduz aquilo que pensa, mas a ideologia do veículo para o qual trabalha.

Assim, revista *Veja* toma para si a função de propiciar aos leitores a compreensão sobre o mundo. Os temas e a forma como a revista os organiza, hierarquizando-os (os que merecem destaque e os que não devem nem ser divulgados) constituem também indicadores da forma como a

revista manipula, decide pelo leitor. Não é o leitor quem escolhe o que quer saber, mas a revista. O que não é de interesse da revista não tem espaço na publicação.

E, nesse sentido, a inserção do discurso midiático na escola é imprescindível. O ensino de língua portuguesa não deve ser feito de modo “engessado”, isto é, por meio de práticas de ensino cristalizadas, que privilegiam o aspecto gramatical em detrimento da leitura e da interpretação crítica. O aluno precisa entender que a língua é vida e que as possibilidades de combinação dos signos são inúmeras, o que possibilita produzir um texto extremamente criativo.

Trabalhar com diferentes gêneros textuais, dentre eles, as capas de revista, leva o aluno a refletir sobre a própria sociedade em que está inserida. As capas de revista, normalmente, enfocam temas atuais, de grande repercussão. Cabe ao professor fazer da escola uma parte da sociedade, e não um mundo sem significados com a vida do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Dicionário escolar de língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2008.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BRASIL. MEC. *Parâmetros curriculares nacionais*: ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais*: ensino de primeira à quarta série: língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso*: modos de organização. Coord. da equipe de trad.: Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

- _____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006a.
- _____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006b.
- _____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.
- _____. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, n. 117, Les analyses du discours en France. Paris: Larousse, mars 1995.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- FERES, Beatriz dos Santos. *Leitura, fruição e ensino com os meninos de Ziraldo*. Niterói: UFF, 2011.
- FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- _____. *As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2003.
- HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MEURER, José Luiz. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In: ____; MOTTA-ROTH, Désirée. (Orgs.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: Edusc, 2002.
- NEIVA JÚNIOR, E. *A imagem*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- PEIRCE, Charles S. Divisão dos signos; ícone, índice e símbolo. In: _____. *Semiótica*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 45-76.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação*. 6. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

SANTOS, Adriano Oliveira. *Jornal popular e jornal de referência: manchetes e chamadas na formação de leitores críticos*. 2013. Tese (de doutorado). Instituto de Letras da UFF, Niterói.

VEJA. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em: 05-2014.

VESTERGAARD, Torben; SCHRØDER, Kim. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AS FUNÇÕES DISCURSIVAS DAS SENTENÇAS DE TÓPICO

Luiz Augusto Vieira de Carvalho (UERJ)
professorluizvieira@outlook.com

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo as construções de tópico: topicalização, anacoluto, deslocamento à esquerda e Falso SVO. Tais construções caracterizam-se por ter um elemento que é alçado à periferia esquerda da sentença e sobre o qual se segue um comentário. O objetivo geral deste trabalho é analisar e identificar as funções discursivas das sentenças de tópico, além daquela que lhe é comumente atribuída como elemento que anuncia o tema do discurso, chamando a atenção do ouvinte para si. Outro objetivo é verificar se as diferentes construções de tópico compartilham as mesmas funções no discurso. Este estudo objetiva também enriquecer e ampliar as pesquisas que já existem sobre o tema, como também ajudar os professores de Língua Portuguesa no reconhecimento dessas funções ao se depararem com tais estruturas, por exemplo, nas redações dos alunos. Esta análise foi alicerçada seguindo pressupostos funcionalistas, principalmente, as teorias de Lambrecht (1996) e de Pontes (1987). Seguindo esses pressupostos, reunimos 29 exemplos retirados principalmente das obras de diversos autores da comunidade linguística, assim como de conversas informais do dia a dia, televisão e propaganda. O estudo identificou 6 funções discursivas que as construções de tópico podem desempenhar no discurso: a) como elemento de contraste; b) elemento reintrodutor do tópico; c) elemento promotor de mudança de assunto no discurso; d) elemento que serve de retomada para uma entidade mencionada anteriormente; e) elemento introdutor de novos tópicos e f) elemento responsável pelo relevo de determinada coisa ou pessoa no discurso. Dessa forma, conseguimos demonstrar que o tópico pode desempenhar outras funções discursivas, além daquela que lhe é normalmente imputada. Os dados também revelaram que não há uma relação um a um entre as estratégias de tópico e as funções discursivas, visto que há funções que apresentam quase ou todas as estratégias, como também há estratégias que só desempenham uma função no discurso.

Palavras-chave:

Construções de tópico. Funções discursivas. Pressupostos Funcionalistas

1. Introdução

Sintaticamente e discursivamente diferentes das sentenças canônicas SVO, as construções de tópico ocorrem quando um elemento da sentença se desloca à periferia esquerda da sentença e a seguir se faz um comentário sobre ele. Em (01), “o bolo” é o tópico da sentença, já que é o termo sobre qual se declara alguma coisa, por sua vez, “eu não gostei” é o que se declara do bolo, sendo assim o comentário da sentença.

(1) **O bolo**, eu não gostei Pontes (1987, p. 40)

Sob a perspectiva sintática, o tópico é visto como um sintagma nominal, na maioria das vezes, que se realiza numa posição, geralmente, deslocada à periferia esquerda da sentença, sobre o qual se faz um comentário. Esse sintagma nominal pode corresponder a praticamente qualquer função sintática: objeto direto e indireto, adjunto, entre outros.

Sob a perspectiva discursiva, o tópico, de acordo com Lambrecht (1996, p. 118) “*is the thing which the proposition expressed by the sentence is about*”⁸. Entre suas funções mais gerais, o tópico anuncia o tema do discurso, colocando-o em destaque para chamar a atenção do ouvinte. Além disso, o tópico é visto como um direcionamento do discurso, do qual falante e ouvinte se utilizam para progressão das informações no discurso.

A articulação tópico-comentário se apresenta de formas distintas no enunciado linguístico, sendo assim, pode-se dividir as construções de tópico em estratégias diferentes. Cada um desses tipos de construções de tópico apresentará diferenças tanto sintáticas, como discursivas. Este trabalho tem como objeto de estudo as estratégias de tópico rotuladas por Pontes (1987) e Vasco (2006), a saber; topicalização, deslocamento à esquerda, anacoluto e falso SVO.

Este trabalho, além de complementar, enriquecer e ampliar os estudos e as pesquisas que já existem sobre as construções tópico-comentário, acredita que, ao analisar especificamente as funções discursivas das construções tópico-comentário, não só pode ajudar a explicar certos fenômenos linguísticos, que uma análise simplesmente sintática não daria conta, como também pode auxiliar professores de língua portuguesa no reconhecimento dessas funções discursivas, uma vez que partimos da premissa de que a não aceitação das construções de tópico-

⁸ Tradução: é a coisa sobre a qual se declara na sentença.

comentário pela tradição gramatical- que consequentemente se refletirá no preconceito e na estigmatização de tais construções por parte dos professores de língua portuguesa- se dá, na maioria dos casos, pelo desconhecimento das diferentes funções discursivas que essas construções podem desempenhar no discurso.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é reconhecer e identificar algumas das funções discursivas que as sentenças de tópico podem exercer no discurso. Não apenas a função ou funções recorrentemente atribuídas ao tópico pelos autores, mas também e, sobretudo, outras que podem ou não estar ligadas a essas. Este estudo entende que essa função do tópico como elemento que anuncia o tema do discurso, colocando-o em destaque para chamar a atenção do ouvinte é a função discursiva geral/elementar atribuída ao tópico. Não obstante, analisando algumas construções de tópico pode-se evidenciar a presença de outras funções que estão, de certa forma, interligadas à função discursiva geral do tópico, mas não se restringem a ela. Além disso, este trabalho objetiva verificar se há alguma função discursiva que seja específica de uma determinada estratégia de tópico.

Para alcançar esses objetivos, analisamos as obras de Botelho (2010), Lambrecht (1996) Melo (2012), Pontes (1987), Vasco (2006), Moraes (2006), Cunha (2010), assim como de situações reais do dia a dia, televisão e propaganda. E a partir dos exemplos citados por eles e dos outros citados acima, mostrar-se-ão as funções discursivas do tópico. Essa escolha é crucial para este trabalho, já que, na maioria dos exemplos, pôde-se evidenciar o contexto linguístico e extralinguístico nos quais tais construções estavam situadas.

2. *Um breve comentário sobre o status informacional do tópico*

Em primeiro lugar, precisamos fazer um breve comentário sobre como funciona o status informacional dos referentes no discurso, uma vez que é de fundamental importância para o entendimento das funções discursivas do tópico. Para isso, basear-nos-emos na perspectiva teórica de Lambrecht (1996).

De acordo com Lambrecht (1996), a informação “velha”, “dada” ou “pressuposta” é a soma do conhecimento evocado na sentença a qual um falante assume já ser disponível na mente do ouvinte no momento do discurso. Já a informação “nova” é a informação que não é conhecida ou

que não é existente pelo ouvinte no momento do discurso, dentro desse viés, para Lambrecht (1996), dependendo da avaliação do falante, se um determinado referente no discurso já está arquivado na mente do ouvinte, tal referente pode ser classificado como identificável ou não identificável. Ainda, segundo o autor, se tal referente é identificável ele pode ser considerado ativo, acessível, ou não usado dependendo da avaliação do falante em relação a tal status na mente do ouvinte no momento da conversação. De acordo com Lambrecht (1996, p. 78), um referente é considerado identificável quando “*a shared representation already exists in the speaker’s and hearer’s mind at the time of utterance*”⁹, por outro lado um referente é não identificável quando “*a representation exists only in the speaker’s mind*”¹⁰. Portanto, de acordo com Lambrecht (1996) um referente é identificável se o falante assume que tal referente já está estocado na mente do ouvinte e pronto para ser invocado no discurso, mas o autor complementa que tal referente pode ter sido dito anteriormente no discurso ou não.

A categoria identificabilidade, como Lambrecht (1996) afirma tem relação com o conhecimento compartilhado por falante e ouvinte no momento da conversação. Contudo, o autor salienta que por existir uma grande quantidade de conhecimento na mente dos interlocutores, apenas uma parte desse conhecimento pode ser enfatizada no momento do discurso. Dessa maneira, um referente identificável dependendo de seu status na consciência dos interlocutores, pode ser ativo, acessível ou não usado. Segundo Lambrecht (1996), um referente é considerado ativo quando está “aceso” na mente dos interlocutores; esse estado de ativação de um dado referente termina quando um novo referente é ativado; quando um referente está na consciência dos interlocutores de forma periférica é considerado acessível, ou seja, o referente não está no centro da memória do ouvinte, mas pode ser recuperável por ter sido, por exemplo, mencionado no discurso anterior; por fim quando o referente não está “aceso” na mente do ouvinte, e nem se encontra na consciência dos interlocutores de forma periférica, ele é considerado não usado – sendo sua percepção possível pela memória de longo prazo dos interlocutores. Um referente não usado não se encontra no discurso atual, não pode ser recuperado pelo discurso anterior, e nem se situa no contexto situacional, en-

⁹ Tradução: uma representação compartilhada que já existe na mente do falante e do ouvinte no momento da enunciação.

¹⁰ Tradução: uma representação só existe na mente do falante.

tretanto seu reconhecimento se dá em virtude do conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, como também do “background” dos interlocutores. Quanto ao estado de acessibilidade, Lambrecht (*op. cit.*) pontua que ela pode ser atribuída a três fatores: a desativação de um estado anterior (como por exemplo, do estado não usado), as inferências realizadas a partir de um esquema e a presença do mesmo referente no contexto externo ao discurso. No caso da desativação de algum estado ativo anterior no discurso, o autor chama de acessível textualmente; quando a acessibilidade acontece por intermédio de inferências de um estado ativo ou um elemento acessível no universo do discurso, ele o denomina de acessível inferencialmente; quando essa acessibilidade é devido à presença saliente no contexto extralinguístico, o autor o classifica como acessível situacionalmente. Logo, de acordo com o autor “*the psychological factors determining the activation states of discourse referents are thus consciousness and the difference between short-term memory and long-term memory*”¹¹. (LAMBRECHT, 1996, p. 94)

Sendo assim, o tópico faz parte da pressuposição, é identificável e, por isso, vai ter necessariamente certo status de ativação, podendo ser ativo, acessível ou não usado dependendo do status cognitivo do referente na mente dos interlocutores no momento da conversação. E por último, mas não menos importante, como salienta o autor, sua compreensão se dá de acordo com o contexto linguístico e/ou extralinguístico, já que o tópico tem uma relação pragmática com a proposição, que pode, ou não, ser gramaticalmente marcada na sentença.

3. *Funções discursivas do tópico*

As construções de tópico-comentário, como muitos autores já destacaram, podem ser analisadas por duas perspectivas: a sintática e a discursiva. Na perspectiva sintática, um elemento da oração, geralmente um sintagma nominal, é deslocado à periferia esquerda da sentença seguido de uma sentença-comentário. Por vezes, esse elemento tópico desempenha alguma função sintática na sentença, contudo, como salienta Pontes (1987), Lambrecht (1996) e outros autores, apesar de alguns casos de construções de tópico poderem ser explicados por algum tipo de movi-

¹¹ Tradução: os fatores psicológicos que determinam os estados de ativação de referentes do discurso são, portanto, consciência e a diferença entre memória de curto prazo e memória de longo prazo.

mento sintático, essas construções estão acima dos níveis frásticos, sua interpretação e análise devem ser feitas de acordo com o contexto linguístico e extralinguístico. Diante disso, este estudo compreende que as construções de tópico são dependentes do discurso e que analisá-las sem levar em conta o discurso nos impede de aprofundar o conhecimento sobre essas construções. Por isso, esta pesquisa, ao analisar essas construções, sente a necessidade de estudá-las no nível do discurso. Abaixo, analisaremos o que os autores têm esboçado sobre o aspecto funcional dessas sentenças.

De acordo com Vasco (2006, p. 18) “Discursivamente, tais construções exercem importante função: o tópico atrai para si a atenção do ouvinte determinando o tema sobre o qual se faz um comentário, elaborado em uma sentença com sujeito e predicado”; já Cunha (2010, p. 1) acredita que “a característica principal é a de ser uma construção marcada, em que se coloca em evidência um elemento, chamado de tópico, e faz-se sobre esse tópico um comentário”; Botelho (2012, p. 51) completa “o tópico, na verdade, se liga ao discurso, cujo tema anuncia”. Nessa perspectiva, para Paula (2012) “o tópico tem o papel de anunciar (ou retomar) o tema do discurso e limitar o escopo de aplicação da sentença comentário e Moraes (2006, p. 16) “o tópico (representado sintaticamente por um SN) atrai para si a atenção do ouvinte, determinando o tema sobre o qual se faz um comentário, elaborado em sentença com sujeito e predicado”.

Diante do exposto, fica evidente que de um modo geral os autores enfatizam que o tópico apresenta uma função geral/elementar no discurso: anunciar o tema do discurso, atraindo para ele a atenção do ouvinte. Entretanto, este estudo acredita que além dessa função geral do tópico, ele pode servir para outros fins no discurso, como mostraremos abaixo:

3.1. Contraste

A função contrastiva do tópico ocorre quando um dos elementos de um conjunto é individualizado e contrastado com os outros. Observe os exemplos abaixo:

(1) **Essa cerveja**, eu não bebo. (topicalização) (PONTES, 1987 p. 75, grifo nosso).

(2) **O meu banheiro** o Sr. pode pintar. O outro deixa prá depois. (topicalização) (*op. cit.*, p. 76, grifo nosso)

(3) Doc.: Não. Eu digo... cê tem viajado fora daqui?

Inf. 24: [Ieu]?

Doc.: É. **São Paulo**, por exemplo.

Inf. 24: Já fui uma vez.

Doc.: Ah é?

Inf. 24: Já. **Sarvador** eu tive *lá* mês de malço, abriple. (deslocamento à esquerda) (MELO, 2012, p. 134, grifo nosso)

(4) **Shampoo-Johnson's**, esse eu posso usar. (deslocamento à esquerda) (PONTES, 1987, p. 81, grifo nosso)

(4.b) Eu posso usar Shampoo-Johnson's.

Em (1) como afirma Pontes (1987) está se contrastando “essa cerveja”, à qual o falante se refere, com todas as outras disponíveis no momento situacional. Dessa forma, o falante deixa claro que do conjunto de cervejas que existem na consciência ou no contexto extralinguístico dele e do ouvinte, ele quis especificar aquela da qual ele não beberia, dando a entender que outro tipo de cerveja ele beberia. Nas palavras de Pontes (1987, p. 76), “Nesse caso, está individualizando *essa cerveja*, separando-a do conjunto de cervejas, grifo da autora.” Em (2) o contraste se dá entre o banheiro que se pode pintar, e outro que não se pode pintar. Dessa maneira, do conjunto de banheiros que cliente e pintor tinham ciência da existência, a cliente separou “o banheiro do seu quarto” desse conjunto de banheiros, individualizando-o. Já em (3) o falante deseja destacar um dos elementos do conjunto de cidades do Brasil, contrastando com outro elemento desse conjunto que ele havia proferido anteriormente. “São Paulo” responde a pergunta do entrevistador, no entanto, é clara a intenção do falante de destacar a cidade que ele havia visitado mais recentemente, por isso, do conjunto de cidades que ele já pode ter visitado, ele preferiu destacar/individualizar a mais recentemente visitada. Já em (4), o contraste se estabelece entre os tipos de shampoos que o falante pode usar. Assim, do conjunto de shampoos, o falante individualizou uma marca, ou seja, um tipo de shampoo. Podemos imaginar que o falante estava em um supermercado diante de três marcas de shampoo, então, ele pega o Joshnson do conjunto de marcas disponíveis e diz para alguém que aquele shampoo, entre os outros, é o shampoo que ele pode usar. Colocando (4) na ordem SVO (4.b) percebe-se a neutralidade que a sentença adquiriu, evidenciando, então, a necessidade comunicativa do falante em utilizar (4) em vez de (4.b).

Dessa maneira, podemos evidenciar a função contrastiva do tópico, no qual ele serve para destacar, individualizar um elemento de seu respectivo conjunto.

Quanto ao *status* informacional dos termos topicalizados, pode-se notar que de uma forma geral (1) (2) (3) (4) o elemento tópico, apesar de não ter sido citado no discurso anterior, é inteligível aos interlocutores devido ao contexto linguístico, ou seja, aquelas palavras que de alguma forma o remetiam ao constituinte topicalizado e/ou ao contexto extralinguístico, isto é, a presença saliente do elemento tópico no momento da conversação. Em razão disso, os interlocutores puderam facilmente fazer inferências, as quais possibilitaram o reconhecimento do constituinte topicalizado. Dessa forma, levando em consideração a teoria de Lambrecht (1996), podemos dizer que o tópico, nesses casos, é um referente acessível inferencialmente.

3.2. Estabelecimento da progressão temática no discurso

Araújo (2006, p. 19) diferente dos demais autores, ao analisar o tópico sob uma perspectiva funcional, declara: “discursivamente ele é considerado como elemento que tem como função [...] retomar o que foi dito antes, estabelecendo a progressão temática do texto”. Dentro dessa perspectiva, é como se o falante sentisse a necessidade comunicativa de deixar claro o tema atual do discurso, ou seja, acerca de quem ou do que é o discurso para em seguida poder falar algo “novo” sobre ele. Dessa maneira, o tópico serve como um ponto de partida do qual falante e ouvinte se utilizam para identificação e reconhecimento do assunto atual do discurso, funcionando, então, como um ponto de ancoragem para a introdução de novas informações sobre esse tópico, estabelecendo, assim, a progressão temática no discurso. Seguem os exemplos:

(5) A. E a Rosa?

B. **Rosa**, eu falei com ela ontem (deslocamento à esquerda) (PONTES, 1987 p. 81, grifo nosso)

B1. **Quanto a Rosa**, eu falei com ela ontem.

(6) A. Tô procurando a Vanda.

B. **A Vanda** eu acho que tá dando aula. (topicalização) (*op. cit.*, grifo nosso)

B1. **Em relação à Vanda** eu acho que tá dando aula.

(7) A. Lá vem o atrasado Maciel.

B. **O Maciel** você acha que ele é atrasado? (deslocamento à esquerda) (*op. cit.*, grifo nosso)

B1. **Falando do Maciel** você acha que ele é atrasado?

(8) Que a terra as vez é mais forte, os cacho que ele a vez já de... Custô sai(r) mais.

Fomo lá no italiano, **o italiano** gostô muito (topicalização) (MELO 2012 p. 134, grifo nosso)

(8. A) Que a terra as vez é mais forte, os cacho que ele a vez já de... Custô sai(r) mais. Fomo lá no italiano, **no que diz respeito ao italiano** gostô muito.

(9) Doc: O fumo pega mais?

Inf.: O fumo pega mais do que a cachaça.

A cachaça eu bebo todo dia (topicalização) (*op. cit.*, grifo nosso)

(9. A) **Em se tratando de cachaça** eu bebo todo dia.

(10) Você tem falado com sua tia? **Minha tia**, ela mora na Europa agora. (deslocamento à esquerda) (avulso¹²)

(10. a) Quanto a **minha tia**, ela mora na Europa agora.

Podemos perceber por meio desses exemplos, que todos os elementos tópicos foram retomados do discurso anterior e que não há entre o tópico e o elemento que foi retomado outros tópicos. Quanto ao estabelecimento da progressão temática no texto, como verificado acima, a construção tópica serve como veículo para a introdução de um novo tema ao discurso, fazendo o discurso progredir, o qual foi possível graças ao enunciado anterior ao tópico. Isso pode ficar ainda mais claro quando comparado àquelas construções do tipo “quanto a” “em relação a”, já que sabemos que essas expressões são utilizadas, entre outras coisas, para estabelecer a progressão temática no discurso.

O conceito de progressão temática está intrinsecamente ligado ao status informacional dos referentes no discurso, já que o discurso progride à medida que novas proposições são acrescidas àquelas já conhecidas pelos interlocutores. Em (6.a), por exemplo, o status informacional de “Vanda” pode ser concebido como novo, já que era a parte informativa da sentença, que não era do conhecimento do ouvinte, apenas do falante no momento da conversação (LAMBRECHT, 1996), mas que, ao se tornar um conhecimento compartilhado entre os interlocutores (6.b), esse

¹² Esse exemplo foi extraído de conversas informais nas quais estive presente.

referente muda de status informacional para “dado”, “pressuposto”, uma vez que se tornou um conhecimento comum ente falante e ouvinte. Sendo um conhecimento comum entre os interlocutores, o referente pode assumir seu papel de tópico no discurso e, a partir daí, introduzir informações novas sobre esse tópico. No caso em questão a nova informação está presente na sentença-comentário: “eu acho que tá dando aula”.

Nesse sentido, pode-se constatar que, em todos os exemplos acima, a progressão temática se dá porque a parte assertiva/“nova” do enunciado (LAMBRECHT, 1966) (grifados em *itálico* e sublinhados) torna-se o tópico do enunciado seguinte (grifados em **negrito**) que, por sua vez, passa a servir como base para introdução de novas informações no discurso, assim, o discurso pode progredir com as informações novas colocadas na sentença comentário. Enfim, a progressão temática, nos exemplos acima, resume-se a: uma informação assertiva torna-se pressuposta, ao se tornar pressuposta, fica pronta para ser usada como ponto de partida para a introdução de novas informações no discurso. Portanto, o tópico, nos casos acima, tem por função estabelecer os pontos de ancoragem para o aporte das novas informações no discurso.

3.3. Promotor de mudança de assunto no discurso

Primeiramente, precisamos deixar claro uma questão: a ambiguidade da palavra tópico. De acordo com Pontes (1987) essa palavra tem sido usada na literatura como um conceito mais geral, próximo ao conceito de assunto, diferente das sentenças às quais servem de objeto de estudo deste trabalho. Dessa maneira, quando este estudo se referir ao “tópico”, ou seja, ao assunto em discussão no momento do discurso, este “tópico” será colocado entre aspas, diferenciando-se do tópico como construção sintático-discursiva. Feito essas considerações, poderemos entender outra função do tópico no discurso.

De acordo com Pontes (1987, p. 15) “para mudar de ‘tópico’” no discurso estabelecemos alguma relação entre o assunto em discussão e outro que queremos introduzir. O que possibilita essa estratégia comunicativa é a construção tópico-comentário. Observe os exemplos a seguir:

(11) **Já o jornal do Brasil**, você viu a Crônica de Drummond? (PONTES, 1987 p. 15, grifo nosso)

(12) **Falando de democracia**, você viu o discurso de F? (*op. cit.*, grifo nosso)

(13) **Falando de saúde**, como está seu pé? (avulso)

(14) F1: e as vezes temos esse tipo de conversa, sobre inteligência como usar e etc.

ah sim. esse é meu mais novo companheiro de viagens rs

F2: **inteligência**, como vc tem usado a sua?

F1: uhm... não sei se ando usando como deveria, mas sei que ando mais feliz rs ando aprendendo coisas novas, descobri que pelo menos por hora estou feliz na minha área. Descobri que não quero andar com os bons. (avulso¹³)

(15)¹⁴ F1: Oi Bozena, o que que foi? Veio pedir o que emprestado?

F2: Nada. Vim me emprestar. Não trabalho mais na Dona Rita.

F1: Ah...meu pai! Brigaram outra vez!?

F2: Dona Celinha, o que a Dona Rita precisa não é de uma de empregada. Ela precisa de *mágica*.

F3: **Mágica**, eu é que to precisando para me livrar da família do Ícaro...

Em (11) conforme Pontes (1987, p. 15) “estava-se falando que os jornais não tinham tocado num determinado assunto, e estabeleceu-se contraste entre esse jornal e os outros” para mudar de tema no discurso, o falante estabelece uma relação entre o assunto antigo e o assunto novo do discurso. Em que o “tópico” velho “é o jornal do Brasil” e o “tópico” novo é a “Crônica de Drummond” (PONTES, 1987). Isso foi possível, de acordo com Pontes (*op. cit.*) porque se pressupõe que o ouvinte sabia que a crônica do Drummond era escrita no Jornal do Brasil. Novamente a construção tópica se assemelha àquelas construções do tipo “quanto a”, “em relação a”, “falando de”. Em (12) “falando de democracia” é assunto antigo e o novo vai ser “o discurso de F?”. (PONTES, 1987, p. 15, grifo nosso), em que a construção tópica serve como ponte para essa mudança. Em (13) eu e meu amigo estávamos falando sobre saúde, de modo geral, no Brasil, para mudar de “tópico” ele recorreu a uma relação de familiaridade que existia entre o “tópico” velho e o “tópico” novo, já que ele sabia que eu estava com um problema de saúde, e estava me recuperando.

¹³ Eu vi essa conversa em uma rede social de um amigo.

¹⁴ Este exemplo foi extraído de um trecho de um diálogo de um programa humorístico (Toma lá da cá) exibido pela Rede Globo, no qual a personagem Bozena cansada de trabalhar em uma casa em que não se tinha o material necessário para realizar suas atividades domésticas decide se demitir. Essa personagem também trabalha na casa em frente, tendo como patroa a Dona Celinha. No momento do diálogo estavam na sala uma boa parte da família, inclusive Isadora, a falante³, que tinha acabado de perder o marido rico em um acidente e, por isso, estava com medo de perder os seus bens para a família dele.

Em (14) dois amigos conversavam primeiramente sobre o conceito de inteligência, se era inata ou algo relacionado à postura das pessoas em relação a uma determinada coisa ou situação. Em seguida, um dos interlocutores para falar de inteligência, não de forma geral, mais especificamente à inteligência do seu amigo, recorreu a uma relação existente entre o assunto antigo que é “F1: e as vezes temos esse tipo de conversa, sobre *inteligência* como usar e etc., ah sim. esse é meu mais novo companheiro de viagens rs” e assunto novo “*inteligência*¹⁵, como vc tem usado a sua?.” Já em (15) isso fica ainda mais claro. Primeiramente, o assunto do discurso versa acerca da empregada, especificamente sobre a necessidade de sua ex-patroa de mágica, e não de uma empregada, para realizar as tarefas domésticas. Ainda, falando de mágica, mas querendo abordar outro assunto no discurso, o falante³, utiliza uma construção tópica que funciona como um marco comum entre o assunto antigo e o assunto novo no discurso.

Diante disso, fica bem nítido, o papel da construção tópica nesse tipo de sentença: base para a mudança de assunto no discurso. No qual há nos dois assuntos: o velho e o novo uma relação de familiaridade que está contida no elemento tópico. Assim, para o falante introduzir um novo assunto ao discurso foi preciso estabelecer uma conexão entre o assunto em discussão e o assunto que será introduzido.

Como se percebe essas sentenças são inteligíveis devido ao conhecimento de mundo dos interlocutores, assim como o “background” compartilhado entre falante e ouvinte e também em virtude do tópico ser a parte pressuposta da proposição (LAMBRECHT, 1996).

Dessa maneira, o tópico funciona como uma base do qual falante e ouvinte se servem para promover a mudança de assuntos no discurso. No entanto, esses exemplos se diferenciam dos exemplos da seção anterior porque nos últimos, mas não nos primeiros, essa mudança de assunto do qual o tópico funciona como base é feita por uma relação de contiguidade que há entre o assunto antigo e o assunto atual em que o tópico funciona como elemento comum, no entanto esses dois assuntos não têm uma ligação. Ou seja, enquanto nos exemplos da seção anterior as novas informações aumentam o conhecimento já existente na mente do ouvinte

¹⁵ O ouvinte depois de ouvir a primeira fala do falante¹, ficou calado por alguns segundos, como se estivesse refletindo sobre o que fora falado antes, mas também como se estivesse prestes a pontuar algo, quando, então, disse a palavra “inteligência”, seguida de uma pausa que foi represento aqui com uma vírgula.

acerca dos elementos citados anteriormente no discurso, em que há uma relação entre as novas e velhas informações sobre o tópico, nos exemplos desta seção, as novas informações sobre o tópico não têm relação com as informações antigas. Assim, o tópico é o único elo em comum entre o assunto antigo e o assunto novo.

3.4. Reintrodução do tópico no discurso

Pontes (1987) postula que uma das funções do anacoluto seria a reintrodução de um tópico anteriormente expresso no discurso, por exemplo: uma conversa se inicia com um tópico, mas depois se fala de outras coisas, e, para voltar ao tópico anteriormente expresso, o falante faz uso de uma construção de tópico. Observe os exemplos abaixo:

(16) A- Não realmente, João, acho que eu te falei eu pretendo fazer acupuntura em Odontologia. É só aparecer e eu vou...enfiar a cara prá ver se a gente faz um curso diferente. Um curso de **especialização**, né? A gente clínico...fazer clínica geral é muito bom, a gente...(a) prende muito, ganha muito, né? O conhecimento não fica muito limitado....

B- Humm-hum

A- Enquanto que **especialidade**, a gente limita o conhecimento. (PONTES, 1987 p. 101, grifo nosso).

(17) B- Não fica toda vida? A metralhadora atirando?

A- Não! Não fica toda vida não. Esse negócio de ficar toda vida é conversa fiada! Toda vida **só arma automática**. Se ocê ficar com o dedo ali, se ficar com o dedo ali ela vai e volta e ... pá! Vai e volta e ...pá!

B- Feito metralhadora?

A- É. Feito metralhadora. Porque **a arma automática** quando a gente dá um tiro, o cano abre... (*op. cit.*, grifo nosso).

(18) Once there was **a wizard**. He was very wise, rich, and was married to a beautiful witch. They had two sons. The first was tall and brooding, He spent his days in the Forest hunting snails, and his mother was afraid of him. The second was short and vivacious, a bit crazy but always game. Now **the wizard, he** lived in Africa¹⁶. (LAMBRECHT, 1996, p. 177).

¹⁶ Tradução: Era uma vez um feitiцеiro. Ele era muito sábio, rico, e era casado com uma bela bruxa. Eles tiveram dois filhos. O primeiro era alto e taciturno, passava os dias na floresta caçando caracóis, e sua mãe tinha por ele. O segundo era pequena e vivaz, um pouco louco, mas sempre brincalhão. Agora o feitiцеiro, ele vive na África.

Em (16), como Pontes (1987) observou, o falante começa falando de “especialização”, muda de tópico falando sobre “clínica geral”, depois para voltar a falar de especialização usa um anacoluto. O mesmo ocorre em (17) em que o falante estava falando de “arma automática”, quando é interrompido pelo ouvinte por uma pergunta sobre “metralhadora”, para retornar ao tópico anterior “arma automática” faz uso de uma construção tópica (PONTES, 1987 p. 101). Já em (18) a história começa falando sobre um “feiticeiro”. Em seguida, novos tópicos são inseridos no texto: a esposa do feiticeiro e os dois filhos dele. Note que para voltar ao antigo tópico “a wizard”, foi utilizado um deslocamento à esquerda “Now **the wizard, he lived in Africa**”.

Diante desses exemplos, pode-se evidenciar que não só o anacoluto, como também o deslocamento à esquerda pode funcionar como reintrodutor do tópico no discurso. O uso da construção tópica foi possível porque, embora o tópico inicial não esteja mais “aceso” – nos termos de Lambrecht (1996) – na mente dos interlocutores no momento do discurso, ele pode ser recuperado em virtude de estar na memória periférica dos interlocutores, ou seja, o tópico pode ser recuperado por ser um referente acessível. Essa acessibilidade do tópico se dá, nos cinco exemplos, devido a sua menção no discurso anterior. Sendo assim, o tópico nesses casos foi inteligível em virtude de ser um referente acessível textualmente.

3.5. Introdução de tópicos novos no discurso

Ainda que não seja uma função tão comum da construção tópica, em alguns casos, tais estruturas funcionam como introdutoras de novos tópicos no discurso. Pontes (1987) afirma que nesses casos começa-se a falar de alguma coisa que não havia sido mencionada antes no discurso. Portanto, de acordo com a perspectiva de Lambrecht (1996), o tópico nesse viés se põe de alguma forma na consciência dos interlocutores. É identificável, mas não ativo na consciência dos interlocutores, já que não estava “aceso” na mente do ouvinte no momento do discurso. Dessa maneira, o tópico, então, seria um referente identificável acessível ou não usado.

Quanto a ser um referente acessível, como o tópico nesses casos não é mencionado no discurso anterior, não pode ser considerado um referente acessível textualmente. Dessa forma, esse referente pode ser acessível situacional ou inferivelmente. Os exemplos abaixo ilustram tal postulação:

(19) **Esse buraco**, menina, taparam *ele* outro dia. (deslocamento à esquerda) (PONTES, 1987 p. 16, grifo nosso).

(20) **Meus óculos**, você apanha a capa? (anacoluto) (*op. cit.*, grifo nosso)

(21) **E o almoço**, eu volto mais cedo. (anacoluto) (*op. cit.*, p. 97, grifo nosso)

(22) **Pai** – essa viagem tá grande, né? (anacoluto) (*op. cit.*, grifo nosso)

Em (19) a construção tópica introduz um elemento novo ao discurso “esse buraco”. Quanto ao seu status de ativação, podemos dizer que é um referente acessível situacionalmente, já que “esse buraco” era uma coisa conhecida por ouvinte e interlocutor por meio do ambiente que ambos compartilhavam no momento da fala, já que se pode depreender que o falante estava mostrando o referente que está ocupando o lugar de tópico ao ouvinte. Isso é evidenciado pelo pronome demonstrativo, que segundo Pontes (1987) seria uma característica desse tipo de construção. Entretanto, a autora salienta que às vezes o “contexto dispensa mesmo o pronome demonstrativo porque o objeto está visível e é evidente a sua identificação (é o único na vizinhança)” (PONTES, 1987 p. 16). Essa postulação de Pontes (*op. cit.*) pode ser comprovada em (20) em que o tópico “meus óculos” eram os únicos óculos por perto e estavam visíveis para o ouvinte, mas assim como os outros exemplos, o tópico é um referente acessível situacionalmente, uma vez que tal referente estava presente no ambiente do discurso.

Em (21), Pontes (1987) explica que a patroa estava dando instruções à sua empregada quando disse – “Tina, pode botar a roupa na máquina. E o almoço, eu volto mais cedo”. Sem o contexto, alguém poderia entender que a patroa voltaria mais cedo para almoçar, no entanto, o contexto revela que a patroa disse à empregada que ela poderia colocar a roupa na máquina, mas que em relação ao almoço, ela voltaria mais cedo do trabalho para prepará-lo. Nesse exemplo, o novo tópico é introduzido pela palavra “almoço” que como o contexto indica não tinha sido mencionado antes no discurso, portanto, não é um referente ativo ou acessível textualmente. Assim, levando em consideração que para um referente ser concebido como acessível situacionalmente, ele precisa estar saliente no contexto extralingüístico, não podemos dizer que tal referente tem esse status, já que o referente em questão não estava saliente no ambiente dos interlocutores. No entanto, pode ser devidamente entendido em virtude do conhecimento compartilhado dos interlocutores no momento da conversação. Dessa maneira, de acordo com Lambrecht (1996), o referente é acessível inferencialmente, já que podemos pressupor que de alguma

maneira o fato da patroa dá instruções para empregada sobre as obrigações de casa evocam o referente em questão.

Já em (22) o tópico “pai” não pode considerado um ser referente acessível situacionalmente, já que tal pessoa não estava no ambiente no momento da fala. Conforme Pontes (*op. cit.*), essa frase foi falada pelo filho dela, dirigindo-se a ela, enquanto o pai dele estava viajando. A autora também afirma que não se havia falado do pai antes, nem da viagem, mas que estava tudo presente em suas consciências, no seu contexto familiar. Nesse caso se pode dizer que o tópico “pai” é um referente não usado, já que para ser compreendido, precisa ser buscado da memória de longo prazo dos interlocutores (LAMBRECHT, 1996, p. 94). Isso é evidenciado na fala de Pontes (*op. cit.*, p. 16) quando ela diz que “que estava tudo presente em nossas consciências”, ou seja, ainda que tal referente não fosse o assunto atual do discurso, não tivesse sido mencionado anteriormente no discurso ou não estivesse presente no ambiente da fala, o referente foi inteligível porque era um conhecimento compartilhado entre os interlocutores, que estava estocado em suas memórias.

Diante disso, podemos postular, levando em consideração que o elemento tópico em todos os exemplos supracitados não foi mencionado antes no discurso, que a função da construção tópica nesses casos foi de introduzir um tópico novo no discurso. Sendo o elemento tópico um referente identificável pelo ouvinte partindo do contexto extralinguístico do enunciado. Dessa forma, isso testifica o que Lambrecht (1996) diz em seus estudos, o tópico faz parte da pressuposição, é identificável e nem sempre é a informação velha. Nos casos apresentados nesta seção, de fato, o termo “velho” não cabe. Por isso, de forma geral, este estudo compreende a necessidade do rótulo “velho” ser evitado e acredita que o termo “dado”, nesses casos, é o mais adequado.

3.6. Ênfase

De acordo com o dicionário Aurélio (2005) ênfase significa: “1. Modo afetado de se exprimir. 2. Relevo ou destaque especial”. Conforme o segundo conceito, pode-se depreender que a ênfase está relacionada ao relevo/ao destaque especial sobre alguma coisa. Assim, entendemos que a ênfase está relacionada à necessidade comunicativa do falante de pôr em relevo em um determinado elemento ou coisa. No que se refere à estrutura linguística, como algumas construções são mais frequentes do que outras em uma determinada língua (não marcadas), o falante sente neces-

sidade de recorrer a estruturas menos comuns (marcadas) quando deseja ser mais expressivo ou enfático. Assim de acordo com Martelotta (2011, p. 170)

Uma forma linguística mais corriqueira, que apresenta alta frequência de uso, tende a ser conceptualizada de modo mais automatizado pelo usuário da língua e isso significa que essa forma tem pouca expressividade. Assim, quando querem ser expressivos, os falantes usam formas marcadas.

Dessa maneira, as construções de tópico, por serem estruturas marcadas em relação à canônica SVO, seriam utilizadas como uma necessidade comunicativa do falante de ser mais expressivo. Dessa forma, a utilização de construções tópicas por falantes do português brasileiro pode estar, dentre outras coisas, intimamente ligada à necessidade dos interlocutores em focalizar um determinado elemento da sentença que não estaria enfatizado se estivesse em sua forma não marcada. Diante do exposto, e pelos inúmeros trabalhos sobre o tema, é inegável que o tópico, em virtude de ser uma estrutura marcada, como pontuou Cunha (2010), chame a atenção para o termo que está na posição de tópico.

Não obstante, este trabalho, no que diz respeito às funções discursivas do tópico no discurso, concebe ênfase quando em determinado momento do discurso o falante deseja chamar atenção para determinada coisa, situação, ou pessoa de forma que fique clara a intenção do falante em fazê-lo. Assim, a ênfase/relevo no qual este trabalho se baseia não está relacionada ao conceito de ênfase postulado pelos autores supracitados quando mencionam, por exemplo, que o tópico tem como função chamar a atenção o ouvinte, em que o elemento tópico é colocado em evidência. Isso decorre deste trabalho considerar, como dito anteriormente, que essa função do tópico de pôr em relevo determinado elemento do discurso possa ser sua função geral, mas não a única no discurso.

Diante dessa perceptiva, nas funções discursivas do tópico já arroladas por este trabalho, outros fatores estão relacionados com a essa função geral do tópico, como a necessidade de contrastar algum elemento do discurso com outro ou a necessidade de usar o tópico como reorganizador do discurso, auxiliando na progressão temática do texto. Portanto, acreditamos que, embora o tópico possa desempenhar essa função geral no texto- já que ele é termo sobre o qual se declara alguma coisa-, a construção tópica pode desempenhar outras funções discursivas mais específicas no texto.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Enfim, nos casos arrolados nesta seção o tópico terá como função discursiva predominante ou total a ênfase ou relevo de determinada coisa de forma que fique clara a intenção do falante em fazê-lo.

Para clarificação dos exemplos a seguir, compararemos as construções tópicas com suas contrapartes canônicas:

(I) (II)

(23) **Essa casa** bate bastante sol. (23. a) Bate bastante sol nessa casa.

(falso SVO) (PONTES, 1987 p. 34, grifo nosso)

(24) **A Belina deita** o banco, sabe? (24. a) O banco da Belina deita.

(falso SVO) (*op. cit.*, grifo nosso)

(25) **Esse carro** cabe 60l. de gasolina. (25. a) 60l de gasolina cabem nesse carro.

(falso SVO) (*op. cit.*, grifo nosso)

(26) **Essa janela** não venta muito. (26. a) Não venta muito por essa janela.

(falso SVO) (*op. cit.*, grifo nosso)

(27) **A ponte** Rio Niterói chove muito. (27. a) Chove muito na ponte Rio Niterói. (falso SVO) (CUNHA, 2010, p. 57)

Pontes (1987) acredita que os pares de sentenças acima não são semanticamente equivalentes e que não poderiam ser substituídas no mesmo contexto. Em (23) o falante quis chamar atenção para sua casa, exaltando uma característica da mesma. Assim como em (24), em que o falante deseja chamar atenção para uma característica do carro e (25) em que a característica a ser ressaltada no carro é o fato dele ter um tanque de combustível grande no qual cabem 60l de gasolina. Em (26), o falante deseja chamar a atenção para uma característica da janela, que, por ser pequena, não favorece muita ventilação. Já em (26), a diferença entre a forma canônica e a construção de tópico é muito clara e de interessante análise; em (27a) dá-se a entender que está chovendo muito na região que se localiza a ponte Rio Niterói, em contrapartida, em (27) o falante quis ressaltar uma característica da ponte que por estar próximo ao mar é mais atingida por fortes chuvas (CUNHA, 2010, p. 57). Pontes (1987) acredita que as sentenças em (II) são mais neutras e impessoais do que as (I). Isso se evidencia claramente em todos os exemplos e suas respectivas formas canônicas. Além disso, reitera que tais construções, embora tenham o

mesmo conteúdo proposicional, não são semanticamente equivalentes como ficou evidenciado em (27) e (27.a).

Para finalizar esta seção, vamos analisar outras estratégias de tópico como deslocamento à esquerda e anacoluto que também podem vincular essa ideia de ênfase como concebida por este trabalho. Observe os exemplos a seguir:

(28) **Globo**, a gente se vê por *aqui*! (anacoluto) (propaganda, grifo nosso)

(28. a) A gente se vê pela Globo.

(29) **Gol 1000** até o Romário tá querendo *um*. (deslocamento à esquerda) (propaganda, grifo nosso)

(29. a) Até o Romário tá querendo um Gol 1000.

Em (28) o elemento “Globo” estando na posição que está confere mais força, notoriedade e expressividade à palavra. Por outro lado, em (28a) ao ser deslocado para o final da sentença, a “Globo” perde esse relevo, tornando-se um elemento neutro na sentença. Já (29) foi tirado de uma propaganda de automóvel. Sabemos que a propaganda em geral a fim de atingir seu objetivo- que é persuadir o ouvinte- usa de subterfúgios linguísticos e extralinguísticos. Nesse caso, a propaganda supunha, então, que o destinatário soubesse que o Romário era um jogador de futebol que estava prestes a atingir a marca de 1000 gols. Aproveitando-se do “background” dos consumidores, essa propaganda elaborou, propositalmente, uma frase com duplo sentido que foi estruturada propositalmente de uma forma não usual gerando, então, um efeito de sentido muito criativo e expressivo. Logo, se a propaganda utilizasse (29. a) em vez de (29), o elemento sobre qual a atenção do consumidor incidiria seria “Romário”, e não o “Gol 1000”. Portanto, a escolha de (29) em vez de (29.a) se deu pela necessidade comunicativa da propaganda de colocar em destaque o produto que ela estava anunciando. Assim, em (28) e (29) a construção tópica serviu para chamar a atenção do receptor para os termos os quais seus respectivos idealizadores consideravam de maior importância.

Diante desses exemplos, fica claro o caráter marcado das construções de tópico e a não equivalência semântica entre elas e as canônicas SVO. Além disso, conseguimos evidenciar que a necessidade comunicativa do falante que o motiva para utilização das construções tópicas, uma vez que tanto nos exemplos de Pontes (1987) e de Cunha (2010), que são exemplos de situações reais espontâneas do dia a dia, como nos exemplos que estão no âmbito da publicidade, a função do tópico foi chamar a

atenção da audiência para uma característica de alguma coisa ou para o próprio elemento em questão.

4. Considerações finais

A intenção deste trabalho foi de analisar as sentenças de tópico: topicalização, anacoluto, deslocamento à esquerda e Falso SVO por uma perspectiva discursiva. Esta análise foi alicerçada seguindo pressupostos funcionalistas, principalmente, as teorias de Lambrecht (1996) e de Pontes (1987), assim como de outros autores.

Quanto aos objetivos propostos, identificamos 6 funções discursivas que as construções de tópico podem desempenhar no discurso: a) como elemento de contraste; b) elemento reintrodutor do tópico; c) elemento promotor de mudança de assunto no discurso; d) elemento que serve de retomada para uma entidade mencionada anteriormente; e) elemento introdutor de novos tópicos e f) elemento responsável pelo relevo de determinada coisa ou pessoa no discurso.

Com isso, como falado na introdução e ao longo do trabalho, tentamos demonstrar que o tópico pode desempenhar outras funções discursivas, além daquela que é normalmente atribuída ao tópico pelos autores – como elemento que anuncia o tema do discurso, chamando para si a atenção do ouvinte. No entanto, outras pesquisas precisam ser feitas para descobrirmos se essa função ao qual nosso estudo chamou de geral/elementar do tópico é uma das funções das construções de tópico ou se esta é uma função principal que está embutida em todas as outras analisadas por este estudo. Sem dúvida o tópico anuncia o tema do discurso. Isso pode ser evidenciado em todas as funções discursivas relacionadas acima. O que não se pode afirmar é se em todas as funções discursivas arroladas neste estudo, o tópico tem a função de chamar a atenção do falante. Acreditamos que de todas essas funções as que mais se adéquam ou se relacionam a essa função elementar é a função contrastiva e de ênfase do tópico, já que nesses casos o elemento tópico ganha relevo ou sobre os outros elementos de um mesmo conjunto ou simplesmente pela necessidade comunicativa do falante de destacar determinada coisa, situação ou característica, por exemplo.

Dessa maneira, pesquisas como essa são importantes, já que acreditamos que o reconhecimento dessas construções e, conseqüentemente, de suas funções discursivas são fundamentais para os professores de língua portuguesa, uma vez que ao se depararem com essas construções nos

textos orais e escritos dos alunos, tais professores por desconhecimento e/ou preconceito as tratam como construções não padrão. Logo, o conhecimento e reconhecimento dessas funções desencadearia uma nova postura na qual não só a análise sintática, mas a discursiva seria levada em conta.

Cabe ressaltar, como ficou evidenciado nos exemplos, que em virtude do conhecimento prévio e do background compartilhado pelos interlocutores, o constituinte tópico não precisa ser mencionado no discurso anterior. Dessa forma, afirmar que o tópico é a informação “velha” merece um olhar criterioso, já que nem todos os tópicos são informações “velhas”. Para os casos em que o tópico introduz uma informação nova, preferimos o termo dado. Na maioria dos nossos exemplos, o constituinte tópico havia sido mencionado no discurso anterior, e, isso pode ser evidenciado em todas as funções discursivas do tópico, com exceção de uma função discursiva na qual o tópico introduz informações novas. Essa última função foi a qual encontramos menos exemplos.

Com relação às estratégias de tópico, de acordo com nossos dados, a topicalização tem uma forte tendência para o contraste no discurso, apesar de poder exercer outras funções; o deslocamento à esquerda e o anacoluto tem um papel importante na organização e estruturação do discurso, tendo figurado em todas as funções discursivas que têm relação com o aspecto informacional do discurso; quanto ao Falso SVO, só apareceu na função discursiva ligada à ênfase. Sendo assim, ao que tudo indica não há uma relação um a um entre as estratégias de tópico e as funções discursivas, já que há funções que apresentam quase ou todas as estratégias, como também há estratégias que só desempenham uma função no discurso.

Enfim, diante de todas essas postulações fica clara a contribuição deste trabalho – que analisou de forma profunda essas estruturas a fim de tomarmos ciência de outras funções discursivas, além daquela que lhe é comumente atribuída, contudo, há ainda muitas perguntas a serem respondidas, por isso, estamos cientes que outras pesquisas com essa perspectiva são necessárias, já que o assunto é de grande amplitude, complexidade e, sobretudo, por acreditamos que o número de funções discursivas das sentenças de tópico pode ser ainda maior. Sendo assim, a intenção deste trabalho não foi exaurir o assunto, mas sim, introduzi-lo e estimular futuras pesquisas com o mesmo viés.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Edivalda Alves. *As construções de tópico do português nos séculos XVIII e XIX: uma abordagem sintático-discursiva*. 2006. Tese (doutorado). – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras. Salvador.

BOTELHO, José Mario. A ordem dos termos em português e a topicalização. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 10, n. 47, p. 20-32, 2010.

CUNHA, Antônio Sérgio Cavalcante da. Estrutura tópico-comentário, A tradição gramatical e o ensino de redação. *SOLETRAS*. São Gonçalo: UERJ, n. 20, 2010.

LAMBRECHT, Knud. *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LI, C. N.; THOMPSON, S. A. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C. N. (Org.). *Subject and topic*. New York: Academic Press Inc., 1976.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2012.

MELO, Luciana de. *Topicalização e cultura de oralidade*. 2012. Tese (doutorado). – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MORAIS, Elaine Belford. *Topicalização de objetos e deslocamento de sujeitos na fala carioca: um estudo sociolinguístico*. 2006. Dissertação (de mestrado em linguística). – UFRJ, Faculdade de letras, Rio de Janeiro.

PAULA, Mayara Nicolau de. *As construções de deslocamento à esquerda de sujeito no PB: um estudo em tempo real de curta duração*. 2012. Dissertação (mestrado) – Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

VASCO, S. L. *Construções de tópico na fala popular*. 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

AS IDENTIDADES DOS SUJEITOS POLIFÔNICOS NAS DECISÕES JUDICIAIS

Carlos Antonio Pereira da Silva (UNIGRANRIO)
profcp@ig.com.br

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de mostrar as mudanças existentes no discurso da Ciência Jurídica quanto ao uso da linguagem e quanto às identidades dos vários sujeitos responsáveis pelo texto jurídico pluricultural nas decisões judiciais. Não mais podemos conviver com um texto monofônico em que somente a voz do Estado-Juiz se faz presente, em que somente a identidade do sujeito-juiz serve para avaliar o que seja justo ou não justo. A polifonia a favor de um discurso jurídico coerente com a realidade da nossa sociedade do século XXI é o que se mostra como eficaz nas decisões judiciais. Temos nesse discurso não apenas as vozes dos elementos que compõem a decisão (autor, réu e Estado), porém as vozes de todos os sujeitos-cidadãos que fazem as mudanças sociais e culturais que permeiam o nosso meio globalizado. Assim, serão mostrados argumentos que possam dar oportunidade ao leitor de repensar o conceito de texto jurídico, diante dos exemplos mostrados ao longo do trabalho, com a possibilidade de dizer que a característica positivista do direito não é dominante em uma Justiça eficaz. Bakhtin, Eagleton, Boaventura Santos e outros autores estão presentes como fundamento para dar oportunidade de todos nós repensarmos nosso ponto de vista quanto à estrutura da dialética e do discurso jurídico. Trabalho feito por leituras acadêmicas e amostragem de exemplos de decisões judiciais atuais, esse artigo visa a instigar a leitura de outras fontes textuais que possam oportunizar refazer novas definições quanto à Ciência Jurídica, pois como nossas identidades, o direito, na pós-modernidade, é a imagem da sociedade.

Palavras-chave: Identidade. Polifonia. Cultura. Direito.

1. Introdução

Já não somos uma sociedade inerte culturalmente e nem temos uma identidade única que possa nos fazer sujeitos finitamente iguais para sempre no meio social em que estamos. Graça a isso é possível refazer conceitos, mudar de espaço quando bem entendermos, exigir novas for-

mas de decisões, dialogar com o diferente, ocupar lugares antes não possíveis, ou seja, somos donos do mundo.

Porém, ainda somos regidos por regras e normas sociais que dizem o que devemos fazer ou não fazer, a fim de que estejamos inseridos em uma sociedade e que possamos desfrutar do que o Estado nos fornece. Mas como já dito, somos sujeitos, no século XXI, capazes de ocupar qualquer espaço em qualquer tempo. É possível então esse paradoxo? sermos livres para transitar no mundo globalizante e estarmos ainda sob um domínio social imposto? Sim, é possível, porque nossa identidade é formada pela coparticipação de outras vozes que nos dizem o que é melhor para seguirmos nosso caminho de mudança e ocuparmos nossos espaços. A liquidez de nossas identidades vive com a liquidez de outras identidades, e assim, juntos, lutamos pelo direito de cada um, pela presença também na sociedade que é líquida. Este trabalho mostra de que maneira a presença dos diversos sujeitos polifônicos formam essas sociedades, sociedades essas construídas por diversas culturas. Parte-se do individual, como característica própria de cada ente desse mundo, para o coletivo, em que impera uma voz mais democrática e eficiente. Porém, como intuito do trabalho é mostrar a identidade dos sujeitos polifônicos nas decisões judiciais e não somente na sociedade como um todo, tem-se a presença da fundamentação bakhtiniana para ratificar o signo linguístico, a palavra na narrativa jurídica como instrumento de poder ideológico discursivo.

Mas essa palavra não é aquela presente no texto jurídico positivista, ou seja, a lei, a jurisprudência ou doutrina, mas sim é aquela presente na voz do sujeito social que compõem esse mundo globalizado. É a do sujeito que está frente a frente com as mudanças de comportamentos de famílias, de mudanças de ações do poder judicial para com os criminosos de baixa periculosidade, enfim é a voz presente nas necessidades de todo o cidadão que busca a eficácia do judiciário.

Essa nova visão do direito como ciência transparente ao que acontece ao redor da sociedade é decorrente do respeito às culturas existentes, aos novos saberes, como a sociologia, a psicologia e a filosofia, que compõem essa ciência quanto estudo acadêmico e quanto à sua prática no mundo pós-moderno. É neste trabalho interdisciplinar que apresentamos um texto que possa fazer com que possamos pensar em novos processos de construção textual para o discurso jurídico eficaz.

2. *Sujeitos polifônicos pluriculturais na sociedade pós-moderna: múltiplas identidades*

As sociedades são compostas por indivíduos que possuem características de individualidade próprias. Isso seria coerente e lógico, sob o ponto de vista do senso comum, mas a expressão “individualidade” tem suas nuances quando é mostrada em nossos dias atuais:

Hoje em dia, “individualidade” significa em primeiro lugar a *autonomia* da pessoa, a qual, por sua vez, é percebida simultaneamente como direito e dever. Antes de qualquer outra coisa, a afirmação “Eu sou um indivíduo” significa que sou responsável por meus méritos e meus fracassos, e que é *minha* tarefa cultivar os méritos e reparar os fracassos.

Como tarefa, a individualidade é produto final de uma transformação societária disfarçada de descoberta pessoal. (BAUMAN, 2007, p. 30-31)

Embora possamos ver que a individualidade é decorrente de uma construção formada por méritos e fracassos, direitos e deveres, como cita Bauman(2007), é na verdade um resultado do que a sociedade nos impõe como sujeitos consumidores de produtos, de cultura, de paradigmas sociais e comportamentos vinculados a um poder social dominante e ideológico.

Estamos diariamente enfrentando esses modelos dominantes, lutando contra ações apresentadas como mais corretas, como ideais para nossas vidas. Dessa forma, não somos mais indivíduos de identidades próprias, mas de identidades coletivas. Porém, essas novas identidades estão mudando a cada momento em que a coletividade, a sociedade, cobra novas mudanças de comportamentos. Essa sociedade hoje é formada por identidades líquidas (BAUMAN, 2005). Não somos pertencentes a nenhuma mais nação nos tempos pós-modernos, mas estamos presos a uma sociedade que dita nossos pensamentos e momentos em que podemos fazer deles instrumentos de direito e de dever. Isso é originário da globalização? Da integração entre os povos de diferentes partes do mundo?

Talvez a melhor resposta seja das diferentes visões de identidade existentes no mundo globalizado, diante de determinados grupos. A identidade, quanto à imagem de identificação para com um grupo, de um indivíduo pode ser de prestígio se ele pertence a um grupo de uma camada social elevada; todavia, ela pode representar a minoria de um grupo, se por acaso todos desse grupo forem representantes do fracasso no meio econômico, seja decorrente de não possuírem emprego ou moradia; pode ainda a identidade ser a imagem de uma parcela da sociedade emergente,

que diante lutas, enfrentado sistemas corporativos, tentam conseguir um espaço para exercer a sua cidadania, como acontece no nosso país.

Mas uma coisa é certa: todas essas formas de mostrar as várias identidades estão se diluindo, decorrente das já exigidas ações que esse mundo “globalizado” nos impõe. Como diz ainda Sigmunt Bauman (2005), “A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado...”

E essas novas identidades também são exigências de todos nós, inclusive no meio acadêmico, pois é nele que se instiga a novas ideias de mudanças na sociedade.

Em nosso mundo fluido, comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, até menos do que a vida toda, mas por um longo tempo à frente, é um negócio arriscado. As identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter. (BAUMAN, 2005, p. 96)

Mas essas identidades líquidas são compostas ainda por sujeitos pluriculturais, de diversos espaços geográficos. São sujeitos que possuem culturas diferentes em pensamentos também diversos de ideologias. Se possuem culturas diferentes, então uns são mais importantes, tem mais conhecimento, sabedoria que outros, e assim tem um poder de persuasão, de representatividade melhor que outros na sociedade pós-moderna em que se encontram? Teríamos uma resposta pronta para essa questão se estivéssemos presentes com as ideias do século passado, em que o conceito de cultura estava ligado ao que “cultiva” “produz”, em que se “cultivava” regras prontas para seguir. Mas sabemos que cultura é atinente ao que produzimos dentro de nós mesmos e ao que o ambiente nos apresenta como modelo de cultura: “Os seres humanos não são meros produtos de seus ambientes, mas tampouco são esses ambientes pura argila para a automoldagem arbitrária daqueles”. (EAGLETON, 2011, p.14)

Dessa maneira, o ambiente em que estamos localizados não impõe praticamente formas de culturas, mas ele contribui para refazermos identidades culturais emergentes às novas sociedades. É possível, obviamente, existir diversas culturas em um único espaço geográfico. Não há um determinismo geográfico ou biológico para que possamos nascer ou adquirir infinitamente um só aspecto cultural deixado por traços físicos de nossos antecedentes ou pelas formas de comportamento deles.

Mas será que nós, a partir das nossas identidades que são diluídas conforme a necessidade que o mundo nos impõe, somos únicos respon-

sáveis pelas nossas posições discursivas diante do quadro mundial atual, com a formação de novos tipos de famílias, com os novos conceitos de nação, com nossa postura consumerista? Será que não há outras vozes adjuntas às nossas que também falam por nós?

Sim, há outros sujeitos polifônicos que compartilham pensamentos e ideologias. A palavra por si tem um valor ideológico e simbólico (BAKHTIN, 2002). E essa polifonia vai influenciar na formação de novas identidades culturais de cada cidadão. E essa ideologia é decorrente de um signo existente por um pensamento interno e um externo psicologicamente a cada um dos sujeitos do discurso, que contribui também para uma nova reflexão e ação nas decisões judiciais. Porém, esse signo, usado pelos sujeitos da sociedade pós-moderna não está mais inserido em identidades estáveis, em que elas ocupam espaços interiores (mundo pessoal) e espaço exterior (mundo público). Isso é característica de um sujeito basicamente sociológico, segundo Stuart Hall (2014). Dessa forma, podemos levar o conceito de signo e ideologia de Bakhtin muito mais além quando estamos falando de vozes de sujeitos nas decisões judiciais. Essas vozes são representação de sujeitos pós-modernos, em que há descentração (STUART, 2014) do sujeito não mais focado na identidade cartesiana; ele não é mais visto de maneira fragmentada. Todo o conjunto humano (comportamento, pensamento, ideologia, cultura, participação social, diálogo com o outro e com a sociedade) é o que interessa ao cidadão atual que queira se fazer presente em todas as mudanças que ocorrem no meio em que esteja.

3. As várias vozes dos sujeitos que compõem as decisões judiciais: imagem de uma sociedade líquida

As várias vozes dos sujeitos do discurso jurídico não são somente formadas pela presença das partes desse discurso: autor, réu e o juiz representante do Estado, e que geralmente impera a voz do Estado-juiz nas decisões, sem levar em conta a realidade dos outros sujeitos do discurso positivista. Além da voz do autor, do réu e do juiz, há vozes de outros sujeitos que se fazem valer nas decisões judiciais nas sociedades atuais. As sociedades líquidas (BAUMAN, 2007) tem a característica de se fazer presente pelas mudanças de vida de cada grupo social, e essa presença está concretizada também nas decisões da justiça. Podemos chamar essas decisões também de sentenças, uma vez que a partir da lei 11.232/2005, sentença não significa somente decisão que põe fim ao processo. Embora

em algumas ações judiciais haja recurso, a resposta a esse último procedimento também é chamada de sentença ou decisão do juiz. Logo, podemos dizer que são sinônimos. E, ainda, embora seja observado um discurso monofônico da ciência jurídica, graças ao viés persuasivo positivista, atualmente esse discurso se reveste de outras vozes que fundamentam a razão do direito em não ser uma ciência tão simples como se imagina:

É por ele que entra o “mundo-de-ser-no-mundo”. É por ele que os “conceitos plenipotenciários” do direito sangram. Em outras palavras: penso que o direito é um fenômeno bem mais complexo do que se pensa. Ele não é uma mera racionalidade instrumental, como sempre quiseram as posturas positivistas e seus sucedâneos. (STRECK, 2009, p. 67)

Dessa forma, não podemos dizer hoje, pós-modernidade, que o direito é uma ciência social pautada somente pela lei, jurisprudência ou doutrinas jurídicas. Ele também recebe em seu bojo uma realidade discursiva vinculada aos sujeitos da sociedade em que ele está inserido, em uma sociedade diluída. Embora nosso direito não seja igual ao direito americano, em que lá os costumes imperam nas decisões, aqui temos antes dos costumes, as leis e a equidade com a realidade em que é inserido o fato concreto analisado. O direito no nosso país e em todo o mundo tem recebido essas transformações sociais como viés para a existência de novas leis em conformidade com a realidade do século XXI. Está lá na nossa Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º:

§ 3º – Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º – Entende-se, também como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

E então de onde partiu a discussão sobre a união estável de casais homoafetivos, contrariando o que descreve a nossa Carta Magna? Partiu de uma realidade, em não mais vendiar os olhos para essas transformações, para esses novos pensamentos de conduta e comportamento humano. Há uma voz fora do espaço jurídico, do direito, que exige decisões que sejam a imagem da sociedade:

A ciência, o direito, a educação, a informação, a religião e a tradição estão entre os mais importantes espelhos das sociedades contemporâneas. O que eles refletem é o que as sociedades são. Por detrás ou para além deles, não há nada. (SANTOS, 2009, p. 48)

Hoje temos inúmeros exemplos na nossa legislação e nas decisões judiciais sobre as mudanças de um discurso monofônico para polifôni-

co na justiça. Prender qualquer pessoa com droga que não caracteriza tráfico é caso de encaminhar o sujeito para tratamento e não prendê-lo. A realidade da sociedade influenciou inúmeras decisões desse tipo e fez mudar a legislação vigente.

Podemos ainda mencionar decisões judiciais que tiveram o valor da afetividade como argumento maior, como exemplo decisão em que o pai teve que indenizar filha que ele não prestou os cuidados e amor necessários na relação paternal durante a infância da sua descendente. Nisso, temos a representação da imagem de uma sociedade carente de afeto, sem identidade emocional, uma sociedade de consumo, cujo papel decisório coube ao Estado juiz, mas que teve a participação da voz de toda a sociedade no processo de reconhecimento da ausência de valores no seio familiar. Visualizamos aqui, ainda, a ausência de uma identidade relacionada ao papel de filha no meio social e familiar, e que provavelmente tenha levado ao litígio judicial inovador. Segundo Hall (2014, p. 24)

[...], embora o sujeito esteja sempre partido ou dividido, ele vivencia sua própria identidade como se ela estivesse reunida e “resolvida”, ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo como uma “pessoa” unificada que ele formou na fase do espelho. Essa, de acordo com esse tipo de pensamento psicanalítico, é a origem contraditória da “identidade”.

Poderíamos então afirmar que o discurso jurídico seria somente eficaz a partir de particularidades a serem analisadas pelo ente julgador? Bem, sabemos que a narrativa do texto jurídico é universal, generalizante, logo não podemos criar uma lei para cada caso a ser visto nos tribunais. O que está sendo cogitado, viável na narrativa e discurso jurídico, é a presença participativa de todos os entes que fazem mudar visões conceituais, mudar pontos de vista preconceituosos, comportamentos e ações a partir da aceitação da presença de um discurso polifônico inserido no discurso jurídico. Assim, podemos ter novas legislações que atendem à universalidade dessas mudanças como também ter novas decisões sob um caso concreto, pautadas pelas realidades no meio social.

O direito convive com o paradigma da ciência pós-moderna, mas convive também com o paradigma de um sistema capitalista. Há paradoxos? Não, não há paradoxos porque o direito convive junto aos cidadãos em momentos históricos diferentes, e hoje embora tenhamos uma sociedade capitalista que ainda impere uma ideologia do poder como modelo de decisão, estamos também nesse tempo histórico com mais chances de mudar esse quadro ideológico. Porém, não é fácil mudar isso. É preciso lutar, lutar pelo direito. Essa luta é também pela paz, lema preconizado

pelo filósofo Rudolf Von Ihering, no final do século XIX. Ele enfatizava que a luta pelo direito era uma defesa para a sociedade, que somente conquistava o que queria através de uma batalha ideológica real para com o poder dominante. Essa visão também se faz presente em nossos dias, pois mesmo que tenhamos uma sociedade mais consciente dos seus direitos e deveres, ainda não temos um poder político no mesmo nível. Ou seja, para se concretizar presente no texto jurídico e nas decisões do Estado-juiz, os sujeitos polifônicos dos nossos meios também lutam por participarem de um diálogo coeso com a igualdade de todos os sujeitos participantes de uma sociedade fluídica. Diante de uma sociedade civilizada, temos a participação do direito como instrumento de eficácia nos conflitos, pois temos um pensamento dialético convivendo com as diversas culturas representadas nas identidades dos sujeitos polifônicos. E onde essa sociedade está em conflito beligerante, em que os homens e mulheres, que não possuem cidadania, rogam pela paz e pela vida de todos? Qual o papel do direito, quanto poder judiciário, nesses espaços diluídos? Nesse caso, as vozes são multiglobais; necessita-se de que o direito interno rogue ao mundo, ao direito internacional, a participação de todos como cúmplices e como executores de normas internacionais verossímeis à realidade em que esses povos vivem. Assim, o discurso judiciário polifônico passa fronteiras. É mais um exemplo da real necessidade de o discurso jurídico não estar somente pautado por uma realidade formal do texto positivista local. O sujeito do discurso jurídico pós-moderno ocupa vários espaços diversificados de vida; não há mais possibilidade de estar presente como ente limitado de ações e pensamentos: Não estamos ligados somente ao nosso “lugar”, mas sim a esses espaços, pois segundo Stuart Hall (2014, p. 41): “O “lugar” é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas”.

Isso acarreta um novo quadro de inserção de novos pontos de vista e pensamentos nas decisões judiciais, no direito, pois temos uma sociedade mais justa. Certo? Depende como podemos ver o significado de justiça. Segundo os romanos, é fornecer a cada cidadão o que é seu, conforme o seu direito (*Directum* = muito intenso, reto). E nos dias atuais, podemos dizer que justo está coerente em atender as nossas necessidades no espaço em que vivemos. E essa justiça é realizada pela Justiça, não cabendo a nós, cidadãos, agirmos para que se concretize a penalidade a quem praticou um crime. Não temos mais a Lei de Talião: dente por den-

te, olho por olho. Esse é um dos artigos do Código de Hammurabi de 1965 a. C., na Babilônia.

Assim, não importa qual voz representativa de uma sociedade democrática esteja presente nas decisões judiciais, mas que seja uma voz que seja a imagem das necessidades sociais de todos, e que seja pluricultural e composta por várias identidades.

4. Considerações finais

A liquidez das nossas identidades também torna a nossa sociedade fluídica, na qual estão inseridos sujeitos pluriculturais, capazes de concretizar um discurso dialético com as diversas ciências, inclusive com o direito. Esses sujeitos são parte do discurso da ciência jurídica atual, em que as decisões e legislações são concretizadas de forma célere e conforme o momento histórico em que estamos vivendo. E essa liquidez não é somente da sociedade como coletividade, mas também de todos que compõem esse grupo mutável.

Hoje, século XXI, não mais estamos inseridos em um contexto platônico em que somente o Estado é o representante eficaz da Justiça. Quanto ao papel de ente jurisdicional, podemos até dizer que o Estado tem seu papel de coautor e detentor das decisões e das penas. Mas quanto a real realização desse papel, cabe também à sociedade pluricultural contribuir para que esse ente público não seja o único executante das normas, da eficácia dos resultados obtidos diante dos litígios. É preciso que se reconheça que todas essas decisões estão sendo modificadas conforme o fato concreto julgado mediante o contexto social e histórico.

Não há mais um discurso em que a voz única do Estado-juiz se faz presente. A voz presente nas decisões judiciais é formada por vozes do auto, do réu, do juiz e de toda a sociedade pós-moderna, sob a concretização de várias identidades. A linguagem jurídica, como qualquer outra linguagem, é moldada por um signo linguístico representativo por uma realidade ideológica também esperançosa para o cidadão que busca por justiça, no sentido do que seja justo para ele e para seus pares. Deve-se valorar o fato a fim de que possa realmente decidir um litígio baseado não somente em normas, jurisprudências e doutrinas, mas também a partir do mundo prático de cada sujeito dessa sociedade.

Devemos lembrar que não alçamos possuir uma norma jurídica ou decisão feita a partir de particularidades, a partir do bom senso de cada

juiz ou órgão julgador, mais sim a partir das vozes generalizantes dos sujeitos da sociedade pluricultural, sociedade esta formada também por inúmeras identidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Michael. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. *Curso de filosofia do direito*. São Paulo: Malheros, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

IHERING, Rudolf Von. *A luta pelo direito*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 26. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MACHADO, Costa. *Constituição federal interpretada*. 3. ed. Barueri: Manole, 2012.

MILMAN, Fábio. *Sentença*. Disponível em: <<http://www.iesde.com.br>>. Acesso em: 29-06-2014.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Dworkin: de que maneira o direito se assemelha à literatura? Dossiê Ronald Dworkin. *Revista Direito e Práxis*, v. 4, n. 7, p. 368-390, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica, constituição e autonomia do direito. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, jan./jun.2009, p. 67.

**BOSSA NOVA E BOSSAS NOVAS:
MARCOS DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA
PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO ESTÉTICA
E SOCIOCULTURAL**

Giovane do Nascimento (UENF)

giovanedonascimento@gmail.com

Manuela Chagas Manhães (UNESA)

manuelacmanhaes@hotmail.com

RESUMO

Segundo Maingueneau (2001), o campo textual tenta articular as formações discursivas, que se dão através de compartilhamento desses universos simbólicos entre os escritores (criadores) e os grupos a que eles pertencem ou frequentam. A articulação das diversas formações de discursos é realizada a partir do funcionamento desses grupos que as fazem reviver (ou sobreviver) e vivem delas. Nesse aspecto, o movimento bossa-novista e pós-bossa-novista trazem em si um enorme acervo de dados e variáveis para entender a construção de uma nova concepção estética e a própria identidade cultural da sociedade brasileira, e que ao utilizarmos a análise de discurso é possível atravessar o cerco das palavras e encontrar, em outros sistemas de análises, a química que forma os diversos sentidos das representações sociais no organismo social tão multifacetário. Isso nos remete a pensar, então, que o discurso é uma força constitutiva e como ação, representa a vida sociocultural e realiza atos sociais. Por conseguinte, é fato que a obra de arte depende estreitamente do seu criador – do artista, do poeta – e das condições sociais que determinam a sua posição. Temos, então, a relação do artista e os aspectos estruturais socioculturais, entre o artista e o ambiente histórico e geográfico, ou seja, a relação entre a obra e o influxo exercido de valores sociais, ideologias e sistemas de comunicação, que nela transmutam em conteúdo e forma, criados como uma unidade inseparável. No entanto, há divisão: os valores sociais e ideologias contribuem particularmente para o conteúdo, enquanto as modalidades de comunicação influem mais na forma. Ou seja, tanto quanto os valores, as técnicas de comunicação, de que a sociedade dispõe, influem na construção da linguagem artística musical, sobretudo na forma, e através dela, nas suas possibilidades de atuação no meio social enquanto um movimento cultural, no caso específico, bossa-novista.

Palavras-chave: Bossa nova. MPB. Estética. Concepção sociocultural.

1. Introdução

Segundo Maingueneau (2001), o campo textual tenta articular as formações discursivas, que se dão através de compartilhamento desses universos simbólicos entre os escritores (criadores) e os grupos a que eles pertencem ou frequentam. A articulação das diversas formações de discursos é realizada a partir do funcionamento desses grupos que as fazem reviver (ou sobreviver) e vivem delas.

Nesse aspecto, o movimento bossa-novista e pós-bossa-novista trazem em si um enorme acervo de dados e variáveis para entender a construção de uma nova concepção estética e a própria identidade cultural da sociedade brasileira, e que ao utilizarmos a análise de discurso é possível atravessar o cerco das palavras e encontrar, em outros sistemas de análises, a química que forma os diversos sentidos das representações sociais no organismo social tão multifacetário. Isso nos remete a pensar, então, que o discurso é uma força constitutiva e como ação, representa a vida sociocultural e realiza atos sociais. Por conseguinte, é fato que a obra de arte depende estreitamente do seu criador – do artista, do poeta – e das condições sociais que determinam a sua posição. Temos, então, a relação do artista e os aspectos estruturais socioculturais, entre o artista e o ambiente histórico e geográfico, ou seja, a relação entre a obra e o influxo exercido de valores sociais, ideologias e sistemas de comunicação, que nela transmutam em conteúdo e forma, criados como uma unidade inseparável.

No entanto, há divisão: os valores sociais e ideologias contribuem particularmente para o conteúdo, enquanto as modalidades de comunicação influem mais na forma. Ou seja, tanto quanto os valores, as técnicas de comunicação, de que a sociedade dispõe, influem na construção da linguagem artística musical, sobretudo na forma, e através dela, nas suas possibilidades de atuação no meio social enquanto um movimento cultural, no caso específico, bossa-novista.

Em outras palavras, há uma relação existente entre os valores vigentes, o contexto sócio-histórico-cultural e os atores sociais (músicos, compositores, intérpretes), os quais imbuídos de uma inquietação comum teria resultado em um projeto estético, o qual pode ser percebido como marco da música popular brasileira. Portanto, estes atores sociais estariam intimamente envolvidos na estruturação de um movimento cultural verdadeiramente renovador, denominado Bossa Nova, que estabeleceu uma dialética hedonista, ideológica, social e amorosa. Assim, o movi-

mento bossa-novista favoreceu para a afirmação de uma identidade cultural que se ergue após um primeiro momento deste movimento artístico-cultural, influenciando o que Campos (2005) e Caldas (2005) denominam de segundo momento da Bossa Nova (período contemporâneo a ela, representado pelo advento dos grandes festivais, das canções de protesto, e da Tropicália).

2. *Desenvolvimento*

2.1. **Bossa Nova: Uma nova identidade e consciência sociocultural para a sociedade brasileira**

Segundo Caldas (2005), com o fim do Estado Novo – período em que o país viveu uma experiência ruim com a política autoritária e a repressão implacável, a qual vigiava de perto a música popular –, a cultura brasileira, a partir de 1945, estaria livre da censura pelo menos até 1969, quando a AI-5 retoma o mesmo clima de horror do DIP. É neste espaço de tempo que surge o movimento da Bossa Nova, numa realidade sociopolítica e econômica diferente com o advento de JK (1956-1961), que tinha um projeto para o Brasil muito claro: avançar “cinquenta anos em cinco”. Os reflexos destas transformações tiveram forte ressonância na cultura lúdica do nosso país, particularmente, na música popular brasileira com a Bossa Nova, que mudaria de forma definitiva a trajetória da música popular brasileira.

Nesse âmbito, em 1958, compositores, cantores, instrumentalistas e músicos, de um modo geral, que coparticipavam de uma mesma concepção no que se refere à renovação de nosso imaginário, passaram a se agrupar, dando origem a um verdadeiro movimento cultural urbano, que ficou conhecido como Bossa Nova. Como Caldas (*op. cit.*) afirma um novo ritmo na música, batidas sutis no violão, acordes, dissonâncias, arranjos musicais sofisticados e uma nova forma de interpretar o nosso samba. A televisão, apesar de ser uma criança em nosso país neste período, daria um grande impulso aos meios de comunicação de massa, especialmente no meio urbano. Um movimento que inicialmente caracterizou um movimento artístico-musical da Zona Sul carioca (CALDAS, *op. cit.*, p. 78). É neste contexto que um certo número de artistas iria se reunir, entre outros, Vinícius de Moraes, Tom Jobim, Roberto Menescal, Nara Leão, João Gilberto, Ronaldo Bôscoli, Sílvia Teles, Johnny Alf, Carlos Lyra, Baden Powell, Newton Mendonça, Edu Lobo, Dolores Duran, Chico Buarque, Marília Medalha, Gilberto Gil.

Campos (2005) e Caldas (*op. cit.*) afirmam, então, que a Bossa Nova era mais do que um pensamento positivo era um estilo musical originalmente voltada para o detalhe, estilo este que trouxe revoluções, como por exemplo, a apresentação gráfica dos discos e as fichas técnicas. Era o princípio da música nacional e universalizada por diversos artistas. Portanto, há uma verdadeira solidariedade e cooperação entre os participantes, caracterizando a construção de consciência coletiva tanto para com os integrantes do movimento como para a sociedade.

Na Bossa Nova, procura-se integrar a melodia, harmonia e contrapondo na realização da obra, de maneira a não se permitir a prevalência de qualquer deles somente pela existência do parâmetro posto em evidência (...) o cantor não mais se opõe como solista à orquestra. Ambos se integram se conciliam, sem apresentarem elementos de contraste (CAMPOS, *op. cit.*, p. 22).

De acordo com Campos (*op. cit.*), a Bossa Nova expandiu-se em suas relações para públicos maiores, inicialmente através de gravações, rádios e TV, ou seja, através dos meios de comunicação de massa, e, em seguida, em contato direto com auditórios: a princípio, em pequenas apresentações (em auditórios) organizadas pelos estudantes. Num primeiro momento, abriu-se um contato amplo e direto entre a Bossa Nova e o público. Ou seja, o sucesso da Bossa Nova não iria depender apenas das canções bem construídas por seus cantores e compositores, mas também da indústria cultural discográfica e dos meios de comunicação de massa. Isso significa dizer que houve um maior sucesso ao público, transformando-a num movimento de âmbito nacional.

Por conseguinte, a linguagem poético-musical da Bossa Nova teria, segundo Campos (*op. cit.*), uma divisão em dois momentos diferentes. Num primeiro momento, referia-se a uma alusão ao Rio de Janeiro. Ainda não tinha como tema as questões políticas. Esta fase teria um tom coloquial da narrativa, uma linguagem simples, construída a partir de elementos do cotidiano da vida urbana, que, por vezes, revela malícia, um humor, uma gozação e, por outras, um tom melancólico, afetivo, intimista, às vezes socialmente participante, com tom de protesto, mas sem demagogias, dramaticidades (CAMPOS, *op. cit.*, p. 79). A segunda fase da Bossa Nova surgiu num contexto em que é perceptível a presença da indústria cultural no Brasil com uma infraestrutura bem organizada para o consumo. É neste contexto que Caldas (*op. cit.*, p. 94-95), por sua vez, afirma que é dentro de uma lógica de mercado que, ironicamente, surgiria o segmento de esquerda da MPB, uma ramificação do primeiro momento da Bossa Nova, mas politizada em seu discurso. Neste segundo momento, os jovens artistas não tinham apenas objetivos profissionais;

existiam propósitos bem-intencionados e nobres quanto a sua profissão. Houve uma tentativa de dar à canção popular não só uma função lúdica, mas também algo que seja inerente à existência humana: os dramas, a alegria, a tristeza, o prazer, enfim, algo que fosse universal e não particular, de experiências apenas individuais, estaria sendo trabalhado na sua linguagem poético-musical os valores sociopolíticos, ideológicos que transitam na vida cotidiana, na realidade social.

Por isso, pode-se afirmar que a criação da linguagem poético-musical que se consolidou o movimento bossa-novista e seus desdobramentos é coextensiva à própria vida social, trazendo impulsos e necessidades de expressão, de comunicação e integração a vida cotidiana. Ela favorecerá para uma espécie de junção entre a experiência vivida e a formulação, neste caso, de uma linguagem artístico-musical com características sociais e multiculturais. Ou seja, adquiere-se um sentido expressivo que comunga com o complexo de relações e instituições que chamamos de sociedade, trazendo em si marcas sociais e multiculturais.

2.2. A relação da construção identitária e a diversidade do e no sujeito pós-moderno

O sujeito social pós-moderno tem a marca de não ter uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: a qual é formada e transformada constantemente em relação a um padrão definido nos sistemas sociais e culturais que nos rodeia e que existe antes de pensarmos nascer. Ou seja, são sistemas definidos historicamente. Isso significa dizer que assumimos identidades distintas em distintos momentos.

Então, podemos observar a importância social da formação da identidade. É a identidade que diferencia os indivíduos, o que caracteriza como sujeito social, pessoa, ou como um grupo social. Ela é definida pelos conjuntos de atribuições de papéis sociais que todos nós desempenhamos em nosso dia a dia e, é determinada pelas condições sociais que são decorrentes da produção socioeconômica, pelos nossos ideais, comportamentos e formações. Neste aspecto, estamos identificando um sistema antropossociocultural¹⁷ que irá fomentar uma formação de identidades culturais, especificamente, na sociedade brasileira pós-50.

¹⁷ Termo utilizado por Edgar Morin, em seu livro *Cultura de Massa XX*, vol. II: Necrose (2001)

Isso significa dizer que, quando nos referimos, no caso, à identidade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultura nacional e específica que está em nosso meio, que convivemos e absorvemos ao longo de nossas vidas. A cultura nacional é composta não apenas de instituições nacionais, mas também de símbolos e representações que iremos nos deparar em todos os momentos de nossas vidas. Por isso, é importante salientar que esta identidade não é uma identidade natural, biologicamente passada, mas sim, uma identidade constituída, ou melhor, uma diversidade de identidades construídas. Hall (2002, p. 15) nesse âmbito diz que: Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza ações, quanto à concepção que temos de nós mesmo.

Para Hall (2002) a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é representado e de acordo com o contexto social em que está inserido. Isso nos leva a pensar que a formação da identidade está diretamente relacionada ao contexto sociocultural e, conseqüentemente, está imersa em valores, regras, sanções, condutas, diferenças e divergências. Assim, a noção de um sujeito tendo uma identidade unificada e estável é superada. Esta, por sua vez, passa a ser definida historicamente. Ou seja, o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos.

Esse fenômeno de descentramento ou deslocamento tem características positivas. Ele desarticula as identidades estáveis do passado, abrindo possibilidades para que novas identidades sejam criadas; produz os novos sujeitos, no entanto, não mais como identidades fixas e estáveis. Novos sujeitos fragmentados, com identidades abertas, paradoxais, sempre em processo, assim como a própria história desses sujeitos. Na verdade, é uma concepção lacaniana, ou seja, é a formação do sujeito em relação aos outros. É uma concepção do eu interativo, do espelho. É uma noção de sujeito que surge à medida que as sociedades modernas se tornam mais complexa e adquirem uma forma mais coletiva e social. Essa visão entende que a identidade dos sujeitos é formada na interação entre o indivíduo, a sociedade e suas manifestações.

Desse modo, é perceptível que a identidade do sujeito social seja consideravelmente delineada, no sentido de representar a realidade objetiva na qual está localizado. Em outras palavras: cada pessoa é mais ou menos aquilo que se supõe que seja, quando consideramos a condição da socialização que produziu tal identidade.

Entretanto Luckmann & Beger (*op. cit.*, p. 228) salienta que a identidade é um elemento chave da realidade social subjetiva também, e como toda realidade subjetiva, está numa relação dialética com a sociedade. A identidade é formada através de processos sociais. Uma vez formada, é mantida, modificada ou tem uma nova remodelagem provocada pelas relações sociais.

Assim, Beger & Luckmann (*op. cit.*, p. 230) afirmam que: “A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade. Os tipos de identidade, por outro lado, são produtos sociais *tout court*, elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva”.

Esta realidade social a que os dois teóricos se referem depende de estruturas sociais históricas particulares, que engendram tipos de identidades presentes no comportamento cotidiano. Ou seja, os tipos de identidades podem ser observados na vida cotidiana e localizados culturalmente no mundo de forma geral. O mundo que estamos tratando é específico, é uma representação artístico-simbólica da realidade vivenciada pelos atores sociais que provocam a ruptura de antigos paradigmas estético-cultural, favorecendo o surgimento do movimento cultural Bossa Nova.

2.3. Variáveis socioculturais simbólicas na estrutura da linguagem artística

Partindo do pressuposto de que o indivíduo, para manter-se no organismo social, necessita de um instrumento-base, que é a linguagem, faz-se necessária a apreensão de sistemas de sinais, possibilitando a sua atuação, em outras palavras: a sua interação social. O sujeito – em seus distintos grupos através de universos simbólicos, valores sociais, morais, culturais, estéticos e políticos – compartilha seus pensamentos, emoções e dogmas com os outros, permitindo que ele se mantenha coeso ao organismo social e que produza uma realidade de acordo com tais universos simbólicos e com o conhecimento compartilhado num processo contínuo de construção e resignificação.

Isso se deve ao fato de que a aquisição de conhecimento na vida diária de cada membro da sociedade estrutura-se em termos de conveniências. Os seus interesses e os grupos em que o agente social interage permitem um cruzamento entre as diversas conveniências – o que, consequentemente, favorece a diversificação de significados e uma pluralidade de conhecimentos e práxis sociais.

Por conseguinte, a interação social não é repleta apenas de objetivações, pois o indivíduo está constantemente envolvido por objetos que predeterminam as intenções subjetivas de seus semelhantes. A objetivação é de suma importância, pois ela remete à significação – à produção humana de sinais, por sua vez, agrupam-se em um certo número de sistemas. Assim, há sistemas de sinais gesticulatórios, musicais, classes sociais, regiões geográficas, grupos socioculturais, profissões, movimentos corporais, entre outros. Os sistemas de sinais são objetivações no sentido de serem acessíveis, além da expressão de intenções subjetivas. De todos estes sistemas, o mais eficiente são os códigos linguísticos: a vida cotidiana é, sobretudo, a vida com linguagem verbal, e é por meio dela que se pode compreender, de modo mais amplo, a realidade social e cultural em que se vive.

Segundo Beger & Luckmann (2002), nos campos semânticos construídos, a experiência pode ser conservada e acumulada. A acumulação é seletiva, pois os campos semânticos determinam o que será retido e o que será “esquecido”, como parte da experiência total do indivíduo e da sociedade. Em virtude dessa acumulação, constitui-se um acervo de conhecimento transmitido de uma geração para a outra e utilizável pelo indivíduo na sua vida cotidiana, conduzindo à sua conservação. Dessa forma, o acervo de conhecimento inclui a localização dos indivíduos no organismo social, determinando as representações sociais que os membros da sociedade vão absorver.

É fato, então, que para se entender a realidade da vida diária dos indivíduos é necessário levar em consideração as diversas atribuições de significados e interpretações dos sistemas de sinais. A investigação dos fundamentos do conhecimento da vida cotidiana realizada por meio da linguagem constrói as objetivações dos processos de significações e o mundo intersubjetivo individual e coletivo. A realidade sempre é apresentada como uma dialética que tem como característica principal a objetividade e a subjetividade que os símbolos e a própria linguagem têm dentro do sistema estrutural social.

Em outras palavras: a realidade da vida diária aparece com campos infinitos de significações de modo geral, mas limitada quando comparada a outras realidades dentro de sistemas referências macrosociais. Dentro desta relação, a linguagem – princípio para uma contínua interação e comunicação – aparece como meio de interpretação, comunhão de conhecimento e fornece à realidade uma distinção entre os grupos que, juntos, formam a estrutura da sociedade. Desse modo, cumpre insistir na

importância do indivíduo intelectual que utiliza a arte como sistema de transmissão de ideias e sentimentos, que ao mesmo passo, expõe a sua vida pessoal, e formula o que é um dado geral, torna-se a alma falante dos seus contemporâneos.

Validando tal afirmação Nunez y Mendieta (1967) nos dizem que o elemento crucial da arte deriva das interações humanas, que, no tempo, criam uma série de conceitos, de ideias, de sentimentos coletivos nos quais o artista necessariamente se inspira, pois se dela se afasta, sua obra torna-se vazia de interesse e não pode despertar qualquer emoção. Como consequência das interações humanas, os caminhos são infinitos, pois depende de como o artista trabalha um determinado tema. A criação artística depende da captação do elemento social que sempre está em mudança e por isso não tem esgotamento, tornando-se sempre nova. Captar esse elemento e dar-lhe vida por meio da expressão adequada para produzir a emoção estética e a sublimação do verdadeiro artista.

Dessa forma, a formação de diversos simbólicos dentro destes distintos e contemporâneos tempos históricos respalda o estudo da linguagem artística em sua realidade social. Tal fato se deve à realidade que oferece múltiplos e complexos universos simbólicos a qual devem integrar-se em um todo autônomo, independentemente, que explique a função da arte na vida das sociedades, se é que existe uma função pré-definida.

Entretanto, toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as ideias e aspirações, as necessidades e as esperanças de uma situação histórica particular. Mas, por outro lado, a arte supera essa limitação e, de dentro do momento histórico, cria também um momento de humanidade que promete constância no desenvolvimento social. Assim, é na arte que encontramos a essência do excelente, pois tudo que nos permite conhecer a vida e o mundo, tanto a vida sociocultural como a existência humana, fazem parte de um processo interpretativo, onde objetos apreendidos pelos nossos sentidos e pela nossa razão dão valor de acordo com nossos círculos de convivência.

2.4. Bossa Nova e Bossa Novas: seu caráter multifacetário da cultura brasileira

Segundo Maingueneau (2001), o campo textual tenta articular as formações discursivas, que se dão através de compartilhamento desses

universos simbólicos entre os escritores (criadores) e os grupos a que eles pertencem ou frequentam. A articulação, por sua vez, das diversas formações de discursos é realizada a partir do funcionamento desses grupos que as fazem reviver (ou sobreviver) e vivem delas. Nesse aspecto, percebe-se a relevância deste movimento bossa-novista e pós-bossa-novista que trazem em si um enorme acervo de dados e variáveis para entender a construção de uma nova identidade cultural da sociedade brasileira, e que é possível atravessar o cerco das palavras e encontrar, em outros sistemas de análises, a química que forma os diversos sentidos das representações sociais no organismo social tão multifacetário.

(...) o homem-criador tira partido de tudo que encontra em suas “moradas”, bom ou mau. E se cria personagens os humaniza inoculando-lhes esse material psíquico. É o único meio de evitar a falsidade psicológica, pois ninguém pode expressar com a força de verdade uma paixão humana sem havê-la sentido alguma vez (BONET, 1970, p. 78-79).

Isso nos remete a pensar, então, que o discurso é uma força constitutiva e como ação, representa a vida sociocultural e realiza atos sociais. É agir no mundo, à luz dos interlocutores e dos personagens das histórias ao mesmo tempo em que o escritor constrói e constitui os seus interlocutores, são as interações entre os sujeitos que promovem o discurso, e assim, diferentes significações para ele, de acordo com uma série de valores e sentidos. O discurso promove a comunicação entre os atores sociais.

O ser escritor, poeta, letrista-poeta é capaz de traduzir essa realidade em que ele vive que está imbuído de ideias, paradigmas, valores e padrões socioculturais, sentimentalidades e emoções, história e contemplações, depara-se com as características sociais, econômicas, políticas, as quais são estruturantes em seu contexto no organismo social, pode transcender o tempo, por meio de sua liturgia quando são utilizadas para a produção de linguagem artística. Por conseguinte, é fato que a obra de arte depende estreitamente do seu criador – do artista, do poeta – e das condições sociais que determinam a sua posição. Todavia para entendermos melhor esta afirmação, temos que considerar diversas variáveis. Entre estas variáveis, temos a relação do artista e os aspectos estruturais socioculturais, entre o artista e o ambiente histórico e geográfico, ou seja, a relação entre a obra e o influxo exercido de valores sociais, ideologias e sistemas de comunicação, que nela transmutam em conteúdo e forma, criados como uma unidade inseparável. No entanto, há divisão: os valores sociais e ideologias contribuem particularmente para o conteúdo, enquanto as modalidades de comunicação influem mais na forma. Ou seja, tanto quanto os valores, as técnicas de comunicação, de que a sociedade

dispõe, influem na construção da linguagem artística musical, sobretudo na forma, e através dela, nas suas possibilidades de atuação no meio social enquanto um movimento cultural, no caso específico, bossa-novista.

Assim, destacamos ainda que os sujeitos sociais envolvidos neste movimento bossa-novista são indivíduos concretos históricos, que nasceram em uma determinada época, numa certa sociedade com estrutura econômica, política, hábitos, costumes, cultura, e que desenvolveram funções, entre elas a de exprimir a sua realidade por meio de palavras, figuras de linguagem, e conseqüentemente, representações sociais da vida cotidiana em que estão imersos. Temos, então, um contexto formado por instituições e identidades culturais organizados pela experiência humana que está repleta de diferenças, e que segue, muitas vezes, um padrão de vida, o qual existe antes mesmo do nascimento do indivíduo, em que o artista traduz para suas obras.

Assim partindo da utilização da linguagem artístico musical, formam-se símbolos que irão mediar a relação do sujeito com o mundo. São escolhidos aspectos deste mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na bibliografia de cada um.

Entretanto, a relatividade deve estar presente, afinal estamos tratando de contextos socioculturais diversos, que trazem no seu âmago um complexo sistema de representações, identidades e particularidades. Através deste instrumento expressivo, que a linguagem verbal, há a transmissão de certa visão de mundo que exprime representações individuais e sociais que transcendem a situação imediata, inscrevendo-se no patrimônio cultural coletivo e numa comunhão com sentimentalidades que serão traduzidos no cotidiano de cada indivíduo, ganhando sentindo, representações e emoções.

Para Berger & Luckmann (1985) a criação de um movimento cultural artístico tem correspondência com o processo de socialização e com certa necessidade de representação de mundo além de um sistema de símbolos. Esta correspondência está condicionada à subjetividade e a toda uma forma de perceber a vida. Com isso, podemos verificar que o discurso é coextensivo a vida social, pois, além de provocar a comunicação entre os atores sociais, se torna uma forma de expor símbolos, representações e valores da vida humana, ou seja, o discurso do movimento cultu-

ral é uma expressão das relações sociais e das diversas engrenagens que compõem os grupos sociais e seu íntimo entrelaçamento.

Temos, então, um contexto formado por muitas instituições e identidades culturais e organizado pela experiência humana que está repleta de valores, emoções, e que segue, muitas vezes, um padrão de vida, o qual existe antes mesmo do nascimento do indivíduo. Nascemos dentro de uma cultura e aprendemos como certa. Ou, ainda como escreve Geertz (1978, p. 78) ao falar desta dependência do homem a cultura: “a cultura, a totalidade acumulada de padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especialidade”.

Neste aspecto, temos uma relação entre o artista e os aspectos estruturais socioculturais, entre o artista e o ambiente histórico e geográfico, entre o artista e os grupos sociais, ou seja, a relação entre a linguagem artística e o influxo exercido pelos valores sociais, ideológicos e sistemas de comunicação, que nela transmutam em conteúdo e forma, criados como uma unidade sociocultural inseparável. Portanto, é dessa maneira que a Bossa Nova e suas ramificações em bossas como movimentos continuadores de uma nova ordem estética no cenário brasileiro tornam-se marcos históricos, pois expressam os valores cotidianos da sociedade, a princípio da sociedade carioca, transcendendo este grupo social, para, então, transformar-se num referencial para os demais movimentos culturais que surgiram pós Bossa Nova, e a construção de uma nova estética e de uma identidade cultural.

3. Conclusão

Presumimos que a linguagem artística musical poetada torna-se um marco histórico de nossa cultura, com suas inovações estéticas, sociais, políticas e culturais, torna-se uma comunicação expressiva, expressão de realidades profundamente radicadas pelo ator social. Ela é mais do que a transmissão de noções, conceitos e regras estéticas. Por ser uma comunicação expressiva, ela pressupõe algo diferente e mais amplo do que as vivências do artista. Em suma, o movimento Bossa Nova está inserido em um complexo conjunto que incorpora sistemas simbólicos que se fundem à experiência coletiva, aos valores vigentes na sociedade e à vivência do artista neste emaranhado conjunto de variáveis. Esta produção poético-musical, dessa forma, depende de uma integração de fatores que se relacionam, com a socialização do artista e sua visão de mundo

que está a todo o momento interagindo com uma cultura específica, presente na sociedade, ou melhor, no grupo que ele participa. Em suma: o autor traduz no mundo das palavras poetadas e musicalizadas o que vivencio e observou, se tornando um reflexo e um espelho nas e das relações e ações sociais por meio de construções identitárias.

Pode-se dizer desta maneira que tanto a Bossa Nova quanto seus desdobramentos ao integrar a vida cotidiana por meio da linguagem poético-musical e suas diferentes formas de atingir a sociedade, de um modo geral, passam existir o caráter coletivo, tornando se um marco enquanto um movimento cultural. Este caráter coletivo da criação, expressão e comunicação, por sua vez, provém do fato de que as estruturas que formam a linguagem artística musical estão relacionadas aos valores, regras, símbolos e representações socioculturais de um grupo, de uma sociedade. Essas variáveis formam uma teia de significações que é de fundamental importância para entender e identificar a essência das particularidades sociais, ideológicas, estéticas e culturais em nossa sociedade, e as consequências que se refletem na cotidianidade como a construção de pensamentos e ações sociais fomentadas pelos atores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. *Filosofia da nova música*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BAHIANA, Ana Maria. *Nada será como antes – MPB nos anos 70*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BEGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. 22. ed. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BONET, Camelo. *As fontes da criação literária*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

CALADO, Carlos. *Tropicália: a história de uma revolução musical*. São Paulo: Editora 34, 1997.

CALDAS, Waldenyr. *A cultura político-musical brasileira*. São Paulo: Musa, 2005.

_____. *Iniciação à música popular brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CASTRO, Ruy. *Chega de saudade: a história e as histórias da Bossa Nova*. 3. ed. atual. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DAGHLIAN, Carlos (Org.). *Poesia e música*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

FISCHER, Ernest. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *A questão da identidade cultural*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MANGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor e sociedade*. 2. ed. Trad.: Marina Appenzeller; revisão de tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fonte, 2000.

MURIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX*, vol. II: Necrose. Trad.: Agenor Soares Santos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

POERNER, Arthur José. *Identidade cultural na era da globalização: política federal de cultura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

SHUSTERMAN, Richard. *Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular*. Trad.: Gisela Domshke; São Paulo: Editora 34, 1998.

TINHORÃO, J. R. A bossa-nova e a canção de protesto. In: _____. *Pequena história da música popular brasileira: da modinha a canção de protesto*. Petrópolis: Vozes, 1974.

**CAROLINA MARIA DE JESUS E ESTAMIRA:
UMA PESQUISA INTERDISCIPLINAR SOBRE O DISCURSO
E SUA RELAÇÃO COM O CORPO**

Daniele Ribeiro Fortuna (UNIGRANRIO)
drfortuna@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar, sob uma perspectiva comparativa, os livros *Quarto de Despejo* e *Meu Estranho Diário*, de Carolina Maria de Jesus, e o filme *Estamira*, no que diz respeito ao corpo, ao nojo e ao cenário urbano. A metodologia para sua realização se estrutura em três linhas: a analítica, a teórica e a comparativa. Uma das hipóteses do projeto se relaciona ao discurso como reverberação da verdade, conforme considera Foucault. Nesse sentido, as palavras de Carolina Maria de Jesus e de Estamira podem ser analisadas como resultado e parte de um fato real.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Estamira. Discurso.

1. Introdução

A pesquisa “*Quarto de Despejo*, *Meu Estranho Diário* e *Estamira*: o corpo, o nojo e a cidade” vem sendo desenvolvida desde 2013. Seu objetivo principal é analisar, sob uma perspectiva comparativa, os livros *Quarto de Despejo* e *Meu Estranho Diário*, de Carolina Maria de Jesus, e o filme *Estamira*, no que diz respeito ao corpo, ao nojo e ao cenário urbano.

O livro *Quarto de Despejo* foi publicado em 1960. Nele, a autora narra detalhes sobre seu dia a dia como catadora de lixo na cidade de São Paulo. Mais de trinta anos depois, em 1996, textos inéditos de Carolina não apenas sobre sua vida na favela do Canindé – onde vivia na década de 1950, mas também sobre o que aconteceu após a publicação de *Quarto de Despejo*, foram reunidos pelos historiadores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert Levine no livro *Meu estranho diário*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os textos de Carolina Maria de Jesus se constituem em narrativas fragmentadas, repletas de erros gramaticais. Para esta pesquisa, foram analisados somente os trechos relativos ao período em que a escritora morou na favela e trabalhou como catadora de lixo.

Acredita-se que Carolina de Jesus tenha nascido por volta de 1914, na cidade de Sacramento, em Minas Gerais. A escritora estudou pouco, apenas o suficiente para se alfabetizar e se interessar pelos livros. Aos 16 anos, mudou-se para Franca, em São Paulo e, bem mais tarde, para a capital do estado. Depois dos 30 anos de idade, Carolina teve três filhos – cada um de um pai diferente –, os quais sustentou sozinha.

Trabalhou em diversas atividades, como faxineira de hotel, auxiliar de enfermagem, vendedora e empregada em casas de família. Finalmente, tornou-se catadora de lixo, profissão que exerceu até tornar-se escritora e, com a ajuda do jornalista Audálio Dantas, publicar *Quarto de Despejo*. Apesar de ter vendido milhares de livros, faleceu em 1977, na miséria.

No filme *Estamira*, a personagem que dá nome ao documentário tem seu cotidiano retratado. Também catadora de lixo, Estamira viveu no subúrbio do Rio de Janeiro, no início da década de 2000, e trabalhou no aterro sanitário de Gramacho, em Duque de Caxias. Como Carolina, Estamira passou por várias situações difíceis ao longo de sua vida: sofreu assédio por parte de seu avô quando era criança, o pai morreu cedo, a mãe foi internada à revelia em um manicômio, tornou-se prostituta na adolescência, casou-se duas vezes com homens que a maltrataram e a traíram e foi estuprada duas vezes.

Mais de quarenta anos separam Carolina de Estamira. Cidades e contextos diferentes, mas várias semelhanças. As duas são o que Bauman (2005, p. 12) denomina de “refúgio humano”, pessoas “deslocadas”, “inadaptadas” ou “indesejáveis”. Ambas viveram em centros urbanos, à margem da sociedade e fizeram do lixo sua forma de sustento. Igualmente, as duas tiveram seus corpos afetados por essa realidade. E suas palavras e atitudes demonstram suas emoções.

Neste artigo, apresentaremos os resultados parciais da pesquisa “*Quarto de Despejo*, *Meu Estranho Diário* e *Estamira*: o corpo, o nojo e a cidade”, principalmente no que diz respeito à relação dos corpos, emoção e discurso de ambas as narrativas.

2. *O discurso e as emoções*

É quase impossível pensar na vida sem refletir também sobre as emoções. Nascimento, infância, adolescência, relacionamentos, vida profissional, maternidade ou paternidade, morte etc.: todas as fases da nossa existência são permeadas por algum tipo de emoção.

As emoções podem – ou não – ser intensas para cada sujeito, nos diferentes momentos citados acima, mas a forma de expressá-las varia de acordo com o grupo social. Na verdade, “há sentimentos que são produzidos socialmente – nas relações sociais – e que têm efeitos significativos para as interações e coletividade de modo amplo” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 13).

Assim, é possível considerar que os sentimentos são influenciados pelas relações e contextos socioculturais em que se encontra o indivíduo. Para Rezende e Coelho (2010, p. 40), as emoções são “parte de esquemas ou padrões de ação aprendidos em interação com o ambiente social e cultural”.

A família, a cultura, a trajetória de cada um, tudo isso pode afetar as emoções. De acordo com Le Breton (2009, p. 117, 118), “o desencadear das emoções é necessariamente um dado cultural tramado no âmago do vínculo social e nutrido por toda a história do sujeito. Ele mostra aos outros uma maneira pessoal de ver o mundo e de ser afetado por ele”.

Nesse sentido, as intempéries ou vitórias, pelas quais uma pessoa passa, não despertam sempre o mesmo sentimento. Tudo depende da história de vida de cada um, entre vários outros fatores. Segundo David Le Breton (2009, p. 117), as emoções “são formas organizadas de existência, identificáveis no seio de um mesmo grupo, porque elas provêm de uma simbólica social, embora elas se traduzam de acordo com as circunstâncias e as singularidades individuais”.

No que diz respeito à expressão das emoções, o discurso tem papel fundamental, já que é por meio dele que o indivíduo revela o que sente. Rezende e Coelho (2010, p. 78) consideram que a função do discurso vai além da simples expressão, pois se trata de uma fala “que mantém com a realidade uma relação não de referência, mas sim de formação”. Dessa forma, o real passaria a existir a partir do que é dito sobre ele.

Tal função do discurso, o de ‘formar’ o real, está relacionada ao que Foucault considera como discurso. Segundo ele, “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus

próprios olhos” (FOUCAULT, 2012, p. 46). O sujeito, de acordo com Foucault, anima com seus atos, as formas vazias da língua (*Idem, ibidem*) e, portanto, confere ao discurso um imenso poder: o de representar, nomear, classificar e explicar.

Para o filósofo francês (FOUCAULT, 1966), as palavras são soberanas. Nesse sentido, Rezende e Coelho (2010, p. 78) apostam em uma “micropolítica da emoção”, já que o discurso é capaz de “dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência emocional individual”. Por isso, as autoras acreditam que “as emoções surgem perpassadas por relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias, concepções de moralidade e demarcações de fronteiras entre os grupos sociais”. (REZENDE; COELHO, 2010, p. 78)

Se as palavras são soberanas, como considera Foucault, e se o discurso pode dramatizar, reforçar ou alterar as relações sociais, podemos dizer que a relação entre discurso e realidade é de formação, mesmo que, muitas vezes, os fatos demonstrem o contrário. Estamira, por exemplo, acreditava na existência de um ‘controle remoto’, com poderes especiais, capaz de controlar os homens. Para ela, então, isto era real.

Ao expormos parcialmente as bases teóricas da pesquisa, podemos analisar como se aplicam no *corpus* analisado.

3. Carolina Maria de Jesus e Estamira: sonhos e emoções deslocadas

Embora seja possível perceber, ao ler os diários de Carolina Maria de Jesus, que a escritora mantém sua sanidade mental, ela se sente sempre cansada, “um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (JESUS, 1997, p. 33). As pessoas com quem convive na favela vivem entorpecidas pelo álcool ou padecem de diferentes males físicos. As dificuldades pelas quais passa Carolina e o ambiente que a cerca afetam suas emoções e seu corpo, o que pode ser claramente percebido por meio de seu discurso.

Já Estamira parece ter perdido o contato com a realidade. No filme, cenas mostram moscas caminhando por seu corpo, sem que ela demonstre se importar. Seus companheiros catadores, com quem trabalha no aterro sanitário, também demonstram estar cansados, desgastados pelo tempo e pelas atividades que ali desempenham. As falas da personagem

que dá nome ao documentário também revelam suas emoções afetadas pelo ambiente e condições em que vive.

Carolina tem na escrita e nos sonhos seu lugar de sobrevivência. Estamira, por vezes, delira e suas emoções parecem deslocadas. Seus discursos demonstram como as palavras se transformam no real para cada uma delas.

Em seu diário, Carolina Maria de Jesus (1997, p. 19) afirma: “O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável”. Este tipo de frase é comum nos textos da escritora que, muitas vezes, oscila entre o sonho e a realidade: “Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando” (*Idem, ibidem*, p. 26).

Para Carolina, os sonhos que relata podem ser considerados como uma “saída do refúgio que lhe foi dado viver antes do polêmico sucesso causado por seu *diário*” (MEIHY, 2002, p. 333). Sua fala sobre eles indica a busca de uma emoção positiva em meio a um dia-a-dia massacrante.

A escritora escrevia ainda devaneios sobre a beleza do dia e a natureza: “Dia das mãos. O céu está azul e branco. Parece que até a Natureza quer homenagear as mãos que atualmente se sentem infelizes por não poder realizar os desejos dos seus filhos... O sol vai galgando. Hoje não vai chover. Hoje é o nosso dia”. (JESUS, 1997, p. 26)¹⁸

Ou ainda:

Contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar pousou nos arvoredos que existe no início da rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha pátria. (JESUS, 1997, p. 34)

As palavras de Carolina refletem a tentativa de encontrar uma sensação de felicidade e beleza em uma realidade de sofrimento e precariedade. Seu diário é, de fato, um espaço de sobrevivência. Seu corpo está cansado, mas a fantasia de suas palavras lhe permite uma pausa desse cotidiano aflitivo.

A autora de *Quarto de Despejo* também costumava a escrever sobre o desejo de usar roupas outro tipo de roupas ou de morar em um local bonito. Sobre as vestimentas, ela diz: “Eu durmi. E tive um sonho maravilhoso. Sonhei que era um anjo. Meu vestido era amplo. Mangas longas

¹⁸ Os trechos aqui citados foram transcritos exatamente como estavam no original.

cor de rosa. Eu ia da terra para o céu. E pegava as estrelas na mão para contemplá-las”. (JESUS, 1997, p. 107)

Em relação ao desejo de viver em outro lugar, afirma:

(...) Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia para esquecer que estou na favela. (JESUS, 1997, p. 52)

Seus textos, portanto, revelam a escolha pela beleza. Se o discurso é lugar de concretização do real, os sonhos de Carolina, de certa forma, eram reais. A escritora fazia de seu diário um espaço de estruturação de um mundo melhor, mais bonito e agradável.

Já as falas de Estamira mostram alguém que perdeu o contato com a vida real e transformou seus delírios em um mundo paralelo. A personagem foi diagnosticada como “portadora de quadro psicótico de evolução crônica, alucinações auditivas, ideias de influência, discurso místico”¹⁹ De acordo com relatos de sua família ao longo do documentário, Estamira agia como uma pessoa aparentemente equilibrada até ser estuprada duas vezes. Antes religiosa, tornou-se descrente e revoltada com Deus.

No filme, Carolina, sua filha, revela que, um dia, Estamira ficou olhando fixamente para um coqueiro e, então, disse: “Isso é que é o poder. Isso é que é real” (ESTAMIRA, 2005). A partir daí, então, Estamira passou a alternar momentos de delírio com de lucidez – ao longo do documentário, entretanto, ela se torna cada vez mais delirante.

Suas falas dão testemunho do estado mental em que se encontra, mostrando como suas emoções são, de certa forma, deslocadas. Em várias cenas, vemos a personagem no aterro sanitário de Gramacho, cercada por lixo e animais – cachorros e urubus. O ambiente é inóspito, mas ela parece não se importar: várias vezes, cenas mostram Estamira sentada no meio do lixo, à vontade. Suas palavras confirmam: “Tem vinte anos que eu trabalho aqui. Eu adoro isso aqui.” (*Idem, ibidem*)

Estamira remexe o lixo com naturalidade e encontra coisas que leva para sua casa. Em uma cena, a personagem mostra para câmera um

¹⁹ Esta definição foi retirada do documentário, no momento em que Estamira mostra um papel assinado por um psiquiatra, que contém este diagnóstico.

vidro sujo que, segundo ela, seria de palmito. Ela afirma que o levará para casa para fazer uma macarronada: “Isso aqui, eu como purinho. É palmito. Eu ponho no molho de macarrão também”. (*Idem, ibidem*). Em nenhum momento, a catadora demonstra nojo. Ao contrário, ela parece sentir-se confortável.

Entretanto, há um assunto, à primeira vista inofensivo, que a tira do sério, fazendo com que seu discurso e suas emoções se alterem radicalmente: Deus. Ao ouvir a esta palavra, Estamira se transforma. Sua reação parece ser de nojo, pois seu discurso é proferido como um jorro. Seu corpo também se modifica – os olhos se arregalam, sua respiração fica ofegante e uma tensão evidente toma conta dele. É uma resposta automática e imediata a um estímulo que a afeta fortemente.

O nojo parece, então, atuar como um zelador que garante sua segurança, mantendo-a distante de algo que a ameaça. Sua fala demonstra esta sensação. Com raiva, ela afirma:

Já me bateram com pau pra mim aceitar Jesus. Mas esse Deus desse jeito, esse Deus deles, esse Deus sujo, esse Deus estuprador, esse Deus assaltante de qualquer lugar, de tudo quanto é lugar, esse Deus arrombador de casa, com esse Deus, eu não aceito. Nem picadinha a carne, nem a minha carne picadinha, de faca, de facão, de qualquer coisa, eu não aceito, não adianta. (ESTAMIRA, 2005)

Dessa forma, o que para muitos é uma figura relacionada à segurança, fé, paz e até alegria, para Estamira é algo sujo no sentido moral – assaltante, estuprador, arrombador de casa. A simples menção ao nome de Deus a faz reviver uma sensação negativa.

Tal afirmação fica mais evidente, quando, em uma das cenas, seu neto pergunta: “Ô, vó, por que a senhora tem tanta raiva assim de Deus? (...) Sem ele você não podia estar aqui agora.” (*Idem, ibidem*) Ao que Estamira responde: “É ruim! Você me respeita! Eu não quero perder a paciência. Você tá com Deus enfiado no teu cu? Eu tenho 62 anos. Você quer saber mais do que eu? Não foi Deus que pariu sua mãe, não! Fui eu! Aqui que eu pari, foi aqui que eu pari sua mãe” (*Idem, ibidem*). Nesse momento, Estamira abaixa as calças e continua: “Você pega o seu Deus e vai pro caralho. Vai pro inferno, vai pro céu, vai pro caralho!” (*Idem, ibidem*)

Assim, é possível perceber que seu discurso reflete suas emoções, tornando o real ainda mais difícil de se enfrentar. O tempo parece contribuir para tornar seu estado ainda mais crítico e suas sensações, mais des-

locadas: Deus passa a ser cada vez mais nojento e o lixão, sinônimo de felicidade.

A última cena do filme mostra Estamira na praia. Sua última fala é: “A única sorte que eu tive foi conhecer o senhor Jardim Gramacho, o lixão, o senhor Cisco Monturo (*sic*), que eu amo, que eu adoro, como eu quero bem os meus filhos, como eu quero bem meus amigos” (ESTAMIRA, 2005). Dessa forma, o lixão deixa de ser apenas um lugar aprazível para se transformar em algo tão bom, que pode ser comparado aos filhos e às amizades.

4. Considerações finais

A pesquisa “*Quarto de Despejo, Meu Estranho Diário e Estamira: o corpo, o nojo e a cidade*” ainda está em andamento, mas já foi possível chegar a algumas conclusões preliminares. Dentre elas, o presente artigo procurou demonstrar, por meio dos textos de Carolina Maria de Jesus e das falas de Estamira, a noção foucaultiana segundo a qual o discurso é reverberação da verdade.

As emoções afetam o corpo, fazendo com que este reaja de diversas maneiras – medo, raiva, nojo, alegria etc. Mas os sentimentos só parecem mais concretos quando os expressamos.

O que sentiam Carolina Maria de Jesus e Estamira? Como eram suas vidas? Apenas suas falas podem responder essas perguntas. E, se como afirmamos anteriormente, o discurso ajuda a estruturar o real, suas palavras são um mundo à parte. Mundo de fantasia, sonho, delírio e deslocamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- ESTAMIRA. Produção de Marcos Prado e José Padilha. Rio de Janeiro: RioFilme, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2012.

JESUS, Carolina Maria de. *Meu estranho diário*. Organizado por José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Quarto de despejo*. São Paulo: Ática, 1997.

LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Subversão pelo sonho: a censura cultural nos diários de Carolina Maria de Jesus. In: TUCCI, Maria Luiza Carneiro (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

**CONSTRUÇÃO DE MUDANÇA DE ESTADO FORÇADA:
UM NOVO OLHAR SOBRE CONSTRUÇÕES
DE ESTRUTURA ARGUMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA
À LUZ DA GRAMÁTICA DAS CONSTRUÇÕES**

Fernanda da Silva Ribeiro (UFRRJ)

fernandaribeiro9@yahoo.com.br

Roza Maria Palomanes Ribeiro (UFRRJ)

rozapalomanes@terra.com.br

RESUMO

Apresenta-se uma nova proposta concernente a construções de estrutura argumental em língua portuguesa à luz da gramática das construções. Baseando-se nas características da construção de movimento-causado (CMC) e da construção resultativa (CR) (GOLDBERG, 1995), iniciou-se a coleta de dados no *Corpus Discurso & Gramática* e no site *Google* a fim de depreender a família construcional do português do Brasil. Dentre o grupo de verbos selecionados para a pesquisa, figurou *empurrar*. As sentenças encontradas com tal verbo apresentaram a mesma sintaxe da construção de movimento-causado, porém sentido diferenciado. Uma análise mais cuidadosa da semântica desse conjunto de construções, instanciadas por *Dilma empurrou os problemas para debaixo do tapete*, revelou que a construção Y, assim denominada inicialmente, mantinha uma relação com a construção de movimento-causado e construção resultativa, contudo seu foco não incidia no movimento/trajetória do objeto a um ponto final nem no resultado final de um objeto após mudança. Procedeu-se, então, ao estudo do modelo de dinâmica de forças (TALMY, 2000), com o intuito de entender a ideia subjacente à construção Y. Entendendo tal modelo como o resultado de um processo proveniente de determinada força, física ou psicológica, exercida por um Antagonista sobre um Agonista e que, também, diferentes escolhas verbais denotam concepções distintas de dinâmica de forças em um evento, percebeu-se que o foco na construção Y residia, na verdade, sobre o verbo. Concluiu-se, por conseguinte, que as construções encontradas com *empurrar* não se tratavam de construção de movimento-causado nem de construção resultativa, mas de uma instanciación das construções de movimento-causado cujo foco recai na ação verbal como força que obriga o objeto a mudar de estado. Assim, a proposta é que construções como *Marina empurrou o PSB para a direita* e *Itália empurrou bolsas para o vermelho* sejam uma instância da construção de movimento-causado, denominada construção de mudança de estado forçada.

Palavras-chave: Gramática das construções. Construção de movimento causado.
Construção resultativa.

1. *Introdução*

Este trabalho apresenta o resultado dos estudos de iniciação científica, os quais revelam a emergência de uma nova construção dentro das construções de estrutura argumental em língua portuguesa à luz da gramática das construções: a construção de mudança de estado forçada. A pesquisa, na verdade, tinha como foco investigar a formação da família construcional de movimento-causado do português do Brasil, tendo como base a construção de movimento-causado (CMC) e a construção resultativa (CR) (GOLDBERG, 1995). Porém, durante a análise dos dados coletados, percebemos que um grupo de construções contendo o verbo “empurrar” chamou nossa atenção por apresentar uma semântica diferenciada, passando a ser, então, objeto de nossos estudos.

Antes de tratarmos da pesquisa e seu resultado, iremos, primeiramente, descrever a construção de movimento-causado e a construção resultativa, visto que são necessárias para a compreensão de nossa pesquisa, bem como as relações metafóricas que as unem. Em seguida, apresentaremos nossa pesquisa inicial e mostraremos de que forma ela seguiu outra direção, permitindo-nos chegar à construção de mudança de estado forçada.

2. *Construção de movimento-causado*

A construção de movimento-causado apresenta a estrutura [SUJ[V OBJ OBL]] em que V designa verbo não-estativo e OBL, abreviatura de “oblíquo”, denota um sintagma preposicional (Sprep) direcional. Ademais, tal construção é entendida semanticamente como “X causa Y mover-se a Z”, em que há determinado sujeito (X) o qual desloca um objeto (Y) para determinado lugar (Z) por intermédio de uma ação. Esta definição é exemplificada pelas construções a seguir:

- (1) O garoto chutou a bola para dentro do quarto.
- (2) Ele cuspiu água em mim.
- (3) A mãe de Marcela varreu as folhas para fora da calçada.
- (4) A criança jogou o copo na parede.
- (5) Eles borrifaram tinta na janela.
- (6) A mãe levou o bebê para a cama.

Uma importante observação a se fazer acerca da construção de movimento-causado remete ao verbo que a integra. Isoladamente, ele não denota semântica de movimento-causado; o sentido advém da própria construção, sendo, portanto, uma contribuição desta. Este argumento explica o porquê de verbos prototipicamente intransitivos e transitivos poderem estar presentes na construção de movimento-causado:

(7) **Miguel espirrou.**

(8) **Miguel espirrou o guardanapo para longe da mesa.**

(9) **O cantor varreu o palco.**

(10) **Cantor “varreu” a bandeira Argentina para fora do palco.**²⁰

As construções (7) e (8), embora partilhem o mesmo verbo, carregam sentidos distintos: em (7), há uma construção tipicamente intransitiva, cujo verbo seleciona apenas o argumento externo; por outro lado, (8) mostra que o predador exige, também, o argumento interno e um Sprep. As construções (9) e (10), por sua vez, mostram um verbo que seleciona dois argumentos, porém, em (10), há a presença de um sintagma direcional. Conforme se observou no início desta seção, os termos que um verbo seleciona ao ser inserido na construção de movimento-causado são chamados de “papéis argumentais”, ou seja, “são possibilidades previstas pela construção, mas não necessariamente pelo verbo”. (FERRARI, 2011, p. 134)

Goldberg (1995) argumenta a favor da inclusão da construção de movimento-causado nos estudos gramaticais, haja vista o fato de o significado não emanar das partes que a constituem, e, sim, ser subjacente a ela, o que explica dificuldades na interpretação de construções, como as expressões idiomáticas (FILLMORE, 1979), por exemplo. Deste modo, basear-se somente na composicionalidade da construção de modo a construir significado pode ser um critério falho.

2.1. Redes construcionais

As construções gramaticais normalmente possuem relação entre si, dando origem às Redes Construcionais. Para dar conta da organização

²⁰ Exemplo retirado do *corpus* coletado no site do Google, no período de novembro de 2013 a fevereiro de 2014.

de tais redes, Goldberg (1995, p. 67) propõe quatro princípios, dois dentre os quais são apresentados a seguir:

I – Princípio da motivação maximizada: se duas construções são sintaticamente semelhantes, então ambas as construções devem ser, em algum grau, semanticamente motivadas.

II – Princípio da não sinonímia: Se duas construções são sintaticamente diferentes, por conseguinte elas devem ser também distintas semântica e pragmaticamente.

Em função do princípio da motivação maximizada, a autora propõe uma rede na qual existe uma construção de sentido prototípico seguida de extensões desse sentido:

a) **X causa Y mover-se a Z** (sentido prototípico)

(11) *Frank kicked the dog into the bathroom.*²¹

(Frank chutou o cachorro para dentro do banheiro)

(12) *Frank sneezed the issue off the nightstand.*

(Frank espirrou o lenço para fora da mesinha)

b) **Condições de satisfação acarretam X causar Y mover-se a Z**

Para que o movimento ocorra, o ser representado pelo objeto deve aceitar a ação denotada pelo verbo para que, assim, haja condições de satisfação.

(13) *Sam invited him out of the cabin.*

(Sam o convidou para fora da cabine)

(14) *Sam sent him to the market.*

(Sam o mandou ao supermercado)

c) **X permite Y mover-se a Z**

O sentido remete à remoção de uma barreira, o que permite o movimento.

²¹ Os exemplos em inglês provêm de Goldberg (1995).

(15) *Sam allowed Bob into the room.*

(Sam permitiu que Bob entrasse no quarto)

(16) *Sam let Bill into the room.*

(Sam deixou Bill entrar no quarto)

d) X previne Y de mover-se a Z

O sentido remete à imposição de uma barreira, o que impede o movimento.

(17) *Harry locked Joe into the Bathroom.*

(Harry trancou Joe para dentro do banheiro)

(18) *Sam barricaded him out of the room.*

(Sam o barricou para fora do quarto)

e) X ajuda Y mover-se a Z

A assistência que X presta a Y por meio do verbo permite o movimento até Z.

(19) *Sam helped him into the car.*

(Sam o ajudou para dentro do carro)

(20) *Sam guided him through the terrain.*

(Sam o guiou pelo terreno)

Existem alguns verbos apontados por Goldberg (1995) que não se encaixam em nenhum dos modelos discutidos anteriormente. O sujeito desses verbos não causa, ajuda, previne, permite ou impõe uma condição de satisfação para o movimento do objeto. Veja-se abaixo:

(21) *Sam accompanied Bob into the room.*

(Sam acompanhou Bob para dentro do quarto)

O verbo *to accompany* e outros de semântica semelhante, tais como *walk*, *show* e *escort*, não designam nenhuma espécie de assistência e, conseqüentemente, a ação denotada por eles não impede ou obriga o objeto a mover-se.

3. *Construção resultativa*

(22) *She painted the house red.*

(Ela pintou a casa vermelha)

(23) *He wiped the table clean.*

(Ele esfregou a mesa limpa)

Os exemplos acima ilustram a construção resultativa. Sua semântica denota “X causa Y a tornar-se Z” e sua estrutura apresenta [SUJ[V[OBJ SA/SP]], em que V designa um verbo não estativo e SA e SP (abreviaturas de sintagma adjetival e de sintagma preposicional) referem-se ao resultado de uma ação. Analisando as frases acima, vemos que, em (51), a casa mudou de cor porque o sujeito a pintou, e a mesa deixou o estado atual, *i. e.*, o de suja, para tornar-se limpa, em (52).

Na construção resultativa, o argumento paciente deve admitir mudança de estado como resultado da ação verbal. Vejamos mais exemplos:

(24) *The river froze solid.*

(O rio congelou sólido)

(25) *The tools were wiped clean.*

(As ferramentas foram esfregadas limpas)

(26) *I had brushed my hair very smooth.*

(Eu penteei meu cabelo muito suave)

(27) *Chris shot Pat dead.*

(Chris atirou na Pat morta)

4. *Relações metafóricas entre a construção de movimento-causado e a construção resultativa*

Conforme estudado no item 2.1, as relações entre as construções gramaticais são viáveis graças às redes construcionais. Os princípios que organizam tais redes são reiterados a seguir:

I – **Princípio da motivação maximizada:** se duas construções são sintaticamente semelhantes, então ambas as construções devem ser, em algum grau, semanticamente motivadas.

II – **Princípio da não sinonímia:** Se duas construções são sintaticamente diferentes, por conseguinte elas devem ser também distintas semântica e pragmaticamente.

Em 2.1, também se mostrou que o primeiro princípio explica os laços polissêmicos os quais envolvem as construções sintáticas. Destarte, a partir do sentido central da construção de movimento-causado (X causa Y a mover-se Z), derivam-se outras semânticas, revistas abaixo:

- a) Condições de satisfação acarretam X causar Y mover-se a Z
- b) X permite Y mover-se a Z
- c) X previne Y de mover-se a Z
- d) X ajuda Y mover-se a Z

Além da relação de herança que envolve laços polissêmicos, subsiste, ainda, a que compreende *laços metafóricos*. Goldberg (1995) assume que a metáfora é a responsável pelo vínculo entre duas construções aparentemente distintas. Diante disso, esta seção objetiva apresentar ao leitor uma análise da construção resultativa, cuja interpretação parte da construção de movimento-causado.

A análise metafórica requer que uma variedade de restrições conferidas à construção resultativa sejam familiares ao leitor. No entanto, a pesquisadora ressalta a necessidade do conhecimento de apenas uma restrição essencial: a restrição de caminho único (RCU)²². Analisemos como Goldberg (1995, p. 82) a define:

[...] Se um argumento *X* refere-se a um objeto físico, então não mais do que um caminho distinto pode ser entendido de *X* dentro de uma única oração. A noção de um caminho único tem duas implicações: (1) *X* não pode mover-se para dois locais distintos a um mesmo tempo *t* e (2) o movimento deve traçar uma trajetória dentro de um único cenário.²³

A restrição acima aplica-se não só a movimento literal mas também a movimento metafórico. A afirmação de que o movimento deve ocorrer dentro de um único cenário evita a ocorrência de construções como (24), que combina movimento literal e metafórico:

²² Em inglês, *Unique Path Constraint* (UPC).

²³ [...] If an argument *X* refers to a physical object, then no more than one distinct path can be predicated of *X* within a single clause. The notion of a single path entails two things: (1) *X* cannot be predicated to move to two distinct locations at any given time *t*, and (2) the motion must trace a path within a single landscape.

(28)**The vegetables went from crunchy into the soup.*

(Os legumes foram crocantes para dentro da sopa)

Consoante Goldberg (1995) salienta, a relevância da restrição de caminho único para a construção resultativa se torna nítida se o sintagma indicativo de mudança de estado na construção resultativa é interpretado como mudança de local. A fim de depreender tal relação, faz-se um mapeamento entre os sentidos das duas construções, o qual se encontra esquematizado a seguir:

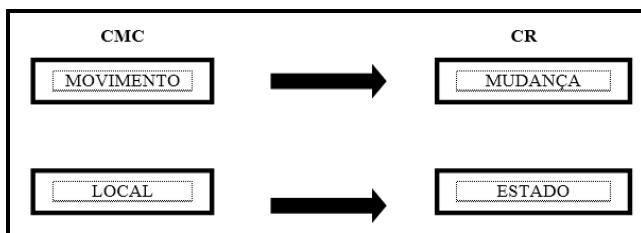


Fig. 1 –

Mapeamento semântico entre as construções de Movimento-Causado e Resultativa

Ferrari (2011) ilustra esse mapeamento com base em construções do português. Assim, tomando-se as sentenças

Ele empurrou o piano para a sala.

Ele esfregou a mesa até brilhar.

tem-se a seguinte relação:

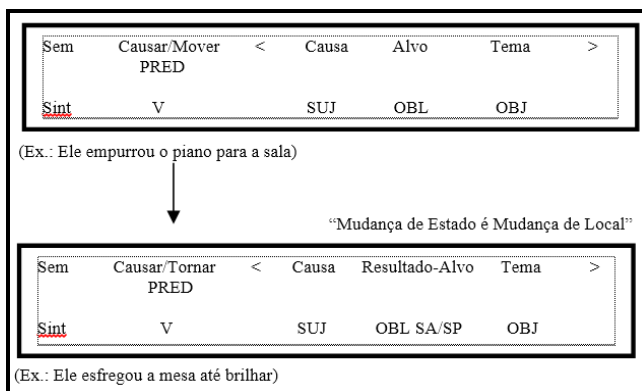


Fig. 2 – Laço metafórico entre as construções de movimento-causado e resultativa (FERRARI, 2011)

Muitos verbos indicativos de movimento literal podem ser usados metaforicamente para denotar mudança de estado, interpretação possível graças ao mapeamento indicado na **Fig. 2**. Quando utilizados desse modo, verbos de movimento direto não necessariamente implicam caminhos distintos, podendo ocorrer com sintagmas resultativos contanto que um único caminho seja designado. Vejamos os exemplos que seguem:

(29)a. *Bob fell asleep.*

(Bob adormeceu.)

b. *Bob went crazy.*

(Bob foi à loucura)

Sem levar em conta a semântica em língua portuguesa das orações em (25), podem-se ter as seguintes interpretações:

- a) (25a) não indica que Bob caiu em lugar algum; entende-se que ele, metaforicamente, caiu no sono. Houve uma mudança de estado, *i. e.*, Bob foi ficando com sono aos poucos até chegar ao resultado final: adormecer.
- b) Não se tem como interpretação em (25b) que Bob tenha literalmente ido a algum lugar, mas se pode afirmar que ele tenha chegado a um estado de insanidade devido a um movimento metafórico.

O laço metafórico da construção resultativa ajuda a explicar a falta de polissemia nesta construção. Diferentemente da construção de movimento-causado, a construção resultativa não permite a existência de extensões semânticas. Ela, por exemplo, não pode indicar uma mudança de estado pretendida:

(30)a. **She allowed it green.*

(Ela permitiu isto verde – entendido como: ela fez com que isto se tornasse verde)

b. **She locked him dead.*

(Ela o trancou morto – *i.e.*, Ela o preveniu de se tornar morto)

O que já se torna possível com a construção de movimento-causado:

(31)a. *She allowed him into the room.*

(Ela o permitiu para dentro do quarto, ou seja, ela fez com que ele se movesse para dentro do quarto – X permite Y mover-se a Z)

b. *She locked him out of the room.*

(Ela o trancou para fora do quarto, em outras palavras, ela o impediu de se mover para dentro do quarto – X previne Y de mover-se a Z)

Conforme se observou nesta seção, Goldberg (1995) assume que, além de laços polissêmicos, os quais permitem que uma construção possa gerar extensões de sentido a partir de sua semântica central, como é o caso da construção de movimento-causado, há laços metafóricos que permitem o entendimento de uma construção em termos de outra. Nesse sentido, o mapeamento realizado entre as semânticas da construção de movimento-causado e da construção resultativa denota relações de herança que unem ambas as construções, via metáfora.

5. Pesquisa

Com base nas características da construção de movimento-causado, da construção resultativa e nas relações metafóricas que unem ambas as construções, nossa pesquisa, inicialmente, teve como objetivo a formação da família construcional de movimento-causado do português do Brasil. Para tanto, procedemos à seleção de um conjunto de verbos os quais acreditamos figurar dentro da construção de movimento-causado. São eles: *carregar, empurrar, deslizar, escorregar, lançar, quicar, chutar, botar, sacudir, subir, descer, correr, andar, sair, varrer, gritar, desafiar, castigar, dançar, ignorar, cuspir, xingar, quebrar, assustar, afugentar, limpar, espalhar e beijar*.

A primeira fonte adotada para a pesquisa foi o *Discurso & Gramática – a Língua Falada e Escrita na Cidade do Rio de Janeiro* (VOTRE & OLIVEIRA, 1995). No entanto, a quantidade de ocorrências encontradas foi insuficiente para nossos estudos, conforme se pode observar na tabela abaixo:

Dados selecionados <i>Discurso & Gramática</i>	
Verbo	Número de ocorrências encontradas
Espalhar	1
Jogar	13
Pôr	1
Quebrar	1

Tabela 1 – Dados coletados no corpus *Discurso & Gramática*

Dentre os exemplos encontrados, estão (a construção de movimento-causado encontra-se em *itálico*):

(32) “*ai... tranquei a porta do quarto da... da minha mãe... e... e com a sun/ e com a cueca na mão... né? eu... tirei a toalha... tirei a toalha... né? e joguei a toalha em cima da cama... e queria me sentar na cama pra poder... colocar a cueca... né?*”

(33) “*uma pessoa... um homem... assim... sei lá... pra me ensinar... futebol... não sei nada disso... a única coisa que eu sei nadar... porque as minhas tias me... poram num curso de natação... aqui no Vasco... fora disso... eu/ minha mãe ia me pôr no basquete... depois não/ resolveu pra lá... e...*”

Diante da pouca quantidade de dados encontrados, adotamos uma segunda fonte de pesquisa, o *site Google*. Nele, o número de ocorrências foi considerável, envolvendo um número maior de verbos:

Dados selecionados <i>Google</i>	
Verbo	Número de ocorrências encontradas
Carregar	9
Cuspir	7
Deslizar	2
Empurrar	30
Limpar	2
Quicar	3
Sacudir	3
Varrer	20
Afugentar	7
Espalhar	3
Botar	9
Chutar	6
Derrubar	1
Lançar	6

Tabela 2 – Dados coletados no *site Google*

Alguns exemplos (construção de movimento-causado em *itálico*):

(34) “*Público carregou Moura até ao pódio*”

(35) “*A menina cuspiu a comida nela e a jovem acabou perdendo a paciência e deu uns tapas nela.*”

(36) “[...] *O príncipe deslizou a mão para cima*, envolvendo-a com os cabelos louro-escuros e fazendo os prendedores afrouxarem.”

(37) “*SNS ‘limpou’ 480 mil pessoas das listas de utentes*”

(38) “*Pai sacudiu bebê de 10 semanas até a morte* porque ele não parava de chorar”

(39) “*Cantor ‘varreu’ a bandeira Argentina para fora do palco*”

No entanto, ao analisar as ocorrências com o verbo “empurrar”, notamos que, das trinta construções, apenas seis se tratavam de construções de movimento-causado:

(40) “*Wanessa já empurrou um namorado na moita! Veja no Loucômetro*”

(41) “*Jovem que empurrou criança de 6 anos dentro da piscina do Hotel Garbos é identificado*”

(42) “*Érica empurrou a Diana para a piscina*”

(43) “*Mulher que empurrou hindu no metrô de NY é acusada de crime de ódio*”

(44) “*A mulher, que segundo testemunhas falava sozinha na plataforma, onde caminhava de um lado para o outro, empurrou o homem na linha do trem no momento que a composição se aproximava da estação. A vítima estava de costas e, ao que parece, não percebeu o ataque*”

(45) “*Motociclista empurra adolescente contra carro e jovem morre atropelado*”

As outras vinte e quatro revelaram uma semântica diferenciada, embora apresentassem a mesma sintaxe da construção de movimento-causado. Percebemos que o conjunto não exemplificava a construção de movimento-causado, porquanto o foco não recaía na trajetória de um objeto, e tampouco no resultado de uma ação, o que é característico da construção resultativa. Em vista disso, denominamos essa construção desconhecida, inicialmente, de construção Y (CY), cujos exemplos podem ser vistos a seguir (em itálico):

(46) “*Sem interagir com os setores específicos, governo empurra suas vontades para o Congresso, diz cientista político*”

(47) “*Wellington diz que Wilson o empurrou para oposição*”

(48) “*Marina Silva empurrou Eduardo Campos para a direita*”

(49) “*PCP: Sócrates empurrou culpa da crise para PSD*”

(50) “*Aécio diz que Dilma empurrou os problemas para debaixo do tapete*”

(51) “*Luciano Bivar revela que já ‘empurrou’ jogador na Seleção Brasileira*”

(52) “*Will Smith diz que é insano pensar que ele empurrou os filhos para o showbiz*”

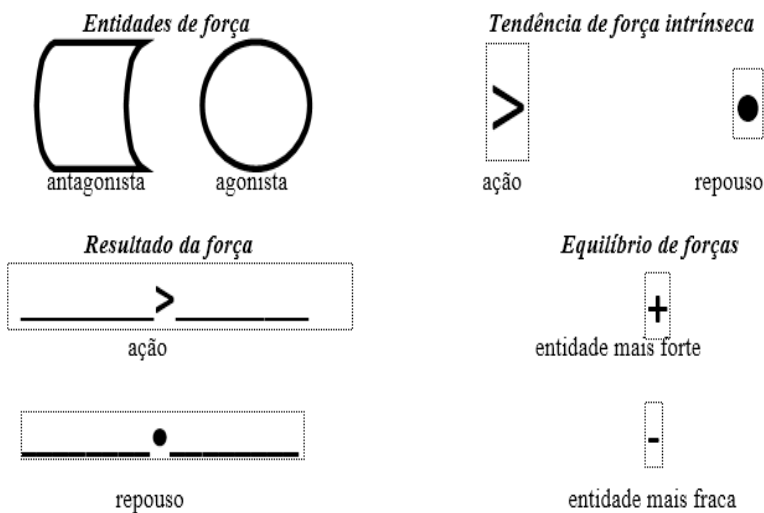
Recorremos, então, ao modelo de dinâmica de forças (TALMY, 2000), com o intuito de entender a ideia subjacente à construção Y.

5.1. O modelo de dinâmica de forças

Entende-se por *dinâmica de forças* o tratamento linguístico atribuído a diferentes forças existentes no mundo sociofísico. Tal modelo é uma generalização do conceito de “causação”, refletindo a conceptualização de processos como diferentes tipos de forças que agem de formas distintas sobre os participantes de determinado evento. As forças exercidas em determinado objeto podem ser de natureza física ou psicológica, conforme Talmy (2000, p. 409) aponta:

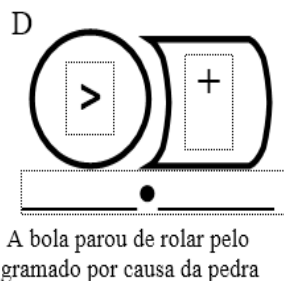
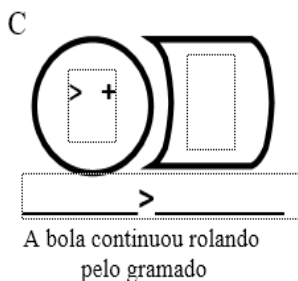
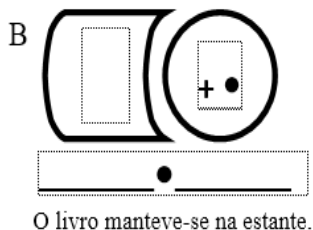
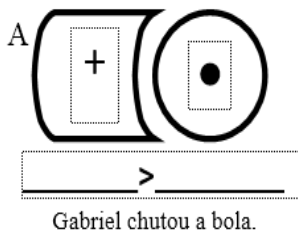
[...] Itens lexicais envolvidos dessa forma podem se referir não apenas a interações de força física mas, por extensão metafórica, também a interações psicológicas e sociais, concebidas em termos de “pressões” psicossociais (tradução nossa).²⁴

Consoante Talmy (2000), existem quatro modelos de dinâmica de forças, em que:

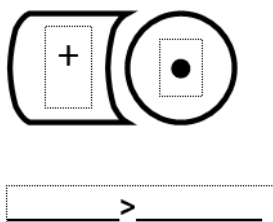


²⁴ [...] Lexical items involved in this way refer not only to physical force interactions but, by metaphoric extension, also to psychological and social interactions, conceived in terms of psychosocial “pressures”.

Os quatro modelos são descritos abaixo:



Ao analisar os quatro modelos de dinâmica de forças, notamos que os exemplos que instanciavam a construção Y encaixavam-se, perfeitamente, no modelo A. Neles, o antagonista possui carga positiva, o que o faz se tornar a entidade mais forte. Ao exercer sua força sobre o agonista, este deixa sua força intrínseca, que é o repouso, para mover-se. Veja-mos mais exemplos da construção Y:



(53) “*Stojkovic empurrou Markovic para o Benfica*”

(54) “*CIP: Falta de diálogo do Governo empurrou sindicatos para a greve*”

(55) “*Cortar gasto público? Foi essa receita que empurrou a Alemanha para o nazismo em 1933*”

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- (56) “Corinthians vence, perde atletas, e *empurra* Guarani para a zona de rebaixamento”
- (57) “Pode parecer que *nós empurramos* nossos filhos para o negócio, mas isso é absolutamente insano’, garante. ‘Eu nunca, jamais, iria forçar alguém a ter seu rosto em um pôster que estará em todos os lugares do mundo’, afirmou Will Smith, acrescentando que não vê essa escolha como algo negativo.”
- (58) “ABAG – Para FAO, *alta no preço dos alimentos empurrou* 70 milhões para a linha da miséria nos últimos 2 anos”
- (59) “*BLABLÁ EMPURRA DUDU PARA A DIREITA DE SERRA*”
- (60) “COTAI *empurrou* Jogo para trimestre recorde”
- (61) “Itália *empurrou* bolsas para o vermelho”
- (62) “Lamb of God: testemunhas garantem que Randy Blythe *empurrou* fã para a morte”

Ademais, percebemos que o foco, diferentemente da trajetória na construção de movimento-causado e no resultado da ação na construção resultativa, reside na ação verbal como força que obriga o objeto a mudar de estado. Assim, no exemplo (62), nota-se que a força exercida pelo antagonista (Randy Blythe) sobre o agonista (fã) foi tamanha que este foi obrigado a mudar de estado, ou seja, transitou do estado de vivo para o de morto. O modelo proposto por Talmy (2000), portanto, ajudou-nos a identificar uma nova espécie de construção, à qual atribuímos o nome de construção de mudança de estado forçada.

6. Considerações finais

Entendendo o modelo de dinâmica de forças como o resultado de um processo proveniente de determinada força, seja física ou psicológica, exercida por um antagonista sobre um agonista e compreendendo, também, que diferentes escolhas verbais revelam diferentes concepções de dinâmica de forças em um evento, percebeu-se que o foco na construção Y residia, na verdade, sobre o verbo dentro da oração.

Concluiu-se, por conseguinte, que as construções com o verbo *empurrar* não se tratavam de construção de movimento-causado nem de construção resultativa, mas de uma instanciación das *construções de movimento-causado* cujo foco recai na ação verbal na forma de força a qual obriga o objeto a mudar de estado. Assim, propomos que construções como *Marina empurrou o PSB para a direita*, *Itália empurrou bolsas*

para o vermelho e Wellington diz que Wilson o empurrou para a oposição sejam uma instância das *construções de movimento-causado*, contendo a semântica “a ação de X força Y a tornar-se Z”, denominada construção de mudança de estado forçada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRARI, L. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Educ, 2002.

MARTELOTTA, M. E.; PALOMANES, R. Linguística cognitiva. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 177-192.

RIBEIRO, R. M. P. *Construções gramaticais: uma análise das resultativas do português com o verbo ficar*. 2007. – Tese (de doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro.

TALMY, L. *Toward a Cognitive Semantics*. Cambridge: MIT Press, 2000, vol. 1.

VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. (Coords.). *Discurso & gramática: a língua falada e escrita da cidade do Rio de Janeiro*. Impresso, 1995.

DIALOGISMO, POLIFONIA E INTERTEXTUALIDADE NAS CAPAS DO JORNAL MEIA HORA

Gesseldo de Brito Freire (UERJ)

canoarte@yahoo.com.br

André Crim Valente (UERJ)

prof.acvalente@gmail.com

RESUMO

No texto jornalístico, há uma tentativa de (re)elaboração de uma realidade observável. Se, comumente, tal realidade é construída a partir de um princípio de neutralidade, por vezes o jornalista se vale de alguns procedimentos linguísticos a fim de possibilitar uma aproximação do texto com a realidade cotidiana. Por essas escolhas, essa aparente neutralidade inevitavelmente se desfaz desde a construção até o contato do leitor com a matéria. Assim, valer-se de recursos de dialogismo, polifonia e intertextualidade tem sido uma recorrência na construção de enunciados de manchetes em diferentes capas de jornal veiculadas diariamente. Cumpre notar que, dependendo de como sejam utilizados, esses recursos podem favorecer a identificação do leitor com o conteúdo apresentado e, por consequência, o veículo de comunicação alcance maiores êxitos nas vendas. Nesse sentido, neste artigo, tomar-se-á como *corpus*, para seguinte análise, um conjunto de onze manchetes centrais constantes das capas de algumas edições do jornal *Meia Hora*, do Rio de Janeiro, veiculadas nos anos de 2013 e 2014.

Palavras-chave: Manchetes jornalísticas. Dialogismo. Polifonia. Intertextualidade.

1. Introdução

Vivemos em mundo em que as relações humanas se configuram no interior de um jogo discursivo. Isso, para muitos pesquisadores da linguagem, é um fator de motivação para os mais diversos estudos sobre como os sentidos do texto se constroem e que artimanhas são postas em jogo nessa construção. Assim, vale pensar como esse trabalho se realiza em textos produzidos pela mídia, mais precisamente em manchetes de jornal.

Para isso, como objeto desta pesquisa, optou-se pelo estudo de algumas manchetes centrais constantes de capas do jornal *Meia Hora*, do Rio de Janeiro, veiculadas nos anos de 2013 e 2014. Tal escolha se deve ao fato de que, a fim de persuadir seu público para o ato da leitura, bem como fazê-lo compartilhar de mesmo discurso, seu enunciador se vale de diferentes recursos linguísticos na produção de sentidos no conteúdo apresentado, desde o estágio inicial da enunciação até a recepção desses enunciados.

Corado (2009, p. 124) explica que a análise da produção de sentido no discurso midiático impõe que o pesquisador não ignore o funcionamento da máquina midiática, uma vez que no discurso em análise muitos fatores são determinantes daquilo que se diz, daquilo que se cala e, principalmente, do modo como os recortes do real são construídos e levados à representação social. Esses fatores, nas palavras de Charaudeau (2009), são “lugares da produção de sentido”, dispostos em três: a) das condições de produção; b) das condições de recepção; c) lugar das restrições de construção do produto.

O primeiro deles se refere ao espaço em que ocorrem as buscas, as intenções envolvidas na enunciação. Nas palavras de Corado (2009), não é o lugar onde se encontrarão os efeitos reais do texto sobre o leitor, nem tampouco os possíveis sentidos de um dizer, mas o ambiente em que o interesse estará nos efeitos desejados, naquilo que se espera atingir com o que se enuncia.

Quanto ao segundo, o lugar das condições de recepção, deve ser compreendido a partir de dois lados: o do leitor ideal, o que Charaudeau (2009) entende como “espaço de recepção interno-externo”, relacionado com a recepção imaginada pelo produtor quando compõe o arranjo textual; e o outro, o do leitor real, espaço externo-externo, como espaço real de consumo da informação apresentada/recebida, campo em que o público, no acionamento de duas próprias condições de leitura e interpretação, apodera-se de sentidos construídos no interior do texto. Vale ressaltar que, no espaço do leitor real, o texto não deve ser pensado como um espaço material, mas espaço de interação.

No que diz respeito a esse lugar da recepção, Charaudeau explica que

Analisar as condições de interpretação desse espaço depende de uma problemática sociológica e psicossociológica. Trata-se aqui de se interrogar sobre a natureza e os comportamentos da instância de recepção, atividade delicada, pois convém não confundir dois tipos de efeitos: os que concernem a fatos de

consumo e atitudes apreciativas (índices de satisfação), tudo aquilo que é analisado através de sondagens, pesquisas quantitativas de audiência e estudos de impacto; e os que concernem aos processos psicossociocognitivos de percepção, de memorização, de retenção, de discriminação, de avaliação e de compreensão do que é percebido (2009, p. 26).

O sucesso dos objetivos pretendidos por um jornal, por exemplo, depende do grau de consciência desse espaço intersubjetivo, além do conhecimento do público-alvo, possibilitando a realização de pesquisas organizadas pelos organismos midiáticos no que diz respeito a seu público-alvo, visto que o ato de informar carece oferecer algo “novo” ancorado em conhecimentos que já estão internalizados no público, realizando o diálogo e a interação. Segundo Corado (2009, p. 126), “a partir dessa ideia, percebe-se que não se pode estabelecer uma fronteira rígida entre o espaço da produção e o espaço da recepção e que há, na verdade, um grande ambiente de reciprocidade entre esses dois espaços”.

Dáí, podemos pensar que o leitor do texto midiático seja ainda co-autor do texto dessa natureza, assim como sua existência real e/ou ideal terá valor decisivo para os comandos de sua produção. Ressalte-se que esse espaço de ação recíproca, local em que se institui a interseção entre a produção e a recepção, é, segundo Charaudeau (2009), o “lugar das restrições de construção do produto”. Trata-se do espaço em que se firma, de fato, o constituinte dialógico do texto, de modo a determinar a organização semiodiscursiva que se materializará sob a forma de texto (CORADO, 2009).

Charaudeau (2009, p. 26) enfatiza que, na comunicação midiática,

Qualquer declaração num telejornal ou num noticiário radiofônico, está carregada de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte – e nem sempre a mesma – corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação, e uma outra – não necessariamente a mesma – corresponderá ao sentido construído por tal ou qual receptor.

Desse modo, proceder à análise do produto acabado depende, segundo ele, de uma problemática semiodiscursiva que pressupõe o estudo midiático sob um enfoque em que serão examinados os sentidos derivados do trabalho de estruturação do texto e os discursos de representação, tanto aqueles que circulam no lugar de produção, quanto os que caracterizam as condições de recepção. “Esses dois tipos de discursos de representação constituem os imaginários sociodiscursivos que alimentam e tornam possível o funcionamento da máquina midiática” (CHARAUDEAU, 2009, p. 26).

Sobre isso, Corado (2009, p. 126) adverte que

Se esse processo de construção, por turno, é determinado pela imagem ideal que se cria do interlocutor, por outro, muitas vezes as condições de recepção e interpretação dão origem a efeitos que podem escapar às intenções de quem escreve, o que faz da leitura do analista sempre uma leitura de “interpretações possíveis”, tendo em mente que o objeto texto, embora se nos apresente como a chave dos sentidos, não os encerra em si, estabelecendo, ao contrário, (...), diálogo com várias instâncias da sua exterioridade.

Nesse sentido, a fim de estabelecer com seu interlocutor um diálogo em que tanto uma leitura compreensiva quanto o aceite do discurso ali apresentado seja uma marca, entende-se, nesta pesquisa, que o material observado apresenta na construção de sentido para suas manchetes de capa, recursos linguísticos que, de algum modo, estabelecem com outros materiais textuais de conhecimento popular marcas *dialógicas*, *polifônicas* e *intertextuais*.

Portanto, compreender como o discurso de seu enunciador é produzido, analisar a linguagem ali empregada, bem como as escolhas lexicais para a produção de sentido nas manchetes de capa devem ser o foco deste trabalho. Para isso, a escolha pelos caminhos apontados por Bakhtin (1992, 2003) quanto ao estudo dos enunciados será aqui um eixo norteador para uma análise segura.

2. ***Dialogismo, polifonia e intertextualidade***

Se, durante algum tempo, o interesse na obra de Bakhtin ficava, em muitos momentos, limitado a textos em que o discurso literário servia de objeto de estudo para a compreensão das ideias de dialogismo e carnavalização, como em Dostoiévski e Rabelais, diferentemente tem sido nos últimos quarenta anos. Grande é o número de pesquisadores que têm se apoiado nas reflexões apresentadas pelo teórico russo para seus estudos, considerando sua ampla visão no que tange ao uso da língua no cotidiano, nas interações sociais.

Não como exagero, essa busca se justifica por Bakhtin atribuir à língua a ideia de um organismo vivo capaz de produzir sentidos no ato de uma enunciação. De modo distinto ao pensamento bakhtiniano, muitos foram os estudos linguísticos durante o século XX que partiram da língua como objeto de estudo para a compreensão de unidades mínimas ou de unidades até a dimensão da frase. Foi, portanto, necessário que a linguística rompesse as barreiras que limitavam seu objeto à frase, fora de con-

texto, para que Bakhtin assumisse o papel precursor de antecipador de alguns dos grandes temas linguísticos atuais (BARROS, 2003).

Para Bakhtin (2003), a estrutura da enunciação completa é algo cujo estudo a linguística deixa para outras disciplinas – a retórica e a poética, diante de sua incapacidade de apresentar uma abordagem completa das formas composicionais do todo (BARROS, 1997). Há, nesse sentido, uma grande lacuna entre a sintaxe e os problemas de composição do discurso. Ele explica que isso é totalmente inevitável, visto que as formas constitutivas de uma enunciação completa só podem ser observadas e compreendidas quando relacionadas com outras enunciações completas pertencentes a um único e mesmo domínio ideológico.

Na visão de Bakhtin (2003), isso representa não ocorrer enunciação na língua que possa revelar significado ou que represente alguma ideia sem a avaliação social que o traz a público. Em outras palavras, vale pensar que o “enunciado concreto, e não a abstração linguística, nasce, vive e morre no processo de interação social entre os participantes do enunciado. Sua forma e significação são determinadas, basicamente, pela forma e pelo caráter dessa interação” (BRAIT, 2011, p. 21).

Assim, o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. Bakhtin busca deixar claro que o usuário da língua realiza a seleção das palavras fora de seu espaço dicionário, mas no contexto da vida, espaço de experiências e construção de sentidos e impregnação de julgamentos de valor. Brait (2011, p. 21) explica que é preciso observar que, “onde a análise linguística, existente e dominante naquele momento, via apenas palavras (signos) e as inter-relações de seus fatores, uma percepção mais aguda e ampliada já apontava para as relações interpessoais fixadas no material verbal”.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (1992) explica que a verdadeira substância da língua não se constitui por um sistema abstrato de formas linguísticas, tampouco pela enunciação monológica e pelo ato psicofisiológico de sua produção. Sua verdadeira substância, entretanto, é formada pelo fenômeno social da interação verbal. Desse modo, diferentemente da linguística, que trabalhou seus métodos e categorias operando com monólogos mortos, a teoria bakhtiniana busca compreender as formas de produção de sentido que ocorrem com o uso da língua.

Por sua vez, limitada ao estudo da língua em seus fenômenos concreto-semânticos, a linguística não foi capaz de deixar clara a natureza

social do uso da língua. Por essa impossibilidade, Bakhtin afirma que cabe à metalingüística apresentar um enfoque no estudo da língua, considerando esta como uma realização, ou seja, espaço de um discurso. Isso se deve graças ao caráter dialógico e polifônico da língua.

Para Barros (1997, p. 30),

Deve-se observar em primeiro lugar que se a concepção de linguagem de Bakhtin é dialógica, se a ciência humana tem método e objeto dialógicos, também suas ideias sobre o homem e a vida são marcadas princípio dialógico. A alteridade define o ser humano, pois o outro é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro.

Visto que em todo discurso há a presença de outros discursos, podemos pensar que o dialogismo se realiza em qualquer atividade humana concreta. O “falante não é um Adão bíblico, só relacionando com objetos virgens ainda não nomeados [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 300). O dialogismo é, para Barros (1997), o princípio que constitui a linguagem e a condição de sentido do discurso.

Bakhtin considera que, a partir do uso e dos traços dos discursos que na língua são impressos, são instalados choques e contradições. Sobre isso, Barros (1997, p. 34) explica que, em outros termos, para o teórico russo, “no signo, confrontam-se índices de valor contraditório”, ou seja, porque nela se imprimem de modo histórico e pela utilização das relações dialógicas de discurso, a língua é dialógica.

Nesse sentido, pensando a linguagem como língua ou como discurso, ela é por essência dialógica. Assim, não se deve, portanto, ignorar sua natureza dialógica, pois isso, pela perspectiva bakhtiniana, significa apagar a ligação que ocorre entre a linguagem e a vida dos sujeitos (BARROS, 1997).

Viver significa estar em uma atitude responsiva, visto que não vivemos de forma pacífica. Concordamos, discordamos, apresentamos indagações diversas sobre aquilo que nos é apresentado no cotidiano. A esse respeito, Bakhtin explica que o enunciado construído a partir de nossas reações “é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (2003, p. 300).

De mesmo modo, Fiorin (2005, p. 218-219) afirma que

A língua, em sua “totalidade concreta, viva”, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica [...] existe uma dialogização interna da palavra, que é

perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro [...] Ademais, não se pode pensar o dialogismo em termos de relações lógicas ou semânticas, pois o que é diálogo no discurso são posições de sujeitos sociais, são pontos de vista acerca da realidade.

A compreensão de uma enunciação por parte de um coenunciador significa orientar-se em relação a ela. Assim, a compreensão pode ser entendida como uma forma de diálogo. Compreender uma enunciação significa opor à palavra do outro enunciador uma “contrapalavra”.

Nesse sentido, vale a pena pensar no esforço que esses interlocutores realizam a fim de pôr a linguagem entre si. Isso se explica pelo fato de o locutor enunciar em função da existência (real ou virtual) de seu interlocutor, esperando deste uma reação. Assim, somos capazes de compreender a enunciação pelo fato de a colocarmos no exercício dialógico dos enunciados, num território de confrontos com aquilo que informamos ou com conteúdos apresentados por outros usuários da língua.

Nas palavras de Bakhtin (1992, p. 123), o “diálogo no sentido do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal”. Todavia, vale considerar tal palavra em um sentido mais amplo, ou seja, não somente como a comunicação em voz alta, de pessoas postas face a face. Nesse sentido, o autor entende o diálogo como sendo relações exercidas entre interlocutores, numa atitude histórica compartilhada socialmente que, mesmo propensa a mudanças, resultados de variações do contexto em que ocorrem, realizam-se em um local e tempo específicos.

Em outras palavras, o pensador russo afirma que o dialogismo é parte constituinte da linguagem, isto é, até mesmo em construções monológicas sempre estaremos diante de uma relação dialógica. Assim, podemos pensar que todo gênero seja dialógico.

Em razão de essas trocas discursivas apresentarem um aspecto de pluralidade e de alteridade, Bakhtin chama a atenção para a intertextualidade dos discursos. Segundo ele, todos os enunciados estão marcados por distintas vozes e contextos. Por sua vez, Rechdan (2003, p. 46) lembra que não devemos confundir o dialogismo com a polifonia, tendo em vista que o primeiro é o princípio constitutivo da linguagem, e o segundo se caracteriza por vozes polêmicas em um discurso. Desse modo, pensamos que existem gêneros textuais dialógicos monofônicos (uma voz que domina as outras vozes) e gêneros dialógicos polifônicos (vozes polêmicas).

Sintetizando uma distinção entre os dois termos (dialogismo e polifonia), Roncari (2011, p. X) conceitua *dialogismo* para a vida do mundo da produção e das trocas simbólicas, composto por um universo de signos, enquanto que a *polifonia* pode ser entendida como uma estratégia discursiva acionada na construção de um texto (BARROS, 2003, p. 5-6).

Ainda segundo Barros (1996), os textos polifônicos apresentam vozes que se mostram e, por sua vez, nos textos monofônicos essas vozes se ocultam sob a aparência de uma única voz (2003, p. 5). Desse modo, a fim de produzir um texto polifônico,

O autor projeta o discurso em primeira pessoa, isto é, o sujeito da enunciação atribui a palavra e o saber a um narrador, mas ao mesmo tempo em que faz essa delegação, o sujeito da enunciação, por meio de outra ou de outras vozes, desqualifica o narrador como sujeito do saber, mas precisamente do saber interpretar. Não há, dessa forma, no discurso, uma voz “confiável” que possa interpretar e resolver a ambiguidade narrativa (BARROS, 1996, p. 40)

Assim, o fato de os textos serem dialógicos é resultado do embate de muitas vozes sociais. Nesse sentido, quando essas vozes ou parte delas deixam-se escutar, produzem-se efeitos de polifonia. Por outro lado, quando o diálogo é mascarado e, apenas uma voz faz-se ouvir, produz-se a monofonia (BARROS, 2011, p. 6).

Conforme Brait (2000), ser mais preciso na compreensão daquilo que Bakhtin apresenta como dialogismo requer fazer uma análise do princípio da heterogeneidade. Segundo ela, a construção de um discurso parte do discurso do outro, isto é, um discurso parte daquilo que “já foi comunicado”, do “já dito”. Portanto, a linguagem é heterogênea.

E que sujeito é esse que pretende construir seu discurso? É um sujeito que, segundo Brait (1999), é histórico, social, ideológico, como também corpo. Esse sujeito, para Bakhtin, tem um projeto de fala que não depende apenas de sua intenção, depende do “outro”, ou seja, primeiro é o “outro” como quem fala; depois o “outro”, ideológico, pois é teci-do por outros discursos do contexto.

Bakhtin (1992, p. 35) afirma que a “consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. A consciência individual é um fato socioideológico”. Em síntese, o sujeito de Bakhtin se constitui na e por meio da interação, além de reproduzir tanto na fala quanto na prática o seu contexto imediato e social.

“A consciência individual se constrói na interação, e o universo da cultura tem primazia sobre a consciência individual” (FARACO, 2009, p. 42). Tal consciência pode ser compreendida como tendo uma realidade semiótica, de constituição dialógica, visto que o signo é, antes de tudo, social. Logo, esse sujeito apresentado por Bakhtin interage com seu interlocutor por meio de outros textos que se adequam aos enunciados em uso.

Cumprе ressaltar que, nesse entrecruzamento de textos, um novo discurso é construído, todavia boa parte dos discursos “originais” se mantém nos novos enunciados – é o que ocorre nesse processo de intertextualidade, recurso que permite o diálogo entre eles.

Ressalte-se ainda que Bakhtin já antecipara a ideia de intertextualidade em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1992), porém foi somente por Kristeva (1969) que o termo foi utilizado pela primeira vez. Como um mecanismo dialético, ela define a intertextualidade; isso porque é por meio dela os sujeitos são inseridos no meio social, assim como o contexto social se insere nos sujeitos por ela.

O que Kristeva (1969) apresenta remonta às reflexões de Bakhtin a respeito do processo dialético do texto. Isso porque o teórico russo, discordando de Saussure, ou seja, de que a língua deveria ser analisada, estudada de modo sincrônico, e não diacrônico, defende a ideia de que todo discurso produzido na história da língua é resultado de discursos passados, sendo que tal gama de discursos produz a história. Aliás, nessa teoria bakhtiniana, Kristeva se apoia, considerando que um novo enunciado age como resposta a outros enunciados outrora apresentados, independentemente de suas proximidades temporais.

No Brasil, autores como Koch (2013), Cavalcante (2013) e Guimarães (2012) seguem a mesma proposta bakhtiniana para o estudo da intertextualidade. Para Guimarães (2012, p. 139), por exemplo, “Todo texto, todo discurso, pela relação que estabelecem como o texto/discurso geral, disseminam fragmentos de sentido já conhecidos pelo leitor”; isso porque

Em muitos textos, percebem-se indícios tangíveis de uma relação com outros, desde evidências tipográficas, que demarcam fronteiras bem específicas entre um dado texto e algum outro que esteja sendo evocado, até pistas mais sutis que conduzem o leitor à ligação intertextual por meio de inferências (CAVALCANTE, 2013, p. 146 – Grifo nosso)

Nessa perspectiva, Koch (2013, p. 59) explica que

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação de seu interior como seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe.

Podemos pensar, desse modo, que o exercício da intertextualidade é recurso essencial para a construção de discursos norteadores de práticas sociais. Isso, nas reflexões apresentados por Bakhtin, pode ser compreendido pelo fato de que a esfera dos sistemas ideológicos se consolida a partir das práticas da ideologia do cotidiano.

Considerando, portanto, que as manchetes constantes das capas do jornal *Meia Hora* representam um importante material de estudo em que, ao longo da malha textual, o sentido é construído a partir de alguns recursos linguísticos, vale a pena analisar como isso se realiza por uma linha dialógica, polifônica e intertextual.

3. *Análise*

Considerando que a imprensa age como medidora entre o sujeito e a realidade que o cerca, compreender como tudo isso se realiza requer uma reflexão sobre os modelos de enunciados por ela apresentados, assim como seus prováveis fins. Segundo Vidall (1996), boa parte da interpretação dos enunciados depende decisivamente dos fatores extralinguísticos do ato comunicativo. Assim, é imprescindível levar em conta as identidades dos interlocutores envolvidos, bem como as circunstâncias de tempo e espaço em que os enunciados são construídos.

Thompson (1995, p. 348) considera que

se a natureza da mídia e das quase-interações mediadas definem parâmetros amplos dentro dos quais as mensagens adquirem um caráter ideológico, é essencial relacionar essas mensagens a contextos específicos dentro dos quais elas são recebidas. É apenas dentro desses contextos que as mensagens mediadas podem, ou não, constituir-se como ideológicas; é apenas aqui que a mensagem construída a fim de conquistar poder terá sucesso, ou não, em sustentá-lo.

Portanto, levar em conta os subsídios linguístico-discursivos, assim como outros elementos iconográficos presentes nas capas dos jornais propostas para estudo se apresentam como importantes requisitos para uma análise do *corpus* que, neste artigo, é apresentado. Isso porque os enunciados são sempre históricos, pois são constitutivamente dialógicos (FIORIN, 1997).

Desse modo, os conteúdos enunciativos devem ser analisados sob uma perspectiva histórica, social e cultural na qual se incluem os sujeitos e seus discursos (Bakhtin, 2003). Enunciados como (1) *O Rio tá fogo!*, publicado pelo jornal *Meia Hora*, em 12/02/2014, podem ser uma boa fonte de análise tanto no plano linguístico quanto extralinguístico.



Jornal Meia Hora – 12.02.2014

Tal enunciado aparece seguido de uma lista de quatro manchetes que, de algum modo, apresentam relação entre si. São eles:

(2) *Fogão incendeia o Maraca: 2 a 0*

(3) *Ônibus é queimado na Zona Oeste*

(4) *Polícia caça o fogueteiro do rojão*

(5) *Marquezine queima filme de Neymar*

Relacionar essas manchetes com a principal (1) requer que o leitor não somente tenha algum tipo de conhecimento sobre os fatos a que se refere cada uma delas, mas também de alguma habilidade linguística, de modo que, mais facilmente após a leitura e interpretação das quatro últimas, o leitor estará apto a compreender o que seu enunciador pretendeu informar com *O Rio tá fogo!*.

Não se deve, portanto, desconsiderar a relação semântica estabelecida entre alguns elementos lexicais presentes na capa do jornal. Observar a relação entre *Fogão*, *incendeia*, *queimado*, *fogueteiro*, *rojão* e *queima* é uma habilidade de leitura que o sujeito deve realizar de modo quase instantâneo para a compreensão do enunciado principal.

Efetivamente, existe evidência para sustentar que os itens lexicais se organizam em rede, tendo por base tipos de relações que os itens estabelecem entre si (CORREIA, 2011), razão pela qual potencializar o estudo do léxico no que tange ao estabelecimento entre as unidades lexicais. A autora apresenta esses tipos de relações lexicais em quatro grupos: *formais*, *morfológicas*, *semântico-conceituais* e *sintagmáticas*. Ela explica que importa refletir sobre aquilo que conhecemos relativamente a cada palavra para a podermos produzir ou reconhecer de forma adequada. Assim,

Antes de mais, conhecemos a sua forma, o seu significante (som, gesto, e grafia), a sua flexão, a sua categoria morfosintática, as relações gramaticais que se estabelece com outras palavras, nomeadamente as suas regras de subcategorização, isto é, a natureza sintáctica dos elementos que com ela coocorrem; *todas estas informações são de natureza linguística* (CORREIA, 2011, p. 229). (Grifo nosso)

Todavia, há também que conhecer o significado de base e os seus significados derivados, assim como a sua referência. Desse modo, relacionar *Fogão*, *incendeia*, *queimado*, *fogueteiro*, *rojão* e *queima* à palavra *fogo* depende de conhecermos também os contextos sociais e comunicativos em que adequadamente as podemos usar. Sobre isso, a autora ressalta que, ao conhecer a referência de uma palavra (entendida como a relação que se estabelece entre uma unidade lexical e a imagem mental que a ela associamos), enquadrando-la no nosso conhecimento de mundo (CORREIA, 2011).

Vale considerar que, por se tratar de um jornal que busca uma aproximação constante de suas manchetes com uma linguagem popular, a escolha lexical recebe relevante tratamento nas capas do *Meia Hora*, levando em conta que a compreensão dos enunciados oferecidos esteja em concordância com o conhecimento do mundo de seus leitores. A respeito desse conhecimento, vê-se como pertinente, visto que todas as manchetes apresentadas nesta edição fazem parte, direta ou indiretamente, de uma lista de fatos do cotidiano de seu público. Assim, o enunciador se valeu da relação pertinente entre palavras presentes nos cinco enunciados, bem como de seus contextos, a fim reunir estrategicamente em uma só capa manchetes daquilo que, naquele momento, fazia parte de discussões populares.

Dubois (2010, p. 100) ressalta que na “realidade, o que serve de ponto de partida à elaboração de um modelo linguístico de comportamento de um locutor, de um grupo socialmente ou politicamente definido, de uma comunidade qualquer, é a *análise de um enunciado* tomado em sua totalidade”. No corpus, por exemplo, com exceção do (2) – *Fogão incendeia o Maraca*, todos os outros remetem o público para a leitura de situações tensas. As manchetes (3) e (4), por exemplo, são resultados de manifestações populares ocorridas na capital fluminense no início do mês de fevereiro de 2014, enquanto que a (5) – *Marquezine queima filme de Neymar*, mesmo fazendo parte de um fato isolado, é capaz de provocar reações na opinião pública, considerando o alto nível de popularidade da atriz e do jogador de futebol.

Na leitura dos cinco enunciados, é possível destacar um elemento comum a todos eles: a palavra *fogo*. Se em (1) ela está explícita somente na forma, em outros foi de algum modo reiterada. Assim, em

(2) pode ser percebida nas palavras *Fogão* e *incendeia*, fazendo referência ao fato de que, no Estádio do Maracanã, o time do Botafogo venceu um time argentino pela Taça Libertadores da América, após ter jogado bem (“incendiado” o jogo) e deixado sua torcida “incendiada”, isto é, satisfeita;

(3) *fogo* é apresentada na escolha de outra palavra de mesmo campo semântico: *incendeia*. Depois de mortes em ação da Polícia Militar, grupo fez protesto, bloqueou a Rua Cândido Benício e incendiou ônibus;

(4) o termo é lembrado principalmente no uso da palavra *fogueteiro*, fazendo referência ao manifestante acusado de lançar artefato que

matou cinegrafista da Rede Bandeirantes, quando este registrava um ato popular.

(5) como em (1), a escolha não faz uma referência literal à palavra *fogo*. Aqui, ao informar que *Marquezine queima filme de Neymar*, o enunciador pretendeu informar que, ao informar término do namoro com o jogador de futebol, a atriz também excluiu da internet fotos do casal. Lembrando ainda um passado tecnológico em que, a partir de um filme fotográfico, as fotos eram reveladas, o enunciador “joga” com as palavras, sugerindo que, após a separação do casal, a imagem de Neymar foi queimada por e para Marquezine, numa tentativa de “apagar” qualquer lembrança de tal relacionamento.

As manchetes apresentadas fazem referência a assuntos de um mesmo período. Mesmo não estando diretamente interligados, parecem lembrar um mesmo tema, como a violência em (3) e (4). Todavia, o que chama a atenção é, realmente, a escolha lexical realizada por seu enunciador que, por meio de uma reiteração de ideias, faz que o vocábulo *fogo* ora se anuncie por meio de uma relação *semântico-conceitual*, ora através de uma relação *sintagmática*.

O que parece ser um título para as manchetes que o segue – *O Rio tá fogo!* – permite que, de algum modo, tudo o que será noticiado dialogue não somente entre si, mas também com outras capas de edições anteriores. Isso ocorre devido ao aspecto intertextual recorrente em manchetes jornalísticas.

Segundo Cavalcante (2013, p. 145),

(...) a produção de um texto demanda a ativação de conhecimentos adquiridos por meio de outros textos; a prática de leitura e compreensão, por sua vez, também requerem a consideração de uma gama de conhecimentos advindos da leitura de outros textos. Assim sendo, nenhum texto pode ser tomado isoladamente, desvinculado de qualquer outro, mas, sim, em sua intrínseca relação com outros exemplares textuais.

Esse recurso também pode ser notado em outras capas. Para isso, tomaremos a seguir o que foi publicado pelo *Meia Hora* no dia 04-02-2014:



Jornal Meia Hora, 04-02-2014

(6) Não aprendi a dizer ‘perdeu’

Para construir a manchete, o enunciador se valeu do *détournement*, recurso intertextual que, segundo Cavalcante (2013, p. 159), “é um tipo de paródia, mas parece restringir-se a textos mais curtos, muitas vezes a provérbios, frases feitas etc., não chegando a transformar um texto completo em outro”.

O *détournement* tem por objetivo “levar o interlocutor a ativar o enunciado original, para argumentar a partir dele; ou então, ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, adaptá-lo a novas situações ou orientá-los para outro sentido, diferente do sentido original” (KOCH, BENTES e CA-

VALCANTE, 2007, p. 45). Assim, em (6), o mesmo recurso foi utilizado no trecho *Não aprendi a dizer ‘perdeu’*, retomando grande sucesso musical, de autoria de Joel Marques, e interpretado pelo cantor Leonardo, “Não aprendi a dizer adeus”.

Em (6), temos a substituição da interjeição *adeus* pela forma verbal *perdeu*, caso em que o texto jornalístico apresentado “parte de um texto preexistente, transformando-o e ressignificando-o” (CAVALCANTE, 2013). Vale considerar que isso ficará mais bem compreendido na leitura do restante do texto a que se refere tal enunciado.

Seguindo o enunciado (6), a capa apresenta sua manchete principal:

(7) *Leonardo é preso entre balas e beijos*

Até aqui, os elementos apresentados não nos parecem atender satisfatoriamente para uma boa compreensão desses enunciados. Entretanto, a fim de solucionar um possível problema na leitura, seu enunciador informa que “Detido em aeroporto cheio de munição, cantor tem que pagar fiança de R\$ 10 mil pra ser solto”. A partir dessa informação, é possível perceber que, apesar de apresentar uma linguagem não muito comum a textos jornalísticos – o que pode ser observado no trecho “preso entre balas e beijos”, os enunciados remetem o leitor para um fato verídico, uma notícia.

Mesmo que se espere de textos dessa natureza certo nível de neutralidade subjetiva em sua linguagem, seu enunciador recorre ao uso do recurso intertextual da paródia. Esse recurso, “pode realizar-se de diversas formas, desde a substituição de fonemas e palavras até a modificação de enunciados inteiros, que, no entanto, guardarão resquícios do texto original, como tema, nomes de personagens, estilo etc.” (CAVALCANTE, 2013, p. 155).

Assim, podemos observar que tanto o título da música “Entre tapas e beijos”, autoria de Nilton Lamas e Antonio Bueno, também interpretada pelo cantor Leonardo, quanto alguns versos foram trabalhados com a utilização da paródia na composição da manchete. Mesmo não ocorrendo repetição de tema ou um ou outro estilo, a manchete retoma uma das vozes envolvidas no texto musical, o cantor Leonardo.

Outro recurso utilizado pelo produtor da manchete é o mesmo escolhido para o exemplo (6): o *détournement*. Isso porque, em vez de “tapas e beijos”, numa referência à música, a escolha foi pela expressão “ba-

las e beijos”, antecipando a informação de que o artista foi detido em aeroporto por apresentar em sua bagagem uma quantidade de munição de arma de fogo.

Se, portanto, pela letra da música, o artista interpreta que

Entre tapas e beijos
É ódio, é desejo
É sonho, é ternura
Um casal que se ama
Até mesmo na cama
Provoca loucuras,

quem produziu a manchete se valeu da construção do humor a fim de informar um fato. Nessa perspectiva, é provável que, pela leitura da manchete, tenha-se a impressão de que o artista tenha provocado algum tipo de “loucura”, episódio que o levou a “ser preso entre balas e beijos”.

Em outra capa, editada em 13/02/2014, o *Meia Hora* apresenta a seguinte manchete:

(8) *Babacão do rojão brinca com fogo e vai fazer xixi na cama da cadeia*



Jornal Meia Hora – 13.02.2014

Em referência “*Ao acusado de lançar o foguete que matou o cinegrafista da Band é pego na Bahia, para onde tinha fugido*”, conforme a mesma capa, a manchete retoma outro texto, agora de sabedoria popular. Ao fazer o diálogo com o ditado “Quem brinca com fogo amanhece mijado”, ironicamente quem enuncia a manchete apresenta juízo de valor ao informar a situação do acusado de lançar em profissional da comunicação.

O produtor da manchete não partiu de um vazio textual a fim de ironizar o acusado de lançar o rojão. Valeu-se de depoimento, como consta de declaração apresentada pelo acusado: ‘*Acendi, sim. Nem sabia que era um rojão*’. Desse modo, além da manchete dialogar com o dito popular, dialogou com a fala do acusado. Esta, sim, foi o que motivou a construção do aspecto irônico da manchete.

Assim sendo, o ditado popular ora utilizado por muitas vozes e para contextos dos mais distintos possíveis foi tomado pela voz do jornalista a fim de contextualizá-lo e, como num tom de desabafo, ser devolvido por meio de outro texto, com uma opinião bem definida, a fim de fazer que seus leitores compartilhem de posicionamento crítico sobre o fato.

Aliás, dialogar com outros textos é uma característica do *Meia Hora*. Isso também ocorre em capa publicada no primeiro dia de fevereiro de 2014. Uma pequena chamada, *Atriz de ‘amores roubados’ tá inter-nada*, antecipa a manchete principal da capa daquele dia:

(9) *Macumba da braba faz Isis Valverde quebrar a coluna em acidente*



Jornal *Meia Hora* – 01.02.2014

Na tentativa de atrair a atenção de seu público leitor para a manchete principal da capa, o texto inicial informa que atriz da novela em exibição no ano de 2014 na Rede Globo, Amores Roubados, está internada em um hospital. Logo a seguir, na manchete, consta o nome de tal atriz: Isis Valverde. Mas, o que realmente pode despertar certa curiosidade no leitor é a escolha da palavra “macumba” como sujeito da ação do verbo na manchete.

Acostumado com uma linguagem mais despojada, o público do *Meia Hora* talvez indagasse: Quem teria feito essa macumba? Encontrar uma resposta requer, neste caso, analisar outros elementos constantes da capa. É preciso localizar, portanto, indícios que facilitem a compreensão da manchete.

Para isso, a capa apresenta duas fotografias: em plano maior, a imagem do automóvel envolvido no acidente, isolado por uma corrente de cores preta e amarela, e, parcialmente, coberto por um tecido plástico preto; em um plano menor: foto da atriz. Acompanhando essas imagens, com letras vermelhas e garrafais, o seguinte enunciado: “CARRO AMASSA, FERA!”.

A partir desse enunciado, fica mais evidente que recurso o jornalista se valeu para construir ironicamente um alerta para a atriz. Por meio de mesmo recurso apresentado aqui para outras manchetes, o *détournement*, o produtor textual “revelou” quem teria sido a provável agente da macumba: a também atriz Grazi Massafera. Essa compreensão é possível graças a um jogo não somente fonológico, como também gráfico, de modo que “CARRO AMASSA, FERA!” possa significar “Carro a Massaferra”, veículo capaz de fazer com que Isis se envolvesse em grave acidente.

Mas que tipo de relação entre os elementos “Amores Roubados”, “Isis Valverde”, “macumba”, “Carro” e “Massafera” pode ter possibilitado a construção desses enunciados? Não por acaso, a mesma capa apresenta foto, informando na que “Grazi Massafera brilha em comercial” de óculos. Enquanto esta parece feliz, a outra (Isis) não parece estar nada bem, após se envolver em acidente automobilístico.

Para tal associação, cumpre notar que o mesmo jornal já informara, na edição do dia 29/11/2013, que a coletiva de imprensa para a apresentação da trama global contou com a presença do elenco, “entre eles Isis e Cauã, que fizeram sua primeira aparição num mesmo evento após os boatos nos quais a atriz é apontada como pivô da suposta separação do

ator e Massafra”. Não por acaso, podemos pensar numa relação do título da novela com o suposto fato de separação do casal de atores.

Há ainda que se considerar que a compreensão de um enunciado depende, em menor ou maior grau, de um cruzamento de informações. Isso parece ser típico do jornalismo impresso, espaço em que a linguagem verbal é a mais utilizada para realizar uma informação. Ao leitor cabe fazer as referências a os objetos de discurso.

É, portanto, por meio de referências, numa linguagem bem próxima do coloquial, que o produtor de tais textos não somente possibilita que os enunciados dialoguem entre si, como também permite que uma capa dialogue com outra, como se cada uma fizesse parte de uma sequência narrativa. Além disso, elementos não verbais são dispostos, como as fotografias constantes da capa de 01/02/2014, formando um grande mosaico montado e remontado para e por um público leitor bem definido pelo jornal em estudo.

Quanto à capa de 01/02/2014, ainda podemos observá-la dialogando com outra, a do dia 25/02/2014. Nesta data, a escolha por uma fotografia da atriz Grazi Massafera, posando na areia de uma praia, vem acompanhada da seguinte sequência:

(10) *Ela é top, capa de revista! Baba, baby! Olha o que você perdeu!*



Jornal Meia Hora – 25.02.2014

Exaltando a beleza de Massafra, o texto do jornal retoma a música *Ela é top*, de Mc Bola, bem como *Baba baby*, autoria de Kelly Key, interpretada por Maria Gadú, a fim de ironizar o ex-marido da atriz. Em seguida, na parte final, o texto dialoga com a capa de 01/02/2014, bem como com toda a situação de um provável relacionando de Cauã Reymond com a atriz Isis Valverde.

Assim, se “*Cauã Reymond admite pela primeira vez separação de Grazi Massafra*” (texto extraído do site F5, da *Folha de S. Paulo*, em 17/10/2013), provavelmente tal decisão seja capaz de provocar comentários críticos do público sobre a escolha do ator. Assim sendo, numa crítica dirigida ao ator, assim como uma síntese das vozes de seus leitores, o texto do *Meia Hora* poderia estar assim ironizando:

- a) “*Ela é top, capa de revista!*”. Logo, “*Olha o que você perdeu!*”, Cauã²⁵
- b) “*Onde ela chega rouba a cena deixa os muleque babando*”. Então, Cauã, “*Baba baby*”!²⁶

Realizar a análise do *corpus* requer ainda que observemos o propósito do jornal com seu público. Amaral (2006, p. 62) ressalta que os jornais imaginam que o leitor gosta de se ver, contar suas histórias e as injustiças cometidas contra si, mas é alguém a quem os assuntos públicos e coletivos só importam enquanto estiverem concretamente relacionados ao seu quintal. Assim, não somente eles apresentam aquilo que pode ser considerado uma notícia, mas num jogo em que a linguagem se aproxima do diálogo cotidiano, suas manchetes atraem e informam sobre uma realidade em que o leitor consiga se identificar.

Se, portanto, para o jornalismo popular seu alvo seja um estereótipo de leitor que represente a massa popular, muito ligada a sua realidade, sua proximidade, tanto pelo conteúdo, quanto pelas personagens envolvidas e pela linguagem empregada (AMARAL, 2006), podemos pensar que o material em análise apresente esses aspectos. Por sinal, uma capa que bem sintetiza isso foi divulgada em 23/01/2014:

²⁵ Verso da música *Ela é top*, de Mc Bola

²⁶ Verso da música *Baba Baby*, de Kelly Key



Jornal Meia Hora – 23.01.2014

Em vez da recorrente frase “Assim não tem jeito”, a escolha por “NÃO TREM JEITO” antecipa que o conteúdo da notícia a ser apresentada esteja diretamente ligado ao seu público. “É sempre a mesma coisa”, seu público alvo, “o povão” é obrigado caminhar, ou melhor, “dar um rolezinho” sobre os trilhos após mais uma pane no trem que o levaria para o cumprimento de suas atribuições cotidianas.

Podemos pensar ainda que, em tal capa, o jornalista se apropria de inúmeras vozes populares. De certo modo, através desse ato, alerta para os constantes problemas no transporte público do Rio de Janeiro e, às autoridades competentes, cobra as devidas providências.

Portanto, mesclando informação e uma linguagem própria de uma conversa do popular, as capas em análise oferecem um material de gran-

de relevância para o estudo de vários aspectos linguísticos, aqui tomados apenas o dialogismo, a polifonia e a intertextualidade.

Trechos de músicas, ditados populares, trocadilhos, relação entre capas do mesmo veículo de comunicação foram retomados na construção das manchetes em análise. Porém, outros recursos poderiam ser aqui mencionados, considerando não apenas os conteúdos de interesse de seu público, mas, além disso, como tais recursos são utilizados na construção de um material de grande importância para pesquisadores da língua.

4. Considerações finais

Com base na análise do *corpus*, foi possível perceber como diferentes recursos linguísticos são capazes de construir um conteúdo informativo que visa atender a duas propostas de um jornal: atingir um público leitor e vender mais.

Como outros jornais, veicula notícias sobre fatos do cotidiano. Porém, o que chama a atenção no *Meia Hora* é como esses acontecimentos são apresentados em suas manchetes. Podemos observar que não é por meio de uma linguagem neutra – o que seria de se esperar de um texto desse gênero. A opção por uma mescla de informação e entretenimento faz que seus enunciados sejam capazes de, concomitantemente, provocar no leitor uma sensação de indignação e humor no ato de leitura.

Desse modo, sua linha editorial se vale de recursos linguísticos que, de algum modo, aproximam o veículo de seu público. Nessa tentativa de aproximação, seu leitor se identifica nos enunciados oferecidos. Isso ocorre como se o editor tomasse as inúmeras vozes das ruas e por elas pronunciasse seus sentimentos de indignação diante dos problemas do cotidiano – como falhas nos serviços de transporte público, opiniões sobre fatos ocorridos com celebridades e assuntos como futebol.

Ao longo das edições, podemos perceber que diferentes capas dialogam entre si, como se uma servisse de complemento narrativo para outra. Ao lado disso, trocadilhos com algumas palavras, assim como trechos de músicas e ditados populares são postos em um jogo linguístico. Às vezes reunidos, por vezes separadamente, esses recursos são capazes de facilitar a compreensão dos enunciados ali apresentados.

Como o objetivo aqui foi observar se e como os processos de dialogismo, polifonia e intertextualidade contribuíram para a construção das

manchetes de capa do jornal *Meia Hora*, esses recursos formaram o eixo da pesquisa. Nessa linha, após observar diferentes capas, pôde-se constatar que tais procedimentos linguísticos servem de apoio para que, nesses enunciados, uma linguagem despojada de qualquer neutralidade contribua para a compreensão por parte de seu público, visto que neles se identifica.

Por fim, vale considerar que outros recursos linguísticos poderiam ser aqui tomados para o estudo das manchetes escolhidas. Porém, como textos vinculados à mídia são carreadores de materiais de grande relevância para estudos linguísticos, aquilo que neste artigo não foi abordado, certamente em pesquisas futuras serão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Márcia Franz. *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. *Estética de criação verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1996.

_____. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

BRAIT, Beth. Mikhail Bakhtin: o discurso na vida e o discurso na arte. In: DIETZSCH, M. J. (Org.). *Espaços da linguagem na educação*. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. *Anotações em sala de aula*. São Paulo: PUC, 2000.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Carvalho. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2013.

CORADO, P. R. *Veja: ideologia e argumentatividade em revista*. 2010. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad.: Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

CORREIA, M. Produtividade lexical e ensino da língua. In: VALENTE, A.; PEREIRA, T. G. (Orgs.). *Língua portuguesa: descrição e ensino*. Parábola, 2011.

DUBOIS, J. Lexicologia e análise de enunciado. In: ORLANDI, E. P (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagens & dialogismo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.

FIORIN, José Luis. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. São Paulo: Unicamp, 1997.

GUIMARÃES, Elisa. *Texto, discurso e ensino*. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

GÓIS, Anselmo. Grazi Massafera e Cauã Reymond estão separados, diz jornal. *Folha de S. Paulo*, 17.10.2013. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2013/12/1388881>>. Acesso em: 13-03-2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna C.; CAVALCANTE, Mônica M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed., 2 reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.

KRISTEVA, Júlia. *Introdução à semínalise*. São Paulo: Debates, 1969.

MEIA Hora. Rio de Janeiro, ano 8, nº 29.875, 29 de nov. 2013; ano 9, nº 29.930, 23 de jan. 2014; ano 9, nº 29.939, 01 de fev. 2014; ano 9, nº 29.942, 04 de fev. 2014; ano 9, nº 29.950, 12 de fev. 2014; ano 9, nº 29.951, 13 de fev. 2014 e ano 9, nº 29.963, 25 de fev. 2014.

RECHDAN, Maria Letícia de Almeida. Dialogismo ou polifonia? *Revista de Ciências Humanas*, vol. 9, n. 1, p. 45-54. Taubaté, Unitau, 2003.

RONCARI, Luiz. Prefácio. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, p. IX-XII.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIDALL, M. V. E. *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Ariel, 1996.

**DIÁLOGOS ENTRE TEXTOS:
INTERTEXTUALIDADE E PARÓDIA
EM CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS**

Patricia Vieira da Silva (UNIGRANRIO)
vieira.pvs@hotmail.com

Daniele Ribeiro Fortuna (UNIGRANRIO)
drfortuna@hotmail.com

Marcio Luiz Correa Vilaça (UNIGRANRIO)
professorvilaca@gmail.com

RESUMO

“Na publicidade, nada se cria, tudo se copia”. Este ditado irônico é cada vez mais repetido no meio publicitário, no qual a criatividade dos anúncios parece, cada vez mais, recorrer a ideias já existentes. Nesse sentido, a retomada de diferentes textos para a construção de um novo, portanto, constitui estratégia comum na publicidade, e estabelece o princípio da intertextualidade como elemento de textualidade, apontando a importância e a influência do “já dito” na compreensão da mensagem. Um dos tipos mais profícuos de intertextualidade utilizados no meio publicitário na atualidade é a paródia. A paródia publicitária promove a evolução do discurso, exigindo do consumidor uma nova maneira de ler o convencional, instaurando um novo paradigma e atraindo a atenção necessária. O objetivo deste artigo é analisar brevemente como se dá a paródia na publicidade, tomando como estudo de caso quatro anúncios de campanhas publicitárias da rede Hortifruti. Dois anúncios fazem parte da campanha “Ritmos” e dois, da campanha “Hollywood”. Ambas fazem paródia de elementos da cultura midiática, como músicas e filmes.

Palavras-chave: Intertextualidade. Paródia. Publicidade.

1. Introdução

“Na publicidade, nada se cria, tudo se copia”. Este ditado irônico é cada vez mais repetido no meio publicitário, no qual a criatividade dos anúncios parece, cada vez mais, recorrer a ideias já existentes.

Nesse sentido, a retomada de diferentes textos para a construção de um novo constitui estratégia comum na publicidade e estabelece o princípio da intertextualidade como elemento de textualidade, apontando a importância e a influência do “já dito” na compreensão da mensagem.

Um dos tipos mais profícuos de intertextualidade utilizados no meio publicitário na atualidade é a paródia. Nele, o texto paródico promove a evolução do discurso, exigindo do leitor-consumidor uma nova maneira de ler o convencional, instaurando um novo paradigma e atraindo a atenção necessária.

O objetivo deste artigo é analisar brevemente como se manifesta a paródia publicitária, tomando como estudo de caso quatro anúncios da rede Hortifruti. Dois fazem parte da campanha “Ritmos” e dois, da campanha “Hollywood”. Ambas as campanhas fazem paródia de elementos da cultura midiática: músicas e filmes, respectivamente.

2. *Intertextualidade e paródia na publicidade*

Segundo Trask (2004, p. 147), a intertextualidade, em sentido amplo, pode ser compreendida como “conexões entre textos”. O conceito, “introduzido na década de 1960 pela crítica literária francesa Julia Kristeva” (TRASK, 2004, p. 174), é comumente empregado em relação à literatura, em que a alusão a textos já conhecidos e o diálogo com eles é frequente (CARRASCOZA, 2008). No entanto, seu uso na publicidade também é corrente, visto que “se os *criativos* da propaganda conhecem bem o mundo cultural do público-alvo para o qual estão elaborando um anúncio, têm nas mãos uma ferramenta mais poderosa, uma pá que pode abrir melhor o caminho da persuasão” (CARRASCOZA, 2008, p. 46).

Para Maingueneau, que aborda em sua obra questões como interdiscurso e diferentes formas de relações transtextuais, a “intertextualidade remete tanto para a propriedade constitutiva de qualquer texto como para o conjunto de relações explícitas e implícitas que um texto estabelece com outros” (MAINGUENEAU, 1997, p. 63).

Já Koch (1997) divide inicialmente a intertextualidade em duas categorias: em sentido amplo e em sentido restrito. A primeira é condição de existência do próprio discurso, também denominada interdiscursividade sob a ótica da análise do discurso. A segunda compreende a relação de um texto com outros já existentes.

Dentre os tipos de intertextualidade em sentido restrito, interessa a este trabalho – que não tem como foco os processos de intertextualidade *per se* – a distinção entre intertextualidade explícita e intertextualidade implícita.

A intertextualidade explícita ocorre, de acordo com Koch e Elias (2007), quando há citação da fonte do intertexto, como em citações diretas, resumos, resenhas e traduções. Esse tipo de intertextualidade é conhecido por Sant’Anna (2003) como intertextualidade das semelhanças. Já na intertextualidade implícita não há menção ao texto-fonte, cabendo ao leitor buscar em seu conhecimento prévio os elementos necessários para identificar o intertexto. Aqui se destacam a paráfrase e a paródia.

A paráfrase ocorre “quando um texto cita outro para reafirmar suas ideias” e a paródia, “quando um texto cita o outro para contestar seu sentido” (CARRASCOZA, 2008, p. 24).

Ao se falar em paródia como um evento discursivo, é impossível não se referir a ela como um recurso que tem ganhado cada vez mais espaço em meios de comunicação como a propaganda, especialmente em anúncios; devendo-se seu sucesso na publicidade, entre outros aspectos, ao fato de, ao utilizar um discurso já construído, criar um novo que se beneficia de parte do anterior.

O presente artigo recairá sobre a utilização da paródia no meio publicitário, que, não raro, busca nas artes inspiração e material para suas campanhas. Essa relação entre paródia e artes é bem percebida por Sant’Anna, para quem

(...) a paródia é um efeito sintomático de algo que ocorre com a arte de nosso tempo. Ou seja: a frequência com que aparecem textos parodísticos testemunha que a arte contemporânea se compraz num exercício de linguagem onde a linguagem se dobra sobre si mesma num jogo de espelhos (SANT’ANNA, 2003, p. 7).

Sabedoras disso, as agências publicitárias, que têm como principal objetivo incutir no público-alvo a marca ou produto que anunciam, fazem uso de todo o repertório de elementos que consideram facilmente conserváveis por grande parte da vida do consumidor, a fim de que sua propaganda atinja, da forma mais rápida e eficiente possível, a memória do leitor-consumidor. Esse recurso é utilizado, em especial, no caso da publicidade impressa divulgada em mídia externa (*outdoor*), em que o curto período de tempo para a leitura torna essencial que parte do discurso seja facilmente recuperado pelo interlocutor.

Nesse diapasão, para que o ato comunicacional seja bem-sucedido, faz-se necessário que o leitor utilize inúmeras estratégias mentais para resgatar as informações necessárias para a compreensão da mensagem que se quer transmitir.

A seguir, observar-se-á alguns dos aspectos presentes nas campanhas da rede Hortifruti que as tornam um exemplo de sucesso na utilização da paródia na publicidade.

3. *As campanhas da rede Hortifruti*

A rede Hortifruti é hoje²⁷, segundo dados de seu próprio *website*, a maior rede varejista de hortifrutigranjeiros do Brasil, atendendo, através de suas 28 lojas espalhadas pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, cerca de um milhão e 800 mil clientes e comercializando cerca de dezesseis mil toneladas de frutas, legumes e verduras, mensalmente.

Mas além do êxito nos negócios, um de seus maiores sucessos têm sido suas campanhas publicitárias. Cliente da empresa MP Publicidade desde 1989, a Hortifruti tem se destacado com campanhas como “Casca” (2005), “Hollywood” (2007-2009) e “Ritmos” (2009-2011), veiculadas em mídias que foram do material impresso em revistas e *outdoors* até a divulgação pela TV e pela Internet.

A estratégia de *marketing* adotada na publicidade da Rede – em especial as campanhas “Hollywood” e “Ritmos”, aplicadas neste *paper* – utiliza-se de elementos de persuasão que visam a ganhar a atenção do leitor-consumidor sem fazer uso de uma argumentação intimidadora ou forçosa. Em seus anúncios não há, por exemplo, a valorização explícita de características de seus produtos nem a comparação com produtos comercializados pela concorrência. Seu objetivo é, mediante a utilização de elementos verbais e imagéticos engendrados no discurso, fixar, de forma sutil, o nome da marca, evidenciando seu caráter de novidade.

Com essa finalidade, seus textos publicitários empregam com frequência a paródia como ferramenta de intertextualidade, estabelecendo uma relação de analogia com textos que, espera-se, sejam do conhecimento de seu interlocutor.

²⁷ Dados atualizados disponíveis na página <<http://www.hortifruti.com.br/quem-somos/#numeros>>.

Para tanto, na campanha “Hollywood”, os anúncios transformam legumes, frutas e verduras, os “garotos-propaganda” da empresa, em cartazes cinematográficos, explorando títulos de filmes estrangeiros e nacionais conhecidos. Já em “Ritmos”, os produtos são transpostos para a letra de músicas populares, associando-os a imagens que visam a estimular a interpretação. Assim, a publicidade da rede Hortifruti, ao apresentar sua mercadoria associada a características relacionadas às artes (cinema e música), almeja estabelecer no imaginário do consumidor a representação do sucesso de seus “produtos-celebridades”, estabelecendo uma relação cliente/marca que culmina no consumo do produto.

Mas para que o objetivo tenha êxito, é imprescindível que o leitor seja capaz de reconhecer a presença do intertexto através da ativação do texto-fonte em sua memória discursiva. Caso a conexão entre o texto e o conhecimento prévio não se estabeleça, a intertextualidade não será alcançada, e haverá um rompimento no processo de construção do sentido.

A leitura do texto paródico implica, portanto, o questionamento de sua precedência, aludindo não só ao texto parodiado, mas também às formas de se chegar até ele, tais como a conjuntura em que se insere, o conhecimento popular etc. Daí conclui-se que a paródia publicitária exige a abertura de um contexto pragmático que leve em conta a intenção do autor e o efeito sobre o receptor, concebido como sujeito histórico e social.

Como cada leitor fará sua própria leitura, carregada de interpretações e relações intertextuais trazidas de suas experiências, frutos do tempo em que vive, de seu acervo cultural, de seus relacionamentos sociais, enfim, de todo repertório que o torna um ser sociocultural, é evidente que há a possibilidade de que a interpretação do texto seja comprometida caso ele não consiga fazer as inferências necessárias para a construção de sentido, deixando evidente a importância da valorização do conhecimento de mundo na habilidade de leitura.

A fim de demonstrar o poder criativo e a estratégia persuasiva das paródias publicitárias da rede Hortifruti, bem como a influência do conhecimento prévio para uma leitura satisfatória, serão analisados os seguintes anúncios da marca: “Você é um melão de tirar o chapéu”, “O repolhation tion”, “A hortaliça rebelde” e “Kill Bill: vol. 1”, abaixo referidos como anúncios 1, 2, 3 e 4, respectivamente.

O anúncio 1 (**Fig. 1**) traz uma paródia à primeira estrofe da música “Meu ébano”, composta por Nenéo e Paulinho Rezende, tornada su-

cesso na voz da cantora Alcione, cujo refrão entoia: “É! Você é um negão de tirar o chapéu. Não posso dar mole senão você créu”. A canção, lançada no álbum “Uma nova paixão”, de 2005, fez parte da trilha sonora da novela “América”, exibida pela Rede Globo entre março e novembro do mesmo ano. Sua massiva exposição à época parece ter sido uma das motivações para a criação da propaganda.



Fig. 1 – Hotifruti/MP Publicidade – divulgado em outdoor em 2011.

Além do jogo entre as palavras “negão” e “melão” – a “fruta-protagonista” –, o *layout* da propaganda contribui para fortalecer a referência à canção de Alcione, na medida em que mostra um elemento constantemente associado ao samba: o pandeiro.

Também ajudam a reforçar o caráter intertextual do anúncio a apresentação de um chapéu, que pode ser associado tanto ao samba – como se sabe, é comum o uso do chapéu entre os mestres-salas – quanto à letra da música propriamente dita (“Moleque levado, sabor do pecado, menino danado/Fiquei balançada, confesso, quase perco a fala/Com o seu jeito de me cortejar/Que nem mestre-sala”²⁸), e de um microfone, referência presente em todos os anúncios da campanha “Ritmos”.

O anúncio 2 (Fig. 2) reporta-se à música “Rebolation”, lançada em 2010 pelo grupo Parangolé e reconhecida por programas de rádio e TV como o grande *hit* do Carnaval daquele ano.

²⁸ LETRAS.MUS.BR. Meu ébano/Alcione, Disponível em: <<http://letras.mus.br/alcione/286043/>>. Acesso em 28 de junho de 2014.

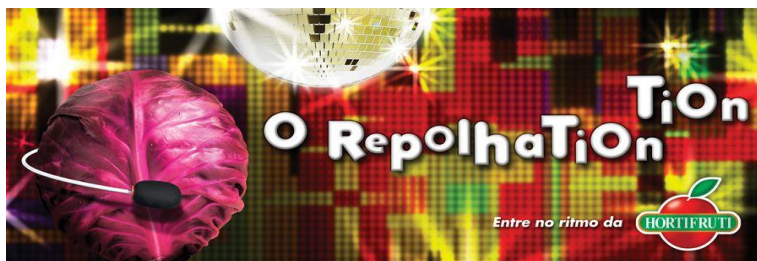


Fig. 2 – Hotifrutim/MP Publicidade – divulgado em outdoor em 2010.

A letra da música – composta por Léo Santana e Nenel – apresenta os seguintes versos:

Alô, minha galera, preste atenção:
Rebolation é a nova sensação!
Menino e menina, não fiquem de fora,
Que vai começar o pancadão.
O suingue é bom. Gostoso demais.
Mulheres na frente. Os homens atrás.
Mão na cabeça que vai começar!
Rebolation é bom! Bom! Rebolation é bom! Bom! Bom!
Bota a mão na cabeça que vai começar
O rebolation, tion. O rebolation.
O rebolation, tion. O rebolation.
O rebolation, tion. O rebolation.²⁹

Nela, é possível perceber a nítida referência à dança. As expressões “suingue”, “pancadão”, “mão na cabeça” e o próprio título “Rebolation”, por exemplo, remetem ao movimento.

Na publicidade, que apresenta como texto o título “O RepolhaTiOn”, mais uma vez fazendo um jogo de palavras, é um repolho, “personificando” um cantor, com um tipo de microfone utilizado principalmente por artistas que se movimentam muito no palco, como os de axé music, e um globo prateado, elemento típico das discotecas, que criam o cenário paródico.

O anúncio 3 (**Fig. 3**) faz menção ao filme “A noviça rebelde” (“*The sound of music*”, no original), clássico da década de 1960 adaptado do musical da Broadway de mesmo nome. A peça chegou a ser montada no Rio de Janeiro, em 2008, contando com a inclusão de diversas menções ao longa-metragem.

²⁹ LETRAS.MUS.BR. Rebolation/Parangolé, Disponível em:
<<http://letras.mus.br/parangole/1589700/>>. Acesso em: 28 de junho de 2014.



Fig. 3 – Hotifruti/MP Publicidade – divulgado em outdoor em 2009.

Nesse texto publicitário, além da referência explícita ao título (em português) e ao cartaz original do filme (Fig. 4), a frase “Uma história de amor e união da família Hortifruti” também corrobora para trazer à tona a memória daqueles que tiveram algum contato prévio com a narrativa da famosa família Von Trapp.

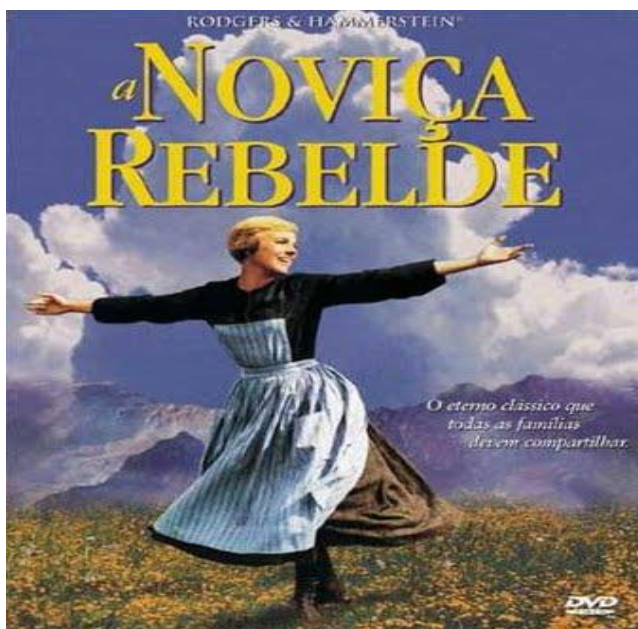


Fig. 4 – “The sound of music” – Twentieth Century Fox Film Corporation/1965.

O layout do anúncio apresenta “a Hortalice Rebelde”, protagonista da propaganda, em formato de mulher, com uma pose muito semelhante à exibida pela personagem principal do filme, encarnada pela atriz Julie Andrews, no cartaz original (Fig. 4), com os braços abertos e a ampla saia do vestido (uma alface) em movimento. O cenário de prados e mon-

tanhas nevadas, recorrente na película, também foi recuperado pelo anúncio, contribuindo para a visualização da paródia.

O anúncio 4 (**Fig. 5**) faz alusão à produção nipo-americana “Kill Bill”, lançada em dois volumes, entre 2003 e 2004, e com um terceiro planejado para 2014. Os filmes, que giram em torno de uma vingança, são ricos em referências à cultura pop e aos antigos filmes asiáticos famosos pelas épicas cenas de lutas marciais – motivo pelo qual os cartazes apresentam a personagem principal (Uma Thurman) segurando uma espada, conforme se pode notar na **Fig. 6**, referente ao “Volume 1”.



Hotifruti/MP Publicidade – divulgado em outdoor em 2009.

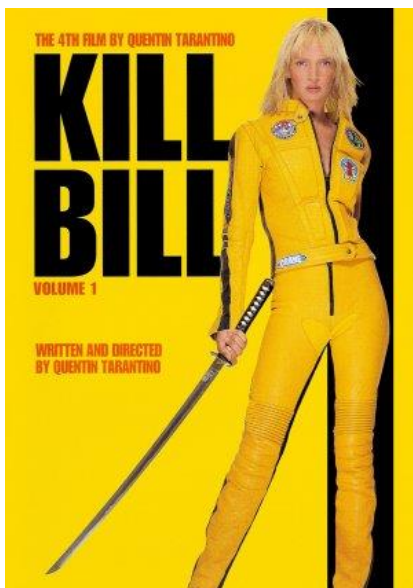


Fig. 6 – “Kill Bill” – Miramax Films/2003 / 2004.

Na propaganda, a paródia faz-se notar rapidamente tanto no *layout* como nos textos apresentados. O primeiro apresenta a mesma cor amarela e listra preta do cartaz e do macacão que veste a protagonista do filme. Já quanto aos textos, um alude ao título original “Kiwi Bill”, enquanto o outro – “Ele fez uma promessa: quem não vier para a Hortifruti vai pagar caro” – traz uma menção clara ao tema principal da obra cinematográfica.

4. Considerações finais

A leitura, embora seja um processo que começa através do acionamento de mecanismos linguísticos e textuais por parte do receptor, só se concretiza efetivamente por meio da ativação dos conhecimentos armazenados na memória do leitor e da sua capacidade de fazer as inferências cabíveis.

Desse modo, o repertório daquele que lê é, sem dúvida, elemento fundamental para a construção de sentido de qualquer texto, havendo de se considerar a necessária integração entre o novo texto – aquele com o qual se entra em contato no presente – e os anteriores, com os quais tenha se deparado ao longo da vida.

Se o leitor não for capaz de associar a nova leitura a seu conhecimento prévio, poderá ocorrer falha na compreensão do texto; mas uma vez feita a conexão intertextual necessária, um novo contexto de interpretação se abre.

Na publicidade, assevera Carrascoza (2008, p. 23 e 24) que “Como a propaganda visa influenciar um público definido (...), é recomendável o uso de discursos já conhecidos desse *target* (...). O objetivo, obviamente, é facilitar a assimilação, dando-lhe o que ele de certa forma já conhece (...)”.

Assim, quando uma propaganda utiliza elementos da cultura do público-alvo, a mensagem, potencialmente, será assimilada de forma mais fácil. Ao ler um texto publicitário, o receptor poderá se recordar da referência em questão e, dessa maneira, reter, provavelmente por mais tempo, a mensagem principal que se deseja destacar: o nome da marca. E isso pode ser facilmente percebido nos anúncios discutidos anteriormente, cujas paródias visam relacionar o produto à bagagem sociocultural do leitor-consumidor.

A análise aqui realizada não se encerra em si mesma. Ao contrário, põe em pauta tema bastante amplo e complexo, merecedor de investigações mais aprofundadas, que se estendam a outros fatores formadores do conhecimento de mundo, e podendo ser aplicadas aos mais variados tipos e gêneros textuais.

Acredita-se, porém, que o presente artigo, embora sucinto e limitado, tenha conseguido atestar a cumplicidade existente entre a construção de sentido das paródias publicitárias da Rede Hortifruti, como a de qualquer outra paródia, e o conhecimento de mundo de seu potencial leitor, restando claro que os contextos socioeconômico e cultural em que este se insere e com os quais se relaciona concorrem diretamente para a compreensão dos textos apresentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCIONE. Meu ébano. Nenéo; Paulinho Rezende [Compositores]. In: _____. *Uma nova paixão*. São Paulo: Indie Records, 2005, 1 CD, faixa 8 (3 min 17 s).

ANÚNCIOS publicitários da rede Hortifruti. Disponível em: <<http://www.mppublicidade.com.br>>. Acesso em: 20-06-2011.

CARRASCOZA, João Anzanello. *Do caos à criação publicitária: o processo criativo, plágio e ready-made na publicidade*. São Paulo: Saraiva, 2008.

HOMEPAGE da rede Hortifruti. Disponível em: <<http://www.hortifruti.com.br/hortifruti/hortifruti.html>>. Acesso em: 11-04-2014.

IMDB. *A noviça rebelde*. Disponível em: <www.imdb.com/tt0059742>. Acesso em: 11-04-2014.

_____. *Kill Bill*. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt0266697>>. Acesso em: 11-04-2014.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. ELIAS, Vanda M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2007.

LETRAS.MUS.BR. Meu ébano/Alcione, Disponível em:
<<http://letras.mus.br/alcione/286043>>. Acesso em: 28-06-2014.

_____. Rebolation/Parangolé, Disponível em:
<<http://letras.mus.br/parangole/1589700>>. Acesso em: 28-06-2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Os termos-chave da análise do discurso*. Lisboa: Gradiva, 1997.

PARANGOLÉ. Rebolation. Léo Santana; Nenel [Compositores]. In: _____. *Dinastia parangoleira*: ao vivo, 2009, 1 CD, faixa 13 (3 min 23 s).

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Paródia, paráfrase e cia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

TRASK, Robert Lawrence. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2004.

EFEITOS CROMÁTICOS/EFEITOS PATÊMICOS: A SINGULARIZAÇÃO EM TEXTOS MIDIÁTICOS

Rosane Monnerat (UFF)
rosanemonnerat@globo.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apontar a relevância de efeitos cromáticos como desencadeadores de efeitos patêmicos, no desvelamento de estratégias de *singularização*, no discurso midiático, com ênfase aos textos publicitários. Partindo-se de um *corpus* de textos veiculados nos últimos cinco anos, nas revistas *Veja*, *Isto É* e *Época* e com apoio no referencial teórico da semiolinguística de Patrick Charaudeau, a pesquisa incide, principalmente, sobre o *contrato comunicativo* do texto publicitário, focalizando, em especial, as estratégias de *singularização* de P – produto (marca), com destaque ao emprego da cor – apoiada na estratégia de definitivização – como elemento diferenciador, que contribui para a codificação de efeitos patêmicos responsáveis por despertar emoções no sujeito interlocutor, com vistas a conferir uma identidade ao produto, tirando-o do lugar comum.

Palavras-chave: Mídia. Singularização. Cor. Patemização.

1. Introdução

A percepção da realidade é condicionada tanto por esquemas culturais quanto por esquemas emocionais. Nesse sentido, uma mesma realidade pode ser percebida de maneira diferente, em função de atitudes pessoais, que, muitas vezes, não se baseiam em parâmetros racionais, sendo, inclusive, inconscientes.

A teoria das cores permite compreender bem até que ponto as emoções contribuem para modificar as percepções. Se as cores quentes (o vermelho, o amarelo, o laranja) são *salientes*, ou seja, provocam a sensação de que saem da superfície e se aproximam do espectador, as cores frias, (o verde, o azul, o violeta), ao contrário, produzem a impressão de que se distanciam do espectador. Assim, um quarto pintado com cores

quentes dá a impressão de ser menor, ao passo que o mesmo quarto pintado com cores frias produzirá o efeito de ser mais amplo. Da mesma forma, uma caixa pintada de negro produzirá a sensação de ser mais pesada do que uma caixa de igual peso pintada de outra cor. Tudo isso porque as emoções condicionam as percepções. No âmbito do amor, por exemplo, tende-se a perceber como mais bonitas as pessoas que se quer bem. (FERRÉS, 1998, p. 30)

Neste trabalho, pretendemos mostrar como a percepção visual pode ser facilmente estimulada quando as emoções e sentimentos entram em jogo. Segundo S. ALI (1982, p. 146-147) a “percepção, como parte integrante de um processo projetivo, está destinada a realizar um desejo inconsciente”. Sabe-se, também, que a missão precípua da publicidade é exatamente despertar esses desejos inconscientes que levam à compra de um determinado produto. Assim, o recurso à cor como elemento desencadeador de efeitos patêmicos pode-se tornar uma estratégia de valor na química dos mecanismos de sedução da mensagem publicitária. Para desenvolver melhor essa temática, será necessário tomar alguns conceitos relativos aos estudos das emoções no discurso.

2. *A emoção no discurso*

Do ponto de vista de uma análise do discurso (cujo objeto é a linguagem como produtora de sentido em uma relação de troca), o estudo da emoção não pode ser focado naquilo que os sujeitos efetivamente sentem (por exemplo, vivenciar a felicidade, o medo, ou a raiva), mas no que a linguagem traz em si mesma: o signo de uma coisa que não está nela, mas da qual é portadora e, nesse sentido, estamos falando de uma *visada de efeito*, instaurada por categorias de discurso e complementada por uma teoria do sujeito e pela situação de comunicação.

Charaudeau (2010, p. 26-33), dando um tratamento discursivo ao estudo das emoções, destaca três pontos que considera essenciais neste percurso: as emoções são de ordem intencional, ou seja, originam-se de uma “racionalidade subjetiva” (CHARAUDEAU, 2007, p. 240), tendo, portanto, uma base cognitiva – racional; são ligadas aos saberes de crenças (qualquer modificação de uma crença leva a uma modificação de emoção) e se inscrevem em uma problemática de representação psicossocial. Nas palavras do autor,

Não apenas o sujeito deve perceber alguma coisa, não somente essa alguma coisa deve-se acompanhar de uma informação, isto é, de um saber, mas

é preciso, ainda, que o sujeito possa avaliar esse saber, possa se posicionar em relação a ele para poder provar ou exprimir a emoção (2010, p. 28).

Assim, pode-se dizer que as emoções não advêm apenas do incontrolável, do impulso, mas que têm um caráter social, na medida em que permitem ao indivíduo desenvolver um sentimento de pertença ao grupo (MAUSS, 1974), representando um julgamento coletivo instituído como uma regra moral. Nesse sentido, as emoções provocadas dependeriam de normas, valores e crenças compartilhados, pois são susceptíveis de desencadear uma espécie de reação emocional, de acordo com as regras sociais da comunidade a que pertencemos.

Vale observar que cada um dos termos – emoção, sentimento, paixão e correlatos – abarca uma noção específica, sendo que cada uma dessas noções depende de um ponto de vista teórico específico. Charaudeau (2007) prefere falar, então, em *patemização*, englobando tudo o que se refere a sentimento (para ele, noção mais ligada à ordem da moral), paixão, emoção (noção mais ligada à ordem do sensível) e derivados. Dessa forma, consegue-se, segundo ele, por um lado, inserir a análise do discurso das emoções na filiação retórica que, desde Aristóteles, trata os discursos em uma perspectiva de *visada de efeitos* e, por outro, consegue-se dissociar a análise do discurso, da psicologia e da sociologia.

A relação patêmica, portanto, vai engajar o sujeito em um comportamento reacional de acordo com as normas sociais a que está subjugado e que permanecem em suas representações sociodiscursivas³⁰

Na tentativa de categorizar os efeitos patêmicos, Charaudeau (2010), a partir de procedimentos de encenação na televisão, estabelece o que denominou “tópicas do *pathos*”, uma *patemia* (imaginários), que seriam constituídas por uma série de “figuras”, num confronto entre polos: tópica da “dor” e seu oposto, a “alegria”; tópica da “angústia” e seu oposto, a “esperança”; tópica da “antipatia” e seu oposto, a “simpatia”; tópica da “atração” e seu oposto a “repulsa”, além de outras *figuras*, como o “desprezo”, o “desgosto”, a “aversão” e a “fobia”.

Como todas essas questões emergem no discurso da publicidade?

³⁰ Charaudeau (2010, p. 32) reserva a “qualificação ‘sociodiscursiva’ para as representações que implicam o sujeito, engajando-os em uma tomada de posição no que diz respeito aos valores, em oposição aos saberes de conhecimento que lhe são exteriores, não lhe pertencem, vêm até ele e não o implicam.”

3. *A emoção na publicidade via “tipos discursivos”*

O discurso publicitário se configura como espaço privilegiado para a expressão de emoções, não só por seu objetivo precípuo de despertar desejos, mas também por “forçar” uma manipulação do público alvo, levando-o a pensar do jeito que a instância publicitária almeja (MONNERAT, 2003). E concretiza, assim, suas metas por meio de estratégias de captação do outro. Dentre essas estratégias, destaca-se a de *singularização* do produto.

As estratégias de *singularização*, no discurso publicitário, articulam-se a tipos discursivos e estes, por sua vez, aos modos de organização do discurso: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo (CHARAUDEAU, 2008). Nesse sentido, propõem-se tipos discursivos para o texto publicitário, a saber, tipos enunciativos, narrativos e argumentativos.

O estudo dos *tipos enunciativos* remete ao dos *atos locutivos* – atos enunciativos de base, correspondentes à posição particular do locutor em seu ato de locução – cujas especificações são denominadas de *modalidades enunciativas*. Os *atos locutivos* são de três tipos: *alocutivo*, *elocutivo* e *delocutivo*.

No *ato alocutivo*, estuda-se a maneira pela qual o locutor implica o interlocutor, impondo-lhe a sua opinião, promovendo um “efeito de diálogo”. O enunciador se apresenta como um conselheiro que propõe ao destinatário um contrato de confiança, mostrando-lhe que necessita de algo. São suas modalidades: a *interpelação*, a *injunção*, a *autorização*, o *aviso*, o *julgamento*, a *sugestão*, a *proposta*, a *interrogação* e o *pedido*. Todas se apresentam numa relação de influência de “superioridade” do locutor, ao tentar implicar o interlocutor, com exceção das duas últimas, cuja relação de influência é de “inferioridade” do locutor, já que apela para a “superioridade” do interlocutor.

No *ato elocutivo*, o interlocutor não está implicado na locução. O enunciador se apresenta por meio de uma tomada de posição apreciativa. Pode ainda o enunciador se colocar explicitamente como representante da marca, caso em que se revela como responsável pelo seu discurso e como agente do “fazer” descrito (“Nós nos responsabilizamos por...”). Nesse caso, tem o *status* de benfeitor, levando o destinatário, ainda que não explicitamente, a se considerar beneficiário. Esse ato, portanto, diz respeito à maneira pela qual o locutor apenas declara a sua opinião ou posição. Suas modalidades são a *constatação*, o “saber/ignorância, a opi-

não, a apreciação, a obrigação, a possibilidade, o querer, a promessa, a aceitação/recusa, o acordo/desacordo, a declaração e a proclamação”.

Finalmente, no *ato delocutivo*, locutor e interlocutor estão completamente apagados, desvinculados. A opinião expressa tem existência nela mesma, impondo-se aos interlocutores pelo seu modo de dizer, gerando, portanto, um “efeito de evidência”. A *asserção* e o *discurso reportado* são as suas modalidades.

O *tipo discursivo narrativo* (CHARAUDEAU, 1983, p. 122) se desenvolve em função de quatro esquemas centrados no produto (P):

P = *objeto da busca*;

P = *auxiliar eficaz*;

P = *aliado*

P = *agente da busca*.

Em P = *objeto da busca*, o destinatário atinge R (resultado), por meio da apropriação das qualidades de P: o produto é apresentado como *Objeto de Busca*. Como o contrato comunicativo dá a P o papel actancial de auxiliar, essa fusão faz com que o destinatário acredite que, ao se tornar possuidor do auxiliar (sempre de fácil acesso), atingirá R, por meio da apropriação das qualificações de P.

Em P = *auxiliar eficaz*, o produto é apresentado como instrumento eficaz, que dá “um poder técnico” ao agente de uma busca de perfeição.

Em P = *aliado*, seja por representar a sociedade produtora, seja por antropomorfismo, o produto é apresentado como aliado do agente da busca, aliado esse que poderá até substituir esse agente.

Finalmente, em P = *agente da busca*, o produto é apresentado na qualidade da marca como o agente de uma busca eficaz, heroica, ou mágica, da qual o destinatário participa como beneficiário, o que contribui para estimular esse participante a ser, em troca, aliado do agente.

Na publicidade, o aspecto argumentativo está frequentemente ligado ao implícito do discurso. O problema se coloca, então, nos limites do trabalho de interpretação.

Os textos publicitários tratam sempre de maneira mais ou menos explícita do produto (P), da marca do produto (M), das qualificações do produto (q) e do que ele oferece (R):

$$\boxed{P(M) \times q \rightarrow R}$$

Por vezes, as qualificações podem ser omitidas, como forma de se dizer que o produto já é suficientemente conhecido (*l'effet de notoriété*). O resultado (ainda que implícito) nunca é, no entanto, omitido.

No estudo do *tipo discursivo argumentativo*, evidenciam-se estratégias próprias do discurso publicitário, como a *pressuposição* e a *singularização* (CHARAUDEAU, 1983, p. 123).

Na *pressuposição*, trata-se de fabricar, por meios diversos, uma imagem do destinatário da qual ele próprio não possa fugir (por exemplo, um anúncio do tipo: “Se você não sabe o que fazer do seu dinheiro, venha a nós”, em que se pressupõe que o destinatário tem dinheiro).

E a *singularização*? Como se realiza esta estratégia?

A *singularização* é um procedimento argumentativo por meio do qual se procura distinguir um produto (P) de seus possíveis concorrentes. É expressa, de maneira explícita, em função da qualificação do melhor (recurso ao grau e à *definitivação*: “Se P é o melhor, então, P é o único”; da qualificação do modelo, ou do tipo do produto; da qualificação do novo – a ideologia da modernidade (“o que é novo é único em seu gênero), muito usada em comerciais de automóveis e, ainda, da qualificação por meio do emprego das cores.

4. A singularização e as cores

Cabe destacar o papel da cor como elemento cultural simbólico. Nos textos visuais, a cor pode desempenhar funções específicas com o propósito de informar (e até de seduzir). Essas funções classificam-se, segundo Guimarães (2004), em dois grupos: um que trata das sintaxes das relações taxionômicas, cujos princípios de organização são paradigmáticos; e o outro, que aborda as relações semânticas. Funções como organizar, chamar a atenção, destacar, criar planos de percepção, hierarquizar informações, direcionar leituras etc. pertencem ao primeiro grupo, ao passo que funções como ambientar, simbolizar, denotar/conotar pertencem ao segundo.

Cumprir não perder de vista que a simbologia das cores se altera conforme a cultura de um povo, que é dinâmica e variável em relação ao tempo. A cor pode também ser usada tanto para aumentar a credibilidade

de determinada informação quanto para diminuí-la. Os resultados sobre os efeitos – negativos ou positivos – produzidos pelo emprego de determinada cor podem provocar saturação, redução do repertório semântico, neutralização, deformação (depreciação ou desvalorização), discriminação etc. ou, por outro lado, intensificação. Esses recursos certamente influenciarão na credibilidade da mensagem e constituem possibilidades do uso da cor como informação.

O branco e o preto, por exemplo, significam dentro de uma polaridade positiva/negativa. Em outras palavras, o branco, de um lado, opõe-se ao preto, de outro, sugerindo, respectivamente, na nossa cultura ocidental, as ideias de bem (branco: luz, conhecimento) e mal (preto: trevas, ignorância). Já em grande parte dos países orientais, o luto é representado pelo branco. Isso porque na cultura desses países, a morte é vista como elevação espiritual, sendo, portanto, o branco a cor que mais se destina a tal situação. Mais recentemente, tem-se observado o uso político da cor preta para simbolizar protesto.

Outros códigos culturais são também caracterizados pela polaridade. Por exemplo, a dicotomia entre os gêneros masculino e feminino: *azul*, para os meninos e *rosa*, para as meninas. No caso do *vermelho*, observa-se a polaridade, mas desta feita, em relação à mesma cor – vermelho: ao mesmo tempo em que indica sangue, guerra, vingança e ódio (valor negativo), também simboliza a paixão (PASTOREAU, 1993), o amor do apaixonado ao oferecer rosas, vermelhas (valor positivo).

Não esquecendo as diferenças culturais na percepção das cores, seguem alguns valores ou “significados” das cores em nossa cultura:

Verde: esperança

Azul: tranquilidade

Amarelo: riqueza

O amarelo, em especial, na cultura brasileira, é a cor do uniforme da “seleção canarinho”, simbolizando, portanto, a alegria, o ouro (da bandeira), o maduro das nossas frutas e a tropicalidade de nosso país.

Assim, a bandeira brasileira oferece uma simbologia cromática muito interessante: o verde simboliza as nossas matas; o amarelo, o ouro; o azul, o nosso céu e o branco, a paz.

A cor, portanto, contribui para o efeito de singularização nas mensagens publicitárias, como veremos, a seguir, na análise de quatro peças.

5. A análise

Selecionamos quatro peças publicitárias para análise: a primeira da revista *Veja Rio* de 18 de junho de 2014, página 37; a segunda, da revista *Veja*, de 25 de junho de 2014, contra página e seguinte; a terceira, da revista *Isto É Gente*, de junho de 2014, páginas 6 e 7 e a quarta, a capa de trás da revista *Isto É*, de 25 de junho de 2014.

A primeira peça publicitária aposta na emoção desencadeada pela realização da Copa Mundial de Futebol no Brasil e apela para as cores da pátria para veicular o seu recado:

HAJA CORAÇÃO!

0,2%
ACIDEZ MÁXIMA

Na hora de torcer pelo Brasil e no seu dia-a-dia cuide bem do seu coração.

Escolha o azeite de oliva extra virgem O-Live, com 0,2% de acidez máxima, delicioso e levíssimo, porque da colheita à produção leva apenas duas horas.

olisur. www.o-liveandco.com/por o.liveBR

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

“HAJA CORAÇÃO!” – trata-se de texto verbal propositalmente ambíguo, já que remete, de um lado, por meio do *sentido de língua*, para os cuidados com o coração, usando-se um azeite menos ácido, virgem (azeite da marca *Olive*) e, por outro lado, por meio do *sentido de discurso*, retoma, por intertextualidade, o “bordão” usado pelo locutor Galvão Bueno, ao narrar as partidas de jogos brasileiros – “HAJA CORAÇÃO!”

O discurso é reforçado pelo uso da cor – verde/amarelo – que singulariza o Brasil e, por extensão, da marca que se quer anunciar. As cores se dividem no texto verbal – *asserção delocutiva*: “HAJA”: verde; “CORAÇÃO”: amarelo e, por trás do vidro de azeite, como a emoldurá-lo, um coração também bicolor, agora, verde e amarelo, com as cores em contraposição às do texto verbal. O azeite é apresentado como *aliado*, que colabora na busca por uma saúde melhor. Os efeitos patêmicos despertados são de empatia ao grupo, ou seja, à nação de que fazemos parte.

A segunda peça publicitária, da TIM, remete metaforicamente à “porta azul”, criando um contexto visual de claridade e serenidade, o que pode acarretar um efeito patêmico de conquista, de alcance de metas, o que, por sua vez, gera a felicidade.



O azul, simbolicamente, pode ser a cor do sonho, da tranquilidade. E a “porta azul”, estrategicamente singular no topo de uma colina, pode levar à concretização do sonho, já que a “Tim acredita que toda porta leva a novas experiências e *emoções*” (grifo nosso). O texto, predominantemente alocutivo, apresenta a porta como “agente da busca” – uma

busca mágica, que pode direcionar o destinatário, como beneficiário, para “onde quiser”.

A terceira peça publicitária, em duas páginas, foi veiculada próxima ao Dia dos Namorados:



Centra-se na emoção, tanto no texto verbal – “garanta momentos de tirar o fôlego”, quanto no visual – na primeira página, um casal apaixonado e, na segunda, os produtos de O Boticário, que emergem de uma explosão – azul – de um coração, como se tivesse ocorrido um transbordamento, extravazamento da emoção. É curioso observar, a polaridade simbólica da cor azul, nesta e na peça anterior: naquela, remetia ao sonho, à aventura; nesta, à fumaça provocada pela explosão, no caso, do sentimento. Os produtos são alocutivamente apresentados como *objetos de busca*, já que, por meio deles se consegue atrair o outro à paixão.

Fechamos a análise com uma capa da mesma temática da primeira: a Copa do Mundo da FIFA, no Brasil.

Trata-se de uma publicidade do banco Itaú, um dos patrocinadores do evento. Nela mesclam-se texto verbal e texto não verbal.

O texto verbal apresenta uma canção gravada, por artistas famosos, especialmente para a ocasião, colocando-se, em destaque, o seu refrão, eminentemente alocutivo – “Mostra a tua força Brasil”. Além da canção, apresentam-se a frase: “Muitos corações, uma só voz” e o hashtag: #isso muda o jogo.

Vamos
Soltar o grito do peito
Deixar o coração no jogo
Que aí vem mais uma emoção

Vamos
Torcer e jogar todos juntos
Mostrar novamente para o mundo
Como se faz um campeão

Pois só a gente tem as 5 estrelas
Na alma verde-amarela

E só a gente sabe emocionar
Cantando o hino a capela

**“Mostra
tua força
Brasil”**

E amarra o amor na chuteira
Que a garra da torcida inteira
Vai junto com você, Brasil

Mostra tua força, Brasil
E faz da nação sua bandeira
Que a paixão da massa inteira
Vai junto com você, Brasil

Muitos corações,
uma só voz.
#issomudaojogo

Itaú. Feito para você.

Itaú

Brasil 2014 Copa do Mundo da FIFA 2014
© 2014 Itaú Unibanco S.A.

Vale destacar o papel da linguagem não verbal – imagens, com suas formas e cores- como coconstrutora do sentido global do texto, já que atua em *relação de complementaridade* com a linguagem verbal. Em outras palavras, a palavra “parafraseia a imagem ao descrevê-la” (SOUZA, 2001). Assim, a polissemia icônica necessita do texto linguístico para, por meio da redundância ou da complementaridade (BARTHES, 1982), fixar os sentidos privilegiados, favorecendo a compreensão e a eficácia da mensagem.

Na peça em tela, é a linguagem corporal, ou melhor, a expressão facial do torcedor, carregada de emoção e sugerindo um “grito de guerra”, na torcida pelo Brasil, que ganha espaço na página impressa, ao

mesmo tempo em que atinge o receptor, levando-o a se identificar com este torcedor por meio de uma “patemia da atração”.

A cor, como parte da sintaxe visual, assume, “no seu papel de informação cultural, a função de texto, neste sentido, carregado de simbolismo” (GUIMARÃES, 2004, p. 86), podendo ser considerada, então, um processo comunicativo. E é o desenho da bandeira brasileira que vamos encontrar pintado na testa do torcedor, singularizando, por meio das cores verde, amarelo, azul e branco, o Brasil e a força do povo brasileiro.

6. Conclusão

Partindo do fenômeno da comunicação como fator de integração social e, observando, em particular, a comunicação publicitária, com foco na interface texto verbal/texto visual e, considerando, neste último, os efeitos patêmicos advindos do mecanismo da *singularização* por meio do emprego das cores, este trabalho pretendeu mostrar como a publicidade pode se transformar em argumento de persuasão, ao selecionar a imagem e as cores que a integram, atribuindo-lhes sentidos do ponto de vista social e ideológico, levando em conta as representações e imaginários sociais em que se inserem o sujeito autor e o sujeito receptor do texto verbal/visual. Portanto, a imagem “comunica” não apenas por meio das formas de significação visíveis, mas também e, sobretudo, por aquelas sugeridas, ou implícitas, mas ancoradas às formações ideológicas dos grupos sociais, sem esquecer, é claro, a diversidade cultural dos povos, pois, conforme salienta Guimarães (2003), as cores “significam” diferentemente para cada grupo cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, S. *De la proyección*. Barcelona: Petrel, 1982.
- BARTHES, Roland. Rhétorique de l'image. In: _____. *L'obvie et l'obtus*. Paris: Seuil, 1982, p. 25-42).
- CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emilia; MACHADO, Ida Lucia (Orgs.). *As emoções no discurso*, vol. II. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- _____. *Langage et discours*. Eléments de sémiolinguistique (théorie et pratique). Paris: Hachette, 1983.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Pathos e discurso político. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília. *As emoções no discurso*, vol. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FERRÉS, Joan. *Televisão subliminar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GUIMARÃES, Eduardo. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *As cores na mídia*. São Paulo: Annablume, 2003.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MONNERAT, Rosane Mauro. *A publicidade pelo avesso*. Niterói: Eduff, 2003.

PASTOREAU, M. *Dicionário de cores do nosso tempo: simbólica e sociedade*. Lisboa: Stampa, 1993.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: *RUA – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp-NUDECRI*, vol. 7, p. 65-94, Campinas, 2001.

INTELECTUALIDADE NORDESTINA: QUEM SOMOS E COMO NOS APRESENTAMOS

Mônica da Silva Moreira (UFRN)

monicamoreira.com@hotmail.com

Cleide Emilia Faye Pedrosa (UFS\UFRN)

cleidepedrosa@oi.com.br

RESUMO

A proposta deste trabalho consiste em estudar a construção das identidades fragmentadas dos intelectuais nordestinos a partir dos textos introdutórios do Currículo Lattes. Como ponto de partida utilizaremos os estudos sociológicos de Bajoit (2008, 2012) sobre as propostas das identidades coletivas e individuais, cujos postulados fundamentam alguns dos posicionamentos da abordagem sociológica e comunicacional do discurso (PEDROSA, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d; 2013) no campo geral da análise crítica do discurso (FAIRGLOUH, 2006; 2008). O trabalho visa acompanhar como os textos introdutórios são produzidos, distribuídos e consumidos, por isso, destacamos o caráter crítico desta pesquisa ao demonstrar a força do mercado em produção de capital imaterial, em que este é influenciado não só por uma ordem social, mas também pela própria estrutura do suporte (Plataforma Lattes) em que ele está inserido. Dessa forma, os dados serão analisados a partir de um *corpus* selecionado com base em textos introdutórios do Currículo Lattes informados pelo autor. Escolheremos uma amostra de textos introdutórios do Currículo Lattes dos pesquisadores da grande área de Linguística, Letras e Artes (código CNPQ 80000002) nas áreas de Linguística (8010000) e Letras (80200001) com titulação de doutorado das universidades federais do Nordeste do Brasil. Na análise, percorreremos categorias herdadas da sociologia para a mudança social e retextualizadas para o campo discursivo. Esperamos que os resultados apontem a construção identitária (fragmentada) do(s) sujeito(s) desses tipos de texto e como sua imagem é construída.

Palavras-chave:

Intelectuais nordestinos. Identidade. Sujeito. Análise crítica do discurso.

1. Introdução

Este trabalho é um recorte do projeto “Pesquisadores da grande área de Linguística, Letras e Artes: construção identitária do sujeito no texto introdutório do Currículo Lattes”, inserido no Grupo de Pesquisa em Estudos do Texto e do Discurso – GETED (GEC241-10) – com base no Edital PIBIC_PIBIC_AF_PIBITI_2014-2015, seguindo a linha de pesquisa da análise crítica do discurso. Por apresentar um caráter transdisciplinar, a análise crítica do discurso nos possibilita inúmeros diálogos com teorias de cunho social as quais nos ajudarão a explicar a forma como estruturas sociais atuam na produção de um texto.

Sendo assim, nosso trabalho será desenvolvido com base dialógica entre a análise crítica do discurso a sociologia para a mudança social (SMS). Tomando como referências essas áreas, nesses estudos poderemos observar, de que forma as construções das identidades fragmentadas dos intelectuais nordestinos são influenciadas, não só por uma ordem social, mas também pela própria estrutura do suporte (plataforma lattes) em que ele está inserido. Sobretudo, no que se relaciona às propostas das identidades coletivas e individuais, cujos postulados estão fundamentados na abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD) (PEDROSA, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d, 2013) no campo geral da análise crítica do discurso.

Nosso objetivo é mostrar como as identidades dos intelectuais nordestinos são construídas por meio da força do mercado de produção de bens imateriais, baseado nas práticas sociais, discursivas e textuais que estão relacionadas às estruturas econômicas e culturais constituídas ideologicamente e vinculada à modernidade recente.

2. Intelectuais e relações de poder no campo acadêmico

As discussões em torno dos intelectuais não vêm dos dias atuais. Para Bobbio (1997), os intelectuais sempre existiram, porém não se trata de uma massa hegemônica ou distinta da sociedade, antes de sujeitos que defendem suas ideologias.

Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos, como o poder político [...] não sobre a posse de bens materiais, [...] mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visão de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra.

Nesse contexto, entendemos que intelectuais são todos aqueles que fazem uso da palavra como uma corrente para expressar suas ideologias e pensamentos. Estes são detentores do poder ideológico, inda que sua função mude de sociedade para sociedade.

Ainda segundo Bobbio (1997), se torna cada vez mais difícil a extinção completa dos intelectuais, uma vez que, além de na mesma proporção que se aumentam sociedades pluralistas, cresce com elas muitos outros meios com os quais o poder ideológico pode se manifestar.

Toda sociedade tem seus detentores de poder ideológico cuja função muda de sociedade para sociedade, de época para época, cambiantes, sendo as relações ora de contraposições, ora de aliança que elas mantêm com os demais poderes (BOBBIO, 1997, p. 11),

Não diferente, o espaço acadêmico é uma esfera em que permeia muitos conflitos ideológicos e que vive em constante luta de poder. O próprio campo universitário reproduz, na sua estrutura, o campo de poder, justamente por se constituir como espaços de forças entre posições (BOURDIEU, 2013).

As oposições, que se observam no meio acadêmico, estão arraigadas entre dois eixos: o campo do poder econômico e o campo do poder cultural. Num entanto, em se tratando da faculdade de letras, Bourdieu (2013) afirma que seus princípios de hierarquização são mais equilibrados “[...] de um lado, ela participa do campo científico, portanto da lógica da pesquisa, e do campo intelectual [...] do outro, como instituição encarregada de transmitir a cultura legítima (p. 104)”. As relações entre a estrutura do espaço das posições que constituem este campo podem manter ou subverter a própria estrutura, conservando ou transformando a hierarquia de acordo com os critérios de classificação postos em jogo.

Na medida em que a sociedade se pluraliza, os meios com os quais os intelectuais impõem suas ideologias também mudam. Dentro destas mudanças, surgem novos conceitos de mercado e de produção, tais como sociedade de consumo, de informação, de serviços entre outras. Todas essas apontam para o mesmo fenômeno histórico, a qual se emprega o conceito capitalismo cultural, cujo consumo se dá por meio da venda de bens imateriais (informação, subjetivismo e conhecimento).

Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação (NEGRI & HARDT, 2003, p. 311 *apud* CAMARGO, 2009, p. 43).

O fato de o capital cultural ser legitimado pelas práticas subjetivas faz com que outras diferentes espécies de capitais sejam geradas, de acordo com sua esfera de atuação.

3. Concepções teóricas

Nesta sessão, apresentaremos as concepções teóricas que norteiam nossa pesquisa. Apresentaremos a abordagem sociológica e comunicacional do discurso, como uma contribuição para análise crítica do discurso. Mostraremos os principais aspectos da análise crítica do discurso, seu campo teórico e metodológico, e a que se propõem as investigações em sua linha de pesquisa investigar, e como uma contribuição a sua linha de pesquisa apontaremos abordagem sociológica e comunicacional do discurso, desenvolvida pela Prof^a Cleide Emilia Faye Pedrosa (UFRN). E por fim, trataremos das identidades individuais e coletivas, com base nos estudos sociológicos desenvolvidos por Bajoit (2006) e assumido pela abordagem sociológica e comunicacional do discurso.

3.1. Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD), uma contribuição para a análise crítica do discurso (ACD)

Vários estudos já foram feitos com base na análise crítica do discurso, sem dúvida é um campo teórico e metodológico que nos possibilita inúmeros trabalhos, e isso em todas as áreas relacionadas à sociedade, e sua relação com a linguagem. Sua influência em várias investigações decorre da análise crítica do discurso propor sempre um trabalho interdisciplinar como condição sem a qual não se pode trabalhar com a linguagem nos contextos das práticas sociais.

Uma das premissas da análise crítica do discurso é a relação do linguístico com o social, por isso, suas análises também incluem o viés linguístico, conjuntamente com o tratamento das relações de dominação, discriminação, poder e controle exercido pela sociedade através da linguagem. Em suma, ela se propõe a investigar de forma crítica a desigualdade social. Desta forma, ao contrário de outros paradigmas de análise do discurso e da linguística textual, a análise crítica do discurso não está centrada apenas em textos falados ou escritos como objeto de sua investigação, mas para exercer de fato uma análise crítica do discurso precisa se valer, além desses, de uma teorização e de uma descrição tanto dos

processos e das estruturas sociais que dão lugar a produção de um texto, como das estruturas sociais e processos sociais em que os indivíduos e grupos, como sujeitos históricos, criam sentido a partir da interação com o texto (WODAK, 2003).

Ao investigarmos as questões de linguagem na análise crítica do discurso é importante destacar seu caráter interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar, que tem como fim a obtenção de uma melhor e adequada compreensão do modo como opera a linguagem. Foi esta versatilidade na análise crítica do discurso que permitiu o desenvolvimento da abordagem sociológica e comunicacional do discurso, proposta pela Profa. Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa, que se posiciona como uma contribuição aos estudos da análise crítica do discurso, tendo um dos focos a mudança social e cultural.

A abordagem sociológica e comunicacional do discurso está fundamentada em diversas áreas de estudos como a linguística, a sociologia para a mudança social, a comunicação para a mudança social, e os estudos culturais, com destaque principalmente em análise teórica das práticas discursivas e sociais, especialmente no que diz respeito aos sujeitos e as identidades. Suas análises são orientadas textualmente, valendo-se, para isso, da gramática sistêmico-funcional, com a finalidade de melhor compreender os vários tipos de discursos que nos permeiam através das organizações e instituições sociais ou de conhecimento e o poder por elas exercidas. Sobre o vasto campo de análise da abordagem sociológica e comunicacional do discurso, afirma Pedrosa.

A ASCD está fundamentada, principalmente, em áreas da linguística (como exemplos: linguística sistêmico-funcional, linguística textual) como compete a todas as pesquisas em ACD, para atender a demanda da materialidade linguística; recorre à gramática visual, para cobrir a multimodalidade do texto. Além disso, nasce conexa à sociologia e mudança social (BAJOIT, [2003] 2008), traz para o seu quadro teórico a comunicação para a mudança Social (GUMUCIO-DAGRON, 2001, 2004; NAVARRO, 2010) e os Estudos Culturais (MARTTELART, 2005; HALL, 2005). Tudo isso para analisar as mudanças sociais e culturais promovidas e vivenciadas pelo sujeito (PEDROSA, 2012b, p. 4).

Além desses posicionamentos, a abordagem sociológica e comunicacional do discurso ainda assume para suas análises alguns posicionamentos que já são adotados pelos analistas críticos que trabalham principalmente com as propostas de Fairclough:

- aceitamos a metodologia descritiva/interpretativa assumida pela ACD (C. MAGALHÃES, 2001);

- aceitamos que a ACD faz referência à metodologia e a teoria crítica do discurso (TCD), à teoria (I. MAGALHÃES, 2004);
- fazemos uma análise de discurso textualmente orientada (ADTO);
- aceitamos o discurso como um momento da prática social (FA-IRCLOUGH, 2006).

3.2. Identidades individuais e coletivas

Uma das facetas do modelo cultural identitário é centralizar-se em um consumidor de bens imateriais, representado por meio do conceito de “capital cognitivo”. Este capital tem a ver com competências cognitivas, em que suas riquezas se atrelam a conhecimento e informação, ou seja, à intelectualidade (TOURAINÉ, 1997, p. 229-234). Gerenciar essas mudanças de modelos culturais e as tensões geradas por essas mudanças, bem como as demandas sociais requeridas, não é tarefa fácil para o sujeito, por isso as identidades se tornam cada vez mais fragmentadas na sociedade.

Com base nos estudos sociológicos desenvolvidos por Bajoit (2006) e assumido pela abordagem sociológica e comunicacional do discurso, tratamos, a seguir, dos modelos das identidades individuais e coletivas.

Segundo Bajoit (2006), cada vez que um sujeito categoriza o outro, também categoriza a si mesmo, seja por inclusão, seja por exclusão. É a partir da socialização dos sujeitos que se formam as identidades coletivas e individuais, pois é natural aos seres humanos a tendência à categorização social.

Para formação da identidade coletiva, os sujeitos contam com uma certa solidariedade da parte dos outros membros do seu grupo de pertença. Essa solidariedade pode definir a realização ou não das suas expectativas e dos seus compromissos identitários. O resultado é que a durabilidade de uma identidade dependerá do quanto o indivíduo é orgulhoso ou não do seu grupo de pertença ou referência. Por isso, a identidade apresentará um caráter mais durável quanto mais orgulhoso for um indivíduo do seu grupo de pertença, e de outra forma, uma identidade poderá apresentar um caráter menos durável quanto mais envergonhado for do seu grupo de pertença ou de referência. Em relação a outros grupos, se

o indivíduo não possui traços comuns ele pode desenvolver uma identidade invejosa (quando deseja pertencer) ou uma identidade depreciante (caso desvalorize os traços de um grupo que não deseja pertencer). As identidades coletivas são construídas por meio da socialização possuindo diversos traços.

Cada um reconhece em certas pessoas traços, dos quais reconhece a valorização social positiva (ser jovem, ser rico, ser belo, estar de boa saúde, ser branco...), que ele possui também e não tem, portanto receio de os mostrar (grupo de pertença positiva), ou então não os possui mas queria possuir (grupo de referência positiva), e identifica-se com eles, isto é, valoriza positivamente esses traços socialmente desvalorizados, que não possui e não procura possuir (grupo de referência negativa), e diferencia-se deles, procurando então evitá-los ou fugir deles (BAJOIT, 2006, p. 151).

Dessa forma podemos ter quatro tipos de identidades coletivas baseadas na pertença e não pertença de um grupo: a identidade orgulhosa e envergonhada para os grupos de pertença e identidade invejosa e negativa para os grupos de não pertença. Para nossas análises, ainda utilizamos, baseados no trabalho de mestrado de João Paulo Lima Cunha (2014), conforme o conceito de capital cultural, três macros traços das identidades coletivas: traço de identidade docente; identidade de pertença; e identidade por capital cultural-acadêmico.

As identidades individuais, por sua vez, são definidas por Bajoit (2006) “como um processo provisório e evolutivo do sujeito” a que ele denomina de “trabalho gestacional de si”. Neste trabalho, o sujeito busca incessantemente reconstruir sua identidade através do seu próprio esforço. Mas o trabalho do sujeito tem objetivos. Para o autor, quando o indivíduo trabalha para reconstruir sua identidade, ele busca, principalmente, alcançar três objetivos ou “bens”.

O primeiro deles é o sentimento de *realização pessoal*. O indivíduo busca atender sua realização pessoal e cumprir o compromisso que ele assume ou assumiu consigo mesmo. Quando isto acontece dizemos que ele está construindo identidades dentro de uma *esfera identitária desejada* (EID).

O indivíduo pode também querer realizar o que ele pensa que a sociedade espera dele, dessa forma ele busca um segundo bem, que é o sentimento de *reconhecimento social*. Quando indivíduo prioriza atingir este objetivo, afirmamos que ele está construindo identidades dentro de uma *esfera identitária atribuída* (EIA).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Um terceiro objetivo é o sentimento de *consonância existencial*. Este é o resultado da conciliação do indivíduo entre a *realização pessoal* e o *reconhecimento social*. Fazendo isso, ele busca conciliar o que ele deseja com o que ele julga que os outros esperam dele. Ao fazer isto ele constrói suas identidades dentro de uma *esfera identitária comprometida* (EIC).

4. Análises

Para analisar este pesquisador-intelectual, buscamos nos textos introdutórios do Currículo Lattes disponível na Plataforma Lattes do CNPq, mostrar quais as marcações textuais que estes priorizam para construir suas identidades, valorizando ou não o seu grupo de pertença. As análises empíricas englobaram o linguístico e o social. Seguiremos os métodos de extração (obtenção dos dados e sua organização) e de avaliação (regulação dos dados em informação) do objeto. Os dados foram extraídos a partir de um *corpus* selecionado do Currículo Lattes, no total de 17 textos informados pelo autor, dos currículos de pesquisadores da grande área de Linguística, Letras e Artes (código CNPQ 80000002), nas áreas de Linguística (8010000) e/ou Letras (80200001) com titulação de doutorado (e/ou pós-doutorado) das Universidades Federais da Bahia, Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Ceará. Justificamos o não uso da UFRN e UFS por já ter sido utilizada em outros textos.

4.1. Identidade Docente: pesquisador/professor/administrador

De acordo com o decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, Art. 3º, são atividades próprias do pessoal docente são:

I – as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura;

II – as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Vemos, então, que toda estrutura das Instituições Federais de Ensino (IFE), desde os cargos administrativos aos de docente, são formado pelo próprio corpo docente, que, por sua vez, só podem ingressar nas IFE por meio de concurso público, mas como toda relação social é uma troca

feita entre indivíduos ou grupo a partir tensões sociais e culturais que os impulsionam a construir determinada identidade, o campo universitário se torna um “espaço de posições”, e se sobressai aqueles que lutam e detêm os atributos ou as atribuições necessárias para defender, conservar, ou transformar seu espaço (BOURDIEU, 2013).

Segundo Bobbio (1997), “uma das funções principais dos intelectuais, se não a principal, é a de escrever.” E o Currículo Lattes é uma ferramenta desenvolvida para que o pesquisador possa escrever sobre si mesmo, expondo as qualidades e atributos que ele mesmo julga serem valorizados no grupo ao qual pertence, bem como registrar seus trabalhos intelectuais: artigos, livros, projetos etc.

A identidade de pesquisador está ligada aos títulos obtidos como mestrado e doutorado; pós-doutorado e livre docência; estudo no exterior; estágio de pesquisa no Brasil e no exterior etc., enfim a todas as conquistas e títulos que este obteve em sua carreira acadêmica.

Conforme Bajoit (2006), todos esses indicadores fazem com este intelectual seja reconhecido no seu grupo.

É a aprendizagem seguida, o diploma obtido, o ofício exercido, que define a pertença social de uma pessoa. É o número de anos de preparação escolar, a duração de sua experiência profissional que definem [...] o prestígio relativo associado à sua função (BAJOIT, 2006, p. 156)

Estes critérios também fazem parte dos interesses do grupo que zela e mantém por meio de negociações suas identidades, a fim sustentar a vida coletiva.

CL-1³¹

Possui doutorado em Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2013); mestrado em Letras pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2009) e graduação em Letras pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2004). (texto informado pelo autor)

<http://lattes.cnpq.br/9450842612052626>, acesso em 21 de março, 2014.

CL-05

Com doutorado em Linguística (UFAL 2003) fez estágio sandwich na Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) entre 2002-2003, e pós-doutorado no

³¹ CL – corresponde a sigla estabelecida para Currículo Lattes e o número ao lado indica a numeração recebida por cada currículo do corpus.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ITEM-CNRS (Institut des textes et manuscrits modernes, Paris, França) entre 2009-2010. , 2014. **(texto informado pelo autor)**

<http://lattes.cnpq.br/7535091198670076>, acesso em 21 de março, 2014.

CL- 8

Possui doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2001), mestrado em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (1995), especialização em Irrigação e Drenagem pela Universidade Estadual do Maranhão/Governo da Espanha (1989), graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1992), graduação em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Maranhão (1979). (texto informado pelo autor)

<http://lattes.cnpq.br/5283557018212797>, acesso em 21 de março, 2014.

Dentro das instituições de ensino superior (IES), existe uma lógica de sequência que se segue na obtenção de títulos. Para se chegar a mestre ou doutor, por exemplo, se faz necessário, geralmente, passar antes pela graduação. Em nossa sociedade, obviamente, a valoração de um título de mestre ou doutor é de muito mais prestígio para os atores sociais do que apenas o título de graduado, por isso muitos atores preferem em seus CL mostrar primeiro os títulos de maior prestígio social, fazendo a ordem inversa, como vemos nos CL 01, 05 e 08 a cima.

Esta escolha, porém, não é aleatória, pois é posto em balança pelo pesquisador as perdas e os ganhos que sua trajetória acarretará para ele.

A diferença de trajetória não significa uma evidencia, pois ela pode se dar de várias formas [...] a escolha por um *cursus* ou outro não é natural, nem aleatória (considerando-se o peso do capital econômico para tal). Os ganhos simbólicos decorrentes da diferença de trajetória acadêmica é que são enfatizados. (HEY, 2008, p. 90).

No CL 08, observamos como o ator é diversificado e faz questão de se mostrar assim no seu CL. Ele está dividido entre a competência científica e a competência social. Podemos ainda dizer, que o ator está dividido entre o que ele quer (reconhecimento social) e o que a sociedade espera que ele possua (competência científica). Ele tem necessidade do reconhecimento pelos outros, mas também tem necessidade de reconhecer a si mesmo. Dessa forma, não consegue conciliar a sua *identidade comprometida* com a sua *identidade desejada*. Um dos motivos para estar dividido, conforme Bajoit (2006) pode ser o “excesso de indecisão” baseado no *excesso de dúvida*, por parte do indivíduo. Este sentimento o faz sentir desejos imprecisos a ponto de não conseguir se decidir nem se fixar em projetos concretos, variando entre uma graduação em direito e

engenharia civil e fazendo um mestrado e doutorado na área de Letras, quando nem apresenta graduação em letras em seu texto. Como também observamos no CL- 04 abaixo

CL- 04

Possui graduação em Letras (1979), graduação em Ciências Jurídicas e Sociais (1983), Mestrado Em Letras. (texto informado pelo autor)

<http://lattes.cnpq.br/1229756282364483>, acesso em 21 de março, 2014.

Alcançar o prestígio social em uma carreira acadêmica independe unicamente da escolha do curso, há também uma série de fatores que podem contribuir para o sucesso docente. Um deles está ligado a escolha do orientador, conforme nos mostra Bourdieu: “O sucesso de uma carreira universitária passa pela “escolha” de um orientador poderoso, que não é necessariamente o mais famoso nem mesmo o mais competente tecnicamente”. (BOURDIEU, 2013, p. 128).

Por meio de levantamento de dados e de análises, Bourdieu (2013) constrói em sua obra “*Homo Academicus*”, uma topografia social a respeito da estrutura institucional através de análises dos acontecimentos e posicionamentos ocorridos durante e após os eventos de 1978 em Paris. Suas análises revelam não apenas as lutas dos espaços acadêmico nas instituições parisienses, mas nos revelam, também, que as estratégias de lutas utilizadas pelos intelectuais para obter prestígio social não são características apenas das instituições do exterior, mas uma estratégia do *habitus*³², algo que está enraizado no próprio *homo academicus*, característica que não foge a região Nordeste do Brasil.

A escolha do orientador não está unicamente ligada às afinidades intelectuais, mas é também parte de uma relação de capital. Uma estratégia do intelectual, a fim de receber benefícios de orientação em *status* acadêmico. Como nos é mostrado no CL abaixo.

CL- 04

[...] Atualmente realiza um Estágio Pós Doutoral na Universidade de Brasília sob a orientação da Professora Doutora [...] (Texto informado pelo autor)

<http://lattes.cnpq.br/9842550682161250>, acesso em 21 de março, 2014.

³² [...] sistema socialmente constituído de disposições estruturadas e estruturantes, adquirido pela prática e orientado para as funções práticas. O que significa, além disso, certa maneira particular de construir e compreender a prática na sua lógica específica e temporal (HEY, 2008, p. 79).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Segundo Campos (2010), com o aparecimento da pesquisa no espaço universitário “a docência sofre como consequência ruptura e fragmentação da atividade docente: “pesquisador³³” de um lado e “professores” do outro”.

Com a lei nº 94 664 de 23 de julho de 1987, o corpo docente, nas IFS, passou a constituir o seguinte quadro: professor titular; professor adjunto; professor assistente; professor auxiliar. A lei ainda determina que cada classe se subdivida de 1 a 4 grupos, com exceção da classe de professor titular, que possui um só nível.

Essas mudanças no sistema de ensino afetam significativamente o interior do espaço de produção acadêmica, pois é um espaço com fortes influências no campo político. Contudo, essas estratégias de dominação só são aceitas por que sem dúvida existe uma estrutura que as tornem possíveis (BOURDIEU, 2013). Por isso o capital universitário “[...] se obtém e se mantém por meio da ocupação de posições que permitem dominar outras posições e suas ocupantes de hierarquias” (BOURDIEU, 2013, p. 115).

Esta *hierarquização* é notada no Lattes quando um intelectual faz a escolha de se identificar de acordo com o quadro de professor ao qual pertence.

CL/2

É Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia
(Texto informado pelo autor)

<http://lattes.cnpq.br/7530569358334953>, acesso em 21 de março, 2014.

CL/3

Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB. **(texto informado pelo autor)**

<http://lattes.cnpq.br/6663064491335541>, acesso em 21 de março, 2014.

³³ Neste caso o termo “pesquisador” está ligado àquele que faz pesquisa junto às agências de fomentos à pesquisa (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica; etc.) e não a “identidade de pesquisador”.

CL/05

Atualmente é Professor D5 nível 1 do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco. (Texto informado pelo autor)

<http://lattes.cnpq.br/6823987048938913>, acesso em 21 de março, 2014.

CL/ 07

Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Bahia. (texto informado pelo autor)

<http://lattes.cnpq.br/3595025364584601>, acesso em 21 de março, 2014.

CL/11

[...] Professor Adjunto III do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da UFPB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB – PROLING. Professor do Curso de Letras Virtual da UFPB – Modalidade Ensino a Distância – EaD (texto informado pelo autor)

<http://lattes.cnpq.br/8481500214152887> acesso em 21 de março, 2014.

Nos fragmentos acima percebemos a relevância que cada pesquisador dá a sua carreira docente ao privilegiar seu lattes com seus cargos de professor. No CL-07, o pesquisador faz questão de apresentar sua função como a função atual. Esta ação não é uma ação aleatória, mas faz parte de uma lógica de ação do sujeito, pois todos aqueles que ocupam a mesma posição em uma relação social, participam da mesma identidade coletiva. Já no CL-11, como podemos observar, o pesquisador-professor, não só o pesquisador se identifica como tal, como também especifica um por um da atuação do seu professorado. O reforço que este professor dá a sua identidade especificando cada desdobramento da sua atuação lhe é feito certamente por considerá-la mais vantajosa para ele. Este sujeito realmente mostra, de certa forma, que está cumprindo com o que se espera dele. Num entanto, a durabilidade e consolidação desta identidade coletiva só serão possíveis se os membros do grupo forem orgulhosos dela.

Contudo é importante lembrar que a docência dentro das instituições de ensino superior não está ligada unicamente ao ensino, está ligada também aos cargos administrativos, conforme Campos, “Falar da docência [...] é lembrar que docência para o professor das instituições de ensino superior, está ligada à extensão, à pesquisa, e à administração também, conforme define a LDB 9394/96 e o Plano Nacional de Graduação”. (CAMPOS, 2010, p. 35).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Muitos pesquisadores se inserem no campo docente, mas enveredam nas áreas administrativas. O que faz um profissional docente querer pertencer aos cargos administrativos das instituições são inúmeras questões.

CL/12

Coordenou o Programa de Pós-graduação [...]Coordenou a formação de professores [...] e deu assessoria à Secretaria de Educação do Município de Fortaleza [...] Coordena o FLAEL – Fórum de Linguística Aplicada e Ensino de Línguas, [...]. Coordena o Curso de Português Língua Estrangeira (Texto informado pelo autor)

<http://lattes.cnpq.br/8481500214152887>, acesso em 14 de junho, 2014.

CL/17

[...] É Vice-Coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem [...] (texto informado pelo autor)

<http://lattes.cnpq.br/8914149462152107>, acesso em 14 de junho, 2014.

Observamos no CL-12 que o sujeito-ator para s dá ênfase a sua função dentro da academia constitui a identidade de pesquisador-administrador. Podemos afirmar que nem sempre as marcas linguísticas e discursivas são resultantes de ações conscientes e voluntárias, na maioria das vezes, são mesmo inconscientes e involuntárias, pautadas no desejo do reconhecimento social, uma vez que as funções administrativas não estão ligadas diretamente ao campo científico. Mas por se assumir *Coordenador* ou *Vice-Coordenador*, o ator-administrador pode revelar uma certa divisão ao atender ao que esperam dele, possuindo cargos docentes, mas, por outro lado, este cargo pode ser resultado do que ele deseja pessoalmente, que é a carreira administrativa.

5. Conclusão

O estudo apresentado nos revela como a força do mercado de bens imateriais pode influenciar na construção das identidades individuais, mesmo de intelectuais.

Os pressupostos da análise crítica do discurso nos ofereceu base para a pesquisa no campo linguístico, pois nos permitiu utilizar outras teorias a qual podemos ancorar nossa pesquisa, e a sociologia para mudan-

ça social, a fim de explicarmos a forma como estruturas de ordem social atuam na produção, distribuição e consumo de textos.

Com nossas análises, podemos perceber a forma com os sujeitos se comportam diante das cobranças da sociedade pós-moderna, e sua luta para reconstruir sua identidade pessoal, não só a partir de sua bagagem socialmente adquirida, mas também de processos internos do próprio sujeito, cujo o valor atribuído a determinadas escolhas é dado pelas próprias instituições, por meio de reconhecimento de títulos, áreas de atuação etc. As escolhas de cada autor se adéquam ao que ele considera mais vantajoso e ao que o fará obter mais reconhecimento em sua carreira, pois “a resolução dos problemas da vida coletiva é por vezes fracas, mas toda a relação social tem repercussões nele [sujeito]”. (BAJOIT, 2006, p. 143)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAJOIT, Guy. *Tudo muda*: proposta teórica e análise da mudança socio-cultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Trad.: Virgínia Alves Rodrigues. Lisboa: Unijai, 2006.

BRASIL. *Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987*. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm>. Acesso em: 10-06-2014.

CAMARGO, Sílvia C. *Trabalho imaterial e produção cultural: a dialética do capitalismo tardio*. 2009. – Tese (Doutorado). Unicamp, Campinas.

CAMPOS, Vanessa T. Bueno. *Marcas indelévels da docência no ensino superior: representações relativas à docência no ensino superior de pós-graduação de instituições federais de ensino superior*. 2010. – Tese (Doutorado). USP, São Paulo.

CNPQ. *Currículo Lattes 2.0*. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/313759/4d62720f-12ef-4ef2-b94c-e996b472834b>>. Acesso em: 31-05-2014

MAGALHÃES, Célia (Org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Proposta da abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD)*. 2012d. Disponível em: <http://www.ascd.com.br>.

_____. *Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD) e posicionamento acerca do sujeito*. 2012a. Disponível em: <<http://www.facebook.com/groups/302757813073801>>. Acesso em: 22-01-2012.

_____. *Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD) e o quadro identitário*. 2012b. Disponível em: <<http://www.facebook.com/groups/302757813073801>>. Acesso em: 06-02-2012.

_____. *Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): por uma definição dos conceitos e categorias*. 2012c. *Encontro do Grupo de Pesquisa GETED*, linha: Análise Crítica do Discurso, UFRN, 29 de fevereiro de 2012.

_____. *Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): contribuição aos estudos das identidades e dos sujeitos*. In: *Anais do XVI CNLF, Cadernos do CNLF*, vol. XVI, n. 04, t. 1, p. 195-218. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_1/018.pdf>.

_____. *Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem*. In: IX Congresso Nacional de linguística e filologia – *Cadernos do CNLF*, v. IX, n. 03. Rio de Janeiro, 2005, p. 43-68. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>.

_____. *Análise de discurso crítica: do linguístico ao social no gênero midiático*. Aracaju: Edufs, 2008.

_____. *Estudo das Identidades coletivas e pessoais dos pesquisadores brasileiros das áreas de linguística e letras no texto introdutório do currículo lattes*. Projeto de pesquisa, edital PIBIC_PIBIC_AF_PIBITI_2014-2015. Natal, RN, 2014a.

_____. *Os caminhos da socioanálise na base analítica da análise crítica do discurso*. 2013. Disponível em: <<http://www.ascd.com.br>>.

_____. *Proposta da abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD)*. Disponível em: <<http://www.facebook.com/groups/302757813073801>>. Acesso em: 27-10-2011.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise crítica do discurso*. São Paulo: Contexto. 2006.

SOUZA, Francisca Laudeci Martins. *Qualificar, capacitar, habilitar: a educação e a produção de sujeitos outros, no Ceará do século XX (1987-2007)*. 2010. – Tese (Doutorado). UERJ, Rio de Janeiro.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Trad.: Elia Ferreira Edel. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

**LINGUAGEM, IDENTIDADE CULTURAL E DIVERSIDADE:
O JEITINHO BRASILEIRO DE SER
SOB A ÓTICA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Arlinda Cantero Dorsa (UCDB-MS)
acdorsa@uol.com.br

RESUMO

Sendo uma proposta interdisciplinar, este texto pretende proporcionar um espaço de discussões teórico-analíticas, exposição de resultados e também de propostas para estudos futuros no campo da linguagem, identidade cultural. Faz parte de uma discussão mais ampla, desenvolvida pelo “Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural, Direitos e Diversidade”, formado por professores-pesquisadores da graduação e do mestrado em desenvolvimento local, pós-graduandos/orientandos, acadêmicos em iniciação científica, com uma visão interdisciplinar, bem como pesquisadores ligados a outras instituições, interessados em estudos e pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo acima citado. Abre oportunidade para a discussão sobre a relação dos brasileiros com o famoso “jeitinho brasileiro”, a partir dos estudos culturais, do ponto de vista da análise crítica do discurso. Objetiva articular pesquisadores em torno do desenvolvimento de trabalhos sobre a temática, trazendo à tona questões provocadoras que envolvem a pluralidade discursiva dos sujeitos envolvidos nas diferentes formas de leitura e linguagens. Neste contexto, a linguagem é vista como o solo da cultura, produto primordial do espírito ao manifestar a liberdade criadora do homem, a identidade cultural como um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade, a diversidade considerada como a variedade e convivência de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente. Para cumprir o objetivo proposto, ancora-se em Roberto Da Matta, Livia Barbosa, Teun van Dijk e na análise crítica do discurso, entre outros.

Palavras-chave:

Linguagem. Identidade cultural. Diversidade. Jeitinho brasileiro. Análise do discurso.

1. Reflexões preliminares

O interesse em proporcionar um espaço de discussões teórico-analíticas e também propostas para estudos futuros no campo de linguagem e identidade fazem parte de uma discussão mais ampla desenvolvida pelo “Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural, Direitos e Diversidade”. Formado por professores-pesquisadores da graduação e do mestrado em desenvolvimento local, pós-graduandos/orientandos, acadêmicos em iniciação científica, bem como pesquisadores ligados a outras instituições, interessados em estudos e pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo acima citado, com uma visão interdisciplinar.

Este artigo abre oportunidade para se discutir o papel da análise crítica do discurso na concepção de Teun Van Dijk, sobre a linguagem, vista como o solo da cultura, sobre identidade cultural como um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados, assim como possibilita entender a relação dos brasileiros com o “famoso jeitinho”, admirados por muitos, criticados por outros, a partir da visão de diferentes autores, entre eles, Da Matta e Livia Barbosa.

Objetiva, portanto, analisar a relação da linguagem com a análise crítica do discurso, tratar sobre a identidade cultural como conjunto vivo de relações sociais e patrimônio simbólico e demonstrar o jeitinho brasileiro a partir de diferentes óticas.

2. A relação da linguagem com a análise crítica do discurso

Vários estudos propiciaram o surgimento de um novo campo de estudos no interior da análise do discurso: a chamada análise crítica do discurso. Dentre estes estudos se incluem a sociolinguística (cf. Labov, 1972, Chambers, 1995); os estudos de linguística textual (cf. VAN DIJK, 1970, KOCK, 2000); a análise de gêneros (cf. SWALES, 1990). Todos estes estudos tiveram como pressuposto que a língua é mais que um sistema fechado, encerrado em si mesmo.

Reagindo claramente aos pontos de vista dicotômicos comuns, a linguística da década de 80 e anteriores, acima de tudo busca uma síntese teórica entre ciências sociais e linguística, a partir de um ponto de vista multidisciplinar. O linguista inglês Norman Fairclough e Wodak (1997) propõe uma visão tridimensional para analisar os textos sob três dimensões indispensáveis à análise crítica do discurso que são: o texto, a prática discursiva e a prática social.

Justificam os autores que o discurso é uma prática social e, como tal, necessita ser compreendido como uma relação social onde ocorre uma dialética entre as situações discursivas institucionais e os eventos discursivos particulares, definidores das práticas discursivas sociais.

Essa retroalimentação contínua provoca a interação do individual com o social. Consideram os autores que a vertente sociocognitiva da análise crítica do discurso instaura-se como uma disciplina multidisciplinar, ligada às ciências sociais e cognitivas, surgindo graças à real importância da linguagem na vida social. Nesta concepção, os indivíduos não têm consciência do poder intervencionista do discurso no controle e molde das cognições sociais.

Neste contexto, analisar o discurso de forma crítica é poder denunciar o quanto as práticas discursivas controlam a mente das pessoas e enquanto interação social exerce uma grande contribuição para sustentar, reproduzir, transformar os eventos discursivos particulares.

Nesse sentido, a análise crítica do discurso passa a se definir por diferentes enfoques teóricos que buscam a mediação entre o texto e o social dentre os quais se encontra a vertente sócio-cognitiva que privilegia, no eixo da transdisciplinaridade, as ciências cognitivas.

Historicamente, a vertente sociocognitiva tem a sua origem na importância crescente que a linguagem assume na vida social, entendendo que os indivíduos não têm consciência do poder intervencionista do discurso, tanto controlando quanto moldando as cognições sociais.

A análise crítica do discurso, abre perspectivas para denunciar o controle das mentes das pessoas e quanto os indivíduos não têm consciência disto em suas práticas sociais discursivas.

O maior representante da vertente sócio-cognitiva, Van Dijk (1997) entende que analisar o discurso socialmente é relacioná-lo entre as estruturas discursivas e contextuais; o estabelecimento desta relação só é considerado se levar em conta as representações mentais, individuais e sociais.

O Discurso é visto como uma prática social, institucionalizada, organizada em um jogo de relações onde os indivíduos passam a representar papéis sociais enquanto participantes de uma situação discursiva previamente convencionada, e são conduzidos a praticar ações de forma a atuar no contexto discursivo (participantes e suas ações) de uma prática social.

As representações sociais são definidoras das culturas e dos grupos sociais; socialmente adquiridas e partilhadas elas organizam e controlam as crenças e suas práticas nos discursos sociais; já as individuais mostram frente a um mesmo acontecimento, diferentes reações.

De acordo com Silveira, (1994, p. 21):

Essas representações mentais são formas de conhecimento que se tornam persistentes, representativas de um povo e são construídas por adesão (não se questiona o valor de verdade imposto), complementaridade (novos sentidos são completados), oposição (opõe-se ao que foi instaurado como fundador).

Pela visão interacionista, considerar o discurso como ação é observá-lo nas práticas sociais e culturais onde as interações sociais dos indivíduos situam-se em contextos sociais e culturais e possibilitam uma análise de suas estruturas linguísticas consequentes de atos comunicativos mutuamente relacionados.

No estudo de discurso como ação e interação, o contexto é fundamental porque existem variações sociais e culturais com relação aos participantes desde gênero, idade, classe social, educação, posição social, neste sentido Van Dijk (2000, p. 33) reforça que as pessoas adaptam o que dizem e como interpretam o que os outros dizem, portanto, compreender a ação pressupõe atribuir aos falantes ou escritores, intenções, objetivos, propósitos.

Sendo assim, a sociedade representa um conjunto de grupos sociais que se organizam a partir de marcos de cognição social e como se diferem de grupo para grupo, são específicos, pois cada marco difere de grupo para grupo.

Entende-se por marco de cognição social o conjunto de conhecimentos oriundos de representações mentais (sociais): adquiridas e partilhadas na sociedade e definidoras da cultura, dos grupos sociais, de forma a organizar e monitorar as crenças e as suas práticas em discursos sociais e (individuais):

Estas representações mentais são construídas socialmente, na medida em que todos os membros de um mesmo grupo social olham o que acontece no mundo, a partir de um mesmo ponto de vista e este é determinado por objetivos, propósitos e interesses comuns a todos os membros de um mesmo grupo social.

A cognição é construída em sociedade e implica conhecimentos decorrentes das experiências coletivas arquivadas na memória so-

cial e em conhecimentos individuais armazenados na memória de longo prazo.

Ao relacionar o social e o cognitivo, Van Dijk (1997) privilegia a noção de memória, de discurso como ação e interação, de contexto local e global e de papéis sociais. Como ação e interação, os locutores praticam atos sociais e participam de interações sociais situadas em diferentes contextos sociais e culturais: reuniões informais, formais, encontros profissionais, debates etc.

Para compreender como ocorrem as interações sociais, deve-se considerar os parâmetros cognitivos que formam os processos e as estruturas discursivas tanto em geral, quanto em grupos ou em particular.

O objetivo geral da análise crítica do discurso com vertente sócio-cognitiva é compreender a relação entre as estruturas do discurso e os contextos locais, sociais e globais, estabelecendo uma relação com as representações mentais socialmente adquiridas; definidoras da cultura, *elas* “têm natureza social e individual e estão relacionadas à maneira pela qual o indivíduo encontra-se situado em grupos sociais e exposto ao mundo a partir de suas próprias experiências”. (SILVEIRA, 1994, p. 21).

Nas práticas discursivas interacionais, a ideologia tanto como sistema social ou individual, assume, na interação social, uma função reguladora, não só do conhecimento como também do sistema de crenças compartilhadas pelos grupos, além de controladora de tudo que grupos consideram como crenças, valores, atitudes.

Sobre esta temática, Van Dijk (2000, p. 56) afirma que “as ideologias são representações mentais que formam a base da cognição social do conhecimento e atitudes compartilhadas por um grupo”; estas são construídas socialmente através das interações comunicativas nos discursos e são armazenadas na memória de longo prazo por membros de grupo social, já individualmente, elas representam as experiências que o indivíduo tem com o mundo e que se ativam para a sua memória de trabalho por meio dos conhecimentos.

Em uma inter-relação das estruturas sócio-cognitivas do Poder com a Ideologia, a pesquisa investigativa exige que as representações mentais sejam tomadas *por* base, daí a inserção da ideologia para análise de discurso com visão crítica, serem tratadas com as categorias analíticas: Poder, Controle, Acesso.

A análise crítica do discurso, com vertente sociocognitiva, integra também a teoria dos papéis sociais com as formas de conhecimento que são representações mentais sociais e individuais; neste enfoque o EU é o construtor dos conhecimentos (ligados à memória individual) que são guiados pelos conhecimentos sociais do marco de cognições sociais.

O marco de cognições sociais constrói no grupo social, um conjunto de avaliações representativas do mundo e ele é decorrente do ponto de vista pelo qual este grupo observa, veem o mundo com seus objetivos, interesses e propósitos; esta diversidade, no entanto, apresenta uma unidade que resulta da memória social de uma nação.

3. *A identidade cultural: conjunto vivo de relações sociais e patrimônio simbólico*

Se o objetivo geral da análise crítica do discurso, com vertente sócio-cognitiva, é compreender a relação entre as estruturas discursivas e os contextos locais, sociais e globais, o discurso é vital para a caracterização da identidade cultural brasileira, vista em uma concepção de contemporaneidade, de percepção comum que os grupos sociais têm de estados de coisas do mundo, embora possamos encontrar variedades/variações para cada grupo.

A denominação da chamada identidade pode ser observada nos aspectos peculiares de um determinado povo com suas crenças, ritos e experiências comuns que formam a identidade particular, por ex: a identidade nacional, brasileira, americana, japonesa etc.

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. (HALL, 2000, p. 106).

O autor supracitado amplia esta discussão quando pontua que a narração de uma cultura nacional pode ser desenvolvida de várias maneiras: nas histórias e nas literaturas nacionais; na ênfase nas origens, na continuidade; na tradição e na intemporalidade; na invenção de uma tradição; no mito fundacional; na ideia de um povo original. (HALL, 2000)

Sob este prisma, cabe uma ponderação referente ao papel fundamental da solidariedade existente entre língua, sociedade e cultura na construção da identidade ou identidades que vão se moldando quando um

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

determinado grupo se apropria de seus valores, de suas manifestações, passando de geração a geração, ou seja, perpetuando-os na sua história.

Esta solidariedade tem a ver, entretanto, com a questão da “utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (HALL, 2000, p. 109).

Face a este entendimento, cabe a reflexão de que a cultura e a memória são faces da mesma moeda e que os valores, as manifestações, passadas de geração em geração, permeiam as atitudes culturais, fundamentais para a construção de uma identidade.

Amplia este pensamento Canclini (1998), pois de acordo com o autor, para a formulação e a construção das identidades há necessidade de haver intercâmbio e modificações, sendo assim, a cultura e identidade não podem ser pensadas como um patrimônio a ser preservado, pois “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação”. (HALL, 1999, p. 48).

Em outro viés, Castells (1999, p. 22-23) relaciona o conceito de identidade a atores sociais ao afirmar que “é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”.

Relacionando o pensamento de Hall (1999) com o de Castells (1999) as representações sociais servem de base para o processo de construção de significado das formas de identidade percebidas no tão falado “jeitinho brasileiro” que será agora discutido.

Ao afirmar o jeitinho brasileiro como elemento de identidade social, Barbosa (1992) pondera que não significa acreditar que a sua simbologia represente a totalidade da sociedade brasileira pois:

Significa apenas que, em determinados contextos, ele sinaliza um conjunto de relações e procedimentos que os brasileiros ‘percebem’ como sendo deles. E que essa totalidade expressa na categoria brasileiro só se mantém intacta a uma certa distância de um determinado ponto específico. (BARBOSA, 1992, p. 130).

É neste contexto que passamos a discutir o jeitinho brasileiro em suas diferentes concepções.

4. *O jeitinho brasileiro em suas variadas óticas*

A discussão sobre este tema abre possibilidades para se analisar a palavra ‘jeitinho’ sobre diferentes óticas e sentidos. A palavra *jeitinho*, no Brasil, caracteriza de forma positiva e peculiar a capacidade que o brasileiro em sua maioria tem de buscar uma solução para os problemas existentes e de forma negativa o modo de agir fora das normas, do padrão.

Neste contexto, o conceito de *jeitinho* brasileiro abrange uma imensa gama de ações realizadas fora do padrão que possuem sentido pejorativo, que se legitimaram, mas que para muitos, é considerada normal.

Para Flach (2012), ainda que poucas pessoas façam uma declaração sobre ser a favor do *jeitinho* e afirmem que ele não é uma forma de malandragem e sim de criatividade na resolução de problemas, as ações realizadas sempre possuem consequências positivas ou negativas. Complementa esta afirmação o referido autor quando pontua que:

[...] considero que nem sempre este limite entre o certo e o errado está claro, nem sempre há consenso, e isto muitas vezes consiste em uma nuvem nebulosa, que ao se misturar com componentes afetivos, emocionais, contexto, circunstância, influencia diretamente a relação com o *jeitinho*. (FLACH, 2012, p. 500)

Ao distinguir a simultaneidade brasileira existente entre as noções de indivíduo e pessoa e da forma como se operam, desde o processo de formação do Brasil no sistema social quanto ao funcionamento do “*jeitinho*”, Da Matta (1988) explicita que “É possível fazer funcionar o “*jeitinho*” porque o assunto começa sempre com alguém que conhece alguém que pode ajudar a resolver mais rapidamente e com menos complicações e burocracia uma situação dada”.

Sobre esta discussão, complementa este pensamento Motta e Alcadi-pani (1999) quando afirmam que:

Há ainda, no povo brasileiro, uma aversão aos ritualismos sociais que explicitam as diferenças entre as pessoas, que deixam claras a hierarquia e as desigualdades, quer sejam de poder, quer sejam sociais. Para esses mesmos autores, no Brasil, verifica-se a cultura da pessoalidade, ou seja, o grande valor atribuído à pessoa, sendo que o pessoalmente íntimo é colocado, no mais das vezes, sobre o interesse da coletividade. Os interesses pessoais são tidos como mais importantes do que os do conjunto da sociedade, ocasionando falta de coesão na vida social brasileira na medida em que cada um favorece os seus e os membros de seu “clã”, em detrimento do interesse coletivo. (MOTTA & ALCADIPANI, 1999)

Um exemplo claro é propiciado por Silveira (1998) ao pontuar que os provérbios com seu valor de estabelecer um contraponto com a cultura portuguesa, ao retomar certas ideias em novo viés ideológico, criaram verdadeiros clichês culturais brasileiros, como se pode perceber em:

Quadro 1

Unidade fundadora (Portugal)	Diversidade modificadora (Brasil)
Paciência: “Devagar se vai ao longe”	Rapidez, excitação: “Cobra que não anda, não engole sapo”
A posse pelo trabalho: “Quem planta colhe”	A posse pela usurpação: “O que é achado não é roubado”
A moderação: “Quem tudo quer, tudo perde”	A ambição: “Querer é poder”
A aceitação: “Quem espera sempre alcança”.	O expediente: “Se não batalha, não tem”.

Fonte: Silveira (1998, p. 25).

Assim, diferentes práticas sociais vão sendo linguisticamente formuladas em discursos que dialogam historicamente com a matriz portuguesa. O inusitado da vivência, em contexto tão diverso do europeu, acaba por produzir novos sentidos, enunciados por novos clichês. (SILVEIRA, 1998)

Infere-se então que o chamado “jeitinho” utilizado em determinadas situações é uma alternativa viável no Brasil, pois as normas existentes ao apresentarem dificuldades, estas podem ser tranquilamente contornáveis ou reinterpretadas de outra forma.

Complementa este pensamento Vieira et al. (1982), pois, segundo o autor, “o acentuado formalismo que se faz presente na realidade brasileira proporciona a prática do “jeitinho”, ou seja, a maneira pela qual se pode resolver as dificuldades sem contrariar as normas e leis. Sendo assim o “jeitinho é uma prática social que não está limitada às relações entre burocracia e usuário, pois extrapola este contexto e influencia as atitudes e comportamentos dos indivíduos no tratamento e resolução dos obstáculos produzidos na vida”. (MOTTA & ALCADIPANI, 1999)

Na visão de Flach (2012, p. 501), pode-se considerar a visão positiva do jeitinho quando há necessidade urgente de solucionar uma determinada ação, ainda que estes casos sejam exceções, mas na maioria das vezes o jeitinho é “uma forma preguiçosa, malandra, de levar vantagem sobre alguma situação, desconsiderando o prejuízo causado ao outro ou ao Estado”.

É interessante nesta visão, observar o que o referido autor concebe como traços do jeitinho brasileiro:

Quadro 2 – Traços do jeitinho brasileiro

Características positivas	Características negativas
criatividade e a espontaneidade	excesso de malandragem,
humor para lidar com problemas que surgem repentinamente,	prejuízos a terceiros, como: mentira, corrupção, fofoca, protecionismo,
a busca por atalhos que não ocasionem problemas para terceiros,	imediatismo (preocupação extrema com o curto prazo e pouca preocupação com médio e longo prazo),
Valorização de relações interpessoais,	preguiça e economia exagerada de esforços.
comunicabilidade, o <i>swing</i> ou gingado	“levar as coisas com a barriga” e “dar um jeitinho na última hora”

Fonte: Cf. Flach (2012), reelaborado por nós.

Com relação a estes traços do jeitinho brasileiro, há expressões linguísticas ou proverbiais que demonstram tanto o humor, a gentileza, a autoestima, a facilidade de lidar com situações extremas, a valorização das relações interpessoais que estão presentes em práticas discursivas do brasileiro como:

- Cordialidade: “Aparece lá em casa”, “Quem é visita, sempre é bem-vindo”, “Te ligo amanhã”, “vou ver o que posso fazer”.
- Irreverência: “Se conselho fosse bom, não se dava, vendia-se.”
- Fraternidade: “A caridade começa em casa.” “Defender os seus não traz prejuízo a ninguém”.
- Opressão externa: “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”.
- Gentileza: “Pois não”, “Já, já.”
- Jeitinho: “daqui a pouco”, “vamos dar um tempo”. “já vou”, “vamos ver”.
- Aglutinação: “somos todos irmãos”, “somos todos filhos de Deus”, “hoje sou eu, amanhã pode ser ele”.

Este viés do “jeitinho brasileiro” é apresentado por Rega (2000) quando indica três características presentes: inventividade/criatividade, função solidária e o lado conciliador do jeitinho.

A partir dessas expressões, fica claro que é difícil encontrar brasileiro que não tenha uma acepção própria sobre o que é o jeitinho brasileiro e neste contexto, Muniz (2009, p. 15), pondera que:

Primeiramente, é possível descobrir que é raro encontrar alguém no Brasil que não saiba responder, quando questionado, sobre o que é o jeitinho. Então, afirma-se que a pluralidade dos brasileiros reconhece que o jeitinho é uma forte instituição que marca o seu dia-a-dia, sendo conhecido e legitimado por segmentos sociais.

Uma releitura da obra *O Jeitinho Brasileiro*, de Livia Barbosa, permite a discussão de semelhante tema, pois algumas questões emergem e muitas vezes exigem reflexões, questionamentos, ações efetivas por parte da sociedade: Por que se relaciona o jeitinho com o subdesenvolvimento, se ele é um mecanismo de ajuste, por que a sociedade brasileira lança mão deste, em determinadas situações, por que o jeitinho está tão presente no nosso cotidiano?

Para a autora, uma das variadas óticas é de ver “o jeitinho como uma forma ‘especial’ de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida”, outra ótica interessante de se refletir é “como uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de burla a alguma regra ou norma preestabelecida, seja sob a forma de conciliação, esperteza ou habilidade”.

Há por parte dos envolvidos na arte de “dar um jeitinho” inicialmente um acontecimento imprevisto ou adverso, que segundo Barbosa (1992, p. 33) exige uma forma ou tratamento especial para a resolução eficiente e rápida do ‘problema’. Afirma a autora que “não importa se a solução encontrada for definitiva ou não, ideal ou provisória, legal ou ilegal”.

De acordo com a autora, a instituição do jeitinho possui o sentido positivo quando visto nas relações sociais, “como saudável, capaz de “promover ajustes face às imponderabilidades da vida”, pois “humaniza as regras a partir da igualdade moral entre os homens e das desigualdades sociais” (BARBOSA, 1992, p. 49).

Pondera ainda a autora que quanto ao aspecto negativo, ao ser utilizado em questões políticas e econômicas é visto como um “produto direto das distorções institucionais”.

Na linguagem popular, o jeitinho possui várias acepções e as mais usuais são: “jogo de cintura”, “sair do aperto”, “possuir ginga” “se dar

bem”, entre outras tantas expressões percebidas diariamente, de acordo com Muniz (2009, p. 19)

Estas características encontram similaridade nas palavras de Barbosa (1992) quando pondera a partir de uma pesquisa realizada que:

para se fazer uso do jeitinho tem-se toda uma técnica e, segundo os seus entrevistados, inicia-se com o controle do tom de voz. Saber falar manso, num tom calmo, mantendo a tranquilidade ao máximo, ser fraterno, ter “voz macia, ares simpáticos e olhos suplicantes”, é essencial. (BARBOSA, 1992, p. 11)

A leitura da obra de Barbosa traz-nos a reflexão importante que com relação à postura do jeitinho brasileiro vários são os métodos explícitos e implícitos de se utilizar de tal método: a prática discursiva, a coerção, a gentileza, a troca de favores, a ameaça velada, o dinheiro, a posição social ou profissional, ou seja, “ele é aproveitado por todas as camadas sociais, porém não da mesma forma e a grande diferença reside na maneira através da qual cada uma consegue tirar sua vantagem”. (BARBOSA, 1992, p. 32).

Há nesta prática, a questão da universalidade, pois é acessível a todos, depende da “boa vontade” e é uma forma “especial” de resolver uma situação difícil ou buscar solução “criativa” quando vista em seu aspecto positivo.

De acordo com Da Matta (2004, p. 8), “trata-se de procurar muitos Brasis”, de acordo com o seu ponto de vista “encontramos o Brasil nas instituições formais como o Estado, na Constituição, no mercado, no dinheiro como também no país do jeitinho, da comida, das relações étnicas, da mulher, da religião”.

Ao promover a interseção entre dois mundos: o honesto e o desonesto, o jeitinho utiliza como técnica o envolvimento emocional do interlocutor em razão de ambos lidarem com o conflito entre as categorias indivíduo e pessoa operando transformações substanciais.

Na concepção da autora, o desaparecimento do jeitinho só pode ocorrer se houver uma mudança substancial nas instituições, sejam elas privadas ou públicas, na nossa legislação, no ambiente individual ou social; no entanto afirma que enquanto houver convivência social ela persistirá.

Um aspecto interessante na obra de Barbosa volta-se à análise das palavras ‘jeito’ ‘favor’ e ‘corrupção’, “mesmo que a linha que os diferencia seja muito tênue”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ainda que as pessoas confundam os três elementos, por não saber onde começa uma e termina outra, a autora apresenta uma diferenciação:

O favor é algo que pede uma reciprocidade, ou seja, geralmente as pessoas fazem favor umas às outras esperando algo em troca, ou ainda, se fica para pagar com outro favor quando o favorecedor precisar, pois envolve confiança, já o jeitinho não necessita ser retribuído, ainda que perpassasse quase sempre, algum tipo de infração. (BARBOSA, 1992, p. 34)

Ainda que haja essa diferença, a autora afirma que a expressão “quebrar meu galho” é utilizada pelos brasileiros sem infringir nenhuma regra, no entanto pedir um “favor” a outrem pode representar muitas vezes a transgressão de uma lei. Há, portanto, uma linha muito tênue entre ‘pedir um favor’ e ‘dar um jeitinho’.

Justifica esta atitude Rega, pois de acordo com o seu ponto de vista:

Em primeiro lugar, há um generalizado *descaso* das autoridades públicas em relação às necessidades reais do povo. Esse descaso ou “salve-se quem puder” alimenta o jeito, que é induzido pelo espírito livre e pela consciência “elástica”. Isso leva o povo a se sentir no direito de *transgredir as normas*, já que “os impostos são pagos e o governo faz pouco caso disso”. Depois, para não ser punido por causa da transgressão, novamente o brasileiro dá um jeito na situação – paga suborno. É a *corrupção*. De um lado esse procedimento protege o transgressor, de outro reestimula o corrupto a continuar na corrupção. O pagamento do suborno gera a *impunidade* fechando o círculo com a continuidade do descaso e assim por diante. (REGA, 2000, p.67)

Reitera ainda o autor que é visível a diferença entre os aspectos mau e bom ao se conceituar o jeitinho, visto da seguinte maneira: o aspecto mau é perceptível, observado na ação de enganar, burlar, prejudicar o outro, daí a sua imagem de representação como o lado nocivo do jeitinho. Porém, se é utilizado como ato de sobrevivência humana, ao ultrapassar seus limites de certo ou errado perante as normas então estabelecidas, passa a ser visto em seu aspecto bom, positivo, pois representa continuar a sobreviver ou promover o sustento da família.

5. Considerações ainda que parciais

O “jeitinho” possui duas faces a serem consideradas: uma cultural, que reflete a identidade (em parte) do povo brasileiro e se manifesta em expressões utilizadas nas suas práticas discursivas e sociais.

Outra face é a moral, que reflete comportamentos negativos que ora são seguidos por parte dos brasileiros e precisam ser desestimulados.

Este tipo de “jeitinho” viola a lógica imposta pelos ordenamentos clássicos em países europeus como França e Alemanha, onde a imposição de regras delimita limites de “poder” e “não poder”. Para esses países, se algo é proibido, por exemplo, não há a necessidade de uma norma que defina sua autorização.

No Brasil, no entanto, está o “jeitinho” como uma saída imposta ou uma solução para problemas insolucionáveis, ou seja, esse é o ponto de identidade a ser debatido: no Brasil, entre o “poder” e o “não poder”.

A relativização das atitudes é característica brasileira positiva seja por sua informalidade, cordialidade, ou capacidade de improvisações que muitas vezes tendem a assumir papel negativo ao descumprimento de horários, de leis e normas, subversão ou violação das regras de convívio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

_____. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

_____. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

FLACH, Leonardo. O jeitinho brasileiro: analisando suas características e influências nas práticas organizacionais. *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 499-514, set/dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb>>.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 3. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

MOTTA, Fernando C. Prestes; ALCAPADIPANI, Rafael. Jeitinho brasileiro, controle social e competição. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 39. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

REGA, Lourenço Stelio. *Dando um jeito no jeitinho*: como ser ético sem deixar de ser brasileiro. São Paulo: Mundo Cristão, 2000.

SILVEIRA, Regina Célia P. da. Aspectos da identidade cultural brasileira para uma perspectiva interculturalista no ensino/aprendizagem de português língua estrangeira. In: _____. (Org.). *Português língua estrangeira: perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998.

**MEU PAI, MEU MARIDO, MEU MÉDICO:
TUTORES DO CORPO FEMININO NO BRASIL
NA DÉCADA DE 1930**

Renato da Silva (UNIGRANRIO)
redslv333@gmail.com

RESUMO

Na última década do século XIX, ocorreu um intenso debate em torno do código penal de 1890. O início do período republicano conturbado exigia que se construíssem regulamentações que garantissem a ordem social. Alguns anos depois, a discussão continuava em pauta novamente visando suprir a defasagem do código penal de 1890, que para muitos juristas e médicos já tinha nascido defasado. Os principais temas que comprometia o código estavam relacionados às questões morais. A preocupação com que foi chamada de decadência moral da sociedade tinha seus agentes responsáveis. Negros, mulheres, crianças e trabalhadores pobres estavam na mira desses reformadores sociais. Nas décadas iniciais do século XX, a legitimidade e a institucionalização da ciência médica na sociedade brasileira estavam consolidadas. A medicina e suas especialidades ocuparam os espaços sociais antes reservados exclusivamente a influência do poder patriarcal. Nesse cenário de transição política e social iniciado no final do século anterior com a abolição e o movimento republicano, que a medicina legal havia alcançado não a consolidação da profissão, mas sim, uma posição de destaque no debate político em torno da construção da nação (ANTUNES, 1999). O objetivo desse estudo é analisar historicamente o exercício do poder e controle sobre o corpo feminino no Brasil na década de 1930. Neste sentido, destaco a importância de averiguar os trabalhos sobre as mulheres publicados nos *Arquivos de Medicina Legal e Identificação* (1931-1940) do Rio de Janeiro e os discursos produzidos pelo periódico científico.

Palavras-chave: Moral. Negro. Mulher. Criança. Pobre.

1. Introdução

Na última década do século XIX, ocorreu um intenso debate em torno do código penal de 1890. O início do período republicano conturbado exigia que se construíssem regulamentações que garantissem a or-

dem social. Alguns anos depois, a discussão continuava em pauta novamente visando suprir a defasagem do código penal de 1890, que para muitos juristas e médicos já tinha nascido defasado. Os principais temas que comprometia o código estavam relacionados às questões morais. A preocupação com que foi chamada de decadência moral da sociedade tinha seus agentes responsáveis. Negros, mulheres, crianças, trabalhadores pobres estavam na mira desses reformadores sociais. Nas décadas iniciais do século XX, a legitimidade e a institucionalização da ciência médica na sociedade brasileira estavam consolidadas. A medicina e suas especialidades ocuparam os espaços sociais antes reservados exclusivamente à influência do poder patriarcal. Nesse cenário de transição política e social iniciado no final do século anterior com a abolição e o movimento republicano, que a medicina legal alcançara não a consolidação da profissão, mas sim, uma posição de destaque no debate político em torno da construção da nação. O objetivo desse estudo é analisar historicamente o exercício do poder e controle sobre o corpo feminino no Brasil na década de 1930. Neste sentido, destaco a importância de averiguar os trabalhos sobre as mulheres publicados nos *Arquivos de Medicina Legal e Identificação* (1931-1940) do Rio de Janeiro e os discursos produzidos pelo periódico científico.

2. A invasão do lar

A passagem do século XIX para o XX no Brasil, foi marcada pela efervescência política da República, a tentativa de desenvolvimento econômico através das novas práticas capitalistas e principalmente a busca de legitimação de um saber científico próprio, que corresponderia às necessidades de se construir uma nação civilizada. A sociedade era altamente hierarquizada, tendo no seu topo, uma elite agrária com fortes laços políticos, que representavam uma das permanências coloniais. A segunda camada corresponderia profissionais liberais, militares, comerciantes e pequenos banqueiros estrangeiros, sobretudo portugueses. A base da sociedade era representada pelos operários brancos brasileiros e imigrantes (trabalhadores tanto rurais como urbanos), e também uma grande parcela de excluídos; os ex-escravos. Segundo José Murilo de Carvalho (1990), essa sociedade extremamente desigual, ainda sob forte influência escravocrata, teria no Estado Republicano, uma porta à não exclusão ao mundo público: “A inserção de todos eles na política se dava mais pela porta do Estado do que pela afirmação de um direito de cidadão. Era a inserção que se chamaria com maior precisão de estadania” (p. 29). Ou

seja, as cidades representariam a continuidade do poder exercido no campo, alguns homens utilizaram a máquina estatal como instrumento de representação dos seus interesses privados.

A medicina no Brasil não exerceu um controle absoluto sobre os corpos. O nosso legado ibérico garantiu a consolidação de uma família patriarcal que estendeu seus domínios privados para o mundo público. A invasão dessa esfera tão sagrada como a família brasileira, com fortes laços pessoais dentro e fora do lar era extremante complicado. A confecção do Estado e seus aparelhos administrativos pareciam obedecer a uma organização familiar existente no Brasil colonial. (HOLANDA, 1995).

A medicina e o direito com a nova conjuntura política de 1889 intensificam suas participações no Estado Nacional. Médicos e juristas acreditavam que deveriam participar da construção de uma nação através de um processo civilizador³⁴ (ELIAS, 1993). Esses homens da ciência seriam responsáveis pelas seleções de indivíduos “normais” e “civilizados”. Nesse cenário, a junção dos dois saberes possibilitaria uma área maior de atuação e intervenção. Segundo Rodhen (2001), a medicina legal representaria a especialidade médica mais bem preparada para contribuir na confecção de nação civilizada.

Durante toda a primeira metade do século XIX, a Academia de Medicina defenderá o seu projeto de uma sociedade medicalizada no qual o direito, a educação, a política e a moral seriam condicionados à verdade primeira definida pela medicina. Isso se expressa, por exemplo, na defesa de medicina legal. [...] A medicina legal deveria ser chamada não só para estabelecer a verdade sobre um crime, mas também para orientar e regular a época do casamento e da maioridade, a legitimidade dos filhos, o direito da paternidade. (RODHEN, 2001, p. 55)

Neste sentido, as questões médico-legais relacionadas à família eram de uma grande amplitude. A medicina legal assumia uma parcela da competência de outras especialidades médicas a partir do final do século XIX. O aperfeiçoamento técnico e o exercício prático da medicina legal possibilitado pelo funcionamento dos primeiros laboratórios de perícia fortaleceram esta especialidade, que ampliou suas áreas de intervenção. As primeiras pesquisas dessa “nova” fase da medicina legal reuniam conhecimentos do direito, da psiquiatria, da ginecologia, da clínica médica. Os especialistas em antropometria e criminologia aglutinaram dentro de uma disciplina os mais diversificados assuntos. Contexto também de

³⁴ Compreendo esse processo civilizador como um processo histórico onde indivíduos sofrem pressões sociais, levando a um autocontrole consciente e inconsciente de suas ações. (Cf. ELIAS, 1993).

mudanças nos discursos dos médicos legistas, que elegeram os “objetos” de outras especialidades médicas nos quais a medicina legal trataria. Médicos dessas diversas especialidades migram para medicina legal se denominaram médicos legistas. A medicina legal sendo identificada por esses médicos com uma área de conhecimento “mais” completa por ter como base de suas teorias e práticas a reunião de algumas especialidades médicas e o entendimento das leis possibilitaria fortalecer a intervenção médica na sociedade.

Num primeiro contexto a disputa seria com o campo jurídico, mas depois a medicina legal se colocaria como principal colaboradora dos tribunais. Porta-vozes da medicina legal como Nina Rodrigues defenderia a ideia que este novo campo médico era mais completo por reunir “saberes” denominado de outras especialidades médicas. Dessa forma os *loucos, as mulheres, os negros, as crianças, os sífilíticos, os leprosos* em fim vivos ou mortos fariam parte da agenda médico-legal. A disputa com as outras áreas da medicina não era explícita, mas podemos perceber através de alguns trabalhos de medicina legal divulgados na *Revista Médico Legal* e nos *Arquivos de Medicina Legal e Identificação* do Rio de Janeiro o conflito com a clínica médica, a psiquiatria, a neurologia e a ginecologia. Como não podemos encontrar ainda na virada do século XIX para o XX no Brasil, o aperfeiçoamento científico e a clareza de seus objetos de estudos, essas especialidades, como também a medicina legal, muitas vezes estavam lidando mais com questões morais do que verdadeiras patologias.

No caso da mulher as questões médico-legais não eram diferentes, o corpo feminino sofria uma invasão completa. A preocupação com as gerações futuras, onde a mulher tinha como função principal à reprodução, levou a medicina legal tentar exercer um controle maior sobre o corpo feminino. A prática médico-legal poderia ser observada no casamento, onde o exame pré-nupcial passava a ser considerado essencial para testar a castidade e a fertilidade feminina. Além da questão moral da virgindade e a preocupação com as gerações surgidas a partir do casamento. As mulheres seriam mais suspeitas de carregarem alguma anomalia genética. Antunes (1999) no seu estudo do pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930) elege alguns temas para compreender a atuação da medicina científica.

O estudo da imprensa especializada no período de final do século XIX ao início do XX revela uma intensa mobilização médica em torno dos assuntos da moral sexual e familiar. Para reconstituir o pensamento médico aplicado a

esses temas, dirigimos o levantamento aos seguintes tópicos: “libertinagem”, abrangendo os principais aspectos do controle social da difusão da sífilis; “casamento”, atentando para a conotação higiênica da instituição; “lesões de hímen”, focalizando os temas da sedução, estupro e defloramento; “aborto”, discutindo o assunto do ponto de vista médico-legal; e “esterilização”, contemplando o caráter eugênico da questão. [...]. (*Idem*, p. 166).

O corpo feminino deveria ser puro para o casamento, o médico legista sempre pronto para realizar os exames que comprovassem a virgindade feminina, assim dando seu consentimento para o matrimônio. Foram elaborados compêndios sobre formas e possíveis lesões de hímen. Os exames muitas vezes eram exigidos pelos maridos que queria assegurar sua honra através do parecer da medicina, ou melhor, da ciência.

3. A identificação das mulheres

“As vozes femininas” passam por vários interlocutores, entre eles escrivães da polícia, advogados de defesa e acusação, juízes, médicos legistas. Esses profissionais confeccionam uma nova mulher diferente daquela do final do século XIX. A defasagem do Código Penal de 1890 seria cada vez mais acentuada nesses casos que envolviam além dos pareceres científicos da medicina legal, dos discursos jurídicos, um debate sobre a moralidade da sociedade brasileira.

Sueann Coulfield (2000) apresenta uma série de casos que ajudam a compreender o contexto histórico de uma época que as concepções e definições de gênero não são tão evidentes. A autora revela através da análise dos processos de defloramento, como os papéis masculinos e femininos foram redefinidos, principalmente pela defasagem do sistema judiciário que não conseguia dar conta das questões referente à mulher e sua suposta liberdade. Casos que ilustram uma permanência do passado colonial e também um rompimento com uma determinada condição feminina. Além dos discursos dos juristas, os médicos legistas foram responsáveis pela construção de uma imagem feminina que deveria atender as concepções de gênero da época.

A medicina legal no apoio aos tribunais examinou corpos violados sexualmente, concedendo os pareceres técnicos dos crimes. No final do século XIX essa prática médica foi questionada em relação ao próprio desconhecimento médico sobre a anatomia do corpo feminino, principalmente o que tange aos órgãos sexuais. Muitos médicos legistas renomados, como Afrânio Peixoto, construíram um detalhado mapa da sexua-

lidade, dando ênfase maior às formas himeniais, que tanto no passado serviram na elaboração de resultados errôneos (COULFIELD, p. 182). Na década de 30 do século XX, os médicos legistas mais confiantes de sua prática. A sentença não mais se baseava na perda da virgindade fisiológica, mas sim na ausência da virgindade moral como defendeu Peixoto. Neste sentido, a mulher do século XX seria cada vez mais vista como perigosa. Na medida em que o gênero feminino invadia os espaços públicos, domínios exclusivos do universo masculino, as “vozes das mulheres” eram ampliadas pelas posições de lideranças ocupadas nas camadas populares. Mães solteiras e trabalhadoras construíram uma área de atuação que inconscientemente redefiniam a própria concepção de gênero. O preço dessa descompromissada emancipação foi novamente os rótulos e a ligação da mulher com decadência moral da sociedade. Mulheres desonestas que perderam a virgindade moral, mulheres histéricas e ativas, mulheres criminosas possivelmente trabalhadoras, segue uma “infinita” lista de qualificação que para muitos homens da ciência poderia ser resumida pelo único nome “mulheres modernas”.

4. Considerações finais

A compreensão dos mecanismos utilizados pelos médicos legistas para legitimar suas práticas intervencionistas é importante na medida, que podemos questionamos esse possível “domínio” do corpo pela medicina. Já que temos alguns estudos que fizeram uma revisão historiográfica da história da medicina no Brasil do século XIX, criticando autores que acreditavam no controle social absoluto, exercido pela medicina. Percebo que a história da medicina brasileira é muito mais uma história de debates políticos com passagens em laboratórios e hospitais do que uma história de descobertas científicas. Quanto ao controle social, a medicina enfrentou várias resistências as suas propostas e seus projetos. Não sendo toda homogênea, compartilhando de pensamentos divergentes, a medicina e suas especialidades não construíram a sociedade civilizada, mas fizeram parte dessa comum intenção. O conhecimento médico pode ser reconhecido como o campo científico que mais estabeleceu uma definição de ciência relacionada a uma utilidade social. A ciência aplicada nas primeiras décadas do século XX no amparo a nação encontra sua melhor tradução nas especialidades médicas e suas primeiras instituições (BRITTO, 1995). O corpo feminino talvez tenha sido o corpo que melhor correspondeu aos anseios de medicalização social levantado pela Instituição médica. A medicina legal exerceu com gosto tutelar, as suas mais bi-

zarras práticas. A mulher foi um campo de experiências para medicina legal, onde a resistência a suas práticas era menor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, P. 289-316.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999.

ARQUIVOS de *Medicina Legal e Identificação*. Rio de Janeiro, 1931-1940.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

COULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000.

CUNHA, Olívia M Gomes. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

_____. Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da polícia civil do Distrito Federal, 1930-1942. *Polícia: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 12, n. 22, p. 235-263, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, vol. II.

FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)*. São Paulo: Alameda, 2009.

GEYER-KORDESH, Johanna. Woman and Medicine. In: BYNUN, W. F.; PORTER, Roy. (Eds.). *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*. London/New York: Routledge, 1993, vol. II, p. 888-914.

GOMES, Hélio. *Medicina legal*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil. 1942, vol. II.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTIN, Emily. Body narratives, body boundaries. In: GROSSBERG, Lawrence; NELSON, Cary; TREICHLER, Paula (Eds.). *Cultura studies*. New York: Routledge, 1992.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

RAGO, Luzia Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1. v., jan./jun. 1994.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

REVISTA Médico Legal. Bahia, setembro a junho de 1895/96, ano 1, n. 1, 2, 3 e 4.

RIBEIRO, Leonídio. *Memórias de um médico legista*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1975.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 39-62.

SILVA, Renato da. *Abandonados e delinquentes: a infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941)*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F. et ali. (Orgs.). *Domínios da história*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275-296.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto Hochman; ARMUS, Diego (Orgs.). *Curar, controlar, cuidar*. Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

O APRIMORAMENTO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA POR MEIO DOS GÊNEROS TEXTUAIS

Vinicius Statzner Stumpf (UCP)

vstatzner@yahoo.com.br

Raquel dos Santos Nery (UCP)

quelnery@gmail.com

RESUMO

Os constantes avanços dos estudos linguísticos e o surgimento de novas teorias e métodos, especialmente no que diz respeito ao campo da linguística textual, fizeram com que o texto conquistasse um espaço maior nas salas de aula, tornando-se um objeto de ensino e aprendizagem muito importante nas aulas de língua materna. Nesse sentido, também os gêneros textuais, como o meio por que nos comunicamos nas mais diversas situações sociais, passaram a receber maior reconhecimento pedagógico e, atualmente, são tidos como norteadores para o trabalho com o texto. Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo primordial demonstrar que os gêneros textuais podem, de fato, contribuir significativamente para o aprimoramento da competência comunicativa dos alunos, bem como ressaltar e analisar os benefícios advindos do trabalho com estes nas aulas de língua materna.

Palavras-chave: Gênero textual. Tipo textual. Competência comunicativa.

1. Introdução

Sabe-se que a comunicação do usuário de uma língua (falante, escritor/ouvinte, leitor) se dá por meio de textos e estes, por sua vez, são organizados e realizados a partir de gêneros textuais, que são escolhidos e utilizados por todos nós nas diferentes situações comunicativas de que participamos. Por essa razão, muitos estudiosos e os próprios parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa orientam que os gêneros textuais devem estar presentes no ensino de língua materna e devem nortear o trabalho com a produção e a recepção de textos em sala aula.

Sendo assim, partindo do pressuposto de que aquilo que se espera, primordialmente, do ensino de língua materna é o pleno desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, o presente artigo visa abordar a contribuição do ensino dos gêneros textuais para o alcance desse objetivo e destacar, ainda, os benefícios resultantes do trabalho com os gêneros em sala de aula.

Para tal, esta pesquisa divide-se da seguinte forma: o presente capítulo consiste na introdução deste estudo; logo após, procura-se conceituar o gênero textual e abordar certos aspectos teóricos concernentes a este; no capítulo de número 3, chama-se à atenção para o âmbito escolar, em que se destacam a importância do ensino dos gêneros textuais em sala de aula, seus benefícios para a aprendizagem e a sua relação com o aprimoramento da competência comunicativa dos alunos; já no capítulo 4, apresentam-se os resultados de uma pesquisa focada nos docentes de língua materna, a fim de se analisar o modo como estes compreendem os gêneros textuais e a forma como esses profissionais procuram ensiná-los; por fim, são expostas as considerações finais e as referências bibliográficas, indispensáveis para a realização deste artigo.

2. Os gêneros textuais: conceituação

De um modo geral, os gêneros textuais são “textos materializados em situações comunicativas recorrentes” (MARCUSCHI, 2008, p. 155). Eles fazem parte da nossa vida diária e, por conseguinte, os utilizamos constantemente. Alguns exemplos seriam o telefonema, a carta, o bilhete, a receita culinária, o horóscopo, a lista de compras, a resenha, a conferência, a aula expositiva, as instruções de uso, entre muitos outros.

Dessa forma, os gêneros textuais são textos determinados não pela sua forma, mas pela sua função comunicativa e social. Dolz e Schneuwly (2011, p. 143) os chamam de “megainstrumentos”:

Um agente deve agir linguisticamente (falar ou escrever), numa situação definida por uma finalidade, um lugar social e destinatários. Como em toda ação humana, ele vai usar um instrumento – ou um conjunto de instrumentos – para agir: um garfo para comer, uma serra para derrubar uma árvore. A ação de falar realiza-se com a ajuda de um gênero, que é um instrumento para agir linguisticamente. É um instrumento semiótico, constituído por signos organizados de maneira regular; esse instrumento é complexo e compreende diversos níveis. Eis por que, às vezes, o chamamos “megainstrumento”, para dizer que se trata de um conjunto articulado de instrumentos, um pouco como uma

fábrica. Mas fundamentalmente se trata de um instrumento que permite realizar uma ação numa situação particular.

Portanto, os gêneros textuais, como instrumentos, são utilizados para se atingirem certos objetivos que envolvem não somente questões socioculturais e cognitivas, mas também estratégias de ordem comunicativa. Por exemplo, “uma monografia é produzida para obter uma nota, uma publicidade serve para promover a venda de um produto, uma receita culinária orienta na confecção de uma comida etc.” (MARCUSCHI, 2008, p. 150). Daí serem os gêneros textuais entidades dinâmicas, que cumprem objetivos específicos e, logo, são determinadas fundamentalmente pela sua função.

Outro aspecto importante que diz respeito aos gêneros textuais é o fato de estes serem práticas relativamente estáveis, isto é, há um espaço para a instabilidade, a plasticidade, a transformação, haja vista que não se tratam de formas totalmente fixas, como afirmam Kock e Elias (2009, p. 58):

Como qualquer outro produto social, os gêneros textuais não são formas fixas, mas estão sujeitos a mudanças, decorrentes das transformações sociais, de novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal, bem como de modificações conforme o lugar atribuído ao ouvinte.

Esse aspecto pode ser constatado, por exemplo, por meio do fenômeno que Marcuschi (2008) chama de “intergenericidade”, que se trata da hibridização ou mescla de gêneros, em que um gênero assume a função de outro. O autor alega que os gêneros são artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano e não podem ser concebidos como “instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa” (MARCUSCHI, 2002, p. 19). Daí, torna-se possível que um gênero não tenha certa propriedade formal e ainda continue sendo aquele gênero.

Por outro lado, sendo os gêneros formas relativamente estáveis, há que se considerar os limites de sua maleabilidade, pois decerto apresentam certa estabilidade. Nesse sentido, Bakhtin (1992) os caracteriza segundo três elementos formais: composição, conteúdo e estilo. Também Marcuschi (2008, p. 150), ao tratar do assunto, questiona o seguinte:

Por que todos os que escrevem uma monografia de final de curso fazem mais ou menos a mesma coisa? E assim também ao pronunciarmos uma conferência, darmos uma aula expositiva, escrevermos uma tese de doutorado, fazermos um resumo, uma resenha, produzimos textos similares na estrutura, e eles circulam em ambientes recorrentes e próprios.

Na realidade, todos nós, como falantes/ouvintes e escritores/leitores, possuímos uma competência a que Kock e Elias (2009) chamam de “metagenérica”. Em outras palavras, essa competência, construída ao longo de nossa existência, possibilita-nos escolher de modo adequado os gêneros textuais para cada contexto comunicativo. Daí, não contarmos piada em velório nem fazermos conferências acadêmicas em mesa de bar. Portanto, somos capazes de distinguir os diversos gêneros textuais e identificar as práticas sociais e comunicacionais que os solicitam. Não obstante, isso só se torna possível devido ao fato de serem os gêneros formas relativamente estáveis, das quais nos apropriamos, tornando-se possível a comunicação. Dolz e Schneuwly (2011) explicam que no ato da comunicação, os gêneros textuais funcionam como intermediários entre o enunciador e o destinatário, de modo que graças à relativa estabilidade presente nos gêneros, as partes envolvidas no processo interacional não necessitam criar ou inventar em sua totalidade os meios para agir nas diversas situações de linguagens existentes.

Sendo assim, assumir o posicionamento de que os gêneros textuais são formas relativamente estáveis implica dois lados de uma mesma moeda: por um lado, os gêneros possuem uma identidade que nos leva a escolhas que não são totalmente livres nem aleatórias, por exemplo, em termos de léxico, grau de formalidade, natureza dos temas, entre outros aspectos; por outro lado, os gêneros não se limitam a restrições e padronizações, se tratando, pois, de um convite a escolhas, estilos, criatividade e variação.

Em suma, os gêneros textuais são entidades: a) dinâmicas; b) relativamente estáveis; c) históricas; d) sociais; e) situadas; f) comunicativas; g) orientadas para fins específicos; h) recorrentes; i) estabilizadas em formatos mais ou menos claros.

3. O ensino de gêneros textuais

Travaglia (2009, p. 17) faz o seguinte questionamento: “Para que se dá aulas de português a falantes nativos de português?”. A partir dessa indagação, o autor propõe cinco respostas: para se desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua, para levar o aluno ao domínio da norma padrão, para ensinar a variedade escrita da língua, para possibilitar ao aluno o conhecimento sobre a língua e, por fim, para ensinar o aluno a pensar ou a raciocinar por meio de atividades gramaticais. Para

Travaglia (2009), os dois últimos objetivos estão mais ligados ao ensino de gramática como atividade metalingüística e, logo, não seriam tão importantes como os demais ressaltados. Já os objetivos que dizem respeito ao ensino da escrita e da norma padrão, o autor os considera válidos e importantes; porém, ele (2009, p. 19) ressalta que:

Se entendermos que a variedade culta, padrão, formal da língua, bem como sua escrita, são formas adequadas ao uso apenas em determinados tipos de situação de interação comunicativa, temos de admitir que esses objetivos são mais restritos que o desenvolvimento da competência comunicativa (pelo qual se pretende que o usuário da língua seja capaz de utilizá-la de forma adequada a cada situação comunicativa) e ficam, portanto, subsumidos por ele.

Logo, “o ensino de língua materna se justifica prioritariamente pelo objetivo de desenvolver a *competência comunicativa* dos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor)”.

Sendo assim, pode-se entender que o pleno desenvolvimento da competência comunicativa do aluno dependerá da exposição deste a maior variedade possível de situações de interação comunicativa e de enunciação. Isso significa dizer, em outras palavras, que se deve propiciar ao aluno um contato e um trabalho constante com textos utilizados em situações de interação comunicativas diversas. Nesse sentido, Travaglia (2009, p. 19) conclui que:

Se a comunicação acontece sempre por meio de textos, pode-se dizer que, se o objetivo de ensino de língua materna é desenvolver a competência comunicativa, isto corresponde então a desenvolver a capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação.

De igual modo, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* ou PCN (1998, p. 19) consideram o texto como uma unidade básica de ensino e apontam, ainda, para a importância de que “cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulem socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações”. Portanto, uma vez que todos os textos se organizam e se manifestam por meio de gêneros textuais, estes, por sua vez, devem ser tomados como objetos de ensino que contribuirão eficazmente para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno.

Dessa forma, o ensino de gêneros textuais, quando bem organizado e direcionado, torna-se extremamente produtivo, pois permite a realização de um trabalho em sala de aula que contemple tanto a prática da escrita quanto a da oralidade, bem como a recepção e a produção de textos. Por essa razão, os PCN (1998) sugerem alguns gêneros como refe-

rência básica de ensino e aprendizagem, priorizando aqueles cujo domínio é fundamental à efetiva participação social.

Faz-se importante observar, ainda, o fato de que a oralidade também é contemplada dentro dessa dinâmica de ensino. Schneuwly e Dolz (2011) afirmam que, apesar de a linguagem oral fazer parte das rotinas acadêmicas (na leitura de instruções, na correção de exercícios etc.), ela não é ensinada como se deveria, ocupando um lugar limitado nas salas de aula. Os autores acreditam que o ensino da linguagem oral, por meio de gêneros textuais, possibilita ao aluno a oportunidade de aprender novos usos dessa modalidade de língua; afinal, há diversas situações comunicacionais em que o aluno deve tomar a palavra, tanto no ambiente da escola, quanto fora dela, de modo que o domínio de certos gêneros textuais torna-se importante. Para Nina (2012, p. 98), gêneros orais como peças de teatro, palestras, exposições em seminários, peças de argumentação em júri simulado, entrevistas, reportagens de TV simuladas, sarau de poemas, entre outros, são exemplos de gêneros que precisam ser ensinados.

Quanto ao trabalho com a escrita, os gêneros textuais também possibilitam um ensino mais dinâmico, produtivo e contextualizado, ao passo que se apresentam diversas situações de comunicação, em que se pode focalizar às verdadeiras necessidades do aluno para se escrever textos importantes para a vida. Kock e Elias (2009, p. 84) observam que, de modo geral, a prática da escrita deve contemplar três aspectos fundamentais: quem escreve o faz sempre para alguém; quem escreve o faz guiado por um objetivo; e quem escreve o faz com base em um conjunto de conhecimentos. Portanto, pode-se afirmar que o trabalho com os gêneros textuais atende a esses três aspectos. Suponha-se que se queira ensinar o gênero textual “carta de reclamação”; primeiro, pode-se criar uma situação em que os alunos deverão redigir uma carta de reclamação, por exemplo, a uma empresa que lida com vendas; depois, pode-se estabelecer o objetivo de se escrever a carta: venda de produto com defeito, demora na realização da entrega, cobrança incoerente, entre outras possibilidades; por fim, deve-se ensinar aos alunos o conjunto de conhecimentos que envolvem esse gênero em particular: uma carta de reclamação é utilizada quando um remetente descreve um problema a um destinatário que pode resolvê-lo, logo se trata de um texto persuasivo em que o remetente deve comprovar por argumentos plausíveis que ele está com a razão. Além disso, espera-se desse gênero certa organização em termos de composição: deve constar remetente, destinatário, data e local, assinatura, entre outros.

Sendo assim, cabe ressaltar que:

Um ensino e aprendizagem da língua a partir da perspectiva dos gêneros não está em se trabalhar “narração” (pedindo ao aluno “faça uma narração”), ou uma “dissertação”, mas em fazer com que o aluno perceba a dinâmica existente numa relação sociocomunicativa, as diferentes possibilidades com que ele pode interagir com o mundo ao seu redor por meio da linguagem. Essa interação é direcionada sempre por um propósito comunicativo: se deseja sair e não há ninguém em casa, ele pode utilizar o GÊNERO BILHETE; se compra um celular e não sabe usar, provavelmente vai precisar ler o manual, ou seja, ler o GÊNERO INSTRUÇÕES DE USO; se sua mãe pede para ir ao mercado, poderá utilizar o GÊNERO LISTA DE COMPRAS, e assim por diante. (NI-NA, 2012, p. 90).

O que se percebe, destarte, é que por essa perspectiva de ensino e aprendizagem da língua materna, o foco deixa de ser a tipologia textual e passa a ser o gênero textual. Schnewly e Dolz (2011, p. 49) argumentam que por muito tempo os tipos textuais foram considerados uma “saída promissora” quanto ao ensino de língua materna; no entanto, embora essas tipologias, a saber – narração, argumentação, exposição, descrição e injunção – tenham contribuído com conhecimentos novos acerca do trabalho com textos, apresentaram duas importantes limitações de aplicabilidade didática:

a) Seu objeto não é o texto, e ainda menos o gênero do qual todo texto é um exemplar, mas operações de linguagens constitutivas do texto, tais como a ancoragem enunciativa e a escolha de um modo de apresentação ou de tipos de sequencialidades; b) por isso mesmo, a análise se exerce sobre subconjuntos particulares de unidades linguísticas que formam configurações, traduzindo as operações de linguagem postuladas.

Assim, a escolha de se priorizar os gêneros textuais ao invés de os tipos textuais no tocante ao ensino, trata-se de focar “o texto em seu funcionamento e em seu contexto de produção/leitura, evidenciando as significações geradas mais do que as propriedades formais que dão suporte a funcionamentos cognitivos”. (SCHNEUWLY & DOLZ, 2011, p. 10).

Até aqui, apresentaram-se importantes considerações acerca da produção de textos (orais e escritos) por meio de gêneros textuais. Torna-se relevante, pois, abordar também alguns aspectos em torno da recepção de textos, que se dá por meio das práticas de leitura e escuta.

O trabalho com os gêneros textuais no tocante à leitura deve possibilitar ao aluno o contato com uma ampla diversidade de textos, não somente literários, mas também de outras esferas sociais: notícias, editoriais, artigos, relatórios, propagandas, entre outros. De acordo com Barbosa (2000, *apud* HILA, 2009, p. 8), a leitura e a compreensão de gêne-

ros variados “permitem a concretização de um ideal de formação com vistas ao exercício pleno da cidadania (já que se utilizam de textos de efetiva circulação social e de diferentes esferas e práticas sociais)”. Além disso, os PCN (1998) ressaltam que, no processo de recepção de textos escritos, espera-se do aluno a adequação de procedimentos de leitura às características de cada gênero, bem como o desenvolvimento de sua capacidade de construir um conjunto de expectativas acerca do texto, isto é, a capacidade de se fazer pressuposições antecipadoras de sentidos, forma e função do texto, por meio de conhecimentos prévios sobre os gêneros textuais. Portanto, desenvolver um trabalho de leitura em sala de aula, tendo como base os gêneros textuais, fará com que o aluno “leia, de maneira autônoma, textos de gêneros e temas com os quais tenha construído familiaridade” (PCN, 1998, p. 50).

Quanto às práticas de escuta de textos orais, estas devem ocorrer em situação autêntica de interlocução, que pode ser a escuta parcial ou integral de textos gravados ou de textos produzidos pelos alunos. Os PCN (1998) consideram que os gêneros trabalhados em sala de aula para a prática da escuta devem possibilitar ao aluno: ampliar, progressivamente, o conjunto de conhecimentos discursivos, semânticos e gramaticais que constroem os sentidos dos textos; compreender a importância da utilização dos elementos não verbais, tais como gestos, expressões faciais, postura corporal, entre outros; utilizar a escrita como apoio para registro, documentação e análise, quando assim se fizer necessário; desenvolver a capacidade de reconhecer as intenções do enunciador, de modo que se possa aderir ou recusar as posições ideológicas expressas no discurso.

Em suma, levando-se em consideração o objetivo de se desenvolver a competência comunicativa do aluno, isto é, a capacidade de se produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação, os gêneros textuais vêm a ser, de fato, uma excelente abordagem de aprendizagem. Com efeito, eles constituem “o instrumento de mediação de toda estratégia de ensino e o material de trabalho, necessário e inesgotável, para o ensino da textualidade” (SCHNEUWLY & DOLZ, 2011, p. 44). No mais, pôde-se constatar que o trabalho com os gêneros textuais em sala de aula faz com que seja possível a realização de uma dinâmica de ensino e aprendizagem que contemple a produção e a recepção de textos e desenvolva aspectos linguísticos relevantes para os alunos, tanto na linguagem escrita quanto na oral.

4. Pesquisa/metodologia

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia de pesquisa deste estudo. Para tal, retoma-se o objetivo geral: demonstrar a importância da dinâmica de ensino e aprendizagem por meio dos gêneros textuais no tocante ao desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, bem como destacar os benefícios resultantes dessa prática. Por conseguinte, a fim de se analisar o modo como os professores de língua materna compreendem a questão do ensino de gêneros textuais e a forma como esses profissionais procuram ensiná-los, consideram-se os seguintes objetivos específicos:

- 1- Analisar o objetivo priorizado pelo professor com relação ao ensino de língua materna;
- 2- Observar se o professor é capaz de diferenciar os conceitos de "gêneros textuais" e "tipos textuais";
- 3- Observar se os professores valorizam o trabalho com os gêneros textuais;
- 4- Analisar o modo como os professores trabalham com os gêneros textuais em sala de aula;
- 5- Identificar as principais dificuldades relatadas pelos professores quanto ao ensino de produção textual;
- 6- Analisar as propostas sugeridas pelos professores em prol de melhorias quanto ao ensino de produção textual, bem como observar se estes consideram o trabalho com os gêneros textuais uma parte importante desse processo.

4.1. Amostras e tratamento dos dados

No total, nove docentes, que lecionam em quatro escolas localizadas na cidade de Petrópolis (RJ), sendo uma pública e as demais de ensino privado, participaram desta pesquisa. Para tal, optou-se por uma abordagem qualitativa, em que o tratamento consiste na análise das respostas dadas pelos professores aos seis questionamentos feitos a partir de um questionário discursivo. Além disso, para permitir que os questionários fossem preenchidos com honestidade, ficou a critério de cada professor identificar-se ou não; decidiu-se, pois, representá-los nesta pesquisa por meio de letras (A, B, C etc.).

Tabela 1: Professores participantes e escolas onde lecionam

ESCOLAS	PROFESSORES
Escola 1 (Pública)	E, F, G, H e I
Escola 2 (Particular)	C
Escola 3 (Particular)	D
Escola 4 (Particular)	A e B

Tabela 2: Professores participantes e séries em que lecionam

PROFESSORES	SÉRIES
A	1º, 2º, e 3º anos do Ensino Médio
B	6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental
C	9º ano do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio
D	Ensino Fundamental (2º segmento), Ensino Médio e EJA
E	1º ano do Ensino Médio
F	3º ano do Ensino Médio
G	2º e 3º anos do Ensino Médio
H	Ensino Fundamental (2º segmento) e 1º ano do Ensino Médio
I	2º e 3º anos do Ensino Médio

Tabela 3: Professores participantes e sua formação acadêmica

PROFESSORES	FORMAÇÃO ACADÊMICA
A	Mestre em Linguística
B	Graduado em Letras Português/Inglês
C	Graduado em Letras Português/Literatura
D	Graduado em Letras Português/Literatura
E	Graduado em Letras Português/Literatura
F	Graduado em Letras Português/Literatura
G	Graduado em Letras Português/Literatura
H	Pós-graduado (área não informada)
I	Graduado em Letras Português/Inglês

4.2. Análise dos resultados

1. Qual o objetivo principal do ensino de língua portuguesa?

Neste primeiro questionamento, pôde-se observar que, de fato, não houve um consenso quanto às respostas dos professores. Os professores D e E acreditam que o ensino de língua portuguesa deve proporcionar aos alunos uma bagagem linguística em termos de informações sobre a língua que eles utilizam e torná-los cientes das normas e possibilidades que a língua oferece.

Já os professores F, G e I destacam a importância do ensino de língua portuguesa no sentido de capacitar o aluno a escrever, ler, interpretar textos e, principalmente, expressar-se bem e com clareza por meio da linguagem verbal.

Chama à atenção o posicionamento assumido pelos professores A, B, E e H, que consideram ser o objetivo principal do ensino de língua portuguesa a capacitação do aluno para utilizar a linguagem com eficácia nas mais diversas situações, contribuindo para o desenvolvimento da sua plena cidadania. De acordo com o professor A: “Fazer uso consciente da língua em suas múltiplas variedades e diversas situações exige de nós uma atitude de eternos aprendizes”.

De um modo geral, as opiniões dividem-se em basicamente três grupos. O primeiro grupo vislumbra apenas a aprendizagem sobre a língua e desconsidera a sua função interacional; o segundo, embora preocupado com aspectos importantes a serem ensinados nas aulas de língua portuguesa, como a escrita e a leitura, apresenta um objetivo limitador, pois desconsidera o contexto social e comunicativo do aluno; por fim, o terceiro grupo de professores, contempla a função social e comunicativa da língua, e defende que o ensino deve contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno e, por conseguinte, para a sua própria cidadania.

2. *Como você definiria “gênero textual” e “tipo textual”?*

Nesta questão, a maioria dos professores foi capaz de diferenciar o gênero textual e o tipo textual por meio de exemplos. Contudo, poucos conseguiram, de fato, defini-los corretamente, o que leva a questionar se os professores realmente possuem a base teórica de que necessitam para o trabalho com os gêneros.

Observem-se algumas respostas: “[...] Tipo textual é o modo como um texto, independente do gênero textual, pode ser escrito...” (professor G); “Tipo textual são as formas que podem ser colocadas na escrita e no discurso. Gêneros textuais são as outras formas de discurso variantes de cada tipo de texto.” (professor C). Pode-se perceber que tais definições apresentam decerto considerações incoerentes com relação aos objetos conceituados.

Além disso, chama à atenção o fato de que quase todos os professores participantes citaram a narração, a descrição e a argumentação como tipos textuais, mas sequer mencionaram a exposição e a injunção. Por exemplo: “Tipo textual é o conjunto de características predominantes num determinado texto, fazendo com que ele se torne narrativo, descritivo, argumentativo.” (professor E). Percebe-se, pois, que os professores

tendem a priorizar um trabalho em sala de aula focado nas três primeiras tipologias.

3. *Você considera ser importante o trabalho com os gêneros textuais em sala de aula? Justifique.*

Como esperado, todos os professores consideraram o trabalho com os gêneros textuais importante. As justificativas foram diversas, como por exemplo: “Sim, porque permite ao aluno diferenciá-los e utilizá-los em diferentes situações” (professor H); “Sim, pois a todo o momento estamos lhe dando com os mesmos, já que vivemos em comunicação.” (professor D); “É importante, pois os alunos precisam conhecer as diversas modalidades de textos existentes em nossa língua para melhor compreendê-los e expressar-se através deles.” (professor I); “Sim, porque criam uma bagagem textual para os alunos...” (professor F). Em suma, pôde-se perceber que os professores têm consciência de que o trabalho com os gêneros textuais é importante e deve ser realizado em sala de aula.

4. *Em suas aulas, você costuma trabalhar com gêneros textuais? Quais? Como?*

A princípio, todos os professores assumiram trabalhar com gêneros textuais em suas aulas; os exemplos de gêneros citados foram: reportagem, crônica, poesia, letras de música, notícia, blog, carta, tirinha, diário pessoal, artigo de opinião, aula virtual, conto e autobiografia. Daí faz-se importante observar o fato de que os gêneros textuais orais são praticamente deixados de lado, como se não tivessem grande relevância para o ensino.

Outro fator preocupante trata-se da metodologia aplicada pelos professores ao se ensinar gêneros textuais. Os docentes E, F e G não responderam à pergunta, o que leva a crer que esses profissionais não possuem uma prática de ensino de gêneros textuais definida. Já os professores H e I afirmaram que o trabalho é feito por meio de textos, da seguinte forma: “faz-se a análise do texto e da estrutura do gênero estudado, além da análise das principais características de cada gênero.” (professor I). Logo, o que se constata é que a metodologia de ensino desses professores se limita ao nível da estrutura, da forma, das características que compõem o gênero textual, não possibilitando ao aluno uma verdadeira práti-

ca de aprendizagem em que ele possa produzir gêneros textuais em situações diferenciadas e desenvolver sua competência comunicativa. O professor D, por sua vez, destaca que a sua prática de ensino trata-se de “saber discernir o gênero textual de tipologia textual”. De fato, é importante que os alunos tenham esse discernimento, mas esse objetivo se encontra muito aquém do que realmente se espera de uma aprendizagem norteada pelo ensino de gêneros. Somente os professores A e B ressaltaram a importância de se utilizar os gêneros textuais a fim de se criar condições que estimulem e beneficiem os alunos no tocante à prática de produção e recepção de textos tanto orais quanto escritos.

5. *Quanto ao ensino de produção textual em sala de aula, quais são as principais dificuldades dos alunos observadas por você?*

As respostas para este questionamento foram bastante variadas. Resumidamente, podem-se citar as seguintes: a compreensão da proposta de redação, a coesão e a coerência, o domínio da norma culta, a falta de leitura, o vocabulário limitado, as dificuldades que envolvem ortografia, concordância e pontuação, e a falta de concentração.

Não se pretende afirmar que o ensino de gêneros textuais, sozinho, seja a solução para todos os problemas apresentados; mas, sem dúvida, muitos deles poderiam ser abordados de um modo produtivo e enriquecedor a partir de um trabalho bem direcionado com os gêneros. Por meio de certas atividades com textos bem selecionados, consegue-se lidar com as principais dificuldades dos alunos (ortografia, concordância, pontuação, coesão, coerência). Além disso, ao se considerar a diversidade de gêneros textuais, torna-se possível a estimulação da leitura e, por conseguinte, a ampliação do vocabulário do aluno, bem como o seu contato com textos mais formais, escritos em norma culta. No mais, o trabalho com os gêneros textuais proporciona uma dinâmica de ensino diferenciada, que facilita as práticas de produção textual, despertando o interesse dos alunos.

6. *O que você acredita ser necessário para o desenvolvimento e o aprimoramento da prática de produção textual (oral e escrita) de seus alunos?*

Curiosamente, nenhum dos professores fez, diretamente, alusões à prática do ensino de gêneros textuais a fim de se aprimorar a produção

textual dos alunos, embora muitos dos aspectos ressaltados por eles sejam contemplados por essa dinâmica de ensino. Na verdade, o enfoque maior foi dado à leitura; acredita-se que se faz necessário que o aluno leia mais para que ele consiga produzir textos melhores. Outras sugestões foram: estimular o debate e o diálogo intertextual, ouvir bons textos, trocar produções, avaliar o processo criativo sem preconceitos, possibilitar uma prática de produção textual constante, desenvolver a argumentação, realizar atividades lúdicas. Chamou-me à atenção, ainda, o seguinte argumento: “cursos que especializem os professores para que se sintam gabaritados para transmitir tal prática.” (professor F). Com efeito, de nada adiantará a tentativa de se executar um trabalho diferenciado em sala de aula, se os professores não estiverem capacitados para realizá-lo, daí a importância de se conciliar a teoria com o saber prático, para que aquela não se torne vazia ou sem sentido para os professores que devem aplicá-la.

Globalmente, pode-se afirmar que os professores:

- Não possuem bem delimitado o objetivo por que se ensina língua materna, neste caso, língua portuguesa.
- São capazes de diferenciar, na prática, um gênero textual de um tipo textual; todavia, lhes falta um conhecimento profundo acerca dos conceitos por trás dessas expressões.
- Consideram importante a abordagem dos gêneros textuais em sala de aula, em particular, os escritos.
- Não possuem uma metodologia consistente em termos de aplicabilidade quanto ao ensino de gêneros textuais, sentindo-se, desorientados.
- Têm consciência das dificuldades enfrentadas pelos alunos nas práticas de produção textual.
- Acreditam que a leitura, dentre outras atividades, é essencial para o aprimoramento da produção textual dos alunos, mas não priorizam o trabalho com os gêneros textuais para se alcançar tal objetivo.

5. *Considerações finais*

De fato, o ensino de gêneros textuais torna-se extremamente importante, haja vista que estes se tratam de textos materializados em diversas situações comunicativas do dia a dia de que fazemos parte. Assim, o domínio de vários gêneros textuais faz com que nos apropriemos melhor do processo de interação, seja este escrito (escrita/leitura) ou oral (fala/escuta). Em outras palavras, se o objetivo primordial do ensino de língua materna consiste em desenvolver a competência comunicativa dos alunos em sua plenitude, como se propôs nesta pesquisa, o trabalho com os gêneros textuais contribui significativamente para a sua realização.

Portanto, faz-se necessário que os alunos tenham contato com uma vasta variedade de gêneros textuais e que se desenvolva uma verdadeira prática de produção textual a partir de gêneros adequadamente selecionados pelo professor, com base nas necessidades dos alunos e no que se pretende ensinar. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que o trabalho com os gêneros textuais não envolve simplesmente propor um tema e pedir aos alunos, por exemplo, que escrevam uma redação, ou um texto narrativo, ou ainda um texto descritivo, baseados no assunto proposto. Na verdade, o ensino de gêneros textuais consiste em um trabalho muito mais abrangente, em que se contempla não somente a forma e as características intrínsecas do texto, mas também os processos de interação entre usuários de determinada língua que, por sua vez, se comunicam por meio de textos realizados em gêneros textuais.

Não obstante, pôde-se constatar também, neste trabalho, que apesar de todos os benefícios advindos do ensino de gêneros textuais, este requer dos professores um conhecimento profundo sobre o assunto, bem como uma metodologia prática e eficaz para ser aplicada em sala de aula. Equivoca-se o professor que compreende o trabalho com os gêneros como sendo uma mera análise de suas características principais, ou da sua forma. Sabe-se que os gêneros são entidades complexas, determinadas fundamentalmente pela sua função sociocomunicativa, logo os professores devem estar atentos para esse fator crucial. Assim, faz-se necessária a capacitação desses profissionais para que estejam, de fato, aptos a desenvolverem práticas de ensino relevantes com os gêneros textuais.

Em suma, a aprendizagem de gêneros textuais decerto contribui para o pleno desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, que se refere diretamente à sua capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação. Entende-se, pois, que

o ensino de gêneros textuais trata-se de uma grande oportunidade de o professor realizar um trabalho diferenciado e produtivo em sala de aula, em que se contempla uma dinâmica que envolve tanto à escrita quanto à oralidade, assim como a produção e a recepção de textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Michael. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBOSA, Jacqueline Peixoto. Do professor suposto pelos PCN ao professor real de língua portuguesa: são os PCN praticáveis? In: ROJO, Roxane. *A prática de linguagem em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p.149-182.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Brasília, 1998.

HILA, Cláudia V. Doná. Ressignificando a aula de leitura a partir dos gêneros textuais. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Gêneros textuais: da didática das línguas aos objetos de ensino*. São Carlos: Claraluz, 2009.

KOCK, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P. et al. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

NINA, Bianca Della. *Tipologia e gêneros textuais*. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

O DISCURSO DAS CANÇÕES DE ARY BARROSO

Thais Ferreira Bigate (UERJ)
thaisbigate@yahoo.com.br
José Mario Botelho (UERJ)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

A retórica é uma arte e uma ciência que está impregnada em todas as situações da vida humana. A todo momento, o homem se empenha em defender uma ideia, apresentar uma defesa ou acusação sobre algo que cerca sua existência. Ao compor uma canção, uma poesia, produzir um filme ou qualquer outro tipo de arte, um discurso é defendido e por trás dele há um propósito definido, uma ideia a ser defendida. O presente trabalho tem por objetivo analisar os discursos de algumas das mais famosas canções de Ary Barroso, que não podem ser vistas de maneira ingênua e despreziosa porque seu estudo levanta vários questionamentos e debates, inclusive no campo político.

1. Introdução

A retórica é uma arte e também uma ciência que está impregnada em todas as situações da vida humana. A todo o momento, o homem empenha-se em defender uma ideia, apresentar uma defesa ou acusação sobre algo que cerca sua existência. Com as produções artísticas não é diferente. Ao compor uma canção, uma poesia, produzir um filme ou qualquer outro tipo de arte, um discurso é defendido e ninguém o cria sem um propósito definido.

Ary Barroso foi o artista que ganhou destaque na música popular brasileira a partir da década de 1930 e suas composições se propagam até a atualidade. As canções do grande compositor tinham como temas principais o amor, as maravilhas brasileiras, a malandragem, a desilusão e o samba, mas foi através das músicas que cantavam as maravilhas brasileiras que seu nome chegou ao auge. *Aquarela do Brasil* e outras composi-

ções que exaltam as terras brasileiras são objeto de análise e grande debate nos meios populares e intelectuais.

2. Retórica: a “arte-ciência” da construção discursiva

Em uma sociedade democrática, a palavra é a principal fonte de poder. Desenvolver a eloquência se torna algo indispensável para se chegar ao objetivo desejado e utilizá-la de forma convincente e elegante, um trunfo para os que a dominam. A retórica é essa “arte-ciência” do bem falar e empregar as palavras. Por conseguinte, ela foi o centro da educação na Grécia Antiga, estado este considerado o berço da democracia. Eloquência, gramática e retórica constituíam disciplinas que ensinavam a arte do domínio da palavra aos gregos. “O aparecimento da retórica como disciplina específica é o primeiro testemunho, na tradição ocidental, dum reflexo sobre a linguagem não enquanto ‘língua’, mas enquanto ‘discurso’.” (DUCROT; TODOROV, 1976, *apud* CITELLI, 2002).

O discurso possui três elementos: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala. O discurso é o segundo elemento e está direcionado a persuadir o último. A retórica está centrada nas técnicas de organização desse discurso que conduzem a eficácia do que está sendo declarado. Elaborar o raciocínio e saber expressá-lo com excelência são os princípios para gerar persuasão.

Persuasão e retórica não podem ser confundidas. A última é analítica, cabe a ela descobrir os meios para persuadir. É pelo discurso que o receptor crê no que está sendo anunciado pelo orador e o sucesso desse discurso é extraído pela emoção de quem o ouve. “Obtém-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão”. (ARISTÓTELES, 1996, p. 33)

Para persuadir, o discurso não precisa necessariamente estar comprometido com a verdade, entretanto deve ser, pelo menos, verossímil, ou seja, o discurso tem que ter aparência de verdade para o receptor. Quem persuade, leva o outro a aceitar sua ideia, quer seja verdadeira, verossímil, quer seja uma verdade dentro de sua própria lógica.

A retórica formula as regras da criação do discurso, segundo Voilquin e Capelle, por isso adquire um caráter poético. Ela é considerada uma ciência sem objeto definido, não se aplica a um gênero próprio e determinado. A persuasão é apenas uma das formas discursivas, todavia é a mais discutida no campo retórico.

2.1. Estrutura e gêneros do discurso

Para que o discurso atinja seus receptores, ele deve ser bem estruturado. Sua construção exige quatro instâncias sequenciais e integradas. A primeira é o exórdio, ele abre caminho ao que vai se seguir, é o início do discurso. Pode ser uma introdução do assunto, um elogio, uma censura, um conselho, enfim, a escolha dependerá do gênero do discurso em questão. Em seguida, tem-se a narração, é o desenvolvimento do assunto, onde os fatos são expostos e os eventos indicados. Nela, está contido tudo o que ilustra o assunto, é a argumentação do que foi antecipado no exórdio. A terceira instância são as provas. Elas são os elementos sustentadores da argumentação. Para convencer o receptor, é necessário que se comprove o que está sendo dito. A última parte do discurso é a peroração. Tem por objetivo finalizar, concluir o texto. Aristóteles afirma que

a peroração compõe-se de quatro partes: a primeira consiste em dispô-lo [o receptor] mal para com o adversário; a segunda tem por fim amplificar ou atenuar o que se disse; a terceira, excitar as paixões no ouvinte; a quarta, proceder a uma recapitulação (1996, p. 220).

Além dos quatro componentes para a sua composição, o discurso também é dividido em três gêneros: o judiciário, o deliberativo e o demonstrativo. O gênero judiciário objetiva acusar ou defender um indivíduo frente a um tribunal. Para isso são apresentados fatos passados, o que justifica o uso do verbo no pretérito. Ao gênero deliberativo, cabe aconselhar ou desaconselhar alguma ação ou atitude, seu tempo verbal é o futuro, pois se delibera sobre o que irá suceder. Ao gênero demonstrativo, compete o louvor ou a censura de alguém. Seu tempo verbal é o presente, pois as ações apoiam-se no estado presente das coisas, no entanto pode ser mister utilizar lembranças passadas ou remeter-se ao futuro. No gênero judiciário, leva-se em consideração a verdade ou a evidência, no deliberativo, o verossímil e o provável e no demonstrativo, a seleção do que é considerável para o louvor ou a censura.

3. A vida de Ary Barroso

Em 7 de novembro de 1903, em Ubá, nascia Ary Evangelista Barroso, um dos maiores compositores da música popular brasileira. Ficou órfão em 1911 e passou a ter como tutor seu tio José Augusto de Rezende. Bem pequeno, começou a ter aulas de piano com sua tia Rita de Rezende. Ritinha, como a conheciam, era pianista do Cine Ideal e, ao ver a boa desenvoltura de seu sobrinho no piano, começou a levá-lo para traba-

lhar junto consigo. Foi no cinema mudo que Ary compôs suas primeiras melodias. Numa entrevista à revista *Manchete*, em 1962, ele fez a seguinte observação sobre seus primeiros anos na vida de compositor:

Tenho orgulho do tempo em que fui pianista de cinema. Os filmes eram mudos e ninguém podia suportá-los sem acompanhamento musical: valsas suaves e românticas, nos tempos dos beijos e dos idílios, marchar heroicas, nas cenas de batalha. Tenho orgulho, porque, para comer, poderia ter furtado, tomado dinheiro emprestado para não pagar ou feito bandalheiras parecidas. Ao contrário, fiz do piano a minha enxada. (CABRAL, 1993)

Veio para o Rio de Janeiro pela primeira vez em 1919 e voltou definitivamente em 1921 para estudar Direito. Recebeu uma herança de 40 mil contos de réis do tio Sabino Barroso, mas gastou a fortuna em pouco tempo. Teve que voltar a trabalhar como pianista no Cinema Íris. Tocou na Rua da Carioca, na sala de espera do Teatro Carlos Gomes e, por um curto período, foi também *pianista-jazz*. Especializou-se em *foxtrote*, apesar da onda nacionalista influenciada pela “Semana de Arte Moderna”.

Retornou para Minas Gerais em 1926, mas ficou pouco tempo em sua cidade. De volta ao Rio, viveu um grande dilema entre a advocacia e a vida de compositor, mas a música prevaleceu e não o permitiu terminar o curso de direito. Nesta época, compunha sempre para revistas musicais, porém nada que o levasse, ainda, ao sucesso.

O promissor compositor fez jornalismo e através da profissão conheceu, em 1929, a Bahia, cidade que o inspirou imensamente e fez com que lançasse os alicerces do sucesso com Na Baixa do Sapateiro e No Tabuleiro da Baiana.

Ary participou de seu primeiro concurso musical com o samba *Vou à Penha*. O concurso tinha duas etapas. Na primeira, o mineiro foi o mais votado pela escolha popular, entretanto, na segunda, foi esquecido pelo júri especial e seu nome não foi mencionado no resultado final. Contudo, sua sorte mudou no concurso para músicas de carnaval. Em 1930, Barroso vence o concurso com a marchinha *Dá nela! Dá nela!*. O prêmio de cinco contos de réis possibilitou o vencedor a casar-se com Ivone, moça que conhecera em 1925 e com quem namorara até então.

Em 30, o rádio tornou-se o meio de comunicação mais influente do país, e a figura do menino de Ubá também estava presente nele. Os programas de calouros e as transmissões dos jogos de futebol transformaram Ary em um dos nomes mais populares do rádio.

A década de 30 foi um período de grande agitação na vida política do país. O povo clamava por mudanças e durante esse período, Ary Barroso demonstrou suas qualidades de orador e seu talento na argumentação. Fez discursos inflamados em favor de Getúlio Vargas e o apoiou em sua disputa pela presidência. A partir de então, revelou-se inclinado à política. Anos mais tarde, em 1947, foi eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo partido UDN (União Democrática Nacional). Suas principais lutas foram pela ética dos direitos autorais e pela construção do estádio de futebol Maracanã. Barroso não conseguiu ser reeleito e despediu-se da Câmara com estas palavras:

Vou terminar, Sr. Presidente, porque sei da impaciência do plenário. Sei que outros direitos mais fortes substituirão o meu, mas ao formular esta despedida, quero que aquele vereador que sentar naquela bancada, que hoje limpei e fiz livre do meu papelório, saiba que está sentado num lugar onde jamais o vereador desmentiu a sua consciência, um vereador que se vai para deixar que outro no seu lugar compreenda a solenidade de um mandato e cumpra com o seu dever para com o povo, como eu venho de cumprir o meu. (OLINTO, 2003, p. 82)

Nas eleições de 46 e 50, deu seus votos ao Brigadeiro Eduardo Gomes e em 60, a Jânio Quadros, que o convidou para ser diretor da Rádio Nacional. Além das suas atividades como compositor, pianista, diretor de programa radiofônico e TV, jornalista e administrador de entidades de direitos autorais, Ary continuou, mas com menos intensidade, a participar dos movimentos políticos do país.

O grande reconhecimento na vida desse homem multifacetado chegou com a composição de *Aquarela do Brasil*. A música foi composta em fevereiro de 1939 e se tornou a música mais famosa do país, mas não somente isso, sua fama espalhou-se pelo mundo e chegou aos ouvidos do famoso produtor Walt Disney, que a escolheu para compor a trilha sonora do filme *Alô, amigos*. Em 1998, em um inquérito nacional, foi eleita “a melhor música popular de todos os tempos”.

Ary Barroso veio a falecer em 9 de fevereiro de 1964 de cirrose hepática, minutos antes da Escola de Samba Império Serrano desfilar tendo como enredo *Aquarela do Brasil*. O mineiro de Ubá compôs até o fim de sua vida e seu repertório ultrapassou a marca de 250 canções. Até hoje ele é lembrado como um dos maiores compositores brasileiros de todos os tempos.

4. As canções de Ary Barroso e seu discurso

A música popular brasileira, do fim da década de 1920 e no decorrer da década de 1930, tinha como principal tema a vida boêmia e a figura do malandro. Compositores como Sinhô, Noel Rosa, Nilton Bastos, Wilson Batista, Ismael Silva cantavam esse modo de ver a realidade e propagavam entre o povo a imagem do pícaro que levava a vida sem trabalhar, mas que tinha suas estratégias de sobrevivência. Em uma de suas letras, Ismael Silva dizia:

Se eu precisar algum dia
De ir pro batente
Não sei o que será
Pois vivo na malandragem
E vida melhor não há...
O trabalho não é bom
Ninguém pode duvidar
Oi, trabalhar só obrigado
Por gosto ninguém vai lá.

Ary Barroso também cantou a vida do malandro

Eu na malandragem
fui nascido, fui criado
Pra vagabundagem
foi que eu vim predestinado,

entretanto, o sentimento patriótico ganhou espaço em suas composições e o levou ao reconhecimento.

Em *Aquarela do Brasil*, surge uma postura ufanista, o compositor enaltece seu país cantando suas belezas naturais e engrandecendo sua gente. O adjetivo ufano pode ser utilizado em algumas canções de Ary, uma vez que demonstra um orgulho, quase que excessivo, de sua pátria.

A música é um discurso acompanhado de melodia e possui todos os seus elementos – um emissor, uma mensagem e um receptor – e, assim como qualquer outro discurso, é dotada de intenção. O emissor, neste caso, será aquele que compõe e não o que a interpreta a canção, pois é o primeiro que constrói o discurso. Como foi citado anteriormente, a retórica busca compreender os mecanismos utilizados para se obter a persuasão e, ao analisar as obras de Ary Barroso, encontram-se algumas estratégias para que seus receptores sejam persuadidos.

No primeiro verso de seu maior sucesso de 1939, o mineiro utiliza a expressão “meu Brasil brasileiro”. Esta, segundo Afrânio Garcia, é considerada uma forma de denominação, pois a escolha intencional leva

os que a ouvem a crer que o país possui uma identidade própria, singular. Pode-se supor que um “Brasil brasileiro” é um país que não se deixa conduzir por influências externas, é um Brasil verdadeiramente brasileiro.

Outro recurso de persuasão muito utilizado em todas as modalidades de comunicação é o apelo à autoridade. Em *Aquarela do Brasil*, no verso “Terra de Nosso Senhor”, o autor emprega a figura divina para elevar a importância da nação. O artifício não é utilizado apenas nesta música, como também em *Rio de Janeiro* e *Brasil moreno*. Na primeira, o compositor relata as belezas naturais e depois faz uso do verso “Deus foi quem criou” e, na segunda, evoca a figura mais uma vez (Meu Deus). A imagem de Deus dá um caráter de excelência, perfeição ao que é criado por Ele e, conseqüentemente, sua criação deve ser enaltecida.

As belezas naturais são os elementos de destaque das obras ufanistas, elas estão presentes em um número significativo em duas das três músicas mencionadas. Em *Aquarela do Brasil*, vê-se

O Brasil, verde que dá
Para o mundo admirar,
Ô! Estas fontes murmurantes
Onde eu mato a minha sede.

Em *Rio de Janeiro* a descrição da terra é abundante:

Ô nossas praias são tão claras
Nossas florestas são tão raras (...)
Ô nossos rios, nossas ilhas e matas
Nossos montes, nossas lindas cascatas (...)
Ô nossas flores são tão raras
Nossas noites são tão claras (...)
Ô esses montes, essas ilhas e matas
Essas fontes, essas lindas cascatas.

Ao compor as canções ufanistas, Ary Barroso revela uma visão extremamente otimista do Brasil. Fomenta o mito do país grandioso e para falar dessa grandiosidade é preciso ser um bom brasileiro e ter sensibilidade, pois estes dão credibilidade ao que está sendo declarado, como pode ser observado na música *Rio de Janeiro*

Para cantar a beleza
a grandeza
De nossa terra
Basta ser bom brasileiro
Mostrar ao mundo inteiro
Tudo que ela encerra, Brasil (...)
Para sentir a grandeza
A beleza do meu país

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Basta uma só condição
É ser brasileiro e ter coração.

Há ainda os mitos da nação amada por seus habitantes e que os mesmos são muito felizes como é visto em *Aquarela do Brasil* (O Brasil do meu amor) e *Isto Aqui, O Que É?* (Deste Brasil que canta e é feliz).

A miscigenação é outro tema bem destacado nas composições de Ary, principalmente em *Aquarela do Brasil*

Ô, abre a cortina do passado
Tira a mãe preta do cerrado
Bota o rei congo no congado.

O próprio país é chamado de moreno em decorrência da mistura de raças que resultou a população brasileira, em *Aquarela* vê-se o verso “Ô! Esse Brasil lindo e trigueiro” e há a própria música denominada *Brasil Moreno* (Samba meu Brasil moreno). Não pode ficar esquecida a figura do “mulato inzoneiro”, que relembra o malandro e a “morena boa” e “sestrosa”, sempre destacada pela sua malícia e pela arte de sambar.

As figuras de retórica, ou translações, são recursos utilizados para prender a atenção do receptor. Como afirma Citelli

cumprem a função de redefinir um determinado campo de informação, criando efeitos novos e que sejam capazes de atrair a atenção do receptor. São expressões figurativas que conseguem quebrar a significação própria e esperada daquele campo de palavras. (2002, p. 20)

Tem-se como exemplo de figura de retórica nas músicas até agora citadas, a comparação no verso “Brasil, grande como o céu e o mar!” de *Brasil Moreno*, esta é a associação da grandeza do plano de base -Brasil- com a grandeza dos planos simbólicos – céu e mar. A metonímia também é uma figura muito utilizada nas táticas de persuasão. A que se destaca nos versos “Basta ser bom brasileiro” e “É ser brasileiro e ter coração” da canção *Brasil moreno* é a utilização do predicativo do sujeito no singular. O plural é capaz de gerar distanciamento entre receptor e mensagem, enquanto o singular intensifica a ideia de proximidade.

Ary Barroso deixou bem claro a sua intenção ao escrever seu samba *Aquarela do Brasil*

Senti, então, iluminar-me uma ideia: a de libertar o samba das tragédias da vida, do sensualismo das paixões incompreendidas, do cenário sensual já tão explorado. Revivi, com orgulho, a tradição dos painéis nacionais e lancei os primeiros acordes, vibrantes, aliás. Foi um clangor de emoções. O ritmo original, diferente, cantava na minha imaginação, destacando-se do ruído forte

da chuva, em batidas sincopadas de tamborins fantásticos. O resto veio naturalmente, música e letra. Grafei logo na pauta e no papel o samba que acabara de produzir, batizando-o de 'Aquarela do Brasil'. Senti-me outro. De dentro de minh'alma, extravasara um samba que eu há muito desejava, um samba que, em sonoridades brilhantes e fortes, desenhasse a grandeza, a exuberância da terra promissora, da gente boa, laboriosa e pacífica, povo que ama a terra em que nasceu. Esse samba divinizava, numa apoteose sonora, esse Brasil glorioso. (CABRAL, 1993, p. 179)

De fato, tais objetivos foram alcançados, a música tornou-se um hino popular capaz de descrever as belezas da terra e de sua gente, um samba que deifica o Brasil e, principalmente naquele período, persuadia seus receptores. A canção ainda é muito executada no país e em terras estrangeiras. Alguns mitos criados na época arrastam-se até os dias hodiernos, por isso sua letra nunca deixa de ser atual. A retórica bem elaborada do grande compositor o levou ao sucesso e o povo brasileiro a crer no que estava cantando.

5. *Aquarela do Brasil e suas possíveis intenções políticas*

Enquanto Ary Barroso tentava ser reconhecido por suas composições e participava de concursos musicais, acontecia no Brasil uma grande transformação política. O país acabara de sair do regime da República Velha para ingressar, em 1930, no governo provisório de Getúlio Vargas. Esperava-se que o país respirasse ares democráticos com a Constituição de 1934, mas em 1937 foi decretada a ditadura do Estado Novo, o então presidente ampliou seu poder como chefe do Executivo e mandou fechar as Assembleias Legislativas, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, os partidos e organizações civis.

Em 1939, foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que objetivava centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa; fazer a censura dos meios de comunicação; promover manifestações cívicas e festas populares, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações negativas do país, estimular atividades artísticas e composições que divulgassem uma boa imagem da nação e intervir nas que não tinham tal intenção.

A tão famosa *Aquarela do Brasil* não escapou da censura do Departamento do Estado Novo. O escritor Sérgio Cabral relata, em sua obra, que o verso “terra do samba e do pandeiro” fora vetado com a alegação de ser depreciativo. Ary teve que dirigir-se ao DIP para defender

sua canção e conseguiu fazer com que o verso fosse mantido. Apesar desse pequeno problema com o órgão do governo, levantou-se a suspeita de que o samba-exaltação do mineiro fora direcionado a ideologia do governo Vargas, ou seja, por meio da retórica de *Aquarela*, a imagem desejada pelo presidente sobre sua nação fora dissipada não só no país como também no exterior.

Ary Barroso alegou ser uma coincidência tal fato, contudo é uma realidade que o contexto influencia diretamente em todas as instâncias e produções de uma sociedade, seja para apoiar ou contrapor, principalmente em um regime governamental em que a repressão se faz presente.

Outra situação intrigante que envolve *Aquarela do Brasil* é o fato de fazer parte de uma produção que buscava convencer os telespectadores dos países latino-americanos de suas proximidades com os Estados Unidos. *Alô Amigos*, de Walt Disney, na visão de alguns historiadores, tinha por finalidade difundir a política de boa-vizinhança criada pelo governo de Roosevelt. O país norte-americano queria o apoio dos países da América Latina a suas causas e ao capitalismo, principalmente o Brasil e a Argentina que ora prestava apoio às forças do Eixo, ora aos Aliados.

Mesmo que o artista brasileiro não compactuasse com os objetivos norte-americanos ao lançar a animação *Alô, Amigos*, sua música fez parte de uma tentativa de persuadir as populações latino-americanas. *Aquarela do Brasil* fez parte de um conjunto de táticas para a adesão a ideologia norte-americana.

6. Conclusão

A análise realizada nas músicas ufanistas de Ary Barroso possibilitou a explicitação de mecanismos utilizados para obter a persuasão. Seu discurso foi construído com o objetivo de engrandecer a natureza, o povo, a música e até mesmo a miscigenação do Brasil. Independentemente de suas intenções políticas, *Aquarela do Brasil* pode ter contribuído com o desejo do presidente Getúlio Vargas em despertar o sentimento nacionalista na população brasileira e, possivelmente, a mesma canção, deu ao filme *Alô, Amigos* o poder de envolver seus telespectadores com seu sentido musical e melódico, sentido este que gera a sensação de confraternização e alegria entre as personagens. Diante de tais fatos, chega-se a conclusão que o discurso adotado por um emissor pode ser útil para incrementar a retórica de outro.

A emoção, o sentimento de pertencimento/inclusão despertados por *Aquarela do Brasil* levam seus receptores a crerem no que está sendo cantado. Ary foi capaz de acordar, ou pelo menos trazer a reflexão, o patriotismo da população brasileira durante um período em que sua identidade estava sendo resgatada e reconstruída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELIS. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

CABRAL, Sérgio. *No tempo de Ari Barroso*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1993.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FERREIRA, Alexandre Maccari. *A produção Disney em época de Segunda Guerra Mundial: cinema, história e propaganda*. São Leopoldo: Associação Nacional de História – ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

GARCIA, Afrânio. *Estratégias de persuasão*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2006.

OLINTO, Antonio. *Ary Barroso, história de uma paixão*. Rio de Janeiro: Mondrian, 2003.

O RACISMO E O XADREZ: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Cristiano da Silveira Colombo (IFES/UENF)

cristiano.colombo@gmail.com

Sergio de Arruda Moura (UENF)

Nilson Sergio Peres Stahl (UENF)

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

RESUMO

Com base na heterogeneidade e intertextualidade, princípios da análise do discurso, este trabalho tem como propósito analisar o filme brasileiro "O Xadrez das Cores", cujo tema é o racismo, metaforizado a partir de uma contenda entre uma patroa branca e uma empregada negra. A pretexto de ensinar a empregada a jogar, a patroa, solitária e convicta de sua superioridade racial, destila todos os preconceitos a partir da mera distinção das cores das peças, brancas e pretas, espelhando assim o dilema racista da sociedade. Convencionou-se o aspecto interativo do xadrez que é desenvolvido no filme como um discurso porque nele vê-se um conjunto de enunciação que produz enunciados, as regras em si do xadrez e as "regras" da vida na disputa assimétrica entre as duas protagonistas. Também é oportunidade de comprovar que a segunda grande contribuição metafórica do xadrez é possibilitar que as pessoas vejam a si mesmas no tabuleiro, funcionando como um espelho social. Metodologicamente, inseriu-se na discussão a teoria do discurso tal como desenvolvida em Maingueneau ao conceber o discurso como um posicionamento assumido entre sujeitos em interação, constituindo assim um *ethos* em conflito.

Palavras-chave: xadrez, racismo, análise do discurso, interdisciplinaridade.

1. Introdução

O filme brasileiro "O Xadrez das Cores" (MARCO, 2004) apresenta uma história entre duas mulheres, uma branca e a outra negra, que se desenvolve como um jogo de xadrez e cuja temática é a discriminação racial. Com o apoio dos conceitos da análise do discurso, este trabalho tem como propósito analisar o enredo da história, buscando extrair o me-

lhor desta obra que trata com sentimentalismo e firmeza um tema delicado que atravessa os tempos.

Na seção 2, são abordados conceitos da análise do discurso, como enunciação, enunciado, *ethos* e heterogeneidade. Na seção 3, são apresentados os conceitos básicos do xadrez e como o jogo pode ser utilizado como metáfora para representar situações da vida real. Na seção 4, é apresentado o contexto do filme, personagens principais e enredo. Na seção 5 são apresentadas as conclusões.

2. A análise do discurso

A escola francesa de análise do discurso, segundo Milanez (2009), passou por várias reformulações empreendidas por seu principal fundador, Michel Pêcheux, na França, desde 1969. A análise do discurso, que toma por objeto o discurso “no qual confluem a língua, o sujeito e a história”, segundo Gregolin (2003 *apud* MILANEZ, 2009), resumidamente, procurava compreender a produção de sentidos em uma sociedade. Neste caso, os sentidos e os efeitos de sentido, por sua vez, são:

- Históricos e sociais (teoria marxista);
- Realizados por sujeitos (teoria freudiana);
- Realizáveis por meio da materialidade da linguagem (teoria saussuriana).

Isso significa que podemos apreender o discurso através dos meios que o materializam, que lhe atribuem uma forma material. Por essas e outras razões, a análise do discurso se constitui como um lugar de enfrentamentos teóricos, um campo de entremeio e vizinhanças constitutivas.

2.1. A enunciação e o enunciado

Não há como desprezar o caráter discursivo de que se reveste uma partida de xadrez. O confronto entre dois sujeitos se instala como discurso uma vez que, a cada lance, um jogador provoca o outro a uma resposta à maneira mesmo de uma troca de turno durante uma conversação. Dessa forma, a interação é alimentada a cada jogada e o discurso vai se constituindo a partir de sujeitos estabelecidos, sendo a partida em si um enunciado, e a disputa, o confronto, o lugar em que o contexto se instala, a enunciação.

A análise do discurso, para Maingueneau (1998, p. 33), relaciona os enunciados com seus contextos. Ela se esforça a apreender o discurso como uma atividade inseparável desse “contexto”. Os fatores que levamos em conta no contexto dependem amplamente da problemática que desenvolvemos. Há, no entanto, um núcleo de constituintes que fazem unanimidade: os participantes do discurso, seu quadro espaço-temporal e seu objetivo. No que diz respeito aos participantes, faz-se uma distinção entre os indivíduos social ou biologicamente descritíveis e os papéis que eles desempenham no discurso. Ainda segundo Maingueneau (1998, p. 34), para o quadro espaço-temporal distingue-se entre o quadro empírico e o quadro institucional associado ao gênero do discurso. Já o objetivo que os participantes do discurso estabelecem depende do gênero de discurso. O contexto não é um dispositivo que um observador exterior poderia apreender, pois ele deve ser considerado através das representações que os participantes fazem para si.

A enunciação é classicamente definida como a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização, de acordo com Maingueneau (1998, p. 52). Ela opõe-se ao enunciado como o ato distingue-se de seu produto. A enunciação não deve ser concebida como a apropriação, por um indivíduo, do sistema da língua. Ou seja, o sujeito só acede à enunciação através das limitações múltiplas dos gêneros de discurso. A enunciação não repousa sobre um único enunciator, pois a interação é preponderante. O indivíduo que fala não é necessariamente a instância que se encarrega da enunciação. O enunciado apenas se refere ao mundo refletindo o ato de enunciação que o encerra. Desta forma as pessoas e o tempo do enunciado são assinalados com relação a essa situação de enunciação. Na visão de Maingueneau (1998, p. 53), a enunciação constitui o pivô da relação entre a língua e o mundo: ela permite representar no enunciado os fatos, mas ela constitui em si um fato, um acontecimento único, definido no tempo e no espaço.

O enunciado, segundo Maingueneau (1998, p. 54), designa o produto do ato de enunciação. Do ponto de vista sintático, opõe-se frequentemente enunciado e frase, considerando-se a frase como um tipo de enunciado. O enunciado aqui é definido como a unidade de comunicação elementar, uma sequência verbal dotada de sentido e sintaticamente completa. Outros linguistas, colocando-se numa perspectiva enunciativa, veem na frase uma estrutura fora do emprego que corresponde a uma infinidade de enunciados segundo a infinita variedade de contextos particulares. Em nível superior, enunciado é frequentemente considerado como

um equivalente de texto, ou seja, como uma sequência verbal relacionada com a intenção de um mesmo enunciador e que forma um todo dependente de um gênero de discurso determinado, como um boletim meteorológico, um romance, um artigo de jornal etc.

2.2. Universo, campo e espaço discursivos

Segundo Maingueneau (1997), entende-se por “universo discursivo” o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura. Este conjunto é necessariamente finito, mas irrepresentável, jamais concebível em sua totalidade pela análise do discurso. Quando uma tal noção é utilizada, é essencialmente para aí recortar os “campos discursivos”.

O “campo discursivo” é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região, de acordo com Maingueneau (1997.). O recorte de tais campos deve decorrer de hipóteses explícitas e não de uma partição espontânea do universo discursivo. Certamente, a tradição legou um certo número de etiquetas tais como, campos discursivos religioso, político e literário. Porém, estas grades extremamente grosseiras, de pouco interesse para a análise do discurso, que é obrigada a considerar múltiplos parâmetros para construir campos pertinentes.

O “espaço discursivo”, para Maingueneau (1997), enfim, delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Este é, pois, definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa. Não é por simples comodidade que determinados subconjuntos são recortados porque seria difícil apreender um campo discursivo em sua totalidade. Mas também e sobretudo porque uma formação discursiva dada não se opõe de forma semelhante a todas as outras que partilham seu campo: certas oposições são fundamentais, outras não desempenham diretamente um papel essencial na constituição e preservação da formação discursiva considerada.

2.3. O *ethos*

A palavra grega *ethos*, designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso, segundo Charaudeau (2004). É usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação. O *ethos* são os costumes e os traços comportamentais que distinguem um povo. Os gregos também usaram essa palavra para se referir à influência da música nas emoções dos ouvintes, nos seus comportamentos e até mesmo na sua conduta. O *ethos* também exprime o conjunto de valores característicos de um movimento cultural ou de uma obra de arte. Além disso, pode ainda designar as características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento de uma determinada pessoa ou cultura. O *ethos* se refere ao espírito motivador das ideias e costumes.

Na retórica, o *ethos* é um dos modos de persuasão ou componentes de um argumento, caracterizados por Aristóteles. O *ethos* é a componente moral, o caráter ou autoridade do orador para influenciar o público. Os outros componentes são o *logos* (uso do raciocínio, da razão) e o *pathos* (uso da emoção) (CHARAUDEAU, 2004).

Segundo Maingueneau (2006), nos anos 80, Oswald Ducrot propôs uma caracterização pragmática do *ethos* por meio da distinção entre “locutor-L” (o enunciador) e “locutor-lambda” (o locutor como ser do mundo), distinção que recobre a dos pragmáticos entre mostrar e dizer: o *ethos* se mostra no ato da enunciação, mas não se diz no enunciado. Ele permanece por natureza no segundo plano da enunciação; deve ser percebido, mas não ser o objeto do discurso.

Com base na retórica de Aristóteles, o *ethos*, de acordo com Maingueneau (2006):

- está intrinsecamente ligado a um processo interativo de influência sobre o outro, como ocorre na relação entre duas pessoas durante uma partida de xadrez;
- é uma noção intrinsecamente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela mesma integrada a uma dada conjuntura sócio-histórica.

O *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, mas não podemos ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo de ele começar a falar. Neste caso, a partir

das reflexões construídas por Maingueneau (2006), pode-se entender que o *ethos* permanece em segundo plano de modo a se mostrar no ato da enunciação, mas sem se dizer no enunciado.

No *ethos*, segundo Ducrot (1984, *apud* MAINGUENEAU 1998) é o locutor enquanto tal que interessa, o personagem que fala, não o indivíduo considerado independentemente de sua enunciação. Já para Maingueneau (1998) todo discurso, oral ou escrito, supõe um *ethos*: implica uma certa representação do corpo de seu responsável, do enunciador que se responsabiliza por ele. Sua fala participa de um comportamento global, ou seja, uma maneira de se mover, de se vestir, de entrar em relação com o outro etc. Atribuímos a ele, dessa forma, um caráter, um conjunto de traços psicológicos (jovial, severo, simpático) e uma corporalidade (um conjunto de traços físicos e indumentários). Caráter e corporalidade são inseparáveis, apoiam-se em estereótipos valorizados ou desvalorizados na coletividade, em que se produz a enunciação.

2.4. Heterogeneidade

Para Maingueneau (1997), as formações discursivas não possuem duas dimensões, por um lado, sua relação com elas mesmas, por outro, sua relação com o exterior. Mas é preciso pensar, desde o início, a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente, exterior. Neste contexto, encontramos a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva. A primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir da diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a análise do discurso pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva.

Os múltiplos fenômenos dependentes da “heterogeneidade mostrada” vão bem além da noção tradicional de citação e mesmo daquela, mais linguística, de discurso relatado, ou seja, direto, indireto e indireto livre. O levantamento exaustivo e a classificação das marcas de heterogeneidade representam uma tarefa perigosa, talvez impossível, de acordo com Maingueneau (1997). Assim, vamos nos contentar em agrupar, de forma empírica, um conjunto de mecanismos, cujo destaque parece-nos ser de utilidade para as análises de discurso.

Como exemplo, vejamos o fenômeno da ironia, descrito por Maingueneau (1997). Se o discurso indireto livre institui um jogo na fronteira entre discurso citado e discurso que cita, a ironia subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor. Enquanto a negação pura e simplesmente rejeita um enunciado, utilizando um operador explícito, a ironia possui a propriedade de poder rejeitar, sem passar por um operador desta natureza. O “locutor” coloca em cena um “enunciador” que adota uma posição absurda e cuja alocação não pode assumir: esse distanciamento é marcado por diferentes índices tais como os linguísticos, os gestuais e os situacionais.

Desta forma, pode-se compreender as dificuldades colocadas pela transcrição da ironia, pois não é possível recorrer à entonação ou à mímica para desvendá-la. Torna-se obrigatória, então, a diversificação dos meios utilizados: caráter hiperbólico do enunciado, explicitação de uma entonação (“diz ele ironicamente”), aspas, ponto de exclamação, reticências. Na ausência destes índices, resta apenas confiar no contexto para nele recuperar elementos contraditórios.

A ironia é um fenômeno sutil, passível de análises divergentes e cuja extensão é difícil de circunscrever, por menos que nos afastemos de exemplos simples. É conveniente, ainda segundo Maingueneau (1997), jamais perder de vista que a ironia é um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica, desinteressada.

3. O xadrez

Segundo Tirado & Silva (1995), o xadrez pode ser praticado por pessoas de qualquer idade. Um enxadrista (jogador de xadrez) pode começar a jogar quando garoto e seguir jogando até o fim da vida. Outro ponto importante é que o xadrez não requer muitos equipamentos para sua prática. Um jogo de peças e tabuleiro é suficiente.

A sua invenção já foi atribuída a chineses, egípcios, persas, árabes e, quem diria a Aristóteles e ao rei Salomão. Porém a história não confirma tais lendas. Ao que tudo indica, o xadrez surgiu no norte da Índia, durante os séculos V e VI da era cristã. Nessa época não se chamava xadrez nem tinha a forma que conhecemos hoje. Evoluiu a partir de um jogo indiano chamado *chaturanga*, em que quatro jogadores moviam suas peças de acordo com o resultado de um dado arremessado. Os movimentos das peças não eram todos iguais aos do xadrez. Com o advento da

Renascença, o jogo de xadrez sofre as alterações definitivas, transformando-se em um jogo mais ágil. Novos poderes foram dados a algumas peças (dama, bispo, peões), nascendo assim, o xadrez moderno (TIRADO & SILVA, 1995).

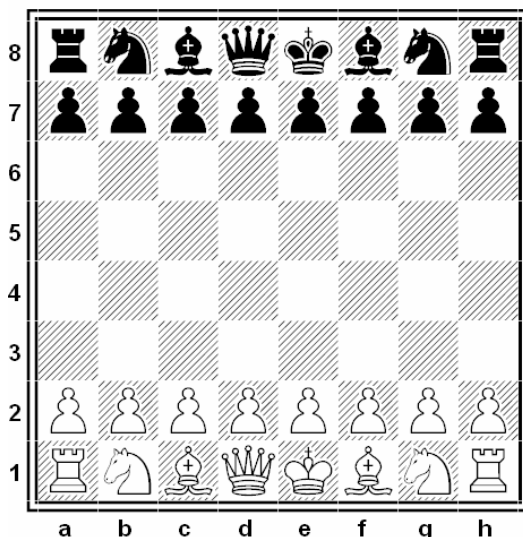


Fig. 1: O tabuleiro e as peças de xadrez.

O xadrez é um jogo praticado em um tabuleiro de 64 casas (8 x 8), de cores alternadas, claras e escuras, como apresentado na **Fig. 1**. O posicionamento correto do tabuleiro indica que a casa à direita do jogador deve ser de cor clara. Todas as casas do tabuleiro possuem uma denominação específica que é dada pelo encontro de uma fila com uma coluna. As colunas recebem letras de a até h e as filas são numeradas de 1 a 8 (TIRADO & SILVA, 1995).

Cada jogador inicia a partida com 16 peças. As brancas estão situadas nas duas primeiras filas (1 e 2) e as pretas nas duas últimas filas (7 e 8). Cada jogador inicia a partida com 8 peões, 1 rei, 1 dama, 2 bispos, 2 cavalos e 2 torres, dispostos em suas posições iniciais, como mostra a **Fig. 1**.

As peças possuem movimentos distintos e a maioria realiza a captura, ou seja, a retirada de uma peça adversária do tabuleiro, da mesma forma que se movimenta. O objetivo do xadrez é aplicar o “xeque-mate”, ou simplesmente “mate”. É o momento no qual o rei está em xeque e não

existem casas para ele ocupar que não estejam ameaçadas. Para um estudo detalhado das regras do xadrez recomenda-se a leitura de Rezende (2002). Outra sugestão é Tirado & Silva (1995), que possui uma versão eletrônica disponível em http://www.wilsondasilva.com.br/clube_xadrez/aulas/basico/meu_primeiro_livro_de_xadrez.pdf.

Segundo Becker (2002), na partida de xadrez costuma-se distinguir três fases sucessivas: a abertura, o meio-jogo e o final, cujos limites não são absolutamente precisos. Não é possível, nem é necessário, delimitar com rigorosa exatidão o começo e o fim de cada uma dessas fases. Ainda, segundo Becker (2002) está claro que uma partida pode terminar logo na abertura se o mate sobrevier nos primeiros lances ou se por ter cometido um erro grosseiro ou por achar evidente a derrota, um dos jogadores abandonar. Há mestres que impugnam a existência dessas três fases. Mas, apesar de suas falhas, a divisão é cômoda para o estudo sistematizado do xadrez.

3.1. O xadrez como metáfora para a vida

O xadrez é um dos jogos mais antigos da humanidade e, de acordo com Shenk (2008), atravessou quase 15 séculos e culturas tão díspares quanto a antiga Índia, a Europa medieval, a União Soviética e o Ocidente capitalista. Sua história está tão intimamente relacionada com a da civilização humana que estudá-la é entender melhor o próprio homem.

Desde a invenção do jogo em algum ponto da Índia até a entusiástica adoção pelos persas e a divulgação pelos guerreiros islâmicos, é possível passar pelo notável uso do xadrez como guia moral na Idade Média, sua utilização política no Iluminismo, sua importância crucial no nascimento da ciência cognitiva e o papel-chave que desempenhou na estética do modernismo, como relata Shenk (2008). Hoje, alguns neurocientistas defendem que ele é capaz de alterar a estrutura do cérebro humano, e escolas o adotam como método para estimular o raciocínio lógico e o pensamento competitivo.

Mas como o xadrez foi utilizado como veículo de comparações e metáforas? Um exemplo interessante e certamente pouco conhecido é relatado por Shenk (2008). Por volta de 1300, o monge da basílica de São Domingos em Gênova, Jacobus de Cessolis, escreveu um manuscrito sobre o xadrez em latim, considerado a obra da época medieval tão copiada e popular quanto a própria Bíblia. O título traduzido da obra é “O livro

da moral dos homens e dos deveres dos nobres e dos comuns – ou Sobre o jogo de xadrez”. Cessolis escreveu algo muito mais importante que um simples jogo de tabuleiro. A obra era uma coletânea de sermões sobre a forma como cada pessoa deve agir na sociedade, demonstrando a preocupação do autor em esclarecer e refinar as normas sociais.

No xadrez, Cessolis encontrou um modelo, uma literal miniaturização da sociedade medieval. Cada peça do jogo podia ser relacionada com uma distinta posição social – a começar pela óbvia relação do rei, da dama e do cavalo. As torres representavam, nesse esquema, os emissários do rei. Para cada um dos oito peões, Cessolis designava uma diferente profissão na classe dos camponeses: lavradores da terra; trabalhadores com metais; alfaiates e notários; mercadores e cambistas; médicos e farmacêuticos; trabalhadores em tabernas e hotéis; guardas da cidade; mensageiros. A obra de Cessolis é criada no berço do século XII, que presenciava a “primeira Renascença”, momento no qual ocorria uma nova consciência política na classe da nobreza, grande aumento na alfabetização e a criação das grandes universidades do norte da Europa.

Antes disso, no relato de Shenk (2008), a metáfora predominante para o Estado era o corpo humano, que representava os tipos de pessoas como subordinadas ao corpo como um todo. Ou seja, se a cabeça (o rei) decidisse que o corpo devia caminhar, os pés teriam de acompanhá-la. Em contrapartida, a alegoria do xadrez imagina os súditos como possuindo corpos independentes, sob a forma de peças, ligadas ao Estado por regras, e não pela biologia. Se o rei do xadrez avançar, os peões não serão obrigados a fazer a mesma coisa. Naturalmente, ainda segundo Shenk (2008), essa nova consciência não alterou a divisão fundamental de classes entre uma diminuta minoria de nobres e a maioria de servos. Porém, efetivamente mudou a forma como essas divisões eram mantidas.

A metáfora do xadrez de Cessolis modelou com perfeição esta dinâmica de mudança, pois

Um cavaleiro, ao jogar, não pode mover-se para qualquer parte, mas deve agir segundo sua movimentação legal. Não fazer isso colocará tanto o seu próprio corpo quanto a sua comunidade em risco. Tampouco o fracasso ficará escondido, mas será exposto sobre o tabuleiro diante de todos... Se uma pessoa pode ver o seu próprio ‘eu’ no tabuleiro, outros jogadores poderão ver os próprios também. (SHENK, 2008.)

Possibilitar que as pessoas vissem a si mesmas no tabuleiro tornar-se-ia a segunda grande contribuição metafórica do xadrez, ao longo

de séculos, seguindo-se à capacidade do jogo de demonstrar imensa complexidade.

4. O xadrez das cores

O filme “O Xadrez das Cores” (MARCO, 2004.) é uma ficção com 22 minutos de duração, produzido em 2004 e dirigido por Marco Schiavon. Conta no elenco com Anselmo Vasconcellos (o sobrinho), Zezeh Barbosa (Cida) e Mirian Pyres (Maria). Uma versão completa é encontrada em <http://www.youtube.com/watch?v=NavkKM7w-cc>

A história narra a convivência entre duas mulheres, uma branca e outra negra, nossos locutores principais. Maria é viúva, idosa, sem filhos, doente e solitária. Cida é uma jovem negra, habitante em uma comunidade muito pobre. Maria contrata Cida para ser sua empregada e, apesar da eficiência e da honestidade da funcionária, Maria a trata com palavras ofensivas e preconceituosas. A satisfação de Maria era humilhar Cida pelo simples fato dela ser negra, afinal, na visão da patroa, os negros são seres nascidos para servir os brancos (raça superior).

Uma das poucas diversões de Maria era jogar xadrez. Mesmo não tendo com quem jogar ficava manuseando as peças. Curiosa, Cida observava a atitude da patroa e certo dia pediu-lhe que ensinasse o jogo. Maria ensinou as regras para Cida, porém, a patroa usava o jogo para discriminar a empregada. Durante as partidas, ela só ficava com as peças brancas, enquanto Cida jogava somente com as peças negras. Por ter um domínio maior das regras, Maria sempre ganhava. Não satisfeita com as vitórias, com risos sarcásticos, sempre que capturava uma peça retirava-a do tabuleiro jogando-a lixo. Era uma forma de humilhar Cida indicando a inferioridade dos negros, representados pelas peças negras.

Triste com a atitude de Maria, Cida compra um jogo e um livro de xadrez. Enquanto estudava em casa, com o intuito de vencer a patroa, reparou que as crianças da comunidade onde morava brincavam com temas violentos. O mais comum era se separarem em dois grupos: um de policiais e outro de ladrões. Ou seja, a temática das brincadeiras não era educativa. Neste contexto, Cida busca no xadrez uma alternativa para que as crianças tivessem uma diversão menos violenta, evitando trilhar o mesmo caminho de seu filho, que foi assassinado. Cida leva o tabuleiro para o local onde as crianças brincavam e, em pouco tempo, elas se interessam

pelo jogo. Logo, ela percebe como a prática do jogo tornou as crianças mais calmas, concentradas e socializáveis.

Importante destacar que, apesar do conflito entre Maria e Cida, elas possuem um ponto comum: a violência. Maria foi obrigada pelo marido a abortar o seu filho, enquanto Cida teve o seu filho morto em decorrência do crime.

Desmotivada pelas seguidas humilhações, Cida pede demissão do trabalho. O sobrinho de Maria contrata outra empregada, uma mulher branca. Porém, a nova empregada não cuidava de Maria com o mesmo zelo que Cida. Com isto, Maria percebe a falta que a “negrinha” fazia e dispensou a empregada branca. Ela então pede ao sobrinho que procure Cida e tente contratá-la novamente. Esta, por sua vez resiste inicialmente, mas volta ao antigo emprego, mas com outro pensamento e visão da vida. Ela havia aprendido a lição! Tornara-se uma cidadã consciente de seus direitos e deveres, ou seja, sua posição no tabuleiro da vida. Ao retornar, elas iniciam uma partida de xadrez, mas com Maria jogando com as negras e Cida com as brancas. A princípio, Maria reluta, mas cede pois reconhece em Cida valores que anteriormente não percebia nos negros, pois o véu do racismo não permitia. Por fim, as duas se tornam amigas.

5. Conclusões

Percebe-se na ficção dois *ethos* cotidianos que se apresentam como forças contrárias: o rico e o pobre; o branco e o negro; a patroa e a empregada, ou seja, que compõem a nossa enunciação, nosso universo discursivo. Além disso, temos uma outra problemática que se refere ao idoso sem filhos e poucos familiares muitas vezes relegados aos ambientes sem qualquer contato com parentes ou amigos. Em contrapartida, temos o trabalhador que é marginalizado pela “classe dominante”.

Maria vive sozinha e depende do sobrinho que viaja a trabalho. O sobrinho contrata Cida, uma empregada que causa receio em Maria por causa de sua cor de pele. A relação diária entre as duas é recheada de comentários racistas feitos pela aposentada contra a empregada, promovendo o enunciado irônico, caracterizado principalmente pelo termo “negrinha”. Cida mora sozinha, em região pobre e perigosa, na casa onde teve o filho morto por um tiro. Apesar da relação contrária existente, ambas possuem em comum a força e a determinação. Maria insiste em oprimir e Cida aceita a situação por causa da necessidade do emprego,

mas utiliza-se do tabuleiro do xadrez para conhecer sua oponente. Não se satisfaz com suas derrotas. Apesar de ver suas peças negras sendo jogadas no lixo prazerosamente por sua patroa, estuda a adversária, busca um conhecimento que não tem. Temos a nossa enunciação, o nosso universo discursivo.

Maria joga xadrez sozinha e num certo dia Cida pergunta que jogo era aquele. Cida diz que é um jogo de brancos. Porém, ela ensina Cida a jogar xadrez, destacando que os brancos sempre têm que estar à frente dos negros. Durante as partidas, Maria aproveitava o desconhecimento de Cida para humilhá-la jogando cada peça negra capturada no lixo. Com isso, na sua visão, indica que tais peças eram dispensáveis demonstrando o seu desprezo pelos negros. Com seu esforço no estudo, Cida consegue uma vitória. Neste contexto, temos o nosso campo discursivo.

Como espaço discursivo, destacamos que Maria usa o xadrez como instrumento para reafirmar seus princípios racistas. Se interessa em ensinar Cida o jogo para se divertir e, no seu modo de pensar, colocar a “negrinha” no seu devido lugar. Cida, por outro lado, decide ensinar xadrez para as crianças da região onde mora. As crianças que antes brincavam de assaltos e assassinatos começam a praticar o jogo, tornando-se mais calmas, concentradas e socializáveis. Temos aqui o tabuleiro de xadrez como o ponto em comum nestes espaços.

Encontramos neste trabalho uma prova que situações do mundo real podem ser analisadas no contexto de um tabuleiro de xadrez, mesmo tendo como pilar temas tão controversos como o racismo. Não obstante, com os princípios da análise do discurso, temos a oportunidade de analisar tais fatos sob um enfoque mais científico, numa abordagem interdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Idel. *Manual de xadrez*. São Paulo: Nobel, 2002.
- CHARAUDEAU, Parick; Maingueneau, Dominique. *Dicionário da análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCO SHIAVON. *O xadrez das cores*. Direção: Marco Shiavon. Fotografia: Gilberto Otero. Roteiro: Marco Shiavon. Direção de arte: Irene Black. Edição de som: Mariana Barsted. Câmera: Gilberto Otero. Direção de produção: Claudia Couto. Elenco: Anselmo Vasconcellos, Mirian Pyres, Zezeh Barbosa. Produção e distribuição Midmix Entretenimento: Brasil. 2004.

MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaína de Jesus. *Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares*. São Carlos: Claraluz, 2009.

REZENDE, Sylvio. *Xadrez na escola: uma abordagem didática para principiantes*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2002.

SHENK, David. *O jogo imortal: O que o xadrez nos revela sobre a guerra, a arte, a ciência e o cérebro humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

TIRADO, Augusto C. S. B.; SILVA, Wilson da. *Meu primeiro livro de xadrez: curso para escolares*. Curitiba: Expoente, 1995.

**PROCEDIMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO:
A CRIAÇÃO DO ESPAÇO COMUM
PARTILHADO PELOS INTERLOCUTORES.**

Paulo de Tarso Galembeck (UEL)
ptgal@uel.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns procedimentos de contextualização ou criação do espaço comum partilhado pelos interlocutores, em matérias publicadas em edições recentes de revistas semanais. O trabalho é constituído por duas partes: na primeira, expõe-se a evolução da noção de contexto, à luz da trajetória da linguística textual; na segunda, apresentam-se alguns exemplos representativos de processos de contextualização.

Palavras-chave: Contextualização. Espaço comum partilhado. Linguística textual.

1. A evolução do conceito de contexto

No decurso dos estudos do texto, verificou-se a evolução nos sentidos de texto e contexto, correspondente às etapas sucessivas do desenvolvimento das teorias do texto.

A primeira fase dessa evolução são as análises transfrásticas, que consideram o texto unicamente uma sequência de enunciados bem formados e concatenados entre si. Nesse período, valorizaram-se, sobretudo, a estrutura textual (as partes do texto), os elementos que retomam o já mencionado (correferência ou anáfora) e a conexão entre as frases e as partes do texto (sequenciação). Outros temas recorrentes nos trabalhos dessas que são o emprego dos artigos definidos e indefinidos (correspondente ao binômio dado/novo) e a correlação dos tempos verbais.

Nessa primeira fase, adotava-se para o estudo do texto, o método ascendente (da frase para o texto) e o texto ainda não é considerado uma

unidade dotada de sentido. Por esse motivo, a noção de contexto é limitada, e corresponde àquilo que posteriormente foi designada por *co-texto*, ou seja, a série de enunciados anteriores ou posteriores em relação a um enunciado ou a um dado termo.

A segunda fase da trajetória dos estudos do texto consiste nas gramáticas do texto, desenvolvidas principalmente (mas não exclusivamente) por autores de formação gerativa. Esses autores consideravam o texto uma unidade superior a sentença e, assim, tinham por objetivo construir gramáticas textuais paralelas às gramáticas da frase, a partir de uma estrutura de base e regras de transformação.

O pressuposto básico das gramáticas de texto é o fato de que as falantes de uma dada língua possuem uma competência textual análoga à competência frasal estabelecida por Chomsky. Essa competência permitiria ao falante: a) diferenciar entre textos e simples sequências de enunciados; b) distinguir textos completos e textos incompletos; c) efetuar operações variadas em relação aos textos: resumo, paráfrase, atribuição de um título.

Outro postulado das gramáticas de texto é a consideração de que o texto constitui o signo lingüístico primário e é uma entidade autônoma e a unidade hierarquicamente mais elevada. Com base nessas considerações, abandonou-se o método ascendente (da frase para o texto), e passou-se a tratar as partes do texto como signos primários. E se o texto é a unidade mais elevada, a segmentação e a classificação das partes só poderá ser efetuada em função da unidade maior. Cabe lembrar, a esse respeito, que o texto constitui uma unidade significativa em si, e não uma cadeia de elementos significativos justapostos.

No segundo momento dessa trajetória, o texto é definido como a estrutura mais elevada e possui uma macroestrutura temático-semântica global. Essa macroestrutura abrange o componente semântico, o uso, as interpretações extensionais do mundo e a inserção do texto no contexto. Nesse caso, pode-se admitir que o contexto flui do próprio texto, que é inserido numa dada situação comunicativa. Para as gramáticas de texto, o contexto consiste na situação imediata de comunicação.

Depois de os estudiosos terem-se dedicado à elaboração de um modelo gerativo do texto, ocorreu um novo movimento, que foi denominado por Koch (2004, p. 133) a *virada pragmática*. Nesse momento, o foco passou a ser o uso da língua em situações específicas e, a partir dele, o estudo das conexões entre o texto e o contexto comunicativo e situacional.

onal. Nesse estudo, o ponto de partida é sempre o texto, encarado como processo comunicativo central, e elemento básico do jogo de atuação comunicativa.

Segundo a perspectiva pragmática, a língua deixa de ser considerada um sistema autônomo de signos denotativos, mas uma forma de ação e atuação sobre o outro. As ações verbais são finalisticamente orientadas e originam-se a partir de um plano ou estratégia de ação, de modo que o texto passa a abranger, ao lado do componente sintático-semântico, os fatores pragmáticos e contextuais.

A incorporação dos fatores pragmáticos e contextuais trouxe, por tabela, uma nova orientação nos estudos do texto, abordagem procedimental. Segundo essa orientação, toda ação resulta de processos cognitivos, pois quem age (mesmo que se trate de uma ação elementar) sempre parte de modelos mentais de operações e de seus tipos. No caso da produção textual (atividade cognitiva complexa), ocorre a ativação simultânea de múltiplos saberes representados na memória e que necessitam ser ativados para que a operação seja bem sucedida. Heinemann e Viehweger (1991) mencionam quatro sistemas que contribuem para o processamento textual: o linguístico (léxico e gramatical), o enciclopédico (conhecimento de mundo), o sociointeracional (a língua como forma de ação), o textual (acerca de estruturas ou modelos textuais). Essas esferas de conhecimento atuam conjuntamente e conciliam as características dos usuários da língua e o respectivo conhecimento do mundo com as normas de atuação social e as características dos tipos e gêneros textuais.

Foi exatamente a preocupação com a atividade que encaminhou os pesquisadores à etapa mais recente do desenvolvimento dos estudos do texto: a perspectiva sociointeracionista e cognitiva. Nessa nova vertente, rompe-se a barreira entre os fenômenos internos à mente e aqueles a ela externas, numa visão extensional que coloca em pé de igualdade os processos cognitivos que acontecem nos indivíduos e aqueles que ocorrem no mundo e na sociedade, sempre em face de outros seres humanos. Aliás, nenhuma ação (nem mesmo as mais elementares) constitui ações isoladas, pois todas elas resultam da interação das várias ações.

A cognição passa a ser considerada um fenômeno situado e atividade linguística (considerada a partir da perspectiva interacional) constitui uma forma de realizar ações conjuntas e compartilhar conhecimentos. Essas ações, mais que ações individuais de sujeitos autônomos, “são ações conjuntas, já que usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma

ação em que ela é o próprio lugar em que a ação acontece necessariamente em coordenação com os outros” (KOCH, 2004, p. 31).

Nessa fase da trajetória dos estudos do texto, ampliam-se as noções de texto e contexto. O texto é visto como um processo dinâmico de atuação sobre o outro e criação de sentidos, e em sua [do texto] elaboração convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas. Acompanhando o alargamento do sentido do texto, o contexto passa ser considerado o entorno sócio-histórico-cultural partilhado (ainda que parcialmente) pelos membros de uma dada comunidade. O contexto é também a própria interação na qual os sujeitos históricos e sociais estão engajados.

Veja-se o esquema a seguir:

	Texto	Contexto
1. Análises transfrásticas.	1. Série de enunciados bem formados e ligados entre si.	1. Cotexto: série de enunciados anteriores ou posteriores a uma dada palavra ou frase.
2. Gramáticas de texto.	2. Unidade linguística mais elevada, dotada de sentido e gerada a partir da competência do falante.	2. Situação enunciativa.
3. Linguística textual/teorias do texto.	3. Processo dinâmico de atuação sobre o outro, resultante de ações linguísticas, cognitivas e sociais.	3. Entorno sócio- histórico-social comum aos membros de uma comunidade; a própria interação.

2. *Procedimentos de contextualização*

São explicitados a seguir os procedimentos mais frequentes de contextualização, para que se compreenda como ocorre a formação do contexto comum partilhado pelos interlocutores.

2.1. *Contextualização associada à introdução dos textos*

Em alguns casos, verifica-se que o autor revela a preocupação em situar o assunto já no início do texto. Esse procedimento tem a finalidade de conduzir o leitor ao assunto tratado e apresentar o modo como ele [o assunto] será considerado. Esse procedimento pode assumir várias feições:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- a) *Apresentação de acontecimentos atuais ou passados, para situar o assunto tratado.*

Neste texto, o primeiro parágrafo introduz o assunto (a inadimplência da Argentina), por meio de alusões às crises anteriores e à situação atual. O leitor, assim, pode compreender a dificuldade em efetuar o pagamento, por causa da existência de credores internacionais que não aderiram à renegociação. Essa é a informação inicial, à qual se somam outras informações a respeito do processo judicial que está a travar a solução do problema. Trata-se, pois, de uma ancoragem absolutamente necessária à compreensão do assunto da matéria.

Ex. (01):

Rumo ao Calote:

Sem acordo com credores, a Argentina está a um passo da oitava moratória internacional de sua longa história de calotes. Quem sofre mais, como sempre, é o povo pobre.

O plano argentino de retornar ao mercado internacional de crédito está prestes a naufragar. Nesta quarta-feira, 30, vence o prazo já prorrogado para o pagamento de uma parcela de sua dívida com credores que aceitaram os termos da renegociação de 2005 e 2010 – ainda uma herança da crise de 2001, quando o país, mergulhado no caos financeiro, chegou a ser governado por cinco presidentes num espaço de duas semanas. Se não pagar o devido, a Argentina dará mais um calote, o oitavo de sua história. Não que o governo de Cristina Kirchner, desta vez, não tenha dinheiro (ainda que ele esteja contado): está impossibilitado de fazer o pagamento, a não ser que consiga um acordo com os credores que não aderiram à renegociação, segundo ordenou o juiz americano Thomas Griesa.

A imensa maioria dos credores argentinos (93%) aceitou os termos da renegociação, o que representou uma perda superior a 70% nos valores originais. Outros investidores, entretanto, decidiram recorrer à Justiça americana para reaver os valores integrais. Depois de anos de disputa, o processo movido por fundos de investidores chegou a um desfecho no mês passado. De acordo com Griesa, a Argentina deve pagar os valores na íntegra, sem o desconto acertado na renegociação. Os vitoriosos são fundos especializados em comprar papéis extremamente desvalorizados, na bacia das almas, com a estratégia de faturar alto mais adiante. São os chamados “fundos abutres”. É o caso do NML Capital, do bilionário investidor americano Paul Singer. (Veja, 30/7/14)

Veja-se também o texto a seguir:

Ex. (02):

O bom e o mau humor:

Quando tudo ia bem na Copa e com a seleção, Dilma capitalizou o momento a favor – e deu certo. Agora ela tenta se isolar do azedume geral provocado pelos 7 a 1 no Mineirão. Vai dar certo?

Foi a maior goleada registrada em uma semifinal em vinte edições de Copa do Mundo. Foi a maior derrota sofrida pela seleção brasileira, a única pentacampeã mundial, em seus 100 anos de história. Fora de campo, foi o mais duro golpe no plano de Dilma Rousseff de transformar a competição numa importante bandeira da campanha à reeleição. Com a divulgação de dados negativos na economia, como a previsão de nova goleada da inflação (6% ao ano) sobre o crescimento econômico (1% ao ano), a presidente apostava na satisfação com a Copa e no sucesso do Brasil no torneio para neutralizar o clima de mau humor reinante na população e crescer nas pesquisas de intenção de voto. Durante três semanas, esse plano deu certo. A aprovação à organização do evento e à mandatária subiu, assim como o otimismo no Palácio do Planalto. Assessores presidenciais já vislumbravam Dilma, no Maracanã, entregando o troféu do hexa ao capitão Thiago Silva. Seria o prenúncio da coroação nas urnas. Faltou combinar com os alemães. Ao vencer por 7 a 1, eles impuseram uma sensação de ressaca aos brasileiros, reduziram a euforia com a Copa e atrapalharam o projeto de poder do PT, revertendo uma sonhada perspectiva de lucro num temor real de prejuízo eleitoral.

Encomendada pelo governo, uma pesquisa telefônica realizada nas 24 horas seguintes à eliminação do Brasil dá uma idéia do potencial de dano na popularidade de Dilma. O número de entrevistados que concordam que o Brasil “sabe organizar um evento” ou “é um país importante para o mundo” caiu 7 pontos percentuais. Ou seja, cada gol marcado por Müller, Kroos e companhia reduziu em 1 ponto percentual a avaliação positiva que beneficiava o governo. A queda foi um pouco mais acentuada quando os entrevistados responderam sobre o “orgulho de ser brasileiro” e se esta é “a mais alegre das Copas”. Nesses casos, a redução foi de 8 e 9 pontos, respectivamente. “Embora a Copa não tenha terminado, creio que o resultado respingará, sim, na presidente. Seu envolvimento com a seleção foi um exagero de marketing. Dilma tem um perfil burocrata, nunca se mostrou interessada em futebol”, diz o filósofo Roberto Romano. “Associar sua imagem à Copa foi algo nitidamente feito com objetivo eleitoral. Quanto ao PT, o partido imaginava que o hexa acobertaria os problemas na economia, mas não considerou que alegrias como essa são um analgésico de curta duração”, acrescenta. (*Veja*, 16/7/14)

No texto anterior, associa-se a contundente vitória alemã sobre a seleção brasileira a alguns dados negativos na esfera econômica à queda na popularidade da “presidenta” Dilma. É uma forma eficaz de introduzir os dados, uma vez que a matéria foi publicada logo após o encerramento da Copa. Além disso, a alusão a dados negativos também contribui para criar a atmosfera que anuncia um segundo semestre pouco alvissareiro.

b) *Menção a exemplos*

Ex. (03):

No exemplo a seguir, empregam-se dois exemplos para introduzir a força do futebol alemão e o surgimento do novo nacionalismo alemão:

No quente verão da capital alemã, oitenta crianças entre 9 e 13 anos aproveitam as férias escolares para jogar futebol. Passam sete horas por dia com a bola em aulas de passe, drible e chute a gol. A atividade, que acontece em uma pequena escolinha de futebol, tem lista de espera e é apoiada pela Associação Alemã de Futebol (DFB, na sigla em alemão), o equivalente à Confederação Brasileira de Futebol. “No passado, os meninos que treinavam aqui vestiam o uniforme da seleção brasileira e o de times espanhóis e ingleses. Agora, a maioria usa camisas da seleção nacional e das equipes locais”, diz o treinador Adrian Schedlinski. Em Munique, a 585 quilômetros da capital, outro grupo de meninos não se intimida com a chuva torrencial do fim da tarde no centro de treinamento do Bayern, o atual campeão do mundo. Cumprem com afinco todas as ordens do treinador ao longo de duas horas. “Não cancelamos aulas por causa do mau tempo, e o comprometimento deles é sempre total”, diz o treinador alemão Heiko Vogel. As cenas captadas pela reportagem de VEJA mostram com clareza aquilo que o mundo constatou nos jogos da última Copa do Mundo: a Alemanha é o novo país do futebol. O epíteto que antes era automaticamente associado ao Brasil por sua fatura de craques e de títulos mundiais mudou de dono. As seguidas vitórias que os alemães obtiveram nos estádios brasileiros têm ao menos duas explicações. A primeira é o elevado investimento no treinamento de crianças e jovens nos últimos catorze anos. A segunda está na transferência, que ocorreu de forma natural, das melhores qualidades da nação para dentro dos campos. Os jovens alemães são tão ou mais eficientes que seus pais, mas já não padecem daquela inação provocada pelo sentimento de culpa decorrente dos crimes cometidos nas duas grandes guerras do passado. São orgulhosos de seu país, que exporta bens de alta tecnologia e também um modelo de democracia rica e bem-sucedida, baseada em uma sociedade diversificada que valoriza o interesse coletivo.

É uma relação de ida e volta. Da mesma maneira que o país investiu no futebol, o esporte também deu sua contribuição. Nas últimas semanas, a bandeira com as listras preta, vermelha e amarela voltou a ser hasteada em carros e janelas. Para muitas crianças, a imagem está mais associada ao futebol do que ao país. Tais demonstrações não eram frequentes até bem pouco tempo atrás. “Havia a preocupação de que qualquer sinal de patriotismo poderia representar uma volta ao chauvinismo do III Reich. Isso não existe mais”, diz o historiador Arnd Bauerkämper, da Universidade Livre de Berlim. Quando a ameaça parece voltar à tona, é mais pela dor de cotovelo daqueles que não conseguem obter as mesmas conquistas. Não há como acusar os alemães de ignorarem ou esconderem seu passado. “Desde o início dos anos 1970, a história é um tema central no currículo de todas as escolas. Há um material didático de alta qualidade, que facilita a construção de uma consciência nos alunos”, diz o especialista em estudos alemães Rüdiger Görner, professor da Universidade de Londres. (Veja, 30/7/14)

O autor do texto parte do exemplo de duas escolas de futebol, uma em Berlim, outra em Munique, para mostrar como a Alemanha se tornou o país do futebol. Além disso, esses exemplos também permitem compreender como surgiu o novo nacionalismo alemão, que já não se confunde com o chauvinismo dos tempos passados. O futebol acaba sendo, pois, o ponto de encontro dos alemães e o reconhecimento da própria identidade.

c) *Alusão ao intertexto*

No exemplo a seguir, a intertextualidade é representada por algumas frases atribuídas ao jogador alemão Podolski:

“Coração verde-amarelo”, “Tamo junto”, “Carioca de coração”, “Brasil, te amo”, “Rio é frenético”, “Tudo nosso”. Foi assim, entre gírias e declarações de amor, que Lukas Podolski ganhou os brasileiros – além, claro, da Copa do Mundo. Apesar de carregar o número 10 nas costas – camisa de craque –, Podolski, de 29 anos, atuou pouco nos gramados brasileiros. Foram apenas 56 minutos em campo, em duas partidas da primeira fase, e nenhum gol. Se fosse pelo futebol, Podolski teria passado despercebido. Ele venceu a disputa de alemão preferido pela torcida brasileira com seu carisma, constantemente exibido em redes sociais.

Antes do início da Copa, dos 23 selecionados pelo técnico Joachim Löw, o atacante Podolski, ou apenas Poldi, era o segundo jogador com mais atuações pela seleção alemã. Com 114 partidas, ficava atrás apenas de Miroslav Klose, agora maior artilheiro da história dos Mundiais com 16 gols. Klose defendera a Alemanha 132 vezes. Podolski já era uma espécie de patrimônio do futebol alemão. Durante seus 36 dias no Brasil, tornou-se patrimônio brasileiro. Vestiu a camisa do Flamengo, exaltou Ronaldo e Ronaldinho, ficou “abisado” com a vista do hotel no Rio de Janeiro e abusou de recados em português. (*Época*, 21/7/14)

As frases atribuídas a Podolski introduzem o assunto do texto à áurea de simpatia criada pelo jogador. Essas expressões também reforçam a própria imagem do jogador e a receptividade junto ao povo brasileiro. Além disso, o fato de partir de citações das frases de Podolski torna o texto mais dinâmico e enfatiza a imagem positiva do jogador, que não economizou elogios ao povo brasileiro.

3. *Comentários conclusivos*

Os exemplos citados mostram que a contextualização do que é tratado no texto é essencial para a criação do espaço comum partilhado

pelos interlocutores e a atribuição de relevância às informações veiculadas. Trata-se, pois, de uma atitude deliberada pelo autor, para que ao leitor seja dado engajar-se na (re)criação dos sentidos textuais e tornar-se efetivamente interlocutor do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HEINEMANN, Wolfgang; VIEHWEGER, Dieter. *Textlinguistik: line Einführung*. Tübingen: Niemeyer, 1991.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

**REFERENCIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DAS IDENTIDADES SOCIAL E DISCURSIVA:
UMA ANÁLISE LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA
DA PARÓDIA SATÍRICA *RAP DO PM*, DE MARCELO ADNET**

Gabriela de Lourdes Porfírio Cardoso (UFF)
gabilpc.pvs@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho (parte integrante de minha dissertação de mestrado, a ser defendida) visa ao estudo linguístico e discursivo da paródia-satírica *Rap do PM* – que desconstrói as matrizes do próprio rap, como movimento de contestação e denúncia, dando voz aos ‘opressores’ –, levando em consideração o atual cenário humorístico brasileiro e a relação direta existente entre sátira, paródia e modernidade. Entendemos, junto com Ingedore Koch (2007), que o fator de coerência intertextualidade é de extrema importância para o processo de leitura, especialmente da paródia, uma vez que a interpretação desta exige que o leitor faça recorrências a conhecimentos previamente adquiridos para que a leitura seja satisfatoriamente processada. Destacamos, então, o caráter dialógico e interdiscursivo da intertextualidade, características que ficam mais evidentes quando se trata da análise de paródias-satíricas. Nesse caso, para a construção do texto parodístico, o satirizador se inspira no texto-fonte, repetindo ou não sua estrutura básica, para a realização das suas críticas sociais. Queremos, assim, entender como nessas paródias se constroem, por vias linguísticas, incluindo aspectos pragmáticos, as críticas que a elas estão subjacentes. Mais do que isso, entendemos – junto com Charaudeau (2009) – que as escolhas do sujeito, não só em relação à organização discursiva ou ao modo de tomada da palavra, mas também à escolha lexical, ajudam a construir a identidade discursiva desse sujeito, de forma que possamos inferir quem é ele e quais são as suas intenções. Atendo-se às escolhas lexicais, entendemos que os processos de referenciação e (re)categorização (MONDADA & DUBOIS, 2003) dão pistas sobre quem é esse sujeito comunicante, que assume uma posição de crítica, e como ele concebe seu sujeito destinatário, ao mesmo tempo em que ajudam a construir a imagem do sujeito enunciador.

Palavras-chave:

Paródia. Sátira. Referenciação. Identidade social. Identidade discursiva.

1. Introdução

Levando em consideração o atual cenário humorístico brasileiro, não podemos negar a relação direta que existe entre *sátira*, *paródia* e *modernidade*. Programas humorísticos como Zorra Total, Praça é Nossa e Comédia MTV; produtoras de vídeos de comédia veiculados pela internet como Porta dos Fundos e Parafernália; companhias de comédia e projetos humorísticos, como Os melhores do mundo e Terça Insana, respectivamente, apresentam paródias como um dos principais esquetes de seus roteiros.

Hutcheon (1989) afirma que atualmente há uma predileção pela paródia nas manifestações artísticas em geral e que, até nossos dias, a paródia tem sido o principal veículo da sátira. Hutcheon (*apud* GRANIS, 1931), ensina que no século XVIII a paródia se afasta aos poucos da ideia de respeito à obra parodiada e passa a servir também de veículo *malicioso* e *denigrativo* da sátira. De fato, Bakhtin (2013) pontua a paródia como elemento indispensável à sátira – como gênero carnavalizado que é.

O objetivo desse artigo é analisar de que forma as identidades social e discursiva do sujeito paródico (CHARAUDEAU, 2009) são construídas através das escolhas lexicais, levando em consideração os processos de referenciação e (re)categorização (MONDADA & DUBOIS, 2003).

2. Referenciação e construção das identidades social e discursiva

Na virada de perspectiva da linguística textual da noção de *referência* para a noção de *referenciação*, Lorenza Mondada e Danièle Dubois (2003) ampliam o conceito de *referência* – que pressupunha ou visava uma relação de correspondência entre as palavras e as coisas – para apresentar-nos o conceito de *referenciação*, priorizando um questionamento dos processos de discretização do discurso, em vez de se partir, pressupostamente, de uma segmentação que antecede o discurso e seguir para a análise de correspondência ou não entre nomes e entidades objetivas. Dessa forma, as autoras questionam não só a perspectiva de que o saber e o discurso são uma *representação* adequada da realidade, como também o poder referencial da linguagem fundado na ligação direta e verdadeira entre as palavras e coisas.

Essa perspectiva questionada, segundo Mondada e Dubois (2003), baseia-se na noção de que “um mundo autônomo já discretizado em objetos ou “entidades” existe independentemente de qualquer sujeito que se

refira a ele, e (...) as representações linguísticas são instruções que devem se ajustar adequadamente a este mundo”. (p. 19)

Busca-se, assim, com essa mudança de perspectiva de *referência* para *referenciação*, expor uma concepção sociocognitivista que privilegia a construção de objetos de discurso por “sujeitos sociais” e de negociação de modelos públicos do mundo. Ou seja, segundo essa nova perspectiva, é no curso da atividade de construção discursiva que o sujeito elabora as categorias e os objetos desse discurso (marcados pela instabilidade constitutiva no processo da interação discursiva) bem como sua própria identidade discursiva, fornecendo pistas sobre a intencionalidade (projeto de fala) do sujeito comunicante. (CHARAUDEAU, 2009)

É o diálogo estabelecido por esses “sujeitos de fala” a atividade fundamental do que Bakhtin (1992) define como dialogismo: princípio constituinte da linguagem e a condição do sentido do discurso, em que o diálogo é estabelecido tanto pelos sujeitos de fala quanto pela intertextualidade no interior do discurso.

Para se entender o dialogismo no nível da interação verbal, como quer Bakhtin, é preciso que o conceito de sujeito seja deslocado e substituído por diferentes vozes sociais, que vão fazer dele um sujeito histórico e ideológico. Por essa razão, Charaudeau (1999, 2009, 2010) postula as duas identidades que esse sujeito possui: uma identidade social e uma identidade discursiva.

A identidade social, através da qual o Eu vai se definir, é imposta pela situação de comunicação na qual ele se encontra. Como funda a legitimidade do sujeito comunicante, essa identidade social deve ser considerada em relação de pertinência ao ato de comunicação. Dessa forma, a identidade social é tão importante quanto a identidade discursiva do sujeito enunciatador para a significação de um texto e, por essa razão, para tentar reconstruir o sentido proposto pelo ato de linguagem, o sujeito interpretante deve se perguntar não só qual é a finalidade imposta pela situação de comunicação, mas também qual é a identidade social atribuída ao sujeito comunicante e ao sujeito interpretante. Bakhtin (1992) sempre faz referência ao papel do “outro” na constituição do sentido e insiste na afirmação de que nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outra voz. (p. 3)

O sujeito comunicante de *Rap do PM* é Marcelo Adnet. Sua identidade social, que precisa ser reconhecida por todos, lhe confere o “direito a palavra” e funda a sua legitimidade que – dentre outras formas de se

legitimar – lhe foi “atribuída *de fato*, pela força do reconhecimento, por parte dos integrantes de uma comunidade, do valor de um de seus membros. É a legitimidade conferida pela atribuição de um prêmio” (CHARAUDEAU, 2009). Assim, ganhador do Prêmio Shell de Teatro em 2004 na categoria especial pelo projeto inovador e qualidade de sua proposta de trabalho com o grupo Z. E. – Zenas Emprovisadas, apresentador do VMB da MTV e do Prêmio Craque do Brasileiro 2010, Marcelo Adnet tem uma identidade social de humorista premiado que o legitima a fazer humor, comédia e, por que não, críticas sociais.

Já a identidade discursiva, relativa ao sujeito enunciador e ao sujeito destinatário, construída pelo sujeito comunicante, norteia-o no sentido de responder sobre o modo como se deve falar para atingir seu objetivo. Assim para que o sujeito interpretante recupere a imagem do sujeito destinatário que o sujeito comunicante apresentou, o sujeito enunciador pode se valer de uma estratégia de *credibilidade* ou de *captação*. No caso de *Rap do PM*, o sujeito enunciador não está em posição de autoridade em relação ao sujeito destinatário e, portanto, deve proceder à estratégia de *captação*.

assegurar-se de que seu parceiro na troca comunicativa percebe seu projeto de intencionalidade, isto é, compartilha de suas ideias, suas opiniões e/ou está “impressionado” [...]. Deve então responder à questão: “como fazer para que o outro possa ‘ser tomado’ pelo que digo”. Neste caso, o objetivo do sujeito falante passa a ser o de “fazer crer”, para que o interlocutor se coloque numa posição de “dever crer”. (CHARAUDEAU, 2009)

A identidade discursiva é uma identidade a construir/em construção que resulta da escolha dos sujeitos, mas que considera os fatores constituintes da identidade social. Tanto é que a identidade discursiva pode reativar, mascarar ou deslocar a identidade social. Nos dois últimos casos, a identidade discursiva se diferencia da identidade social formando uma identidade dupla de “ser” e de “dizer” que mascara o “ser”: é o caso de *Rap do PM* cujo componente irônico é bastante forte.

3. Corpus: Rap do PM

A paródia satírica *Rap do PM* foi inspirada em letras de *funk*³⁵ bastante conhecidas do público jovem. *Rap do PM* pode ser considerada,

³⁵ A exceção são os versos em que se parodia a música *Rebolation*, que não é do gênero *rap*, mas sim axé; também os versos em que se parodia a música *Paparazzi*, da cantora Lady Gaga; e os versos em que se parodia *Fora de Ordem*, de Caetano Veloso.

no universo musical, como um *medley* – pot-pourri ou mistura de várias músicas (no caso, várias paródias de diversos *funks/raps*) numa única faixa musical. Ao longo da análise argumentaremos que *Rap do PM* não é apenas uma paródia, pois não visa à mera imitação da estrutura/melodia de outras músicas, mas é também sátira, pois critica a ação do poder público representado pela figura da polícia militar. Para isso, nortear-nos-ão os estudos sobre referenciação e identidades social e discursiva acima abordados.

Além da conscientização de jovens negros periféricos e da construção de suas identidades serem temas constantes nas letras de *rap*, a denúncia de violências policiais sofridas por esses mesmos jovens também é referida de forma recorrente nos chamados *raps* conscientes ou *gangsta rap*: neles revelam-se a opressão e violência constantemente sofridas por moradores das periferias. Talvez por isso, por ser associado a uma classe pobre e negra, por falar de uma realidade bastante sofrida e que não interessa a um público potencialmente consumidor/comprador de CDs, esse subgênero do *rap* não encontre lugar na chamada grande mídia. Entretanto, é essa a temática de *RPM*, que ironicamente ao dar voz ao opressor, apresenta o mesmo caráter contestatório do *raps* conscientes e argumento no mesmo sentido reforçando as matrizes do próprio *rap*.

4. Análise de Rap do PM

Rap do PM	
(PM Ratão)	
(Refrão) Rap, ra, ra, rap, <i>Rap do PM</i> Vai ser pior, vai ser pior Va, va, vai ser pior se eu achar, hein? Rap, ra, ra, rap, <i>Rap do PM</i> Vai ser pior, vai ser pior Va, va, vai ser pior se eu achar, hein? Quer rodar, quer rodar PM vai te ensinar Quer rodar, quer rodar PM vai te ensinar Desembarca, não reage É a melô da abordagem Desembarca, não reage É a melô da abordagem	Atrás da moita com o queue na mão Estou sempre na dixava Sou o PM Ratão Dança da viatura Da, dança da viatura Da, dança da viatura Os playboy rodou na dura Dança da viatura Da, dança da viatura Da, dança da viatura Os playboy rodou na dura (Repete refrão)

O documento está fora da ordem Fora da ordem estadual O documento está fora da ordem Você vai ter que morrer em 100 real Os PM vêm de moto Vêm também de viatura Mas no sul, em Porto Alegre Tem outro tipo de dura Pocotó, pocotó, pocotó, pocotó A brigada pocotó Pocotó, pocotó, pocotó, pocotó A brigada pocotó É o abordation, tion É o abordation, tion É o abordation, tion É o abordation, tion É o abordation, tion É o abordation, tion É o abordation, tion É o abordation, tion Eu vou abrir teu porta-malas Eu vou abrir teu porta-luvas Vasculhar tuas paradas Essa dura tá uma uva Vai PM, vai PM, va, va, va, vai PM, vai PM Ai que bom seria se o flagrante eu achasse Flagrante, eu achasse Ai que bom seria se o flagrante eu achasse Flagrante, eu achasse	PM marrento Arma pra fora da janela Ganha dinheiro no asfalto E esculacha na favela PM marrento Arma pra fora da janela Ganha dinheiro no asfalto E esculacha na favela Dói! Um tapinha não dói Um tapinha não doi Tapinha num playboy Dói! Um tapinha não dói Um tapinha não doi Tapinha num playboy Todo mundo treme Quando ouve a sirene Assim ó Dispensa ou entoca Dispensa ou entoca Dispensa ou entoca É a Polícia Militar Dispensa ou entoca Dispensa ou entoca Dispensa ou entoca É a Polícia Militar Falou no celular (vai rodar) Sem IPVA (vai rodar) Na lei seca (vai rodar) Se arma portar (vai rodar) Se o flagrante eu achar (vai rodar) Manobra irregular (vai rodar) Se o sinal avançar (vai rodar) Se a dura te parar (vai rodar) Se a sirene tocar (vai rodar)

Por sua natureza imitativa e humorística, *Rap do PM* pertence ao gênero textual paródia. Substituindo as formas de seis letras de *funk*, uma de axé, uma de *pop music* e uma de MPB, essa mistura ou *re-união* (MACHADO, 2004) que acontece em *Rap do PM* modifica as intenções iniciais dos sujeitos comunicantes dos discursos parodiados sem, no en-

tanto, desviar-se de uma das intenções do próprio *rap* – que é a denúncia de violência policial.

Muito por isso, não estranhemos que a canção tenha recebido o nome de *Rap do PM*, ainda que não tenha sido a ela incorporada nenhuma música de *rap*. Entendemos que o processo de definição do gênero da canção deveu-se ao seu caráter tão contestatório quanto as próprias “verdadeiras” letras de *rap* (*raps* feitos por *rappers*), que muitas vezes apresentam como temática a denúncia de violência policial. O *funk*, em especial a vertente carioca do gênero, não apresenta essa temática, pelo menos não de denúncia, mas sim de incitação ao embate contra a polícia. Dessa forma, nada mais coerente – posto que *RPM* seja predominantemente um pot-pourri de *funks* – que defini-lo como *rap* e não *funk*.

Partindo de uma mistura desses cinco gêneros musicais (*funk*, *rap*, *axé*, *pop music* e *MPB*) e amalgamando-os numa batida típica de *funk* – o *rap* do Rio de Janeiro são poemas³⁶ cantados no ritmo do *funk* – *RPM* se aproxima tanto dos *raps* quanto dos *funks* cujas temáticas são denúncias de repressão por parte de policiais militares, configurando-se numa crítica – não às letras parodiadas – mas a essas ações e, de forma irônica, dando voz aos agentes denunciados.

A paródia começa a ser construída a partir da concepção de seu título *Rap do PM*. Em 1995, a produtora Som Livre lançou três volumes do CD *Rap Brasil*: das trinta e uma músicas, vinte e sete começam seus títulos com “*rap da/do/dos*”, sendo que no primeiro desses CDs os títulos de todas as músicas começam com essa expressão³⁷. As locuções adjetivas dos títulos das músicas funcionam como um resumo do que se vai falar na letra do *rap*; da mesma forma, em *RPM*, a locução adjetiva *do PM* instaura o sujeito-enunciador-MC PM Ratão (doravante Sujeito-enunciador PM Ratão) como a voz que vai falar na canção da mesma forma que alude à temática dela.

Além disso, o PM Ratão leva ao nome as iniciais MC, ou seja, mestre de cerimônias – espécie de título pelo qual são conhecidos os cantores de *rap*. Nos três volumes de *Rap Brasil* a maioria dos *rappers* leva as iniciais MC antes de seus nomes/apelidos.

³⁶ *Rap* significa rhythm and poetry: ritmo e poesia.

³⁷ Faixas na ordem: *Rap da felicidade*; *Rap Endereço dos Bailes*; *Rap do festival*; *Rap do amor*; *Rap do amigo*; *Rap da diferença*; *Rap da cabeça*; *Rap do centenário*; *Rap da dança da bundinha*; *Rap do curral*; *Rap do trem*; *Rap da Rocinha*.

Assim, a partir do nome do sujeito-enunciador, tanto o Sujeito-enunciador PM Ratão quanto seu projeto de dizer começam a ser referenciados na identificação, no início do videoclipe, do nome do MC – MC Ratão –, no nome da música – *Rap do PM* – e no nome do álbum – Tropa de Choque. Tropa de Choque ou Polícia de Choque é uma unidade da polícia militar especializada em controlar, reprimir e dispersar multidões em manifestações constitucionais; sua função também pode ser a reintegração de posse de imóveis ocupados. Como as ações da Tropa de Choque também são marcadas pela violência contra os cidadãos a serem dispersados/removidos, a instauração desse objeto de discurso faz parte da intencionalidade do Euc-MA, que é justamente a crítica a essas ações. Todos esses procedimentos de referenciação visam à legitimação dos referentes, fazendo com que eles “passem de fato a existir”.

Ao todo, identificamos oito músicas cujas estruturas e melodias foram imitadas e a elas incorporadas outras letras de cunho satírico.

Na primeira estrofe, o sujeito-enunciador PM Ratão diz “Vai ser pior se eu achar, hein?” – fazendo alusão a uma fala comum numa situação de abordagem (situação essa que também vai ser aludida no decorrer da música) e revelando a violência recorrente com que essas situações se dão ante a ameaça explícita de um PM. Dessa forma, já no início da paródia satírica esse sujeito enunciador constrói sua identidade discursiva como alguém que, partindo do pressuposto de que a pessoa abordada está mentindo sobre o que quer que se tenha para achar (provavelmente drogas), ameaça-a insinuando que a punição, caso alguma coisa seja realmente achada, será algo além da punição cabível numa situação de flagrante delito.

Nos quatro primeiros versos da segunda estrofe parodiam-se os primeiros versos do *funk* “Cerol na mão”, do grupo Bonde do Tigrão, que diz: *Quer dançar, quer dançar/ O Tigrão vai te ensinar*, em que se substituíram o verbo “dançar” por “rodar” (gíria que significa “ser pego ao cometer um ato falho”, “falhar”, “ser preso”) e nome do sujeito-enunciador de “Cerol na mão”, Tigrão, por “PM”, que é o sujeito-enunciador do *rap*. A escolha do verbo “rodar” nesse contexto significa “ser preso” e é bastante expressiva uma vez que ancora a opinião do sujeito-comunicante Marcelo Adnet sobre as práticas policiais que muitas vezes beiram o abuso de autoridade. No contexto da paródia satírica, o Sujeito-enunciador PM Ratão é alguém que se mostra inclinado a prender aqueles a quem aborda, propondo-se a “ensiná-los” o que fazer (ou não fazer) para “rodarem”. Referindo-se ao ato de prisão como “rodar” e mostrando

um Sujeito-enunciador PM Ratão predisposto a isso, o Sujeito-comunicante Marcelo Adnet revela seu ponto de vista, que ironicamente é o mesmo ponto de vista do sujeito-enunciador.

Na quarta estrofe, parodiam-se o refrão de “Dança da motinha”, de Vanessinha Picatchu, que diz: *Dança da motinha/ Dança da motinha/ Dança da motinha/ As popozuda perde a linha* transformando-se em *Dança da viatura/ Dança da viatura/ Dança da viatura/ Os playboy rodou na dura*. A não concordância gramatical entre o adjunto adnominal, o núcleo do sujeito e o verbo em **as popozuda perde a linha** é mantido na paródia: **os playboy rodou na dura**.

Observamos que a expressão nominal definida *os playboy* foi motivada por ser capaz de caracterizar o referente, no caso, os homens que estão sendo abordados pelo PM, mas também por causa da percepção que o Sujeito-enunciador PM Ratão tem desses homens: a gíria *playboy*, que significa jovem geralmente de classe média/alta, que anda com roupas e ou acessórios caros, geralmente serve para identificar depreciativamente o referente. O Sujeito-comunicante Marcelo Adnet parte de um conhecimento que pressupõe compartilhar com o sujeito-destinatário para referenciar aqueles que estão sendo abordados, ajudando a construir, dessa forma, a identidade discursiva do Sujeito-enunciador PM Ratão como um agente que os deprecia.

Na sexta estrofe, a canção “Fora de ordem”, de Caetano Veloso, é parodiada nos versos *O documento está fora da ordem/ Fora da ordem estadual/ O documento está fora da ordem/ Você vai ter que morrer em 100 real*. “Documento” instaura no discurso o referente “carteira de habilitação nacional” ou CNH, e a expressão “fora da ordem” à validade vencida do documento. Nos versos seguintes, recorrendo ao conhecimento comum de atos de suborno por parte da polícia, sua ação é criticada pelo sujeito-comunicante Marcelo Adnet ao fazer-se alusão ao ato de corrupção passiva do sujeito-enunciador PM Ratão em *Você vai ter que morrer em 100 real*, em que “morrer” é um gíria entendida como “perder”, “pagar”; no caso, “perder”, “pagar” R\$ 100 para que o veículo e ou o documento vencidos (“fora da ordem”) não sejam apreendidos, construindo a identidade do Sujeito-enunciador PM Ratão como um agente policial corrupto, que em vez de cumprir com a lei de apreender o veículo ou aplicar multa ao motorista, pede suborno para que o documento e/ou o carro sejam liberados.

Nas sétima e nona estrofe, o *funk* “Eguinha pocotó”, de MC Ser-ginho, é parodiado. Na sétima estrofe, instaura-se como “brigada pocotó” a polícia montada da cidade de Porto Alegre. Os *PM vêm de moto/ Vêm também de viatura/ Mas no sul, em Porto Alegre/ Tem outro tipo de du-ra/ Pocotó, pocotó, pocotó, pocotó/ A brigada pocotó* parodia os versos *Vou mandando um beijinho/ Pra filhinha e pra vovó/ Só não posso es-quecer/ Da minha eguinha pocotó/ Pocotó, pocotó, pocotó, pocotó/ Mi-nha eguinha pocotó*. Como o processo de referenciação é instável, o Su-jeito-comunicante Marcelo Adnet é autorizado a preterir o nome oficial “Polícia Montada” e instaurá-la no texto como “brigada pocotó”, uma vez que a onomatopeia “pocotó” – um traço, portanto, desse referente – refere-se, tanto no texto parodiado quanto na paródia, a égua/cavalo, veí-culo(s) usados pela Polícia Montada.

Nos versos da nona estrofe *Eu vou abrir teu porta-malas/ Eu vou abrir teu porta-luvas/ Vasculhar tuas paradas/ Essa dura ta uma uva/ Vai PM, vai PM, va, va, va, vai PM, vai PM* o Sujeito-enunciador PM Ratão refere-se ao ato administrativo busca pessoal, sem, no entanto ter mencionado a expressão anteriormente. Os três primeiros versos *Eu vou abrir teu porta-malas / Eu vou abrir teu porta-luvas / Vasculhar tuas pa-radas* instauram o referente “busca pessoal” como uma abordagem abu-siva por parte do sujeito-enunciador que, vale chamar a atenção, não se “envergonha” de sua ação. O abuso e a postura de certeza da impunidade são confirmados e reforçados pelo último verso *Essa dura ta uma uva*, em que “dura” recategoriza busca pessoal.

Vale chamar a atenção para o fato de que “dura” foi instaurado na paródia satírica logo nas primeiras estrofes, mas apenas nessa e na estrofe seguinte é que houve a elucidação do significado do termo.

Na décima estrofe *Ai que bom seria se um flagrante eu achasse/ Flagrante, eu achasse* (paródia da música “Papparazzi”, da cantora Lady Gaga) o referente “busca pessoal” é recategorizado mais uma vez na forma nominal “flagrante”. Considerando que a seleção lexical dá-se numa dimensão dialógica, a reformulação da percepção do objeto de dis-curso “dura” sem a interferência de outros pontos de vista caracteriza-se como um processo de autodiálogo. Aqui também o Sujeito-enuncia-dor PM Ratão é instituído na paródia satírica como um policial que “acharia bom”, que deseja encontrar alguma infração penal ou para que ele possa prender o agente da infração ou para que, mais uma vez, o pos-sa suborná-lo pra não levá-lo preso.

Entendemos que “dura” e “flagrante” inserem no processo de categorização – num processo de grau menor de explicitude –, pois analisamo-los por um viés cognitivo-discursivo como propõe Lima (2009), em que o fenômeno pode também ser reconstruído pela *evocação de elementos radicados num nível cognitivo* (p. 57). Dessa forma, mesmo da primeira vez em que são citados, essa citação não se trata de uma simples introdução de referencial, uma vez que o Sujeito-comunicante Marcelo Adnet conta com o conhecimento compartilhado dos sujeitos-destinatários que liga os termos às expressões e às gírias que remetem a situações de abordagem policial.

Na décima segunda estrofe, o *funk* “Um tapinha não dói” do grupo Bonde do Tigrão é parodiado nos versos *Dói! Um tapinha não dói/ Um tapinha não dói/ Tapinha num playboy*. Aqui o projeto de crítica do sujeito-comunicante Marcelo Adnet fala sobre a violência física tantas vezes aludida e referenciada nas letras dos chamados *raps* conscientes ou *gangsta rap*. Entretanto, como é a agente opressor quem detém a voz na canção, em vez de frases de protesto e de revolta com essa violência, o Sujeito-enunciador PM Ratão minimiza a ação dizendo que *Um tapinha* (no playboy) *não dói*. Mais uma vez, a figura do playboy é trazida e, de novo, pejorativamente, como aquele que (não se sabe bem por que) merece apanhar.

Como *Rap do PM* é um caso de captação (GRÉSILLON & MANGUENEAU, 1984), o esforço empregado para que o sujeito-destinatário recupere os textos parodiados é menor. Entretanto, entendemos que o reconhecimento dos intertextos colabora para o humor da paródia satírica, mas não é obrigatoriamente necessário para que a crítica seja elaborada/entendida. Isso porque, mesmo que fosse apenas um pastiche (satírico), *Rap do PM* ainda teria sua batida baseada no *funk* e no *rap*. O conhecimento de mundo que precisa ser compartilhado entre o sujeito-comunicante Marcelo Adnet e seus sujeitos destinatários poderia acontecer num nível parcial, que a crítica da paródia satírica não se perderia. Isso porque seu viés crítico encontra-se em seu componente “sátira”.

Nos termos de Bakhtin (2013), entendemos que *Rap do PM* também é sátira, pois podemos identificar cenas de comportamento excêntrico e de violações do universalmente aceito, como um sujeito enunciatório policial militar como a voz opressora que fala através de um gênero musical cujas raízes encontram-se numa juventude negra periférica, ou seja, naqueles que são oprimidos. Desmascara-se o que é sagrado (o *rap* e seus representantes), sem, no entanto contradizê-lo, podendo-se ver um jogo

de contrastes que aproxima o que, na realidade externa, não é aceito, ou não acontece ou não é/parece ser possível dos seus pares opositivos, a não ser pela força irônica, como é o caso de *Rap do PM*. Nessa linha, num primeiro momento parece violar o discurso do *rap*, para então reforçá-lo, contradizendo – na verdade – o discurso de opressão da polícia militar.

Mais uma vez o aspecto mais evidente da carnavalização acontece via travestimento do sujeito-comunicante Marcelo Adnet em sujeito-enunciador PM Ratão. Em sua “transformação”, o sujeito-comunicante Marcelo Adnet e amalgama ao sujeito-enunciador PM Ratão, sem dissimulá-lo completamente, mas que pode ainda pode ser visto (GENETTE, 2006). Por isso o sujeito-comunicante Marcelo Adnet não se confunde totalmente com o sujeito-enunciador PM Ratão, tornando possível a crítica a esse sujeito-enunciador como um sujeito corrupto e violento.

No videoclipe, outros sujeitos enunciadore interagem com o sujeito-enunciador PM Ratão: um deles também travestido de policial militar e dois que deveriam estar travestidos de “playboy”, mas que vestem roupas simples, chinelo, sendo que um deles aparece em algumas cenas sem camisa. Contudo, não estranhemos essa incompatibilidade entre a escolha lexical para referenciar aqueles que são abordados e os trajes que vestem, entendendo-a como mais uma crítica às ações da polícia que, mesmo ao abordarem um cidadão que não é de classe média/alta, refere-se a ele como playboy indiscriminadamente.

Tanto as roupas que imitam uma farda oficial da polícia militar, quanto os queques, cassetetes e fuzis de brinquedo que compõem o travestimento do sujeito-enunciador PM Ratão assumem, cada um, um duplo significado nas ações de coroação-destronamento: como símbolos de poder (inclusive do Poder Executivo, do qual a Polícia Militar faz parte) que vestem os coroados/futuros destronados, esses acessórios são ressignificados, representando o sério e, ao mesmo tempo, o cômico, violando o que é aceito na realidade, como um PM que se vangloria de suas ações abusivas e chega a rir delas, como podemos ver na **Fig. 1**.

A identidade discursiva, como já pontuamos, refere-se ao sujeito enunciador da paródia satírica e vai ser construída ao longo dos processos de referência, mediante a escolha lexical operada pelo sujeito-comunicante, cuja identidade (social) será mais ou menos mascarada – pois que o palimpsesto formado entre o sujeito-comunicante Marcelo Adnet e o sujeito-enunciador PM Ratão não dissimula completamente a

imagem daquele. Assim a identidade discursiva diferencia-se da identidade social formando uma identidade dupla de “ser” e de “dizer” que mascara o “ser”.



Fig. 1. Still de *Rap do PM*

O efeito de verdade em *Rap do PM* é conseguido nas alusões feitas, ao longo da paródia satírica, às ações e falas da polícia quando ela se encontra no exercício de sua função, como já foi pontuado, por exemplo, na primeira estrofe, em que o sujeito-enunciador PM Ratão diz *Vai ser pior se eu achar, hein?* Na terceira estrofe, o sujeito-enunciador PM Ratão revela/conta/narra como procede no seu trabalho *Atrás da moita com o quepe na mão/ Estou sempre na dixava* e então se apresenta: *Sou o PM Ratão*. “Estar na dixava” significa “estar escondido” (no caso, atrás da moita). Ou seja, a identidade discursiva é construída ao narrarem-se situações que fazem parte de um imaginário social sobre as ações e práticas da polícia.

Quando se faz alusão às situações de abordagem, essa narração remete imediatamente a casos de corrupção ativa ou passiva, como nos versos *O documento está fora da ordem/ Você vai ter que morrer em 100 real* e *Eu vou abrir teu porta-luvas/Vasculhar tuas paradas/ Essa dura ta uma uva*, nos quais fica bastante evidente que esse sujeito-enunciador pede suborno explicitamente, no primeiro caso, e/ou que espera tirar alguma vantagem da busca pessoal (“dura”) a qual está procedendo.

A imagem social que se tem dessa entidade torna-se ainda mais clara (decerto menos irônica) quando percebemos a presença de outra voz que confirma a perspectiva sob a qual é entendida a figura da polícia. Isso acontece porque a voz que irá se posicionar no discurso é daqueles sujeitos-enunciadores que representam o cidadão comum, vítima em potencial de abusos policiais. Em *PM marrento/ Arma pra fora da janela/ Ganha dinheiro no asfalto/ E esculacha na favela*, o objeto-de-discurso PM é referenciado como marrento, gíria que identifica aquele que se considera poderoso, que julga ter força, ou seja, um PM marrento é aquele que pratica o abuso de poder ou de autoridade³⁸. Esses abusos serão confirmados nos dois últimos versos nos quais se instaura no discurso o referente *propina* – dinheiro obtido ou fornecido de forma ilícita como suborno em atos de corrupção. Dessa forma o “arrego” (gíria pela qual o termo *propina* é conhecido) que é pedido ou aceito pelo PM é obtido *no asfalto* (em oposição à *favela*) em locais onde funcionam atividades ilegais. Além disso, o PM é alguém violento, que desmoraliza, humilha, expõe à vexação/vergonha, ou seja, que “esculacha” os moradores das favelas onde está alocado ou onde vai fazer operações.

5. Conclusões

Concluímos então que a forma como esse sujeito enunciator é instaurado no discurso, que vai resultar na formação de sua identidade discursiva e na ancoragem das opiniões do sujeito comunicante sobre o tema abordado, acontece através dos processos de referenciação, que constroem a identidade desse sujeito e a crítica que se deseja fazer sobre a polícia militar e suas ações. Assim, o sujeito-enunciador PM Ratão aparece a primeira vez na paródia satírica como um agente ameaçador (*Vai ser pior se eu achar, hein?*), e depois vai sendo recategorizado como um agente intimidador (*Desembarca, não reage/ É o melô da abordagem*), ardiloso (*Atrás da moita com o quepe na mão/ Estou sempre na dixava/ Sou o PM Ratão*), corrupto (*O documento estão fora da ordem/ Você vai ter que morrer em 100 real*), marrento (*PM marrento/ Arma pra fora da janela*) e violento (*Dói! Um tapinha na dói/ Um tapinha não dói/ Tapinha num playboy*).

³⁸ Formas arbitrárias de agir do agente público no âmbito administrativo, em que está adstrito ao que determina a lei (princípio da estrita legalidade). Disponível em: <<http://lfq.jusbrasil.com.br/noticias/20923/qual-a-diferenca-entre-o-abuso-de-poder-e-o-abuso-de-autoridade-ariane-fucci-wady>>. Acesso em: 15-07-2014.

Em *Rap do PM* – como também o próprio nome da paródia satírica adianta – o sujeito enunciador é um policial militar, de nome Ratão. A gíria “rato” no Rio de Janeiro possui, entre outras acepções, o sentido de “pessoa esperta/malandra”. Nesse *rap*, em que acontece uma subversão das vozes esperadas para um sujeito enunciador, quem detém a palavra não é oprimido, a enunciação não parte das vozes “legítimas” do *rap*, mas quem fala é o próprio opressor, aquele que é denunciado e rechaçado por aquelas vozes “legítimas”. Além disso, parecendo subverter as matrizes do *rap*, em vez de se denunciarem os abusos e violências policiais, como o sujeito enunciador é um policial militar, na letra ele se vangloria desses mesmos abusos e violências. Como é feita de forma irônica e caricata, essa crítica reafirma os valores que parece subverter. Os sujeitos destinatários, além é claro do público do programa Comédia MTV (por onde foi, pela primeira vez veiculado o videoclipe), são também as pessoas que entendem e reconhecem o imaginário que cerca as ações da polícia militar; que criticam e se revoltam com essas ações e que, quiçá, já não se encontraram numa das situações descritas ao longo da letra da paródia satírica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhaïlovich; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad.: Paulo Bezerra. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. et al. *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Fale-UFGM, 1999, p. 27-43. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Analise-do-discurso-controversias.html>>.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.

_____. Um modelo sociocomunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: STAFUZZA Grenissa; PAULA, Luciane (Org.). *Da análise do discurso no Brasil à análise*

do discurso do Brasil. Uberlândia: Edufu, 2010. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>>.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Trad.: Luciene Guimarães e Maria Antônia Ramos Coutinho. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

GRÉSILLON, A; MAINGUENEAU, D. Polyphonic proverbe et détournement, ou un proverbe peut en cacher un autre. *Langages*, n. 73, Larousse, 1984.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX*. Lisboa: Edições 70, 1989.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MACHADO, Ida Lúcia. A paródia: um gênero transgressivo. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004, p. 75-86.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referência. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

UMA ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE A PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

José Geraldo da Rocha (UNIGRANRIO)
rochageraldo@hotmail.com

RESUMO

A promoção da igualdade racial tem sido colocada como um imperativo na agenda social brasileira nos últimos anos. Em decorrência dos conflitos e interesses antagônicos das classes sociais e grupos organizados envolvidos na questão, tem se explicitado diferentes discursos, concepções e compreensões. A presente comunicação tem por objetivo analisar esses discursos carregados de significados ideológicos, contextualizando-os na perspectiva da efetivação dos direitos dos segmentos historicamente excluídos das instâncias de participação bem como das possibilidades de vivenciar a dimensão da dignidade enquanto cidadãos na sociedade brasileira. As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas retratando a temática em pauta permitem afirmar que a promoção da igualdade racial exige um direcionamento do discurso a ser assimilado pelos gestores públicos responsáveis pelo processo de implementação de tais políticas nas esferas municipais, estaduais e federal. A sincronização dos discursos apresenta-se como desafio para alcançar êxito nas proposições. A compreensão do racismo, da discriminação racial e dos preconceitos, bem como a estrutura social que secularmente gera desigualdades de todas as naturezas quando se trata de negros e não negros no país tornou-se indispensáveis aos gestores públicos no momento de formulação das políticas de promoção da igualdade racial. Palavras, e realidades mal compreendidas, mal colocadas oferecem armadilhas à não efetivação da promoção da igualdade racial.

1. Introdução

Nada melhor para início de conversa a polêmica gerada com a atitude de Daniel Alves, jogador de futebol do Barcelona e da Seleção Brasileira diante de um ato de racismo durante um jogo pelo campeonato espanhol onde se enfrentavam Villa Real e Barcelona. Em uma cobrança de escanteio, um torcedor atirou uma banana, gesto característico de racismo ao associar os negros a macacos. Daniel descascou a banana e comeu, em seguida cobrou o escanteio. Ao gesto de Daniel, inicialmente, Ney-

mar se solidarizou e postou em sua página “somos todos macacos”, onde aprecia ele e seu filho comendo uma banana cada um. A polêmica virou o mundo. A mídia brasileira, mas não só, fez um estardalhaço elogiando as atitudes de Daniel e Neymar. Após vários dias acabei postando o seguinte texto em minha página no facebook intitulado: *Racismo e Babaquices* – É impressionante! Daniel Alves come a banana, Neymar diz que somos todos macacos e o “mundo” aplaude! É verdade que cada um reage ao racismo em conformidade com seu grau de conhecimento, consciência e vivência. Entretanto, não se pode deixar de considerar que o racismo é uma ideologia perversa onde a dignidade humana é rebaixada. Ora, sendo assim, afirmar que somos todos macacos, em certo sentido, é professar aquilo que a ideologia racista incute nas mentes dos desavisados. Achar que o caminho apontado pelos nossos ilustres atletas é solução, parece-me um equívoco sem igual. Eu não sou macaco! Os negros todos, do mundo todo, não são macacos, embora alguns nos querem fazer crer nisso. Continuo apostando naquilo que me dá alegria e motivo de lutar: “nós somos humanos”! ... E fodam-se os racistas que pensam o contrário.

2. Compreendendo a lógica do discurso dominante

Os dominados falam o discurso que seus dominadores desejam que eles falem. Os discursos sobre o racismo e as realidades neles ocultadas atuam como grandes empecilhos à promoção de igualdade racial. Que igualdade é essa que rebaixa a todos nós a macacos? Que discurso é esse? Qual a sua origem? O que ele oculta? Por que tanta gente gostou tanto? Isso nos permite conjecturar que as vítimas do racismo, em muitas situações acabam agindo, e ou reagindo dentro de uma lógica estrutural em consonância com a ideologia dominante. Não raras são as situações em que se pode constatar que o dominado se transforma em um fiel “reprodutor” do discurso dominante. Isso é feito de maneira inconsciente, e é aprendido no modo subliminar de intuir um pensar das classes dominantes. A afirmação “somos todos macacos” altamente propalada nos meios midiáticos após o episódio da banana comida por Daniel Alves num estádio de futebol na Espanha é um retrato de como é assimilado pelos dominados a concepção de negros presente nas classes dominantes. Não se pode afirmar que Neymar quisesse negar a humanidade aos negros, nem a ninguém. No entanto sua afirmação corrobora com o modo de pensar colonial instaurado nas Américas a respeito dos negros que podiam ser escravizados, tratados desumanamente, pois não passavam de

animais. Em sendo animais e pretos, faz-se a alusão aos macacos. Na verdade, esse modo de pensar não contribui em nada para a superação do racismo e dos preconceitos; ao contrário, coloca “panos quentes” sobre uma realidade que a muitos incomoda, mas que outros tantos não gostariam de abordar. Aqui se encontram os elementos fundamentais do famoso “mito da democracia racial” tão bem propalado em nosso país. É apregoeado por tal teoria e seus teóricos o postulado de que no Brasil “somos todos iguais”. Esse é o discurso que esconde a gritante realidade de desigualdades existente entre negros e brancos e tenta incutir uma visão problemática do lugar dos negros na sociedade brasileira. Segundo Jacooud, tal teoria está:

Assentada em uma interpretação benevolente do passado escravista e em uma visão otimista da tolerância e da mestiçagem, a democracia racial reinventa uma história de boa convivência e paz social que caracterizaria o Brasil. Todavia cabe lembrar que tal análise, ancorada na cultura, não implica na integral negação do caráter irreversível da inferioridade dos negros (JACOUD, 2008, p. 55)

Buscando responder algumas dessas indagações, nosso trabalho objetiva apontar possibilidades de um pensar diferente sobre o racismo e as desigualdades por ele geradas na sociedade brasileira.

3. O desafio da promoção da igualdade racial

Não é possível promover aquilo que não compreende e que não foi assimilado. A promoção da igualdade racial está diretamente associada ao desenvolvimento das políticas afirmativas, cujos objetivos são:

Eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado que tende a se perpetuar; implementação de uma certa diversidade e maior representatividade dos grupos minoritários e/ou excluídos nos mais diversos domínios da atividade pública e privada; promover os historicamente excluídos dos espaços socioculturais e políticos; caracterizar o ideal de igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos sociais e étnicos existentes no país. (ROCHA, 2017, p. 76)

Nas últimas décadas, os diferentes atores sociais têm vindo a público manifestar suas opiniões a respeito das mesmas. Isso tem gerado diferentes conceitos e concepções de promoção de igualdade e de políticas de ação afirmativa. Em determinadas situações, têm, inclusive, gerado contestação jurídica de tais iniciativas em virtude do caráter de tais medidas. Alguns segmentos representantes das classes dominantes, mas não só, entendem que a questão da promoção da igualdade não passa de retó-

rica com finalidade eleitoreira. Outros, entretanto, atestam que tamanhas desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira e suas implicações na vida cotidiana de alguns segmentos sociais demandam atitudes políticas dos governantes no sentido de proposição de políticas específicas em benefício dos grupos e setores marginalizados e excluídos, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista sociocultural.

A promoção da igualdade racial tem sido colocada como um imperativo na agenda social brasileira nos últimos anos. Em decorrência dos conflitos e interesses antagônicos das classes sociais e grupos organizados envolvidos na questão, têm se explicitado diferentes discursos, concepções e compreensões. A presente comunicação tem por objetivo analisar esses discursos carregados de significados ideológicos, contextualizando-os na perspectiva da efetivação dos direitos dos segmentos historicamente excluídos da participação bem como das possibilidades de vivenciar a dimensão da dignidade, enquanto cidadãos brasileiros. As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, retratando a temática em pauta, permitem afirmar que a promoção da igualdade racial exige um direcionamento do discurso a ser assimilado pelos gestores públicos responsáveis pelo processo de implementação de tais políticas nas esferas municipais, estaduais e federal. A sincronização dos discursos se apresenta como desafio para alcançar êxito nas proposições. A compreensão do racismo, da discriminação racial e dos preconceitos, bem como a estrutura social que secularmente gera desigualdades de todas as naturezas, quando se trata de negros e não negros no país, tornou-se indispensáveis aos gestores públicos, no momento de formulação das políticas de promoção da igualdade racial. Palavras e realidades mal compreendidas e mal colocadas oferecem armadilhas à não efetivação da promoção da igualdade racial.

Os diferentes discursos propalados através das mídias, como rádios, jornais, tvs e redes sociais, a respeito do significado de promoção de igualdade racial, em muitas situações, ao invés de auxiliar na compreensão temática, acabam contribuindo com o processo de disseminação de um teor ideológico tal, que aumentam as incompreensões. Nesse sentido, a compreensão da fala de Nelson Mandela é um achado para que se possa entender o sentido das políticas de promoção de igualdade racial. Mais do que nunca, é chegada a hora de, no Brasil, se falar aos negros na sua própria linguagem.

Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele.

Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração.
(Mandela)

O estado do Rio de Janeiro é formado por 92 municípios, dos quais, apenas 28 têm colocado em sua agenda política a questão da promoção da igualdade racial. Dentre esses 28 municípios alguns apenas acenaram com a possibilidade de criação de um organismo responsável pela execução de tais políticas. Existem municípios que criaram os órgãos, mas não destinaram recursos no orçamento municipal, outros não priorizaram recursos humanos para tal função, de modo que efetivamente, são poucos os municípios que têm efetivamente assumido o compromisso com a promoção da igualdade racial.

Nelson Mandela nos deixou um legado em referência à igualdade racial. A luta é longa e exige de todos um comprometimento tal que gastar a vida, os recursos e esforços em prol de entendimento, respeito e promoção de todos significa uma causa nobre, que vale a pena. A promoção da igualdade racial tem sido, nos últimos anos, ponto de pauta nas agendas públicas em diversos estados e cidades pelo país, ainda que nem sempre com a devida compreensão. Segundo Vieira,

Mencionar combate às desigualdades raciais significa, antes de tudo, desconstruir um longo caminho que moldou o imaginário social de que os problemas que envolvem a raça deveriam ser percebidos como uma questão de segunda categoria, posto que se referiam a uma dimensão não institucionalizada, restrita apenas ao plano subjetivo dos preconceitos, não havendo, de acordo com este raciocínio, uma questão social ou estrutural que associasse raça às condições objetivas da vida (SILVA, 2007, p. 79)

Uns com mais, outros com menos dificuldades, intentam desenvolver iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de segmentos populacionais que, historicamente, têm sido relegados a segundo plano na gestão pública. Referimo-nos, aqui, de modo particular, aos negros, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais, público alvo direto das ações de promoção da igualdade racial. A presente pesquisa vem buscar compreender o que realmente se passa na região da Baixada Fluminense no tocante às políticas públicas de promoção da igualdade racial, coisa que não é possível visualizar em função da escassez de documentação e informações disponíveis daquilo que pretensamente é desenvolvido. Trata-se de uma investigação alocada no Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO, vinculada ao Grupo de Pesquisa “Relações Raciais, Desigualdades Sociais e Educação”, por mim liderado no CNPq. A superação das desigualdades e a promoção da igualdade racial, para a comunidade negra no Brasil, signi-

fica o Estado Brasileiro falar a linguagem dos negros, linguagem essa que segundo Mandela, atinge o seu coração e não apenas a sua mente.

Como desenvolver ações de promoção de igualdade racial em um contexto onde as palavras atuam como entraves para a compreensão das desigualdades? O campo das relações raciais tem se mostrado extremamente profícuo nas últimas décadas para as universidades brasileiras e institutos de pesquisas, quando se trata de desenvolvimento de pesquisas voltadas à superação dos problemas relacionados ao racismo, preconceito e desigualdades raciais no Brasil. A necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de caráter afirmativo para a comunidade negra tem sido evidenciada cotidianamente pelos dados estatísticos dessa população em suas relações na sociedade. Segundo Jacooud,

A desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões do tecido social no Brasil. A extensa e periódica divulgação de indicadores socioeconômicos, sob responsabilidade de organismos de estatísticas e de pesquisa como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômicas (DIEESE) ou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), mostram que grandes diferenças raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira. (JACOUD, 2008, p. 135)

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2005), no Brasil, os 1% mais ricos se apropriam da mesma fatia de renda que os 50% mais pobres. Os 10% mais ricos se apropriam de 46% da renda nacional 90% da população ficam com 54%. Segundo Nascimento, “pode-se dizer que no Brasil as desigualdades fazem parte da formação histórica, das dinâmicas da sociedade e suas instituições (NASCIMENTO, 2007, p. 178). Só é possível tratar e pleitear promoção da igualdade quando se reconhece a existência das desigualdades.

O reconhecimento da diversidade de culturas existentes no Brasil é um passo fundamental para a compreensão de diversidade humana que compõe a população brasileira. Povos indígenas de inúmeras tribos, cada uma com seu modo de ser, de fazer e de estar no mundo; povos negros de origem africana, oriundos de grupos étnicos tão diversos, com culturas e valores tão diferentes, assim como povos europeus, demandam um modo de convivência que salvguarde os seus direitos elementares. Tem se verificado ao longo da história do país, que alguns desses grupos não têm tido a devida oportunidade de participar e usufruir das riquezas, bens, serviços e direitos de forma igual. Vivemos em uma democracia do “faz de conta”. As desigualdades são gritantes em todos os aspectos que quei-

ramos analisar. “Estudos apontam que os rendimentos derivados do trabalho são invariavelmente menores entre os negros, em todos os estratos ocupacionais estudados” (JACCOUD, 2008, p. 49). Elas o são do ponto de vista socioeconômico, educacional, bem como racial. “É fato conhecido no panorama das desigualdades brasileiras que há uma desigualdade racial considerável no país. Pretos e pardos, doravante denominados negros, têm menos que a metade da renda domiciliar *per capita* de brancos” (SOARES, 2008, p. 123). Nesse cenário, no plano federal, no início da década de 2000, são tomadas algumas iniciativas que vão desembocar na criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. A partir daí, desencadeiam-se as discussões sobre a necessidade de o país encontrar caminhos para superação das desigualdades raciais, sobretudo após a conferência de Durban. É bem verdade que, no âmbito dos movimentos sociais organizados, tais reivindicações já faziam parte da agenda de luta. Cabe lembrar aqui que, em 1995, na Marcha de Zumbi, realizada em Brasília, o movimento negro entregou ao Governo Federal um documento onde constavam suas reivindicações por um Brasil mais democrático e igualitário. No âmbito das universidades, iniciaram-se as discussões quanto ao direito do ingresso dos negros por meio das cotas, medida tomada por algumas universidades, sobretudo no Rio de Janeiro, Bahia e Brasília.

A promoção da igualdade racial no âmbito da educação afluía como um imperativo, dados os índices de exclusão dos negros no ensino superior, onde, em cada 100 estudantes que concluíam seus estudos nas universidades públicas, apenas 2 eram negros. A retomada do discurso das ações afirmativas, enquanto possibilidade política e fundamentação da promoção de igualdade, criou um cenário novo no país. Está caracterizado na compreensão de muitos ativistas do movimento negro brasileiro, que as ações afirmativas contribuíram significativamente para colocar, definitivamente, a discriminação e o preconceito na agenda pública. Com isso pode-se afirmar que um dos grandes impactos das medidas de ações afirmativas é a mudança de lógica no processo de discussão das desigualdades sociais no Brasil. Assim, foi possível vislumbrar inúmeros segmentos sociais que necessitavam de políticas específicas para se recolocarem como sujeitos, com valores e dignidade humana, reescrevendo a história (BURKE, 1992), cujo reconhecimento tinha que partir dos gestores públicos.

A Baixada Fluminense é uma região composta por vários municípios que formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Num estudo

desenvolvido na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, em 2007, que resultou na dissertação de mestrado *Mortalidade e Condições de Vida na Baixada Fluminense*, de Aline de Moura Souza, a região é apresentada como um “cenário de baixo desenvolvimento econômico e precárias condições de saúde”. O intenso processo de ocupação e crescimento demográfico, experimentado durante o século XX, foi acompanhado de uma melhora parcial nas condições de saúde, habitação e infraestrutura básica, mas vários problemas ligados à situação de pobreza e necessidades básicas não atendidas ainda persistem. Outra característica da região é o fato de ela ser conhecida como “cidade dormitório” em função do deslocamento de grande parte de sua população, pela manhã, para a cidade do Rio de Janeiro, para trabalhar e retornar somente à noite. Saúde, transporte, educação, segurança, saneamento básico, trabalho, constituíram-se nos grandes desafios ao longo de décadas. A violência é uma realidade com a qual a população vive cotidianamente, e que, nos últimos tempos, tem se agravado, em função da política de segurança implantada na cidade do Rio de Janeiro com as UPP (Unidades Policiais de Pacificação). A região tem se tornado “refúgio” dos criminosos que abandonam suas “bases” nos morros e periferias da “cidade maravilhosa”.

Nesse cenário político, onde parece que nada funciona, o discurso de igualdade evoca análises em seus múltiplos aspectos. A igualdade racial passa necessariamente pelo tratamento socioeconômico dado à região, pelo modo como os aspectos culturais com suas riquezas são enfocados, a maneira como é encarada a segurança pública dos cidadãos, em sua maioria negros, assim como pelas políticas de combate ao racismo e superação de todas as formas de intolerâncias presentes no cotidiano da vida da população. A promoção da igualdade racial é uma questão ética, bem como uma questão do próprio desenvolvimento do país. Esse é, inclusive, o indicativo que se pode encontrar no discurso feito pelo Presidente da República por ocasião da Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Brasília, em junho de 2005. O então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, assim discursava:

Companheiros e companheiras,

Esta Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, pela forma como foi preparada – 27 conferências estaduais com intensa participação de mais de 90 mil pessoas – e pelo que significa na história de nosso país, já é, por si mesma, uma grande vitória de todos os que lutam pela igualdade racial. Uma vitória de que há muito tempo o Brasil precisa, e que a consciência democrática da sociedade, em especial a do nosso povo negro, sempre

buscou (...) por isso, a igualdade racial é, para nós, além de um compromisso ético, uma diretriz política e econômica de desenvolvimento. (LULA, 2005)

Conforme se pode constatar no discurso de Lula, a igualdade racial será uma conquista de todos, e é um bem para o desenvolvimento do país. Daí a certeza de que não cabem mais os meios termos para o tratamento da promoção de igualdade racial. O discurso necessita ser recolocado sem falsos pudores, sob pena de continuar a escamotear a realidade de desigualdades.

Oxalá novos discursos obtenham novos significados em uma perspectiva da força da palavra e suas possíveis materializações no que tange à efetivação dos direitos de todos.

4. *Considerações finais*

O que se fala e como se fala sobre igualdade influencia no que se faz para promovê-la. O que se fala e como se fala sobre os negros e racismo marcam decisivamente a atuação dos gestores públicos responsáveis diretos pela elaboração, implementação, efetivação e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial. É verdade que apenas a mudança do discurso não garante a promoção da igualdade racial, mas é verdadeiro também que um discurso viciado, emaranhado de desentendimentos, conscientes ou não, sobre a realidade em que vivem os negros no país, acaba funcionando como um elemento de entrave das ações de promoção de igualdade. A superação do discurso viciado sobre o tema da igualdade é uma exigência para que se possam efetivar políticas de promoção.

A igualdade racial não é apenas um sonho, mas um horizonte possível de ser alcançado. Ir além das artimanhas dos discursos significa ver além do que aparentemente pode ser visto num primeiro instante. Esse novo olhar para a região da Baixada Fluminense cobra novas posturas diante dos problemas socioeconômicos e culturais vividos pela população local. Promover igualdade racial passa a significar recolocação da dignidade humana no seu devido lugar. Assim, não mais seremos “todos macacos”, mas seremos todos humanos. Esse é o horizonte novo que essa discussão nos aponta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tânia Maria Amaro. *De Meriti a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CAVALLEIRO, Eliane. Valores civilizatórios: dimensões históricas para uma educação antirracista. In: BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

FORO DE ONGs. *Conferencia Mundial Contra el Racismo*. Durban: Sudáfrica, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Multiculturalismo e racismo: uma compreensão Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

HASENBALG, Carlos Alberto. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HERINGER, Rosana. *A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ierê, Núcleo da Cor, LPS, IFICS, UFRJ, 1999.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mario. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

_____. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mario. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: USP/Centro de Estudos Africanos, 1996.

NASCIMENTO, Alexandre. Ações afirmativas: combate ao racismo e promoção da igualdade, In: ROCHA, José Geraldo; SANTOS Ivanir. *Diversidade e ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

ROCHA, José Geraldo; SANTOS, Ivanir. *Diversidade e ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Sales Augusto. *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: MEC, 2005.

SILVA, Andrea Lopes Costa. A experiência de ação afirmativa no Brasil. In: ROCHA, José Geraldo; SANTOS, Ivanir. (Orgs.) *Diversidade e ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SILVA, Nelson do Valle. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 26, Rio de Janeiro, 1994.

SILVA, Petronilha B. G.; SILVERIO, Valter Roberto, (Orgs.). *Educação e ações afirmativas no Brasil: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.

SOARES, Sergei. Trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa aos negros no Brasil. In: THEODORO, Mario. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER: ESTUDO CRÍTICO DAS IDENTIDADES

Guianeza M. de Góis Saraiva Meira (UFRN/CAPES)

guanezasaraiva@bol.com.br

Danielle Brito da Cunha (UFRN/CAPES)

danieafacedasaguas@hotmail.com

Cleide Emília Faye Pedrosa (UFRN/UFS)

RESUMO

O objetivo deste minicurso é analisar os discursos feministas e a transformação das identidades, que por sua vez, denotam mudanças sociais e culturais, a partir de dois projetos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O primeiro projeto é parte da dissertação de Danielle Brito da Cunha, o segundo faz parte da tese de Guianeza M. de Góis Saraiva Meira. Este minicurso ancora-se teoricamente pela abordagem sociológica e comunicacional do discurso, que se configura como uma contribuição nacional para a análise crítica do discurso, teoria que vem sendo desenvolvida no Brasil há mais de três décadas. Pedrosa (2012) afirma que a abordagem sociológica e comunicacional do discurso está fundamentada, principalmente, em áreas da linguística para atender a demanda da materialidade linguística; recorrendo à gramática sistêmica funcional, e, ainda, à gramática visual; há ainda as contribuições da sociologia, da comunicação e dos estudos culturais, tudo para analisar as mudanças sociais e culturais atreladas a um determinado contexto. Este trabalho tem como foco a Sociologia para mudança social. Metodologicamente, trabalharemos com dois *corpora*: o depoimento de mulheres que sofreram agressão doméstica e cartas do leitor das revistas *Claudia* e *Nova*. A análise textual será com base nas categorias do *Sistema de Avaliatividade e Transividade da Gramática Sistêmico-Funcional* (GSF), assim como aspectos discursivos e sociais da abordagem sociológica e comunicacional do discurso, cujo aporte teórico reporta-se a Bajoit (2008, 2008), Pedrosa (2012), Giddens (2002), entre outros estudiosos. O minicurso tem como público-alvo os alunos de letras e áreas afins, professores do ensino médio e ensino superior, profissionais e pesquisadores do texto/discurso, e contempla a seguinte ementa: a) Visão teórica da abordagem sociológica e comunicacional do discurso; b) Sociologia para mudança social; c) Análise de texto/discurso com base léxico-gramatical e semântico-discursivo da linguística sistêmico-funcional; d) Fragmentação das identidades e discursos feministas.

Palavras-chave: Violência de gênero. Análise crítica do discurso.

Abordagem sociológica e comunicacional do discurso

1. *Introdução*

O estudo do feminismo e das identidades tem se difundido cada vez mais nas práticas sociais. As diferenças de gênero (*gender*) e a fragmentação do indivíduo são considerados excelentes objetos de investigação acadêmica e, por esse motivo, analisaremos neste minicurso os discursos de mulheres vítimas de agressão, como também nas cartas do leitor em duas revistas de ampla circulação nacional, a *Claudia* e a *Nova*. A partir desses discursos verificaremos as transformações identitárias e os indícios de emancipação feminina.

Teoricamente, recorreremos aos postulados da abordagem sociológica e comunicacional do discurso, cuja ênfase está na sociologia para mudança social, importando-nos verificar as principais mudanças sociais e culturais atreladas ao discurso feminista. Além disso, nos reportaremos à gramática sistêmico-funcional, especialmente aos sistemas de avaliatividade e transitividade.

Para este minicurso foi escolhida uma carta de cada revista em estudo e dois depoimentos de mulheres vítimas de agressão doméstica. Os resultados indicam que, paralelo ao advento da globalização, os discursos das mulheres, seja nas cartas do leitor, seja nos depoimentos sobre violência doméstica, apresentam mudanças nos efeitos de sentidos reverberados, evidenciando que, a mulher assume diferentes papéis na sociedade, caracterizando-se como um acúmulo de funções, conforme constataremos neste minicurso.

2. *Análise crítica do discurso: um começo para entender a mudança*

Conhecida como uma corrente essencialmente crítica, a análise crítica do discurso (ACD) teve sua aparição no cenário internacional na década de 1980. (PEDROSA, 2011, 2012) Sua origem começa nos estudos de Fairclough (2001-2006), talvez seu expoente mais conhecido internacionalmente. Essa aparição é o estopim dos estudos realizados nas décadas de 60 e 70, nos quais discussões sobre as mudanças sociais estavam no apogeu entre os estudiosos. O fator social começava a ganhar força e importância crucial nos estudos da linguagem, ou seja, passa a ser ter uma visão da função social da linguagem em seus diferentes contextos.

Sem pretensões de ser o aperfeiçoamento das teorias que a precedem, essa teoria se concentrava em fazer a análise do social, via discurso

e texto, fazendo a ponte entre linguagem e sociedade. Nela, a linguagem é entendida enquanto prática social, assim, já não está presa apenas a um modo de ação, antes, trata-se de um modo de ação historicamente situado (FAIRCLOUGH, 2003).

Considerando a linguagem como um importante fator nas lutas sociais, a principal preocupação da análise crítica do discurso está nas relações que envolvem poder, ou seja, nos estudos sobre hegemonia, e no enfoque sobre “o oprimido”. Ao enveredar pelo social, a análise crítica do discurso se coloca como uma mediadora com outros campos do saber, tais como sociologia, psicologia, etnografia, dentre outros.

Essa sua dinâmica interdisciplinar, assim como, seus métodos próprios lhe puseram no grande rol da linguística aplicada e a aliam a abordagem sociológica e comunicacional do discurso.

2.1. Abordagem sociológica e comunicacional do discurso: caminhos para a mudança

Movida por uma busca de uma linguagem situada no histórico e no social, a abordagem sociológica e comunicacional do discurso se dispõe a dialogar com estudos em outras áreas, tais como a sociologia, psicologia, etnografia, comunicação, dentre outros. Entendendo-se como transdisciplinar, forjada inicialmente como uma abordagem ligada à análise crítica do discurso, ainda conserva em seu arcabouço orientações metodológicas advindas desta. Numa busca por uma síntese do que seria a abordagem sociológica e comunicacional do discurso, encontramos a assertiva que melhor a define, extraída dos apontamentos da Dra. Cleide Emilia Faye Pedrosa (2012a, p. 13):

A ASCD está fundamentada, principalmente, em áreas da linguística (como exemplos: linguística sistêmico-funcional, linguística textual) como compete a todas as pesquisas em ACD, para atender a demanda da materialidade linguística; recorre à gramática visual, para cobrir a multimodalidade do texto. Além disso, nasce conexa à sociologia para mudança social (BAIJOT, 2008), traz para o seu quadro teórico a comunicação para a mudança social (GUMUCIO-DAGRON, 2001, 2004; NAVARRO-DÍAZ, 2010) e os Estudos Culturais (MARTTELART, 2005; HALL, 2005). Tudo isso para analisar as mudanças sociais e culturais promovidas e vivenciadas pelo sujeito.

A transdisciplinaridade nela expressa, contudo, não lhe dá o status de melhor que as demais, nem lhe permite colocar-se como um aperfeiçoamento das abordagens com as quais dialoga, ao contrário, acaba por

posicioná-la como um campo de estudo acessível, dinâmico, amplo, o que proporciona uma forma diferente de teorização, análise e aplicação.

Como dito anteriormente, no arcabouço das teorias com as quais dialoga a abordagem sociológica e comunicacional do discurso, temos a linguística sistêmica funcional (LSF) que contribui com os sistemas de transitividade e de avaliatividade. A importância da linguística sistêmica funcional está nas suas categorias de análise, que ajudam a dar conta da materialidade linguística.

3. *Sociologia para a mudança: os caminhos desde a sociologia teórica até a sociologia aplicada*

Das ciências humanas, indubitavelmente, a sociologia é aquela que mais tem dado ênfase aos eventos sociais. Isto está em sua natureza constitutiva. Entender os mecanismos sociais é seu objeto de estudo. Sendo assim, não há como falar em mudança social, sem passar pela sociologia.

A sociologia sempre esteve preocupada com a mudança social, desde os primórdios, se esmerava em adquirir conhecimento e descrever a sociedade, para assim ter controle dos fenômenos sociais (SACO, 2006). Acreditava-se que se havia conhecimento suficiente sobre essa “sociedade”, podia-se criar bases científicas e racionais para ela, criando “leis” que a estruturassem legitimamente.

A sociologia é o estudo das ações sociais, da conduta significativa dirigida para os outros e orientada para suas respostas, concretas ou esperadas. Todas as entidades sociais complexas que aparecem no transcurso da história humana (economias, sistemas políticos, organizações sociais) não são mais que produtos acumulados e duradouros de ações sociais (SZTOMPKA, 2005).

Sztompka (2005) afirma que a ideia de mudança advém da ideia de formação de sistemas. No nível *macro*, toda a sociedade pode ser concebida como um sistema; no nível *meso*, os estados-nação e as alianças políticas e militares regionais podem também ser vistos como sistemas; no nível *micro*, as comunidades locais, associações, empresas, famílias ou círculos de amizade podem ser tratados como pequenos sistemas. Nesse contexto, considera-se como mudança social aquela que ocorre dentro do sistema social ou que o abrange.

Para o autor, o conceito básico de mudança social envolve três ideias: (1) diferença; (2) em instantes diversos; (3) entre estados de um mesmo sistema. Os livros de sociologia trabalham com noções distintas de mudança social. Vejamos algumas delas:

Mudança social é a transformação da organização da sociedade e de seus padrões de pensamento e comportamento através do tempo.

Mudança social é a modificação ou transformação da maneira como a sociedade é organizada.

Mudança social diz respeito às variações das relações entre indivíduos, grupos, organizações, culturas e sociedades através do tempo.

Mudanças sociais são as alterações dos padrões de comportamento, relações, instituições e estrutura social através do tempo. (*Apud* SZTOMPKA, 2005, p. 30)

Bajoit (2008, p. 17), ao considerar a questão das mudanças sociais, inseridas no contexto da sociologia, sustenta que essa ciência nasce com a modernidade e se desenvolve depois da Revolução Industrial e da democracia. Acrescenta, ainda, que os movimentos sociais se formam a partir de orientações da história e, portanto, dos modelos culturais vigentes.

Não restam dúvidas de que a Revolução Industrial trouxe com ela transformações tecnológicas, econômicas e políticas e que seus efeitos sobre as formas de convivência social propiciaram a instauração de um novo modelo cultural, o qual, por sua vez, condicionou a transformação do sujeito. A família, a escola, a igreja, a televisão, o clube de futebol, a vocação, o matrimônio, a empresa em que trabalha, a maternidade ou paternidade são alguns dos campos de relações de que cada indivíduo participa em sua vida social.

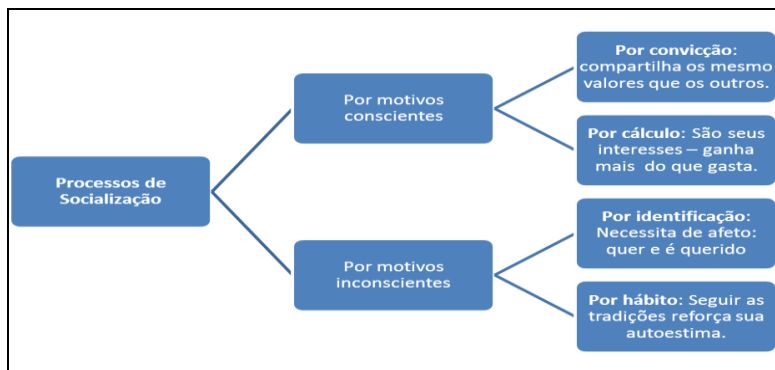
Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (CASTELLS, 1999, p. 414).

Bajoit (2008, p. 87, tradução nossa) reafirma essa transformação do sujeito quando diz:

Reconhecer que o ser humano está orientado em suas condutas, ao menos em parte, pela intervenção de sua consciência – por uma capacidade reflexiva que lhe permite analisar e interpretar o mundo e conduzir-se como sujeito – significa introduzir ao mesmo tempo a questão do sentido. Este lugar tão importante do sentido da vida social dos seres humanos permite compreender porque recorrem constantemente a referências culturais para justificar sua conduta ante a si mesmo e ante os demais.

Na concepção de Bajoit, a vida social põe em relação múltiplas categorias sociais diferentes: grupos de idade, sexo, região, raças, religiões, línguas, interesses, entre outras. Essas categorias têm interesses, projetos, visões de mundo e convicções diferentes e, em parte, incompatíveis. “Para que todos os grupos possam coexistir em paz é necessário que cada um deles aceite renunciar a uma parte de seus interesses para ceder lugar aos outros” (BAJOIT, 2008, p. 38-39).

Um dos processos mais eficazes da socialização consiste na identificação do indivíduo com outra pessoa, com a qual ele é suscetível de estabelecer uma relação de empatia: a identificação com o pai, a mãe, um amigo, um professor, um chefe carismático, um líder, um ídolo, dentre outros, conforme a figura elaborada por Bajoit (2008, p. 139) e reproduzida abaixo.



Fonte: BAJOIT, 2008.

No parecer de Fairclough (2008, p. 127), a ocorrência de mudança envolve não só adaptar convenções já existentes mas também formas de transgressão, o cruzar de fronteiras que tem a ver com a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou mesmo a sua exploração. Isso ocorre porque as pessoas apresentam a capacidade de agir ou de atuar de modos inesperados (FAIRCLOUGH, 2006).

Diversos segmentos passaram por mudanças sociais. Dentre estas, é importante destacar as mudanças familiares. Os modelos de comportamento que regulamentavam as relações entre os sexos e as relações de parentesco foram abandonados, ainda que, em algumas regiões e nas classes sociais menos escolarizadas e menos expostas à influência da cultura atual, possam ser reconhecidas sobrevivências de valores de passados que, no entanto, não gozam mais de legitimidade social, sendo redu-

zida a possibilidade de que se reproduzam nas novas gerações. A família emerge como “o local para as lutas entre a tradição e a modernidade, mas também uma metáfora para elas” (GIDDENS, 2000, p. 63).

Outros segmentos como escola, igreja, casamento, relações de amizade, dentre outros, sofreram diversas transformações com o processo da globalização. A partir delas, os discursos reproduzidos pelos indivíduos também passaram por grandes alterações. A forma como as aulas são ministradas, os sermões do padre, o surgimento de novas amizades a partir das redes sociais e a divisão das funções matrimoniais nos fornecem subsídios para afirmar que houve profundas mudanças na sociedade e que elas são fundamentais na formação das identidades que o sujeito assume ao longo da vida.

Bajoit (2008) indica que essas transformações caracterizam a 3ª Revolução Industrial, que, por sua vez, está relacionada à energia nuclear e, sobretudo, às tecnologias de informação. O autor acrescenta ainda que “as inovações tecnológicas ligadas à informação e à comunicação são decisivas para compreender as mudanças econômicas e financeiras que vemos atualmente” (BAJOIT, 2008, p. 260, tradução nossa).

A mudança social tem a ver com mudanças nos eventos sociais (práticas sociais, rede de práticas sociais e estruturas sociais). Consequentemente isso abrange mudança nos textos, nas ordens do discurso e nas linguagens; abrange, no entanto, em primeiro lugar, mudança do próprio olhar do sujeito sobre as práticas que o socializaram.

4. *Que sujeito eu sou?*

Cotidianamente, deparamo-nos com a incerteza da nossa identidade e nos questionamos: que sujeito eu sou? Quem eu gostaria de ser? Essas indagações ocorrem porque o sujeito assume identidades diferentes em diversos momentos, as quais não são unificadas em torno de um “eu” coerente. Dentro de nós, há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que as nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. A identidade plenamente identificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

Levando em consideração as identidades femininas, podemos inferir que, em um dado momento, uma determinada mulher pode ser brasileira, casada, mãe, professora, dona de casa, dentre tantas outras identidades que os indivíduos assumem concomitantemente na sociedade pós-

moderna. Em outra instância, essa mesma mulher pode continuar a ser brasileira, mãe, porém divorciada, microempresária, cronista, avó e desenvolver atividades que julgava desinteressantes. Dessa forma, podemos afirmar que, conforme Bauman (2005), somos sobrecarregados de identidades.

Contudo, nem sempre foi assim, pois, segundo Hall (2006), existem três concepções que retratam a realidade do sujeito em diversos momentos da nossa história: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do iluminismo era visto como pronto, fechado e acabado; um indivíduo totalmente centrado, unificado e dotado das capacidades de razão. Ele nascia e se desenvolvia permanecendo essencialmente o mesmo. Essa concepção era considerada muito individualista. Já o sujeito sociológico reflete a crescente complexidade do mundo moderno. Essa concepção retrata um momento em que o sujeito não se constitui por si só, individualizado, e, sim, por meio do convívio e da relação com as outras pessoas. Dessa forma, o “eu” se desenvolve na troca de experiências e na diversidade de identidades no mundo ao redor. Por fim, o sujeito pós-moderno surge a partir de transformações sociais, políticas e econômicas. “O sujeito, antes dotado de uma identidade unificada e estável, se torna fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2006, p. 12).

A respeito dessas transformações que ocorrem na construção da identidade, Marx profere ideias que conceituam a modernidade tardia, a saber:

É o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar (MARX, 1973, *apud* HALL, 2006, p. 14).

Formada ao longo do tempo, mediante processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Assim é a identidade. Há sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre ela, pois permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. Algumas identidades são de nossa própria escolha, mas outras são infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta.

Para Giddens (2005), o conceito de identidade na sociologia é multifacetado e pode ser abordado de inúmeras formas. De modo geral, a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas.

De acordo com Giddens (2005), há dois tipos de identidades frequentemente mencionados: a identidade social e a autoidentidade (ou identidade pessoal). A identidade social refere-se a características que são atribuídas a um indivíduo pelos outros. Elas podem ser vistas como marcadores que indicam quem, em um sentido básico, essa pessoa é. Ao mesmo tempo, esses marcadores posicionam essa pessoa em relação a outros indivíduos que compartilham os mesmos atributos. As identidades sociais, portanto, envolvem uma dimensão coletiva. Elas marcam as formas pelas quais os indivíduos são “o mesmo” que os outros. A autoidentidade, em contrapartida, nos separa como indivíduos distintos. Ela se refere ao processo de autodesenvolvimento por meio do qual formulamos um sentido único de nós mesmos e de nossa relação com o mundo à nossa volta. O processo de interação entre o eu e a sociedade ajuda a ligar os mundos pessoal e público de um indivíduo.

Recorrendo a Bauman (2005, p. 60), apontamos que “uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha. Seria uma incapacidade de destravar a porta quando a nova oportunidade estiver batendo”.

Na visão de Medeiros (2009), a identidade significa um conjunto de critérios de definição de um indivíduo e um sentimento interno composto de diferentes sensações, tais como sentimentos de unidade, de coerência, de pertencimento, de valor, de autonomia e de confiança. Esses diferentes ingredientes afetivos e cognitivos representam os processos internos através dos quais o psiquismo organiza todas as informações que ele recebe em um todo coerente. São essas as informações que constituem o saber universal do sujeito.

Todavia, esses sentimentos de identidade nem sempre se manifestam de forma coerente e pacífica, mas, ao contrário, evoluem frequentemente em meio às tensões, aos conflitos e aos compromissos. Esse conceito de si próprio, que significa a maneira pela qual nós mesmos nos definimos, não é uma noção estática, pois está em constante evolução em função da idade e das experiências vividas.

Já no ponto de vista de Erikson (*apud* MEDEIROS, 2009), a construção identitária é um processo ativo, afeito a conflitos e sujeito à inter-

venção de várias dimensões (social, psicológica, consciente e inconsciente). Refere-se respectivamente aos modelos sociais sob os quais o indivíduo se acomoda, quais sejam: o ideal do “eu”, o sentimento subjetivo de unidade pessoal e de continuidade temporal e a identificação aos modelos parentais e culturais.

Como resultado, esse processo se manifesta inicialmente no contexto familiar, indo, depois, desenvolver-se proporcionalmente ao crescimento do indivíduo e ao alargamento de seu universo sociocultural: vida escolar, incidência dos meios de comunicação de massa, entre outros fatores. A identificação passa a incidir sobre grupos maiores relativos a idade, sexo, classe social, profissão, clube esportivo e identidades regional e nacional. O indivíduo, assim, não somente interioriza a memória dos grupos de pertencimento, a qual é composta de experiências múltiplas, modelos, significados e representações, como também se lança em projeções identificatórias a outros grupos de referência aos quais ele procura se integrar (MEDEIROS, 2009).

5. *Gramática sistêmico-funcional: caminhos para análise em abordagem sociológica e comunicacional do discurso*

5.1. Sistema de avaliatividade

O sistema de avaliatividade, proposto por Martin e White (2005), caracteriza-se como um conjunto de significados interpessoais que se debruça sobre os mecanismos de avaliação veiculados pela linguagem, configurados em um sistema que oferece aos usuários possibilidades de utilizar itens avaliativos em suas interações cotidianas. Vejamos ilustração abaixo.

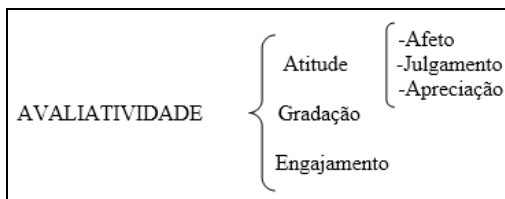


Fig. 1 – Recursos do Sistema de Avaliatividade e do Sistema de Atitude.

Fonte: Martin; White (2005, p. 38).

Neste minicurso trabalharemos com o subsistema de atitude. Resumidamente, atitude é o subsistema responsável pela expressão lingüís-

tica das avaliações positivas e negativas, que abrange três regiões semânticas: afeto, julgamento e apreciação.

O *afeto* tem a função de expressar as emoções no discurso. O *julgamento* representa as avaliações dos falantes/autores em relação ao “como comportar-se” na sociedade; são avaliações emitidas sobre a ética e a moralidade estabelecidas pela Igreja, pelo Estado ou por outras instituições. Já a *apreciação* diz respeito às avaliações a respeito das coisas e dos objetos, no âmbito da estética, da forma etc.

As avaliações de afeto, de julgamento e de apreciação estão presentes nos textos orais ou escritos, sendo indiretamente subentendidos, pressupostos ou assumidos pelos falantes/autores. E, em muitos casos, são cuidadosamente administrados, levando em conta a possibilidade sempre presente de desafio ou contradição por parte daqueles que possuem visões diferentes.

A partir das cartas do leitor veiculadas nas revistas femininas *Claudia* e *Nova* iremos verificar as categorias do Subsistema de Atitude. Para isto, destacaremos agora as principais características que condicionam o afeto, o julgamento e apreciação.

No que diz respeito ao afeto, Martin e White (2005) sugerem seis fatores que devem ser levados em consideração:

- Sentimentos são considerados culturalmente positivos e negativos;
- Sentimentos são o resultado de emoções;
- Sentimentos resultantes de alguma reação externa;
- A gradação dos sentimentos é lexicalizada;
- Sentimentos envolvem intenções mais que reações;
- As emoções são agrupadas em três conjuntos: felicidade/infelicidade; segurança/insegurança; satisfação/insatisfação.

Quanto ao julgamento, Almeida (2010) afirma que essa categoria pode ser entendida como uma institucionalização do sentimento, ou seja, normas de comportamento que direcionam como as pessoas devem ou não agir. O julgamento é dividido em dois tipos:

- Estima social: normalidade, capacidade, tenacidade.

- Sanção social: propriedade, veracidade.

Por último temos a apreciação, que diz respeito às avaliações sobre elementos ao nosso redor, bens e serviços de nosso dia a dia, tais como shows, filmes, livros CDs, obras de arte, casas, prédios, parques, recitais, espetáculos ou performances de qualquer tipo, fenômenos da natureza, relacionamentos e qualidade de vida (MARTIN & ROSE 2003/2007, p. 37). Gramaticalmente, os itens lexicais que realizam a apreciação tendem a se enquadrar em estruturas como o processo mental de cognição tais como: eu sei, eu entendo, eu acredito. A apreciação divide-se em três tipos:

- Reação: Impacto; Qualidade.
- Composição: Proporção; Complexidade.
- Valoração.

5.2. Sistema de transitividade

O sistema de transitividade constitui um conjunto de significados da metafunção ideacional, ou seja, preocupa-se com a experiência em termos de configuração de processos, participantes e circunstâncias, por isso, a oração é vista como representação, isto é, está ligada ao uso da língua que inclui tanto o mundo externo – eventos, elementos – como o mundo interno – pensamentos, crenças, sentimentos.

Pelo sistema de transitividade, temos seis tipos de processos e cada um deles se associa a participantes específicos e circunstâncias variadas. No quadro abaixo temos uma síntese desses processos e participantes.

Processo	Significado	Participantes obrigatórios	Participantes opcionais
Material	Fazer, acontecer	Ator	Meta, Extensão e Beneficiário
Mental	Sentir	Experienciador e Fenômeno	-
Relacional: Atributivo Identificador	Ser Classificar Definir	Portador e Atributo Característica e Valor	-
Verbal	Dizer	Dizente e Verbiagem	Receptor
Existencial	Existir	Existente	-
Comportamental	Comportar-se	Comportante	Behavior

(Quadro: *Processos, significados e participantes*. CUNHA & SOUZA, 2011, p. 76)

Esses mesmos processos e participantes interagem com circunstâncias variadas como mostra o quadro abaixo:

Tipos de circunstâncias	
1. Extensão	Distância
	Duração
	Frequência
2. Localização	Lugar
	Tempo
3. Modo	Meio
	Qualidade
	Comparação
	Grau
4. Causa	Razão
	Propósito
	Interesse/representação
5. Contingência	Condição
	Falta
	Concessão
6. Acompanhamento	Comitativo
	Aditivo
7. Papel	Estilo/Aparência
	Produto
8. Assunto	(Sobre o quê?)
9. Ângulo	Recurso
	Ponto de vista

(Quadro: representação das circunstâncias)

Os processos, participantes e circunstâncias traduzem, por assim dizer, nossa experiência em linguagem. Como evidenciado no quadro acima, existe diferentes processos ligados a determinados participantes que por sua vez se reportam a diferentes circunstâncias. Por isso, um ponto central para o estudo do Sistema de Transitividade é a questão da escolha, o uso da língua ganha, dessa forma, um caráter probabilístico (HALLIDAY, 1992). Nessa direção, o pesquisador está sempre comparando as escolhas realizadas pelo falante com outras disponíveis no sistema da língua, procurando determinar quais foram suas motivações.

6. Trilhas que conduzem às análises

Aqui neste subtópico iremos pontuar, de forma resumida, os objetos de pesquisa que nortearam este minicurso e, em seguida, analisar os

discursos de cada pesquisa, conforme já mencionado nesse artigo. Primeiramente, iremos discutir as características do gênero textual carta do leitor, preocupando-se ainda com os propósitos comunicativos das revistas femininas *Claudia* e *Nova*. Em seguida, analisaremos os depoimentos de mulheres que sofreram agressão física retirados da ferramenta “comentário” em reportagens que tratam de violência doméstica, expostas no site de notícias g1.globo.com.

Definidas como um gênero textual, as cartas do leitor, cujos espaços são destinados aos leitores para que possam expressar pareceres pessoais, favoráveis ou não, sobre matérias publicadas, são endereçadas aos editores que, após efetuarem uma seleção prévia e editoração, publicam-nas.

Balocco (2011, p. 51) afirma que na carta do leitor há, predominantemente,

Recursos de contração dialógica, com uso de proposição/expectativa confirmada, negação, marcadores conversacionais de tomada de turno de uso restrito a locutores com controle da interação, além de léxico valorativo de alta intensidade. Todos esses recursos contribuem para o *ethos*, ou imagem discursiva, do leitor como alguém que não precisa negociar suas opiniões, sequer de apresentar uma posição discursiva isenta, distanciada, ou documentada em fatos, dados e reflexões mais aprofundadas.

As cartas do leitor são consideradas um excelente objeto de investigação das transformações identitárias das mulheres, pois as revistas têm como finalidade veicular artigos que sejam de interesse de um determinado público-alvo, tentando assim, fidelizar um maior número possível de leitores.

A revista *Claudia* retrata em seus artigos e anúncios publicitários a mulher que é mãe, esposa e dona de casa – papéis naturalizados como femininos pela sociedade tradicional e patriarcal – além de trabalhar fora e estudar, conciliando todos os interesses, sejam pessoais ou profissionais. Por sua vez, a revista *Nova* tem como principal temática a sexualidade feminina. Não mais tratada como um tabu pelos meios de comunicação de massa, essa revista trata do direito sobre o próprio corpo, sobre o orgasmo e, principalmente, prevenção feminina e sexo antes do casamento.

Nessa instância, vejamos as cartas escolhidas para esse estudo e suas respectivas análises.

Carta da revista *Claudia*:

Aborto legal: do papel ao hospital

Achei pequeno o espaço dado à matéria “Aborto legal: do papel ao hospital”, edição de fevereiro. Creio que é essencial nós, mulheres, nos manifestarmos diante desse projeto tão nosso e fico muito triste em saber que existe uma oposição formada por mulheres, que escondem um machismo embutido e que não têm a mínima sensibilidade em relação à vítima de estupro. Débora Alves, Goiânia, GO. Maio de 1997.

O aborto é um tema considerado polêmico desde os primeiros movimentos feministas e sempre dividiu opiniões. Na carta acima, subentende-se que esteja em pauta o direito ao aborto quando a geração do filho é resultante de estupro. Cremos que o sujeito discursivo dessa carta é favorável à prática do aborto nessas circunstâncias, cuja inferência é autorizada pelas expressões que assinalamos em negrito em “Creio que é *essencial* nós, mulheres, nos manifestarmos diante desse *projeto tão nosso* e fico *muito triste* em saber que existe uma *oposição formada por mulheres*”.

Quanto ao subsistema de atitude, podemos afirmar que essa carta está enquadrada na categoria *juízo*, especificamente de *sanção social* (O indivíduo é ético? É honesto?), posto que essa categoria relaciona-se com questões de “ética”, com uma análise normativa do comportamento humano baseado em regras ou convenções de comportamento. Ao se posicionar favoravelmente à da prática do aborto, o sujeito discursivo vai de encontro com as convenções estabelecidas por instituições de grande importância na constituição de alguns seres humanos, dentre elas, a Igreja Católica.

A carta do leitor sinaliza ainda, uma forte mudança social e discursiva, que por sua vez, propicia a transformação das identidades. Em décadas anteriores, as mulheres não tinham liberdade de expressão e, alguns assuntos, eram considerados tabus, entre eles, o aborto. Com o advento da globalização e a disseminação das ideias nos meios de comunicação de massa, esses tabus enfraqueceram, condicionando assim, o direito à propagação de opiniões e a interatividade com outras pessoas.

Carta da revista *Nova*:

De bem com o corpo

Entendo que muitas mulheres queiram caber em um jeans pequeno, como mostra *A crise dos 38* (setembro). Mas é pura bobagem criar neurose. Uso manequim 44, nem por isso me acho menos bonita do que as supostas felizardas que vestem o tal número. Percebi que a máxima “As magras são mais cobçadas e bem-sucedidas” nem sempre é verdadeira. Tenho 28 anos, 1,77 me-

tro e 83 quilos. Sou médica residente em uma das universidades mais bem conceituadas do Brasil, casei com o homem que amo e que me realiza em todos os sentidos. Fernanda Paes, São Paulo, SP. Edição de novembro de 2007.

A temática em pauta na carta acima é predominante em todas as revistas voltadas para o público feminino: o corpo. A estética tem sido cada vez mais valorizada e, em algumas circunstâncias, motivo de distúrbios psíquicos e/ou alimentares.

O discurso da carta em análise evidencia uma autora/leitora que se diz “bem resolvida” com o seu corpo, que administra da melhor forma possível o excesso de peso. No que diz respeito à avaliatividade, identificamos um *afeto* positivo de *satisfação* no trecho ‘Uso manequim 44, nem por isso me acho menos bonita do que as supostas felizardas que vestem o tal número’ [38].

No que tange às mudanças socioculturais, ressaltamos as cobranças em relação ao corpo. Na década de 60, as mulheres com corpo mais cheinho eram vistas positivamente, pois indicavam fartura em casa, indicando assim, um marido que cumpre com suas obrigações conjugais. Em seguida, o corpo magérrimo ficou em evidência. Pernas longas e barriga retinha chamavam atenção nas passarelas de eventos de moda, impondo um padrão para a sociedade. Hoje, vemos uma busca incessante pelo corpo “malhado, sarado, siliconado, curvilíneo”.

Porém, em meio a tantas mudanças no padrão ideal, o corpo sempre esteve em notoriedade. As pessoas que se distanciam desse padrão tendem a desenvolver problemas para interagir no meio social, com algumas exceções, como parece ser o caso da autora/leitora em questão.

Os “comentários” por sua vez são ferramentas presentes em sites de diversos tipos, eles abrem a oportunidade que os leitores interajam com o que foi colocado no site. Esse tipo de ferramenta não permite que o “dono” do site edite o que foi comentado, sendo de total responsabilidade do autor do comentário o que está posto nele, essa característica também garante uma maior veracidade na narrativa, uma vez que não pode ser manipulada pelo canal midiático.

Embora seja uma ferramenta comum em vários sites, elegemos para nossa análise um canal midiático específico que é o site oficial da Globo, maior emissora televisiva aberta do Brasil, segundo o site do ibope.

O site pesquisado foi o g1.globo.com, mais especificamente a reportagem sobre violência contra a mulher veiculado no programa “profissão repórter”. A escolha foi feita pelo alto número de comentários gerados no site a partir dessa única reportagem. Dos comentários feitos no site, coletamos aqueles tinham as características de depoimento, ou seja, aqueles em que o leitor/telespectador, sensibilizado pela reportagem, decide narrar sua própria história, foi um total de setenta narrativas.

Das setenta narrativas elegemos duas narrativas uma em que a vítima se descreve ainda sob o jugo da violência e outra em que a violência foi “superada”. Embora esteja em domínio público, decidimos colocar apenas as iniciais do nome da vítima em cada comentário.

Comentário de FF:

Sofro há 12 anos com meu marido, ele não bebe e faz tudo de cara limpa é um típico psicopata, me bate muito até desmaiar, desta última semana perfurou meu tímpano e quebrou os ossos do ouvido, perdi minha audição, se eu merecer me ajudem por favor por que vou acabar morrendo. [sic]

Esse depoimento começa com o sujeito se colocando como experienciador de um processo mental “sofro” seguido da circunstância de extensão na qual o sujeito relata a duração de “12 anos” desse processo. Embora o processo seja mental, ele está intimamente ligado a outros processos que são materiais: “bate”; “perfurou”; “quebrou”, sendo que nesses processos materiais a vítima é a meta, enquanto que o agressor é o ator do processo. Ela ainda passa por um processo material de “perda”. Dessa forma, podemos dizer que a vítima assume diferentes formas de participação em sua narrativa, como mostra o quadro abaixo

Processo	Participante (vítima)	Circunstância
Sofro (mental)	experienciador	Há 12 anos (extensão/duração)
Bate, perfurou, quebrou (material)	meta	Muito até desmaiar (modo/grau); desta última semana (localização/tempo)
Perdi (material)	Beneficiário	-

É interessante ressaltar que a vítima termina seu depoimento reconhecendo que seu relacionamento é destrutivo “vou acabar morrendo”, um processo existencial, que a coloca como um sujeito conformado com a situação, conformado e que não se sente merecedor de ajuda, uma vez que coloca a cargo de seu leitor avaliar se ela merece ou não ser ajudada. A vítima não se sente capaz de sair do ciclo de violência sendo totalmente dependente de que terceiros intervenham a seu favor. Sua dependência

é ainda mais evidente quando o centro de sua narração está no seu agressor que é o ator da maioria dos processos ressaltados, como mostra o quadro abaixo:

Processo	Participante (agressor)	Circunstância
(não) bebe (material)	ator	-
Faz (material)	ator	De cara limpa (modo/qualidade)
É (relacional)	portador	Típico psicopata (atributo)
Bate (material)	ator	Muito até desmaiar (modo/grau)
Perfurou (material)	ator	desta última semana (localização/tempo)
Quebrou (material)	ator	desta última semana (localização/tempo)

Comentário de CM:

Bom, infelizmente eu sofri violência verbal durante todo o tempo que namorei e depois de casada vim a sofrer agressão física. Resolvi dar um fim nesse sofrimento depois da 3ª vez que apanhei. Estou separada e esperando o divórcio sair. Meu casamento durou 3 meses, mas não me arrependo de ter tomado essa decisão. Não nasci para apanhar! Nasci pra ser feliz e amada! E sinceramente, acredito que é melhor estar só do que má acompanhada. Que Deus dê força para todas as mulheres que estão passando por isso. Eu estou sendo curada interiormente por Ele! Só Deus pode curar os nossos corações! [sic]

O segundo comentário difere do primeiro, principalmente na participação da vítima. Diferente do primeiro, o segundo tem um número maior de processos materiais feitos pela vítima, que se impôs, saindo da condição de sujeito conformado para a de um sujeito que se rebela com o sistema em que está inserido. Vejamos o quadro abaixo com os detalhes dos processos:

Processo	Participante (vítima)	Circunstancias
Sofri, sofrer (mental)	Experienciador	Todo o tempo que namorei e depois de casada (localização/tempo)
Resolvi (material)	Ator	Depois da 3ª vez que apanhei (localização/tempo)
Apanhei (material)	Beneficiário	-
Estou separada (existencial)	Existente	-
Esperando (mental)	Experienciador	-
(não) me arrependo (mental)	Experienciador	-
Ter tomado (material)	Ator	-
Nasci (existencial)	Existente	pra ser feliz e amada (modo/qualidade)
Acredito (mental)	Experienciador	-
Estou sendo curada	Meta	-

(material)		

Embora atribua a Deus a sua recuperação, a narrativa mostra que o sujeito toma as “rédeas” de sua vida ao perceber que o ciclo de violência não acabaria sem sua intervenção direta. Sua mensagem final é de encorajamento as outras mulheres que possam está na mesma situação em que ela se encontrava, mostrando solidariedade de quem já passou pelo mesmo problema.

7. Considerações finais

A abordagem sociológica e comunicacional do discurso, teoria que recorremos para embasar este artigo, “busca um caminho de análise que não se esgota em conceito e categorias” (PEDROSA, 2012), permitindo assim, que o pesquisador recorra a diversas áreas do conhecimento, mantendo um diálogo entre elas, caracterizando-se como uma pesquisa de base transdisciplinar.

Sabemos que ainda há muito caminho a percorrer, posto que a abordagem sociológica e comunicacional do discurso ainda esteja em fase de estudos e desenvolvimento. Porém, o primeiro passo já foi dado e esperamos contribuir para os estudos do discurso, bem como orientar estudantes da graduação e pós-graduação, cujos interesses estão voltados para linguística, comunicação, sociologia e outras áreas do saber.

Por esses motivos, consideramos que nossas pesquisas são condizentes com a proposta da abordagem sociológica e comunicacional do discurso, por contemplar em seus arcaabouços teóricos a sociologia, a comunicação e, sobretudo, a linguística, interessando-nos verificar como os discursos de mulheres nas cartas do leitor em revistas femininas e nos depoimentos sinalizam a transformação das identidades, bem a como a emancipação feminina.

Esperamos que este minicurso sirva para auxiliar nas discussões relacionadas ao discurso feminista, à fragmentação do indivíduo e à formação de novos papéis femininos, uma vez que, as mulheres continuam exercendo os papéis impostos socialmente – o de mãe, esposa e dona de casa – além de estudar, trabalhar fora e cuidar do corpo, configurando-se como um acúmulo de tarefas, fazendo disto um “rótulo” na sociedade contemporânea, o de super-heroína, de mulher-maravilha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAJOIT, Guy. El cambio social, análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas. Madrid: Siglo, 2008.

_____. La tiranía del “grand ISA”. *Cultura y Representaciones Sociales* [México], ano 3, n. 6, p. 9-24, março de 2009. Disponível em: <<http://www.culturayrs.org.mx/revista/num6/Bajoit.pdf>>.

BALOCCO, Anna. O sistema de engajamento aplicado a espaços opinativos na mídia escrita. In: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson; ALMEIDA, Fabíola (Orgs.). A linguagem da avaliação em língua portuguesa. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade. São Carlos: Pedro & João, 2010.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad.: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLAUDIA (revista), n. 5, edição de maio de 1997.

CUNHA, M. Angélica Furtado; SOUZA, M. Medianeira de. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

_____. *Language and globalization*. London; New York: Routledge, 2006.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTIN, JR.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave, 2005.

MEDEIROS, João Luiz. A identidade em questão: notas acerca de uma abordagem complexa. In: DUARTE, Maria Beatriz (Org.). *Mosaico de identidades*. Curitiba: Juruá, 2009.

NOVA (revista), n. 11, edição de novembro de 2007.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): uma corrente para fazer análise crítica do discurso. PARTE 1: Herança teórica da sociologia (aplicada) para a mudança social. 2012 b. Disponível em: <http://www.ascd.com.br>

SACO, Alberto. *Sociología aplicada al cambio social*. Madrid: Andavira, 2006.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Trad.: Pedro Jorgensen Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VIOLÊNCIA de Gênero. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/busca/?q=viol%C3%Aancia+de+g%C3%AAnero&cat=a&ss=fd34a3ecd7050999&st=Profiss%C3%A3o+Rep%C3%B3rter&sct=Profiss%C3%A3o+Rep%C3%B3rter>>. Acesso em: 28-06-2014.

**VÍTIMA DA EDUCAÇÃO:
ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DO PROFESSOR
EM CHARGES CONTEMPORÂNEAS**

Eveline Coelho Cardoso (UFF)

evelinecard@oi.com.br

Rosane Santos Mauro Monnerat (UFF)

rosanemonnerat@globo.com

RESUMO

O presente trabalho se articula à pesquisa desenvolvida anteriormente no curso de mestrado, voltada para a investigação da imagem construída no e pelo discurso – o *ethos* – do enunciador de atas escolares. Tendo em vista a ampliação e aprofundamento das reflexões emergentes dessa pesquisa, fomos movidos pelo interesse em um possível estudo comparativo sobre os imaginários construídos ao longo do tempo a respeito da escola e de seus atores, bem como sobre a materialidade desses imaginários no discurso, apoiados na interface linguística. Baseando-nos, então, nos pressupostos teóricos da análise semiolinguística do discurso, de Patrick Charaudeau, encontramos em algumas charges contemporâneas um retrato da evolução dessas visões cristalizadas sobre a escola, os professores e os alunos; retrato este construído a partir do ponto de vista de um enunciador que se integra a um contrato comunicativo midiático perpassado por profundo humor e ironia. Tendo em mente o projeto de fala desse enunciador movido por dois objetivos discursivos interdependentes – informar e captar o leitor –, nosso objetivo é apresentar algumas reflexões preliminares sobre a construção do *ethos* do professor atualmente como um sujeito pobre e vitimado, o que contrasta com uma visão mais bem-sucedida deste profissional no passado. Daremos foco à construção dessa imagem por meio de recursos linguísticos e também não linguísticos, os quais, articulados, são passíveis de gerar efeitos de sentido e efeitos patêmicos sobre seu interlocutor.

Palavras-chave: Educação. Ethos. Charge. Professor.

1. Introdução

Este trabalho é fruto de todas as reflexões promovidas durante o curso “Aspectos Contemporâneos em Análise Semiolinguística do Dis-

curso”, do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* da UFF, ministrado no primeiro semestre de 2014. Nossa proposta está ancorada, portanto, na referida perspectiva de análise do discurso, elaborada pelo teórico francês Patrick Charaudeau, que procura aplicar ao estudo dos textos e seus discursos uma abordagem que privilegie os sentidos sem, contudo, perder o foco da materialidade linguística que os veicula.

O tema voltado para a análise da imagem construída de professores em charges atuais foi escolhido com o objetivo de dialogar com os resultados de uma pesquisa sobre o *ethos* do enunciador de atas escolares, desenvolvida anteriormente no curso de mestrado³⁹. Entendemos que o estudo desse tema pode ainda ampliar e aprofundar as reflexões acerca de aspectos do discurso pedagógico, vislumbrando um possível estudo comparativo sobre os imaginários de escola, professor e aluno construídos socialmente ao longo do tempo.

Movidos por esse objetivo, encontramos em algumas charges contemporâneas que evidenciam um olhar evolutivo para a educação um objeto fecundo à reflexão que nos interessa, uma vez que se trata de um gênero baseado na criação caricatural e comprometido com imagens cristalizadas de determinados tipos sociais, construindo-se como um registro que reflete pontos de vista e imaginários de um determinado momento histórico.

Tendo em vista esse recorte histórico e evolutivo, foram selecionadas três charges em que é possível perceber um contraponto entre imagens sociais construídas da escola, do professor e dos alunos no passado e na atualidade. Procedemos à análise preliminar desses textos enquanto discursos pelo viés da semiolinguística, partindo de uma breve fundamentação teórica sobre os principais conceitos desenvolvidos por essa corrente teórica e também sobre a noção de gêneros discursivos. Os conceitos de *ethos* e *pathos* são também aqui mobilizados a fim de iluminar o estudo da construção do discurso multimodal das charges e dos efeitos de sentido que dele podem emergir com ou sem a pretensão do chargista.

³⁹ CARDOSO, Eveline. *Ethos e Polifonia no discurso do relator em atas pedagógicas*. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2011.

2. Uma base semiolinguística

A análise do discurso pode ser concebida como uma abordagem linguística preocupada com a linguagem em sua dimensão social, voltada para o estudo do funcionamento do discurso, assim entendido de modo geral como linguagem em ação ou uso da língua em um contexto particular. Trata-se de uma vertente teórica bastante aberta e heterogênea atualmente, que agrega diferentes perspectivas e metodologias para a análise dos mais diversos *corpus* e domínios de produção discursiva.

A perspectiva semiolinguística de análise do discurso, elaborada por Patrick Charaudeau, é definida pelo autor como uma maneira de problematizar o discurso investigando-o a partir dos aspectos psicossociolinguageiros da construção do sentido. Para o autor, isso significa empreender um esforço transdisciplinar na tentativa de dar conta de maneira mais satisfatória da complexidade do fenômeno da linguagem em suas múltiplas dimensões.

Dessa forma, no estudo da linguagem em uso, é preciso reconhecer aspectos mais externos – ligados à ação e à influência; e também aspectos mais internos – ligados à construção do sentido e do texto (CHARAUDEAU, 2005, p. 13). No dizer de Machado (2008, p. 180-181), a semiolinguística atua a partir de um duplo *enjeu* ou desejo: colocar em destaque as funções dos diferentes sujeitos nos atos de linguagem do cotidiano e, ao mesmo tempo, manter uma base linguística que apoie suas interpretações.

Charaudeau (2005) nos explica a razão do termo que escolheu para nomear o seu projeto teórico:

Semio- de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do **sentido** e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *lingüística* para destacar que [sic.] a matéria principal da *forma* em questão – a das *línguas naturais*. (CHARAUDEAU, 2005, p. 180-1)

Vê-se, pois, que a semiolinguística tem em relação a outros vieses de análise do discurso a particularidade de dar aos sujeitos um papel central na teoria, atribuindo-lhes uma intencionalidade que os impele a se colocarem na chamada *mise-en-scène* discursiva. Nessa perspectiva, o sujeito entra no jogo discursivo e empreende uma aventura, uma aposta no Outro, como definiu o autor, lançando mão dos diferentes recursos disponíveis na língua em prol de estratégias elaboradas para alcançar

seus objetivos na troca. É um ponto de vista que supera a visão do sujeito inconsciente e assujeitado da análise do discurso francesa tradicional, tornando-o autor e responsável pelo seu dizer, mas não desprezando, contudo, as influências que este possa sofrer do meio social e cultural.

Sob esse olhar teórico, a linguagem é mobilizada por sujeitos concretos e historicamente situados que dão origem a um *processo de semiotização do mundo* enquanto protagonizam os atos comunicativos. No jogo conflitante e indissociável entre uma dimensão explícita (da simbolização referencial, ligada à estrutura da língua) e uma dimensão implícita (da significação, ligada às circunstâncias de produção) do ato de linguagem é que os sentidos se inscrevem no discurso.

As noções de interioridade e exterioridade são ainda associadas pelo autor aos atos de linguagem no que tange ao posicionamento dos sujeitos em dois universos ou espaços distintos durante a encenação discursiva: pressupõe-se a existência de um *espaço interno*, de fala configurada, e de um *espaço externo*, social, da situação de comunicação. Nesse sentido, estão em jogo num ato comunicativo o universo de discurso do EU e o universo de discurso do TU – bem como quatro protagonistas diferentes: o *EU-comunicante* e o *TU-interpretante*, que são os seres do espaço social; e o *Eu-enunciador* e o *Tu-destinatário*, que são os seres do espaço da fala, espécies de máscaras vestidas na enunciação (CHARAUDEAU, 2008b, p. 44)

Conforme Charaudeau (2007b), os atos de linguagem são atos de “liberdade vigiada”, porquanto, embora sirvam a um projeto de fala de um enunciador, se submetem a restrições de natureza situacional, discursiva e formal, de cuja intersecção resulta o que o autor chama de *contrato de comunicação*. Tal contrato se configura como uma espécie de acordo entre os interlocutores, que nasce de um jogo de regulação emergente de restrições temporais, espaciais e relacionais que incidem sobre a *mise-en-scène*. Assim, originam-se nele convenções e normas para os comportamentos linguageiros que ficam armazenados numa memória coletiva dos interlocutores, os quais as partilham e acessam a fim de que a comunicação seja possível.

Charaudeau afirma que o processo de interpretação se associa à instauração de um processo para apurar as intenções do EU. Daí mobilizarmos conhecimentos em prol de um contrato de comunicação e lançarmos mão de procedimentos estratégicos para conseguir um determinado efeito (persuasão, sedução) sobre o interlocutor, de modo a fazê-lo

identificar-se com um destinatário ideal. São essas restrições contratuais que estão na base da configuração dos diversos gêneros discursivos que conhecemos e regulam as escolhas linguísticas efetuadas no discurso pelos sujeitos.

3. *Sobre gêneros discursivos*

Sabemos que a forma assumida pela linguagem quando se materializa numa situação de comunicação não ocorre por acaso. No dizer de Bakhtin (2000, p. 113), “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação”. Nesse sentido, a partir do conceito de enunciado, o autor definiu da seguinte maneira os gêneros do discurso: “(...) cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (*Op. cit.*, p. 280).

O autor acrescenta que, tal qual a variedade da própria atividade humana, a variedade dos gêneros do discurso é também infinita, e acumula sempre as formas de uma visão de mundo e de um pensamento. Nesse sentido, os gêneros podem ter natureza primária ou secundária: os primeiros são considerados mais simples, tendo a carta, o bilhete e o diálogo cotidiano como exemplos; ao passo que os outros, mais complexos, encontram exemplos no romance, teatro e discurso científico, por exemplo.

Consoante os pressupostos bakhtinianos, Marcuschi (2003) define os gêneros textuais como ‘formas sociais’ de organização e expressões típicas da vida cultural. Também para este autor a noção de gênero se refere a textos materializados que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdo, propriedades funcionais, estilo e composição característica. O autor ressalta que os gêneros textuais são entidades sociodiscursivas e se caracterizam mais por suas funções comunicativas, cognitivas e funcionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais, sendo bastante maleáveis, dinâmicos e plásticos. Sobre esse aspecto, ressaltou Bakhtin:

Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e das condições, específicas para cada uma das esferas de comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. (BAKHTIN, 2000, p. 284)

Maingueneau (2008a, p. 65) argumenta que, como atividades sociais, assim como os atos de linguagem, os gêneros do discurso se submetem a condições de êxito, que seriam, grosso modo: uma finalidade reconhecida, o estatuto dos parceiros, o lugar e o momento constitutivos, um suporte material e uma organização textual. Ou seja, a matéria linguística em si, privilegiada em algumas abordagens como critério de classificação dos gêneros, deve ser analisada em última instância, em favor da análise dos elementos constitutivos do ato de linguagem como um todo.

É aproximadamente essa a visão de Charaudeau (2004), cuja proposta parte de uma reflexão sobre a constituição das comunidades humanas como um processo que depende de uma construção coletiva de sentidos, formas e comportamentos registrados em três memórias: uma *memória dos discursos*, na qual se inscrevem saberes de conhecimento e crença sobre o mundo; uma *memória das situações de comunicação*, em que são armazenados dispositivos que normatizam as trocas comunicativas e definem um conjunto de condições psicossociais para sua realização; e uma *memória das formas de signos*, registrados como maneiras de dizer, enquanto sistema que serve de diferentes maneiras ao uso.

A essas três memórias, o autor articula a situação de comunicação, entendida como elemento de estruturação da prática social, e a normatização-codificação das práticas languageiras, afirmando o seguinte:

Podemos, então, sustentar a ideia de que o sujeito social se dota de gêneros empíricos, e que, por meio de representações que ele se constrói deles pela aprendizagem e pela experiência, ele os erige em normas de conformidade languageira e os associa aos lugares de prática social mais ou menos institucionalizados. (*Op. cit.*, p. 21)

A partir dessa reflexão, Charaudeau (2004) propõe um modelo de análise semiodiscursivo dos gêneros, no qual pretende articular situações, sentidos e formas, argumentando de forma paralela em favor de uma visão do sujeito como portador de uma intencionalidade que o posiciona face às liberdades e restrições da linguagem. A proposta do autor é uma tipologia fundada sobre o dispositivo gênero como materialidade (suporte) da *mise-en-scène* e sobre os diferentes procedimentos utilizados para construir dispositivos cênicos, ciente de que todo ato de linguagem está ancorado numa *visada*, isto é, numa intenção pragmática.

O autor destaca a importância do conhecimento de alguns princípios gerais de funcionamento do discurso, fundadores da atividade languageira, a saber: o *princípio da interação/alteridade*, ligado ao processo

recíproco de reconhecimento e legitimação do Outro, sob uma perspectiva contratual; o *princípio da pertinência*, que se dá pelo reconhecimento dos universos de referência partilhados pelos sujeitos (definidos pelo autor como saberes de crença e de conhecimento); o *princípio de influência*, voltado para a finalidade intencional do ato de linguagem, com vistas a atingir emocionalmente ou orientar o pensamento do Outro; e o *princípio da regulação*, ligado às estratégias que garantam a intercompreensão mínima dos parceiros através de um ajuste ou calibragem do jogo de influências.

A esses princípios basilares do discurso, o autor vincula o nível dos mecanismos de funcionamento do discurso, duplamente estruturado pela *situação de comunicação* – por onde se deve iniciar a análise dos discursos – e pela *discursivização*. A primeira é onde se reconhecem as identidades dos parceiros, a finalidade do encontro, o propósito (tema) e também as circunstâncias materiais; a segunda diz respeito ao conjunto de procedimentos semiodiscursivos de ordenamento dos discursos em modos discursivos e formas de dizer.

A posição defendida por Charaudeau se distancia, então, de uma esquematização abstrata dos gêneros discursivos, demonstrando a importância de articular as restrições oriundas desses três níveis de estruturação da linguagem em atos comunicativos – o situacional, o discursivo e o formal – a fim de compreender melhor a produção e o funcionamento dessas constantes de enunciados que refletem e ao mesmo tempo regulam as práticas linguageiras humanas.

3.1. O gênero discursivo charge

Do fr. *charger*, que significa carregar, exagerar, atacar violentamente, as charges têm origem na iconografia medieval e no jornalismo ilustrado dos séculos XVIII e XIX. Trata-se de um texto disposto em pequenos quadros divididos ou não, que se constroem pela integração entre o signo verbal e não verbal ou somente pelo signo verbal.

Como os demais gêneros do domínio jornalístico, as charges procuram retratar fatos e situações do domínio cultural, esportivo, político etc., contemporâneos de um determinado público situado, por sua vez, em determinado contexto sócio-histórico. Seu diferencial em relação ao comprometimento com a “realidade e credibilidade” que geralmente ca-

racteriza o texto midiático é construir uma representação dos fatos bastante particular, pelo viés do humor e da ironia.

As charges evoluíram no Brasil de um instrumento meramente ilustrativo das elites europeias para um importante veículo público de opinião, ganhando forte caráter político e questionador nos dias atuais (MATIAS, 2010). Atualmente, esse gênero é veiculado em jornais, revistas e na Internet, já tendo sido produzido também em versão animada⁴⁰.

Historicamente, o estilo das charges fez um percurso que se iniciou com a ilustração caricatural, que se compromete com a identidade de um sujeito específico a fim de exaltá-la ou questioná-la; para a generalização da representação de um indivíduo que dá corpo a uma coletividade, tornando-se mais próxima do leitor e de seus anseios, e capaz de provocar de maneira mais eficaz a sua identificação.

3.2. As charges e o contrato de informação midiático

Na perspectiva da semiolinguística, enquanto gêneros textuais, as charges são construídas como parte do projeto de fala de um enunciador midiático, que corresponde ao que Charaudeau chama de *instância de produção*, a qual se dirige a uma *instância de recepção*, que deve mostrar interesse e/ou prazer em consumir informação. O chargista é, então, movido por duas visadas enunciativas interdependentes (CHARAUDEAU, 2007a): uma visada de *informação*, presente em todo texto de natureza midiática; e também uma visada predominante de *captação*, ligada ao interesse em despertar o interlocutor/leitor para aquilo que é dito.

De modo geral, o jornalista desempenha dois papéis fundamentais de maneira equilibrada: o de pesquisador-fornecedor da informação, que envolve a questão das fontes; e o de descritor-comentador da informação, que não isenta o sujeito de proceder com rigor e coerência. No caso das charges, observamos que essas funções se relativizam, uma vez que o enunciador-desenhista emite um ponto de vista sobre o fato relatado. Como vemos, ele próprio realiza e divulga uma interpretação de um fato, cujos aspectos que considera mais relevantes serão destacados, por vezes de forma bastante exagerada, extrapolando as proporções “reais”, como vemos nas tendências caricaturais.

⁴⁰ O exemplo “Cuca Campeão da Libertadores” está disponível da página do Youtube, no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=91QEPzbIZDA>. Acesso em: 03-08-2014,

Quanto à finalidade, o contrato midiático do qual participam as charges tem o objetivo de relatar o que ocorre no espaço público, na tensão entre as duas visadas já citadas de informação e de captação. Conforme Charaudeau (2007b), a visada de informação, pela qual se deve fazer saber, diz respeito a dois tipos de atividade linguageira que interligam fatos e comentários: a *descrição-narração*, que reporta aos fatos do mundo; e a *explicação*, que diz respeito ao esclarecimento de causas e consequências. No bojo da visada informativa nasce o confronto permanente das mídias com a questão da credibilidade, pela qual devem fazer crer que o que dizem é verdadeiro.

Já a visada de captação, responsável por fazer sentir, nos mostra que a instância midiática está fadada a emocionar seu público, expressar afetividade a fim de desencadear o interesse pelo que transmite. Isso é contraditório, uma vez que esse efeito de paixão decorre do extremo oposto racional da visada principal de informação. A esse respeito, diz Charaudeau:

Na tensão entre os polos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, menos credíveis serão. As mídias não ignoram isso, e seu jogo consiste em navegar entre esses dois polos ao sabor de sua ideologia e da natureza dos acontecimentos. (*Op. cit.*, p. 93)

Nesse movimento que pende para a captação, o chargista, como os demais enunciadores midiáticos, constrói uma relação com um objeto de mundo que se torna o seu *Propósito*, por meio de um processo de transformação e transação (CHARAUDEAU, 2007b; 2008b). Nesse processo, um “mundo a comentar” passa por um trabalho de construção de sentido que o constitui em “mundo comentado”, dirigido a um destinatário cuja identidade se postula. O acontecimento, no mundo a comentar, recebe o olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e o torna inteligível, baseado em seus saberes de crença e de conhecimento do mundo. Como disse Charaudeau na citação anteriormente reproduzida: o enunciator midiático faz isso conscientemente, “ao sabor da sua ideologia”.

Mas tal fenômeno só adquire existência significativa quando é submetido a um duplo processo de percepção-captura-sistematização-estruturação: por parte do sujeito linguageiro e, da mesma forma, por parte do sujeito interpretante, que reestrutura esse acontecimento segundo sua própria competência e inteligibilidade. Além disso, como em todo

círculo de informação midiática, o acontecimento relatado nas charges é selecionado por seu potencial de *atualidade*, *socialidade* e *imprevisibilidade*, critérios favoráveis à captação do leitor para aquilo que é dito.

Quanto ao dispositivo de encenação das charges que compõem o *corpus* desta pesquisa, destacamos que sofre restrições correspondentes às condições materiais do suporte em que tais textos estão dispostos – geralmente trata-se de um dispositivo de imprensa, feito de papel. Tais condições pressupõem uma relação distanciada entre aquele que lê e aquele que escreve, ausência física das instâncias de produção/recepção, um percurso ocular multiorientado, que permite ao que escreve retornar, corrigir, modificar; e ao que lê, rememorar ou recompor sua leitura. É claro, contudo, que, se estamos analisando uma charge animada, disposta em formato de vídeo, essas restrições sofrerão variações.

Podemos concluir nesta seção que, enquanto gêneros discursivos, por sua natureza irreverente, apoiada no humor e na ironia, as charges podem se reivindicar o direito à personalização do ponto de vista e mesmo à subjetividade, como ocorre com outros gêneros jornalísticos mais opinativos, tais quais as crônicas ou os editoriais. É assim que esse gênero estrutura o seu propósito por um viés discursivo de opinião e o configura com julgamentos e apreciações que dão livre curso aos sentimentos e pensamentos do produtor.

Trava-se, portanto, uma parceria entre as instâncias de produção e recepção baseada numa relação de ressonância: cada um dos parceiros só pode sintonizar-se com o outro pelo viés das representações supostamente partilhadas, as quais, levadas pelos discursos, circulam por entre os membros de uma determinada comunidade cultural. Conforme Charau-deau (2007b), é assim que o contrato de informação midiático gera um espaço público de informação e em seu próprio quadro constrói a opinião pública. No caso das charges, verificamos que a construção dessa opinião é atravessada por uma dramatização na qual se percebem projeções de imagens cristalizadas de sujeitos e acontecimentos, o que é capaz de despertar naquele que se informa efeitos discursivos ligados à emoção.

4. *Ethos e pathos: categorias discursivas*

Ligados à habilidade na composição e apresentação dos discursos, o *ethos* e o *pathos*, juntamente com o *logos*, são conceitos que remontam à arte oratória grega e romana, estudada no bojo da retórica clássica.

Nessa tradição, tais termos se referiam respectivamente a três aspectos envolvidos no discurso: ao sujeito orador, ligado a um sistema de estratégias para fazer crer no mundo construído na enunciação; ao seu auditório, como feixe de expectativas, disponibilidades e paixões provocadas; e ao próprio discurso proferido, visto como articulação entre as duas instâncias anteriores, percebidas naquilo que esse discurso demonstra ou parece demonstrar (DISCINI, 2011, p. 33).

Em análise do discurso, os conceitos de *ethos* e *pathos* se tornam importantes pela projeção que podem mostrar dos interlocutores envolvidos num ato de linguagem. Nessa perspectiva teórica, tais conceitos são concebidos como construções de uma imagem do enunciador e de seu enunciatário empreendidas no e pelo discurso e dependentes da inter-relação entre esses parceiros em prol de um contrato comunicativo.

Segundo Amossy (2005, p. 9), “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”. No que tange ao *ethos*, consideramos que, ao se colocar na enunciação, o locutor constrói uma representação de sua pessoa que deixa ver no ritmo de sua fala, em seu estilo pessoal, na maneira de se expressar, nas crenças implícitas em seu discurso.

No dizer de Maingueneau (2008b, 2011), cada tomada de palavra implica levar em conta as representações feitas pelos parceiros da troca mutuamente, e também implica considerar a estratégia de fala de um locutor que se mostra por meio de um tom, um caráter e uma corporalidade, de acordo com o mundo que supostamente faz surgir no discurso. Assim, entende-se que as ideias do locutor – expressas por um *ethos* envolvente e invisível – suscitam a adesão do leitor por meio de uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser (2008b, p. 72). Para o autor, aí reside a eficácia do *ethos*, já que ele se envolve de alguma forma na enunciação sem estar explicitado no enunciado.

Charaudeau (2008a, p. 115) afirma que o *ethos* resulta da fusão das duas componentes identitárias do sujeito: sua identidade social de locutor, que lhe dá o direito à palavra e funda sua legitimidade a partir do estatuto e do papel que a situação de comunicação lhe conferem; e sua identidade discursiva de enunciador, relacionada aos papéis que ele mesmo se atribui, os quais também resultam das restrições da situação de comunicação e das estratégias que escolhe seguir. Dessa forma, o autor articula as noções de *ethos* construído e pré-construído, tomadas outrora como um problema em torno do estudo dessa noção:

Nossa posição é a de que para tratar do *ethos* é preciso considerar esses dois aspectos. (...) O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2008a, p. 115).

Quanto ao *pathos*, trata-se de uma categoria ligada às emoções no discurso, isto é, diz respeito à problemática de “como tocar o outro”, nas palavras de Charaudeau (2007a).

Diferente de um ponto de vista psicológico, que entende as emoções como reações sensoriais, efeitos de humor ou de caráter, ou ainda reações comportamentais; sob o viés da análise do discurso, as emoções são concebidas como estados mentais intencionais que se apoiam em crenças e se inscrevem, portanto, no dispositivo cênico do ato de linguagem. Com o aparato teórico dessa ciência linguística se pode, portanto, estudar o processo discursivo pelo qual se pretende despertar determinada emoção em um auditório, tratando-a como efeito de uma visada enuniativa:

(...) persuadir um auditório consiste em produzir nele sentimentos que o predisponham a partilhar o ponto de vista do orador. O sentimento não deve ser confundido com sua expressão (mesmo se esta puder desempenhar um papel determinado), será considerado como um efeito possível que poderá suscitar uma determinada ativação do discurso junto a um determinado público, em uma determinada circunstância. (CHARAUDEAU, 2007a, p. 242)

Por essa razão, Charaudeau prefere falar em “efeitos patêmicos” no lugar de “emoções”, de modo a especificar o ponto de vista da análise do discurso em relação ao da psicologia ou da sociologia, associando-o, por outro lado, à tradição “retórica dos efeitos”, concebida por Aristóteles (e outros filósofos clássicos).

Conforme o autor, o efeito patêmico não é intrínseco às palavras; elas são apenas suscetíveis de desencadeá-lo, o que depende de aspectos socioculturais dos contextos onde se inscreve, bem como das inferências e conhecimentos mobilizados pelos parceiros no ato de comunicação. São, portanto, condições para que esses efeitos sejam produzidos: a existência de uma finalidade e de lugares atribuídos aos sujeitos passíveis de gerar efeitos de ordem patêmica; um campo temático que apoie um universo de patemização por meio dos imaginários sociais que evoca; e também um espaço de estratégias que se valha de visadas patemizantes.

O estudo das categorias de *ethos* e *pathos* reforça, então, a importância do empreendimento de uma análise do discurso que começa de “fora para dentro”, ancorada não apenas nos contextos, mas nos dispositivos de comunicação. Conforme Charaudeau (2010, p. 55), são esses dispositivos que atribuem previamente um lugar aos parceiros da troca e dão ao mesmo tempo uma grade de leitura dos signos.

É a partir dessas restrições dos contratos – que sobredeterminam a produção/recepção dos discursos – que os sujeitos constroem/interpretam imagens de si mesmos e planejam a mobilização de efeitos patêmicos. Tais efeitos de *ethos* e de *pathos* são mapeáveis na materialidade textual de gêneros discursivos diversos através das escolhas linguísticas e – no caso das charges – também não linguísticas empreendidas pelos sujeitos, o que torna não só possível como mais coerente a análise semiolinguística.

5. *O professor de ontem e hoje: efeitos de ethos e pathos*

No Brasil, é corrente nos discursos sociais a ideia de que o professor de educação básica é um profissional desvalorizado. Leva-se em conta nesse imaginário a média salarial baixa em comparação com outras carreiras, o que leva o docente a se sobrecarregar em múltiplas jornadas de trabalho assumidas em várias escolas para sobreviver. Relembramos, nesse sentido, o personagem do Prof. Raimundo, representado pelo humorista Chico Anysio, o qual por muitos anos retratou na mídia televisiva essa condição social precária do magistério brasileiro, imortalizando a frase – acompanhada do gesto de pequenez com os dedos indicador e polegar: “E o salário, ó!”.

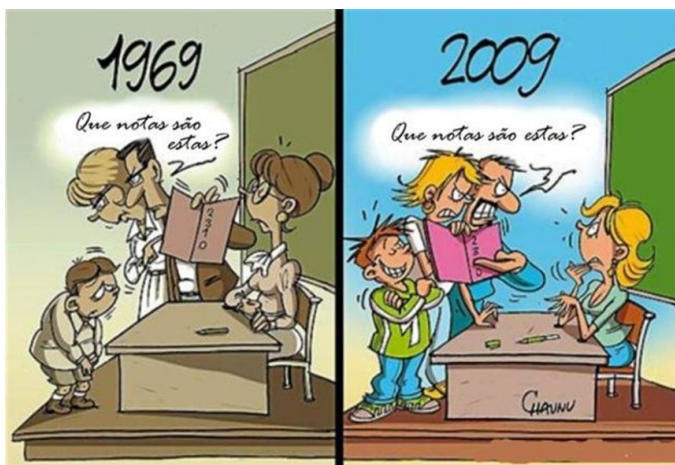
Atualmente, a questão da violência vem agravando ainda mais esse quadro negativo do magistério, o que se confirma cada vez mais nos noticiários, que retratam o professor como vítima das mais variadas agressões partidas de alunos dentro das escolas. Tal questão tem sido tão recorrente que já mobiliza diversos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional em defesa da classe.

As charges, sendo um gênero do contexto jornalístico, acompanham esses acontecimentos protagonizados socialmente pelo professor e noticiados pela mídia impressa. Em seu projeto discursivo, contudo, o chargista, para além de descrever e informar sobre um fato social, tende mais a comentá-lo com o objetivo de tocar o outro, envolvê-lo para que

sinta, se emocione, se identifique e venha a aderir a um discurso proposto. Em outras palavras, nas charges, mobilizam-se estados mentais intencionais que se apoiam em crenças em favor da visada de captação do leitor. Trabalha-se, assim, com a pressuposição de algo que não está no signo, mas que ele porta; algo que, como diz Charaudeau (2010, p. 16), constitui a troca social e faz sentido: são os desejos e intenções dos sujeitos.

Obviamente, ocorre nas charges um movimento dialógico na representação desses imaginários sociais em torno do professor carregados pelos signos verbais e não verbais: o chargista cria imagens desse profissional com base nos discursos que circulam socialmente, mas ao mesmo tempo contribui para sua criação e modificação, emitindo um ponto de vista pessoal sobre esses imaginários. Vejamos como essas representações aparecem no discurso das três charges que compõem o *corpus* desse artigo:

Texto 1



<http://professornamidia.blogspot.com.br/p/charges.html>

O **Texto 1**, de autoria do chargista francês Chaunu, foi traduzido para o português e desde então tem sido bastante divulgado entre os internautas em blogs e redes sociais. Nele observamos a disposição de dois quadros em que se percebe a construção não verbal do cenário da sala de aula em dois contextos temporais clara e precisamente delimitados pela especificação dos anos 1969 e 2009 na posição superior centralizada.

Além das datas, a referência ao tempo é complementada pela disposição das cores – em tons mais desbotados para o passado e mais vivas para o presente – e também pela composição do figurino dos personagens retratados.

Ambos os quadros, embora separados por um intervalo de trinta anos, possuem uma estruturação dos personagens semelhante: um aluno e seus pais diante do professor – uma mulher – na sala de aula, numa situação de recebimento dos resultados de um determinado período escolar. A única fala presente em ambos os quadros é a oração interrogativa “*Que notas são essas?*”. O contraste entre os dois quadros é enfatizado por essa identidade da pergunta, que, no primeiro quadro, parte dos pais para seu filho, o aluno; e no segundo quadro, parte dos pais para a professora.

Vejamos como se constrói o *ethos* do professor – que aqui nos interessa mais especificamente: em 1969, vemos uma profissional com corporalidade firme e segura, respeitada pelos pais e pelo aluno, cuja postura corrobora o questionamento dos responsáveis em relação ao desempenho deste. Em 2009, a firmeza e segurança da professora se transformam em uma expressão ameaçada e frágil diante dos olhos raivosos de pais que agora a ela dirigem seu questionamento: “Que notas são essas?”. Desenha-se, então, uma profissional cujo trabalho é posto em xeque diante da figura altiva e confiante do aluno respaldado pela defesa dos pais.

Texto 2



No **Texto 2** há um cenário único que ilustra novamente a sala de aula, com a professora colocada próximo ao quadro-negro em sua mesa e a classe a frente desta. Diferente do exemplo anterior, não há a oposição explícita de dois momentos históricos em dois quadros: há apenas uma cena. A ideia de tempo é imprecisa, dada pelo substantivo “Presente” no título, que se opõe implicitamente por seu sentido a um momento passado. Esse passado, a que o título nos remete por oposição indiretamente, é descrito na fala da professora: “... *que saudade do tempo que eles só traziam canivetes!*”.

Tal frase profundamente irônica é complementada pelo texto não verbal na composição do Propósito comunicativo, cujo foco agora recai sobre a questão da violência escolar. A cena coloca a professora na posição de alvo direto de um dos alunos munido de um lança-foguetes, o qual no disparo teria atingido parte do penteado da docente e perfurado precisamente o contorno da letra “o” escrito no quadro junto às outras vogais. O cálculo preciso do disparo desse aluno representado com toda indumentária de um soldado militar contribui para o efeito humorístico do texto, exaltando a condição de vítima indefesa da professora alvejada.

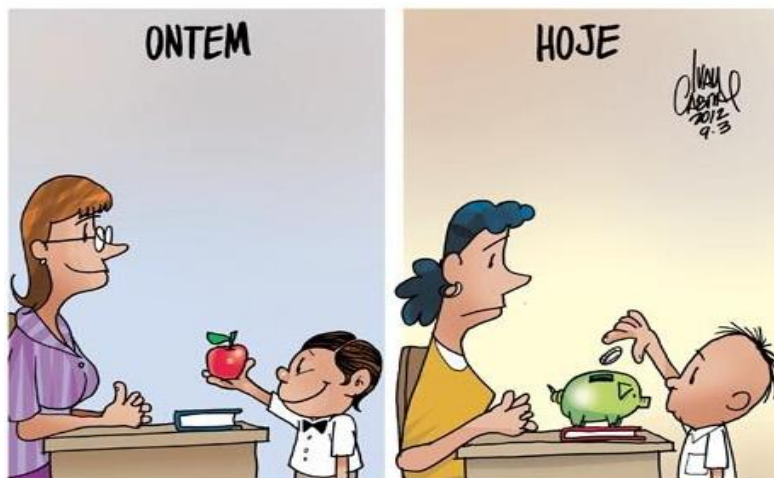
A imagem que aqui se constrói do mestre é, portanto, bastante cômica e caricata: trata-se de uma mulher frágil e apavorada pela violência em seu contexto. A fala “... *que saudade do tempo que eles só traziam canivetes!*” pode retratar um tempo em que os alunos praticavam aquelas artes mais inofensivas de criança, como gravar nomes nas árvores e no mobiliário da escola com um canivete. Ao expressar “saudades” desse tempo, a professora se mostra menos preocupada no passado do que no presente com o tipo de “arma” que os alunos podem trazer para a escola com que possam lhe ameaçar ou causar danos.

Finalmente, o terceiro texto aqui analisado traz à tona o imaginário construído atualmente em torno do magistério como uma profissão desvalorizada do ponto de vista econômico. Observamos a estrutura já explorada em outros exemplos da divisão do espaço da charge em dois quadros que retratam dois momentos históricos distintos representados pelos advérbios “ontem” e “hoje”. O cenário também se mantém o mesmo já observado nos textos anteriormente analisados – a sala de aula.

O gesto de presentear o professor com uma maçã, muito comum no imaginário social construído em torno da escola primária, é retomado pelo chargista Ivan Cabral, e sua ocorrência corrobora a visão do professor no passado como alguém estimado socialmente. Por outro lado, en-

quanto no passado dar uma lembrança para o mestre é algo feito despreziosamente, apenas para alegrá-lo; na atualidade, a ajuda é destinada ao fim de sustentar o professor, alimentando seu salário.

Texto 3



argentine.com.br - © Copyright do autor

<http://www.esmaelmoraes.com.br/2012/03/charge-do-dia-a-situacao-do-professor-ontem-e-hoje/>

Destaque-se a proximidade entre as formas arredondadas da maçã e do cofrinho em formato de porco sobre a mesa, enfatizando metonimicamente ainda mais, pela semelhança formal, o contraste entre as imagens construídas do professor e do aluno nos dois contextos históricos. Trata-se de um recurso do chargista para a geração de efeitos patêmicos pelo viés do humor em seu texto.

O *ethos* da professora é mais uma vez construído com aparência alegre e serena no quadro “Ontem”, e também o aluno demonstra muita satisfação em seu gesto de levar para a “tia” uma maçã. Já no quadro “Hoje”, a imagem corporal da professora denota insatisfação e tristeza, enquanto no semblante do aluno percebemos um ar de compaixão. Corrobora-se, assim, a desvalorização do profissional do magistério pela inversão de papéis entre professor e aluno: a mestra, que outrora era responsável por fornecer ao aluno um “bem” – o conhecimento –, e que, portanto, era digna de ser presenteada por ele com uma maçã em um gesto de gratidão, é quem agora ocupa a posição de dependente do aluno para seu próprio sustento.

6. Algumas conclusões

Como procuramos defender em nossa análise, toda a construção verbal e não verbal observada nas três charges analisadas nos revela os recursos e estratégias patêmicos empregados pelo chargista a fim de lograr êxito em seu projeto de fala captante. A antítese das cores, dos semblantes, o exagero dos traços e o humor provocado pelo emprego dos enunciados em contextos diferentes permitem-nos reconhecer um posicionamento do Eu-Enunciador chargista em relação à instituição familiar e à própria sociedade atual, incitando o Tu-destinatário ideal à reflexão e adesão das imagens e posicionamentos construídos nos textos.

Dessa forma, a análise aqui desenvolvida brevemente nos permitiu evidenciar os mecanismos de intencionalidade do sujeito e da interação social e a maneira como seus imaginários em torno da educação – e da figura do professor mais especificamente –, se constroem e deslizam ao longo do tempo.

Percebemos que os enunciadores das charges analisadas recorrem à tópica patêmica da dor e da compaixão, mas a equilibram com pitadas de humor no discurso. Constrói-se por esse viés uma rede de crenças que coloca o professor como vítima de um sistema de governo capitalista, que o desvaloriza e deslegitima socialmente, chamando o leitor a ocupar a posição de voyeur e de testemunha impotente, embora o engaje também numa reflexão.

Conjuntamente a esse efeito patêmico, o enunciador retoma e ao mesmo tempo constrói *ethé* diversos para o professor que retratam a condição de sua atividade socialmente ao longo do tempo. Concluímos, portanto, que o sujeito professor, nas charges analisadas, é construído através da oposição entre um *ethos* passado que denota segurança, respeito e satisfação, e um *ethos* de vítima, que incorpora ora a pobreza e a mendicância, fruto dos baixos salários; ora o desequilíbrio e espanto, fruto do contexto violento e massacrante da escola e da sociedade atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: A construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 13-41.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. *Pathos e discurso político*. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília. (Orgs.). *As emoções no discurso*, vol. I. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a.

_____. *Discurso das mídias*. Trad.: Angela M. S. Corrêa. 1. ed., 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2007b.

_____. *Discurso político*. Trad.: Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. 1 ed., 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. *Linguagem e discurso*. Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, Ida Lúcia (Orgs.). *As emoções no discurso*, vol. II. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

DISCINI, N. *Ethos e estilo*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 33-54.

MACHADO, Ida Lucia. *As palavras de uma análise do discurso*. In: LARA, Glaucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (Orgs.). *Análises do discurso hoje*, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2008, p. 177-198.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad.: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. Problemas de *ethos*. In: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. (Orgs.). *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008b, p. 55-73.

_____. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 11-29.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p.19-36.

A GRAMATICALIZAÇÃO DA PARTÍCULA *LÁ*

Dalva Pereira Barreto de Araújo (UEFS)
daubarreto@yahoo.com.br

RESUMO

Com base na perspectiva da gramaticalização, este artigo tem como objetivo analisar a diversidade de usos da partícula *lá*. Esse item, cujo uso original e, portanto, mais lexical é o de advérbio de lugar, vem ganhando novos usos discursivo-pragmáticos e assumindo novas funções no ato discursivo. Na busca de uma teoria que relacione esses usos, vendo-os como pontos de uma trajetória de mudança, usou-se como suporte teórico o funcionalismo linguístico, na linha de Heine e Kuteva (2007), Traugott e Dasher (2005), Bybee (2010), entre outros. A base deste estudo foi o *corpus* da série “Amostras da Língua Falada no Semiárido Baiano”, integrante do projeto “A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano”. Buscou-se apresentar os contextos em que a partícula *lá* mostra sinais de gramaticalização e as funções que ela assume no ato discursivo. Além disso, sugere-se que o item *lá*, em alguns contextos, também apresenta uso em discursivização.

Palavras-chave: Partícula *lá*. Gramaticalização. Funcionalismo linguístico.

1. Introdução

Muitos estudos, desde o século XIX, tentam explicar como se originam e se desenvolvem as categorias gramaticais. Para tanto, a língua não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões provenientes de diversas situações comunicativas, que colaboram para determinar sua estrutura gramatical. Numa visão mais funcionalista, as mudanças acontecem pela regularização dos usos da língua, a partir da criação de expressões novas e de rearranjos vocabulares realizados pelo falante para satisfazer suas necessidades comunicativas.

A repetição de uma construção ou forma se fixa, tornando-se normal e regular, ou seja, se gramaticaliza. A regularidade acontece

quando as estratégias discursivas utilizadas pelo falante no ato comunicativo deixam de ser criatividade discursiva eventual e passam a ser delimitadas por restrições gramaticais.

No português atual, observando os contextos reais de comunicação oral, observa-se que o elemento *lá*, tradicionalmente classificado como advérbio de lugar, nem sempre está com o seu valor dêitico tão claro, nem tão exclusivo. Em algumas situações não há relação explícita com esse valor espacial original. Isso acontece porque os usos do elemento *lá* estão envolvidos em processos de gramaticalização. Esse fenômeno se constitui em um processo pelo qual um item lexical passa a assumir funções diferentes da sua original, tais como a de organização interna do discurso e de estratégias comunicativas.

Com base nessa linha de pensamento, pretende-se, nesse trabalho, investigar a diversidade de usos da partícula *lá*, as novas funções por ela assumidas dentro dos diversos contextos e seu processo de gramaticalização. Para tanto, é realizado um estudo da partícula *lá*, desde o latim, é analisada a abordagem dada a esse item nos dicionários e gramáticas tradicionais e investigados a diversidade de usos encontrada, os contextos de sua realização e as novas funções adquiridas pela partícula no nível pragmático-discursivo.

A base do *corpus* é o da série “Amstras da Língua Falada no Semiárido Baiano”, integrante do projeto “A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano”, desenvolvido pela Universidade Estadual de Feira de Santana, que tem como objetivo contribuir para o conhecimento da realidade linguística brasileira, especificamente sobre a língua falada em áreas rurais do semiárido baiano.

2. A partícula *lá* nas gramáticas tradicionais

Os falantes de uma língua conhecem e usam milhares de palavras que aprenderam e classificam de acordo com a gramática normativa, isto é, aquela que prescreve as normas do bem falar e escrever, conforme ainda é concebida e ensinada nos dias de hoje e que continua a manter os mesmos objetivos que a acompanham desde o seu surgimento, voltada para a modalidade escrita culta da língua.

Segundo Bueno (1968), o elemento *lá* é proveniente do latim *il-lac*, que significa “naquele lugar”, e indica objeto ou pessoa distante simultaneamente de quem fala e do interlocutor.

Tradicionalmente, a partícula *lá* é classificada como advérbio de lugar, que localiza pontos no espaço em relação à localização dos participantes do ato comunicativo.

Os gramáticos da linha tradicional baseiam-se no critério funcional e semântico, conferindo maior destaque ao último. Listam as circunstâncias que os advérbios expressam e, em seguida, explicitam o papel modificador que desempenham, usando o critério funcional. Para esses gramáticos, o pronome adverbial locativo *lá* é considerado como advérbio de lugar. Apesar dessa abordagem, os advérbios apresentam uma classificação controvertida que contempla poucas de suas possibilidades de ocorrências.

Bechara (1982) classifica a partícula *lá* como advérbio pronominal, pois pela sua origem e significação, associa-se a pronomes demonstrativos. Ainda observa que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) põe o denotador expletivo *lá* à parte, sem nome especial, citando como exemplo a expressão “eu sei lá”.

Sacconi (1986) afirma que, quando se deseja dar realce ao advérbio, usa-se a partícula *lá* no início da oração e apresenta expressões como: *lá de dentro*, *lá de fora*, *lá de baixo*, *lá de cima* como locuções adverbiais.

Cunha e Cintra (1985), que são mais descritivos, apresentam em suas figuras de sintaxe um exemplo de pleonasma (Ex.: Sai *lá* pra fora, João). Na transposição do discurso direto para o indireto, os autores apresentam um exemplo com o advérbio de lugar *lá*. Na sintaxe, *lá* pode vir como adjunto adverbial ou como locução ou expressão adverbial, que também atua como reforçador do pronome demonstrativo, quando por motivo de clareza ou de ênfase.

Cunha e Cintra (1985), Tufano (1995), Pasquale e Ulisses (1997) e Nicola (1997) seguem a NGB, que afirma que certas palavras como *lá*, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, passaram a ter classificação à parte, mas sem nome especial.

3. *O lá na perspectiva linguística*

A fonte de pesquisa dos estudos funcionalistas é a língua em uso, na qual se comprova a fluidez que lhe é característica. Diante dessa fluidez e da impossibilidade de tratar os constituintes em categorias discre-

tas, o funcionalismo utiliza a noção de *continuum* ou contínuo. Dessa forma não se estuda a língua num sistema fechado, acabado, em categorias que são facilmente determinadas. Busca-se então identificar o ponto do contínuo em que o item ou construção se encontra, a partir de um conjunto de propriedades. Por isso, Givón (1995) tem como ponto fundamental de sua proposta demonstrar que as relações gramaticais não são formadoras de categorias discretas, uma vez que retratam indeterminação e gradação.

As principais mudanças ocorridas na utilização da partícula *lá* são semânticas e são resultantes de um processo de gramaticalização que segue a trajetória espaço > tempo > texto, típica dos dêiticos em geral. O locativo *lá*, em sua acepção mais concreta, representa um lugar distante simultaneamente do falante e do destinatário. Porém, nos novos usos encontrados, sofre um processo de abstratização e seu traço de imprecisão incorpora um sentido mais distante: nem tão claro, nem tão exclusivo.

Segundo Givón (1995), a classe dos pronomes locativos é a menos homogênea entre as demais do nível gramatical, tanto do ponto de vista semântico como do morfossintático.

Em perspectivas linguísticas da norma brasileira (ILARI et al., 1990; NEVES, 1992, 2000; CASTILHO, 1993), a categoria adverbial é caracterizada como uma classe pouco nítida, de contornos difusos, integrada por membros distintos, incapazes de compartilhar um conjunto de traços comuns. Diante dos pronomes locativos, tal imprecisão categorial se verifica de forma acentuada, uma vez que integram um grupo marginal de uma classe imprecisa. Segundo Ilari et al. (1990), os locativos são classificados como itens não predicativos ou, segundo Neves (2000), não modificadores, pois tendem a não alterar ou modificar o significado do constituinte verbal. Portanto os locativos compreendem um tipo de advérbio mais livre, mais autônomo.

Acerca da natureza pronominal dos locativos, outra questão que ressalta sua especificidade em relação aos demais advérbios é a foricidade de determinados usos. Por se tratar de proformas, que, geralmente, têm o papel suplementar de elemento coesivo na progressão informacional, atuam anaforicamente ou cataforicamente.

Segundo Marcuschi (1983), os mecanismos de uma língua permitem estabelecer entre os elementos linguísticos do texto relações de sentido e constituem mecanismo de coesão referencial, pois um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo

textual. A remissão pode ser feita para trás – referência anafórica –, para a frente – referência catafórica – e pode ser efetuada por meio de recursos de ordem gramatical, como, por exemplo, o advérbio pronominal *lá*, o qual Koch (1989) chama de forma remissiva.

Halliday e Hasan (1983) citam a referência como um dos principais fatores de coesão. Essa referência pode ser demonstrativa, realizada por meio de pronomes demonstrativos e advérbios indicativos de lugar, como, por exemplo, com a partícula *lá*.

De acordo com Heine et alii (1991), a metáfora espaço > tempo > texto é usada para representar os elementos mais básicos e mais concretos da escala de gramaticalização, a qual se evidencia quando o *lá* dêitico passa a fazer analogicamente alusão a dados já mencionados ou a mencionar no texto, assumindo valores anafóricos e catafóricos.

Segundo Koch (1997), *lá* é uma das formas remissivas, faz remissão a grupos nominais dotados, via de regra, do traço semântico. O seu valor dêitico espacial é o ponto de partida de uma gramaticalização espaço > tempo > texto, que caracteriza o surgimento de operadores argumentativos a partir de circunstanciadores. Esse tipo de mudança por gramaticalização pressupõe que o elemento *lá* com valor espacial passa a assumir valores temporais.

De acordo com Balocco e Dorigo (1995), existe um uso com valor modal na partícula *lá*, em que sua noção espacial original se abstratiza, associando-se à noção de modalidade. Esse uso modalizador gera um outro, uso que esses autores chamam de *lá* no sintagma nominal, assumindo um posicionamento mais fixo.

A esse respeito, Oliveira (2009, p. 12) menciona “da expressão dêitica, localista, externa, esses advérbios podem encarregar-se de sentidos menos concretos, e em plano textual, atuar na articulação de referência endofórica, em função anafórica, mais comumente, ou catafórica”. Oliveira (2009), citando o processo de gramaticalização estabelecido por Heine e Kuteva (2006) e Haspelmath (2004), observa que “a partir desses papéis textuais, alguns advérbios em avançado estágio de polissemia migram para outras classes, como a dos conectores ou operadores, ou ainda a dos especificadores ou clíticos”.

4. As trajetórias de gramaticalização referentes à partícula *lá*

No português atual, observando os contextos reais de comunicação oral, percebemos que o valor dêitico espacial da partícula *lá*, de apontar o local sem nomeá-lo, nem sempre é tão claro, nem tão exclusivo. Em certas situações, não fazemos associação explícita com esse valor espacial original. Esse fato ocorre porque os usos do elemento *lá* estão envolvidos em processos de gramaticalização, de acordo com o que está proposto em Hopper e Traugott (1993), ou de discursivização, segundo Vincent, Votre e Laforest (1993).

Tradicionalmente, o elemento *lá* é visto como advérbio de lugar e, juntamente com outros indicadores espaciais, expressa pontos no espaço em relação à localização dos participantes do ato de comunicação.

A análise realizada neste trabalho sobre os usos de *lá* parte do princípio de que o seu valor dêitico espacial é o ponto de partida de uma gramaticalização espaço > tempo > texto, que, de acordo com Heine et al. (1991), caracteriza o surgimento de operadores argumentativos a partir de circunstanciadores. Com esse processo, o elemento vai perdendo o seu valor semântico de indicador espacial para assumir novas funções de cunho gramatical. Esse tipo de mudança por gramaticalização pressupõe que um determinado elemento com valor espacial passa a assumir valores temporais e, progressiva e simultaneamente, valores textuais, ou segue diretamente do espaço para o texto, passando a organizar argumentos e/ou a assumir funções interativas, referentes, por exemplo, a estratégias comunicativas.

Segundo Martelotta (1996), existem duas trajetórias distintas que, partindo do valor dêitico espacial de *lá*, geram diferentes usos da partícula. Uma leva a partícula a assumir funções anafóricas e catafóricas, que, por sua vez, geram valores temporais e inferíveis. Outra faz com que a partícula assuma uma nova função modalizadora, que funciona como uma marca de afastamento ou desinteresse do falante em relação ao que fala. Com a continuidade do processo de mudança, essa função modalizadora, por um lado, gera um uso em que o *lá* penetra no sintagma nominal, assumindo uma função de elemento indefinido, e, por outro, se discursiviza em alguns contextos em que a expressão *sei lá* funciona como elemento que participa da organização do fluxo linear das informações do discurso oral.

5. *Análise do corpus*

A base do estudo realizado neste trabalho foi o *corpus* “Amstras da Língua Falada no Semiárido Baiano”, integrante do projeto “A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano”, realizado pela UEFS, Universidade Estadual de Feira de Santana – BA. Dele, foram analisadas as entrevistas realizadas com moradores do povoado de Matinha e arredores, zona rural de Feira de Santana.

De acordo com Heine et al. (1991, p. 179), a metáfora espaço > discurso é usada para organizar analogicamente o universo discursivo em termos de referenciais externos, que representam, nesses casos, os elementos mais básicos e mais concretos da escala de gramaticalização. Dessa forma, é comum os dêiticos espaciais serem usados para indicar pontos do texto já mencionados (anáfora) ou ainda por mencionar (catáfora).

Na análise das entrevistas encontramos as seguintes ocorrências com a partícula *lá*:

- 1- **Fui morar com minha tia, olhar os filho dela, depois eu me empreguei lá, gostei e fiquei.**

Na ocorrência acima, o elemento *lá* faz alusão dêitica a algo do mundo real, que está longe do falante. O processo de gramaticalização ocorre quando o *lá* dêitico, por um processo de metáfora espaço > discurso, passa analogicamente a fazer alusão a dados já mencionados no texto ou por mencionar, assumindo valores anafóricos e catafóricos, como encontrado nas ocorrências abaixo:

- 2- **Ela nasceu com bronquiopneumonia, aí ela tinha crise todos os dia. Às veze eu levava duas veze no dia. Quando eu chegava lá tomava remédio ficava boa, depois que chegava aqui piorava tinha que voltar de novo, as veze eu tinha que voltar duas veze.**
- 3- **Ele ficou lá no chão pedino socorro...**

Nas ocorrências 2 e 3, o elemento *lá* refere-se, respectivamente, ao local mencionado (anáfora) e ainda por mencionar (catáfora). Conforme designação de Martelotta e Rêgo (1996), está sendo chamado de espacial pleno o uso em que o elemento *lá* faz menção anafórica ou catafórica a elementos espaciais detectáveis no texto, ao contrário de espacial inferível, em que o elemento *lá* refere-se anafórica ou cataforicamente a lugares que não são explicitamente mencionados no texto, mas que podem ser inferidos pelo contexto, como acontece na ocorrência descrita a seguir:

- 4- **Rapaz, a morte pra mim, eu acho que só tem que morrer mehmo quando chega o dia, que Deus tá marcado, Deus tem o nome lá de todo mundo.**

Nessa ocorrência, o informante, ao falar sobre a sua concepção de morte, diz que Deus tem o nome de todo mundo onde Ele está. Em nenhum momento o informante mencionou o nome do local, provavelmente o céu, mas que é facilmente inferível pelo contexto. Não se trata de um uso espacial pleno e sim espacial inferível.

Nota-se que nos casos de *lá* classificados como espacial pleno catafórico, a partícula funciona como um elemento enfático, destacando o local mencionado. Esse uso da partícula *lá* introduz uma informação nova, que sempre aparece depois dela, ao contrário do anafórico, que se refere a algo já mencionado. Esse tipo de uso foi encontrado na ocorrência abaixo:

- 5- **É a mehma regra, é a mehma regra do jogo, só que diferença porque na quadra a gente mehmo marca assim. Quer dizer, no modo de falar: “na boca” e lá no campo grande marca mais no apito, tem juiz e na quadra não, quando brinca aqui tem juiz não, o juiz é a gente mehmo, quem sofrer, marca.**

Nessa ocorrência, o elemento *lá* introduz uma informação mais precisa sobre o local em que o jogo aconteceu, é uma informação nova ou ainda não mencionada.

Conforme demonstrado pelas ocorrências acima, o *lá* pode assumir função textual (anafórica e catafórica) e, em alguns contextos, pode fazer alusão a dados temporais já mencionados ou por mencionar, como se pode notar nos exemplos abaixo:

Ex.: 1- Eles vão pra escola *lá*... *lá* pras sete horas. (exemplo nosso)

2- Pedro morou aqui de 1990 a 2000, de *lá* pra cá nunca mais voltou. (exemplo nosso)

Embora não tenha encontrado ocorrências do tipo dos exemplos 1 e 2 no *corpus* analisado, observando o exemplo 1, percebe-se que em “*lá* pras sete horas” o elemento *lá* alude cataforicamente à informação temporal mencionada em seguida (sete horas), indicando uma ideia de proximidade em relação a esse ponto no tempo. O exemplo 2 mostra um uso possível do elemento *lá*, formando, nesse contexto, a expressão “de *lá* pra cá”. Neste caso, há uma referência a um ponto no tempo mencionado anteriormente (o ano 2000), constituindo, portanto, um exemplo de anáfora.

Esse uso temporal surge como um processo de mudança que Traugott e König (1991) chamam pressão de informatividade. Esse processo ocorre quando, por convencionalização de implicaturas conversacionais, um termo assume um novo sentido motivado pelo contexto em que aparece. A partícula *lá* nesses contextos se torna temporal em consequência do fato de que faz alusão anafórica/catafórica a elementos que apresentam valor temporal.

Segundo Balocco e Dorigo (1995), existe um uso com valor modal da partícula *lá*, em que a sua noção espacial original se abstratiza, associando-se à noção de modalidade. Assim, pode-se encontrar uma outra trajetória de gramaticalização para os usos da partícula *lá*, quando, por meio de um mecanismo de mudança chamado de metáfora distância espacial > distância emocional, conforme Martelotta e Rêgo (1996), gera um uso modalizador de *lá*. Esse uso modalizador, por sua vez, gera dois usos distintos: o *lá* no sintagma nominal e a forma *sei lá*, em fase de discursivização. As ocorrências a seguir demonstram esses usos:

6- **Por que, *sei lá*, eu achava qu'ela fazia mal, mas só qu'ela não era uma pessoa mau, no interior dela ela não era má.**

7- **Eu *lá* quero saber de estudar.**

Nessas ocorrências, o *lá* funciona como marcador de distância entre o falante e o conteúdo de sua fala, podendo ser interpretado como um elemento de negação. O *lá* assume uma função de modalizador, no sentido de que expressa um afastamento ou desinteresse do falante em relação ao assunto em discussão. É esse afastamento que dá a ideia de negação. Em Martelotta e Rêgo (1996), encontra-se que esse uso modalizador de *lá*, na continuidade do processo de mudança, gera um outro uso chamado de *lá* no sintagma nominal. Nesse outro uso, o item penetra no sintagma nominal, adquirindo um posicionamento mais fixo. Dessa forma, o falante utiliza a partícula *lá* para caracterizar o substantivo como algo que existe, mas a respeito do qual não quer, não pode ou não considera relevante fazer comentários. Vejamos esse tipo de uso na ocorrência abaixo:

8- **Morava de aluguel c'um meu tio. Trabaei tombém num restaurante *lá* c'um ele.**

Analisando essa ocorrência, percebe-se que o informante não sabe, não lembra ou não quer dizer o nome do restaurante referido na narrativa, por causa do trecho “Trabaei tombém num restaurante *lá* c'um ele”. O *lá*, referindo-se ao substantivo restaurante, passa a noção de falta de

importância em fazer maiores comentários acerca do substantivo mencionado.

O item *lá*, nesse caso, está dentro do sintagma nominal, exercendo a função de elemento caracterizador do substantivo.

Em paralelo a essa trajetória mencionada, existe outra em que o *lá* modalizador se discursiviza, quando acompanhado do verbo *saber* no presente do indicativo, na terceira pessoa do singular. Além do seu valor modalizador original, que denota insegurança ou incerteza do falante em relação ao que fala, o *sei lá*, em determinados contextos, exerce a função de reestruturar o discurso, quando sua linearidade é rapidamente interrompida, ou de preenchedor de pausa. Nesses contextos, o *sei lá* é utilizado para viabilizar o processamento da fala, pois seu uso está mais para organizar a linearidade do discurso do que da estrutura significativa da cláusula.

Segundo o que propõem Vincent, Votre e Laforest (1993), há nesse uso da forma *sei lá* um processo de discursivização. Há nesta expressão a predisposição em perder restrições gramaticais e assumir restrições de caráter pragmático e interativo, exercendo a função de um elemento que facilita o processamento do discurso, indicando hesitações, inseguranças do falante em relação ao que diz e pausas para elaborar o pensamento. Esse uso pode ser observado na ocorrência abaixo:

- 9- **Acho que já tem três ou é quatro, *sei lá*. Já perdía a conta desse negócio já, faz muito tempo, ôh. [estrala s dedos]. Já perdi da conta e não quero nem lembrar da conta mais.**

Nessa ocorrência, a expressão *sei lá* assume uma função pragmática típica de marcador discursivo, pois indica uma hesitação e é usada pelo falante para, sem perder o turno da fala, ganhar tempo, enquanto procura as palavras adequadas para expressar as suas ideias.

Constitui-se em um processo metonímico, pois não envolve apenas o item *lá* mas também o verbo *saber*, assim como ocorre, por exemplo, com o uso *vai lá* ou *vá lá*. Não foram encontradas ocorrências com os usos de *vá lá* ou *vai lá* no *corpus* analisado, mas esses usos podem ser observados nos exemplos abaixo:

- 10- ***Vá lá* que ele precise sair cedo, mas agora não. (Exemplo meu)**

- 11- **Vestir aquela roupa ainda *vai lá*, mas suja, é demais. (Exemplo meu)**

No exemplo 3, presume-se que a expressão *vá lá* indica um convite do falante para que o interlocutor analise (*vá lá*) a situação narrada por

ele, ou acompanhe o raciocínio do falante. No exemplo 4, a expressão *vai lá* expressa a ideia de um limite em que uma determinada situação seja aceitável (*vai lá*). Nesses contextos, o sentido do item *lá* é muito abstrato, e parece tratar-se mais de um caso de metáfora envolvendo o verbo do que propriamente o *lá*, segundo Martelotta e Rêgo (1996).

6. Considerações finais

A realização deste trabalho o possibilitou identificar os novos usos assumidos pela partícula *lá* no *corpus* analisado. Permitiu também perceber duas possíveis trajetórias de mudança para a partícula *lá*. A primeira trajetória constitui um processo de gramaticalização via metáfora espaço > discurso, que leva o elemento a assumir funções anafóricas e catafóricas e, em seguida, por pressão de informatividade, assume os valores temporal e inferível. A outra trajetória, envolve uma metáfora que pode se caracterizar como distância espacial > distância emocional, levando o elemento a assumir a função de modalizador, que, em seguida, assume duas trajetórias de mudanças diferentes: em uma se dá um processo de discursivização na expressão *sei lá*; em outra, a partícula penetra no sintagma nominal, assumindo a função de marcar uma intenção de indefinir o substantivo ao qual se refere.

Dessa forma, conclui-se que o elemento *lá* segue inicialmente dois processos distintos de gramaticalização. Um caracteriza-se pela trajetória espaço > (tempo) > texto, proposta por Heine et al. (1991). Percebe-se que esse item, ao se gramaticalizar, sai do espaço e vai diretamente para o texto, e é no texto que esse elemento passa a assumir funções anafóricas e catafóricas, tendendo estas a inserir informações novas. A partir daí, ele irá também apresentar valores temporais e aqueles que se convencionou chamar de valores inferíveis, ambos decorrentes da continuação do processo de gramaticalização. Outra trajetória leva o elemento a assumir uma função modalizadora e, no decorrer do processo, a ligar-se ao sintagma nominal, ou a assumir funções típicas da discursivização, como acontece na forma *sei lá*, que reorganiza o discurso, marcando uma pausa, para que seja retomada a linearidade do fluxo das informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALOCCO, Ana Elizabeth; DORIGO, Carmen Teresa. *Algumas considerações sobre a gramaticalização de lá, bem e ir*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 27. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982.

BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1968.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CASTILHO, Ataliba. Os mostrativos no português falado. In: CASTILHO, A. (Org.). *Gramática do português falado*, vol. III: as abordagens. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 119-147.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: Benjamins, 1995.

HALLIDAY, Michael Arnold K. *An introduction to a functional grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

_____; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. 5 ed. London: Longman, 1983.

HASPELMATH, Martin. On directionality in language change with particular reference to grammaticalization. In: FISCHER, Olga et al. (Org.). *Up and down the cline: the nature of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004, p. 17-44.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization*. A conceptual framework. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

_____; KUTEVA, Tania. *The changing languages of Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. *The genesis of grammar: a reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, Rodolfo et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira. *Gramática do português falado*, vol. I: a ordem. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1990.

KOCH, Ingedore V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MARTELOTTA, Mário; RÊGO, Lana. Gramaticalização de “lá”. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 237-250.

NEVES, M. H. M. Os advérbios circunstanciais de lugar e tempo. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado*, vol. II: Níveis de análise linguística. Campinas: Unicamp, 1992, p. 261-296.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NICOLA, José de Infante. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 15. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, M. R. Pronomes adverbiais locativos em cartas do português: trajetória, ordenação e função. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 17, n. 1. Belo Horizonte: Fale, 2009, p. 179-208.

PASQUALE; ULISSES. *Gramática da língua portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1986.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____; KÖNIG, Ekkehard. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE. 5. ed. *Approaches to grammaticalization*, vol 1: Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1991.

TUFANO, Douglas. *Estudos da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VINCENT, D.; VOTRE, S.; LAFOREST, M. Grammaticalisation et postgrammaticalisation. *Langues et Linguistique*. Québec: Université Laval, n. 19, 1993.

A IDEOLOGIA NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Taís Turaça Arantes (UEMS)

taistania@gmail.com

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

RESUMO

Na sociedade em que vivemos, há diversas formas de se expressar, seja por intermédio de textos escritos em prosa ou versos. Nessa perspectiva temos as histórias em quadrinhos, que, assim como qualquer outra forma de expressão, apresentam uma relação com a realidade social. Isso nos leva a dizer sobre a representação da ideologia norte-americana em alguns heróis das histórias em quadrinhos. Por isso, a proposta desse artigo é analisar figuras como Superman, Mulher-Maravilha e Capitão América, em suma como eles carregam a representação norte americana, visto que Fiorin (2007, p. 30) nos explica que "a ideologia não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores". Enfim, a proposta é analisar desde alguns enredos até as cores dos uniformes que carregam as cores da bandeira dos Estados Unidos

Palavras-chave: Ideologia. Histórias em quadrinhos. Pragmática.

1. Introdução

O presente estudo buscou explanar um pouco mais da ideologia presente nas histórias em quadrinhos norte-americanas, visto que essas histórias são uma forma de expressão e apresentam uma relação com a realidade social.

É claro que nesse sentido de ideia, devemos nos atentar que o alance de leitores e sucesso das histórias em quadrinhos está nessa relação com a sedução das imagens que a mesma possui. A possível leitura somente por imagens, o trabalho de cores vibrantes ou a ausências destas seduz as pessoas para esse tipo de leitura.

Contudo o que mais pode chamar a atenção nas histórias em quadrinhos é a forma como se pode trabalhar a crítica. Vejamos uma citação abaixo que pode nos explicar um pouco mais sobre essa crítica e a presença de uma ideologia:

As histórias em quadrinhos não são inocentes. Elas trazem ideologias inseridas nas histórias e na composição dos personagens. O Superman, por exemplo, que surgiu alguns anos após a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, não só era um símbolo de esperança para um povo que ainda sofria os efeitos da crise, como também foi utilizado para combater a ideia de Super-Homem disseminada pela Alemanha nazista no período precedente a II Guerra Mundial. (SILVA, 2011, p. 02)

Foi perceptível que a criação de Superman não foi algo ingênuo, ela teve uma intenção de mostrar o poder de uma nação frente as outras. Logo, vale mencionar o que Orlandi (*apud* GOMES; ABRÃO, 2013, p. 17) nos diz que “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”. Em suma, esse resultado da ideologia na vida do ser humano engloba de certa forma a constituição de como eles vivem como atores conscientes e reflexivos, dentro desse mundo estruturado e significativo. (THERBORN, 1980, p. 01)

Nessa perspectiva dizemos que:

Alguns sociólogos usam o termo ideologia para designar o conjunto de ideias, crenças e modos de pensar características de um grupo, seja nação, classe, casta, profissão ou ocupação, seita religiosa, partido político etc. A ideologia será, então, o conjunto dos conteúdos espirituais de uma determinada cultura ou subcultura, entendendo aqui por cultura todo o sistema de elementos, materiais e não materiais, produzidos (ou recebidos), acumulados, propagados e transmitidos pelos homens, ao longo do tempo, em certa sociedade. (NUNES, p. 06)

Por ter esse entendimento de como um meio de comunicação pode propagar diversos conteúdos, entre eles a representação da ideologia, nos próximos tópicos tentaremos explicar um pouco do que seria a ideologia e como ela se manifesta nas histórias em quadrinhos com alguns personagens. Ressaltando que nosso recorte será feito para as figuras de Superman, Mulher-Maravilha e Capitão América.

2. O que é ideologia

Começamos esse tópico já explicando que o termo “ideologia” tem uma série de significados pertinentes e que nem todos eles são com-

patíveis entre si. (EAGLETON, 1997, p. 12) Em outras palavras, não é correto tentar englobar todas essas significações em uma explicação simples e global.

Claro que não podemos deixar de dizer que em seu sentido original, a ideologia é a ciência que tem por objetivo o estudo das ideias, em outras palavras, os fatos da consciência. O conceito foi criado por Destutt de Tracy, em 1801, no livro Projeto de elementos de ideologia. Dessa forma, é apenas em meado do século 19 que Marx e Engels deram um sentido político à ideologia. (GOMES; ABRÃO, 2013, p. 13)

Nesse sentido temos que pensar que “a ideologia produz encadeamentos de significantes, relações de significantes e significados, atrelamentos, alusões, citações, significações que se tornam hegemônicas, orientam condutas, ações” (SOUSA FILHO, 2012, p. 03). O que pretendemos transmitir é que a ideologia, representa crenças e normas que norteiam as convenções de uma sociedade.

Por isso usamos de base, como um norte, para nosso estudo de exploração sobre a ideologia nos quadrinhos norte-americanos o que Fiorin nos diz:

A ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso, diz-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico. (FIORIN, 2007, p. 30)

Mesmo que seja em última instância é nessa questão do poder econômico que nos apegamos nesse estudo. Pois, uma vez que estamos analisando a ideologia nos quadrinhos norte-americanos, não podemos esquecer que os Estados Unidos ainda é a maior potência econômica no mundo.

3. A ideologia nas histórias em quadrinhos

Como já mencionado anteriormente focaremos nos heróis dos quadrinhos norte-americanos. Logo, “a questão ideológica nos quadrinhos pode ser vista claramente a partir da vocação das duas maiores editoras norte-americanas da área: a DC e a Marvel.” (GOMES; ABRÃO, 2013, p. 18)

Com isso os heróis utilizados para fazer essa análise são: Superman, Mulher-Maravilha e Capitão América. Bem, vamos a eles.

3.1. Superman

O personagem ícone da cultura pop Superman, o homem de aço, foi criado por Jerry Siegel e Joe Shuster na década de 1930, em meio à Grande Depressão, sendo o primeiro super-herói e dando início à chamada “Era de Ouro” dos quadrinhos. (SOUSA, 2013, p. 72).

Lembrando que a Grande Depressão é diferente da crise de 1929. Em suma, chama-se de Grande Depressão a deflação do preço das mercadorias, causada pela dramática redução do nível de atividade econômica, que afetou a economia norte-americana, mas também, embora de maneira desigual, a economia da maioria dos países do mundo, durando cerca de uma década, ou seja, até o advento da Segunda Guerra Mundial. (PRADO, 2009, p. 13)

O que vemos então, é que as histórias em quadrinhos tendem a repercutir a realidade, e o surgimento do Superman não foi à toa! Criar um super-herói, que possui toda essa força que veio a se tornar um símbolo da cultura pop, mostra que o personagem foi uma intenção de demonstrar que os Estados Unidos da América ainda era um país forte.

Outro fato, além da data de criação do personagem que pode exemplificar isso é o seu uniforme. Vejamos a imagem abaixo⁴¹:



41 Disponível em: <http://static.comicvine.com/uploads/original/5/55708/1039288-jim_lee_superman.jpg>. Acesso em: 10-08-2014.

É perceptível as cores da bandeira dos Estados Unidos. A presença do vermelho e do azul. Novamente é feito a alusão ao país como uma superpotência.

3.2. Mulher-Maravilha

Temos aqui uma personagem que se tornou ícone do universo feminino: Mulher-Maravilha. Assim como o Superman sua criação não foi por acaso. Vejamos a citação abaixo:

Em 07 de dezembro de 1941, os Estados Unidos declaram estar em guerra com o Japão, após o ataque à base naval de Pearl Harbor. Nesse mesmo ano, a revista bimestral (dez. 1941/jan. 1942) *All-Star Comics*, número 8, lança uma nova personagem em suas páginas. Assim surgia a Mulher-Maravilha. Cerca de seis meses depois, a heroína já possuía um título próprio no mercado dos quadrinhos norte-americanos. (CHACON, 2010, p. 09)

Reiteramos que o objetivo do artigo não é simplesmente mostrar a criação da personagem de uma forma ingênua, ou seja, não é nossa intenção se atentar ao fato de como a personagem foi ganhando popularidade, mas sim como sua criação demonstra um pouco da ideologia norte-americana.

Bem, a personagem surgiu em outro período crítico na história dos Estados Unidos. Vemos que aqui a personagem também carrega essa função de levar consigo toda essa força que essa nação denominava possuir. E não foi só nesse contexto da criação que podemos nos atentar, veremos os uniformes abaixo:



Vemos duas imagens acima, sendo uma com o primeiro⁴² uniforme e o segundo⁴³ mais atual com os traços de Alex Ross. No uniforme dela é visível que além das cores que fazem referência a bandeira norte-americana, temos também a presença da águia⁴⁴.

A águia de cabeça branca⁴⁵ é o emblema da nação estadunidense. Ela está presente no brasão do país, sua figura atura como um reflexo do espírito do referente país, com a intenção de inspirar orgulho em seus cidadãos. A águia foi escolhida no ano de 1782, por causa de sua longevidade e força, e claro, porque ela é uma espécie presente no local. Também vale mencionar que é possível fazer a relação entre a liberdade do voo e o nascimento do novo país independente.

Com isso, vemos que há uma forte alusão nos aspectos da personagem com a nação dos Estados Unidos. Veremos agora como isso se propaga no personagem Capitão América.

3.3. Capitão América

Nada melhor do que começar esse tópico com a própria biografia do personagem presente na enciclopédia da Marvel. Vejamos:

Nascido durante a Grande Depressão, Steve Rogers cresceu doente e frágil na cidade de Nova York. Apesar de suas limitações econômicas e físicas, trabalhou duro para se sustentar. Quando as filmagens jornalísticas sobre a 2ª Guerra Mundial chegaram aos Estados Unidos vindas da Europa, ficou horrorizado com as cenas dos nazistas dominando o continente e perseguindo aqueles que se opunham a eles [...] Entregando os protestos do rapaz, o general Chester Phillips, ofereceu-lhe uma vaga em um experimento biológico ultrasecreto, a Operação Renascimento. Determinado a colaborar com o esforço de guerra, Rogers impetuosamente aceitou a oferta. Após semanas de testes e

42 Disponível em:

<http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/imagens/2012/06/4139person_2276.jpg>. Acesso em: 11-08-2014.

43 Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/5/5c/Mulher-Maravilha_por_Alex_Ross.jpg>. Acesso em: 11-08-2014.

44 Vale dizer que o uniforme passou por diversas mudanças, e já foi retirada a águia para colocar dois WW para referência do próprio nome da personagem. Evolução da personagem em: <<http://diversao.terra.com.br/arte-e-cultura/veja-evolucao-visual-da-mulher-maravilha-de-1941-a-2010,06c9078553a7a310VgnCLD200000bbcccb0aRCRD.html>>. Acesso em: 11-08-2014.

45 Disponível em: <http://cursosdeinglesnoexterior.wordpress.com/2012/10/20/a-aguia-como-simbolo-representante-dos-estados-unidos/>. Acesso em 11 de agosto de 2014, às 08:52.

treinamento, ele recebeu uma dose do Soro do Supersoldado, ainda em fase experimental [...] Rogers emergiu do tratamento com um corpo perfeito. Seguindo um extensivo treinamento de combate e extremo condicionamento físico, Rogers foi incumbido de tornar a arma suprema do Exército – e a encarnação de luta na América. (Enciclopédia Marvel, vol. 1, p. 13)

Da mesma forma que aconteceu com os outros dois personagens, também acontece com o Capitão América. Ele surge sob o momento da Segunda Guerra Mundial. O mais interessante é perceber como esse personagem foi utilizado fora do mundo dos quadrinhos. A citação abaixo explica isso:

Logo o personagem já estava vestido com a bandeira dos Estados Unidos, em seu uniforme e lutando contra as forças do eixo com uma preocupação de reafirmar para o mundo o lema “America for Americans”. O sucesso foi tanto que as revistas passaram a ser distribuídas aos soldados nas trincheiras como um elemento motivador. (GOMES; ABRÃO, 2013, p. 19-20)

O personagem chegou a ser distribuído para os soldados. Agora, para uma melhor exemplificação vejamos as figuras abaixo⁴⁶:

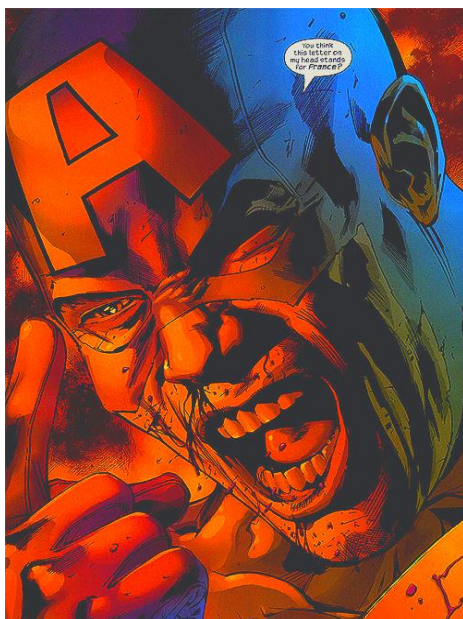


46 Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/-HbX8mZNrnw/T5M9-ZZNvKI/AAAAAAAAABs/NfdQ7eJ9hJ4/s320/cap_america.jpg>. Acesso em: 11-08-2014.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A capa da primeira revista traz o herói dando um soco em Hitler, também vemos na imagem o seu escudo, que é “sua “única” arma, simbolizando que ele só ataca para se defender, o que representa muito bem a política norte-americana diante de sua participação em conflitos mundiais”. (GOMES; ABRÃO, 2013, p. 21)

Assim, como muitos personagens o Capitão América ganhou novas versões de suas histórias. Em uma de suas primeiras aventuras dessa reformulação ele é um soldado pronto para combate, que não pensa em matar seu oponente se for preciso. Sendo assim um momento importante nas histórias desse personagem pode ser visto na imagem⁴⁷ abaixo:



É impactante o Capitão América apontando para o A em seu capacete e dizendo: “Tá pensando que esse 'A' aqui é de França?”, pois a expressão foi uma clara referência à rendição do país francês durante a Segunda Guerra Mundial, e claro que com isso o personagem aponta para a coragem dos norte-americanos.

47 Disponível em: <http://25.media.tumblr.com/tumblr_m3qnysMCHy1r5j6ato2_500.png>. Acesso em: 11-08-2014.

4. Conclusão

Vemos que o conceito sobre ideologia é amplo, mas pode-se dizer que a mesma faz parte das relações humanas, e consequentemente se manifesta pela linguagem. Por isso, podemos encontrar a mesma em supor-tes de lazer, tal como as histórias em quadrinhos.

Abordamos três grandes ícones desse meio: Superman, Mulher-Maravilha e o Capitão América. E podemos perceber que mesmo em pe-ríodos diferentes de surgimento cada um deles carregava fortes referên-cias aos Estados Unidos.

E atualmente com as grandes adaptações cinematográficas vemos ainda mais essa ideologia sendo trabalhada, pois todos os perigos que cercam o mundo começam a atacar em primeiro lugar os Estados Unidos, e claro, que esses heróis conseguem controlar o problema lá mesmo. Em suma, é tentado representar que somente os heróis dos Estados Unidos podem salvar o resto do mundo, e nisso é trabalhado a alusão de que so-mente esse país é um país forte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHACON, Beatriz da Costa Pan. *A mulher e a Mulher-Maravilha: uma questão de história, discurso e poder*. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8138%2Ftde-03112010-121145%2Fpublico%2F2010_BeatrizdaCostaPanChacon.pdf&ei=9VsFVJj8luqJsQSO_YLgDw&usg=AFQjCNG61SOVEEBH8Iush1z_u3pfNiCu2w&bvm=bv.75775273,d.cWc. Acesso em: 11-08-2014.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Uma introdução. Trad.: Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Universidade Estadual Paulista; Boitem-po, 1997.

GOMES, Nataniel dos Santos; ABRÃO, Daniel. Ideologia nos quadri-nhos: o caso Capitão América. In: GOMES, Nataniel dos Santos Gomes; RODRIGUES, Marlon Leal. *Para o alto e avante!* Textos sobre histórias em quadrinhos para usar em sala de aula. Curitiba: Appris, 2013, p. 11-25.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FIORIN, José Lins. Que é ideologia? In: _____. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007, p. 26-31.

MARVEL. *Enciclopédia Marvel*, vol. 1. São Paulo: Panini, 2005.

NUNES, Adérito Sedas. *Introdução ao estudo das ideologias*. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224081973E4dVB2ea3Bp00YB7.pdf>>. Acesso em: 29-07-2014.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. *A economia política da grande depressão da década de 1930 nos EUA*: visões da crise e política econômica, semelhanças e diferenças com a crise atual. 2009, p. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1509.pdf>. Acesso em: 10-08-2014.

SILVA, Rafael Laytynher. A contribuição das histórias em quadrinhos de super-heróis para a formação de leitores críticos. *Revista Anagrama* (USP), ano 5, n. 1, 2011, p. 1-12. Disponível em: <http://www.usp.br/anagrama/SilvaLaytynher_hqleituracritica.pdf>. Acesso em: 05-08-2014.

SOUSA, Luciano Dias de. Superman: mito e herói na contemporaneidade. *Revista Ícone, Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, vol. 11, p. 70-80, 2013. Disponível em: <<http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume11/SUPERMAN-MITOEHEROINACONTEMPORANEIDADE.pdf>> Acesso em: 09-08-2014.

SOUSA FILHO, Alípio. Ideologia e transgressão. *Revista Electrónica de Psicología Política*, vol. 11, p. 207-224, 2012. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Ideologia%20e%20transgressao.pdf>. Acesso em: 09-08-2014.

THERBORN, Goran. A formação ideológica dos sujeitos humanos. In: _____. *The Ideology of Power and the Power of Ideology*, cap. I. Trad.: Jair Pinheiro e Lúcio Flávio de Almeida. London: Verso, 1980. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_therborn.pdf>. Acesso em: 05-08-2014.

A IMPORTÂNCIA DA INTERTEXTUALIDADE NO PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO EM TIRINHAS DA TURMA DA MÔNICA

Joyce Silva dos Santos (FEUC)

joy-santos1@hotmail.com

Vera Lúcia Gabriel dos Santos (FEUC)

gabrielvera27@gmail.com

Wagner Alexandre dos Santos Costa (FEUC/UFRRJ)

wagnerasc@bol.com.br

RESUMO

A intertextualidade é um fator constitutivo de qualquer texto, visto que sempre um texto se estabelece a partir de um discurso anterior com o qual de alguma forma se relaciona. Neste trabalho, realizamos um estudo do fenômeno da intertextualidade no gênero textual tirinha. Sob o prisma da linguística textual (BEUGRAND & DRESSLER, 1981) e da análise semiolinguística do discurso (CHARAUDEAU, 1996), com base nos estudos sobre intertextualidade, analisaremos um conjunto de quatro tirinhas da *Turma da Mônica*, produzidas pelo cartunista Maurício Araújo de Sousa. Nossa hipótese é a de que, no gênero sob foco, a intertextualidade, além de ser um princípio de constituição dos textos, é também um fator necessário ao estabelecimento da coerência textual, porque a sua importância no processo de interpretação nesse gênero de texto figura como fundamental. Trata-se de um elemento do qual autor nem leitor podem prescindir, pois com o seu auxílio alicerça-se o humor.

Palavras-chave: Intertextualidade. Tirinhas da Turma da Mônica. Interpretação.

1. Introdução

Beaugrand & Dressler (1981) postulam certos requisitos para que um texto seja entendido como tal. Trata-se dos fatores de textualidade. Nesse conjunto, os autores incluem a intertextualidade como um princípio de constituição dos textos, ou seja, um texto sempre mantém algum tipo de relação com outro a ele anterior, seja estrutural, temática ou discursiva.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Charaudeau (1996) mostra-nos que o processo da comunicação é complexo e, assim como Beaugrand e Dressler (*ibidem*), destaca o jogo de intencionalidades na interação. A leitura de qualquer texto requer, sob esse enfoque, o esforço de compreender a que caminho o autor de um texto pretende nos conduzir.

No gênero textual tirinha, o objetivo do autor é, em geral, produzir humor. Para tanto, adota uma série de recursos verbais e visuais (recorrentes ou não) de acordo com cada tirinha, cada história ou cada personagem. Ao lado da gama de recursos estilísticos disponíveis, o autor considera, por exemplo, a história de cada personagem, a sua personalidade e as cenas que já vivenciou.

Isto exige num dado texto a presença de outro(s), pois em tal contrato de comunicação, pressupõe-se do leitor conhecimentos prévios, intertextuais.

No presente estudo, propomos analisar a importância da intertextualidade no processo de interpretação em tirinhas da *Turma da Mônica*, considerando tal processo como um elemento acentuadamente importante para o estabelecimento da coerência no gênero, já que a interpretação de cada quadrinho faz-se com base nos conhecimentos que os interlocutores partilham sobre a história e seus personagens. Além disso, para a interpretação desse gênero textual, consideramos ser fundamental o estabelecimento de uma relação entre os textos verbais e as imagens dos quadrinhos, uma vez que, as imagens são parte essencial para a interpretação do texto produzido.

2. O quadro sociolinguageiro

A teoria semiolinguística postula que a construção do sentido leva em conta simultaneamente duas dimensões: uma *situacional* e outra *linguística* da significação discursiva, que é construída, segundo Charaudeau (1996, p. 8), sobre uma dupla inter-relação, a saber:

a) entre dois espaços de produção de sentido, sendo um externo, outro interno;

b) entre dois espaços enunciativos: de produção (EU) e de interpretação (TU).

Sendo assim, algumas hipóteses norteiam o quadro teórico exposto por Charaudeau (2001, p. 28):

A primeira é a de que o *ato de linguagem* decorre das instâncias do *dizer* e do *fazer*, sendo o *fazer* a instância situacional onde estão situados os responsáveis deste ato. O *dizer*, instância discursiva, corresponde ao espaço de produção do qual participam os seres da palavra. Por isso, as realidades do *dizer* e do *fazer* desdobram-se em dois circuitos interdependentes: um externo (*fazer*), outro interno (*dizer*).

A segunda diz que o ato de linguagem é determinado pelas especificações situacionais. Sendo uma interação, é dotado de intencionalidade, o que implica dizer que a encenação discursiva é uma atividade estratégica.

A terceira vincula o ato de linguagem às práticas e imaginários sociais de dada comunidade, sendo ele o produto da ação de sujeitos psicossociais.

Essa relação contratual não se baseia nos estatutos sociais das pessoas nela implicadas, “depende do ‘desafio’ construído no e pelo ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2006, p. 30).

A abrangência do ato de linguagem, que se realiza em um duplo espaço de significância, o externo e o interno, determina, conforme Charaudeau (1996, p. 5), dois tipos de sujeitos da linguagem: os parceiros, que são os sujeitos do fazer social, seres reais, chamados de EUC (EU comunicante) e de TUI (TU interpretante); e os protagonistas, que são os sujeitos do dizer, seres hipotéticos, denominados de EUE (EU enunciador) e de TUD (TU destinatário). Ou seja, no circuito interno, encontram-se os *seres da palavra* (EUE, TUD) e no circuito externo os *seres agentes* (EUC, TUI).

No processo de produção, o EUE corresponde ao papel discursivo que o EUC (produtor do ato de linguagem) constrói dele mesmo enquanto ser do discurso em cena. Tal papel é idealizado em função das intenções comunicacionais do sujeito situado no plano do fazer.

Em se tratando de uma hipótese, o trabalho realizado pelo EUC pode (ou não) obter o resultado desejado, conforme sua hipótese seja avaliada pelo TUI. Este pode, por exemplo, aceitar a imagem dele feita por aquele. Mas pode, por outro lado, negá-la. Isto porque também faz de si próprio uma imagem discursiva, sendo esta o TUD. Além disso, pode questionar-se sobre o papel do comunicante. É o que ocorre em enunciados como *Quem é x para falar assim comigo?* Ou seja, o EUC obterá tan-

to mais êxito, quanto maior for a proximidade entre a hipótese criada por ele sobre o TUD e a referida imagem deste construída pelo TUI.

Assim, os *universos de discurso dos sujeitos* que ancoram o ato de linguagem não são idênticos, visto que ambos, locutor e interlocutor, constroem para si imagens um do outro que podem não ser reais. Não sendo unidirecional, ele é, portanto, dialógico. O ato de linguagem corresponde, por isso, a um ato *interenunciativo* (CHARAUDEAU, 2010, p. 45) entre quatro sujeitos, e não dois.

No processo de comunicação, cabe ao interlocutor reconstruir o texto construído pelo locutor. No caso das tirinhas, várias lacunas são apresentadas ao leitor, que deverá preenchê-las com os saberes adquiridos em outras interlocuções, a partir de outras histórias lidas.

Nesse contrato de comunicação, cabe ao leitor, portanto, após a solução dos desafios que lhe são impostos, depreender a “proposta” de humor criada pelo autor. Em tal contexto, o reconhecimento dos diálogos entre os textos, entre suas histórias, não pode ser pensado como mero processo constitutivo da criação textual, mas como um componente necessário ao gênero tirinha, sem o qual se compromete todo o processo.

3. Intertextualidade e construção de sentidos

A noção de intertextualidade foi introduzida por Kristeva (1974) para discutir o procedimento de redistribuição de um texto em outros na literatura. Segundo ela, “Qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de outro texto.” (p. 60).

Vários autores, em diversos quadros teóricos (estudos literários, pragmática, análise do discurso, linguística textual), trataram da interação estabelecida entre textos no processo de produção e de recepção.

Em análise do discurso, por exemplo, Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 288) explicam que “o termo designa ao mesmo tempo uma *propriedade constitutiva de qualquer texto* e o conjunto das *relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos*”. Maingueneau (1984, p. 83) reserva para o termo “intertexto” a porção textual citada, aludida, parafraseada etc. em outro texto. Já a “intertextualidade”, para o autor, corresponde às regras de inserção desse intertexto, que podem tanto compreender o discurso em uma determinada formação discursiva, quanto o gênero discursivo.

Em linguística textual, Beaugrande & Dressler (1981), citados por Koch (2003, p. 59), apresentam sete critérios de textualidade (coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade), que são um conjunto de princípios constitutivos de todos os textos, dependentes, sobretudo, do conhecimento linguístico das pessoas. Desenvolvendo seus estudos no interior deste quadro, Koch (2003, p. 59), voltando-se para a produção de sentidos na constituição dos textos, distingue intertextualidade em sentido amplo e em sentido restrito. Abarca, dessa forma, aquelas interpretações direcionadas ao estudo do discurso e outras que primam pelo estudo da textualidade. Trata em separado a noção de polifonia, fenômeno mais amplo que, até certo ponto, possui noção recíproca à de intertextualidade, mas incorpora casos fora do escopo desta última.

A autora (*op. cit.*) considera essa relação como restrita quando acontece entre textos efetivamente realizados. Nesse sentido, as citações, alusões a outro texto, bem como a retomada de estilos/escolas literárias constituem esse tipo de intertextualidade. Isto pode ocorrer de forma explícita, se há, por exemplo, citação do texto fonte ou de forma implícita, se não há, como em alguns tipos de paráfrase e ironia. A intertextualidade em sentido amplo corresponderia à ideia de “interdiscursividade”, grosso modo, entrelaçamento de vários discursos, noção fundamental nos estudos em análise do discurso, tal como preconizados em Pêcheux (1983).

Também Authier-Revuz (1998) trabalhara com essa distinção ao discutir a heterogeneidade do sujeito, que foi subdividida pela autora em duas partes: a *constitutiva*, na qual postula que todo discurso resulta do entrelaçamento de diferentes discursos e a *mostrada*, que se refere às formas marcadas desses entrelaçamentos (discurso direto, uso de apas etc.)

Koch (*ibidem*) lembra que na incorporação do texto fonte pode-se seguir a sua orientação argumentativa – *intertextualidade das semelhanças* – ou se pode subvertê-lo, questioná-lo etc. – *intertextualidade das diferenças*.

Bakhtin (2003, p. 292) nos explica que quando tomamos uma palavra e a enunciamos, não o fazemos tomando-a sempre do sistema da língua, em sua forma neutra. Fazemos isto a partir de outros enunciados e, antes de tudo, congêneres ao nosso (pelo tema, composição, estilo). Como diz o autor (*ibidem*, p. 293), “as palavras podem entrar no nosso

discurso a partir de enunciações individuais alheias, mantendo em menor ou maior grau os tons e ecos dessas enunciações individuais”.

Esse contato com o enunciado do outro adquire novos matizes na situação concreta. Para Bakhtin (*ibidem*, p. 294), pode-se dizer que qualquer enunciado existe para o falante em três aspectos: como unidade do sistema; como unidade alheia, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como unidade do próprio enunciador, que o incorpora como sua no momento da enunciação. Ele (*idem, ibidem*) explica ainda que as experiências individuais de qualquer um se desenvolvem em interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros, que trazem em si seu tom valorativo e são assimilados, reelaborados e reacentuados.

Por fim, Koch e Elias (2008, p. 78), acerca da interpretação, asseveram que, por outro lado, a produção do novo texto conterà ecos do texto-fonte, que se farão ouvir (ou não) dependendo dos conhecimentos do leitor. Quer dizer, a ativação do texto-fonte, o seu reconhecimento, é condição necessária para a construção de sentidos.

Nas tirinhas, a leitura recorrente das histórias permite ao leitor ativar não “um” texto-fonte, mas um conjunto de textos a ele anteriores, que instauram situações às quais aquela nova dialoga.

4. Intertextualidade e construção de sentidos em tirinhas da Turma da Mônica

4.1. Os personagens



Mônica: representa uma menina forte, decidida, que não leva desaforo pra casa mas, ao mesmo tempo, tem momentos de feminilidade e poesia. Vive pra baixo e pra cima agarrada a um coelho de pelúcia que serve de "arma" contra os meninos. Principalmente o Cebolinha e o Cascão, que não param de "aprontar" com ela.



Cascão: devido ao seu medo irracional da água, NUNCA tomou banho na vida, ou deixa a entender isso. É o melhor amigo de Cebolinha.



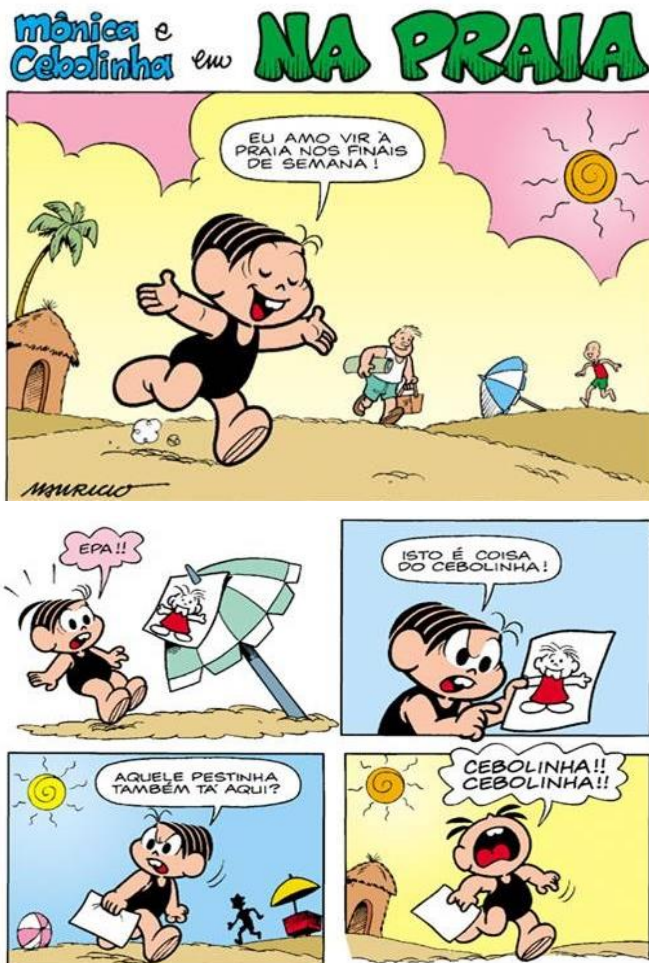
Magali: menina doce, meiga e singela, mas de imensa fome. Tem vontade de comer tudo o que vê, tornando-se as vezes até egoísta. É a melhor amiga da Mônica.



Cebolinha: um garoto de cabelos espetados que, quando fala, troca o “R” pelo “L”. Parceiro de aventuras - ou seria melhor dizer “vítima”? - da Mônica, a quem vive tentando derrotar com seus “planos infalíveis”.

4.2. Análise das tirinhas

Tirinha 1: Mônica e Cebolinha em Na praia



Ao construir seus personagens, estabelecendo suas características físicas e temperamentais, Mauricio de Sousa, na medida em que elabora cada tirinha já conta com o conhecimento prévio do leitor e, assim, *inter-textualiza* a história e seus personagens.

De acordo com esse contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 1996), é papel do leitor “desconstruir” o jogo comunicativo proposto pelo autor. Nesse sentido, mesmo sem o personagem Cebolinha aparecer na história, o leitor lhe atribui a hipótese da responsabilidade pelo ato, pois sabe que ele sempre apronta com a Mônica e que ela fica irada com isso. Assim, o leitor se baseia nesse conhecimento para proceder à interpretação, uma vez que, este texto estabelece ligação com outros já lidos e interpretados anteriormente por meio de outras histórias.

Veja-se, na tirinha seguinte, mais um caso em que Mônica imputa previamente a Cebolinha uma ação contra ela.

Tirinha 2: Cascão e Cebolinha em Ao contrário



Neste quadrinho, observa-se o mesmo processo intertextual acontecer na construção do texto (BEAUGRAND & DRESSLER, 1981), visto que, mesmo sem nenhuma evidência inicial de qualquer coisa errada no ato de Cebolinha presentear-lá com um batom, a personagem Mônica já desconfia da sua atitude, pois já está marcado em sua história de vida que Cebolinha sempre apronta alguma para tirá-la do sério e que Cascão sempre o ajuda nas suas trapaças.

Então como já é de costume, ao constatar que os “amigos” estavam mesmo aprontando, Mônica desempenha o seu papel de menina brava e dá logo uma lição nos dois. E, mesmo sem o quadrinho demonstrar que foi a personagem Mônica que bateu neles, já fazemos esta interpretação, pois já contamos com esse conhecimento prévio sobre a personagem e o desfecho das histórias, semelhante a essa, o que confere coerência ao texto (*Idem, ibidem*).

Note-se, na próxima história, que o conhecimento prévio sobre as características do personagem Cascão serão mobilizados no processo de interpretação do ato de comunicação. Do TUD (TU-destinatário), instância discursiva da interpretação (CHARAUDEAU, 1996, 2006), o EUC (EU-comunicante), instância social no processo de produção que formula hipóteses sobre o destinatário, espera que possua esse conhecimento sobre Cascão. Tais conhecimentos seriam obtidos por meio de outras leituras anteriores, leituras com as quais se espera que TUD possa estabelecer conexões, diálogos (KOCH, 2003). Veja-se:

Tirinha 3: Cascão e Mônica em Moscas, pra que te quero!



Ao buscar o conhecimento prévio que temos do personagem Cascão, sempre recordamos sua característica marcante, a mania de não tomar banho e sua paixão pela sujeira.

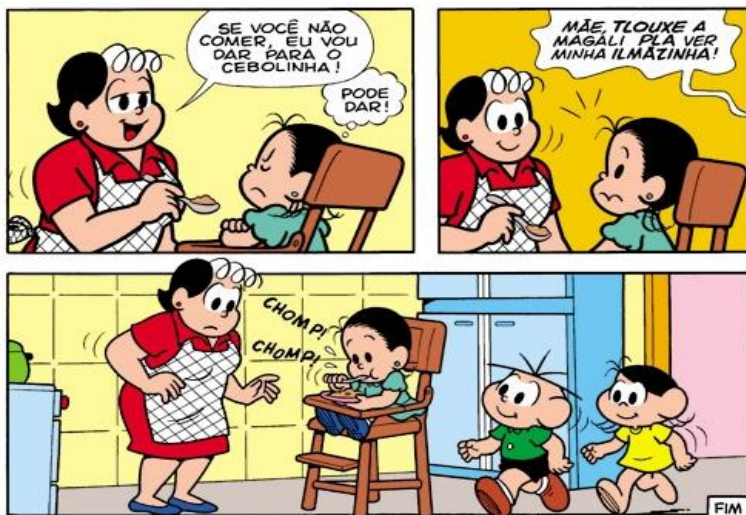
Assim, em um diálogo constante com as outras tirinhas deste personagem, Maurício de Souza, faz o leitor recordar esta característica do menino Cascão no primeiro quadrinho da história, utilizando as moscas em sua cabeça, criando, nos termos de Koch (2003) uma “inter-textualidade implícita” com as outras histórias do personagem, no qual ele sempre é visto como o menino literalmente sujo.

Na tirinha analisada a seguir, teremos a personagem Magali em mais uma de suas histórias de comilança. Nelas, sempre haverá na trama um alimento que lhe interessa envolvido na construção do humor.

A nosso ver, no quadro de intencionalidades pertinentes ao contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 1996) das tirinhas em questão, trata-se de um mecanismo de (inter)textualidade visado na construção da coerência textual, portanto do sucesso do texto de maurício de Sousa.

Tirinha 4: Magali





Para a compreensão desta tirinha é imprescindível que o leitor tenha um conhecimento sobre outras histórias de Magali. Assim, pode entender o porquê de a irmãzinha de Cebolinha acabar comendo toda a papinha (e muito rápido, diga-se). A dificuldade que impunha à mãe, ou seja, a “manha” que fazia, desfez-se ao ouvir o anúncio da chegada da personagem Magali. Assim, foi a sua presença que fez com que a menina comesse tudo, uma vez que, se ela não comesse, Magali acabaria comendo, pois, como se sabe, ela sempre devora tudo.

5. Considerações finais

De acordo com o que foi analisado nas tirinhas apresentadas, podemos perceber que a intertextualidade está presente em todas as histórias, uma vez que, precisamos lançar mão de histórias anteriores para compreender a história que estamos lendo no momento. Assim, verificamos que a intertextualidade é um recurso textual utilizado pelo autor para inferir um diálogo entre as histórias. Também, torna-se um recurso necessário para que o leitor consiga interpretar corretamente a história, visto que, grande parte da interpretação do contexto dependerá da inferência de sentido que o leitor estabelecerá entre os textos, as imagens e o conhecimento das histórias anteriores.

Além disso, estendemos nossas considerações a outras tirinhas, além das tirinhas da Mônica, pois entendemos ser este gênero de texto regido comumente pelo princípio da intertextualidade como fator constitutivo e necessário. Nas tiras, mais do que em muitos outros gêneros narrativos, como uma notícia de jornal, por exemplo (que não necessariamente remete tematicamente a outras histórias/fatos já contados), a intertextualidade é um processo *in presentia* em sua elaboração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras Incertas* – as não coincidências do dizer. Campinas: Edunicamp, 1998.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUGRAND, R. de; DRESSLER, W. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen, Niemeyer, 1981.

CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso (trad. Agostinho Dias Carneiro). In. CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996, p. 5-43.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In. MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001, p. 23-37.

_____. Identité sociale et identité discursive, le fondement de la compétence communicationnelle. *Gragoatá*, nº 21 (jul./dez. 2006). Niterói: Eduff, 2006, p. 339-354.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____; MAINGUENEAU, D. Intertextualidade. In. ____; _____. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 288.

KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KOCH, I. *O texto e a construção dos sentidos*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____; ELIAS, V. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*, Liège: Mardaga, 1984.

PÊCHEUX, M. A Análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Edunicamp, 1990, p. 311-319.

**A PUBLICIDADE NA ERA DO ESPETÁCULO:
QUANDO A CENOGRAFIA E *ETHOS* SE ALIAM,
O ALVO É VOCÊ!**

Rossana Martins Furtado Leite (UFES)
rossanafurtado@hotmail.com

RESUMO

Objetivamos neste estudo analisar o discurso publicitário, sob a ótica da análise do discurso, levando em consideração alguns pontos que consideramos essenciais para compreender a complexidade que este campo da comunicação social abrange e como vem se ‘deslocando’ na pós-modernidade. Ela movimentou toda uma sociedade e seus sujeitos, interferindo não só em seus comportamentos, como em suas identidades e suas culturas. Entender essa estetização do sujeito inserido em uma “sociedade do espetáculo” é de suma importância para analisarmos os efeitos de sentido causados por este tipo discursivo e suas nuances. A criatividade e as associações inusitadas apresentadas no texto publicitário constituem um vasto e rico material de análise para os linguistas. É comum nesse tipo de gênero uma prática multimodal na qual os vários matizes semióticos (verbal, icônico, sonoro) vão produzir uma cenografia capaz de conferir uma qualidade ao *ethos* do enunciador e fazer com que o produto ou serviço anunciado seja acreditado a ponto de fazer parte do estilo de vida idealizado por determinada esfera social. O resultado desta análise se torna bastante relevante para entender os caminhos que este tipo discursivo vem trilhando, reinventando-se para se adequar às novas exigências de uma sociedade capitalista pós-moderna, líquida, como se refere Bawman (2003), composta por sujeitos exigentes que se multiplicam e se unificam, convergem e divergem, ajustando-se às situações em que se deparam a todo instante de acordo com o que lhes é cabível em cada contexto.

Palavras-chave: Publicidade. Discurso publicitário. Era do espetáculo.
Análise do discurso. Pós-modernidade.

1. Primeiras palavras

A publicidade possui uma impressionante eficácia para persuadir, sendo capaz de modelar atitudes e estilos de vida no mundo pós-moderno, exercendo, além de sua função comercial, também uma função social,

pois, diariamente, acompanha-nos em nossas vidas. Reflete, pois, a expressão das épocas e do modo de viver das pessoas.

A intenção deste estudo é refletir sobre o discurso publicitário, utilizando o viés da análise do discurso, para analisar como o discurso publicitário vem se apropriando de discursos de outros campos discursivos para ganhar autoridade. Para tal, levamos em consideração alguns pontos que consideramos essenciais para compreender como a publicidade vem demarcando cada vez mais seu espaço na sociedade espetacular do século XXI.

É importante entender de quais técnicas este discurso se apropria para ganhar a adesão do público-alvo de forma que este se deixe envolver sem mesmo que perceba. Está claro que hoje a publicidade passou a englobar-se efetivamente com a propaganda institucional dando mais ênfase à construção e consolidação de conceitos politicamente corretos para a marca, acentuando a ética, a idoneidade, a preocupação com o social além de demonstrar propriamente as características dos produtos anunciados. Para tal, cada vez mais a cenografia dos anúncios é trabalhada de maneira que o interlocutor possa incorporá-la acreditando em um *ethos* confiável do anunciante.

Importante esclarecer que, apesar de haver na raiz uma distinção dos termos propaganda⁴⁸ (divulgação de ideias) e publicidade (divulgação comercial) – grosso modo –, o que se observa, principalmente no Brasil, é uma não distinção dos termos propaganda e publicidade. Há um achatamento destes dois conceitos no uso cotidiano tanto profissional – há “agências de publicidade” e “agências de propaganda” e “agências de publicidade e propaganda” com finalidades iguais –, quanto na sociedade em geral. Visto isso, optamos por concordar com Sant’Anna:

Comercialmente falando, anunciar visa promover vendas e, para vender, é necessário, na maior parte dos casos, implantar na mente da massa uma ideia sobre o produto. Todavia, em virtude da origem eclesiástica da palavra, muitos preferem usar publicidade, ao invés de propaganda; contudo, hoje ambas as palavras são usadas indistintamente (SANT’ANNA, 1998, p. 75).

⁴⁸ O termo e o conceito primeiro de propaganda surge da necessidade da Igreja Católica, no século XVII, de se contrapor aos atos ideológicos e doutrinários da reforma luterana. Para tal, o Papa Gregório XV criou a Sagrada Congregação para a Propagação da Fé, responsável pela disseminação do catolicismo e pela regulamentação dos assuntos eclesiásticos em países não católicos. (PINHO, 1990)

Utilizaremos, pois, neste artigo, ambas as palavras considerando-as como sinônimos a fim de facilitar o entendimento, uma vez que esta fusão já está estabelecida no cognitivo social brasileiro.

Passemos agora a tentar entender o sujeito para o qual este discurso se projeta e suas identidades, além do universo social em que esse discurso publicitário se movimenta e a partir de quais diretrizes podemos entender a força deste tipo discursivo.

2. *Um olhar sobre a Publicidade e seu contexto*

Nas carteiras das academias, muito se apoiam as ciências sociais na famosa pirâmide de Maslow, que categoriza as necessidades humanas e propõe uma hierarquia de prioridades a serem satisfeitas pelas pessoas:



Fig. 1 – Pirâmide de Maslow

Por muito tempo – e, salvo exceções, até hoje – essa pirâmide aporta toda uma teoria da comunicação, principalmente no que tange à publicidade. E acreditamos que essa hierarquização é válida e real. Mas não podemos fechar os olhos para uma nova concepção de “necessidades” visível e, diríamos, até palpável. Basta olharmos para uma comunidade carente, na qual casas estão sem reboco, truncadas umas nas outras, mas os telhados repletos de antenas parabólicas; os jovens, mesmo ori-

undos de famílias com baixa renda, que muitas vezes passam por dificuldades financeiras sérias, têm em suas mãos celulares de última geração.

A mensagem publicitária precisa estar em consonância com as aspirações, crenças, cultura e tudo mais que inscrevem seus destinatários (chamados de público-alvo na linguagem publicitária) em dada esfera social para que se obtenha êxito na campanha. O publicitário precisa examinar estes dados com bastante cuidado ao compor a cenografia para que esta seja incorporada pelos destinatários. E estes o fazem muito mais pelos aspectos secundários, ou seja, buscando autoridade em outras instâncias, do que pelo apelo explícito ao consumo.

Os sujeitos pós-modernos são mais atentos aos apelos ideológicos contidos nas mensagens publicitárias e, com isso, mais cautelosos na escolha de seus produtos. O nível de informação que circula na sociedade é estrondoso e veloz, traduzindo em uma coletividade engajada e consciente de seu papel social.

3. A análise do discurso e o interdiscurso

É importante pontuarmos aqui a importância para a análise do discurso do efeito de sentido sobre o sentido levando em conta as condições de produção do enunciado, inserido em dada instituição e marcado pela história. Segundo Pêcheux, o sujeito e o sentido não se dão de imediato, e sim são constituídos no discurso. O sentido das palavras não existe em si mesmo, mas sim no processo sócio-histórico em que são produzidas ou reproduzidas, ou seja, a formação ideológica dos sujeitos. Esta vai determinar as formações discursivas, determinando o que pode e deve ser dito:

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas[...] (PÊCHEUX, 1975, p. 162)

Nenhum discurso se constitui de forma independente. Pêcheux propõe

chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que (...) caracteriza o complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1975).

Sírio Possenti (2003), sintetiza o pensamento de Pêcheux: “Em termos, digamos, filosóficos, o que está em questão é a posição segundo a qual os sujeitos falam a partir do já dito – e isso é exatamente o que o interdiscurso lhes põe à disposição e/ou lhes impõe”.

Gregolin (2005) acrescenta à análise de Pêcheux que “a instabilidade e a heterogeneidade das formações discursivas tornam mais complexa a tarefa do analista de discurso”, a partir da proposição do próprio autor que afirma ser preciso explicar “o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, sob a dominação do conjunto das formações ideológicas, tal como a luta ideológica das classes determina.” (PÊCHEUX, *apud* GREGOLIN, 2005, p. 5).

A noção de formação discursiva vai sofrendo alterações no decorrer dos anos 1970 com a inclusão das ideias de Foucault na conceituação que Pêcheux absorve as concepções de Foucault no que dizia respeito a este conceito e seu entorno. Discutindo essas mudanças sobre esse conceito no interior da “análise do discurso de linha francesa”, Guilhaumou (2002) afirma que ela “produziu mais efeitos sobre o devir da análise do discurso do que qualquer outra noção desse campo de pesquisa”, pois faz parte das suas categorizações fundamentais.

Na obra *Discurso, Estrutura ou Acontecimento?*, Pêcheux (2008) questiona o próprio estatuto teórico e heurístico da noção de formação discursiva. Gregolin (2005, p. 8) faz uma boa análise sobre a reflexão do autor:

Tensionada pela memória, a formação discursiva incorpora, cada vez mais, a instabilidade e a dispersão dos sentidos que serão radicalizadas a partir das noções de deriva, de desestruturação-reestruturação das redes e trajetos que fundam a ideia de que todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas, um trabalho de deslocamento.

Bakhtin nos dá uma visão interessante ao dizer que:

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (1981, p. 95).

Os discursos se relacionam entre si, sendo do mesmo campo discursivo ou não. É a dialogia proposta por Bakhtin e o primado do interdiscurso proposto por Maingueneau:

[...] a unidade de análise pertinente não é o discurso em si mesmo, mas o sistema de referência aos outros discursos através do qual ele se constitui e se mantém; referir-se aos outros e referir-se a si mesmo não são atos distinguíveis senão de modo ilusório; (MAINGUENEAU, 2008c, p. 43).

Maingueneau postula uma divisão para o que se chama interdiscurso: i) universo discursivo: o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada e é finito; ii) campo discursivo: formado por um conjunto de formações discursivas que possuem a mesma função social, divergindo pelo modo como devem ser preenchidas; iii) espaço discursivo: composto por um conjunto de formações discursivas que o analista julga interessante para a sua pesquisa.

O tipo discursivo publicitário é que mais precisa se reinventar, pois as pessoas, em geral, são bombardeadas diariamente com uma infinidade de mensagens publicitárias. Sendo assim, cada vez mais, tem de ser criativo para despertar a atenção do seu público-alvo. Para isso, os publicitários, lançam mão de vários recursos das teorias da comunicação e das teorias de texto e discurso das mais variadas formas, num “vale tudo” para que o destinatário atente para a mensagem transmitida.

Compreender as necessidades de seu público é imprescindível para que uma campanha obtenha sucesso. Conhecer a cultura, os valores e as crenças dos sujeitos sociais os quais serão *alvo* da propaganda para levá-lo a tomar a atitude de compra é premissa deste discurso. Segundo Furtado (2013), “para tal, ela reforça padrões e comportamentos atribuídos pela sociedade de forma idealizada, através de uma mensagem sedutora que motiva ações positivas através de situações estereotipadas”.

4. Cenas da enunciação e ethos

O discurso publicitário, por suas próprias características e objetivos, ou seja, por sua constituição, é ávido em mobilizar várias estratégias discursivas a fim de envolver o leitor levando-o a interagir de tal forma que acabe por se projetar para o interior da cena enunciativa. Para tal, é necessário que a publicidade seja pensada nos mínimos detalhes para que o processo de construção desta *cena* seja pertinente com a missão do enunciador e capaz de legitimar o discurso. “Um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é *encenada*”. (MAINGUENEAU, 2013, p. 85)

Para o autor, a *cena da enunciação* é estratificada em três níveis, todos complementares: a cena englobante, que corresponde ao tipo de discurso; a cena genérica, que indica o gênero de discurso e a cenografia, na qual o discurso se constrói. Nem todos os gêneros possibilitam a presença da cenografia, apenas as duas primeiras estão necessariamente presentes em toda enunciação:

Apreender uma situação de discurso como cena de enunciação é considerá-la “do interior”, através da situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no movimento mesmo de seu desdobramento (MAINGUENEAU, 2010, p. 205).

A primeira cena a se instituir e ser reconhecida é a *cena englobante*. Ela atribui um estatuto pragmático que nos direciona para o *tipo* de discurso que está sendo proferido. Quando nos deparamos com um discurso, precisamos ser capazes de identificar a qual universo discursivo ele pertence, se é um discurso político, religioso, jurídico, publicitário etc.

Pensar que basta identificarmos a *cena englobante* para compreendermos as atividades discursivas em que se encontram engajados os sujeitos é um equívoco. Precisamos depreender qual gênero de discurso particularmente nos está sendo apresentados, e então nos deparamos com a *cena genérica*. Cada gênero vai apresentar suas características particulares, seus *rituais sociolinguageiros*, que vão definir o papel de seus participantes. A cena genérica de um anúncio impresso publicitário, por exemplo, não manipula os mesmos dispositivos discursivos que um comercial de televisão: “Cada gênero de discurso define seus próprios papéis”. (MAINGUENEAU, 2013, p. 97)

A junção da *cena englobante* e da *cena genérica*, que correspondem então ao tipo de discurso e ao gênero de discurso, é chamado por Maingueneau de *quadro cênico* e fornece a situação para que o coenunciador seja capaz de identificar qual a finalidade do enunciado. Há alguns gêneros em que apenas estas duas cenas enunciativas estão presentes devido ao alto grau de estabilidade. São gêneros regidos por normas bastante definidas, como bula de remédio, receita culinária, correspondência administrativa etc.

Como Maingueneau (2013) diz, “não é diretamente com o *quadro cênico* que se confronta o leitor, mas com uma *cenografia*. (...) [Ela] leva o quadro cênico a se deslocar para segundo plano”. Por isso, além do quadro cênico, é preciso criar efetivamente uma cenografia, com elementos e situações que vão levar o leitor a se envolver com o enunciado e le-

gitimá-lo. O discurso publicitário utiliza-se desse recurso com muita intensidade, e, na maioria das vezes, leva o coenunciador a cair *numa espécie de cilada*, criando cenografias a priori típicas de outros gêneros, como uma receita, um cartão postal entre outros, despertando a simpatia do interlocutor.

Com efeito, tomar a palavra significa, em graus variados, assumir um risco; a cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala. (...) Desse modo, a cenografia é, *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra* (MAINGUENEAU, 2013, p. 97-98).

Há alguns tipos de discurso que são mais flexíveis quanto à sua criação, como o publicitário e o político, os quais permitem maior versatilidade em seus gêneros de discurso e que possibilitam formular cenografias diferenciadas. Maingueneau ressalta que “(...) os gêneros publicitários mobilizam cenografias variadas na medida em que, para persuadir seu destinatário, devem captar seu imaginário, atribuir-lhe uma cena de fala que seja valorizada para o enunciador assim como para o coenunciador” (2008b, p. 119).

Os publicitários, ao elaborarem seus textos, levam em conta os elementos icônicos, as personagens, a situação de comunicação, enfim, tudo deve estar entrelaçado para produzir sentido e encantamento. Neste discurso, o imaginário do coenunciador é mobilizado para atribuir-lhe uma identidade. Não se deve perder o foco que este tipo de discurso é, em sua essência, manipulador. A cenografia, então, tem que se adaptar ao produto e há várias maneiras para fazê-lo, cabe ao enunciador definir uma que seja original; que se harmonize com a marca; e que atraia a atenção do consumidor.

A multimodalidade é um recurso quase que natural das cenografias do discurso publicitário. Interagir texto e imagem nos anúncios impressos; textos oral e escrito, gestualidade, imagem entre outros variados tipos de linguagem em comerciais de televisão, cinema etc.; música e texto oral nas rádios; enfim, no discurso publicitário “joga” com a multimodalidade para validar as cenas de enunciação, sempre a favor de persuadir o público-alvo.

Sabendo que, na perspectiva da análise do discurso, a enunciação não é um acontecimento individual, mas é estabelecida pela relação do sujeito, da história e do lugar e é atravessada por interdiscursos, pode-se

perceber a importância de reconhecer a cenografia como legitimadora do enunciado. É ela que vai levar o coenunciador a incorporar o *ethos* do enunciador, ou seja, que permite (ou contribui) para que o discurso seja aceito como verdadeiro e sério.

Chamamos de *ethos* a imagem que o enunciador projeta de si durante a enunciação de forma a ganhar confiança de seu coenunciador. Cada enunciado demanda uma situação diferenciada e trabalha o *ethos* de uma forma, dessa maneira há uma multiplicidade de maneiras de se projetar o *ethos*. Maingueneau (2008c) sugere que para tornar a noção de *ethos* operacional, precisamos inseri-la em uma prática precisa, dentro de uma pesquisa específica em uma disciplina definida.

Esse interesse pelo *ethos* condiz com as mudanças ocorridas na pós-modernidade, na instauração através dos meios de comunicação da “sociedade do espetáculo”. Principalmente no que tange à mídia, é preciso estabelecer estratégias bem orientadas de forma a atingir o sujeito pós-moderno e suas identidades. Um consumidor, como nos referimos acima, que se refrata, que se adéqua às diferentes situações a que é exposto em diferentes momentos do dia e da vida em geral – na hora em que a mulher está levando os filhos para escola, ela é a mãe; quando está efetivamente indo para o trabalho, já é a profissional; quando está indo ao supermercado, é a “dona de casa” e assim por diante.

De maneira geral, o discurso publicitário contemporâneo mantém, por natureza, uma ligação privilegiada com o *ethos*; ele busca efetivamente persuadir ao associar os produtos que promove a um corpo em movimento, a uma maneira de habitar o mundo. Em sua própria enunciação, a publicidade pode, apoiando-se em estereótipos validados, “encarnar” o que prescreve”. (MAIN-GUENEAU, 2008b, p. 66)

Apesar do *ethos* se apresentar através do ato de enunciação, não podemos descartar que o coenunciador já tem uma imagem pré-estabelecida do enunciador antes mesmo da enunciação – a não ser em casos de enunciadores desconhecidos ou anônimos. Dessa forma, Maingueneau propõe uma distinção do *ethos* entre *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*.

Para o discurso publicitário, não basta que o coenunciador incorpore através da cenografia o que está sendo anunciado, confiar no anunciante é premissa para que se obtenha a adesão do consumidor à campanha publicitária. Para tal, as empresas e instituições têm se desdobrado para construir o que Maingueneau chama de *ethos* pré-discursivo.

Antes de decidir pela aquisição de um produto ou serviço, o consumidor já tem uma ideia formada sobre a empresa: se ela é idônea, se é preocupada com o meio ambiente, se seus serviços de pós-venda são eficientes; ou ao contrário: se é “careira”, se o produto não é de boa qualidade, se a assistência técnica é ruim, enfim o *ethos* pré-discursivo é decisivo para a adesão do coenunciador.

Ao folhear uma revista, vimos uma série de anúncios nos quais as empresas se projetam como “protetoras” da sociedade, quer pela sustentabilidade, pelo cuidado com a família, pela preocupação com a educação entre tantos outros caminhos escolhidos para suplantiar uma imagem positiva para a sociedade. Todo este investimento em campanhas institucionais, ou seja, campanhas com o objetivo de reforçar a marca institucional da empresa e não a venda de produtos, vem crescendo e se destacando na mídia. Este esforço se dá no sentido de criar uma imagem de instituição cidadã, politicamente correta, para que, ao lançar uma campanha promocional – a que visa a venda de um ou mais produtos – o consumidor, possuindo uma imagem positiva, possa ser persuadido com mais facilidade.

Outro recurso fundamental para a construção da boa impressão do *ethos* no discurso publicitário é a multimodalidade. A utilização de vários recursos semióticos, como os recursos linguísticos e pictóricos são organizados para dar o “tom” ao discurso de maneira a reforçar a autoridade do que está sendo dito e de compor uma *imagem de si* a ser incorporada pelo coenunciador, articulando corpo e discurso de tal maneira que o *ethos* seja assimilado sem mesmo que o coenunciador perceba. É o que Maingueneau (2008b, p. 64-65) chama de “fiador” que é “construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação”.

Maingueneau (2013) acena que não se deve confundir locutor com produtor do enunciado. O produtor é quem elaborou materialmente o enunciado, no caso o publicitário, enquanto o locutor é quem realiza a enunciação, no caso a empresa anunciada. Trata-se aqui de uma apreensão do leitor de marcas enunciativas com as quais se identifica e incorpora o *ethos* do anunciante.

5. Chegamos ao ponto, a análise

Quando nos deparamos com estes anúncios nos sentimos aliviados por sabermos que temos empresas tão preocupadas em preservar o

nosso planeta! Estamos salvos, a Terra está salva. Nossos filhos, netos vão viver em mundo verde e agradável! Será, mesmo? Agregar valor à marca é hoje fundamental para se garantir no mercado. E as empresas já perceberam isto frente ao sujeito pós-moderno, exigente e sensível.

A imagem seguinte, da Vale, para quem realmente conhece a história da empresa, é de extremo mau gosto, pois remete justamente ao ‘vale’ que ela ocasionou em Itabira, MG. Não este, verde e bonito, e sim um vale de destruição, no qual provocou um buraco, assim como este vale verde que remete o anúncio ao retirar até o último grão de minério das “montanhas” de lá. (Vide **Fig. 2**)

Já a Honda (vide **Fig. 3**), quem de nós não se sentiu sufocado pela fumaça ‘irritante’ e maléfica saída de um cano de descarga de uma moto? Até que ponto estas empresas estão de fato preocupadas com o meio ambiente? Não nos cabe nesta pesquisa responder a essa pergunta, o que importa é que, com essa cenografia inebriante que o público-alvo se depara, acaba por legitimar o enunciado “sustentável” levando-o a incorporar um *ethos* de empresa responsável com o meio ambiente. Com isso, acredita na Vale “verde” e, no momento que houver necessidade de adquirir uma motocicleta, a marca Honda já estará instituída como confiável por se preocupar com o meio ambiente.

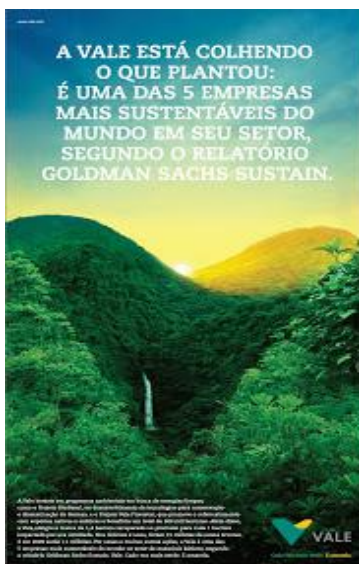


Fig. 2 – Anúncio Cia. Vale do Rio Doce



Fig. 3 – Anúncio Honda Motors

Com esses pequenos exemplos, ainda teríamos muito mais para expor, mas não nos cabe neste formato acadêmico que acabamos por nos alongar, concluímos que a publicidade sofreu um deslocamento considerável, se apoderando de outros discursos que os sujeitos na pós-modernidade consideraram como essenciais, uma vez que são mais exigentes, sensíveis e estetizados.

O discurso publicitário se utiliza de forma muito sábia da multimodalidade na composição de cenografias pelas quais engendram um discurso dando corpo a um “fiador” que será incorporado pelo interlocutor fazendo com que acredite no *ethos* construído discursivamente pelo enunciador. E, quando há essa aliança, perfeita – cenografia e *ethos* -, não há como escapar, o alvo é você!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2012.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CARRASCOZA, J. A. *Redação publicitária: estudos sobre a retórica do consumo*. São Paulo: Futura, 2003

_____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. *Gênese do discurso*. São Paulo: Parábola, 2008c.

_____. *Análises de texto de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013.

PINHO, José Benedito. *Propaganda institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas*. São Paulo: Summus, 1990.

SANT'ANNA, Armando. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

**A TEXTURA ABERTA DA LINGUAGEM EM H. L. A. HART:
BREVE ANÁLISE
DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RECONHECENDO A CONSTITUCIONALIDADE
DO USO DE CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS
EM PESQUISAS CIENTÍFICAS PARA FINS TERAPÊUTICOS**

Andréia Almeida Mendes (UFMG/DOCTUM/Vértice)
andreialettras@yahoo.com.br

José Flávio Barroso Madaleno (UNIPAC/DOCTUM),

Rafael Soares Firmino (PUC-Rio/DOCTUM)

Cristiano Elias de Souza (DOCTUM)

Cristiano Santos da Fonseca (DOCTUM)

Leonardo Gomes Medeiros (DOCTUM)

Marco Antonio de Souza (DOCTUM)

Ricardo de Souza Braga (DOCTUM)

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o pensamento do professor H. L. A. Hart (2009) em relação à influência da textura aberta da linguagem na resolução de casos relacionados ao direito, afirmando que a linguagem possui uma característica aberta, e tendo a certeza que o legislador não será capaz de prever todas as situações possíveis de se acontecer em casos relacionados à norma jurídica, ele utiliza essa técnica para provar que existem soluções para casos difíceis, utilizando dessa forma de interpretação. Serão analisadas neste trabalho as formas de investigação do direito por intermédio da linguagem, bem como será aprofundado como as consequências da textura aberta da linguagem irá refletir no direito. Será utilizada como exemplo desse método de pesquisa uma decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 3510), em que foi reconhecida improcedente a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei Nº 11.105, de março de 2005 (Lei de Biossegurança), que autoriza a utilização das células tronco do embrião "*in vitro*" para fins terapêuticos.

Palavras-chave: Direito. Linguagem. ADI 3510.

1. *Introdução*

O objetivo deste trabalho é analisar o pensamento do professor H. L. A. Hart (2009) em relação à textura aberta da linguagem no direito, ele defende que a linguagem possui uma característica aberta e que o legislador não é capaz de prever todas as situações possíveis existentes em uma sociedade e normatizar seu modo de resolução, sendo que a limitação da linguagem nessas normas impossibilita a concretização dos propósitos do direito.

Serão analisados dois fenômenos para entender a análise da linguagem, bem como a forma que ela é refletida no direito.

Por fim, analisar-se-á a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI n. 3510, julgada em 29 de maio de 2008, que reconheceu a constitucionalidade do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas para fins terapêuticos.

2. *Uma análise da textura aberta da linguagem em H. L. A. Hart (2009)*

Para Hart (2009), existem dois fenômenos que são utilizados para entender a análise da linguagem, fenômenos esses que geram o que ele chama de lacunas no direito, que é a dificuldade de se aplicar determinada norma a um caso concreto. O primeiro fenômeno é decorrente da "regra do reconhecimento" que determina um conjunto finito de regras e normas aplicadas a uma sociedade; quando surge um caso concreto em que não está previsto ou positivado nessas regras haverá então uma lacuna no direito. Já o segundo fenômeno decorre da textura aberta da linguagem, que é uma propriedade de termos, sentenças e regras, que apresentam sempre a possibilidade de existir o que ele chama de "penumbra de dúvida", dando assim uma incerteza se a regra deve ou não ser aplicada.

A função principal do direito é o controle social; para que sejam transmitidos à sociedade os padrões gerais de conduta, de uma forma compreensível para que o controle social seja possível, Hart (2009) expõe duas formas para essa comunicação, os precedentes, também chamados de exemplos e a legislação ou formulações verbais, em que essa realiza uma aplicação máxima ou geral dos termos classificatórios, com relação aos precedentes, o uso é mínimo, como ele mesmo descreve abaixo:

Duas estratégias principais, à primeira vista muito diferentes entre si, vêm sendo usadas para a comunicação desses padrões gerais de conduta antes que ocorram as sucessivas em que devem ser aplicados. Uma dessas estratégias faz a aplicação máxima, e a outra, dos termos classificatórios gerais (HART, 2009, p. 161)

A dificuldade encontrada nos precedentes judiciais está nas questões sobre as mudanças semelhanças fáticas necessárias e suficientes entre casos anteriores e o caso em questão, para que seja possível tomar uma decisão, isso acarreta uma grande incerteza na aplicação de um caso concreto, abrindo várias formas de interpretação causando dúvidas na aplicação desses precedentes gerando assim uma textura aberta do direito. Os casos julgados utilizando os precedentes judiciais poderão ser tratados da mesma maneira se semelhantes, mas em casos novos que haja semelhanças com caso precedentes e também haja diferenças relevantes, o juiz terá um campo aberto de possibilidades para a classificação deste novo caso.

Outra forma de transmitir os padrões gerais de conduta é por meio das formulações verbais que se equivalem a legislação positivada, em que se busca uma segurança jurídica através das leis escritas apresentadas de forma precisa, clara e segura, é o chamado formalismo do positivismo tradicional, no qual o ordenamento jurídico é capaz de resolver todos os casos.

Através dessas duas formas de transmissão dos padrões gerais de conduta, Hart (2009) demonstra que tanto os precedentes judiciais quanto as formulações verbais possuem uma textura aberta, uma vez que é impossível para o legislador prever todas as situações que poderão ocorrer em casos futuros.

Portanto, constata-se que, em virtude dessa textura aberta da linguagem, é impossível prever todas as situações em que as regras deverão ser aplicadas, causando certa imprevisibilidade o que ocasiona uma insegurança jurídica. Há casos em que as aplicações das regras jurídicas são claras, eles surgem de forma reiterada, sempre tendo semelhança e são solucionadas facilmente em função da orientação dada pela linguagem geral; porém, há casos não-usuais que não estão claros se determinada norma aplica-se ou não a este caso, é o que Hart (2009) chama de casos de penumbra no qual ele exemplifica no texto a seguir:

É certo que existem casos claros, que reaparecem constantemente em contextos semelhantes, aos quais as fórmulas gerais são nitidamente aplicáveis ("Se algo é um veículo, um automóvel o é"), mas haverá casos aos quais não

está claro se elas se aplicam ou não ("A palavra aqui usada, 'veículo', incluirá bicicletas, aviões, patins?") (HART, 2009, p. 163).

Hart (2009) diz que mesmo trazendo certa insegurança jurídica, a textura aberta da linguagem ainda é benéfica para o direito; pois, apesar da norma precisar transmitir uma segurança jurídica, também é necessário que haja a possibilidade de um novo tipo de interpretação de um caso concreto em que não esteja clara a maneira em que vai ser julgado, para que esse caso possa ser solucionado.

3. A textura aberta da linguagem e a decisão da ADI 3510

Em decisão através da ADI 3510, o Supremo Tribunal Federal - STF reconheceu a constitucionalidade do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas para fins terapêuticos. O objeto dessa ação é o art. 5º da Lei Nº 11.105, de 24 de março de 2005 (Lei de Biossegurança) que consta:

Art. 5º É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições:

I – sejam embriões inviáveis; ou

II – sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento.

§ 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores.

§ 2º Instituições de pesquisa e serviços de saúde que realizem pesquisa ou terapia com células-tronco embrionárias humanas deverão submeter seus projetos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa.

§ 3º É vedada a comercialização do material biológico a que se refere este artigo e sua prática implica o crime tipificado no art. 15 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997⁴⁹.

É um exemplo de se empregar a textura aberta da linguagem para julgar o caso em questão, pois permitiu ao STF uma visão mais ampla do fato para que se pudesse analisar não somente o artigo de forma seca, mas também todos os benefícios provenientes da pesquisa com células-tronco; mais especificamente no caso do art. 5º desta lei, o embrião produzido laboratorialmente ou "*in vitro*", que é o embrião produzido por

⁴⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9434.htm#art15>.

efeito de manipulação humana em ambiente extracorpóreo, que são inviáveis biologicamente ou para os fins a que se destinam.

O objetivo da pesquisa científica autorizada pela Lei nº 11.105/2005 é o enfrentamento e cura de patologias e traumatismos, por exemplo, atrofia espinhais progressivas, distrofias musculares, a esclerose múltipla e a lateral amiotrófica, as neuropatias e as doenças do neurônio motor, que trazem um enorme descontentamento para os possuidores destas doenças, fazendo com que suas vidas sejam severamente limitadas, atormentadas e infelizes. A intenção da Lei de Biossegurança não foi desprezar o embrião "*in vitro*", mas tentar garantir uma recuperação mais rápida dessas terríveis patologias e traumatismos. Teve o intuito de proporcionar a essas pessoas a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, agindo com solidariedade em benefício da saúde contra os eventuais acidentes do acaso e até os infortúnios causados pela própria natureza. O STF considerou inexistente as ofensas ao direito à vida e da dignidade da pessoa humana, mas sim garantindo o direito a vida, a felicidade e da vida com dignidade.

Não consta na Constituição Federal de 1988, dispositivo que dispõe sobre o início da vida humana ou o exato momento em que ela começa, permitindo o STF a interpretação normativa. Tem-se o entendimento que reporta a direitos da pessoa humana e direitos e garantias individuais, garantido pela cláusula pétrea, a indivíduo-pessoa, no qual é o destinatário dos direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. A legislação prevê que a possibilidade de algo, no caso de o embrião vier a se tornar uma vida humana, já é o bastante para que as normas infraconstitucionais venham a acobertá-la, contra tentativas de se impedir a evolução dessa vida humana, mas deixam bem claro que embrião é embrião, feto é feto e pessoa humana é pessoa humana, não existindo uma pessoa humana embrionária, mas sim um embrião de pessoa humana. Considerou o STF que o embrião citado no art. 5º da Lei de Biossegurança, "não é uma vida a caminho de outra vida virginalmente nova, porquanto lhe faltam possibilidades de ganhar as primeiras terminações nervosas, sem as quais o ser humano não tem factibilidade como projeto de vida autônoma e irrepetível". As etapas de desenvolvimento biológico do ser humano são protegidas pela norma infraconstitucional, pois o embrião pré-implantado é um bem a ser protegido e não uma pessoa a que se refere a Constituição.

Não se caracteriza em aborto as pesquisas com células-tronco dos embriões "*in vitro*", pois se entende que toda gestação humana tem seu

princípio com um embrião humano, mas nem todo embrião humano irá desencadear uma gestação, em se tratando de experimento "*in vitro*".

Com essa situação, não temos uma concepção e um nascituro, pelo menos enquanto este embrião não for introduzido no útero feminino, por isso, devido ao seu confinamento "*in vitro*", é impossível para esse embrião obter sua progressão reprodutiva. A Lei de Biossegurança não autoriza o aborto, pois não há que se falar em gravidez nesse caso.

A ADI 3510 preocupou-se também em relação à liberdade de expressão científica da Lei de Biossegurança, sendo a ciência enquanto atividade individual parte dos direitos fundamentais da pessoa humana, o direito a liberdade de expressão configurando como direito constitucional-civil de personalidade. Garantiu proteção jurídica à lei, como o intuito de garantir o desenvolvimento científico, tornando possível a edição de normas relacionadas à ciência, assim como a constante no art. 5º da Lei de Biossegurança. O STF considerou também serem suficientes as cautelas e restrições que a Lei de Biossegurança impõem na condução das pesquisas com células-tronco embrionárias. E, por fim, diante desses fatos, acabou por julgar improcedente a ação direta de inconstitucionalidade deste artigo de lei.

Como vimos na decisão tomada pelo STF, foram utilizados vários critérios de interpretação da norma, utilizando da textura aberta da linguagem para dar solução ao caso. Devido às constantes evoluções da sociedade, não se pode utilizar apenas interpretações limitadas, mostrou-se então como é vantajosa a existência da textura aberta, provando que não traz prejuízos ou inseguranças jurídicas, servindo como uma grande ferramenta na utilização para a solução dos casos difíceis do direito. Se não fosse essa técnica utilizada através da linguagem, seria difícil para o STF conseguir elementos para a tomada de decisão utilizando somente a norma pura e simples.

Diante de um caso complexo, situado na zona de penumbra, cabe ao magistrado não apenas aplicar a norma pura, mas proceder uma interpretação normativa a cada caso.

O novo conceito de pesquisa, no processo de interpretação da norma, restou cabalmente demonstrado nos dizeres do Ministro Celso de Melo conforme trecho abaixo:

Inexistência de ofensas ao direito à vida e da dignidade da pessoa humana, pois a pesquisa com células-tronco embrionárias (inviáveis biologicamente ou para os fins a que se destinam) significa a celebração solidária da vida e

alento aos que se acham à margem do exercício concreto e inalienável dos direitos à felicidade e do viver com dignidade. (BRASIL, STF, ADI 3510).

O fenômeno da textura aberta se mostrou eficaz na efetivação do direito em um caso raro ora analisado. O Supremo Tribunal Federal decidiu de forma criativa ao julgar a ADI 3510.

4. Considerações finais

Percebe-se que os casos de evolução socioeconômica, política e cultural de uma sociedade refletem diretamente no seu ordenamento jurídico.

As leis sempre carregarão intoxicações semânticas como a textura aberta, pois a linguagem tem característica imprecisa. No contexto social, há inúmeros casos polêmicos necessitando de uma interpretação normativa capaz de preencher o vazio deixado na legislação.

Na decisão da ADI 3510, o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a textura aberta se apresenta de maneira vantajosa, suprimindo uma lacuna em aberto no qual o Magno Texto Federal não deixou claro sobre o início da vida humana ou o preciso instante em que ela começa.

O presente estudo trouxe os benefícios da textura aberta da linguagem. Se não fosse esse mecanismo, o Supremo Tribunal Federal não teria base para uma decisão conforme os preceitos constitucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo. Brasília, 28 de março de 2005.

HART, Herbert L. A. *O conceito de direito*. Lisboa: Fundação Calouste, Gulbenkian, 2009.

STRUCHINER, Noel. Uma análise da textura aberta da linguagem e sua aplicação ao direito. *R. CEJ*, Brasília, n. 17, p. 120-124, abr./jun. 2002.

A TRANSFORMAÇÃO DO DIREITO ATRAVÉS DA LINGUAGEM

Miriam Azevedo Hernandez Perez (UNESA)
miriam.perezrj@gmail.com

RESUMO

O ensino jurídico, a princípio, serve para a formação dos futuros profissionais da área, introduzindo os conceitos essenciais nos primeiros anos e aprofundando os estudos dos temas posteriormente. No entanto, assim como se verificou com as instituições de ensino superior a partir da década de 90, o ensino jurídico se voltou para o atendimento dos perfis desejados pelo mercado, sem que se efetuasse uma análise crítica das consequências dessa opção. Recentemente, uma série de trabalhos acadêmicos iniciou o debate concernente à necessidade do redimensionamento do ensino jurídico, muitos deles partindo do estudo da linguagem que, como veículo e transmissor das ideologias vigentes, entendem que uma revisão crítica do ensino jurídico e do próprio direito não pode ser dissociada do estudo do uso da linguagem nesse processo. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é analisar quais as possibilidades de uso da linguagem e do seu estudo na revisão crítica do ensino jurídico e suas consequências. Nesse sentido, utilizamos pesquisas empíricas realizadas e as primeiras análises, a fim de traçar um panorama sobre o estágio atual dessa nova abordagem do direito.

Palavras-chave: Ensino. Direito. Linguagem. Mercado. Crítica.

1. Introdução

O estudo do direito no Brasil obedeceu desde o seu início a uma técnica de reprodução dos sistemas jurídicos europeus e, ainda, de uma lógica de poder que não poderia ser questionada, notadamente considerando-se o hermetismo das estruturas legais e institucionais vigentes e reforçadas.

Na medida em que a democracia evoluiu no Brasil e o estudo da linguagem demonstrou-se um forte aliado para a construção de uma vi-

são crítica dos discursos e da sua desconstrução, a análise da inserção do seu estudo nas faculdades de direito revela-se essencial.

O presente artigo procura analisar essas questões e o seu contraste com o mau uso da linguagem, para que forças de poder não democráticas perdessem no poder.

2. O ensino do direito

A quantidade de vagas nos cursos jurídicos brasileiros alcançou percentuais significativos e nunca antes identificados no país. No entanto, parte significativa desses cursos não observa os paradigmas teóricos e metodológicos contemporâneos propugnados pela área educacional – como é o caso do ensino da condição humana como elemento essencial do ensino formal, dentre outros. Assim, não há fundamento para se acreditar que o simples acesso à universidade constitua o requisito suficiente para a formação dos profissionais dotados de habilidades para o exercício efetivo da cidadania e o enfrentamento das situações variadas e complexas que podem advir da sua atuação na área jurídica.

Por outro lado, o texto jurídico com o qual aqueles que atuam na área jurídica devem saber trabalhar, caracteriza-se há muito tempo pelo uso de frases complexas, que exigem o domínio da língua portuguesa. Essa tradição foi rompida não apenas com erros simples, quanto à estruturação da linguagem, mas também através do uso de arcaísmos e de latinismos. Trata-se de um vício que recebeu a denominação de “juridiquês” cujo maior efeito é afastar o cidadão a devida compreensão da mensagem transmitida (VIANA; ANDRADE, 2011, p. 39), o que não raro serve aos mais variados interesses.

As pesquisas efetuadas por Viana e Andrade (2011) indicam que as produções jurídicas encontram-se repletas de problemas linguísticos e gramaticais. Esse quadro inaceitável, observam, deve implicar uma reflexão na Ordem dos Advogados do Brasil, a fim de que não sejam admitidos advogados que sequer dominem o vernáculo, além de incentivar o aprimoramento daqueles que atuam profissionalmente. Da mesma forma, as faculdades não podem se furtar à revisão do ensino da linguagem, de modo a firmar o ensino da linguagem jurídica como uma cadeia obrigatória do curso de direito. Assim, certo é que o profissional deve compreender a necessidade do seu aprimoramento no uso da língua, para que

possa de forma amadurecida e responsável utilizar-se da linguagem profissionalmente.

A ausência de trabalhos que enfrentem o tema do uso da língua/linguagem na área do domínio discursivo do direito, conforme observa Maria Lourenço (2010, p. 39), é um fenômeno que não é recente. A lacuna faz-se presente desde a graduação em direito, o que implica na sua menor eficácia, pela ausência da linguística aplicada.

3. *O ensino do direito e o argumento de autoridade*

Há um considerável efeito suasório na comunidade acadêmica e leiga quanto à utilização do argumento de autoridade, também conhecido como argumento *magister dixit* ou argumento de respeito (OLIVA; OLIVEIRA; FREITAS, 2011, p. 5).

O ensino do direito no Brasil, por sua vez, vem sendo retratado, a partir de estudos realizados, como aquele que empresta uma excessiva deferência ao argumento da autoridade, provavelmente reforçada pela ausência de uma cultura acadêmica fomentadora da análise crítica e do debate livre de ideias (SILVA, WANG, 2010, p. 1), influenciada pela reprodução do modelo educacional da Universidade de Coimbra, baseada por sua vez na escolástica portuguesa, isolada e distanciada das evoluções científicas que se davam no restante do mundo (OLIVA; OLIVEIRA; FREITAS, 2011, p. 12).

Da mesma forma, no que se refere aos processos judiciais, verifica-se que estes não são, em regra, norteados para a implementação do consenso quanto aos fatos. Na verdade, a despeito da previsão constitucional do princípio do contraditório - não incentivador do consenso -, é o juiz quem determinará quais são os fatos e as provas, mediante o uso de sua interpretação, para, então, fundamentar sua sentença: “é o que se chama de livre convencimento motivado do juiz” (LIMA, 2010, p. 31). No entanto, “associado aos operadores do direito, as decisões, em geral, são manejadas apenas como “argumento de autoridade” que se prestam a reforçar as teses sustentadas pelas partes em juízo ou mesmo a própria decisão tomada pelo juiz (DUARTE; IORIO, [s./d.], p. 2), ensejando até mesmo a dispensa da motivação (OLIVEIRA, [s./d.], p. 9).

Por outro lado, as decisões judiciais fundadas em argumento de autoridade que possuem força de coisa julgada, isto é, das quais não é cabível nenhum recurso, oferecem respostas definitivas. No entanto, a

impossibilidade de recorrer não pode levar à conclusão de que seja a decisão seja a “verdadeira”, por tratar-se de uma “ficção autoritária: tudo aquilo que os poderosos decidem, em particular, aquilo que o mais poderoso (o julgador da última instância) decide, não é somente vinculante, mas também verdadeiro” (LUNARDI; DIMOULIS, 2007, p. 183)

A figura da autoridade em si possui um valor probatório (MEDEIROS, 2010, p. 18), ou, um valor de prova própria para o exercício do raciocínio, mas com elevado grau valorativo, que impede os receptores de desenvolverem relações associativas da mensagem de modo a não aceitar os argumentos do emissor. Não resta dúvida, portanto, que “a autoridade simboliza, com suas ideias, opiniões que devem geralmente ser aceitas e admitidas. Reside aí a grande força desse tipo de falácias” (WARAT, [s./d:], p. 42).

Evidencia-se, assim, que a argumentação no discurso jurídico é organizada mediante recursos intra e intertextuais, em consonância com aquelas cognições comuns nessa seara discursiva, fundando-se na doutrina, nos artigos da Lei, na jurisprudência, levando a crer que haveria uma preferência pela argumentação baseada em autoridades de reconhecido saber (SELLAN, 2009, p. 10).

Desse modo, o que se verifica da aplicação do argumento de autoridade é a sua prevalência, em detrimento da autoridade do argumento, por conta de uma desigualdade legal e explícita entre os interlocutores (LIMA, 2010, p. 44).

É que o argumento de autoridade é dotado de um duplo efeito, quais sejam, a presunção de veracidade e a presunção de imparcialidade, posto que compreendido como um argumento dotado de cientificidade e, portanto, confiável (OLIVA; OLIVEIRA; FREITAS, 2011, p. 5-6).

Observam ainda os autores (2011, p. 12), que a utilização do argumento de autoridade no discurso jurídico tem por objetivo a legitimação e fundamentação para a argumentação jurídica, uma vez que o autor de uma determinada “tese”, ao citar um “determinado autor de renome, busca estabelecer um silogismo entre o fato objeto da tese, o pensamento do autor renomado e a sua conclusão, comprovando uma suposta veracidade da “tese jurídica”.

Lênio Streck (2004, p. 31) destaca que, ao separarem a teoria da prática, os cursos jurídicos não logram êxito no ensino de nenhum dos vieses. Na verdade, tratar-se-ia de um reflexo da ciência do direito, uma

vez que o pensamento dogmático é dualista – “teoria e prática”, sendo a primeira objeto da academia e a segunda por aqueles que efetivamente aplicariam o direito.

O formalismo tecnicista construído ao longo de anos afastou-se do substrato social do direito e do Estado, transformando o primeiro em uma “mera instrumentalidade formal”, não representando mais uma possibilidade de transformação do real. Há uma influência direta na compreensão do jurista quanto ao fenômeno jurídico constitucional, que, desse modo, é esvaziado (STRECK, 2004, p. 35).

O autor observa (2004, p. 34):

O pensamento dogmático do direito engendra, assim, um conjunto de crenças e práticas que, mascaradas e ocultadas pela *communis opinio doctorum*, propiciam que os juristas conheçam de modo confortável e acrítico o significado dos textos jurídicos e das próprias atividades jurídicas – o que faz do exercício cotidiano da sala de aula e da prática profissional um mero *habitus* (Bourdieu). Como será a doutrina, nesse contexto? No mais das vezes, *os autores que detêm a fala autorizada, e que, portanto, produzem a doutrina, inegavelmente fazem política jurídica encoberta, uma vez que apresentam como “meras descrições” do direito positivo suas interpretações pessoais baseadas em valorações*. Tais interpretações, sem que fique especificado o “lugar do qual fala o doutrinador”, logo serão usadas por advogados, juízes e promotores como argumentos retóricos em favor da solução jurídica para o caso em que atuam.

Streck (2004, p. 38) entende que a não adequação do ensino jurídico ao novo paradigma do estado democrático de direito resulta em um fator decisivo para a inefetividade dos valores constitucionais.

A análise da problemática do direito e do Estado, suas crises e todos os reflexos da revolução copernicana fomentada pelo constitucionalismo após a Segunda Grande Guerra, há que se inserir no paradigma fenomenológico-hermenêutico – mediante o qual são desenvolvidas a capacidade e a possibilidade de um questionar que se encontra inserido na tradição, sem deixar de refletir quanto às condições de possibilidade da tradição (STRECK, 2004, p. 11).

4. Conclusões

O estudo da linguagem e do seu uso são práticas essenciais para aqueles que atuam na área jurídica, notadamente considerando-se o compromisso democrático do Estado brasileiro, que requer a publicidade das informações aos cidadãos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Um Estado e profissionais da área jurídica que não se utilizem da linguagem de uma forma crítica e acessível prestam um desserviço à democracia. A dificuldade de compreensão dos textos jurídicos ou mesmo a utilização de vícios como latinismos ou argumentos de autoridade funcionam como mecanismos para a perpetuação da alienação da população.

Cidadãos que não possam compreender o significado de textos jurídicos, como leis, ou mesmo petições sobre questões corriqueiras são indivíduos afastados ou que têm o acesso a sua participação democrática delimitada, reduzida significativamente.

As faculdades de direito devem enfatizar, na formação dos profissionais, o estudo da linguagem ao mesmo tempo que combatem o rebuscamento desnecessário e prejudicial. Na verdade, devem procurar evidenciar o aspecto crítico que flui do estudo da própria linguagem e sua notável compreensão para sua atuação profissional e como cidadãos.

A preparação dos profissionais para o mercado não pode se dar de uma forma inconsequente, irrefletida e com baixa percepção dos efeitos prejudiciais da perpetuação de vícios e de estruturas de poder que não guardam qualquer compromisso democrático.

Desse modo, faz-se necessário o repensar do ensino jurídico concomitantemente ao repensar do uso da linguagem e do seu ensino nas faculdades de direito, para que a língua não deixe de ser utilizada no seu potencial crítico, revelador, poético e democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, F; IORIO, R. *Supremo Tribunal Federal: uma proposta de análise jurisprudencial – a igualdade e a imunidade parlamentar*. Disponível em:

<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/fernanda_duarte.pdf>. Acesso em: 18-11-2012.

LIMA, R. K. Sensibilidades jurídicas, saber e poder. *Anuário Antropológico 2009*, Brasília: UnB, 2010, p. 25-51.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva. Os estudos da linguagem e suas implicações no direito. *Revista Eletrônica da FAS: Ciência, Conhecimento e Cultura*, Seridó, vol. 2, n. 1, jul./dez.2010. Disponível em: <<http://www.faculdadadoserido.com.br/revista02/artvitoria.pdf>>. Acesso em: 14-08-2014.

LUNARDI, S; DIMOULIS, D. A verdade e a justiça constituem finalidades do processo judicial? *Revista Sequência*, Florianópolis, v. 28, n. 55, 2007, p. 175-194.

MEDEIROS, K. A. W. *Argumentação e decisões do Supremo Tribunal Federal concernentes à modulação dos efeitos temporais em controle de constitucionalidade*. Disponível em:

<http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:f_CK-Z0e_e8J:scholar.google.com/+argumento+de+autoridade+judicial&hl=pt-BR&as_sdt=0>. Acesso e; 18-11-2012.

OLIVA, L; OLIVEIRA, T; FREITAS, T. (Ab)usos do argumento de autoridade na pesquisa jurídica: reflexões à luz do anarquismo metodológico de Paul Feyerebend. *Revista de Direito na UNIFACS*, n. 130, 2011. Disponível em:

<<http://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1468>>. Acesso em: 17-11-2012.

OLIVEIRA, N. N. G. T. G. *Princípio do contraditório*: direito fundamental de contribuir para a formação da decisão e colaborar na busca da Justiça. Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.br/index.php/rdugr/article/viewFile/547/522>>. Acesso em: 18-11-2012.

SELLAN, A. R. B. *Gêneros textuais e letramento*: a construção argumentativa na linguagem jurídica. Disponível em:

<<http://www.uces.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos autor/arquivos/generos textuais e letramento a construcao argumentativa na linguagem juridica.pdf>>. Acesso em: 18-11-2012, p. 1-12.

SILVA, V. A.; WANG, D. W. L. *Quem sou eu para discordar de um ministro do STF?* O ensino do direito entre argumento de autoridade e livre debate de ideias. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322010000100006&lang=pt>. Acesso em: 22-10-2012.

STRECK, L. L. *Jurisdição constitucional e hermenêutica*: uma nova crítica do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

VIANA, Daniel Roepke; ANDRADE, Valdeciana da Silva Ramos. Direito e linguagem: os entraves lingüísticos e sua repercussão no texto jurídico processual. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, n. 25, 2011. p. 37-60. Disponível em:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

<<http://www.fdv.br/publicacoes/periodicos/revistadireitosegarantiasfundamentais/n5/2.pdf>> Acesso em: 23-06-2014.

WARAT, L. *Técnicas argumentativas na prática judicial*. Disponível em:

<<http://journal.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/16731/15302>>. Acesso em: 18-11-2012.

ABORDAGENS SOBRE O FEMINISMO

Andréia Almeida Mendes (UFMG/DOCTUM/Vértice),
andreialettras@yahoo.com.br
Bruno Gonzaga (DOCTUM),
Oscar Alexandre Teixeira Moreira (DOCTUM),
José Flavio Barroso Madaleno (UNIPAC/DOCTUM)
Karla de Paiva Silverol (DOCTUM)
Maiara Regina Dutra (DOCTUM)
Vitória Alves Cerqueira (DOCTUM)
Bruna Alves Huebra (DOCTUM)
Joice Reixe Silverio (DOCTUM)

RESUMO

Este artigo tem como tema o feminismo, um movimento criado por mulheres em busca de igualdade. O trabalho está dividido em três partes, cada uma com objetivos distintos e específicos: na primeira parte, faremos uma reconstrução, em termos gerais, da história do feminismo, colocando o movimento dentro do processo maior da modernidade; a segunda parte tem como objetivo analisar os novos movimentos sociais tendo como eixo central do seu foco o movimento feminista. Portanto, objetiva-se abordar os principais debates que estão presentes no interior desse movimento e destacar, sobretudo, o conceito de gênero, a fim de discutir as principais abordagens que foram desenvolvidas em torno dessa teoria. E, por fim, procura-se refletir sobre seus avanços e os impasses mais críticos e seus desafios na contemporaneidade.

Palavras-chave: História do feminismo. Movimento feminista. Gênero.

1. Introdução

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interesses em entender sua história e seus processos, ou seja, é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. O movimento feminista pode ser caracterizado a partir de duas vertentes, a primeira em razão da história

do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, já a segunda através da produção teórica feminista nas áreas da história, ciências sociais, crítica literária e psicanálise. Por essa dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordou seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das ciências humanas em geral.

Os estudos voltados à teoria feminista contemporânea têm na análise de discurso crítica uma relevante ferramenta metodológica para seu desenvolvimento. A reflexão feminista acadêmica visa a reestruturar a tradição científica e conceitos consagrados, bem como formular um projeto de emancipação das mulheres, que ainda hoje são submetidas a modelos eminentemente masculinos.

Observa-se que a principal luta do movimento das feministas se estabeleceu na busca de novos espaços políticos e sociais. O principal alvo do discurso desse movimento se constituiu na busca pela construção de uma sociedade mais democrata com maior igualdade entre homens e mulheres reduzindo as desigualdades classistas. Através do movimento feminista, as mulheres passaram a questionar os seus papéis que eram predefinidos em função da reprodução da espécie, ou seja, elas eram subordinadas aos homens. A cultura ocidental considerava a mulher um ser mais fragilizado e incapacitado para assumir a direção de outras instituições, com a família. Assim, o homem era visto como o forte, detentor de toda a autoridade e poder de mando decorrente de sua força física, assumindo o controle dentro da sociedade.

2. História feminista

Ao longo da história feminista, sempre houve mulheres que rebelaram contra a sua condição, lutando por liberdades e, muitas vezes, pagaram com suas próprias vidas. A inquisição da igreja católica foi dura com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas insofismáveis. A primeira onda feminista aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para a luta pelos seus direitos, sendo o primeiro deles o direito ao voto. Ficaram conhecidas a partir desse movimento como

*sufragetes*⁵⁰ e promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes e fizeram greves de fome. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918. (PINTO, 2003, p. 33).

No Brasil, a primeira onda de feminismo também se manifestou por meio da luta pelo voto. As *sufragetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do projeto de lei, de autoria do senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Esse direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o novo *Código Eleitoral Brasileiro*.

Ainda nesse primeiro momento do movimento feminista no Brasil, vale lembrar o movimento das operárias de ideologia anarquista, reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. Em manifesto de 1917, proclamavam a dolorosa situação da mulher nas fábricas e nas oficinas. (PINTO, 2003, p. 35). Esse feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960. No decorrer desses trinta anos, um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”. (PINTO, 2003, p. 35).

Foi nos primeiros anos da década de 1960 que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos e logo depois na Alemanha. A música vivia a revolução dos Beatles e Rolling Stones. Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança, em 1963, o livro que seria uma espécie de “bíblia” do novo feminismo: “A mística feminina”. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força e as mulheres, pela primeira vez, falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço

⁵⁰ O sufrágio universal foi uma das principais conquistas dos homens da classe trabalhadora. Tal conquista, no entanto, não incluía o sufrágio feminino, que foi uma luta específica abrangendo mulheres de todas as classes. Teve lugar então uma mobilização de dois milhões de mulheres, tornando essa batalha um dos movimentos políticos de massas de maior significação no século XX.

para a mulher seja no trabalho, na vida pública, na educação, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que essa última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.

Ainda segundo este autor, foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas. Em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher. No Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que terá papel muito relevante na luta pela anistia, que ocorreu em 1979.

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas sendo eles violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito a terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Esses grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciada pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEB). Este encontro foi muito importante para os dois lados: o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados.

Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com *status* de ministro, promoveu junto com importantes grupos como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço, resultou que a *Constituição* de 1988, que é uma das que mais garantem direitos para a mulher no mundo. O CNDM perdeu completamente a importância

com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente.

Ainda na última década do século XX, o movimento sofreu, seguindo uma tendência mais geral, um processo de profissionalização, por meio da criação de organizações não governamentais (ONG), focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política. Uma das questões centrais dessa época era a luta contra a violência, de que a mulher é vítima, principalmente a violência doméstica. Além das Delegacias Especiais da Mulher, espalhadas pelo país, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ainda é válido apontar para as duas Conferências Nacionais para a Política da Mulher, ocorridas em 2005 e 2007, que mobilizaram mais de 3.000 mulheres e produziram alentados documentos de análise sobre a situação da mulher no Brasil.

3. *Visão feminista na sociedade contemporânea*

A existência de um governo ditatorial militar caracteriza-se pela supressão de direitos constitucionais, pela censura, pela perseguição política e pela repressão aos que se opõem ao regime militar. Portanto, nesse contexto, podemos identificar que o período em que o regime militar atuou no Brasil e no Chile foi marcado pelo autoritarismo e pelas desigualdades sociais, relegando as questões especificamente femininas, a um plano secundário.

Ao enfocar o contexto histórico referente ao período entre as décadas de 1960 e 1980, percebe-se que a ditadura militar brasileira não foi um acontecimento único na história da América Latina, com a implantação de regimes políticos repressivos e com as Forças Armadas assumindo o poder, ocasionando um rompimento nas suas Constituições: no Brasil (1964), na Argentina (1976), no Uruguai (1973), no Chile (1973) e diferenciando no Paraguai, que já vinha de 1954. (RIDENTI, 1993, p. 198)

A participação das mulheres nos grupos de esquerda armada, atuantes no Brasil, durante suas respectivas ditaduras, a forma pela qual essa participação era vista e considerada pelos guerrilheiros atuantes nessas mesmas organizações, assim como o sentimento das mulheres militantes em relação às dificuldades enfrentadas em suas trajetórias como guerrilheiras, são a temática deste texto.

É interessante destacar que a participação das mulheres nos grupos de esquerda armada atuantes, no Brasil, representou uma marcante transgressão, um rompimento com os padrões que a família e a sociedade esperavam delas nessa época. Seus papéis femininos tradicionais foram rompidos duplamente ao tornarem-se militantes, opondo-se à Repressão Militar e ainda ao tentarem conquistar um espaço público, onde pudessem discutir participar das decisões e debater assuntos especificamente femininos. Esse momento é definido por Ridenti, como sendo o início de um rompimento com “o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino”. (RIDENTI, 1993, p. 198)

Podemos dizer que algumas mulheres, ao atuarem como militantes, saem dos seus espaços privados, relegados pela sociedade e ingressam no espaço público, marcando presença significativa. Analisando as ações políticas e as lutas das mulheres no período da ditadura militar, percebe-se que elas, além de combaterem a repressão, tiveram que enfrentar também a discriminação e a desigualdade, por parte da sociedade e dos seus companheiros de organizações. (COLING, 1997, p. 43-44)

Segundo Wolf (2003), o período em que ocorreu a Ditadura Brasileira (1964-1980), marcado com um significativo aumento no número de mortos, presos e desaparecidos, levou algumas mulheres a se tornarem pioneiras na busca de seus familiares, assim como, motivaram outras a optarem por ingressar em organizações de esquerda, pegando em armas e lutando, “comportando-se como homens”. Convém ressaltar também que algumas mulheres militantes, mesmo lutando lado a lado com os seus colegas das organizações de esquerda, muitas vezes, não foram bem aceitas por alguns deles, obrigando-as a lutarem contra o machismo, que também as discriminavam, tanto pelo excesso de proteção ou por terem suas capacidades físicas e intelectuais subestimadas. Percebe-se que essa discriminação era reforçada pelos valores masculinos e masculinizantes tão associados ao modelo de guerrilheiro, que levaram aos homens a acreditar que esse papel de guerrilheiro dizia respeito apenas a eles.

“Os movimentos feministas em todo o mundo são, hoje em dia, muito atuantes, mas infelizmente impregnados de emocionalismo”. A maioria deles tem caráter anarquista e é composto de doidivas. Veja-se o caso de grande parte dos movimentos liberacionistas norte-americanos. Eles não situam os males da condição feminina no sistema, mas no macho da espécie. Algumas se lançam em guerra caricata contra o homem, considerando-o até de maneira grotesca, um a forma obsoleta de vida. Outros elogiam o homossexualismo. (...) Este fim de século está marcado pela revolta dos povos oprimidos e também pela das mulheres conscientes. Se elas souberem repudiar o individualismo, compreender que a sua luta não está em nível de queima de sutiãs, mas no terreno jurídico, político e social, então alcançarão, pelo trabalho, um lugar ao lado do homem nas tarefas do futuro. (...) Os movimentos feministas mais racionais lutam pela profissionalização da mulher, por igualdade de salários, por sua entrada maciça nos sindicatos e associações de classe.”. (STUDART, 1974, p. 44)

No início de sua articulação, o movimento feminista foi motivado primeiramente a partir de experiências da mulher. Assim, apresentava crítica à desigualdade social dos sexos (numa perspectiva sociológica de gênero), a fim de promover a luta pelos direitos das mulheres, seus temas e interesses. Porém, nos presentes dias, a teoria feminista moderna não é exclusivamente, associada a teóricas e teóricas acadêmicas de classe média, no ocidente. Desse modo, compreende que o feminismo é profundamente amplo e enraizado na sociedade, estendendo-se através das fronteiras de classe, raça ou localidade. Ou seja, o movimento feminista tem se aproximado das especificidades culturais, procurando questionar os tópicos relativos à posição da mulher na sociedade em questão.

As bases do feminismo se assentam na ideia de que a sociedade é organizada de forma patriarcal, em que o homem recebe vantagens sobre a mulher. De acordo com Beauvoir, o papel sexual da mulher é em grande parte passivo; viver imediatamente essa situação passiva não é tão masoquista como a atividade do macho é sádica; a mulher pode transcender as carícias, a comoção, a penetração para o seu próprio prazer (...); ela pode também procurar a união com o amante e entregar-se-lhe, o que significa uma superação de si e não uma abdicação. O feminismo radical considera a concepção patriarcal da sociedade como causa de seus mais sérios problemas. Essa forma de feminismo foi popular na chamada segunda onda, mas hoje não tem muita força. Pela radicalidade e força

aparente desse tipo de feminismo, muitos ainda associam o termo “feminismo” somente às ideias do feminismo radical.

Atualmente, o feminismo é um movimento social que defende igualdade de direitos e *status* entre homens e mulheres em todos os campos (ALVES, 1991, p. 15). As procedências do movimento feminista encontram-se, pois no mundo ocidental, em especial nos movimentos de reforma do século XIX. Ativistas políticas feministas advogam a igualdade social, política e econômica entre os sexos, inscrita inclusivamente nas constituições e tratados internacionais. Tenta esclarecer questões sobre temas como direitos reprodutivos, a posição da mulher como objeto (essencialmente sexual), violência sexual e doméstica, licença pós-parto, igualdade salarial, assédio sexual, discriminação no local de trabalho, pornografia e o patriarcalismo. Ou seja, o movimento feminista pode ser visto como uma teoria social e como um movimento político. Na perspectiva da ação política, o feminismo está vinculado aos movimentos em defesa dos direitos humanos e ligado diretamente às lutas permanentes pela defesa da qualidade de vida tanto no que diz respeito à defesa das liberdades civis, aos direitos sociais.

4. Crítica ao feminismo

Muito se tem discutido sobre a crítica feminista, o que inclui a vários estudos sobre o feminismo, estes mostram como as mulheres agem para fazer valer seus direitos¹ (MANINI, 1992, p. 12); com essa busca, elas condicionam uma imensa crítica cultural que colocam em questão as tradições dos valores do sujeito, a razão do conhecimento e apontam assim para uma análise e valorização de uma cultura feminista. Nos anos 80, as mulheres, ao invés de lutarem por igualdade de direitos e seu papel na sociedade, começaram a fazer movimentos nos quais buscavam privilégios para as mulheres em relação aos homens, com o objetivo de recuperar a cultura feminina. Sendo assim, diante dos movimentos feministas realizados, o que se percebe é a busca de direitos beneficiadores das mulheres e não um movimento igualitário tanto para homens quanto para as mulheres.

5. Conclusão

Nota-se que o feminismo surgiu quando as chamadas velhas identidades que, por tanto tempo estabilizaram o mundo social, passaram por

um processo de declínio. Ou seja, o feminismo promoveu “descentração do sujeito”, que tinha um papel inquestionável no contexto da sociedade ocidental.

Observa-se que a principal luta do movimento das feministas se estabeleceu na busca de novos espaços políticos e sociais. O principal alvo do discurso desse movimento se constituiu na busca pela construção de uma sociedade mais democrata com maior igualdade entre homens e mulheres reduzindo as desigualdades classistas. Através do movimento feminista, as mulheres passaram a questionar os seus papéis que eram predefinidos em função da reprodução da espécie, ou seja, elas eram subordinadas aos homens. A cultura ocidental considerava a mulher um ser mais fragilizado e incapacitado para assumir a direção de outras instituições, como a família. Assim, o homem era visto como o forte, detentor de toda a autoridade e poder de mando decorrente de sua força física, assumindo o controle dentro da sociedade.

O feminismo certamente teve vários efeitos nas relações políticas do Ocidente e em outros locais em que se fez presente. Posto que esses efeitos foram em geral encarados como positivos, algumas consequências negativas devem ser apontadas. Nos dias atuais, nota-se que existe uma mudança sensível na relação entre o homem e a mulher. A mulher ganhou mais espaço na sociedade, começou a buscar novas oportunidades, sobretudo no campo de trabalho e nos espaços políticos. Também observa-se que, atualmente, as mulheres passaram a ter mais controle sobre seus corpos e passaram a vivenciar o sexo com mais liberdade do que antes lhes era permitido.

Apesar dos avanços conquistados na sociedade, o feminismo também recebe algumas críticas, como: alguns críticos apontam que as feministas estão pregando o ódio contra os homens; alguns dizem que, por conta do feminismo, os homens começam a ser oprimidos; alguns grupos conservadores veem o feminismo como elemento de destruição dos papéis tradicionais dos gêneros, nomeadamente quando o pai e a mãe são trabalhadores bem sucedidos e ocupados, ou seja, nessa luta as crianças são esquecidas, pois não sobra ninguém para cuidar bem das mesmas; alguns homens acreditam que nas disputas de custódia após um divórcio, a justiça tende a entregar os filhos para a custódia da mãe; alguns homens dizem que muitas mulheres são promovidas não por méritos, mas para melhorar a imagem das empresas, dentre outras questões.

A fim de fugir das concepções radicais o movimento feminista se aproximou do termo gênero, o qual se constituiu como um conceito estabelecido na sociedade com o objetivo de compreender as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres e os papéis desenvolvidos por eles no local em que está inserido e as relações desiguais de poder produzidas. O conceito de gênero dentro do movimento feminista é usado para enfocar a luta pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e tem como finalidade neutralizar, ou ainda, ultrapassar as barreiras visíveis e invisíveis que existem e que impedem a participação econômica, política e social das mulheres. Por fim, objetiva-se construir uma ideia de que todos os seres humanos, independente dos papéis social e cultural atribuídos a mulheres e homens são livres para desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Brasília: 2009. Disponível em:

<http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2012/ig/pdf/spm_4premio_web.pdf>. Acesso em: 14-10-2013.

GABRIELLI, Cassiana Panissa. *Análise crítica do discurso e teoria feminista: diálogos frutíferos*. Discurso e mudança social. Brasília: UnB, 2001. Disponível em:

<<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/pdf/cassiana%20panissa%20gabrielli.pdf>>. Acesso em: 31-10-2013.

GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 42-70, 1989. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.anpocs.org%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D409%26Itemid%3D435&ei=2aJ2Ut_1M5Gx4AOW2YHwCw&usq=AFQjCNGm8ekmf51FmDkFiox7oFxzHtA2Bg&bvm=bv.55819444,d.dmg>. Acesso em: 31-10-2013.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995/1996. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/141/151>. Acesso em: 03-11-2013.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 9, p. 81-91, fevereiro/2011. Disponível em:

<<http://www.reid.org.br/arquivos/00000228-07-09-santos.pdf>>. Acesso em: 03-11-2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> >. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

AÇÕES MATERIAIS NA REPRESENTAÇÃO DE ESCÂNDALOS POLÍTICOS

Guilherme Rocha Brent (UFMG)
guibrents@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa as ações materiais presentes na representação textual de escândalos políticos, de forma a observar como os escândalos são construídos em uma dimensão material dos fatos ocorridos. Para tal investigação, utilizou-se o sistema de transitividade, perspectiva de análise linguística elaborada nos trabalhos do linguístico britânico Michael Halliday. Este sistema gramatical leva em consideração a forma como significados experienciais são representados na estrutura da oração através de um conjunto de tipos de processo, participantes e elementos circunstanciais, em que cada tipo de processo fornece seu próprio modelo para a representação de um domínio particular da experiência. Com relação ao processo material, têm-se verbos de ação que estão relacionados às experiências do falante no mundo externo. Processos materiais envolvem sempre um participante responsável por executar a ação material. As análises revelaram processos materiais responsáveis por construir diferentes realidades de corrupção para os eventos representados. Além disso, o papel de transitividade dos participantes mostrou qual papel discursivo eles recebem na representação.

Palavras-chave: Representação textual. Transitividade. Análise linguística.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as escolhas linguísticas feitas na representação de dois escândalos políticos, a saber, o escândalo do mensalão e o dos cartões corporativos, num *corpus* que se constitui de quatro textos, com a atenção voltada para o modo como jornalistas constroem realidades de crise e de corrupção para aquilo e para aqueles representados em seus discursos. As análises têm o embasamento teórico do sistema de transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), o qual dá conta da forma como significados experienciais são representados na

estrutura da oração através de um conjunto de processos, participantes e elementos circunstanciais.

No sistema de transitividade, cada tipo de processo fornece seu próprio modelo para representar um domínio particular da experiência. Por este sistema, representamos como entidades agem, como são nomeadas e como se relacionam com o mundo. É por isso que as escolhas feitas nesse sistema revelam como o falante vê o mundo que o cerca. O que acontece quando representamos nossa experiência linguisticamente é que selecionamos processos, participantes e elementos circunstanciais para ordená-la em um todo significativo; e essas escolhas são refletidas na estrutura sintática, lexical e semântica de nossos textos.

Inicialmente, apresentaremos algumas reflexões sobre a questão da representação na perspectiva da análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 1995; 2001; 2003), seguidas de uma breve discussão da noção de processo material, de acordo com a perspectiva do sistema de transitividade. Em seguida, discutimos as análises feitas a partir dos processos materiais escolhidos pelos jornalistas para a representação dos escândalos políticos.

2. *A representação de eventos sociais: escolhas motivadas?*

Fairclough (1995; 2003) faz notar que o processo da representação, em qualquer texto, está relacionado à decisão de quais escolhas linguísticas efetuar (o que incluir e o que excluir, o que tornar explícito e o que deixar implícito, o que colocar em primeiro/segundo plano, quais tipos de processo e quais categorias usar), pois, nesse momento, uma representação particular de algum aspecto do mundo está sendo construída nas proposições do texto. Isso implica um olhar atento nas motivações sociais e políticas das escolhas que são feitas em detrimento daquelas que poderiam ter sido feitas, mas que por algum motivo não foram. Com isso, a análise da representação fundamenta-se não só naquilo que está presente no texto, mas também nas ausências, nas coisas que poderiam estar no texto, mas não estão.

Quando as pessoas representam na língua eventos sociais de qualquer tipo, há sempre escolhas alternativas para aquilo que será dito. Segundo Fairclough (1995), toda escolha é, parcialmente, uma questão de vocabulário, já que o vocabulário com o qual o sujeito está familiarizado lhe fornece conjuntos de categorias pré-construídas, e a representação

sempre envolve a decisão de como organizar o que está sendo representado dentro desses conjuntos de categorias. Além disso, nossas escolhas são também uma questão de gramática, visto que a mesma pode diferenciar um pequeno número de tipos de processo, participantes e elementos circunstanciais para representarmos nossa experiência de mundo.

Pode parecer, à primeira vista, que a diferença entre uma ação (por exemplo, "Outros ministros *caíram* na folia") e um sentir (por exemplo, "Os políticos nunca *sabem* onde termina o homem público e começa o cidadão particular") é uma diferença na realidade, na natureza das coisas. Entretanto, as coisas não são simples nesse sentido. Quando representamos na língua algo que acontece no mundo, temos de escolher se representamos isso como uma ação, um sentir, uma relação, um dizer, um comportamento ou uma existência; logo, temos de escolher se representamos atores sociais como dizentes, comportantes, experienciadores, dentre outros tipos; se situamos essa representação em termos de tempo, lugar, razão, propósito, frequência, dentre outros tipos.

Para analisar como eventos sociais são representados no nível do texto, Fairclough (1995; 2001; 2003) propõe examinar as orações a partir de uma perspectiva representacional. Essa proposta está fundamentada na teoria sistêmico-funcional da linguagem, discutida nos trabalhos de Halliday e Matthiessen (2004), Thompson (2014), Fowler (1991) e Eggins (2004). Nessa perspectiva, toda oração indica como o sujeito concebe a realidade à sua volta, e como a gramática é usada para representar suas experiências de mundo. Diante dessa perspectiva representacional, Fairclough (2003) observa que os eventos sociais reúnem vários elementos, tais como, formas de atividade, pessoas, relações sociais, objetos, tempos, lugares e linguagem, que podem ser seletivamente escolhidos para representar um determinado aspecto da experiência de forma mais proeminente.

Convém ressaltar que o discurso jornalístico funciona na representação de eventos sociais como um princípio de recontextualização, removendo elementos de outras práticas sociais e incorporando-os dentro do contexto de sua própria prática. Segundo Fairclough (2003), a recontextualização é uma relação entre diferentes redes de práticas sociais, uma questão de como elementos de uma prática social são apropriados e recolocados no contexto de outra prática. Ao representar um evento social, o jornalista pode seletivamente filtrar elementos de outras práticas sociais, tais como, atores sociais, objetos, ações, lugares, e recolocá-los em seu texto, acrescentando-lhes outros significados, avaliando-os, expli-

cando-os e legitimando-os, por exemplo. Em decorrência disso, alguns elementos se perdem, outros são acrescidos e outros transformados no seio da prática discursiva. Uma vez que estamos lidando com linguagem, isso pode implicar mudanças semânticas no modo como os elementos são recontextualizados. Chouliaraki e Fairclough (1999) entendem a recontextualização como uma condição para a constituição de qualquer prática no discurso. Para Van Leeuwen (2008), todo discurso recontextualiza práticas sociais, e todo conhecimento está, portanto, em última análise, baseado em práticas sociais.

3. *O sistema de transitividade*

Na metafunção ideacional da linguagem, expressamos e construímos representações sociais do mundo. Nela, a linguagem expressa o conteúdo da experiência do falante em relação a seu mundo interior (pensamentos, sentimentos e crença) e exterior (coisas, pessoas, situações e eventos). Pela metafunção ideacional, organizamos, entendemos e expressamos as realidades sociais à nossa volta e de nossa própria consciência. Nessa configuração funcional, toda oração é vista como uma forma de representar aspectos do mundo a partir do uso de um sistema gramatical particular, o Sistema de Transitividade (*System of Transitivity*).

A metafunção ideacional diz respeito, então, ao componente experiencial da linguagem e, desse ponto de vista, a língua oferece um conjunto de recursos para nos referirmos ao mundo. Conforme explica Thompson (2003, p. 86), "a linguagem reflete nossa visão do mundo como consistindo de 'eventos' (verbos), envolvendo coisas (substantivos) que podem ter atributos (adjetivos) e que acontecem sobre detalhes de lugar, tempo, forma, etc. (advérbios)". Esse processo representativo acontece porque a linguagem se organiza de modo a dar significado a nossas experiências de mundo. É por isso que não há nenhuma faceta da experiência humana que não possa ser transformada em significado (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004).

O sistema de transitividade está organizado em torno de três componentes: processos, participantes e circunstâncias. Enquanto as circunstâncias (comumente realizadas por grupos adverbiais e sintagmas preposicionados) podem ou não fazer parte da construção de um fragmento da experiência, os participantes (normalmente realizados por nomes ou grupos nominais), por sua vez, são inerentes aos processos: todo tipo de processo possui pelo menos um participante. Nessa visão, o processo (reali-

zado pelo verbo ou grupo verbal) é o elemento central na configuração semântica, e os participantes são entidades diretamente envolvidas na realização dos processos, em que as funções dos participantes de diferem de acordo com o tipo de processo experiencial.

O que se percebe no sistema de transitividade é que nossas escolhas nos posicionam diante dos eventos que estamos representando. Essas escolhas são sempre motivadas, quer tenhamos consciência disso ou não. Elas são influenciadas, em certos aspectos, pelo contexto no qual são usadas, e isso possibilita ao analista do discurso identificar e explicitar como significados são construídos e representados através da linguagem.

Os processos materiais são processos de "fazer" (transitivos) e "acontecer" (intransitivos), e estão relacionados às experiências do mundo externo do falante, sendo realizados por verbos de ação. Esses processos envolvem sempre um participante responsável por executar a ação, o ator, sendo, pois, um participante obrigatório na oração, aparecendo de forma explícita ou implícita. Nos processos materiais, a significação fundamental é que alguém ou algo faz alguma coisa. O desenvolvimento do processo material pode estar estendido a outro participante, a meta. Este participante representa a entidade para quem, ou o que, a ação é direcionada. Neste caso, o resultado do processo material é inscrito na meta. Outros três tipos de participante opcionais podem aparecer nas orações materiais: o recebedor, o cliente e o escopo. As funções do recebedor e do cliente representam um papel de beneficiário da ação realizada. O recebedor é aquele para quem alguma coisa é dada, e o cliente é aquele para quem algo é feito. O escopo funciona como uma extensão do processo (um verbo lexicalmente vazio), completando seu significado, e pode realizar duas funções: (a) construir o domínio sobre o qual o processo ocorre, ou (b) construir o próprio processo.

4. O papel das ações materiais na representação de escândalos políticos: o caso do mensalão

Com relação ao *corpus* selecionado (duas reportagens da revista *Veja*), a representação do escândalo do mensalão no domínio do mundo material constrói a atuação de seis participantes de modos particulares. Dos seis participantes, apenas o mensalão não é representado como ator. Sua inclusão nesse domínio experiencial limita-se ao papel de meta (o

participante para quem, ou o que, a ação é direcionada) e escopo (o participante que completa o significado do processo).

As escolhas de processos materiais para representar a agentividade dos outros cinco participantes sinalizam aspectos lexicais e semânticos que nos é relevante para identificarmos como a realidade do escândalo está associada a cada um deles. Com essas escolhas, nota-se que cada um desempenha um papel particular na representação construída. Vejamos abaixo alguns recortes de processos materiais em que esses participantes atuam como ator.

- (1). O PT [**Ator**] assombra [**Processo Material**] o Planalto [**Meta**].
- (2). [...] o PT [**Ator**] estava pagando [**Processo Material**] o preço [**Escopo**] por andar com "más companhias" [**Circunstância de razão**].
- (3). [...] o PT [**Ator**] comprara [**Processo Material**] o apoio do PTB [**Meta**], mas entregara [**Processo Material**] só parte do dinheiro [**Escopo**].

Percebe-se que as configurações sintáticas e semânticas dos recortes buscam reforçar a agentividade do Partido dos Trabalhadores enquanto partido corrupto, responsável direto pelo pagamento das mesadas a parlamentares. Nos três recortes, o PT é posto em primeiro plano, em que sua agentividade é marcada de forma explícita. Isso revela traços particulares na constituição da representação do escândalo, mostrando que as escolhas linguísticas concedem ao jornalista (à revista) a realização de seu propósito ideológico, o que confere ao discurso jornalístico um de seus princípios mais relevantes: o poder de dar visibilidade a eventos, situações e pessoas.

- (4). As denúncias explosivas do deputado Roberto Jefferson, o homem-bomba do PTB, [**Ator**] detonaram [**Processo Material**] a mais grave crise política dos últimos anos [**Meta**] e jogaram [**Processo Material**] uma espessa nuvem de fumaça [**Meta**] sobre o futuro próximo [**Circunstância de lugar**].

No recorte (4), são as denúncias de Roberto Jefferson que realizam ações de provocar uma grave crise política no Palácio do Planalto. Importante observar no participante ator que o enfoque é dado às denúncias feitas pelo deputado, e não à sua própria pessoa. Isso revela um aspecto interessante em termos representacionais: a imagem de Roberto Jefferson está associada às suas denúncias feitas contra o PT. Isso mostra também que o deputado age por meio de suas denúncias. No recorte, essas denúncias atuam como ator de processos com uma carga semântica de guerra, significado esse ratificado por "as denúncias explosivas" e "uma espessa nuvem de fumaça".

A lexicalização, mecanismo que consiste, segundo Fairclough (2001), numa das formas mais facilmente visíveis de se identificar como os indivíduos ou grupos sociais são representados, serve aqui para identificarmos não só a forma como o deputado Roberto Jefferson é representado, "o homem-bomba do PTB", mas, também, para entendermos o motivo de se usar os processos materiais com carga semântica de guerra. Assim, não é por acaso que as escolhas lexicais "denúncias explosivas", "o homem-bomba", "detonaram", "grave crise política" e "espessa nuvem de fumaça" foram feitas para representar a atuação de Roberto Jefferson no escândalo. O propósito parece ser justamente controlar quem faz o que e quais as consequências da ação realizada.

Para mostrar que as escolhas "do que informar" e "como informar" funcionam como produto de uma ação proposital, política e ideológica, vejamos outros dois recortes envolvendo ações materiais de Roberto Jefferson.

(5). Roberto Jefferson [**Ator**] fez [**Processo Material**] uma vítima poderosa: o PT [**Escopo**] [...]

(6). As denúncias de Roberto Jefferson [**Ator**] [...] acertaram [**Processo Material**] o coração do PT [**Meta**].

Os recortes (5) e (6) encerram escolhas de processos e participantes que dizem muito sobre os efeitos da delação feita por Roberto Jefferson. O PT é identificado como meta das denúncias. Em (6), a escolha do processo "acertaram" ressoa os processos no recorte (4), revelando como as escolhas experienciais do jornalista estão intimamente ligadas a uma motivação: revelar as consequências das denúncias de Roberto Jefferson no mundo material. No recorte (5), a opção em definir o PT como "uma vítima poderosa" dá à representação uma perspectiva particular: a valorização de um participante acusado de suborno orienta uma leitura específica em torno de suas atividades (por que o PT é uma vítima poderosa?). Acreditamos que essa definição se dá a partir de uma motivação: o sucesso da naturalização de significados para entidades particulares depende de como essas entidades são vistas (nomeadas) no evento em que são representadas.

Com base nessas escolhas, percebemos que o aspecto da realidade criada diz respeito ao poder que as denúncias de Roberto Jefferson exercem sobre a reputação do PT. A representação da realidade do escândalo evidencia, textual e discursivamente, que essas denúncias vitimaram o PT; de agente das ações de subornar parlamentares, o partido passou a

ser a entidade atingida pelas denúncias comprometedoras de Roberto Jefferson. Assim, a realidade oferecida pelos jornalistas permite-nos (re)-construir uma representação do deputado como sendo aquele que não só delatou o esquema, mas também arruinou a reputação do PT.

(7). Com a saída de José Dirceu [**Circunstância comitativa**], porém, Lula [**Ator**] dá [**Processo Material**] um passo fundamental [**Escopo**] em direção a duas coisas essenciais [**Circunstância de lugar**]: salvar [**Processo Material**] seu governo [**Meta**] e preservar [**Processo Material**] sua biografia [**Meta**].

No recorte (7), segue-se uma sequência de três processos materiais que, de modo geral, resumem a representação do presidente Lula no domínio do mundo material. Diante das denúncias de Roberto Jefferson, Lula é representado como aquele responsável por organizar a turbulência causada pelo PT, visto que ela pode prejudicar sua reputação. Isso indica que as consequências das denúncias atingiram não somente o partido enquanto uma instituição política, mas também a figura central dele. Neste recorte, observamos, primeiramente, que essas denúncias custaram o cargo de José Dirceu, o então ministro-chefe da Casa Civil. A partir disso, os três processos materiais realizados por Lula revelam esse seu papel após a delação de Roberto Jefferson. Nota-se que o jornalista, através da utilização de processos materiais semelhantes, "salvar" e "preservar", constrói uma realidade para as ações do presidente: sua reputação de líder de Estado deve ser zelada.

De acordo com Thompson (2002), o prejuízo da reputação é um risco a todos envolvidos em um escândalo, em que as reputações individuais estão em risco. Por isso, muitos escândalos são caracterizados pelas "lutas por um nome". As escolhas lexicais "fundamental" e "essenciais" retratam justamente a importância desse esforço em defender a reputação de alguém que tem um nome e um cargo a zelar. Entretanto, conforme nos lembra o autor, a luta pela reputação não é uma questão somente de honra e orgulho pessoal. Acima de tudo, está em jogo o capital simbólico: um recurso que possibilita ao presidente intervir e influenciar no curso da crise. Assim, essas escolhas de transitividade e de léxico ativam uma realidade tanto para o presidente Lula, como para a representação do escândalo como um todo.

Nos recortes (8), (9) e (10) abaixo, as escolhas no sistema de transitividade ratificam essa representação discursiva para o presidente, expandindo os significados de suas ações realizadas em (7).

(8). Lula [**Ator**] disse que, se for necessário [**Circunstância de condição**], vai cortar [**Processo Material**] na própria carne [**Escopo**] e, demonstrando clareza

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

za diagnosticou: "O que está em jogo é a respeitabilidade das nossas instituições, das quais sou o principal guardião".

(9). Demitiu [**Processo Material**] as diretorias das duas estatais sob suspeita [**Meta**], mandou [**Processo Material**] os governistas apoiarem a criação da CPI dos Correios e defendeu [**Processo Material**] a reforma política [**Meta**], que se esconde na origem da bagunça partidária e da feira fisiológica que se realiza no Congresso.

(10). Com a saída de Dirceu [**Circunstância comitativa**], o presidente [**Ator**] aproveitará para fazer [**Processo Material**] uma reforma ministerial [**Escopo**].

Como pode ser notado, nos três recortes acima as atividades do presidente expressam uma extensão do passo fundamental dado por Lula no recorte (7), o que nos demonstra como a organização experiencial da representação é estrategicamente tecida para fins específicos. Neste caso, a estratégia é naturalizar um sentido singular para as ações do presidente: as reputações sua e de seu governo devem ser preservadas. Todos os três recortes marcam um sentido de mudança política nas ações realizadas. Em (8), a ação é de sacrifício para a mudança: é necessário "cortar na própria carne" para que sua reputação não seja prejudicada. Nos recortes (9) e (10), a ação realizada é de modificação estrutural nas bases políticas: a renovação política é necessária para preservar a reputação.

Outro ator social representado nas escolhas experienciais dos jornalistas é o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Suas atividades são representadas sobretudo no domínio do mundo material, em que Delúbio recebe o papel de distribuidor do mensalão. Esse papel ativo é destacado como ator nos recortes (11), (12), (13) e (14) abaixo, nos quais ele é também afetado pela atividade do processo material, exercendo um papel passivo na ação realizada.

(11). Ao contar, numa gravíssima entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares [**Ator**], pagava [**Processo Material**] mesada de 30.000 reais [**Escopo**] aos deputados do PP e do PL [**Recebedor**], Roberto Jefferson fez uma vítima poderosa (...)

(12). O dinheiro das mesadas [**Meta**] era entregue [**Processo Material**] pelo tesoureiro Delúbio Soares [**Ator**] a líderes ou presidentes dos partidos [**Recebedor**]. (...). Esses políticos contam que Delúbio [**Ator**] desembarcava [**Processo Material**] em Brasília com o dinheiro [**Circunstância de lugar**] e se dirigia [**Processo Material**] à residência dos líderes e presidentes de partidos para fazer a distribuição [**Circunstância de lugar**].

(13). Na quarta-feira, depois de dois dias escondido da imprensa [**Circunstância de tempo**], o tesoureiro [**Ator**], diligentemente escoltado [**Processo Material**] pelo presidente do PT, José Genoíno [**Ator**], apareceu [**Processo**

Material] diante de uma centena de jornalistas [**Circunstância de lugar**] para explicar-se [**Circunstância de propósito**].

(14). O tesoureiro [**Ator**] deixou [**Processo Material**] a sede do PT [**Escopo**] sendo, como sempre, escoltado [**Processo Material**] por batedores de motocicleta [**Ator**].

Ao incluírem as ações de Delúbio na representação linguística do escândalo, os jornalistas recontextualizam os significados dessas ações para uma realidade de corrupção, em que o próprio tesoureiro passa de "encarregado pelo PT de distribuir as malas de dinheiro" a "corruptor". Com as escolhas dos processos "pagar", "entregar" e "distribuir", observadas acima, os jornalistas buscam aproximar a realidade das ações do tesoureiro da narrativa construída nas reportagens, isto é, uma narrativa de crise política e de corrupção no governo.

A organização da experiência em (11) e (12) revela uma seleção lexical de processos materiais e de participantes (escopo e meta) que reforça o aspecto financeiro do escândalo (pagar + R\$ 30.000; entregar + dinheiro; distribuir + dinheiro). Esse modo de representar a realidade realça a ligação ilícita entre política, dinheiro e poder. De acordo com Thompson (2002), escândalos financeiros mostram que regras e procedimentos para o exercício do poder político podem ficar comprometidas pela influência de interesses econômicos ocultos. O que os recortes (11) e (12) revelam é justamente essa realidade do escândalo: para que o governo do PT pudesse aprovar suas propostas no Congresso comprou o apoio político de líderes de partidos e de parlamentares.

Nos recortes (13) e (14), o que chama atenção é a forma como Delúbio é representado. Gramaticalmente, o tesoureiro é afetado pela ação do processo. Após a revelação de suas ligações secretas com líderes de partidos e parlamentares envolvendo dinheiro, Delúbio recebe proteção do PT: compete ao partido acompanhar e proteger seu tesoureiro do contato próximo com a imprensa. Com base nos estudos de Thompson (2002), podemos presumir que a motivação dessa escolta talvez se deva ao receio dos petistas de que Delúbio ou cometa alguma transgressão de segunda ordem ou revele qualquer vestígio de suas atividades.

Acusado de chefiar o esquema do mensalão, José Dirceu é destituído do cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Sua demissão é consequência imediata das revelações feitas por Roberto Jefferson, conforme mostra o recorte (15).

(15). Cinquenta horas depois de Roberto Jefferson, o homem a quem o governo fez tudo para desqualificar, ter dito "rápido, sai daí rápido, Zé" [**Circums-**

tância de tempo], José Dirceu [**Ator**] deixa [**Processo Material**] a Casa Civil [**Escopo**].

Além de revelar a demissão do ministro, a representação experiencial acima reforça o poder que as denúncias de Roberto Jefferson têm sobre os envolvidos. No caso de José Dirceu, essas denúncias revelaram que as atividades do ministro implicavam a contravenção de normas legais, o que acabou lhe custando o cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Há que se notar, na circunstância de tempo, o processo material "fez de tudo", em que o governo é codificado como ator de uma ação sobre Roberto Jefferson. Ação essa que tinha como finalidade anular a legitimidade das denúncias do deputado. Isso mostra como o governo cometeu, nos termos de Thompson (2002), uma transgressão de segunda ordem, negando publicamente que as revelações de Jefferson tinham fundamento – o que foi de encontro ao que mostraram investigações posteriores.

As atividades de Dirceu no mundo material são retratadas, pois, de modo a descrever tanto sua saída do cargo como sua atuação no esquema do mensalão. Ao mapearmos as escolhas de processos materiais em que José Dirceu é codificado como ator, destacamos os seguintes recortes:

(16). Na quinta-feira passada [**Circunstância de tempo**], José Dirceu de Oliveira e Silva, aos 59 anos [**Ator**], *saiu* [**Processo Material**] do Palácio do Planalto [**Escopo**] *pela porta dos fundos* [**Circunstância de meio**], *sob o peso da acusação de comandar o mensalão*, apelido da mesada de 30.000 reais com a qual o PT é suspeito de comprar o voto de deputados aliados [**Circunstância de razão**].

(17). Ao *encerrar* seus trinta meses de governo *acossado* por denúncias de corrupção [**Circunstância de tempo**], José Dirceu [**Ator**] assumiu [**Processo Material**] seu posto [**Escopo**] como uma glória do governo [**Circunstância de guisa**], mas *saiu* [**Processo Material**] de lá [**Escopo**] como *sua tragédia* [**Circunstância de guisa**].

(18). Agora [**Circunstância de tempo**], *cai* [**Processo Material**] o próprio José Dirceu [**Ator**], também *com água até o pescoço* [**Circunstância comitativa**] *em um mar de suspeitas* [**Circunstância de lugar**].

(19). Foi ele quem levou para o regaço do governo legendas como PTB, PL e PP - e, *ao executar* [**Processo Material**] *sua estratégia* [**Escopo**], *produziu* [**Processo Material**] *um duplo desastre*: uma base parlamentar *gelatinosa* e o *escândalo do mensalão* [**Escopo**].

(20). [...] o PT [**Ator**], sob o comando do ministro José Dirceu [**Circunstância comitativa**], *fez* [**Processo Material**] *a mais acintosa e violenta intervenção* nos partidos representados no Congresso Nacional [**Escopo**].

Se examinarmos estes recortes experienciais em termos lexicais, veremos que a seleção lexical contribui a seu modo para a conformação e a fixação de uma realidade de mundo do ministro. As ações de José Dirceu caracterizam uma realidade política conturbada, o que favorece a compreensão da realidade de mundo vivida pelo PT. Dirceu é representado como força ativa e dinâmica no que diz respeito a suas atividades como "líder do esquema do mensalão": ele comanda o esquema, executa sua estratégia e constrói coalizões no Congresso. Dessa forma, como agente e protagonista dessa realidade de crise e de corrupção vivida pelo governo, o papel de José Dirceu não é minimizado nas escolhas de transitividade. Ao contrário, essas escolhas o colocam como fonte de informação sobre como funcionava o esquema de suborno.

Vale notar que tais escolhas respondem à função social das notícias, que operam no sentido de por a linguagem a serviço de uma determinada perspectiva de mundo, isso porque "a notícia é uma representação do mundo na linguagem" (FOWLER, 1991, p.4). Visto que o léxico é o principal determinante da estrutura experiencial, os termos sublinhados acima têm papel significativo para a representação discursiva construída para a realidade de mundo do ministro. Tal estruturação lexical sinaliza o grau de engajamento da revista explicitamente a favor de uma avaliação negativa para as atividades materiais de Dirceu, o que demonstra uma sintonia de política editorial sobre a representação do escândalo – visto que o PT, partido sob o comando do ministro, também é avaliado negativamente quanto a suas atividades materiais. Sobre esse comprometimento com a realidade representada, Fowler (1991, p. 85) explica que "é da essência da representação ser sempre a representação de algum ponto de vista ideológico, conforme tratada pela inevitável força de estruturação da transitividade e da categorização lexical".

Entendemos, por conseguinte, que essa seleção lexical serve de ocasião para a naturalização de uma realidade que provoca a ilusão de transparência e obviedade (a realidade é tal como é representada). Os elementos circunstanciais dos recortes acima exercem exatamente essa função. Eles descrevem, especificam e qualificam as ações materiais de José Dirceu, de modo a mapear sentidos que possam funcionar de maneira indissociável à figura do político José Dirceu de Oliveira e Silva. Além disso, esse léxico selecionado para a representação do ministro têm claramente uma função categorizadora. Ele não somente classifica o modo de agir do ministro, mas também constrói nossa experiência de um modo geral sobre esse modo de agir.

4.1. O papel das ações materiais na representação de escândalos políticos: os cartões corporativos

Conforme mostramos nas análises anteriores, no processo de representação da experiência sobre um escândalo, os jornalistas fazem escolhas léxico-gramaticais e semânticas particulares de acordo com seus objetivos comunicativos. Vimos que, frente às várias possibilidades de escolha disponíveis a esses jornalistas, uma decisão de comunicar uma coisa implica necessariamente uma decisão de não comunicar outras, que a análise detalhada dessas decisões revela determinadas escolhas de estruturas gramaticais, de processos, de participantes e de elementos circunstanciais, e que cada uma dessas escolhas tem uma função discursiva na representação da experiência.

No caso da representação do escândalo dos cartões corporativos não é diferente. Nos textos (duas reportagens da revista *Veja*), a decisão de comunicar o uso abusivo e indevido do dinheiro público para gastos particulares e até enriquecimento ilícito (já que alguns servidores públicos alteravam o valor de notas fiscais acima do valor gasto, para depois partilharem o lucro com as empresas coniventes com a fraude) implica não só deixar de comunicar outros aspectos sobre o escândalo, como, por exemplo, que essa transgressão pode ser cabível de punição legal, implica também escolhas de processos, de participantes e de elementos circunstanciais particulares para a significação do escândalo. Se tomarmos o modo como os jornalistas representam o escândalo em termos do uso dos cartões de crédito corporativos, veremos que palavras relacionadas ao campo semântico do conceito de gastar são recursos constantemente usados nos três componentes do sistema de transitividade. Vejamos os recortes abaixo:

(1). Os cartões de crédito oficiais [**Meta**] são usados [**Processo Material**] até para *abastecer* a despesa dos palácios [**Circunstância de propósito**].

(2). Agora [**Circunstância de tempo**], descobre-se [**Processo Mental Cognitivo**] que até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva [**Ator**] *paga* [**Processo Material**] as contas de casa [**Meta**] com esse instrumento [**Circunstância de meio**]. Três funcionários do Planalto [**Ator**] *fazem* [**Processo Material**] *compras* [**Escopo**] para o presidente [**Cliente**] com os cartões pagos pelo governo [**Circunstância de meio**].

(3). (A ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro) Ela [**Ator**] *fez* [**Processo Material**] *uma farra* [**Escopo**] tão grande [**Circunstância de grau**] com o cartão corporativo [**Circunstância de meio**] que o Planalto [**Experienciador**] cogita [**Processo Mental Cognitivo**] demiti-la [**Processo Material**].

(4). (Matilde Ribeiro) *Mandou* [**Processo Material**] o cartão [**Escopo**] em hotéis cinco-estrelas, redutos da boemia carioca e paulistana e bares de todo o país [**Circunstância de lugar**].

(5). Como Matilde [**Circunstância de comparação**], outros ministros [**Ator**] *caíram na folia* [**Processo Material**].

(6). Altemir Gregolin, da Pesca [**Ator**], *se esbaldou* [**Processo Material**] durante o Carnaval de 2007 [**Circunstância de duração**]. *Passou* [**Processo Material**] o feriado [**Escopo**] no Rio de Janeiro [**Circunstância de lugar**], *pagou* [**Processo Material**] três diárias em hotéis [**Escopo**], *comeu* [**Processo Material**] na cara churrascaria Porcão, a preferida das celebridades [**Circunstância de lugar**], e *deu* [**Processo Material**] *uma esticada* [**Escopo**] no Hera Bar [**Circunstância de lugar**].

(7). (Altemir Gregolin) Ele [**Ator**] vai precisar melhorar [**Processo Material**] o rebolado [**Escopo**] para justificar os 22.000 reais do Erário que *torrou* em 2007 [**Circunstância de propósito**].

(8). O ministro dos Esportes, Orlando Silva [**Meta**], também pode ser investigado [**Processo Material**] por *cobrir despesas indevidas com o dinheiro público* [**Circunstância de razão**]. *Arcou* [**Processo Material**] com almoços e jantares de seus convidados [**Escopo**] durante o ano todo [**Circunstância de duração**]. De uma só tacada [**Circunstância de frequência**], *deixou* [**Processo Material**] mais de 460 reais [**Escopo**] no Bela Sintra, elegante restaurante português de São Paulo [**Circunstância de lugar**].

Em todos os recortes acima, notamos como o conceito de gastar varia de acordo com os objetivos do jornalista de comunicar determinados significados e, assim, de construir uma realidade de corrupção para o escândalo. Ao fazer uso de diferentes formas de se dizer como os cartões corporativos são utilizados por seus portadores para gastos particulares, o jornalista constrói realidades específicas para o escândalo e para aqueles indivíduos envolvidos, evidenciando como servidores públicos "gastam" o dinheiro público.

Se atentarmos para o recorte (1), veremos que as demais escolhas destacadas nos recortes (2), (3), (4), (5), (6), (7) e (8) descrevem a "farra" com os cartões. O recorte (1) é o *lead* de uma reportagem, e traz a informação de que até as despensas dos palácios da Alvorada e da Granja do Torto, residências oficiais da família Lula, estavam sendo abastecidas com o uso de um cartão corporativo. Com as escolhas "farra" e "abastecer", percebemos, conforme observa Van Dijk (1988, p.40), que o título e o *lead* de reportagens definem toda a situação informada no texto e indicam ao leitor um conjunto preferido de significados para o texto. Analisando as outras escolhas dos outros recortes, vemos como o jornalista constrói essa realidade enunciada no título e no *lead* da reportagem.

No recorte (2), por exemplo, a representação dessa farra inclui o presidente Lula como agente do processo de pagar e como participante beneficiário da ação material de comprar. Ou seja, o presidente também desfruta dos benefícios do cartão. Ainda nesse recorte experiencial, chama atenção a escolha da circunstância de meio "com os cartões pagos pelo governo", com a qual o jornalista faz questão de tornar evidente que os cartões são pagos com o dinheiro público.

Nos recortes (3) e (4), também se percebe uma forma particular de representação dos gastos com os cartões. Nestes recortes, é a ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, quem é representada como agente dos processos materiais "fez uma farra" e "mandou o cartão". No recorte (3), a primeira oração, além de funcionar como uma informação de causa para a segunda, traz uma circunstância de grau que busca expressar o tamanho da farra que a ministra fez com seu cartão. A circunstância de lugar no recorte (4) representa somente uma parcela dos lugares onde a ministra teria feito essa farra. Embora seja um componente experiencial opcional na representação da experiência, o jornalista não abre mão de fazer uso dos elementos circunstanciais de modo a significar o evento em termos do uso indevido do cartão corporativo.

Frente às várias possibilidades de escolha de um processo material para representar esses gastos, "caíram na folia", no recorte (5), chama atenção. Essa forma de significar a realidade de mundo do escândalo descreve não somente o tipo de atividade realizado pela ministra Matilde e outros ministros, mas também constrói uma realidade de mundo peculiar a eles: esses ministros, literalmente, fazem pouco caso com o dinheiro público. A representação construída para o ministro da Pesca, Altemir Gregolin, nos recortes (6) e (7), mostra que suas atividades realizadas com o cartão não condizem com aquilo que se espera de um representante político. Suas irregularidades custaram um preço: 22.000 reais "torrados" do erário apenas no ano de 2007. No recorte (6), a descrição dessas atividades revela uma realidade de mundo digna de um turista rico a passeio pelo Rio de Janeiro: a escolha dos processos materiais "esbaldou", "passou o feriado", "pagou", "comeu" e "deu uma esticada" indicam isso. Ademais, os elementos circunstanciais têm um papel fundamental nessa representação, pois eles fornecem subsídios informativos relevantes para a construção dessa realidade de mundo; como, por exemplo, a circunstância de lugar "na cara churrascaria Porcão, a preferida das celebridades", que revela um lugar frequentado por poucos, em razão do alto preço.

Outra representação desse pouco caso com o dinheiro público ocorre no recorte experiencial (8). Nele, a realidade de mundo construída revela a boa vida que leva o ministro dos Esportes, Orlando Silva, com o uso do cartão corporativo. As experiências representadas mostram que o ministro tinha o costume de pagar almoços e jantares para seus convidados com o cartão, além de não se importar em pagar de uma só vez 460 reais em um único desses jantares. A seleção das circunstâncias de duração, "durante o ano todo", e de frequência, "de uma só tacada", reforça essa realidade de mundo, ao fornecer informações sobre as circunstâncias em que o ministro fazia uso dos benefícios do cartão.

Além dessas escolhas de léxico relacionadas ao campo semântico do conceito de gastar, outro recurso experiencial utilizado pelos jornalistas para a construção de uma realidade de atividades irregulares cometidas com os cartões são os elementos circunstanciais. Utilizados principalmente para oferecer informações adicionais ao fato descrito (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), esses elementos são fundamentais nas narrativas jornalísticas sobre o escândalo aqui investigado, visto que constroem, basicamente, o lugar, o tempo, a frequência e os motivos das atividades envolvidas no acontecimento.

(9). Eles (os cartões) [**Meta**] deveriam ser usados [**Processo Material**] por ministros e seus assessores [**Ator**] principalmente em viagens para pagar despesas imprevistas decorrentes do exercício do cargo [**Circunstância de propósito**]. Também serviriam [**Processo Material**] para que as repartições públicas tivessem mais flexibilidade para fazer compras que não precisam de licitação [**Circunstância de propósito**].

(10). Por lei [**Circunstância de fonte**], os cartões de crédito corporativos [**Característica/Meta**], adotados [**Processo Material**] pelo governo [**Ator**] em 2001 [**Circunstância de tempo**], para conferir mais transparência aos gastos dos funcionários públicos [**Circunstância de propósito**], servem [**Processo Relacional Identificativo**] para que seus portadores possam fazer face a despesas "esporádicas e emergenciais" [**Circunstância de propósito/Valor**].

Nota-se que em ambos os recortes são nos elementos circunstanciais de propósito que os jornalistas informam quando os cartões devem ser utilizados e sua funcionalidade para facilitar o exercício político. Visto que a recontextualização significa trazer elementos de uma prática para o contexto de outra, transformando-os e ressignificando-os, o modo como os jornalistas representam o escândalo nas escolhas de elementos circunstanciais diz muito sobre o posicionamento desse evento de corrupção no mundo das irregularidades, como exemplifica o seguinte recorte.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(11). [...] alguns ministros [Ator] usavam [Processo Material] os cartões [Meta] para pagar restaurantes chiques, botequins, docinhos e até artigos no free shop [Circunstância de propósito].

A circunstância de propósito acima sinaliza uma das principais funções dos cartões nas mãos de alguns ministros. Além disso, essa informação apresenta lugares onde esses ministros teriam feito uso de cartões. Acerca disso, vejamos os elementos circunstanciais de lugar nos recortes abaixo.

(12). Sozinho, torrou [Processo Material] 115.000 reais [Escopo] em 2007 [Circunstância de tempo] em supermercados, açougues e lojas de bebida, entre outros [Circunstância de lugar].

(13). Um dos assessores mais próximos de Lula, José Henrique de Souza [Ator], usou [Processo Material] o cartão [Meta] em açougues, supermercados, padarias, peixarias e lojas de bebidas [Circunstância de lugar].

(14). Mandou [Processo Material] o cartão [Meta] em hotéis cinco-estrelas, redutos da boemia carioca e paulistana e bares de todo o país [Circunstância de lugar].

(15). (o ministro dos Esportes, Orlando Silva) utilizou [Processo Material] o cartão corporativo [Meta] na Tapiocaria Maria Bonita [Circunstância de lugar].

As localidades apontadas nessas circunstâncias nem de longe representam lugares onde servidores públicos estejam utilizando o cartão para pagar despesas realizadas com compra de material e prestação de serviços, muito menos para despesas imprevistas decorrentes do exercício do cargo. Nos recortes (12) e (13), temos a representação de ações materiais de um assessor de Lula em suas funções de abastecer as despesas das residências do presidente. No recorte (14), por sua vez, é a ministra Matilde Ribeiro quem utiliza os benefícios do cartão, mas não para pagar contratação de serviços para o exercício político, mas sim para lazer próprio. No recorte (15), é outro ministro quem usufrui o cartão para satisfazer uma vontade pessoal: a compra de uma tapioca.

Acerca da revelação de valores gastos, outra forma de construir a realidade de corrupção é com elementos circunstanciais de tempo e de frequência, como podemos ver nos recortes abaixo.

(16) No ano passado [Circunstância de tempo], foram pagos [Processo Material] 78 milhões de reais em despesas feitas com cartões funcionais [Escopo].

(17) (...) dez colegas de Souza no Planalto [Ator] gastaram [Processo Material] nada menos que 3,7 milhões de reais [Escopo] em 2007 [Circunstância de tempo].

(18) No ano passado [**Circunstância de tempo**], todo esse pessoal [**Ator**] sacou [**Processo Material**] 58,7 milhões de reais em dinheiro [**Escopo**].

(19) (a ministra Matilde Ribeiro) no ano passado [**Circunstância de tempo**], torrou [**Processo Material**], em média, 14.300 reais [**Escopo**] por mês [**Circunstância de frequência**].

(20) Ao longo do ano passado [**Circunstância de tempo**], Souza [**Ator**] gastou [**Processo Material**] 115.000 reais com despesas aparentemente bem pouco emergenciais [**Escopo**].

Associadas aos processos materiais, essas circunstâncias revelam que os gastos eram realizados em abundância em curtos períodos de tempo. Nos recortes (16), (17) e (18), vemos que altos valores foram gastos no período de apenas um ano. No recorte (19), novamente, temos uma representação experiencial para a ministra Matilde Ribeiro: ela é agente do processo de gastar um valor muito acima daquele estipulado como uma média mensal para os cartões. Já no recorte (20) é o assessor de Lula, José Henrique de Souza, quem gasta um valor exorbitante durante o período de apenas um ano.

Por meio dessas análises, entende-se que as circunstâncias são recursos discursivos imprescindíveis à construção de um clima de desaprovação característico de escândalos políticos midiáticos (THOMPSON, 2002). Visto que nossas maneiras de experienciar o acontecimento são determinadas pelos modos como os jornalistas constroem narrativas para os fatos, essas escolhas de elementos circunstanciais, juntamente com os processos materiais e seus participantes, sugerem referências para nossa interpretação daquilo que aconteceu no escândalo. Convém ressaltar que essas escolhas revelam-se como opções sistêmicas de materialização do evento em termos de lugares, valores gastos e ações envolvendo os cartões e seus portadores.

Assim, essas escolhas abrem espaço para a construção de um discurso infamante, o qual expõe atividades que trazem descrédito para esses portadores de cartões, colocando em risco suas reputações. A respeito desses indivíduos, chama atenção as realidades de mundo construídas para três deles: a ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e os ministros da Pesca, Altemir Gregolin, e dos Esportes, Orlando Silva. Convém destacar que esses ministros são, conforme denomina Thompson (2002), as personagens do drama (*dramatis personae*); são eles os alvos das representações de mundo construídas; são suas ações que estão no centro do escândalo, daí porque fazer escolhas específicas para representar realidades de mundo particulares.

5. Comentários finais

Admitindo-se que toda representação é política (RAJAGOPALAN, 2003), discutimos neste texto o modo como jornalistas da revista *Veja* se valem de escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico para construir sistemas de conhecimento e significado para dois escândalos políticos ocorridos no contexto brasileiro. Nossos resultados de análise apontaram como as escolhas de transitividade são sempre motivadas pelos tópicos de situação de cada escândalo e que, além de descreverem aspectos das realidades de mundo dos escândalos, são nessas escolhas motivadas que a revista constrói um discurso infamante buscando uma resposta pública de desaprovação para os fatos e para os envolvidos. Uma vez que são os interesses políticos dos jornalistas, enquanto porta-vozes da revista *Veja*, que ditam os critérios de construção das representações, observou-se que os textos potencializam as irregularidades cometidas nos escândalos, produzindo, assim, uma excessiva visibilidade dessas infrações e de seus autores.

Uma vez que o espaço discursivo dado à revelação dos escândalos é preenchido por um discurso muito mais preocupado em criticar e condenar os acusados do que conscientizar seu público dos valores da política em uma sociedade democrática, a criação de novas formas de participação coletiva na política, com acompanhamento e vigilância atuante sobre as atividades que ocorrem no subcampo político, fica seriamente prejudicada. Em consonância com o diz Thompson (2002), acredito que essa forma de se construir a realidade social dos escândalos pode gerar uma gradual corrosão das formas de confiança social na política, recurso do qual a ação política depende para adquirir poder político. Entendo que a condenação dos fatos pode criar nos leitores um ceticismo e uma indolência, resultando no abandono destes leitores na participação crítica das formas de se fazer política no país.

Acreditamos que esta proposta de investigação teve êxito ao explorar em cada escolha sistêmica de transitividade e de léxico os modos particulares de representação dos escândalos, em que os jornalistas buscam fazer com que olhemos para cada evento de uma forma, e não de outra; não obstante saibamos que nosso *corpus* representa somente um pequeno recorte do modo como a revista *Veja* constrói sistemas de conhecimento e significado para escândalos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

EGGINS, Suzanne. *An introduction to Systemic Functional Linguistics*. 2. ed. London: Continuum, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. *Media Discourse*. London: Arnold, 1995.

_____. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FOWLER, Roger. *Language in the News: discourse and ideology in the press*. London: Routledge, 1991.

HALLIDAY, Michael A. K.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. *An introduction to Functional Grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

THOMPSON, Geoff. *Introducing Functional Grammar*. 3. ed. London: Routledge, 2014.

THOMPSON, John. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Trad.: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAN DIJK, T. A. *News as Discourse*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and practice: new tools for Critical Discourse Analysis*. New York: Oxford University Press, 2008.

REPORTAGENS

A farra dos cartões de crédito. *Veja*. Edição 2046, de 6/02/2008.

A república dos cartões. *Veja*. Edição 2047, de 13/02/2008.

Nocaute. *Veja*. Edição 1910, de 22/06/2005.

O PT assombra o planalto. *Veja*. Edição 1909, de 15/06/2005.

**ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A FÉ
NA CONTEMPORANEIDADE:
UM ENFOQUE: A JERUSALÉM COMO PALCO PROFÉTICO**

Uleidice Ferreira da Silva Rocha (FAFIA)

uleidicerocha@hotmail.com

Luciene Pinheiro de Souza (FAFIA)

lpsouza@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo visa a uma análise do discurso monoteísta na contemporaneidade diante do consumismo enfocando a perspectiva das três maiores religiões do mundo (Judaísmo, Islamismo e Cristianismo), que consideram Jerusalém um centro sagrado - capital espiritual. Além do mais serão abordados alguns relatos que destacam Jerusalém como um palco profético e relógio do mundo, como sinal para o fim dos tempos. A análise está voltada para o contexto sociocultural e religioso das três religiões mencionadas com ênfase a uma das funções da literatura: a função profética, a qual terá como base os fios ideológicos das profecias ocorridas no passado e as predições há tempos vindouras, de cada uma dessas religiões contidas em seus livros sagrados: *Bíblia*, *Tanakh* e *Alcorão*.

Palavras-chave:

Judaísmo. Islamismo. Cristianismo. Discurso. Literatura profética.

1. Introdução

Este trabalho faz uma abordagem acerca da fé na contemporaneidade com foco nas três maiores religiões monoteístas do mundo (islamismo, cristianismo e judaísmo), as quais se consideram procedentes do patriarca Abraão, cujas profecias de seus livros: *Alcorão*, *Bíblia Cristã* e *Tanakh* se voltam em predições para Jerusalém como cidade sagrada.

Propõe uma análise do discurso voltada para o contexto sociocultural e religioso, com ênfase à literatura profética, tendo como base teóri-

ca alguns estudiosos como: Foucault (1996), Bakhtin (2006), Cisalpino (1994), Dolinger (2009), Blainey (2012), e outros. Para tanto, vale-se de citações de alguns princípios dogmáticos respeitados por cada uma dessas religiões e de determinadas profecias contidas em seus livros sagrados, os quais contribuem para delinear a trajetória desta análise.

Esta pesquisa se organiza por partes. Primeiramente, elucida a respeito da religião no cenário mundial atual. Na segunda parte, explana acerca do discurso de fé do Islamismo, do Cristianismo e do Judaísmo; na terceira, descreve sobre algumas profecias dos livros traçando um panorama entre essas, no que concerne a concordâncias e diferenças; e para finalizar, apresenta Jerusalém como palco profético e o cumprimento de algumas profecias, além de analisar as diferentes vozes dos discursos da linguagem profética dos livros sagrados três religiões monoteístas supracitadas.

2. *A religião e os reflexos da sociedade atual*

Atualmente, a religião se encontra exposta a um contexto de transformações sociais, em decorrência da globalização. Com os avanços tecnológicos relacionados à tecnologia da informação, um novo cenário mundial tem sido traçado, permitindo o intercâmbio e a difusão cultural. Desse modo, é proporcionado o acesso com maior facilidade à troca de informações sobre as novas descobertas mundiais, com a obtenção de conhecimento científico mais apurado, tornando-se evidente um mundo permeado de significativas mudanças de conceitos outrora focado. Assim, esse impasse enfrentado pela religião a enfraquece, tirando-lhe a sustentabilidade milenar, visto que por muito tempo os dogmas religiosos determinaram “a vida política, social, econômica, cultural e moral das sociedades.” (SILVA, 2007, p. 63).

Balizado nesse processo de mudança global, caracteriza-se um quadro em que as posturas dos discursos teológicos tradicionais, em defesa de seus princípios dogmáticos, sofrem impactos externos. Nessa somatória, fica visível a necessidade do diálogo entre as religiões. Por isso, evidencia-se um quadro de possível revisão de conceitos religiosos tradicionais, impostos outrora como princípios irrevogáveis em resposta a um novo parâmetro mundial que descortina novas informações plausíveis de quebra de paradigmas religiosos, suscitando, assim, indivíduos mais conscientes.

Villasenor (2011, p.11) assegura “A religião sofre o impacto da nova mentalidade pós-moderna. Ela deixa de ser dominada pela tradição de um povo ou de uma comunidade para se tornar objeto de escolhas e gosto do indivíduo”.

Desse modo, o indivíduo busca dentro de si mesmo a legitimidade de sua fé, além de procurar por novas experiências religiosas. *Com essa nova dinâmica*, convém destacar que devido ao contato rápido com povos, em qualquer parte do mundo, a troca recíproca de conhecimentos sobre as culturas oportuniza o diálogo universal entre as religiões.

Segundo Teixeira (2003, p. 22), “Nessa perspectiva as tradições são colocadas diante de uma dupla opção: a recusa do engajamento discursivo e da comunicação ou abertura dialogal.”

Dessa forma, num contexto em que as religiões não têm mais como estabelecer fronteiras, surge para os mais otimistas, uma nova esperança na busca pela paz. Em que “[...] a linguagem poética da fé poderá ser respeitada como experiência construtiva e prazerosa [...]” (SILVA, 2007, p. 64). Assim, pode-se sublinhar um novo panorama, numa expectativa de que dias melhores possam vir, apesar de certas circunstâncias políticas, econômicas e principalmente religiosas, propiciarem intolerância. Dias esses, que poderão ser provocados pelo diálogo inter-religioso em busca de compreensão mútua, conscientização e empenho, numa visão de que a verdadeira religião é, sobretudo, o amor, no entanto, de forma respeitosa, pois, não se trata de rompimento com os dogmas da tradição religiosa, e sim da busca por um diálogo balizado em prol da singularidade do outro, contudo, numa visão de unimultiplicidade.

3. Discurso monoteísta: as três maiores religiões do mundo

O cenário da sociedade pós-moderna propicia a reflexão acerca do discurso de fé das três maiores religiões monoteístas do mundo: o Judaísmo, o Islamismo e o Cristianismo; estando Jerusalém assinalada pelo respeito aos lugares santos, sendo palco de visitação de judeus e cristãos de todo o mundo. É também um dos locais sagrados para os muçulmanos, apesar dos conflitos territoriais com os judeus.

Conforme assegura Carroll (2013, p. 9), “Os três monoteísmos de Jerusalém estão assim aninhados num presente perene, uma zona tempo-

ral em que o passado nunca é bem passado e o futuro está sempre ameaçado de irromper”.

Nessa análise do discurso é importante explicitar acerca da fé dessas três religiões monoteístas, e alguns dos seus preceitos dogmáticos, com olhar para Jerusalém.

Na perspectiva do cristianismo, segundo a bíblia, no livro de Hebreus 11:1, a fé significa “[...] a certeza do que esperamos, convencidos das coisas que não vemos”.

Entre adeptos da *Bíblia Cristã* há os que acreditam: na Trindade: Deus é um só, mas existem três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. De acordo com a palavra, Jesus Cristo foi enviado por Deus para a salvação, através da sua morte expiatória na cruz pelos pecados da humanidade; na justificação pela fé; na existência do inferno e punição eterna; na ressurreição dos mortos; no milênio; na vida eterna; na existência de anjos; na revelação da bíblia e em suas profecias, e outros.

Para a teologia judaica, a fé em Adonai é essencial, sendo de suma relevância para os judeus a conduta de uma pessoa.

Segundo Dolinger (2009 p. 44),

No judaísmo acreditamos com convicção que toda pessoa humana que respeita o Monoteísmo, que respeita a vida, o patrimônio e a família do alheio, bem como a vida animal (vedação de se alimentar de partes retiradas do animal em vida) e que colabora na constituição de cortes de justiça, tem parte no Olam Habah, no mundo do porvir.

Os judeus creem que D’us enviou profetas ao longo dos tempos, e as palavras dos profetas prevalecem sendo guiadas pelo *Tanakh*, as três partes da *Bíblia* hebraica, que se divide em: *Torah* (Lei, Ensino), *Nevi'im* (Profetas) e *K'tuvim* (Escritos). Eles se reúnem nas sinagogas para o culto, realizado por rabinos; “[...] guardam o sábado (shabat) como dia sagrado” (CISALPINO, 1994, p. 52). Também se reúnem no muro das Lamentações, onde todas as sextas-feiras liberam suas preces, choram a destruição de Jerusalém. Um local sagrado para os judeus e cristãos de todo o mundo, onde as preces escritas em papéis são colocadas nas fendas.

Quanto aos muçulmanos, a base de sua fé é a obediência ao profeta Mohammad (Maomé) e a crença: em Deus (Allah) – o único merecedor de adoração; na vida após a morte e no dia do juízo; nos anjos; na escritura revelada (*Alcorão*); no final dos tempos; no Decreto Divino; cren-

ça em todos os profetas de Deus, sem distinção. (LIGA ISLÂMICA, 2012)

Vale notar que, mesmo tendo alguns laços comuns com o judaísmo e com o cristianismo, principalmente concernente ao monoteísmo, segundo os muçulmanos, Allah (o nome de Deus no islamismo) deu a missão ao profeta Maomé para “[...] corrigir os erros de interpretação de textos e revelações enviadas aos judeus e aos cristãos”. (CISALPINO, 1994, p.48)

Esse autor relata também que, atualmente a cidade de Jerusalém (em território controlado por Israel) é um exemplo de proximidades históricas e culturais.

As três grandes religiões do mundo são classificadas como oriundas de Abraão. Cada qual tem seu livro sagrado, resguardados por seus fieis como revelação divina. São eles: o *Alcorão* (muçulmanos), a Bíblia (cristianismo) e o *Tanakh* (Torah, Profetas e escritos). Também são identificadas como religiões monoteístas por crerem em único Deus. Os muçulmanos o chamam de Allah; os cristãos o chamam de Deus - sendo três pessoas da trindade: Pai, Filho (Jesus/Yeshua) e Espírito Santo; os judeus o chamam de Adonai (o Eterno), ou de HaShem.

Para se compreender melhor essa questão referente às três religiões serem advindas de Abraão, serão apresentados a seguir, dados que respaldam tal colocação.

3.1. O Monte Moriah

De acordo com Nicolaevsky (2010)⁵¹, mentor do Cafetorah (Notícias de Israel), “O Monte do templo é o lugar religioso de maior importância no Mundo para judeus e cristãos, e de acordo com a tradição muçulmana, o terceiro lugar em importância para o mundo islâmico”. Também relata que para a fé judaica o monte Moriah é o local mais sagrado que existe no mundo por fazer parte de um contexto bíblico histórico onde o pai da fé, Abraão, levou seu filho Isaque para ser oferecido em sacrifício a Adonai, mas foi impedido por um anjo que indicou um carneiro como oferta em substituição (Gn 22:2-13). Esse monte remete em alusão

⁵¹ Miguel Nicolaevsky é diretor e editor geral do Cafetorah - Notícias de Israel. <<http://www.cafetorah.com/porta/Editorial>>

ao antigo templo pelos judeus e cristãos e Nobre Santuário – local sagrado para os muçulmanos. Está situado na região da cidade velha, em Jerusalém – Israel, e no local os muçulmanos construíram no século VII, os templos sobre as rochas: a mesquita de Al Aqsa e o Domo da Rocha, referindo-se a ascensão de Muhammad ao paraíso (uma visão em um sonho de Maomé).

Para os cristãos, no novo testamento da bíblia, há relatos de milagres e ensinamentos de Jesus no templo de Jerusalém, que foi reconstruído depois, sendo destruído em 70 E.C pelos romanos. Resta apenas o muro ocidental, conhecido como Muro das Lamentações, local de peregrinação dos judeus de todo o mundo e visitado por pessoas de outras nações. Nesse local, segundo a tradição judaica, será construído o terceiro e último templo, nos dias do Messias (NICOLAEVSKY, 2010). Devido a essas circunstâncias, o Monte do templo é alvo de controvérsias.

Em meio a esse contexto, faz-se necessário fazer uma abordagem sobre as vozes dialógicas subjacentes nas revelações encontradas nos livros, representantes das três crenças religiosas.

3.2. A revelação divina dos livros

As três maiores religiões monoteístas do mundo concordam entre si que seus livros sagrados foram escritos devido à revelação divina. Nesse âmbito pode-se constatar que, no *Tanakh* e na Bíblia Cristã, Abraão é o patriarca, pai de Isaac – filho da promessa de Deus – cuja mãe é Sara, e também pai de Ismael - filho de Agar – a serva de Sara. Conforme está escrito na Bíblia, em Gênesis 17: 1-4, “Adonai apareceu a ele (Abraão) e lhe disse: [...] Você será pai de várias nações.”

Entretanto, dando continuidade a esse discurso, conforme Gnika (2006, p. 157) segundo o *Alcorão*, Isaac não é o filho que Abraão quer sacrificar, mas sim Ismael, o filho de Agar. Ele também salienta que tanto o cristianismo quanto o islamismo só tiveram acesso a Abraão mediante a Bíblia do judaísmo e que seguramente o cristianismo tem relações mais estreitas com o judaísmo do que o islamismo.

Estudos demonstram que o cristianismo, através do seu livro sagrado, apresenta sinais claros fazendo menção no Novo Testamento sobre os escritos do Antigo Testamento, apropriando-se de suas crenças, e declaram que Jesus Cristo (Yeshua), quando nasceu da virgem Maria

houve o cumprimento de profecias reveladas a profetas do Antigo Testamento, ocorrendo uma Nova Aliança, que “foi dada como *Torah* com base em melhores promessas”. STERN (1998, p. 56)⁵²

É importante destacar que se pode perceber no *Alcorão*, a ocorrência de intertextualidade, entre os seus escritos com os escritos contidos no *Torah* e Evangelho, embora haja considerações diferentes nesta proximidade. Por exemplo, o *Alcorão* demonstra que seus escritos são uma mensagem de Allah (o derradeiro dos profetas) para o homem, e faz menção de revelações divinas citando a *Torah* os Salmos e o evangelho. Assim diz o *Alcorão* 3: 2-4:

Allah! [...] Ele te revelou (ó Muhammad) o Livro com a verdade, corroborante dos anteriores, assim como havia revelado a Tora e o Evangelho, anteriormente, para servir de orientação aos humanos, e revelou ainda o Discernimento [...].

O *Alcorão* também narra quando Deus se manifestou a Moisés na sarça ardente; texto narrado na bíblia em Êxodo 3. Nesse assunto, Gnlika (2006, p. 89) assegura, “É verdade que também no *Alcorão* se fala de Moisés junto à sarça ardente, mas a história torna-se totalmente transparente com vista à vocação Maomé. [...]”.

Além disso, o Corão descreve Jesus de forma respeitosa, afirmando que Ele foi instruído por Deus e fortalecido pelo Espírito Santo; considerando-o apenas como um profeta enviado por Deus, não o reconhecendo como o Cristo. “Em seu livro sagrado, o Corão, “Jesus o Nazareno” é mencionado quatorze vezes e descrito como um profeta notável, embora não tão sábio quanto Maomé [...]” (BLAINEY 2012, p. 93). Desse modo, na visão religiosa dos Islâmicos, Deus escolheu e enviou cada mensageiro, em várias épocas, para ensinar e transmitir a Sua Divina mensagem à humanidade.

Em meio a um discurso de aproximação entre essas três crenças, é perceptivo o surgimento de grandes divergências.

Nas palavras de Bakhtin (2006), é nessa dinâmica ideológica que a interação verbal ora reflete, ora refrata a realidade. Cada religião, em suas respectivas tradições, depende das revelações de seus livros sagrados para o cumprimento das profecias. Conforme afirma Carroll (2013, p. 11)

⁵² David H. Stern traduziu a “Bíblia Judaica Completa”, do original para o inglês.

Os cultos de Jerusalém deixam claro que todas as tradições do livro dependem de uma revelação por vias indiretas, de um saber incognoscível e por isso cada uma delas pode distanciar-se da verdade ou alcançá-la promovendo tanto a intolerância, quanto as boas relações, tanto a discórdia quanto a paz.

3.3. Divina revelação e exclusivismo religioso: um paradoxo

O judaísmo, o cristianismo e islamismos, mesmo tendo certa proximidade em seus escritos religiosos, dado seus fundamentos em Abraão e terem unanimidade quanto à crença em adorar um único Deus, sustentam certo exclusivismo religioso até os dias atuais, acentuando ao longo dos tempos divergências religiosas, guerras e mortes. Como exemplo pode-se citar, conforme Dolinger (2009, p. 40)⁵³ a situação da Igreja Católica em que ao longo dos anos sustenta que fora dela não há salvação. Enquanto que os muçulmanos sustentam que todos aqueles que não seguem sua crença são infiéis.

Para complementar essa abordagem, outros autores assumem uma postura mais otimista, como é o caso de Vailatti que assegura que para o *Alcorão*, o Deus dos muçulmanos e o Deus da Bíblia Hebraica são o mesmo Deus; que os escritos do *Alcorão* reconhecem *Tanakh* como livro sagrado; o que propicia “substancialmente para o diálogo e para uma maior proximidade entre estes dois ‘povos do livro’”. (VAILATTI, 2012, p. 6). Entretanto, o que se pode observar no contexto histórico, político e religioso atual é ausência de paz entre esses dois povos: israelenses e palestinos.

Vale ressaltar que essas religiões monoteístas se afastam da paz quando se engajam em seus dogmas, estando por muitas vezes, ao longo dos séculos, em destaque nas conquistas territoriais exclusivistas e sangrentas, em nome de sua verdade e do seu único Deus, apresentando como implicativos de defesa a concepção profética, deixando-se levar à intolerância religiosa.

Segundo Locke (*apud* DOLINGER, 2009, p. 41): “Se podemos abertamente falar a verdade, como deve ser entre um homem e o outro, nem o pagão, nem o maometano, nem o judeu deve ser excluído dos di-

⁵³ Jacob Dolinger - Professor de Direito Internacional Privado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Professor Visitante da Universidade de Miami - Conferencista da Academia de Direito Internacional de Haia.

reitos civis de uma nação devido à sua religião. O *Evangelho* não comanda tal coisa. [...]”

3.4. Olhares a respeito do Messias, da ressurreição e do juízo final

Numa abordagem mais ampla, o islamismo, o cristianismo e o judaísmo pregam que há ressurreição após a morte; e que ocorrerá o milênio e o juízo final, tendo Jerusalém como um palco profético.

O cristianismo defende que Jesus Cristo é o Messias filho de Deus, gerado pelo Espírito Santo e nascido em uma virgem. Crê na morte expiatória dele; que o mesmo ressurgiu entre os mortos; em Sua gloriosa ascensão aos céus (CARVALHO et al; 2012, p. 60); e também no milênio e juízo final. Entretanto, é pertinente ressaltar que, embora os cristãos creiam no milênio existem algumas correntes que divergem em seus discursos teológicos.

Retomando a linha de raciocínio, o reinado milenar do Messias, também é um evento aguardado pelos judeus, embora muitos deles “[...] não creem que Jesus foi o Messias, o filho de Deus, que ressuscitou entre os mortos”. (CARVALHO et al, 2012, p. 59). Para eles, D’us é espírito, não há trindade e ninguém pode vê-lo. Por se basearem em profecias do *Tanakh* muitos judeus aguardam a chegada do Messias, com as promessas da restauração do reino judaico; conforme registros de Isaías 11:5: “A justiça será o cinto em sua cintura, a fidelidade, a faixa em torno de seus lábios”.

Outro aspecto importante a se averiguar nesse assunto, está relacionado à ressurreição dos mortos e ao juízo final, como estão descritos nos dizeres seguintes:

Porque o mesmo Senhor descerá do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com trombetas de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. (*Bíblia Cristã* – I Tes. 4: 16).

E a trombeta será soada: e aqueles que estão nos céus e na terra espiarão, com exceção daqueles a quem Deus queira conservar. Logo será soada pela segunda vez e ei-los ressuscitados, pasmados (*Alcorão Sagrado* 39: 68).

E instalaremos as balanças da justiça para o Dia da Ressurreição [...]. (*Alcorão* 21: 47)

De acordo com Isabelle (2010)⁵⁴, na crença islâmica, após o fim do mundo os mortos serão ressuscitados por Deus e prestarão contas de todos os seus atos em quanto viveram na terra. Os que forem aprovados entrarão e ficaram eternamente no paraíso, enquanto que os que adentrarem no inferno ficará por um tempo lá, a fim de pagar por suas más ações; depois, pela misericórdia de Deus, entrarão no paraíso.

Assim sendo, “Para os muçulmanos, o Paraíso e Inferno serão as moradas finais para os crentes e os condenados após o julgamento.” (UNIÃO ISLÂMICA, 2012). Enquanto que nos pressupostos da fé cristã se evidencia a crença da existência do céu e do inferno, crendo “no juízo vindouro, [...] no novo céu, na nova terra, na vida eterna de gozo para os fiéis e na condenação eterna para os infiéis. (CARVALHO et al; 2012, p. 60-61)

Quanto ao judaísmo, “[...] Algumas correntes acreditam na reencarnação, outras na ressurreição dos mortos.” (NASCIMENTO, 2004)

4. Jerusalém como palco profético e algumas profecias dos livros

4.1. Cumprimento de profecias

4.1.1. A Porta Dourada

A cidade velha de Jerusalém é rodeada por uma muralha antiga, e nela está cravada a “Porta Dourada” que fica próxima ao Monte do templo - o centro histórico e espiritual dessa cidade. “O termo dourado é devido ao vão da porta ter sido fechado com o mesmo tipo de pedra da muralha, que por sua coloração amarelada, reflete com intensidade os raios do sol nascente, uma vez que ela se localiza no lado oriental”. (GUIMARAES, 2012)

A “Porta dourada” é chamada na bíblia de ‘a Porta leste’. Segundo discernimento de profecias bíblicas, Yeshua entrará novamente no Monte do Templo, através da Porta leste, atravessando o Vale do Cedron, como fez quando ainda estava em missão na terra (visão cristã). Essa porta dava acesso direto ao pátio do santuário e posteriormente ao lugar Santís-

⁵⁴ Sami Isabelle é o autor dos livros "Islam: a sua crença e a sua prática" e "O Estado islâmico e a sua organização" e diretor do departamento educacional e de divulgação da Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro (SBMRJ - <http://www.sbmj.org.br/>).

simo, onde apenas o sumo sacerdote judeu, podia entrar uma vez por ano para fazer expiação pelos pecados de Israel.

Assim, no *Tanakh* e na Bíblia Cristã, o profeta Ezequiel descreveu que o Messias entraria na porta leste tendo acesso ao templo. Para alguns estudiosos trata-se do terceiro templo que está para ser reconstruído. “A glória de Adonai entrou na casa através da porta leste.” (EZ. 43:4). Também diz o profeta, que a Porta leste seria selada, sendo preservada para a entrada triunfal do Messias. Como relata as escrituras:

Esta porta permanecerá fechada, não será aberta, e ninguém passará por ela; porque *Adonai*, o Deus de Ysra’el, passou por aqui. Portanto ela deve ser mantida fechada. Somente o príncipe, [...] entrará pelo vestíbulo da porta e sairá pelo mesmo caminho. (EZ. 44: 2-3)

Mediante essa perspectiva história e profética, pode conferir que nos dias atuais a “Porta dourada” se encontra lacrada; e segundo a tradição judaica, os judeus aguardam o cumprimento dessa profecia de Ezequiel.

Outro fato interessante relatado numa reportagem feita pela Revista *Veja* (11/12/2011) diz que: “o lado ocidental do Monte das Oliveiras está cheio de túmulos de milhares de judeus, cuja tradição afirma que nesse lugar começará a ressurreição, após a vinda do messias”. Uma palavra profética que também aguarda o dia do cumprimento, dado que os judeus almejam por Sião.

Também, conforme a reportagem, “Os dois cemitérios em Jerusalém têm grande importância histórica e social – o judeu data do século XIV d. C e o muçulmano, de acordo com a crença local, de VII d. C.” (VEJA 11 dez. 2011[online]) E por isso esses lugares são palco de atritos entre eles.

Outro fato acentuado diz respeito à chegada do Messias a Jerusalém, referente à outra profecia bíblica constatada no livro de Zacarias (14: 4-9 a) que ainda não se cumpriu, predizendo:

Naquele dia, seus pés prevalecerão sobre o monte das oliveiras, a leste de Yerushalayim (Jerusalém); e o monte das oliveiras será fendido ao meio, do leste para o oeste, formando um grande vale [...] fugiram por causa do terremoto [...] E Adonai reinará sobre o mundo todo.

4.1.2. *Algumas profecias do profeta Muhammad*

Segundo citação feita no site da “União Nacional Islâmica”, pelo menos 160 profecias do profeta Muhammad foram cumpridas no decorrer da sua vida e na primeira geração depois dele. O site menciona algumas profecias, entre elas, a de que o Profeta profetizou dizendo que após a sua morte Jerusalém seria conquistada pelos muçulmanos; sendo cumprida quando, “Em 638 o Califa muçulmano Umar I, entrou em Jerusalém” - conforme relatos a Enciclopédia Britânica. Também aponta que existem pelo menos 28 profecias adicionais que aguardam cumprimento, com prenúncios para o fim dos tempos.

De acordo com o escritor Blainey (2012, p.91), após três anos da morte de Maomé, Beirute e Damasco foram capturadas pela cavalaria muçulmana, porém Jerusalém, que era defendida pelas forças bizantinas, foi rendida em 638. A igreja do Santo Sepulcro – santuário cristão, tida como o local do sepulcro de Cristo, permaneceu. No espaço em que antes havia o grande templo dos judeus foi construída uma mesquita islâmica, a Cúpula da Rocha. Durante 11 dos 13 séculos seguintes, Jerusalém permaneceria em posse dos muçulmanos.

Esse episódio histórico, citado acima, dá margem para aqueles que discernem que há indício de um sinal visível do cumprimento dessa profecia, dita pelo profeta Muhammad.

4.2. A criação do o Estado de Israel: um cumprimento de profecias bíblicas

Theodore Herzl, um sionista judeu, político e jornalista de origem austro-húngara publicou em 1896, como obra propulsora o livro: “Estado Judaico”, no qual preconizava o retorno do povo judeu à sua terra, visando à restauração do estado judaico.

Faingold (2010) relata as palavras de Herzl, dizendo:

Segundo ele, “a questão judaica existe em todo lugar em que os judeus vivem, por menor que seja seu número”. [...] “Compreendo o antisemitismo, que é um movimento complexo. Em minha qualidade de judeu, encaro este movimento sem ódio e sem medo. Para resolver a questão judaica é preciso transformá-la numa questão política universal, regularizada pelos conselhos dos povos civilizados”.

Os escritos de Herzl foram de grande repercussão, pois em 1917, a Grã-Bretanha com a Declaração de Balfour, declarava o governo de Sua Majestade favorável ao estabelecimento de “um lar nacional para os judeus na Palestina” (CHEMIRIS, 2002, p. 3). Esse fato foi consumado em 1947 quando a ONU repartiu o território da Palestina em regiões entre judeus e árabes, ocasionando a primeira guerra entre eles.

Nesse assunto, também vale observar a questão da criação do Estado de Israel numa perspectiva profética, por contribuir para a consolidação da análise discursiva deste artigo. Dado que se pode correlacionar o texto escrito pelo profeta Isaías 60:8, “Quem são estes que voam como nuvens, como pombas em direção ao pombal?” há uma linguagem conotativa, por ser notório que esse versículo dá margem a plurissignificação, pois, ao contextualizar os dizeres: “voam como nuvens” podem ser subentendidas como “voam de avião”; e “em direção ao pombal”, pode tipificar o retorno dos judeus a sua terra de origem.

Para se compreender melhor esse discurso, em 1948, com a criação do Estado de Israel, judeus de diversas partes do mundo passaram a retornar para sua terra prometida. E novamente, dá a entender o cumprimento de profecias do livro de Isaías 43:6 e 9: “Trarei meus filhos de longe, e minhas filhas desde os confins da terra, [...] Quem, dentre eles, pode anunciar e revelar o que aconteceu no passado?”

Outro fato profético a se considerar, diz respeito ao discurso do primeiro ministro de Israel, Benjamim Netanyahu, na Assembleia Geral das Nações Unidas, no 1º dia de Outubro de 2013, quando ele explana sobre o Estado Judeu, a relação entre Palestina e Israel e a iminente do ataque do Irã. Já quase no final de discurso, ele afirma que:

No nosso tempo estão sendo cumpridas as profecias bíblicas. Como disse o profeta Amós [9:14-15]. Eles construirão de novo as cidades que estavam em ruínas e morarão nelas. [...] Plantarei o meu povo na terra que lhes dei, e eles nunca mais serão arrancados dali. (BENJAMIM NETANYAHU, 2013)

Ao finalizar, Netanyahu disse em hebraico: “Senhoras e senhores, o povo de Israel voltou para casa para nunca mais ser arrancado dela novamente.”

Dentro dessa dialética, ainda numa análise profética com base num contexto histórico, político e religioso, é extremamente relevante visualizar outro aspecto, agora referente aos muçulmanos. Eles reivindicam Jerusalém com embasamento numa passagem de seus ensinamentos, que menciona uma mesquita distante. “Glorificado seja Aquele (Allah) du-

rante a noite, transportou o Seu servo, tirando-o da Sagrada Mesquita (em Makka) e levando-o à Mesquita de Alacsa (em Jerusalém). Cujo recinto bendizemos, [...]” (17ª SURATA).

Nesse caso, é importante salientar que não há como negar aos judeus a formação de um Estado, por acreditarem ter direito histórico e sagrado sobre a Palestina. Em uma análise histórica, eles foram expulsos de sua terra sendo dispersos para outros países, com as diásporas judaicas. Contudo, de acordo com Chemiris (2002, p. 70) deve-se atentar também que os árabes se encontram há mais de um milênio em territórios da Palestina, e por isso, também lutam por seus diretos.

Trata-se assim, de confrontos que geraram mortes e retaliações ao longo dos séculos, e que infelizmente, até os dias atuais, tem sido difícil apaziguar essa disputa.

4.3. Vozes do discurso

É interessante considerar as vozes que se instalam num discurso, e que ressoam de formas distintas. Por exemplo, Brait (1999, p. 24), reflete sobre abordagens do pensador Bakhtin, a respeito das “relações de sentido de diversos enunciados, implicando um caráter dialógico, na medida em que os sentidos estão distribuídos entre diferentes vozes”.

Essas colocações permitem conjecturar acerca do valor do discurso dialógico na religião e da importância de se atentar para as dimensões das vozes do discurso que propiciam a comunicação, uma vez que um mesmo assunto pode se expandir em distintas vozes, podendo assim, assumir posturas interpretativas diferenciadas. Por isso, um texto não pode ser analisado isoladamente. Assim, “Cabe à análise do discurso localizar os recursos linguísticos e não linguísticos da combinação e transmissão das vozes discursivas, [...]”. (BRAIT, 1999, p. 25).

Dessa forma, a interpretação de cada discurso profético mencionado pelas três religiões monoteístas, dependerá da “visão de mundo” de cada indivíduo que terá contato ou acesso às profecias dos livros sagrados. Sendo complacente considerar, o contexto histórico e sociocultural em que o texto profético foi construído, buscando identificar qual a intenção da voz profética liberada e quais as predominâncias figurativas dos escritos, que poderão viabilizar o dialogismo entre os discursos.

4.4. A linguagem profética dos livros

Para melhor compreensão da linguagem profética apresentada nos fragmentos proféticos dos livros sagrados dessas três crenças, também é relevante examinar a importância do discurso apresentado entre os interlocutores.

Segundo Foucault (1996, p. 24), “[...] uma mesma e única obra literária pode dar lugar, simultaneamente, a tipos de discursos bem distintos [...]”.

Seja qual for o discurso, para que seja sustentado como tal, na sociedade, passará por alguns procedimentos que estabelecerá princípios de limitação ao ser produzido, qualificando-o, através, por exemplo, de princípios teóricos e outras exigências. Dessa forma, “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início qualificado para fazê-lo”. (FOUCAULT, 1996, p. 37)

Brandão ([s./d.], p. 2) assevera que “[...] todo discurso produz sentido que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem”.

Nessa linha de pensamento é relevante ressaltar que, “O objetivo da linguagem é expressão, [...] a religião também possui seu jeito específico de comunicar.” (SILVA, 2007, p. 50). De acordo com essa autora a comunicação da religião é simbólica por girar em torno do sobrenatural.

Ainda nesse procedimento discursivo, pode-se constatar que as profecias dos textos sagrados do *Alcorão*, da Bíblia e do *Tanakh* apontam para uma linguagem conotativa utilizada principalmente em textos literários. Mesmo, às vezes, valendo-se de expressões metafóricas, as mensagens são discernidas como verdadeiras para os adeptos de cada crença. Trata-se de escritos sagrados cuja interpretação levou aos fundamentos das doutrinas religiosas, que dão sentido à vida de seus fieis. Assim, “As produções textuais religiosas preservadas até a atualidade, são tidas como verdadeiros tesouros da literatura mundial, por trazerem vestígios de culturas antigas e por sua riqueza literária”. (SILVA, 2007, p. 48).

Além do mais, vale destacar as ideologias religiosas presentes em algumas narrativas proféticas trazidas nesses livros sagrados, que já se cumpriram ou ainda estão na predição, dando ênfase à função profética, em que o escritor prevê o futuro com quase absoluta exatidão. Nesse contexto literário, também é coerente dizer sobre a função sinfônica ou sin-

tonizada e a função perenizadora. Na primeira função, a literatura possibilita a restauração de emoções ocorridas no passado, perceptíveis em atitudes inerentes às três religiões monoteístas abordadas neste artigo. Por sua vez, na segunda, a literatura gera desejo de sobrevivência ao tempo, em que o indivíduo busca ultrapassar os limites do espaço e tempo; característica também notada entre essas três crenças, uma vez que seus adeptos acreditam na vida após a morte e na ressurreição, e, constantemente, avigoram trazendo à existência a memória de seus profetas iluminados.

5. *Considerações finais*

Em virtude da fé e dos dogmas religiosos, decisões são tomadas no mundo inteiro, desde tempos longínquos, podendo ser benéficas ou maléficas à humanidade. Muitos, em defesa de sua fé, aceitam morrer, matar seu semelhante, guerrear, massacrar e torturar inúmeras pessoas. Há também os que utilizam o poder da religião para controlar o outro, em nome do seu deus (ou deuses). Contudo, perante o contexto atual vigente, voltado para a globalização e ao acesso facilitado das informações, é perceptível o mesclar cultural entre as religiões, viabilizando mudanças de conceitos preestabelecidos, e esperança de dias de paz.

Assim essa análise do discurso foi construída, balizada em descrições voltadas para questões ideológicas das três maiores religiões monoteístas do mundo (islamismo, cristianismo e judaísmo), que constata o contexto sociocultural, político e religioso, numa perspectiva profética, e que remete principalmente à função da literatura profética, ao serem citadas no decorrer deste trabalho algumas profecias da Bíblia, do *Tanakh* e do *Alcorão*.

Considerando que a natureza humana tem necessidade de estabelecer comunicação com Deus e por isso busca estabelecer seus alicerces de fé e que existem mistérios neste mundo e forças sobrenaturais, explicadas por livros sagrados, teorias e profecias, que de alguma forma podem intervir em nosso viver, torna-se complexo argumentar fatos visíveis. Logo, é singular ressaltar que, não parece haver como negar que muitas profecias destacadas por essas religiões demonstram ter sido cumpridas ao longo dos séculos, ainda que por vias indiretas, sinalizando Jerusalém como um palco profético - um indicativo para a humanidade, metaforizando como um relógio do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL ISRÁ – A viagem noturna. *Alcorão Sagrado*: 17ª Surata, p. 239-275. Disponível em: <http://www.ligaislamica.org.br/alcorao_sagrado.pdf>. Acesso em: 12-07-2014

As profecias de Muhammad. Disponível em: <<http://www.uniaoislamica.com.br/index.php?r=conteudo/view&id=515>>. Acesso em: 11-07-2014

ANDRADE, André. *Discurso de Benjamim Netanyahu na ONU*, em 01 out. 2013. Legendas: André Andrade. Publicado em 13 /10/2013 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EBnRYxh-Luw>>. Acesso em: 16-07-2014

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRANDÃO, Helena. *Análise do discurso*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/brand001.pdf>>. Acesso em: 14-07-2014

BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: FIORIN [Orgs.]: *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999.

BÍBLIA. Português. *Bíblia judaica completa*: Tanakh [AT] e a B'rir Haddashah [NT]. Tradução do original para o inglês: David H. Stern; tradução do inglês para o português: Rogério Portella e Celso Eronides Fernandes. São Paulo: Vida, 2010.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do Cristianismo*. 1. ed. São Paulo: Fundamento, 2012.

CARROLL, James. *Jerusalém, Jerusalém*. Como a história da antiga cidade sagrada para as três grandes religiões deu origem ao mundo moderno. 1. ed. digital. São Paulo: Cultrix, 2013. Trad.: Euclides Luiz Calloni e Cleusa Margô Wosgrau. Google acadêmico: JCarrol-2013-books.google.com

CARVALHO, Agnaldo et al. Principiais religiões mundiais. In: _____. *Defenda sua fé: religiões e religiosidade*. São Paulo: Cristã Evangélica, 2012.

CONHECENDO o Alcorão Sagrado. CDIAL – Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, São Paulo, 09-02-2010. Disponível em:

<http://www.islambr.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68&Itemid=60> Acesso em: 02-07-2014

CEMITÉRIO de Jerusalém Oriental viram alvos de luta por soberania. *Veja Internacional*, 11 dez. 2011. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/cemiterios-de-jerusalem-oriental-viram-alvos-de-luta-por-soberania>> Acesso em: 09-07-2014

CHEMERIS, Henry. *Os principais motivos que geraram os conflitos entre israelenses e árabes na palestina (1897-1948)*. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <www.pucrs.br/ffch/neroi/mono_revista.pdf>. Acesso em: 08-07-2014.

CISALPINO, Murilo. *Religiões*. São Paulo: Scipione, 1994.

Crença na vida após a morte. Disponível em:

<<http://www.uniãoislamica.com.br/index.php?r=conteudo/view&id=382>>. Acesso em: 09-07-2014

DOLINGER, Jacob. A intolerância: uma perspectiva judaica. In LEWIN, H. (Coord.). *Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 35-46. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/ztpr5/pdf/lewin-9788579820168-06.pdf>>. Acesso em: 02-07-2014.

FAINGOLD, Reuven. *O legado de Theodor Herzl*. Edição 69, set. 2010. Disponível em:

<http://www.morasha.com.br/conteudo/artigos/artigos_view.asp?a=863&p=0>. Acesso em: 11-07-2014

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. Disponível em: <file:///E:/Desktop/foucault_michel_-_a_ordem_do_d.pdf>. Acesso em: 09-08-2014.

GNILKA, Joachim. *Bíblia e Alcorão: o que os une – o que os separa*. São Paulo: Loyola, 2006. Disponível em:

<<http://books.google.com.br/books?isbn=8515032473>> Acesso em: 06-07-2014,

GUIMARÃES, Marcelo. *A porta dourada*. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://ensinandodesiao.org.br/artigos-e-estudos/a-porta-dourada>>. Acesso em: 06-07-2014.

ISBELLE, Sami. A crença no Dia do Juízo Final: quinto pilar da crença islâmica. *Extra*, nov. 2010. Disponível em:

<<http://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/sami-isbelle/a-crenca-no-dia-do-juizo-final-quinto-pilar-da-crenca-islamica-359924.html>> Acesso em: 05-07-2014.

Missão Profética no Islã (parte 2 de 2): crença em todos os profetas sem distinção. Disponível em:

<<http://www.uniaoislamica.com.br/index.php?r=conteudo/view&id=387>>. Acesso em: 07-07-2014.

NASCIMENTO, Carolina. Saiba como a morte é vista em diferentes religiões e doutrinas. *Época*, n. 325, ago. 2004. Disponível em: <[http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG65777-5856,00-sai-](http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG65777-5856,00-sai-ba+como+a+morte+e+vista+em+diferentes+religoes+e+doutrinas.html)

[ba+como+a+morte+e+vista+em+diferentes+religoes+e+doutrinas.html](http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG65777-5856,00-sai-ba+como+a+morte+e+vista+em+diferentes+religoes+e+doutrinas.html)> Acesso em: 03-07-2014.

NICOLAEVSKY, Miguel. *O Monte Moriah*. Café Notícias de Israel, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.cafetorah.com/porta/Monte-Moriah>>. Acesso em: 05-07-2014.

SILVA, Wadna. *Religião e sociedade contemporânea*: uma análise da religião do mundo atual. Mato Grosso do Sul: Secretaria Municipal de educação, Cultura, Desporto e Lazer de Taboado, 2007.

STERN, D. H. *Bíblia judaica completa*: Tanakh [AT] e a B'rur Hadashah [NT]. São Paulo: Vida, 2010.

TEIXEIRA, Faustino. O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-38, 2º sem. 2003. Disponível em: <<file:///E:/Downloads/Dialnet-ODialogoInterreligiosoNaPerspectivaDoTerceiroMilen-4740613.pdf>>. Acesso em: 12-07-2014.

VAILATTI, Carlos. *A Bíblia Hebraica e o Alcorão em Diálogo*: Reflexões Sobre Alguns Temas Comuns Aos Dois Livros Sagrados, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/6186029/A_Biblia_Hebraica_e_o_Alcorao_e_m_Dialogo_Reflexoes_Sobre_Alguns_Temas_Comuns_aos_Dois_Livros_Sagrados>. Acesso em: 03-07-2014.

VILLASENOR, Rafael. Crise institucional: os sem religião de religiosidade própria. *Revista Nures*, São Paulo, n. 17, jan./abr. 2011. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/viewFile/5517/3944>. Acesso em: 08-07-2014.

**AS CONTRIBUIÇÕES
DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS DE MAURÍCIO DE SOUZA
PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

André Luís Soares Smarra (UNESA)

andre@smarra.com.br

César Augusto Lotufo (UNESA)

lotufo@oi.com.br

Vera de Fátima Maciel Lopes (UNESA)

verafml@gmail.com

RESUMO

No mundo globalizado, os educadores buscam, a todo o tempo, novas metodologias para desenvolver os conteúdos, em sala de aula, de maneira consistente e, ao mesmo tempo, interessante para os alunos. Neste contexto, as histórias em quadrinhos podem ser utilizadas em qualquer em qualquer nível escolar abordando qualquer tema, pois a variedade de histórias existentes permite, ao docente, identificar materiais apropriados para um assunto, faixa etária específica ou qualquer outra variável desejada. O presente trabalho tem como objetivo avaliar as histórias em quadrinhos de Maurício de Souza e suas aplicações dentro da Educação Ambiental. Foram analisadas tirinhas e histórias dos vários personagens criados pelo autor, sua relação com a educação ambiental e as possibilidades de utilização tanto na educação formal quanto na não formal. As questões ambientais são costumeiramente abordadas tanto em tirinhas quanto em histórias mais longas da *Turma da Mônica*, *Chico Bento* e *Papa Capim* sendo esporadicamente verificadas na *Turma do Penadinho*, *Piteco*, *Horácio* dentre outras. Dentre os vários temas ambientais temos uma maior incidência nos problemas relativos às ações antropogênicas e suas respectivas consequências. Tais abordagens representam um excelente e farto material para ser utilizado em aulas e atividades de educação ambiental. O presente trabalho nos permite concluir que as histórias em quadrinhos possuem uma linguagem própria, fomentadora de reflexões acerca dos temas abordados e, em especial, no que diz respeito às questões ambientais, pois é capaz de fomentar a percepção em relação ao meio ambiente e levar a mudança de hábitos e atitudes ao mesmo tempo em que possibilita a criação de ações sustentáveis para a conservação ambiental.

Palavras-chave: Histórias em quadrinhos. HQs. Maurício de Sousa. Meio ambiente.

1. Introdução

Conforme Santos de Oliveira, “a educação é uma das atividades básicas de todas as sociedades humanas, pois a sobrevivência de qualquer sociedade depende da transmissão de sua herança cultural aos jovens” (SANTOS OLIVEIRA, 1998, p. 11). A partir dessa noção, cabe então refletirmos, que herança cultural, que valores, costumes e tradições, ou seja, quais legados serão deixados para as gerações mais jovens?

Na Constituição Federal de 1988, o artigo 225 dispõe que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

No entanto, a crise socioambiental é notória e já afeta milhares de pessoas no mundo, inclusive crianças e jovens, daí a crescente preocupação com o avanço da crise e também, com a busca de alternativas viáveis.

Os problemas ambientais estão associados à degradação das bases biofísicas de sobrevivência da espécie humana, relacionados ao esgotamento progressivo dos vários modelos de desenvolvimento capitalistas. Uma crise, de condições externas, materiais e sociais que afeta os diversos ecossistemas em escalas locais, regionais e globais e que precisa ser tratada a partir de uma concepção sistêmica e de totalidade (VIEIRA; BERKES & SEIXAS, 2005).

Conforme Enrique Leff existe um risco real de colapso ecológico. Suas reflexões nos faz compreender, que há necessidades de mudanças concretas nas relações econômicas, políticas e socioambientais. A desigualdade e pobreza social são sinais eloquentes dessa crise e a questão ambiental não pode ser entendida de forma isolada (LEFF, 2007). Segundo esse autor:

O saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual, onde convergem e se precipitam os tempos históricos que já não são mais os tempos cósmicos, da evolução biológica e da transcendência histórica. É a confluência de processos físicos, biológicos e simbólicos reconduzidos pela intervenção do homem – da economia, da ciência e da tecnologia – para uma nova ordem geofísica, da vida e da cultura. (LEFF, 2007, p. 09)

Vivemos um tempo de complexidades que tem gerado reflexões sobre o esgotamento dos padrões de racionalização tradicional e dos paradigmas teóricos que serviram para impulsionar e legitimar o crescimen-

to econômico, negando a natureza. Os critérios normativos e a implementação e uso de técnicas já não são suficientes para as resoluções de problemas complexos. Conforme Morin:

Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade” (MORIN, 2000, p. 14)

2. *As contribuições das histórias em quadrinhos de Maurício de Souza para a educação ambiental*

Segundo Acselrad, a crise socioecológica exprime um duplo processo de expropriação das condições materiais e culturais de existência e de trabalho de um amplo contingente de grupos humanos, implicando a perda acelerada da diversidade de formas de relacionamento desses grupos com a natureza (ACSELRAD, 1992).

Vivemos um processo de transição, com mudanças de paradigmas teóricos, efervescência de ideias, marcadas, ainda, por muitas contradições. Fatores comuns aos processos de transições históricas. Tais questões, levam determinados setores da sociedade a refletir sobre as formas tradicionais de educação e também sobre a necessidade de implementar debates mais consistentes sobre educação ambiental.

Do ponto de vista formal/legal, a Lei de nº 9.795/99 dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental. Os princípios contidos no artigo 4º dessa lei buscam reforçar a contextualização da temática ambiental nas práticas sociais reforçando que ela deve ter uma abordagem integrada, processual e sistêmica do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, com enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, dialógico e cooperativo, respeitando o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

No entanto, a problemática socioecológica extrapola a dimensão legal. Os desafios das instituições, dos educadores, dos pais, ecologistas etc., são enormes: passam pela incorporação ou ressignificação de valores, tomada de consciência, cristalização de práticas coerentes, por exemplo, em relação às práticas de consumo, entre outras.

Há uma busca por práticas educativas que precisam ser implementadas na educação formal e informal, visando a contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica, coerente, humanizadora. Essa intenção também poderia ser enunciada como a formação da capacidade de “ler e interpretar” um mundo complexo e em constante transformação, respeitando si, ao outro, a natureza e todas as espécies.

Compartilhando dessa intencionalidade educativa, muitos educadores (no sentido mais amplo possível), passaram a incorporar nas suas práticas pedagógicas, as histórias em quadrinhos como uma ferramenta de conscientização, visando despertar nas crianças e jovens uma concepção ecológica.

A ludicidade, a ironia, a sensibilidade, que caracterizam algumas histórias em quadrinhos, vêm ao longo dos anos, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de “ler” seu ambiente e interpretar as relações, os conflitos e os problemas aí presentes.

A educação ambiental possibilita inscrevermos as condições naturais em que vivemos em nosso mundo de significados, transformando a natureza em cultura, atribuindo-lhe sentidos, trazendo-a para o campo da compreensão e da experiência humana de estar no mundo e participar da vida.

O uso das histórias em quadrinhos na educação ambiental, desperta olhares reflexivos, estimula a imaginação e o interesse por outras formas de linguagem, com humor e leveza.

O educador de um modo geral, mas especialmente o educador ambiental é um intérprete da “natureza”, não apenas porque todos os humanos o são, mas também por ofício, uma vez que educar é ser mediador, tradutor de mundos. Ele está sempre envolvido na tarefa reflexiva que implica provocar outras leituras da vida, novas compreensões e versões possíveis sobre o mundo e sobre nossa ação no mundo. Para isso, dispõem de várias ferramentas metodológicas, entre as quais as histórias em quadrinhos.

Foram analisadas tirinhas e histórias dos vários personagens criados por Maurício de Souza, sua relação com as questões relacionadas ao meio ambiente e a educação ambiental. Pode-se verificar que estas questões são abordadas tanto nas histórias curtas (tirinhas) quanto nas mais longas, havendo predominância da temática ambiental na em quadrinhos

da Turma da Mônica, Cebolinha, Chico Bento e Papa Capim sendo esporadicamente verificadas na Turma do Penadinho, Piteco e Horácio dentre outras. Também foi possível constatar que, dentre os vários temas ambientais abordados, temos uma maior incidência nos problemas relativos às ações antropogênicas e suas respectivas consequências. Tais abordagens representam um excelente e farto material para ser utilizado em aulas e atividades de educação ambiental, tanto na educação formal quanto na não formal.

Fig. 1. Personagens de Maurício de Souza em situações que permitem a reflexão sobre as questões ambientais:



a) Chico Bento



b) Papa Capim



c) Turma do Penadinho



d) Cebolinha

3. Considerações finais

De acordo com Lotufo e Smarra (2012) as histórias em quadrinhos, atualmente, no Brasil conquistaram um público heterogêneo, principalmente, no que diz respeito a faixa etária, tornando-se disseminadoras de entretenimento, informações e educação para milhões de pessoas.

Os roteiros e quadrinizações de Maurício de Souza têm como foco a alfabetização e a (re)construção do ser humano através de uma ótica relativizadora dos valores éticos, morais, afetivos e ambientais, dentre outros (LOTUFO & SMARRA, 2014, p. 169).

O presente trabalho nos permite concluir que as histórias em quadrinhos possuem uma linguagem própria, fomentadora de reflexões acerca dos temas abordados e, em especial, no que diz respeito às questões ambientais, pois é capaz de fomentar a percepção em relação ao meio

ambiente e levar a mudança de hábitos e atitudes ao mesmo tempo em que possibilita a criação de ações sustentáveis para a conservação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Cidadania e meio ambiente. In: SOUZA, H. de (Org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Edições Câmara, 2012. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=11>.

BRASIL. *Lei de nº 9.795/99*. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental, artigo quarto.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental, sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOTUFO, C. A.; SMARRA, A. L. S. A eterna luta do bem contra o mal: os quadrinhos pela educação. In: GOMES, Nataniel dos Santos (Org.). *Quadrinhos e transdisciplinaridade*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2012, p. 1-154.

_____; _____. Os super-heróis brasileiros que educam por meio dos quadrinhos. In: GOMES, Nataniel dos Santos; ABRÃO, Daniel. (Orgs.). *Grandes poderes trazem grandes responsabilidades: refletindo sobre o uso das histórias em quadrinhos em sala de aula*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014, p. 157-176.

MORIN, E. *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. *Introdução à sociologia da educação*. São Paulo: Ática, 1998.

VIEIRA, Paulo F.; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana. *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: ADEP Secco, 2005.

**CAVALEIRO DAS TREVAS, DEFENSOR DA JUSTIÇA,
SÍMBOLO DA LUTA CONTRA A OPRESSÃO
OU SIMPLEMENTE UM HOMEM COMUM
COM SÍNDROME DE SUPER-HERÓI?
UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
DO BATMAN CARIOCA
A PARTIR DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA**

Ana Carolina Gonzalez Batista (UCAM/RJ)

anacarolina_batista@yahoo.com.br

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

RESUMO

Desde junho de 2013, nossa sociedade vem presenciando uma série de manifestações populares que protestavam contra os gastos com a Copa do Mundo sediada em nosso país e a favor de mais investimentos na educação, saúde e segurança da população, além de apoio às greves de determinadas classes. Uma figura sempre presente nestes protestos no Rio de Janeiro é o protético Eron Moraes de Melo, que usa a fantasia do Batman e incorpora a identidade do super-herói mascarado, que luta por justiça, protegendo a cidade dos vilões, sendo um símbolo da luta contra a opressão. O presente trabalho tem o objetivo de fazer uma investigação sobre a construção da identidade de Eron de Melo a partir de entrevistas concedidas por ele a alguns meios de comunicação de massa. Para tal, trabalhamos com a hipótese de que a noção de heroísmo é historicamente situada, e esta em específico traz características da identidade cultural pós-moderna (HALL, 2006). Em uma sociedade homogeneizada, o herói se destaca da massa pela sua capacidade além do humano, mas que está alicerçada nas regras morais e legais comuns, respeitando e defendendo a lei (Santiago Junior, 2013). Pretendemos evidenciar através desta análise, que a identidade construída no discurso de Eron Moraes, reportado por estes meios de comunicação, não é algo inerte e “acabado”, mas que vai sendo construída e moldada (ou preenchida) pela forma pelas quais imaginamos ser vistos por outros (LACAN, 1977).

Palavras-chave: Discurso e identidade. Super-herói. Batman carioca.
Meios de comunicação de massa

1. Introdução

Desde o início de junho do ano passado (2013), um grande movimento popular tomou conta do país em forma de protestos e manifestações. Pela segunda vez na história do país (a primeira foi em 1992, quando manifestaram-se a favor do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello), a população se organizou e saiu às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus. Tais protestos ficaram conhecidos como “Manifestações dos 2 centavos”, “manifestações de junho” ou “jornadas de junho”, e chegaram a ter, segundo pesquisa do IBOPE, cerca de 84% de aprovação popular⁵⁵. Inicialmente pacíficas, as manifestações aumentaram de proporção e ganharam novas causas: contra a violência policial, os gastos exorbitantes com a preparação para a Copa das Federações e Copa do Mundo de 2014, má qualidade dos serviços públicos, corrupção.

Uma figura constante nos protestos e que chamava a atenção tanto dos manifestantes quanto da imprensa era o protético Eron Moraes de Melo, que ia às ruas fantasiado de Batman. Sua participação, no entanto, é controversa: alguns acreditam que ele luta pela causa, enquanto outros acham que é apenas um homem comum com síndrome de super-herói.

A fim de entender o porquê da necessidade de personificar um herói das histórias em quadrinhos ao invés de assumir a sua identidade social, analisamos a personalidade do Batman “original” (Bruce Wayne) e comparamos com o Batman Carioca (Eron Moraes), para saber até que ponto essa identidade se adequava ao perfil do sujeito em questão.

Os estudos relacionados à identidade possuem diversas correntes que defendem desde a identidade construída a partir de uma abordagem psíquica (GIDDENS, 2002) até a concepção de identidade como construído filosófico (BAUMAN, 2005). Para este artigo adotaremos a perspectiva abordada por Hall (2006), que considera a identidade como algo móvel, que vai se construindo durante a vida do indivíduo, vai se moldando de acordo com os papéis que ele representa e se transforma de acordo com as interações com as quais ele se depara ao longo da vida. Nesta perspectiva, Hall acredita que a identidade não é algo que nasce com a pessoa e permanece inerte até a sua morte, e sim, algo que vai sendo

⁵⁵ Reportagem publicada online pelo portal r7. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/manifestacoes-agradam-a-84-dos-brasileiros-diz-pesquisa-ibope-06082013>.

construído através das representações coletivas e do conjunto de significados culturalmente partilhados pelos indivíduos.

Tomamos por base a reportagem publicada no *site* terra, do dia 19 de janeiro de 2014⁵⁶, pois é uma das primeiras reportagens a tentar identificar o perfil de Eron Moraes de Melo, o Batman Carioca.

2. Considerações sobre o conceito de identidade

De acordo com Hall (2006), com o advento da pós-modernidade, o indivíduo passa de sujeito sociológico – com sua identidade formada na interação entre o “eu” e a sociedade – a sujeito pós-moderno, com sua identidade fragmentada em função das mudanças sociais e representadas pelos sistemas culturais que o rodeia. É o conceito ligado à chamada “crise de identidade” instaurada pelo mundo moderno. Já Giddens (2002) baseia-se numa visão da identidade como pessoal e tomada ao nível psíquico. O autor acredita que a identidade é uma “reflexividade da modernidade que se estende ao núcleo do eu” (GIDDENS, 2002, p. 23). Woodward (2000) mostra que a identidade é uma construção cultural que pode ser ressignificada a partir das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos. Pare ele, “a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades” (WOODWARD, 2000, p. 14).

Segundo Castells (2000) as identidades vão sendo definidas de acordo com o papel que o indivíduo intenciona desempenhar em cada interação. São os valores simbólicos de cada sociedade que vão nortear as escolhas que fazemos ao longo de nossas vidas e que vão nos definir em grupo ou como indivíduos. Para ele “no que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2000, p. 22).

De acordo com Hall (2006), vivemos um momento em que as identidades estão se fragmentando e se tornando múltiplas, uma vez que a pós-modernidade trouxe diversos questionamentos com relação à natu-

⁵⁶ Reportagem publicada online pelo portal r7. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/batman-luta-por-justica-social-no-rio-de-janeiro.html>>.

reza múltipla do indivíduo. Ainda sob esta perspectiva, Kellner (1992), afirma:

Desta forma, a identidade na modernidade tornou-se crescentemente problemática e o assunto da própria identidade tornou-se por si só um problema. De fato, somente em uma sociedade ansiosa com sua identidade, poderiam surgir os problemas de identidade pessoal, ou autoidentidade, ou crise de identidade e tornarem-se preocupações e assuntos de debate (KELLNER, 1992, p. 143).

Em uma época em que a indústria cultural massificou as pessoas, as identidades e o modo de pensar e agir, o indivíduo quer se diferenciar através da reivindicação de uma identidade única, construída a partir do conjunto de crenças partilhado pelo grupo ao qual ele pertence.

3. *A personificação do Morcego*

Segundo Goffman (1980), o que nós somos (ou acreditamos ser) não é decorrente apenas dos processos sociais nos quais nos inserimos em virtude das instituições sociais a que pertencemos, como a família, trabalho, escola etc. nosso *self*, segundo o autor, também é construído a partir das situações, ocasiões, encontros e rotina habitual. As identidades que adotamos também ajudam a produzir ordem social e estabilidade e, conseqüentemente, ajudam a dar às instituições sociais seus significados e suas estruturas fundamentais (GOFFMAN, 1980, *apud* PEREIRA, 1997).

Face, para Goffman, é “o valor social positivo que a pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico” (GOFFMAN, 1980, p. 67). A face, então, é construída a partir de valores denotativos e conotativos. O significado denotativo é expresso através da aparência, o modo de se vestir, de olhar, falar, de expressar mensagens através da linguagem corporal, enfim, tudo que é construído externamente; já o significado conotativo relaciona-se aos valores afetivos e sociocognitivos reivindicados pelo sujeito, tais como respeito, dignidade, busca por justiça, altruísmo etc.

Bilbow e Yeung (1998) fazem um estudo de onze entrevistas de nivelamento de cargo a partir da análise da elaboração dos trabalhos de face feitos por alunos do segundo ano da Universidade Politécnica de Hong Kong. O objetivo desta análise era, em primeira instância, verificar quais aspectos presentes na performance dos alunos entrevistados pode-

riam causar problemas para o “gerenciamento da impressão”, ou seja: a) a forma pela qual o indivíduo se apresenta para o outro e quais os atributos valorizados para construir sua face; b) a forma como o indivíduo apresenta sua atividade para o outro (daí a importância do estudo situar-se em uma situação de entrevista); c) as formas pelas quais o sujeito guia e controla a impressão que o outro pode vir a formar dele no momento em que a interação ocorre; d) o que é permitido (ou não) fazer enquanto a performance é sustentada durante a interação; e e) as estratégias (de ordem consciente ou inconsciente) que geralmente são usadas pelas pessoas ao gerenciarem impressões através dos trabalhos de face.

Embora para este artigo não tenhamos interesse nos objetivos específicos de Bilbow e Yeung, é importante ressaltar que as hipóteses utilizadas pelos autores apoiam os estudos de elaboração da face de Goffman e são aplicáveis ao nosso objetivo: analisar como o Batman Carioca elabora sua face através da forma como projeta para o outro as impressões positivas acerca da identidade de justiceiro, construída na interação em estudo. O artigo de Bilbow e Yeung (1998) mostrou que o gerenciamento de impressões é algo feito de maneira consciente, pois é constantemente reposicionado e corroborado através do discurso, de modo que a audiência venha a sustentar a face do indivíduo.

4. Desvendo o mito do Batman

A impressão positiva no que tange ao discurso pode ser mostrada através da relevância, organização de ideias, coesão e coerência, tom e registro, atitude pessoal e controle das estratégias de conversação. Já com relação aos aspectos paralinguísticos, podemos citar: expressão facial, gestos e postura corporal e outros aspectos como boa aparência, gestos contidos e outros. Veremos mais a frente que o Batman Carioca utiliza todas essas estratégias para construir sua identidade de cavaleiro das trevas.

De acordo com Sarmiento & Coppus (2012), a sociedade fruto da cultura de massa tem uma necessidade de consumir a ficção veiculada pelos meios de comunicação de massa como forma de se manter sã em meio à loucura e ao caos que a sociedade moderna nos impõe. O consumo da ficção das telas de cinema e TV, principalmente, exerce grande influência sobre o espectador, pois permite que suas fantasias fluam ao se identificar com certos aspectos dos personagens.

Basicamente a história de Batman descreve um jovem herdeiro de uma família bilionária que vê seus pais serem assassinados quando ainda era apenas uma criança. Marcado por esse episódio de violência que o atormenta durante toda a vida e molda sua personalidade “sombria”, o jovem Bruce Wayne dedica-se a um forte treinamento físico para poder combater o crime em Gotham City, sua cidade natal. Aliado a isso, Wayne investe em tecnologia para poder usá-la a favor da justiça. Ao adentrar no submundo de Gotham para “limpar a sujeira” da cidade, Bruce Wayne, usando o *alter ego* de Batman, enfrenta não só os criminosos, mas também seus próprios medos. Essa é a trama básica do personagem Batman/Bruce Wayne desde a criação dos quadrinhos em 1939, mesmo que ela tenha sido ligeiramente modificada nas adaptações para o cinema, TV, desenhos, jogos de vídeo game etc.

A escolha pela figura do morcego deve-se ao fato de quando era criança, brincando no terreno da família, Bruce cai em um buraco que é, na verdade, uma escura caverna. O desespero do menino aumenta quando, ao iluminar o local com o feixe de luz da sua lanterna, desperta os morcegos que, atordoados, o “atacam”, voando em sua direção e deixando Wayne em pânico. A fim de enfrentar seu mais profundo medo, Bruce assume a persona do mamífero, suas características “físicas” (representadas pelo uniforme) e comportamentais. Para Freud (1980), assumir esta personalidade é algo esperado, pois “é, de fato, natural ao homem personificar tudo o que deseja compreender, a fim de, posteriormente, controlá-lo” (FREUD, 1980, *apud* SARMENTO & COPPUS, 2012, p. 183).

O Batman originalmente concebido por Bob Kane (*DC Comics*) tinha três características marcantes (mas que também são ligeiramente alteradas de acordo com a mídia e o autor que faz adaptações da história): 1) Batman, além de grande lutador, é um exímio estrategista. Todos os seus passos são calculados de forma a garantir sua vitória ante o inimigo. A partir do conhecimento da mente dos criminosos, ele antevê as “jogadas” que serão utilizadas e se prepara para enfrenta-las. Ao se inserir no submundo do crime, Batman pretende “conhecer a mente dos criminosos e ser capaz de inferir-lhes medo, atacando suas mentes antes de desferir seus violentos golpes marciais” (SARMENTO & COPPUS, 2012, p. 183); 2) seu código moral não permite matar ninguém, pois ao cometer esse delito, ele se igualaria aos criminosos que combate. No entanto, não hesita em infligir grande dor física em seus inimigos; e 3) o isolamento em relação à sociedade em geral é uma forma de evitar as decepções das relações humanas e proteger seus entes queridos.

5. O herói dentro de cada um de nós

Segundo Bricout (2003, *apud* OLIVEIRA, 2012), o ser humano tem necessidade de espelhar-se em heróis, que nada mais são que mitos modernos.

Os mitos deixaram de ser símbolos/ritos centrais de uma sociedade ao serem transformados pela literatura e pela arte de cada época, e muitas vezes passaram a ornamentos. Mas os mitos são mais do que isso, pois fazem parte da memória coletiva, dão formas aos sonhos/desejos de cada fase da vida do ser humano (OLIVEIRA, 2012, p. 86).

O herói passa a ser, então, uma figura que, por suas virtudes sobre-humanas, permeia o imaginário coletivo. Acredita-se que o herói é uma evolução dos mitos, e ao ser comparado a estes, possui características desejadas pelo ser humano comum, mas difíceis de serem praticadas: o forte senso de justiça e a busca pela liberdade, representando as minorias e “dando voz” aos mais fracos. Para tal, ele (o herói) precisa ser um exemplo de ética e altruísmo.

[O herói] substitui o ser humano exemplar, que se esforça por uma renovação social, pelo domínio criativo da vida e pela ampliação da consciência” (MÜLLER, 1992, p. 17). A psicanálise mostra que o herói é a personificação do homem ideal, pois é possuidor de virtudes e valores mais desenvolvidos, como, por exemplo, o engajamento social desinteressado e a coragem civil. Segundo Müller (1992, p. 9), “o herói representa, portanto, o modelo do homem criativo, que tem coragem para ser fiel a si mesmo, a seus desejos, fantasias e a suas próprias concepções de valores. Ele se atreve a viver a vida, em vez de fugir dela”. O herói, pois, é capaz de transpor seu medo do desconhecido, trilhar caminhos que o homem encara como perigosos, mas ao mesmo tempo prazerosos. Por representar um modelo a ser seguido, a Psicanálise atribui ao mito do herói a função de “desenvolver no indivíduo a consciência do ego – o conhecimento de suas forças e fraquezas – de maneira a deixá-lo preparado para as difíceis tarefas que a vida lhe há de impor” (HENDERSEN, s.d., p. 112), simbolizando que o ego, que está a emergir, vença o inconsciente inerte (OLIVEIRA, 2012, p. 89).

Importante ressaltar que o herói não trabalha em prol de interesses próprios, mas sua missão é contribuir para a manutenção da paz e da ordem de modo a beneficiar a sociedade. Ele acaba se tornando um instrumento de defesa coletiva. Outra característica interessante relativa à formação da imagem do herói é a clara divisão de quem são os antagonistas – aqueles que se opõem ao herói, seja de maneira ideológica ou pelo mero uso da força – e os coadjuvantes, aqueles que auxiliam o herói na luta pela causa defendida. Ainda existe o elemento que suscita a dúvida sobre a personalidade do herói, fazendo com que a sociedade questione se ele seria mesmo um alguém que apenas busca a justiça ou uma pessoa cujo

ego precisa ser inflamado através destas ações. Normalmente este elemento motivador de discussões acerca dos interesses do herói vem representado pela mídia.

6. *O Batman Carioca sob o olhar da mídia*

A matéria analisada traz o título “Batman” luta por justiça social no Rio de Janeiro’, e já mostra que a construção da identidade de Eron Moraes como Batman será positiva, uma vez que seus objetivos não são questionados. Ao contrário, afirma-se que a causa defendida por ele é nobre. Essa é a primeira similaridade encontrada entre Eron e Bruce Wayne, o Batman dos quadrinhos.

O subtítulo da matéria (“Eron Moraes de Melo usa a fantasia, produzida por ele mesmo, desde os protestos que tomaram conta do país no ano passado”) ressalta que a “fantasia” utilizada por Eron Moraes foi produzida por ele mesmo. Esta informação é importante porque é mais um elemento que o aproxima do Batman “original”, que também é responsável pela confecção – e, posteriormente, aperfeiçoamento – do próprio uniforme.

A foto que acompanha a matéria é extremamente significativa. Ela traz Eron fantasiado de Batman, caminhando com atitude de herói, com uma favela ao fundo, crianças ao redor e, se escondendo embaixo da sua capa, uma criança negra, com gesso no braço e sem camisa. Esta cena mostra que a sociedade, aqui representada por um menino negro e sem camisa, está protegida sob o seu manto. Ao fundo, a Favela do Metrô, no bairro do Maracanã, Rio de Janeiro, representa a degradação física da cidade por descuido e falta de investimentos dos governantes, assim como a Gotham de Batman.

O texto trabalha o tempo todo mostrando as semelhanças e diferenças entre o Batman dos quadrinhos e o Batman Carioca. A própria divisão do texto é interessante, pois começa mostrando as semelhanças entre eles, depois, a fim de mostrar imparcialidade, traz um contraponto, mostrando a diferença entre os heróis e, enfim, termina a matéria formando uma imagem positiva de Eron, como veremos a seguir⁵⁷:

⁵⁷ Todas as citações a partir daqui foram retiradas da matéria publicada no site terra. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/batman-luta-por-justica-social-no-rio-de-janeiro.html>

Recentemente, um dos maiores heróis dos quadrinhos tem sido visto com frequência no Rio de Janeiro. Mas, ao contrário do "Cavaleiro das Trevas" de Gotham City, na cidade ensolarada a luta do Batman brasileiro não é contra os bandidos na calada da noite, e sim, ao lado do povo, por justiça social.

Neste parágrafo são feitas duas comparações que mostram a diferença entre os heróis. Segundo Castells (2000), a identidade também pode ser construída a partir das oposições, pois marcam os elementos que aproximam o sujeito do papel que ele deseja desempenhar, mas também, ao se afastar através das oposições, marca a identidade pessoal do indivíduo. Enquanto Bruce Wayne luta na lúgubre e escura Gotham City, Eron Morais tem como território de lutas a ensolarada cidade do Rio de Janeiro. Outra oposição também é relacionada ao tipo de "crime" que será combatido pelos heróis: o alvo de Wayne são os bandidos, que normalmente agem na calada da noite; já Eron luta ao lado do povo por justiça social.

Desde os protestos realizados no Rio durante a Copa das Confederações, no ano passado, Batman surge em meio aos manifestantes, atraindo as atenções de todos. Suas aparições são recebidas, geralmente, com aplausos entusiasmados da multidão. E, assim, o Batman carioca se tornou uma celebridade. Quando chega, todos vão rapidamente saudá-lo. Como nas histórias em quadrinhos e nos filmes, ele é visto como o defensor da justiça.

Quando a versão brasileira do super-herói surge à noite nos Arcos da Lapa ou apertando a mão de um indígena durante um protesto, parece que o super-herói de Gotham realmente saiu das telas de cinema.

No parágrafo seguinte, o jornalista mostra que Eron e a população do Rio de Janeiro estão em consonância em relação à causa defendida, tanto que ao aparecer nos protestos, o Batman Carioca geralmente é recebido com aplausos pela população e pelos manifestantes. Já o Batman de Wayne, um pouco mais polêmico, em certas ocasiões, é amado pela sociedade; em outras, seus métodos são colocados sob questionamento. Ambos são vistos como defensores da justiça. Daí a empatia entre os heróis e os cidadãos das suas respectivas cidades.

Na verdade, o Batman brasileiro está longe de levar a vida do magnata Bruce Wayne. Ele chama-se Eron Morais de Melo. É um protético de 32 anos e começou a se vestir de Batman depois de confeccionar a própria roupa, durante as grandes manifestações de junho de 2013. Eron decidiu ser o homem-morcego porque, para ele, Batman é um símbolo da luta contra a opressão.

Segundo Eron, no Brasil há uma ditadura disfarçada de democracia. E deixou claro à AFP que vai participar das manifestações até que a Constituição seja plenamente respeitada e os cidadãos tenham moradia, educação e saúde.

O quarto parágrafo da matéria é construído em cima das oposições entre eles. Enquanto Wayne é um herdeiro bilionário, Eron é um protético, trabalhador autônomo. Ambos lutam em prol da população, mas enquanto este tem como “bandeira” a luta contra a opressão, aquele combate o crime.

O Batman do Rio de Janeiro se transformou em uma figura acompanhada pela mídia e já recebeu vários convites para se filiar a partidos políticos. Mas ele se recusa a fazer parte de um sistema contra o qual luta.

Ainda trabalhando em cima das semelhanças entre os heróis, a matéria mostra que ambos são incorruptíveis. Eron, embora tenha sido convidado a participar da vida política da cidade, não se filia a partidos políticos para não fazer parte do sistema contra o qual luta. Wayne, como combate o crime, tem como característica nunca matar para não se igualar aos bandidos contra os quais luta.

Nos próximos parágrafos, o jornalista começa a mostrar a diferença entre eles, numa tentativa de mostrar a imparcialidade característica da imprensa.

... Eron chegou a ser detido pela polícia por ter desrespeitado uma lei proibindo manifestantes mascarados.

Desde que foi proibido o uso de disfarces, Batman vem usando, muitas vezes, uma cartolina que indica seu nome e o número de sua carteira de identidade, para provar que não usa sua máscara para se esconder das autoridades.

Ao contrário do herdeiro de Gotham, Eron não se importa em revelar sua “identidade secreta”⁵⁸. Ele acredita que só tem vantagens em defender o povo, e qualquer tipo de opressão que possa sofrer, irá ferir seus direitos constitucionais. Ele defende o direito de liberdade de expressão por acreditar na justiça acima de tudo. Bruce, no entanto, não revela sua “identidade secreta” sob qualquer hipótese, principalmente por medo de que seus entes queridos sofram algum tipo de retaliação.

A partir do próximo parágrafo e até o final do texto, o jornalista volta a mostrar as semelhanças entre os personagens.

Por algum tempo, ele deixou de ir às manifestações e as pessoas começaram a exibir cartazes perguntando: “Onde está o Batman?” Teria ficado o Rio sem o seu super-herói justiceiro?

⁵⁸ Em dado momento, os manifestantes foram impedidos de usar máscaras. Eron optou, então, por usar um cartaz com seu nome e identidade expostos para provar que a máscara não é para se esconder, e sim um símbolo que compõe seu uniforme e representação do super-herói.

Durante um certo momento, por causa da polêmica envolvendo os episódios de vandalismo que foram ligados às manifestações, Eron resolveu se afastar um pouco dos protestos, uma vez que as verdadeiras intenções dos manifestantes estavam sendo distorcidas. No entanto, mesmo controverso, quando deixou de ir às manifestações, as pessoas começaram a exibir cartazes pedindo sua volta, assim como Wayne. Nos quadrinhos, quando o Batman de Gotham percebe sua impotência no combate ao crime em Gotham, afasta-se da sua luta e o povo clama por sua volta.

Hoje, Batman é uma figura inevitável em todos os movimentos sociais no Rio e vai continuar assim durante a Copa. Sua presença parece levar algum conforto e estímulo a todos. Sem dúvida, dá aos manifestantes a esperança de que seu grito seja ouvido.

A matéria mostra que um homem comum, ao dar vida a um personagem em quadrinhos, não só chama atenção pelo fato inusitado, mas também dá aos manifestantes a esperança de serem ouvidos, uma vez que sua presença atrai os holofotes da imprensa, assim como Wayne dá esperança ao povo de Gotham de que ele não terá descanso enquanto houver crime na cidade.

7. Considerações finais

O personagem Batman tem um apelo muito grande tanto entre os fãs de quadrinhos quanto entre aqueles que têm interesse apenas nos filmes e séries de TV. É um dos heróis mais populares, principalmente pelo fato de que seus poderes não advêm de nenhuma mutação, são sobrenaturais ou fruto de um acidente. Ele se baseia em estratégia planejamento e acessórios que ele mesmo constrói e aperfeiçoa. Quando está na “pele” de Bruce Wayne, embora não seja um homem comum, os fãs encontram empatia por causa do drama pelo qual o jovem passou na sua infância.

Ao assumir a personalidade do Batman, o protético Eron Morais de Mello atrai a atenção das pessoas e da mídia não só pelo inusitado (estar fantasiado em meio a um grupo de manifestantes), mas também pelo fato de que, ao vestir a roupa do morcego, ele incorpora seus ideais de luta e justiça. Mesmo com a diferença que marcam ambos os personagens, a questão ideológica é a mesma.

A mídia exerce papel importante nesta construção da identidade de Eron de Mello, pois é através dos meios de comunicação de massa que os leitores passam a conhecer as causas defendidas pelo Batman Ca-

rioca. Assim como o Batman de Gotham City, Eron não é unanimidade entre o povo e a mídia. A reportagem escolhida para ser analisada neste artigo construiu uma imagem positiva do protético, mostrando que ao personificar o Batman, ele se torna um defensor da justiça e símbolo da luta contra a opressão. No entanto, outras reportagens veiculadas na mesma época constroem uma imagem diferente do carioca. É interessante que outros estudos sejam feitos a fim de mostrar uma outra perspectiva do sujeito em análise.

A figura do herói e os ideais que ele defende, embora tenham traços universais e atemporais, variam de acordo com a evolução da sociedade, por isso não acreditamos em uma identidade estanque, mas em múltiplas identidades que se compõem na interação com o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATMAN luta por justiça social no Rio de Janeiro. Terra. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/batman-luta-por-justica-social-no-rio-de-janeiro,0cc224e15db93410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: 13-06-2014.

BILBOW, Grahame T.; YEUNG, Sylvester. Learning the pragmatics of ‘successful’ impression management in cross-cultural interviews. *Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association* (IPrA). New York. Vol 8. No 3. 1998.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad.: Klaus Brandini Gerhardt. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COPPUS, Alinne Nogueira Silva; SARMENTO, Tiago Alves de Moraes. Os signos de Batman: uma análise do personagem a partir da semiótica e psicanálise. *Psicanálise & Barroco em revista*, vol. 9, n. 2, 2012.

CRUZ, Antônio. *Manifestações agradam a 84% dos brasileiros, diz pesquisa Ibope*. R7 (6 de agosto de 2013). Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/manifestacoes-agradam-a-84-dos-brasileiros-diz-pesquisa-ibope-06082013>>. Acesso em: 13-06-2014.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, vol. XXI.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, E. A elaboração da face: Uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: Edusc, 2001.

LACAN, J. The mirror stage as formative of the function of the I. In: _____. *Ecrits*. Londres: Tavistock, 1977.

OLIVEIRA, Bruno Silva de. Uma estrada que leva a muitos lugares: concepções de herói. *Nome: Revista de Letras*, Goiânia, vol. I, n. 1, jan.-jun. 2012.

PEREIRA, Maria das Graças Dias. Debate e réplica no discurso acadêmico escrito em linguística: estratégias de proteção, de destruição e de recuperação da face. In: PEREIRA, Maria Teresa (Org.). *Língua e linguagem em questão*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

SANTIAGO JUNIOR, Francisco das Chagas F. Imagens de raça e terror racial nos comics: X-men, espaços da diferença e imaginário norte-americano. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vol. 10, ano X, n. 1, jan./jun. 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

**DE SEDUTOR A SEDUZIDO:
O CASO DE UM HERÓI
QUE FOI ENCURRALADO PELAS RECATEGORIZAÇÕES**

Rossana Martins Furtado Leite (UFES)
rossanafurtado@hotmail.com

RESUMO

Este artigo pretende analisar como a categorização e recategorização de objetos de discurso dentro do gênero textual música são realizadas durante a progressão textual e como os frames e estereótipos construídos na memória discursiva dão suporte para a inferência e produção de sentido. O percurso adotado recorrerá à questão da referenciação sociocognitiva interacionista e de como os referentes e suas cadeias referenciais fornecem sentido ao texto. Para tal, vamos contextualizar rapidamente sobre a linguística textual, linha de pesquisa da qual utilizamos, e qual os caminhos a que têm chegado atualmente; discorreremos sobre seus conceitos fundamentais, dando ênfase aos que nos interessa para este estudo. O *corpus* selecionado foi a música Homem-Aranha, de Jorge Vercilo.

Palavras-chave: Linguística textual. Recategorização. Cadeia referencial. Estereotipia.

1. Introdução

Esta pesquisa se constitui no intuito de compreender como a recategorização dos objetos de discurso formando as cadeias referenciais se torna bastante interessante no gênero textual música. Pautamo-nos nos estudos da referenciação dentro da linguística textual que se dedicam, especialmente, a entender como o conhecimento de mundo é ativado para a construção de sentido e como a memória discursiva, os frames e estereótipos podem influenciar todo esse processo.

Historicamente, a questão da referência foi, e ainda é para muitos estudiosos, como salienta Marcuschi (2006), tratada como representação do real, em termos de verdade e correspondência. Sob esta ótica, o processo de referência é tomado como uma extensão da relação indivíduo-

mundo, e os referentes chamados de objetos-do-mundo. A concepção de linguagem nesta tradição é tida como transparente e referencialista. (MARCUSCHI, 2006, p. 7)

Porém, ultrapassando essa fronteira, devemos entender a língua como atividade. Koch & Marcuschi (*apud* KOCH, 2002, p. 31) defendem que “a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas num processo de reconstrução do real”. Nós concebemos os referentes de acordo com nossa percepção de mundo reforçada pela linguagem, e vão sendo construídos durante a atividade discursiva e, por isso, são chamados de *objetos de discurso*. “É na dimensão da percepção/cognição que se fabricam os referentes, os quais, embora destituídos de estatuto linguístico, vão condicionar o evento semântico” (BLIKSTEIN, *apud* KOCH 2006, p.78).

É necessário entender a transposição do termo referência, como significado linguístico intradiscursivo, para referenciação, no qual o texto é pensado como atividade discursiva, que se estabelece no tempo, no espaço e em uma relação interdiscursiva.

A língua não existe fora dos sujeitos sociais que a utilizam e nem fora dos eventos discursivos, nos quais os sujeitos mobilizam suas percepções de mundo e saberes de ordem linguística e de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo para interagir com seus interlocutores. Daí a concepção da linguística textual sociocognitiva interacional, que engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos actantes sociais, que necessitam ser mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal (KOCH, 2006, p. 24).

A língua não é livre, não se dá por ela mesma, ela se constrói a partir da situação de comunicação, da interatividade entre os locutores e da inferência que estes fazem dos objetos de discurso propostos no evento comunicativo a partir de suas experiências tanto de mundo quanto das discursivas. Para se construir cadeias referenciais, a utilização de frames e, conseqüentemente, de estereótipos, são recursos interessantes, principalmente em se tratando do gênero música, que tem uma divulgação maior pelo seu modo de veiculação.

2. *A produção de sentidos*

O objeto de estudo fundamental da linguística textual é o texto, que é complexo por natureza, pois dele emerge a interação social, marcada pela cultura e pela cognição; é o instrumento que o locutor tem de se posicionar e de se comunicar na sociedade, deixando entrever sua maneira de olhar e se relacionar *no* e *pelo* mundo. Dada essa complexidade, Koch (2002, 2006) nos mostra que “torna-se, assim, cada vez mais um domínio multi e transdisciplinar, em que se busca compreender e explicar essa entidade multifacetada que é o texto, fruto de um complexo processo de interação e construção social do conhecimento e da linguagem”.

Tomando emprestado o conceito de cenas de enunciação de Dominique Maingueneau (2008, 2013), podemos supor que a enunciação é uma cena, na qual os interlocutores (atores), no ato da “encenação”, vão dialogando e construindo sentido à medida que vão inferindo significação de acordo com seus saberes, suas culturas, seus conhecimentos enciclopédicos e suas relações sociocognitivas. A enunciação não pode ser vista como um monólogo, um ato isolado de um enunciador solitário, pois daí não se produziria comunicação.

Nenhum ato de comunicação é totalmente explícito, necessitando que seus interlocutores ativem inúmeros conhecimentos para dar conta de toda a carga informacional que é colocada no enunciado. Salomão (1993, p. 74) se apoia na hipótese sociocognitiva da linguagem, em que a capacidade humana para a linguagem possibilita “a produção de infinitas representações, através das quais os sujeitos se conhecem e se dão a conhecer, ajustam a situação em que se encontram a conhecimentos previamente acumulados e criam novos conhecimentos”.

Ainda com Salomão, o enunciador, ao construir seu texto, vai deixando “pistas linguísticas explicitadas no contexto como meras trilhas, meras instruções, complementadas e complexificadas por outros aspectos extralinguísticos”. Com essas pistas, o interlocutor vai inferindo, através do saber partilhado, o sentido proposto pelo enunciador ao categorizar e recategorizar os objetos de discurso. Estes, como dito anteriormente, não podem ser confundidos com a realidade extralinguística, mas a reconstrói no próprio processo de interação, através da forma como interagimos *no* e *com* o mundo.

Como é o locutor quem escolhe com quais categorias vai operar em seu texto para designar o que quer dizer, podemos considerar que há, em seu processo discursivo, uma apreensão e compreensão da realidade

que é subjetiva e derivada de suas condições histórico-sociais. Podemos aqui citar uma célebre de Saussure (1929) na qual ele diz “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, é o ponto de vista que precede o objeto”. É na referência que se aciona e modifica a memória discursiva dos interlocutores, bem como se permite a identificação de diferentes pontos de vista.

Segundo Marcuschi (2007, p. 86), dizemos que as coisas não são como elas estão realmente no mundo, uma vez que o mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo e de um agir discursivo, e não uma representação concreta da realidade.

O discurso se realiza, de acordo com Koch (2002, p. 31), na materialidade linguística, operando sobre o material que tem a sua disposição para concretizar o seu projeto de dizer. “Uma vez produzidos, os conteúdos implícitos são integrados à memória discursiva, juntamente com os conteúdos linguisticamente validados, sendo, por isso, suscetíveis de anaforização (cf. REICHELES-BÉGUELIN, 1988)”.

O objeto de discurso não é visto pelo interlocutor apenas pela forma com que o locutor o apresenta, mas, principalmente, pela maneira como este o percebe de acordo com suas crenças, cultura, conhecimentos enciclopédicos etc.

A realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio do entorno físico, social e cultural (KOCH, 2006, p. 61).

O sujeito cognitivo, então, interage indiretamente com o mundo a partir de suas atividades sociais construindo categorias que se adaptam à situação de interação a partir de inferências. Estas categorias podem assumir sentidos diferentes, sendo reavaliadas dentro do contexto em que se encontram.

Para exemplificar, vejamos três exemplos nos quais foi usada a mesma categoria “mão”:

- (1) Oswaldo quebrou a *mão*.
- (2) Esse novo aparelho é uma *mão* na roda.
- (3) Meus colegas me deram uma *mão* para compreender a matéria.

Fica claro nestes exemplos que, para o entendimento do objeto de discurso, é preciso atentarmos para qual contexto o objeto de discurso está inserido, para daí conseguirmos inferir o sentido dado a ele.

De acordo com Koch (2006, p. 53), estudos recentes em ciência cognitiva têm mostrado que a formação de categorias depende das nossas capacidades perceptuais e motoras e que a forma como percebemos e nos relacionamos com os referentes é fundamental para o desenvolvimento de conceitos abstratos para eles. Acrescenta Mondada & Dubois (*apud* KOCH, 2006, p. 54) “que é necessário considerar a referência aos objetos no seio de uma concepção geral dos processos de categorização discursiva e cognitiva tal como são considerados nas práticas situadas dos sujeitos”.

A construção de categorias, então, é um processo que se dá mediante uma prática social, na qual os sujeitos vão compartilhando conhecimentos e experiências a fim de atribuírem coerência ao texto utilizando-se de categorias socialmente compartilhadas. Como é o exemplo do corpus analisado, em que os objetos de discurso, por meio da referenciação, nos remetem ao que, sociocognitivamente, é relacionado ao campo lexical de super-herói e de marido, construindo, assim, duas cadeias referenciais relacionadas a estes dois campos referidos.

Grosso modo, como assinala Marcuschi (2006, p. 19) pode-se dizer que a referência providencia pistas sugestivas para a produção de sentido e a coerência é o aproveitamento dessas sugestões para elaboração de sentidos específicos em modelos representacionais.

A produção de sentido do texto, então, é uma construção a partir da memória compartilhada, em que o referente vai sendo (re)construído pelas seleções feitas e pela inferência através do conhecimento de mundo, da memória discursiva e dos suscetíveis estágios pelos quais o referente vai se fundamentando e recategorizando, em sua maioria, através de anáforas.

3. O processo de referenciação

A referenciação e a progressão textual vão corroborar para a categorização e a recategorização dos objetos de discurso, que são dinâmicos e introduzidos à medida que o texto “acontece”. Depois de introduzidos, podem ser manipulados pelo enunciador construindo sua significação e, assim, produzem sentido.

É no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos, transformados os objetos de discurso que não lhe preexistem e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva” (MONDADA, 1994, *apud* MARCUSCHI, 2006, p. 13).

A forma como o locutor interage com o mundo vai definir de que maneira este objeto de discurso vai ser introduzido e com quais estratégias vai reconstruir a realidade extralinguística no interior de seu texto. Os objetos de discurso, então, são concebidos de acordo com essa percepção de mundo e (re)categorizados mediante as escolhas do enunciador. E, como o processo discursivo pressupõe uma interação, o locutor precisa considerar que a compreensão ou inferência desse processo pelo interlocutor também depende de como este vê o mundo e de como se relaciona com as pistas enunciativas na interação.

Segundo Koch & Elias (2006, p. 125-126), são três estratégias que temos à disposição para o processo de progressão referencial: i) introdução (construção): quando um objeto de discurso totalmente novo é introduzido e colocado em foco; ii) retomada (manutenção): um “objeto” já introduzido é retomado e mantido em foco; iii) desfocalização: quando um novo objeto de discurso é introduzido colocando o outro em estado de ativação parcial, podendo ser retomado quando necessário. Estas estratégias são produzidas e reproduzidas diversas vezes ao longo do texto, de modo a construir e reconstruir os objetos de discurso.

Dessa maneira, “endereços” ou nódulos cognitivos já existentes podem ser, a todo momento modificados ou expandidos, de modo que, durante o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo e intermitente de novas categorizações e/ou avaliações acerca do referente (KOCH, 2002, p. 32).

3.1. Categorização, recategorização e cadeia referencial

Koch & Marcuschi (1998) traz à baila que “os objetos de discurso não preexistem ao discurso como tal, mas são construídos no seu interior. São estes objetos que os itens lexicais vão designar e não algo que esteja fora da mente [...]”. Uma vez criado um objeto de discurso, este pode ser retomado (recategorizado ou não) ou pode haver uma simples remissão a ele. Desta forma permanece em foco, originando uma cadeia referencial através de estratégias elaboradas que permitem a progressão referencial. Pode, também, ser introduzido um novo objeto de discurso que assume o foco criando uma nova “cadeia”. O “objeto” que foi desativado

pode ser reativado quando necessário e voltar a assumir destaque no texto.

A introdução ou ativação de um objeto de discurso pode ser “não ancorada”, quando um objeto totalmente novo é introduzido na memória discursiva passando a ter um “endereço cognitivo” na memória do interlocutor; ou “ancorada”, que embora seja um referente novo, contém algum tipo de associação com elementos do cotexto ou do contexto socio-cognitivo, ou seja, uma âncora que dará base para ser interpretado, segundo Koch & Elias (2006, p. 127).

São os casos das anáforas associativas e anáforas indiretas. As associativas introduzem um referente novo “por meio da exploração de relações meronímicas, ou seja, todas aquelas em que um dos elementos da relação pode ser considerado, de alguma forma, *ingrediente* do outro” (KOCH & ELIAS, 2006, p. 128). Já nas indiretas, exige-se uma interpretação mais complexa, na qual o interlocutor precisa inferir, a partir do contexto e com base em seu conhecimento de mundo, qual o objeto de discurso anaforizado.

A retomada é o processo responsável por manter o objeto de discurso em foco, recategorizando-o ou não, no processo discursivo dando origem às cadeias referenciais ou coesivas. Pode ser realizada por recursos de ordem gramatical (pronomes, numerais, elipses, advérbios etc.), ou de ordem lexical (hiperônimos, sinônimos, expressões nominais etc.). Koch & Elias (2006, p. 131), ainda reiteram que as retomadas são responsáveis pela progressão referencial do texto.

Em textos narrativos é comum a alternância de focalização de objetos de discurso que se alternam no decorrer da narrativa, sugerindo uma certa instabilidade, porém ficam sempre em ativação parcial, podendo ser retomados a qualquer momento garantindo a progressão textual.

[...] em se tratando da materialidade textual, o traço da instabilidade pode ser verificado no movimento próprio da atividade referencial, visto que o referente, pelas predicções que lhe são atribuídas, se modifica no curso da progressão textual e, ainda que seja repetido, cada repetição é única no quadro enunciativo e carregada de nova significação, no quadro geral da constituição do discurso, essa instabilidade é indicadora da concepção segundo a qual os referentes não existem no mundo tal qual os expressamos, nem a língua serve apenas à etiquetagem do que no mundo existe como se se tratasse de categorias de ordem natural. Os referentes e as categorizações constituídas resultam de práticas sócio-histórico-culturais marcadas pela intersubjetividade. (ELIAS, 2010)

É importante ressaltar que o locutor tem uma gama de alternativas para designar, retomar e recategorizar os objetos de discursos, mas precisa atentar que a significação depreendida pelo interlocutor “será sempre e essencialmente contextualizada”. Assim, as palavras podem adquirir diferentes significados dependendo de como são tratadas no texto. “Isto significa que um estado ontológico é substituído por um estado discursivo no caso de designações referenciais” (KOCH & MARCUSCHI, 1998).

Outro conceito importante para nossa pesquisa é o de “referente evolutivo”, postulado por Koch e Marcuschi (1998), em que o objeto de discurso sofre, *ao longo do texto, uma ou mais modificações na predicação*. A utilização de formas nominais anafóricas recategorizadoras homologam “num único item lexical uma série de elementos que o objeto foi recebendo ao longo do discurso”. Dessa maneira, a construção das cadeias referenciais se torna mais aparente pela relação entre a cognição, a interação e o léxico.

As cadeias referenciais, então, são construídas por uma sequência de objetos de discurso inseridos no texto, ou pela recategorização de um mesmo objeto de discurso, pertencentes a um mesmo frame, ou seja, a um mesmo espaço na memória discursiva e sociocultural dos interlocutores.

Koch & Marcuschi (1998, p. 170) sinaliza como a progressão textual está imbricada com a noção de cadeia referencial:

Progressão referencial diz respeito à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às estratégias de designação de referentes e formando o que se pode denominar *cadeia referencial*. A progressão referencial se dá com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso (grifo nosso).

Portanto, todos os processos de referenciação – introdução, categorização, retomada, recategorização, desfocalização, ativação entre outros – realizados no curso do texto vão conduzir o interlocutor a construir sentido numa relação sociocognitiva interacional. Os conhecimentos compartilhados precisam ser ativados seja por inferência no cotexto ou no contexto, seja por *evocar um conjunto de propriedades, relações ou associações (frames, cenários, enquadres)*, como afirma Marcuschi (2006, p. 11): *ao termos de acessar o mundo pelo discurso, é do discurso que partimos e não do mundo como tal*.

3.2. Frame, prototipicidade e estereotipia

Fillmore (1982) (*apud* MORATO, 2010, p. 94) se refere a frame como esquemas de conhecimento ou padrões prototípicos e estereotípicos; Já Van Dijk (*apud* LINS 2008, p. 37) considera frames como informações semânticas gerais guardadas na memória, E aponta para a possibilidade de também considerar os contextos sociais como objetos que podem ser organizados por certa estrutura de frames sociais.

A própria autora demarca que “são, pois, essas noções que explicam como as pessoas partilham conhecimento de modo a produzir sentido sobre o mundo” (LINS, 2008, p. 22). Dessa forma, é possível que os interlocutores possam inferir sentidos ativando na memória social comportamentos típicos de determinadas situações já configuradas na memória social dos interlocutores. Lembrando que o fator cultural é de extrema importância para a ativação de frames: quando se pensa em festa de casamento na sociedade brasileira, vêm à tona uma série de fatores, como uma festa regrada à comida e bebida, animação, dança, crianças pequenas entrando como damas-de-honra, enfim, muita diversão; já para a sociedade estadunidense, por outro lado, aparecem na memória todos sentados, bem comportados, padrinhos fazendo discursos, as melhores amigas da noiva como damas-de-honra, portanto, uma situação mais acalmada.

Tendo todo este contexto sociocultural como relevante e sabendo que o produtor do texto precisa escolher os objetos de discurso direcionando seu interlocutor para a apreensão de sentido do que se quer dizer, podemos nos tomar como relevante esta postulação:

Para que o leitor possa ativar, sempre, a parte do seu conhecimento prévio relevante no momento para o tema em questão, é preciso que ele saiba de que se fala naquele momento. O leitor precisa dirigir o foco da sua atenção sempre para o tema atual e, no caso de uma mudança de tema, precisa deslocar esse foco conforme as circunstâncias. (SCHNOTZ, 2009, p. 175-176).

O conceito de frame é muito discutido e há várias considerações sobre o tema. Aqui nos atemos apenas a uma mínima parte, porém considerada suficiente para o nosso objetivo neste artigo. Os conceitos de prototipicidade e de estereotipia são considerados aqui como abarcados pelo conceito de frame, sendo que o de estereótipos também abarcado pelo de protótipos e são de extrema relevância para nossos estudos. Koch explicita muito bem estes conceitos:

Os nomes, como rótulos, correspondem aos protótipos e contribuem para sua estabilização no fio dos processos discursivos. Primeiramente, correspon-

dem a unidades linguísticas discretas, que permitem uma descontextualização do protótipo segundo os paradigmas disponíveis na língua, garantindo assim sua invariância através dos contextos. Depois, porém, a nomeação do protótipo torna possível seu compartilhamento por inúmeros indivíduos através da comunicação linguística e faz dele um objeto socialmente distribuído, estabilizado no seio de um grupo de sujeitos.

É este protótipo partilhado, que evoluiu para a representação coletiva, que vai construir o estereótipo (KOCH, 2006, p. 56)

Uma categoria se torna estereótipo a partir de uma construção socialmente compartilhada; é o que van Dijk (1994, 1997, *apud* KOCH, 2006, p. 54) vai denominar de cognição social. Os sujeitos estabelecem em sua memória discursiva modelos mentais que se associam a certas categorias, e os acionam sempre que um referente assim o solicita, podendo confirmar o modelo ou readequá-lo de acordo com a atividade discursiva em que se vê como atuante.

A estereotipia permite que o interlocutor faça inferências no contexto tomando como base representações socialmente e culturalmente cristalizadas de modelos preconstituídos. São imagens que intermediam a relação do sujeito com a realidade para atribuir algumas características e não outras ao referente. Quando pensamos em mãe, insinua-nos algumas características socialmente compartilhadas, como afeto, cuidado, carinho, dedicação, renúncia, preocupação etc.

De volta a Koch (2006, p. 57), os sujeitos sociais mobilizam seus modelos de mundo, que não são estáticos e se (re)constróem tanto sincrônica como diacronicamente quando passa da língua ao discurso. Para que os encadeamentos discursivos sejam eficazes, é necessário invocar conhecimentos socialmente compartilhados e (re)construídos discursivamente.

4. A música como gênero textual

Seguindo as orientações de Roxo (2005, p. 185), apesar das diferentes abordagens teóricas a respeito dos gêneros, inclusive as diferentes designações – gêneros textuais ou gêneros discursivos –, todas tocam um ponto em comum: as teorias bakhtinianas.

Bakhtin adota a concepção de linguagem como interação entre indivíduos, que afetados pela língua, marcados pela ideologia e posicionados historicamente, realizam enunciados. Cada enunciado é particular e

individual, mas cada campo da comunicação elabora seus tipos “relativamente estáveis” de enunciados, os gêneros do discurso.

A música é um gênero multimodal no qual subjazem duas instâncias, a verbal e a musical, que devem sempre estar atreladas para que a letra da música não seja confundida com um poema.

A estrutura em versos e estrofes aproxima este gênero com a poesia, tendendo mais para o artístico, o que o permite uma liberdade de criação linguística: uso de figuras de linguagens, de repetição de estruturas sintáticas (paralelismos), liberdade sintática entre outros. A repetição da música leva o interlocutor a memorizá-la mesmo que apenas partes dela, o que faz deste gênero parte do cotidiano das pessoas.

Este tipo de texto gera uma instabilidade entre o oral e escrito, dado que, apesar de seu suporte ser majoritariamente oral, ela se materializa na escrita, seja quando o compositor a concebe, seja no encarte do cd, seja nos sites de música, enfim, em vários meios nos quais são divulgadas.

Em cima destes questionamentos, sentimos a necessidade de fazermos uma opção para que o trabalho de investigação não ultrapasse as normas deste gênero que estamos escrevendo, qual seja, o artigo científico. Portanto, para esta análise, optamos por considerar o gênero música estritamente como escrito.

5. *Mãos à obra – a análise*

Homem-Aranha	
Eu adoro andar no abismo Numa noite viril de perseguição Saltando entre os edifícios Vi você!	Chega de bandido pra prender De bala perdida pra deter Eu tenho uma ideia: Você na minha teia...
Em poder de um fugitivo Que cercado pela polícia Te fez refém Lá nos precipícios Foi paixão à primeira vista...	Chega de assalto pra impedir Seja em Brasília ou aqui Eu tive a grande ideia: Você na minha teia...
Me joguei de onde o céu arranha Te salvando com a minha teia Prazer! Me chamam de Homem-Aranha	Hoje eu estou nas suas mãos Nessa sua ingênua sedução Que me pegou na veia Eu tô na tua teia...

Seu herói! Hoje o herói aguenta o peso Das compras do mês No telhado, ajeitando A antena da tevê Acordado a noite inteira Pra ninar bebê...	(Jorge Vercilo)

A construção do objeto de discurso é ativada pelo próprio título: Homem-Aranha, passando a preencher um nódulo na memória discursiva do interlocutor. Este objeto de discurso já vem carregado de significação pelo conhecimento compartilhado socialmente constituído e funciona como pista enunciativa que irá nortear a progressão referencial.

Ao nos depararmos com objeto de discurso Homem-Aranha, abre-se em nossa memória um frame de super-herói, ativando uma série de pressupostos: um ser forte, bom, arrojado, valente, destemido e que vai sempre salvar o mundo. E especificando ainda mais, é o Homem-Aranha, o super-herói que tem suas características próprias: subir em prédios, saltar de um edifício a outro, tecer teias instantaneamente e ser muito ágil.

A primeira retomada ao objeto de discurso é feita por anáfora usando o pronome “Eu”, que vai circunscrever as duas cadeias referenciais propostas pela música, quais sejam: a de super-herói e a de marido, como veremos no decorrer da análise.

Este objeto de discurso vai sendo categorizado como super-herói por meio de remissões (sujeito nulo – Ø) e da progressão temática com termos que remetem ao estereótipo socialmente construído deste super-herói “Homem-Aranha”: abismo, perseguição, edifícios. Estabelece-se, então, uma cadeia referencial. Mas há, ao final do último verso, a introdução de um novo objeto de discurso “*você*” que assume a posição focal e desativa temporariamente o objeto de discurso que se vinha construindo até aqui (1).

- (1) EU adoro andar no abismo
 Numa noite viril de perseguição
 Saltando entre os edifícios
 (Ø)Vi **você**!...

Seguindo o texto, o objeto de discurso “*você*” é apresentado em uma circunstância de perigo percebida pelas escolhas lexicais do locutor: fugitivo, polícia, refém, precipícios. Há a retomada do objeto de discurso “*você*”, por anáfora (pronome “*Te*”), mantendo-o em foco. Um novo objeto de discurso é introduzido, “*paixão*”, e será responsável pela instabi-

lidade da cadeia referencial de super-herói e o surgimento de uma nova cadeia referencial, a de marido.

- (2) Em poder de um fugitivo
Que cercado pela polícia
Te fez refém
Lá nos precipícios
Foi **paixão** à primeira vista...
Me joguei de onde o céu arranha
Te salvando com a minha **teia**
Prazer!
Me chamam de **Homem-Aranha**
Seu herói!...

Ainda no fragmento (2), podemos perceber a reativação do objeto de discurso “Homem-Aranha” por meio de retomada na primeira linha através do pronome “Me”. Porquanto, já na frase seguinte há a retomada do referente “você” (pronome “Te”), o que nos remete a um interessante processo de progressão referencial que ocorre numa dinâmica muito ativa, em que ora o nódulo ativo é o objeto de discurso “Homem-Aranha”, ora o nódulo é o objeto de discurso “você”. Esta estratégia é típica de textos narrativos, e apesar de, a princípio parecer desestabilizar a progressão textual, corrobora para a construção de sentido pretendido pelo locutor.

Outro objeto de discurso relevante introduzido por anáfora associativa nesta parte do texto é “na minha *teia*” que compõe a cadeia referencial “Homem-Aranha”. Por anáfora, o objeto de discurso “Homem-Aranha” é recategorizado pela utilização do pronome possessivo e o hiperônimo: “*seu herói*”.

Aqui, é importante considerarmos que o objeto de discurso “*herói*” deve ser considerado discursivamente, ao que Koch & Marcuschi (1998) chamam de referente evolutivo, ou seja, este herói referido neste trecho da música, já não é mais o mesmo herói, o prototípico, mas um herói apaixonado, o “*seu herói*”.

- (3) **Hoje o herói** aguenta o peso
Das compras do mês
No telhado, ajeitando
A antena da tevê
Acordado a noite inteira
Pra ninar bebê...

A partir deste ponto (3), o dêitico marcador de tempo “*hoje*” assinala a mudança de status categorial do objeto de discurso “Homem-

Aranha”, já configurado como o “*seu herói*”. A retomada do objeto de discurso “*o herói*” é novamente recategorizado, pois este já não mais o mesmo herói apaixonado e salvador do mundo, como assinalado anteriormente, mas *o herói* sociocognitivamente reconstruído pela progressão referencial como um “*outro herói*”, com as funções que um marido desempenha, desenvolvendo outra cadeia referencial. Isto é inferido pelo processo discursivo que ativa na memória do interlocutor um novo estereótipo, que passa a identificar características concernentes com o estereótipo de marido: quando se pensa em casamento, vêm à tona amor, casa, contas a pagar, filhos, responsabilidades etc.

As duas cadeias referenciais, a de herói e a de marido, passam a atuar em consonância e vão se relacionando por meio de comparação: “*o peso*” – “*das compras do mês*”, “*telhado*” – “*antena de tevê*”, “*noite inteira*” – “*bebê*”. Todo esse processo de construção de sentido só é possível pelo processo sociocognitivo interacional, em que há a colaboração dos parceiros e o compartilhamento dos conhecimentos de mundo e do contexto sociocultural.

(4) Chega de bandido pra prender
De bala perdida pra deter
Eu tenho **uma ideia**:
Você na **minha teia**...

Chega de assalto pra impedir
Seja em Brasília ou aqui
Eu tive **a grande ideia**:
Você na **minha teia**...

Na sequência textual (4), o objeto de discurso “*herói*” assume de vez sua nova condição recategorizada e propõe o abandono da posição de “herói salvador da sociedade” explicitada pela utilização do verbo de acontecimento “Chega”, que, mesmo não sendo considerado como um referente no processo de referenciação, não deixa de ser uma marca importante no contexto como uma espécie de ruptura da cadeia referencial de super-herói, que, ao ser associado aos novos referentes introduzidos: “*bandidos*”, “*bala*”, “*assalto*” vão servir como *continuum* nesta transposição da nova cadeia referencial que se configura, a de “marido”.

Há a retomada anafórica do objeto de discurso “*Eu*”; e inserção de um novo objeto de discurso por anáfora indireta “*uma ideia*”, que apesar de não ter um antecedente explícito, é ancorado pelo contexto sugerindo a relação amorosa. Esta se confirma pela remissão a dois outros referentes “*você*” e “*na minha teia*” e levam o interlocutor à progressão refe-

rencial sugerida pelo locutor. E logo adiante, quatro linhas depois, a AI é recategorizada com “*a grande ideia*”.

É importante nesta parte do texto uma pista enunciativa que vai remeter, ironicamente e por inferência, à situação de corrupção comum em nosso país. Para depreender o sentido, o interlocutor precisa relacionar o referente “*Brasília*” com o contexto político, reforçando mais uma vez a tese da referenciação como processo sociocognitivo interacional.

- (5) **Hoje eu** estou nas ***suas mãos***
 Nessa ***sua ingênua sedução***
 Que ***me*** pegou na veia
Eu tô na ***tua teia***...

O objeto de discurso “eu” é retomado e recategorizado não mais como um super-herói destemido e pronto para enfrentar os perigos, mas, e definitivamente, como uma pessoa comum. O dêitico temporal “Hoje” volta a aparecer nesta estrofe marcando a indubitável transposição discursivamente construída do objeto de discurso de super-herói a marido, com elementos da cadeia referencial que remetem a este estereótipo.

Os novos referentes introduzidos “*suas mãos*” e “*sua ingênua sedução*” são anáforas associativas por serem “ingredientes” do objeto de discurso “você”. Os pronomes “*me*” e “*eu*” retomam o objeto de discurso “Homem-Aranha” recategorizando-o como “preso” à teia; a importante observação aqui é que não é um processo de retomada do objeto de discurso “*teia*” introduzido anteriormente e demonstrado em (4), mas outra teia, a teia da amada, recategorizada pelo pronome possessivo tua: “*tua teia*”. Sugere-se, por inferência, uma inversão de papéis colocando a suposta esposa como detentora da situação, encurralando o “herói” e fazendo dele o refém da situação.

6. O fim da história

Toda essa “transformação” do herói transcrita na letra da música só pode ser percebida pelo interlocutor através da inferência e de um processo sociocognitivo. O sentido só pode ser concebido pela interação e mobilização de conhecimentos através dos quais os parceiros da interlocução compreendem as pistas enunciativas e ativam em suas memórias os estereótipos em que se enquadram os objetos de discurso e seus atributos.

A música Homem-Aranha trabalha muito bem o entrelaçamento de duas cadeias referenciais que são construídas durante o processo discursivo. A primeira cadeia referencial, a de super-herói salvador da sociedade, é bem demarcada na primeira estrofe e, no decorrer do texto, vai se recategorizando fazendo emergir uma nova cadeia referencial, a de marido.

É muito interessante como o objeto de discurso “Homem-Aranha”, introduzido no começo da música, vai evoluindo na tessitura textual e se modificando, comprovando a teoria de Koch & Marcuschi (1998) de referente evolutivo. Até mesmo ao usar o mesmo item lexical “herói”, por exemplo, ele nunca é o mesmo citado anteriormente, porquanto passou por modificações no desenrolar do texto. A palavra teia também muda de categoria, primeiro são as teias do Homem-Aranha, e finaliza com ele preso à teia da “amada”.

Todo esse processo permitiu uma progressão textual coesa e coerente, em que o interlocutor precisa utilizar de seu conhecimento de mundo, de sua cultura adquirida, dos estereótipos cristalizados em sua memória discursiva, remetendo-se do cotexto para o contexto e do contexto para o cotexto, em um dinâmico processo de interpretação por associação das predicções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOCH, I.V. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2002. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap022.pdf>>. Acesso em: 20-06-2014.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____; ELIAS, V. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. Campinas: Contexto, 2006.

_____; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, vol. 14, n. especial, p.169-190, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501998000300012&script=sci_arttext>. Acesso em: 08-07-2014.

MARCUSCHI, L. A. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, vol. 48, n, 1, p. 7-22, 2006.

_____. Atividade de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: _____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 61-81.

SALOMÃO, M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, p. 61-79, 1993. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo35.pdf>>. Acesso em: 20-06-2014.

MORATO, E. A noção de frame no contexto neurolinguístico: o que ela é capaz de explicar? *Cadernos de Letras da UFF*, vol. 4, p. 93-113. 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo4.pdf>>. Acesso em: 05-07-2014.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo, Cultrix, 1993.

VANDA, E. Referenciação e orientação argumentativa em artigos de opinião. In: _____. *Textualidade e discursividade na linguística e na literatura*. São Paulo: Mackenzie, 2010, p. 49-63.

VERCILO, J. Homem-Aranha. Disponível em: <<http://musica.com.br/artistas/jorge-vercillo/m/homem-aranha/letra.html>>. Acesso em: 10-06-2014.

DIREITOS DOS ANIMAIS E A LINGUAGEM JURÍDICA DE INSTRUMENTALIZAÇÃO

Miriam Azevedo Hernandez Perez (UNESA)
miriam.perezrj@gmail.com

RESUMO

O tema dos direitos dos animais é ainda hoje objeto de grande polêmica na sociedade, não havendo sequer uma abordagem consolidada no meio jurídico. Se, de fato, há um debate quanto à necessidade do uso de animais nas pesquisas científicas, por outro lado, verifica-se que o direito reflete a forma como os animais são enquadrados pelos denominados animais racionais. A evolução tímida dos direitos dos animais no Brasil e o debate ainda inicial na sociedade indicam a prevalência da instrumentalização dos animais à lógica do mercado e aos interesses dos homens, sem uma reflexão quanto aos motivos pelos quais essa realidade não pode ser alterada e as opções disponíveis, mais econômicas, saudáveis e, principalmente, menos cruéis. O presente trabalho procura analisar a evolução da linguagem utilizada no enquadramento dos direitos dos animais no Brasil, notadamente após o advento da Lei Arouca (L. 1.1794/2008), e em que medida a ótica utilitarista que sempre prevaleceu vem sendo atenuada e pode ser superada, contribuindo para a construção de uma sociedade na qual os animais sejam efetivamente considerados seres sencientes e respeitados.

Palavras-chave: Linguagem. Direito dos animais. Pesquisas. Arouca. Utilitarismo.

1. Introdução

Os animais, ao longo da história, viveram uma existência condicionada às intempéries da natureza e à vontade humana que nunca se furtou de sua natureza instrumentalista.

De fato, os animais usualmente foram responsáveis pela segurança das casas, tração de veículos e instrumentos da agricultura, serviram como alimento, vestimenta, cobaias de testes para o aperfeiçoamento de produtos para o consumo humano, dentre outros. Assim, a existência dos animais, quando há a aproximação humana em novas terras ou mesmo no

oceano, encontra-se delimitada, quando não ameaçada de forma definitiva.

A medida da relação pode ser definida pela utilidade dos animais às necessidades humanas, mas a notícia e as imagens da prática de violência desnecessária, submissão à dor e agonia, dentre outras contribuem para o debate sobre os direitos dos animais. Esses alcançam, aos poucos, um espectro maior de abrangência, na medida em que o debate aumenta e sua interdisciplinaridade se revela.

No entanto, o direito brasileiro, em que pesem os avanços verificados no reconhecimento desses direitos, ainda lhe confere uma ótica de dominação, o que é espelhado na jurisprudência dos tribunais.

2. *Os direitos dos animais no direito brasileiro e a linguagem da dominação*

O tema da defesa moral dos animais é um tema atual, mas não se trata de um debate iniciado nesse século, mas que, a partir do final do século XX alcançou maiores proporções. Esse incremento das discussões sobre essa temática reflete a oposição crescente à metodologia intensiva de produção de alimentos e de pesquisas científicas, conforme observa Lenize Doval (2008, p. 11).

Os registros apontam que os direitos dos animais eram discutidos pelos primeiros filósofos, a se destacar Pitágoras que, no século VI a. C., defendia a transmigração de almas e referindo-se respeitosamente aos animais. No século VI a.C., Aristóteles defendeu que, na escala natural, os animais encontravam-se distantes dos humanos, pois não possuíam interesse próprio, enquanto sua existência era para a fruição humana (DOVAL, 2008, p. 14).

Essa compreensão dos animais perdura até os dias atuais. Em uma cultura caracterizada pelo seu antropocentrismo e por ser especista, verifica-se o que Doval (2008, p. 12-13) aponta como um “amacramento semântico” nas referências aos animais:

Utiliza-se de eufemismos, levando à substituição de termos por palavras eticamente neutras, como “abater” ou “fazer a eutanásia”, no lugar de matar ou assassinar. Chamamos de “bife” um pedaço processado de cadáver de um animal. Na legislação atual, matar cruelmente um animal consiste em “crime contra o ambiente”, e não contra o animal. Ao invés de “assassinato em massa de animais selvagens pela caça legalizada”, dá-se o nome de “manejo sustentado da fauna cinérgica”.

No direito brasileiro, observa Laerte Levai (2009, p. 1), encontramos o fundamento jurídico da proteção dos animais no artigo 225 par. 1º, inciso VII da Constituição Federal, que estabelece que incumbe ao Poder Público “Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade”. Orientado pela Carta Maior, o legislador infraconstitucional criminalizou a conduta de quem “Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”, nos termos do artigo 32 da Lei 9.605/98.

Conforme observa Levai (2009, p. 2),

Se os animais possuem, no plano teórico, um amplo sistema de tutela jurídica, a legislação protetora funciona melhor nas hipóteses em que eles estão inseridos em determinado contexto ambiental, o de bichos com função ecológica ou sob risco de extinção. Basta constatar, a propósito, que a vedação à crueldade é um dispositivo inserido no capítulo do Meio Ambiente (artigo 225) da Carta da República. Não bastasse isso, matar, perseguir, caçar, apanhar e utilizar animais silvestres configura crime, conforme previsão legal inserida na Lei de Crimes Ambientais (artigo 29).

Os avanços legislativos e a modernização da Justiça brasileira não implicaram na diminuição do preconceito em relação aos animais, por conta do “estigma do malfadado princípio da insignificância”, pelo qual parte significativa dos crimes, quando assim considerados acabam por cair na “vala comum das condutas de menor potencial ofensivo” (LEVAI, (2009).

A discussão sobre o direito dos animais é objeto de uma caricaturização, na medida em que aos ativistas é associada uma imagem de radicalismo, sentimentalismo ou mesmo misantropia. Essa concepção não é apenas disseminada pelos opositores do movimento favorável aos direitos dos animais, mas também pela própria mídia, o que resulta em uma generalização prejudicial, conforme pontua Tagore Silva (2008, p. 15).

Observa ainda o autor (SILVA, 2008, p. 251):

É preciso recusar esta visão do movimento dos direitos dos animais e aceitá-lo enquanto um novo movimento social que emerge na sociedade atual, atento às novas formas de exclusão social baseada não apenas na raça, sexo, no consumo ou na perda da qualidade de vida; mas baseado principalmente na perda da relação de respeito entre as espécies, especialmente, entre a própria espécie humana.

É nesse contexto que o direito entende os animais como «recursos» humanos que estão no mundo para a «utilidade» do ser humano. Com efeito, as

leis de proteção animal e regimentos legislativos prescrevem mais espaço, menos dor, alguns semelhantes para fazer companhia aos animais solitários, formas mais brandas de utilização dos animais e uma menor carga para os animais de tração, além de determinar como deve ser o «corte humanitário» e o comércio de animais; não percebendo que este discurso pode estar embebido de um valor legitimador de práticas cruéis para com os animais.

Silva (2008, p. 250) conclui que o movimento dos direitos dos animais trás uma proposta que requer uma alteração no significado jurídico contemporâneo dos animais. O debate sobre uma hermenêutica jurídica inclusiva dos animais não prescinde de uma modificação do direito, que “é uma instituição social destinada exclusivamente para o homem”.

No entanto, conforme registra Daniel Lourenço (2007, p. 1), são comuns os enfrentamentos judiciais sobre o alcance do conceito jurídico de animal. A palavra, na legislação, ou nas decisões judiciais, é objeto de uma “disfunção empírica e conceitual”. Esclarece o autor:

A subsunção, ou seja, o processo por meio do qual os casos individuais se encaixam dentro de um predicado factual da regra, torna-se muitas vezes complexa e de difícil solução. Conforme se demonstrará, tratando-se de animais, a enorme disparidade conceitual existente pode ser facilmente explicada pela arraigada mentalidade de diferenciação e hierarquização dos seres vivos. Uma breve análise de alguns julgados, muitos deles absolutamente curiosos e inusitados, nos permitirá verificar que a mencionada dificuldade de adequação fática, traduz-se, em verdade, em um instrumento consciente de exclusão dos animais da comunidade moral e jurídica.

Um reflexo desse posicionamento ideológico é a resposta dos tribunais aos crimes envolvendo os direitos dos animais, aos quais não raro é aplicado o princípio da insignificância ou da bagatela, pelo qual se considera a relevância do ato e suas consequências e, na hipótese do bem jurídico ser de pouco valor, a pena deixa de ser imputada (LOURENÇO, 2007).

No mundo contemporâneo, há uma demanda para mais inclusão dos homens na sociedade e, desse modo, no próprio direito, compreendido como um sistema social. No entanto, o mecanismo utilizado como sistema usado para esse fim se utiliza da ambígua definição de “humanidade”, que pode ser concebida sob diferentes ângulos, observa Lourenço (2007, p. 1).

Nos dias atuais, entretanto, perdura essa abordagem, mas em desfavor também dos animais não humanos. Assim, o direito possui um papel relevante no processo de legitimação e perpetuação dessa indiferença

e exclusão da vida animal, inclusive mediante subterfúgios que sequer são objeto de consideração (LOURENÇO, 2007). Observa ainda o autor:

A linguagem pode ser um desses subterfúgios, servindo a uma ideologia de hierarquização da vida, diferenciando equivocadamente homens de não-homens em setores nos quais não há boas e convincentes razões para fazê-lo e mais, estabelecendo tratamentos díspares no seio de grupos isonômicos. A lei, e o próprio direito, em última análise, deveria servir de instrumento na diminuição das desigualdades, protegendo os hipossuficientes e não tiranizando-os. Entre o forte e o fraco, teria dito Lacordaire ainda no século XIX, a liberdade escraviza e a lei liberta.

A compreensão de que o ser humano é o único ser racional, detentor da linguagem, de que é o único ser social, que é o único que produz cultura, assumir e cumprir deveres, detentor de moral já foram contestadas a ponto de se concluir pela sua inveracidade, conforme observa Fábio Oliveira (2011, p. 167).

No entanto, a omissão ideológica e instrumentalizadora dos animais cristalizada no direito – em que pesem as previsões dos direitos dos animais, há, por certo, um sistema muito maior e mais consolidado que permite a sua exploração e aniquilamento –, pode ser encontrada ainda nas religiões que, embora não incitem tais práticas, por certo, compactuam com tais práticas, conforma aponta Fábio Oliveira (2011, p. 199):

Imagina-se: as religiões são, genericamente, benevolentes com os animais. Mentira! Podem ensinar a não chutar um cachorro na rua ou a não cantar *Atirei o pau no gato*... Porém, o que dizer da coisificação animal para *alimentação*? Das roupas de couro? Da experimentação com animais? Dos zoológicos? Manifestações institucionais e não individuais (comuns e não isoladas). Nada. No máximo, muito pouco.

Um pensamento que permeia a maioria das religiões, ainda quando não explicitamente, é o que a vida humana tem um valor supremo, um valor supremo, marque-se bem, sobretudo, para Deus. Deus se importaria prioritariamente ou exclusivamente com os homens, porque os animais, consoante noção generalizada, não podem concebê-lo. Logo, não há comunicação possível ou inteligível, não há conversão, salvação para as suas almas, isto quando se admite terem alma.

Ora, transitar dos dotes que um ser possui para a conclusão de que, em função destes, a sua vida detém um valor escalonado, maior ou menor, conquanto tese que angaria vasto acolhimento inclusive entre os adeptos do direito dos animais, não é isenta de embaraços e é refutada por muitos. A aptidão para escrever, voar, respirar na água, não é isenta de embaraços e é refutada por muitos. A aptidão para escrever, voar, respirar na água, não é bastante para nivelar a vida. Mesmo que se entenda que o homem é o único *animal religioso*, isto não faz a sua vida ser mais relevante do que outras.

3. Conclusão

Esse breve estudo permite constatar que, inobstante as mudanças recentes havidas no direito brasileiro, a tônica da abordagem quanto aos seres não humanos é predominantemente instrumentalizadora e de dominação.

Se o direito vigente retrata em certo grau a natureza de uma determinada sociedade, conforme muitos defendem, a indiferença com a coisificação dos animais resta patente, pois mesmo a legislação relacionada à diminuição do sofrimento desses cede espaço para as necessidades do mercado e, por fim, as demandas da espécie humana dominante.

A aparente preocupação com a mitigação do sofrimento dos animais evidencia, na verdade, a utilização de uma roupagem pouco esclarecedora e que trás poucos resultados práticos, para a diminuição dessa realidade. A ausência de uma fiscalização eficiente constitui outro elemento agravante desse quadro de descaso.

É um descaso que se reflete de volta nos homens, pois o descaso do mercado com o tratamento dos animais, mediante a utilização de hormônios e outras técnicas de aceleração do desenvolvimento, engorda, aproveitamento de todas as partes do corpo, dentre outros, resulta no desenvolvimento precário dessas vidas, que, repletas de remédios e todo o tipo de química servem à alimentação humana.

O direito brasileiro não respeita, ainda, os valores de uma humanidade plena, ao excluir da sua esfera de respeito de dignidade os animais. Se não respeita sequer seus iguais, que dirá seres considerados inferiores e considerados essencialmente no seu aspecto utilitário.

A sociedade não consegue sequer pôr em prática a legislação vigente protetora dos direitos dos animais, que dirá prever normas que efetivem ou que busquem concretizar os princípios constitucionais de dignidade e humanidade. Na verdade, verifica-se que assim como os animais e os humanos, o direito é igualmente objeto da instrumentalização mercadológica, de modo a não alcançar determinadas ações ou direitos que poderiam evitar o sofrimento animal.

A lição já antiga da instrumentalização do homem pelo próprio homem pode ser identificada nesse quadro de fatos, no qual os animais constituem apenas um dos elementos de uma longa cadeia supostamente lógica e razoável, sobre a importância de se manter o fluxo econômico e,

com isso, as práticas “naturais” do mercado, ainda sob os auspícios do vetusto princípio do *laissez-faire*.

Se nos resumimos a números ou apenas elementos de uma macro-estrutura, na qual só encontramos o nosso “real” sentido na medida em que nos engajamos em vários processos que transcorrem simultaneamente, conforme assinalado por Hannah Arendt há décadas atrás, não conseguiremos refletir com sucesso sobre nossas práticas, nossa existência e a ética da nossa existência. Assim como os animais, somos os (supostos) animais racionais que alimentam essa cadeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOVAL, Lenize Maria Soares. *Direitos dos animais: uma abordagem histórico-filosófica e a percepção de bem-estar animal*. Monografia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Veterinário, 2008. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16438/000661804.pdf?sequence=1>>. Data do acesso: 10-05-2014.

LEVAI, Laerte Fernando. *Promotoria de Defesa Animal*. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/02/12/2009/promotoria-de-defesa-animal-parte-1>> e <<http://www.anda.jor.br/02/12/2009/promotoria-de-defesa-animal-parte-2>>. Acesso em: 10-05-2014.

LOURENÇO, Daniel Braga. A “textura aberta” da linguagem e o conceito jurídico de animal. *Pensata Animal*, n. 3, jul., 2007. Disponível em:

<<http://www.pensataanimal.net/arquivos-da-pensata/63-danielblourenco/129-a-textura-aberta>>. Data do acesso: 20-07-2014.

OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. Especismo religioso. *Revista Brasileira de Direito Animal*. Vol. 6, n. 8, jan./jun. 2011 Salvador, BA: Evolução, 2011. p 161-220. Disponível em:

<https://www.animallaw.info/sites/default/files/brazilvol8_2.pdf>. Data do acesso: 20-08-2014.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. *Direito animal e hermenêutica jurídica da mudança: a inserção da linguagem dos movimentos sociais em um novo significado jurídico*. *Revista Brasileira de Direito Animal*, vol. 3, n. 4, p. 247-264, 2008. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/viewFile/10468/7476>>. Acesso em: 20-07-2014.

E COM VOCÊS O CLONE DE SUPERMAN PREFERIDO DE JACK KIRBY... O CAPITÃO MARVEL

André Luís Soares Smarra (UNESA)

andre@smarra.com.br

César Augusto Lotufo (UNESA)

lotufo@oi.com.br

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

O lugar do debate é circunscrito por um certo número de pressupostos, dentro dos quais o principal refere-se à relação entre o mundo real, as construções da lógica formal e a natureza do conhecimento científico. (PÊCHEUX & GADER, 2004)

RESUMO

O mundo clássico admirado por Nietzsche, permitiu o surgimento de um panteão de super-heróis, vistos como deuses e/ou semideuses, ao mesmo tempo em que possibilitou a construção interpretativa e enlouquecida de Hitler chamada “raça ariana”, os verdadeiros germânicos, poderosos, geneticamente puros e predecessores das antigas civilizações clássicas de Grécia e Roma. Dois desses super-heróis merecem uma especial atenção, seja pelo simbolismo que envolve seu *alter ego* – o jornalista Clark Kent, a máscara do alienígena Kal-El e o radialista Billy Batson que encarna poderes mágicos de divindades e reis, o Capitão Marvel, seja pela concorrência no mercado de gibis, já que Shazam (nome atual do Capitão Marvel) é considerado um plágio do Homem de Aço. Corria o ano de 1953 quando a Editora Fawcett cancelou a série do Capitão Marvel, pois sofreu uma grande queda de vendas, além de a DC Comics ter processado a concorrente por ter ousado publicar as aventuras do clone do Superman. Quando a editora desistiu de lutar pelo título, em 1968, a Marvel Comics comprou os direitos de publicar um super-herói com o nome Capitão Marvel, transformando em guerreiro Kree, que lutou contra tiranos cósmicos que desejavam invadir a Terra, verdadeiros deuses do mal como Thanos. Enquanto isso, a DC Comics, que adquirira o Capitão Marvel da Fawcett, na década de 1970, lançava o título *Shazam*, devido às questões jurídicas pendentes, mantendo o espírito juvenil das aventuras do Capitão.

1. Introdução

Provavelmente quase toda criança no Ocidente sonhou em algum momento de sua vida em se transformar em um super-herói. No universo da editora norte-americana DC Comics, o jovem órfão Billy Batson conseguiu realizar esse sonho.

Assim como em todo mito de heróis em quadrinhos existe a necessidade de uma identificação com o leitor (ALMADA & GOMES, 2014, p. 73), no caso do *alter ego* de Billy Batson, o Capitão Marvel, não foi diferente.

O rapaz era filho de arqueólogos renomados, mas que morreram durante a escavação do túmulo do faraó Ramsés II, no Egito. Billy foi adotado pelo seu tio, meio-irmão de seu pai, Ebenezer, nome claramente extraído no personagem Ebenezer Scrooge, de Charles Dickens, que roubou o fundo fiduciário do jovem e o expulsou de casa.

Como os mitos são construídos por meio de tragédias (CAMP-BELL, 2007), a história do personagem não poderia ser diferente. Depois de conseguir um emprego vendendo jornais nas ruas e dormindo nas ruas, um estranho o leva a labirintos subterrâneos até chegar a uma caverna que com sete estátuas que representam os inimigos do homem: o orgulho, a inveja, a luxúria, o ódio, o egoísmo, a preguiça e a injustiça. Em seguida, ele se encontra com o velho mago sentado em um trono, o Shazam, que diz que o jovem se tornou merecedor de herdar seus poderes, por causa de sua bondade e pureza, mas precisar viver de forma reta e combater os sete inimigos da humanidade.

A partir dali ele recebeu os seus poderes: a sabedoria de Salomão, a força de Hércules, o vigor de Atlas, o poder de Zeus, a coragem de Aquiles e a velocidade de Mercúrio. Bastava dizer a palavra Shazam, que eram as iniciais de cada um dos doadores de seus poderes, inclusive mudando sua aparência para de um homem, mais velho e mais forte.

Assim surgiu um tipo diferente de herói, embora, extremamente poderoso, ele continuava sendo uma criança: inocente, ingênuo, mas com poderes de um deus.

2. *Shazam!*

Assim como o Superman, o personagem messiânico criado de Jerry Siegel e Joe Shuster (GOMES, 2012, p. 17; LOTUFO & SMARRA, 2012, p. 173), o Capitão Marvel é um super-herói que foi inspirado no mito de Übermensch, o “super-homem” de Friedrich Nietzsche, em sua obra *Assim Falou Zaratustra*. Os dois representam de alguma forma um novo tipo humano pós-cristão, destinado a reconstruir o mundo clássico, conforme Knowles (2008).

Esse mundo clássico admirado por Nietzsche, permitiu o surgimento de um panteão de super-heróis, vistos como deuses e/ou semideuses, ao mesmo tempo em que possibilitou a construção interpretativa e enlouquecida de Hitler chamada *raça ariana*, os verdadeiros germânicos, poderosos, geneticamente puros e predecessores das antigas civilizações clássicas de Grécia e Roma. (Cf. LOTUFO & SMARRA, 2012, p. 165)

Anos antes do surgimento de Superman e Capitão Marvel e um pouco depois do supervilão careca protótipo de Lex Luthor, a dupla Siegel-Shuster criou, em 1935, o Dr. Oculto, um detetive que sofreu uma radical transformação em 1936, desenvolvendo grande força física e alcançando voo num uniforme vermelho e azul, tornando-se o Dr. Místico, outro protótipo do super e de seu clone, o Marvel da Fawcett’s Publishing. (MORRISON, 2012)

Sem dúvidas, o Capitão Marvel foi o mais importante concorrente do Superman. A concepção desse super-herói, por Bill Parker (da área de literatura Clássica) e C. C. Beck (artista plástico), teve a influência de deuses pagãos greco-romanos e do sábio rei judaico Salomão.

A revista *Whiz Comics*, número 1, de 1940, apresentou a história de Billy Batson, que recebe seus poderes para lutar contra o mal, pronunciando seu nome: *SHAZAM!!!!!!*

Para completar esta onda pagã que invadiu o mercado das histórias em quadrinhos, dominado por um Super-Messias, o Capitão Marvel foi submetido a um ritual egípcio tornando-se um novo deus Sol – *Osiris* –, que organizou um novo panteão de divindades, através do Capitão Marvel Jr e Mary Marvel: Hórus e Ísis, no entendimento de Les Daniels, em sua *História dos Comics Books na América*.

Essa nova divindade no formato de super-herói, coberta com um belíssimo uniforme vermelho todo paramentado, encantou o famoso artista e desenhista de tantos heróis e super-heróis Jack Kirby, a ponto des-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

se utilizar uma origem semelhante para seu deus nórdico Thor, em 1962, e antes do asgardiano, em 1941, o supersoldado igualmente paramentado, com outro Capitão... o América.

Corria o ano de 1953 quando a Editora Fawcett cancelou a série do Capitão Marvel, que depois de permitir muitos lucros editoriais sofreu uma grande queda de vendas, além da DC Comics ter processado a concorrente por ter ousado publicar as aventuras do clone do Superman.



Fig. 1. Revista Whiz Comics

Quando a Fawcett desistiu de lutar pelo título, em 1968, a Marvel Comics comprou os direitos de publicar um super-herói com o nome Capitão Marvel, transformando em guerreiro Kree, que lutou contra tiranos cósmicos que desejavam invadir a Terra, verdadeiros deuses do mal como Thanus. (MORRISON, 2012)

O famoso desenhista místico Jim Starlin transformou esse capitão num vingador, lutando ao lado de Thor, Homem de Ferro e Capitão América, após a era Lee-Kirby; até que decidiu matá-lo, vítima de câncer, na *graphic novel A Morte do Capitão Marvel*, publicada nos Estados Unidos em 1981 e, no Brasil, em 1988 pela Editora Abril.

Enquanto isso, a DC Comics, que adquirira o Capitão Marvel da Fawcett, na década de 1970, lançava o título *Shazam*, devido às questões jurídicas pendentes, mantendo o espírito juvenil das aventuras do Capitão até que, em 2004, Mark Waid (roteiro) e Alex Ross (arte), projetam um mundo dez anos à frente dos super-heróis dos anos 90, que aposentados, retornam para combater seus sucessores. Em *O Reino do Amanhã*, Superman luta contra o Capitão Marvel, que submetido a um poder hipnótico de Lex Luthor, liderava esses novos super-heróis, sucessores dos aposentados e que não respeitavam os compromissos de ética, moral e solidariedade de seus predecessores, com a humanidade.

Na *graphic novel O Reino do Amanhã*, o Capitão Marvel encerra a sua participação nos quadrinhos, depois de se recuperar da hipnose e retomar sua consciência ele morre tentando salvar o planeta Terra da destruição por um míssil nuclear, enviado por Luthor para exterminar os seres humanos.

Nesta epopeia em quadrinhos, o Capitão Marvel cumpriu a missão designada ao Messias Superman, ou seja, morreu para salvar a humanidade. Entretanto, para a alegria dos seus fãs, o clone terrestre do guerreiro de aço kryptoniano ressuscitaria, mas isso é outra história.

3. Considerações finais

Pode-se concluir que a famosa contenda judicial entre a DC Comics e a Fawcett's Publishing pelos direitos autorais daquele que seria um plágio do Homem de Aço permitiu a ampliação do universo mitológico dos heróis e heroínas com superpoderes cósmicos e/ou mágicos na construção e reconstrução de eras marcantes na *História das Histórias em Quadrinhos*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Bárbara; GOMES, Nataniel dos Santos. A questão da inclusão através das histórias em quadrinhos. In: GOMES, Nataniel dos Santos; ABRÃO, Daniel (Orgs.). *Grandes poderes trazem grandes responsabilidades*: refletindo sobre o uso das histórias em quadrinhos em sala de aula. Curitiba: Appris, 2014.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athenas, 2007.

GOMES, Nataniel dos Santos. Deus entrou no universo dos super-heróis: como a religião tem usado os quadrinhos para proclamar suas doutrinas. In: *Quadrinhos e transdisciplinaridade*. Curitiba: Appris, 2012, p. 11-19.

KNOWLES, Christopher. *Nossos deuses são super-heróis*. São Paulo: Cultrix, 2008.

LOTUFO, C. A.; SMARRA, A. L. S. Assim fizeram os deuses, assim fizeram os seres humanos: uma mitologia dos heróis. In: GOMES, Nataniel dos Santos; RODRIGUES, Marlon Leal. (Orgs.). *Para o alto e avante*: textos sobre histórias em quadrinhos para usar em sala de aula. 1. ed. Curitiba: Appris, 2012, v. 1, p. 163-180

MORRISON, Grant. *Superdeuses*. São Paulo: SEOMAN, 2012.

ENTRE O POPULAR E O POPULISTA: OS EFEITOS DE PATEMIZAÇÃO EM NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS

Caroline Lourenço Monteiro (UFF)

monteirocaroline@hotmail.com

Patrícia Ferreira Neves Ribeiro (UFF)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar quais são os lugares de inscrição do *pathos* em notícias da mídia impressa e como ele contribui para os efeitos possíveis de sentido. Para isso, utilizaremos um *corpus* composto por notícias publicadas no mesmo dia, sobre o mesmo assunto, em dois jornais que circulam no estado do Rio de Janeiro: *O Globo*, voltado a um público culto, e o *Meia Hora*, voltado a um público popular. Baseados nos pressupostos teóricos da semiolinguística, de Patrick Charaudeau, especialmente no que concerne à teoria da enunciação e ao contrato de comunicação midiático, procuraremos identificar quais são as estratégias utilizadas por cada veículo de comunicação a fim de atingir o interlocutor e, consequentemente, ter sucesso nas vendas, sem perder, contudo, o objetivo maior, que é o de levar a informação. Além disso, também observaremos a maneira pela qual essas estratégias interferem na construção do sentido, o qual se dá através da interação entre os quatro sujeitos que compõem o ato de linguagem.

Palavras-chave: Popular. Populista. Patemização. Notícias jornalísticas. *Pathos*.

1. Considerações iniciais

Neste trabalho, analisaremos como as emoções se fazem presentes num tipo de discurso que nos é apresentado como imparcial e objetivo: o discurso jornalístico. Para isso, escolhemos uma notícia sobre um mesmo fato, veiculada em dois periódicos que circulam no estado do Rio de Janeiro: *O Globo*, voltado a um público culto; e o *Meia Hora*, voltado a um público mais popular.

Dessa forma, observaremos o potencial patêmico existente nas estratégias discursivas utilizadas por cada veículo de comunicação e como a patemização contribui para a construção do sentido. Contudo, faz-se necessário que abordemos um pouco de referencial teórico que embasa esta pesquisa.

2. A teoria semiolinguística e o contrato de comunicação midiático

Para a abordagem dos pressupostos que norteiam a teoria de análise do discurso de Patrick Charaudeau, é interessante que iniciemos examinando o próprio nome empregado para designar essa corrente de estudos: semiolinguística. A primeira parte, *semio-*, vem do grego *semiosis*, configurando que a construção do sentido se dá através de uma relação forma/sentido. A segunda parte, *-linguística*, aponta para o fato de que as línguas naturais são a matéria principal da forma citada, ou seja, é sobre o material linguageiro que incide a pesquisa.

No âmbito dessa teoria de análise do discurso, impõe-se um processo de *semiotização do mundo*, composto por um processo de transformação e outro de transação. O processo de transformação transforma o “mundo a significar” em “mundo significado” por um sujeito falante e compreende quatro tipos de operação: identificação, qualificação, ação e causação. Já o processo de transação faz do “mundo significado” um objeto de troca linguageira entre os participantes da interação e se realiza de acordo com quatro princípios: de alteridade, de pertinência, de influência e de regulação. Pelo fato de determinar as escolhas linguísticas, o processo de transação comanda o de transformação.

É preciso deixar claro, sobretudo, que, no âmbito da Semiolinguística, a construção do sentido se dará através de sujeitos movidos por determinadas intenções comunicativas e inseridos num mundo social. Tendo como exemplo o enunciado *Ele ainda não sabe dar o troco*, percebemos que, se fosse proferido por uma mulher que fala sobre o que o filho aprendeu em uma aula de matemática, significaria que a criança ainda não aprendeu todas as operações. Mas se fosse essa mesma mãe falando sobre o fato de o filho ter apanhado na escola e não ter batido também, significaria que a criança ainda não aprendeu a revidar determinadas ações. Dessa forma, parece claro como a construção do sentido depende do dispositivo comunicativo, articulando o implícito e o explícito, o discursivo e o situacional, assim como dos sujeitos que enunciam, já que esse efeito de sentido é fruto da interação entre esses sujeitos.

Os sentidos também não dependem exclusivamente de um sujeito, mas sim de todos os sujeitos que fazem parte de um ato de linguagem, já que esses sentidos são construídos tanto na produção quanto na recepção de qualquer enunciação. Isso faz com que todo ato de linguagem seja uma aposta, na qual o locutor deseja que o interlocutor encontre nos enunciados muitos mais do que apenas o sentido literal de palavras postas lado a lado, pois, segundo Charaudeau (1999, p. 30), os enunciados não significam em si mesmos, só quando são colocados num determinado espaço de condicionamento.

Em novembro de 2008, o jornal *Meia Hora* publicou uma notícia cuja manchete foi alvo de muitos comentários: *Fábio Assunção dá um tempo na carreira. Ator abandona Negócio da China para cuidar da saúde*. Um interlocutor poderia entender a mensagem apenas com o sentido de que o ator estaria doente e deixou a carreira na novela para se tratar. Contudo, o sentido ampliado, o de que o ator abandonou a novela por problemas de saúde ligados a envolvimento com drogas, e que o vocábulo *carreira* faz alusão a uma carreira de cocaína, só seria entendido se o interlocutor fosse além do sentido linguístico proposto e chegasse ao sentido de discurso.

Esse exemplo, ao construir o texto brincando com os sentidos que podem ser atribuídos à palavra “carreira”, ilustra bem a noção de que a linguagem é um objeto não transparente e que o processo de comunicação não é o resultado de uma única intencionalidade, mas sim da relação entre os parceiros da troca linguageira. Dessa forma, para Charaudeau, o ato de linguagem não esgota sua significação em sua forma explícita, pois se trata de um objeto duplo, constituído de um explícito e de um implícito.

Extraí-se daqui uma diferença importante para a semiolinguística, entre o sentido de língua e o sentido de discurso. Como pudemos observar, o sentido de língua se constrói por meio de signos, nos quais associamos significantes e significados. Já o sentido de discurso não pode ser construído como se cada signo tivesse um valor absoluto, é preciso articulá-lo com outros signos e com o espaço de condicionamento do ato da linguagem.

Também é importante mencionar que todo ato de linguagem é, segundo Charaudeau (2012b, p. 45), é um ato interenunciativo entre dois tipos de sujeitos: os sujeitos, chamados de EUE – EU enunciador – e TUD – TU destinatário –, que assumem a instância da produção e são abstra-

ções; e os parceiros, chamados de EUc – EU comunicante – e TUi – TU interpretante –, seres do mundo real, ligados em uma relação contratual.

O EU comunicante é quem inicia o processo de produção, comandando, no quadro do fazer, a encenação. Já o EU enunciador define-se como ser de fala da encenação do dizer; é a imagem construída pelo EUc, na qual estará presente toda a sua intencionalidade comunicativa, é um ser que só existe devido ao ato de linguagem.

O TU destinatário é também definido como ser de fala da encenação do dizer; o sujeito imaginado pelo EUc como o ideal, e interpretado assim pelo TUi. O TU interpretante existe independentemente dos outros sujeitos; é o responsável pela iniciativa do processo de interpretação.

No espaço interno, temos o mundo discursivo, onde se encontram os seres da fala e onde se apresenta a *mise en scène* – a encenação do ato de linguagem, no sentido literal do termo – enquanto, no espaço externo, temos o mundo situacional, onde se encontram os seres agentes e onde circulam saberes ligados ao psicossocial.

Também cabe evidenciar que todo ato de linguagem é uma aposta, portanto, nem sempre terá, necessariamente, sua finalidade comunicativa alcançada. Essa aposta de uma comunicação bem sucedida estabelecida entre os quatro sujeitos se constrói sob o comando de um contrato comunicativo. Esse contrato depende, segundo Charaudeau (1996, p. 35), de três componentes: o comunicacional, que analisa o quadro físico do ato linguageiro; o psicossocial ou situacional, que diz respeito às impressões que os parceiros têm uns em relação aos outros; e o intencional ou discursivo, que se refere ao “conhecimento” que os parceiros têm uns dos outros, levando em conta os imaginários culturais e os saberes compartilhados entre eles.

E sobredeterminada pelo contrato de comunicação que se constrói a *mise en scène*. Todo ato de linguagem tem uma faceta teatral que nos ajuda a viver em sociedade, pois, em diversos momentos do nosso dia a dia, temos que colocar nossas máscaras para que possamos conviver da melhor maneira nas mais diversas situações de troca linguageira – segundo diferentes relações contratuais – a que somos expostos. Por exemplo, um advogado, ao defender a empresa para a qual presta serviços, assume uma máscara e uma posição na encenação do Dizer que talvez chegue a ir contra a ideologia de seu EUc.

No que concerne ao contrato de comunicação midiático vale salientar a particularidade apontada por Charaudeau (2012b, p. 72): o duplo papel assumido pela instância de produção: “de fornecedor da informação, pois deve fazer saber, e de propulsor do desejo de consumir as informações, pois deve captar seu público”. É bom ressaltar o fato que essa instância de produção não é representada por apenas um jornalista. Ele é, obviamente, a figura mais importante, mas não se pode deixar de levar em conta os outros “atores” da enunciação, como os redatores, operadores e técnicos.

Nesse ato de linguagem no qual a mídia impressa se insere, os receptores não estão presentes fisicamente na relação de troca (CHARAUDEAU, 2012b, p. 79), por isso a instância de produção é obrigada a fazer uma previsão, considerando o público como destinatário-alvo (ideal) ou como receptor-público (real).

Os objetivos do contrato midiático são ter credibilidade e atingir o maior público possível, mas, conciliá-los não é tarefa fácil, na medida em que, se o jornal priorizar somente a informação, será credível, mas se distanciará do grande público e se priorizar a captação das massas, pode exagerar na espetacularização e se distanciar da credibilidade. Portanto, o grande desafio das mídias é transitar entre a credibilidade e a captação priorizando sempre a informação.

3. *As emoções no discurso*

Trataremos aqui das emoções numa abordagem discursiva, baseado nos pressupostos de Charaudeau (2010), focalizando nossos estudos, não nas emoções efetivamente sentidas pelos sujeitos, mas sim nas emoções das quais a linguagem pode ser portadora. Vale ressaltar que os signos linguísticos isolados não garantem a construção da emoção, ela só será construída a partir de um discurso, numa situação de troca linguageira entre os sujeitos que compõem o ato de fala.

Charaudeau (2010) destaca três questões que julga serem fundamentais para uma abordagem discursiva da emoção: as emoções são de ordem intencional, pois se inscrevem num quadro de racionalidade que está ligado à intencionalidade dos sujeitos; estão ligadas a saberes de crença, pelo fato de estarem associadas a conhecimentos e julgamentos subjetivos dos sujeitos; e se inscrevem dentro de uma problemática das representações psicossociais, já que as emoções podem ser definidas co-

mo estados mentais intencionais que se apoiam em crenças, fazendo com que a questão da representação sociodiscursiva também esteja presente.

Destacamos, ainda, que pelo fato de que a análise do discurso não ter meios para que a análise das emoções sentidas pelos sujeitos seja feita, o estudo das emoções se concentrará nos efeitos visados, já que não há garantia de que esses efeitos sejam efetivamente produzidos. Por isso, Charaudeau adota o termo “patemização” no lugar de emoção, afastando-se de uma análise psicológica ou sociológica das emoções e se concentrando na abordagem dos efeitos patêmicos possíveis do discurso.

Nesse sentido, uma análise dos efeitos de patemização de qualquer enunciado estará intrinsecamente ligado à situação sociocultural na qual se inscreve a troca comunicativa. Por exemplo, uma notícia que relate a escravidão de negros nos dias de hoje poderá produzir efeitos patêmicos diferentes: na África, devido a todo o histórico de escravidão, poderá desencadear um efeito patêmico mais forte do que na Europa.

Charaudeau (2010) aponta que os efeitos patêmicos podem ser alcançados tanto pelo discurso explícito e direto, a partir do uso de determinadas palavras, como também pelo discurso implícito e indireto, a partir do uso de palavras que pareçam neutras. A partir daí três problemas são destacados pelo autor:

- 1) há palavras que descrevem emoções, como “cólera”, “angústia”, “indignação” etc., mas isso não é garantia de que o sujeito, ao utilizá-las, sentirá tais emoções, e nem de que seu uso irá produzir um efeito patêmico no interlocutor;
- 2) existem palavras que não descrevem emoções, mas pode desencadear-las, como “assassinato”, “vítimas”, “manifestação” etc. e, além disso, também haverá influência da orientação argumentativa, como nos mostra a teoria dos *topoi*, de Ducrot, de acordo com o contexto em que tais palavras sejam empregadas;
- 3) há enunciados que não permitem palavras patemizantes, mas que podem produzir efeitos patêmicos de acordo com o conhecimento que se tem da situação de comunicação.

Charaudeau afirma, ainda, qualquer estudo dos efeitos patêmicos deve se apoiar em três condições:

- 1) que o discurso produzido se inscreva em um dispositivo comunicativo (...)

- 2) que o campo temático sobre o qual se apoia o dispositivo comunicativo (o propósito relativo aos acontecimentos) preveja a existência de um universo de patemização e proponha certa organização das tópicas (imaginários sociodiscursivos) suscetíveis de produzir tal efeito. (...)
- 3) que no espaço da estratégia deixado disponível pelas restrições do dispositivo comunicativo, a instância de enunciação se valha da *mise en scène* discursiva com visada patemizante. (CHARAUDEAU, 2012, p. 39 e 40)

No caso do discurso jornalístico, a instância de produção utiliza algumas estratégias na tentativa de incitar determinada emoção que, por muitas vezes, rompem com a ideia de que esse tipo de discurso é neutro e objetivo. É bastante comum que isso ocorra, principalmente nos jornais ditos populares, mas que poderiam receber o adjetivo de populista, na medida em que acaba transformando o jornal em um espaço de dramatização na tentativa de tornar uma notícia mais atraente.

Isso fica evidente no exemplo a seguir: em 01 de dezembro de 2011, o jornal *Meia Hora* apresentou a manchete “Luan Santana é morto a tiros” para a notícia que relatava o assassinato de um homem, no estado do Paraná. É notório que a intenção do jornal era provocar o desespero do interlocutor, fazendo-o pensar que o homem assassinado era o famoso cantor, quando na verdade a vítima era um cidadão desconhecido da maioria, apenas um homônimo da celebridade.

4. *Análise*

Os textos selecionados serão analisados através da observação dos efeitos de patemização, segundo as categorias abaixo, modelo proposto por Emediato (2007)

4.1. A emoção e a tematização

Apesar de os dois jornais noticiarem o mesmo fato, observamos que cada um focalizou uma tematização diferente e isso pode ser percebido logo após a leitura das titulações. A manchete do jornal *O Globo* “Perigo clandestino”, seguida do subtítulo “Explosão em depósito de combustível ilegal em Caxias mata um e fere sete”, deixa claro a opção do jornal em chamar a atenção do leitor para o fato de o depósito de combustível estar em situação irregular, o que, provavelmente, colaborou para que o incêndio ocorresse.

A manchete do jornal *Meia Hora* “Incêndio sinistro mata um e deixa oito feridos”, seguida do subtítulo “Vizinhos de distribuidora de combustíveis tiveram que deixar suas residências às pressas”, opta em valorizar a tragédia, evidenciando as vítimas e as pessoas que ficaram desabrigadas.

Dessa forma, o objeto indutor da emoção é o próprio objeto temático, pois, a partir das escolhas feitas por cada jornal percebemos a intencionalidade patêmica de cada objeto: o de *O Globo* leva o leitor a sentir-se indignado pelo fato de a lei não estar sendo cumprida e existirem empresas na clandestinidade; o do *Meia Hora* causa no leitor a sensação de medo por não saber a causa do incêndio e de compaixão pelas vítimas e pelos desabrigados.

4.2. A emoção pela problematização

Podemos destacar alguns pontos que ocupariam a dimensão patêmica no processo de problematização. A notícia dada pelo jornal *O Globo*, já a partir da rubrica “Às margens da lei”, deseja acionar o leitor enquanto cidadão a sentir-se indignado por ainda existir clandestinidade dentro de uma sociedade com leis a serem cumpridas, o que também é reforçado pelo título “Perigo Clandestino”. É importante notar que o leitor só saberá que ocorreu um incêndio, com uma vítima fatal e outros feridos, após a leitura do subtítulo, mas que a clandestinidade continua reforçada através do uso do adjetivo “ilegal” para qualificar o substantivo “depósito”.

Já a notícia dada pelo jornal *Meia Hora*, a partir da rubrica “Cem casas são interditadas em Caxias”, chama atenção para o fato de que há, provavelmente pessoas desabrigadas pelas quais o leitor deve sentir compaixão. O título “Incêndio sinistro mata um e deixa oito feridos” continua provocando a compaixão do leitor, agora pela vítima fatal e pelos demais que ficaram feridos, mas, além disso, ao qualificar o incêndio como “sinistro”, leva o leitor a problematizar que o fogo foi causado por alguma força sobrenatural, alguma fatalidade, suscitando, assim, o sentimento de medo no leitor.

4.3. A emoção pela modalização enunciativa

Na titulação dos dois periódicos observamos a predileção pelo comportamento delocutivo, no qual o locutor se apaga, enunciando um texto aparentemente objetivo. No título da notícia de *O Globo* percebemos enunciados realmente objetivos, contudo, no título do *Meia Hora*, é visível como o uso do adjetivo “sinistro” quebra a delocução, e, assim, notamos a presença da opinião assumida pelo enunciador, dando ao enunciado um potencial patêmico.

Ao longo da notícia publicada em *O Globo*, notamos a manutenção do comportamento delocutivo através de asserções que demonstram certeza na maior parte do texto, como em “Um incêndio de grandes proporções deixou na quinta-feira sete pessoas feridas e provocou a morte de Gelson da Silva Ferreira”. A presença de asserções de probabilidade como “podem existir entre 20 e 30 depósitos de combustível irregulares” contribuem para o apagamento do enunciador e para que o periódico tenha credibilidade junto ao público. Outro fator que colabora para a construção de um discurso marcado pelo delocução é a presença do discurso relatado, muito presente ao longo do texto.

Assim como Emediato (2007) aponta, pensamos que o potencial patêmico do discurso jornalístico marcado pela delocução também está associado ao seu potencial problematizador.

Entretanto, é possível observar a presença de uma expressão “revelou um *absurdo*”, marcada pela subjetividade, revelando a opinião do enunciador em relação à existência de muitos depósitos de combustíveis clandestinos e corroborando para provocar no leitor o efeito patêmico de indignação e revolta.

A notícia do jornal *Meia Hora* também opta pelo comportamento delocutivo através de asserções de certeza em todo o texto e também pela presença do discurso relatado. Um discurso relatado, em especial, reforça o potencial patêmico da notícia e colabora para provocar o medo no leitor: “O estudante Bruno Vitor de Souza, de 17 anos, relatou os momentos de agonia dos moradores. “Só vi bombeiros correndo e gritando ‘sai, sai, que vai explodir tudo!’”, contou ele”.

4.4. A emoção e a descrição

Ao analisarmos a relação entre descrição e patemização, podemos apontar que as qualificações axiológicas ou afetivas contêm efeitos patêmicos bastante perceptíveis.

Como já analisamos no tópico anterior, podemos observar grandes diferenças entre as qualificações feitas pelos dois jornais já na titulação: em *O Globo*, o uso de “Perigo *clandestino*” e “depósito de combustível *ilegal*” são adjetivações que garantem a objetividade do jornal, pois os adjetivos usados não serão contestados, porque a ilicitude já é um fato; no *Meia Hora*, o uso de “Incêndio *sinistro*” amplia a dramatização e, consequentemente, o índice de patemização.

Ao longo da notícia do *O Globo* observamos, também já citado em tópico anterior, a qualificação “revelou um *absurdo*”, que aumenta a dramatização. Contudo, todas as outras qualificações feitas são mais objetivas e a maioria reforça a ideia principal de ilegalidade que a notícia traz, tais como: “grupos *clandestinos*”, empresa que é *ilegal*” e “licença *cassada*”. Isso também acontece nas qualificações feitas através da reprodução do discurso direto dos entrevistados: “forma *irregular* e *clandestina*”, “licença *ilegal*” e “crime *federal*”.

No jornal *Meia Hora*, apesar de também conter qualificações objetivas, as notícias apresentam algumas qualificações que intensificam os índices de patemização, responsáveis por causar medo no leitor, enfatizando a tragédia: “vizinhos *assustados*”, “momentos de *agonia*” e “100 residências *interditadas*”.

4.5. A emoção e a narração

Muitos são os efeitos patêmicos que podem surgir dos enunciados narrativos, já que neles podem ser percebidas determinadas tensões que produzirão manifestações dos leitores a partir do julgamento das ações narradas.

No jornal *O Globo*, as ações do actante, presentes no subtítulo “Explosão em depósito de combustível ilegal em Caxias *mata* um e *fere* sete”, pode levar o leitor à indignação, assim como outras ações que podem ser identificadas ao longo da notícia: “Um incêndio de grandes proporções deixou na quinta-feira sete pessoas feridas e provocou a morte de Gelson da Silva Ferreira”, “Pelo menos sete tanques de combustível da

Petrogold *foram consumidos* pelas chamas,” e “Embora não *tenha* licença ambiental do estado, a Transportadora Petrogold *tem* autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP)”.

No *Meia Hora*, podemos observar que as ações dos actantes tem uma carga dramática maior, explicitando ainda mais os efeitos patêmicos pretendidos, como verificamos nos seguintes enunciados: “Vizinhos *fugiram* às pressas”, “O estudante Bruno Vitor de Souza, de 17 anos, *relatou* os momentos de agonia dos moradores” e “Vizinhos de distribuidora *tiveram que deixar* suas residências às pressas”.

5. Considerações finais

A análise das notícias nos permitiu identificar o potencial patêmico existente nos textos dos dois jornais. Contudo, cada um deles, na tentativa de alcançar os efeitos patêmicos visados para tocar o seu público-alvo, utiliza diferentes estratégias discursivas que são capazes de provocar diversas emoções.

Percebemos que o jornal *O Globo*, desejando ter credibilidade junto ao seu interlocutor, constrói seu texto para que este se sinta indignado como cidadão ao perceber as falhas existentes na Justiça brasileira, trazendo à tona a tópica da legalidade, o que é reforçado pela presença dos discursos relatados de autoridades. Na notícia fez isso através da denúncia de que existem muitos depósitos de combustíveis clandestinos no Rio de Janeiro, aproximando o seu discurso do “popular”, escrevendo para o grande público.

O jornal *Meia Hora*, desejando atingir seu interlocutor, enfatiza o lado dos mais sofridos, das vítimas. A notícia focaliza os desabrigados, deixando o incêndio como um fato secundário. Assim, o jornal aproxima seu discurso do “populista”, garantindo a fidelização do leitor, ao ressaltar a tópica da crise social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012b.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Orgs.). *As emoções no discurso*. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2010, vol. 2, p. 23-56.

_____. Pathos e discurso político. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília. (Orgs.). *As emoções no discurso*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, vol. 1, p. 240-251.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: GAVAZZI, Sigrid; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino (Orgs.). *Da língua ao discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-29.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001, p. 23-37.

_____. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1999.

_____. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, p. 5-43.

EMEDIATO, W. As emoções da notícia. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília. (Orgs.). *As emoções no discurso*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, vol. 1, p. 290-308.

ANEXOS

NOTÍCIA (24/05/2013)

O Globo, Rio

ÀS MARGENS DA LEI

PERIGO CLANDESTINO

Explosão em depósito de combustível ilegal em Caxias mata um e fere sete

Levantamento preliminar feito pelas autoridades ambientais do estado, logo depois da explosão no depósito da transportadora Petrogold na quinta-feira, revelou um absurdo: numa área de pouco mais de 20 quilômetros quadrados, apenas no município de Duque de Caxias, na vizinhança da Reduc, podem existir entre 20 e 30 depósitos de combustível irregulares em operação, numa região que deveria ser exclusiva para residências. São locais usados por grupos clandestinos de distribuição de gasolina e álcool adulterados que abas-

tecem postos na Região Metropolitana. Um incêndio de grandes proporções deixou na quinta-feira sete pessoas feridas e provocou a morte de Gelson da Silva Ferreira, de 43 anos, funcionário da Petrogold, empresa que, segundo a Secretaria estadual do Ambiente, é ilegal.

– Como os depósitos operam de forma irregular e clandestina, não temos como precisar quantos são, mas sabemos que são muitos – afirmou José Maurício Padrone, titular da Coordenadoria Integrada Contra Crimes

Pelo menos sete tanques de combustível da Petrogold – que tem capacidade para armazenar dois milhões de litros – foram consumidos pelas chamas, que chegaram a 50 metros e também atingiram casas próximas do depósito. Como a região é majoritariamente residencial, a população de uma extensa área teve que ser evacuada. Bombeiros do Grupamento Operacional com Produtos Perigosos e de outros quatro quartéis foram acionados, por volta das 10h55m, e ajudaram na retirada dos moradores. Os bombeiros tiveram grande dificuldade de combater o fogo. No fim da noite, quase 12 horas após a explosão, ainda havia focos de incêndio.

Prefeitura de Caxias deu licença

A licença ambiental para o funcionamento da Petrogold, localizada na Rua Geraldo Rocha, número 298, no bairro Jardim Primavera – onde há casas e até uma escola –, foi cassada em 2007 pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente). Depois da cassação, a transportadora entrou com um pedido para obter uma nova licença. Apenas dois anos depois, em 2009, a Petrogold conseguiu uma licença municipal de funcionamento, concedida pela prefeitura de Caxias. Porém, de acordo com o secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, o município não tem autorização para legitimar o funcionamento de empresas de armazenamento de combustíveis.

– Essa empresa atuava fora do padrão de segurança, e o risco era maior, justamente por funcionar em área residencial – afirmou Minc.

O prefeito de Duque de Caxias, Alexandre Cardoso (PSB), que assumiu o cargo no início deste ano, reconhece que o município não tinha competência para dar a licença:

– Se deu, é uma licença ilegal. E mais: se haviam cassado a licença em 2007, por que não fiscalizaram depois? A Polícia Federal deveria ter fechado a empresa.

Cardoso diz não saber, entretanto, quem da prefeitura teria autorizado o funcionamento da Petrogold em 2009. Ele disse acreditar que a empresa, provavelmente, obteve uma liminar judicial.

– Assumi o mandato em janeiro, não sei quem assinou. Parece que foi um juiz. Mas vou abrir um inquérito para saber quem concedeu a licença. Essa pessoa tem que responder criminalmente pelo que fez – afirmou o prefeito. – Trata-se de um crime federal, além de ambiental. Todo mundo precisa agir em conjunto. Existe uma máfia de combustíveis nessa região. Para se ter uma ideia, não existe concurso para fiscal em Caxias.

Embora não tenha licença ambiental do estado, a Transportadora Petrogold tem autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP). De acordo com a ANP, o Estado do Rio possui apenas 13 empresas de combustíveis líquidos autorizadas, incluindo a Petrogold, sendo dez delas em Caxias. Mas o município informou que, segundo o plano diretor, o local onde funcionava o depósito que pegou fogo não poderia ter galpões de combustíveis.

A Polícia Federal divulgou, na tarde de ontem, nota sobre uma operação de fiscalização realizada na Petrogold, no ano passado, em conjunto com a Secretaria estadual do Ambiente, o INEA e a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente. De acordo com a PF, na ocasião, não foram constatados crimes de competência federal, e o resultado da investigação foi encaminhado à Justiça estadual.

Segundo a PF, foi instaurado, em julho do ano passado, um inquérito para apurar crimes ambientais por parte da Petrogold, com base na Lei 9.605/1998. Mas o órgão explicou que os autos foram encaminhados, no mês seguinte, para o Ministério Público Federal em São João de Meriti, com pedido de remessa à Justiça estadual. O procedimento está registrado na Delegacia de Meio Ambiente da Polícia Civil sob o número 007/2013.

De acordo com o coronel Padrone, na operação em 2012, cerca de 500 mil litros de combustível foram apreendidos, dois caminhões lacrados e uma pessoa presa. Segundo ele, foi descoberto álcool anidro (substância composta por etanol e até 1% de água), utilizado para adulterar combustível. O advogado da Petrogold, Fabio Calil, garantiu que a empresa está dentro da lei e possui toda a certificação necessária.

Meia Hora

CEM CASAS SÃO INTERDITADAS EM CAXIAS

INCÊNDIO SINISTRO MATA UM E DEIXA OITO FERIDOS

Vizinhos de distribuidora de combustíveis tiveram que deixar suas residências às pressas

Uma pessoa morreu e oito ficaram feridas no incêndio de grandes proporções que atingiu, ontem de manhã, seis tanques de combustível no depósito da distribuidora Petrogold, em Vila Maria Helena, bairro de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Segundo o secretário do Ambiente, Carlos Minc, a empresa não tinha licença estadual para funcionar e já havia sido multada em R\$ 210 mil, há um ano, por crime ambiental.

O fogo começou por volta das 11h e se espalhou por todo o quarteirão. Em segundos, as labaredas atingiram 30 metros de altura e o calor nas ruas próximas chegou a 600 graus. Vizinhos fugiram às pressas, assustados com a sequência de explosões nos tanques. O estudante Bruno Vitor de Souza, de 17 anos, relatou os momentos de agonia dos morado-

res. "Só vi bombeiros correndo e gritando 'sai, sai, que vai explodir tudo!'", contou ele.

Ao meio-dia, as chamas podiam ser vistas a quilômetros de distância. O sistema antichamas da distribuidora não funcionou, dificultando o trabalho dos bombeiros de cinco quartéis que foram para o local. A saída foi resfriar as casas próximas e retirar os moradores. Por questão de segurança, cerca de 100 residências foram interditadas ao longo de seis quarteirões. O fogo foi controlado às 15h30, mas até o fim da noite ainda não havia sido totalmente debelado. Às 22h, mais de dez horas após o início do incêndio, as chamas e a fumaça ainda podiam ser vistas de longe.

ESTRATÉGIAS DE INTERSUBJETIVAÇÃO NO DISCURSO DO PROFETA GENTILEZA

José Marcos Barros Devillart (UFF)
prof_jm@hotmail.com

RESUMO

A linguística funcional centrada no uso se preocupa com a investigação de como os interlocutores categorizam o mundo a fim de observar essa categorização nas estruturas linguísticas. Conforme Traugott e Dasher (2005), essa categorização é influenciada pelo processo de intersubjetivação, isto é, a forma como os falantes concebem o seu discurso visando à relação com o seu interlocutor. A intersubjetivação leva em conta as crenças e atitudes do escritor com relação ao que é dito, com propósito de interferir na conduta dos leitores. Acreditamos que, para o Profeta Gentileza, seus escritos serviriam para aconselhar os transeuntes-leitores e, por conta desse propósito pragmático, apresentam um nível de intersubjetivação mais acentuado. Para Traugott e Dasher (2005), a (inter)subjetivação não está somente no nível cognitivo, é uma propriedade da língua que emerge da tensão entre escritor e leitor e seus usos retóricos com os quais transformam a linguagem. Essa tensão é motivadora de processos icônicos que transporiam para o nível da língua a vivência sociocultural dos interlocutores.

Palavras-chave: Intersubjetivação. Funcionalismo. Profeta Gentileza. Gentileza.

1. Introdução

Gentileza foi um cavaleiro andante que passeava pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro combatendo um mundo dominado pelo “capetalismo”. Apesar de sua vida como pregador, e enviado de Deus, ter começado no início dos anos de 1960, foi a mística em torno do fim do mundo que, nos anos finais do século XX, deram a Gentileza um ar quase divino. Misto de profeta e louco, ele se vestia como as figuras que conhecemos dos profetas bíblicos e vagava pelas ruas do centro da cidade pegando por um mundo mais gentil.

E foi nas imediações da Rodoviária Novo Rio que o profeta deixou pintadas, nas pilastras do Viaduto do Caju, as suas impressões sobre um mundo que estava em “chamas” e que deveria ser resgatado pela simplicidade da Natureza e pela gentileza entre os homens. Hoje, seus murais são reconhecidos pela intervenção artística num local dominado pelo trânsito caótico e pela poluição (atmosférica, sonora e visual).

Em estruturas paratáticas e dicotômicas, Gentileza apresenta ao mundo suas “profecias” e a orientação para uma vida com mais amor e riqueza em 56 textos-murais, tombados pelo Patrimônio Municipal. Esta espécie de “livro-urbano” (GUELMAN, 2000) é o *corpus* de nossa pesquisa, cujo objetivo é investigar as estratégias de intersubjetivação na organização linguística desses escritos sob orientação teórica da linguística funcional centrada no uso.

Dentre vários aspectos dos textos-murais do profeta, elegemos a intersubjetivação como foco do nosso trabalho. Tentamos compreender como ela se configura no nível discursivo nas escolhas do profeta para organizar seu texto. Essa perspectiva objetiva refletir sobre as pressões pragmático-discursivas que atuam na organização do fluxo narrativo, demonstrando que o uso é motivado pelo contexto discursivo. Acreditamos que os escritos do profeta possuem funcionalidade propagandística e são adequados a sua proposta de “orientar os leitores para a salvação”. Trata-se de uma questão pragmática envolvida no uso linguístico.

Os murais do profeta apresentam um aspecto lúdico que dá vida às suas ideias a partir de estruturas ambíguas que vão se sobrepondo e construindo o nexos discursivo. Assim, podemos confirmar a ideia de que o texto e o discurso não são tão livres e criativos quanto se imagina (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013) e que instâncias discursivas são partes da língua e, por isso, parte do conhecimento construcional dos interlocutores.

2. A intersubjetivação

A reflexão sobre as estratégias de intersubjetivação parte do pressuposto de que o profeta codifica o universo à sua volta com relação à cultura na qual ele e sua obra estão inseridos. Nosso objetivo é mostrar que Gentileza cria uma *persona* em seu discurso que codifica a sua postura de profeta diante dos outros em busca da aceitabilidade social.

Para isso, consideramos a linguística funcional centrada no uso pela preocupação com a investigação de como o emissor categoriza o mundo, para, a partir daí, observar essa categorização nas estruturas linguísticas. Conforme Traugott e Dasher (2005), essa categorização é influenciada pelo processo de intersubjetivação, que seria a forma como os emissores concebem o seu discurso visando à comunicação, ou seja, à relação com o seu interlocutor.

Os autores entendem a subjetivação como processo semasiológico em que os emissores se utilizam de termos referenciais para a expressão de sentidos relativos a seu estado interno, crenças, valores e afins. Já a intersubjetivação é definida como a utilização desses recursos para a atuação sobre o interlocutor, com vistas à sua adesão ao que é declarado.

Então, a intersubjetivação leva em conta as crenças e atitudes do escritor com relação ao que é dito, com propósito de interferir na conduta dos leitores. Para Gentileza, seus escritos serviriam para aconselhar os transeuntes-leitores e, por conta desse propósito, apresentam um nível de intersubjetivação mais acentuado. Na negociação de sentidos as estratégias de subjetivação e intersubjetivação entram em cena criando um quadro (*frame*) de inferências que será preenchido ao longo do contato linguístico, ou seja, ao longo das pilastras que formam o livro urbano.

Para Traugott e Dasher (2005), a (inter)subjetivação não está somente no nível cognitivo, é uma propriedade da língua que emerge da tensão entre escritor e leitor e seus usos retóricos com os quais os textos são organizados. Essa tensão é motivadora de processos icônicos que transporiam para o nível da língua a vivência sociocultural dos interlocutores.

3. Análise de dados

Nesta seção, investigamos e interpretamos algumas marcas linguísticas que codificam como Gentileza se inscreve no seu discurso, ou seja, as estratégias de intersubjetivação recrutadas por Gentileza para dar forma e validade social condizente com sua postura de profeta. A posição de “orientador espiritual”, “aconselhador” ou “pai” é refletida nas escolhas do vocativo “*meus filhos*”. Como vemos na oração *Meus filhos hoje dia dos mortos não se preocupais com os mortos (...)*, na segunda linha da **Fig. 1**.

O profeta se inscreve no discurso como “pai”, ou uma espécie de “orientador espiritual”, através da posição social atribuída aos leitores, a de “filhos”. Verificamos a posição que Gentileza assume e a que ele oferece aos seus interlocutores por intermédio do discurso. E, a partir daí, é criado um jogo discursivo com duas posições delimitadas. Os interlocutores são convidados a participarem desse jogo através de inferências que servirão de base para que o *frame* criado pelo profeta seja preenchido. Esses dois personagens, “orientador/pai” e “filhos”, segundo a nossa interpretação, são recuperados a partir de influências advindas de textos religiosos.



FIG. 2: FOTO DA PILASTRA 15

Como os sentidos discursivos surgem da relação entre interlocutores, interpretamos que o profeta transpõe para o texto a sua posição social, a fim de justificar o seu *status* como “*enviado de Jesus*” e dar validade ao seu discurso, como vemos no escrito 7, última linha da **Fig. 2**:



Fig. 3: foto da pilastra 7

Na maioria dos escritos do profeta, encontramos esta espécie de assinatura. Gentileza reitera sua posição de profeta ao se colocar como porta-voz de Jesus. Ele “diz” por “Jesus”, o que demonstra mais uma influência dos textos religiosos. O emissor demonstra certo poder em consonância com as sequências injuntivas, frequentes no *corpus*.

Já na segunda linha do mesmo escrito, encontramos a oração: *Meus filhos anuciais uns as outros*. Pensamos que Gentileza confere um tom mais formal ao seu discurso por conta da escolha que faz pelo uso da segunda pessoa do plural gramatical, em detrimento da segunda pessoa discursiva (vocês).

Não só o contexto interfere na língua, mas a língua acaba por criar um contexto discursivo. Esse *frame* vai sendo preenchido pelas inferências do leitor orientadas pelas pistas dadas pelo escritor. A tensão leitor/escritor (TRAUGOTT & DASHER, 2005) se configura no nível da intersubjetivação a partir da relação entre o *profeta* e os seus *filhos*.

O sentido discursivo é criado ao observarmos a regularidade do texto do profeta, que, na maioria dos escritos, se refere aos leitores atra-

vés das terceiras e primeiras pessoas, como vemos abaixo (linha 5 da Fig. 3):



FIG. 4: FOTO DA PILASTRA 6

Em *vamos libertar a natureza*, há um exemplo de uso de uma estrutura mais coloquial e mais frequente, na qual o profeta se insere no que é dito, criando uma noção de atividade em conjunto, uma união de forças, na qual ele também está engajado. A mudança deve partir de todos, inclusive do profeta.

Assim, Gentileza constrói uma interpolação entre duas estruturas. Uma em que ele se mantém distanciado de seus filhos, marcando uma orientação, mas não uma ação. Na outra, aparece como colaborador das ações que devem ser seguidas por todos. O jogo entre o prototípico (mais frequente na obra) e o não prototípico (menos frequente) acaba por criar significados mais salientes no nível discursivo. O pressuposto é que Gen-

tileza se baseia no conhecimento não só da estrutura linguística, como também nas escolhas que faz para a transmissão de informação.

As pressões discursivo-pragmáticas envolvidas na intersubjetivação convidam o leitor a participar do jogo comunicativo, deixando implicaturas surgirem, tais como: a representatividade de Gentileza como enviado de Jesus e a imagem de um homem preocupado em modificar as atitudes do ser-humano, ou seja, um profeta.

Como vimos, Gentileza se posiciona linguisticamente como um profeta que fora enviado por Jesus. Nesse ponto, verifica-se que subjetividade é um pré-requisito para a intersubjetividade. A oração *Meus filhos todos vos são emteligentes* (Fig. 4; 2ª linha) serve como introdução para o ensinamento que virá posteriormente. Gentileza demarca sua posição e a posição dos leitores no discurso.



FIG. 5: FOTO DA PILASTRA 18

Para Traugott e Dasher (*apud* FERRARI, 2011, p. 74) as expressões mais intersubjetivas apresentam dêixis social explícita. Tal dêixis pode ser vista quando o profeta se dirige ao “capeta”, por exemplo, nos escritos 7 e 8, Fig. 5 e Fig. 6:

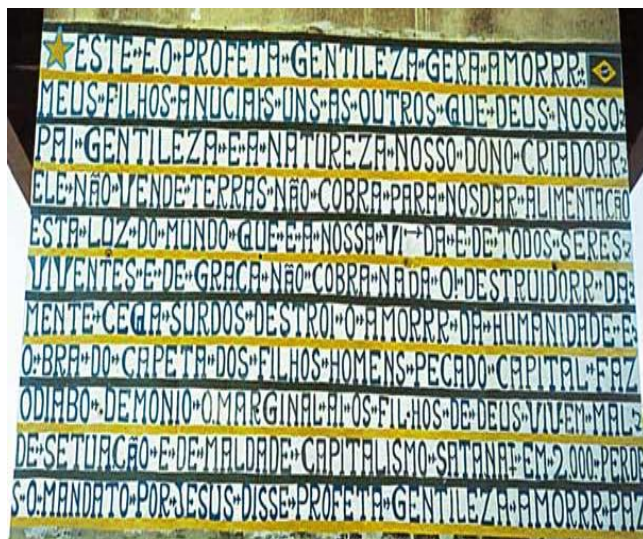


FIG. 6: FOTO DA PILASTRA 7



FIG. 7: FOTO DA PILASTRA 8

No escrito 7 (**Fig. 5**, linha 10): (...) *Satana em 2000 perdes o mandato* (...)

No escrito 8 (**Fig. 6**, linha 7): (...) *Capeta satana perdeste o mandato* (...)

O profeta tem de retomar o mal, trazer esse mal para dentro do texto, a fim de compará-lo ao bem. Ao mesmo tempo, usa a segunda pessoa gramatical, que permanece em todas as falas direcionadas ao “capeta”. Seria, talvez, esse aspecto motivado pela cultura? Acreditamos que fatores culturais determinam parcialmente o modo de organização cognitiva da mente humana, por isso assumimos que a imagem social do “capeta” é composta por níveis subjetivos inseridos no imaginário comum da cultura da qual Gentileza faz parte. Assim, como pressuposto pela linguística funcional centrada no uso, tal imagem interfere na produção linguística do profeta. Há uma ratificação da sua posição como emissário de Jesus, pois pode enviar mensagens ao “capeta”.

Vamos ler o que diz o *Dicionário Houaiss* (2009) sobre o verbete *você*, ou seja, a segunda pessoa discursiva:

pron. trat. (1665) 1 aquele a quem se fala ou escreve; *pron. indef.* 2. Pessoa não especificada; alguém; GRAM/USO a) apesar de funcionar como forma de tratamento de segunda pessoa, esse pronome leva o verbo para a terceira pessoa; b) excetuando-se o extremo Sul e alguns pontos da região Norte, no Brasil *você* toma lugar do *tu* como pronome de segunda pessoa, como forma de tratamento ger. íntimo, entre pessoas de mesmo nível social, etário etc. ou de superior para inferior (...)

Como lido, em comparação com o *tu*, *você* representa uma forma de tratamento mais íntima entre pessoas do mesmo nível social. Mesmo com a necessidade de trazer o capeta para o seu discurso, o profeta não quer estar no mesmo nível do dele, logo o uso do *tu* pode demonstrar essa diferença cognitiva entre níveis.

Esses sentidos podem ser interpretados segundo o princípio da estratificação de Hopper (*apud* GONÇALVES & CARVALHO, 2007). Para os autores, novas camadas linguisticamente funcionais estão sempre emergindo e coexistindo com as antigas. O surgimento de camadas novas é entendido como uma opção para o falante, não estando relacionado ao desaparecimento da camada mais antiga. Ou seja, as relações envolvidas no jogo comunicativo criam novas funções para formas antigas, como também novas formas para funções antigas.

A estratificação sugere que há um aglomerado de formas num mesmo domínio funcional. A escolha entre as camadas gera consequências na interação entre interlocutores, que pode estar atribuída a registros sociolinguísticos e que interferem nas relações discursivo-pragmáticas. Em Gentileza, a escolha é motivada por pressões contextuais que moldam o seu discurso. O profeta parece conhecer os efeitos expressivos que *tu* e *você* sugerem.

A produção desses sentidos provém das inferências que o leitor faz baseado nas sugestões que Gentileza administra, configurando um pacto comunicativo em que os sentidos giram em torno da mística criada pelo profeta: ele é um enviado de Jesus e sua perspectiva de mundo é motivada pelo pensamento cristão. Sem dúvida, esses sentidos estão aliçados num conhecimento social partilhado pelo escritor e pelo leitor. O (com)partilhar de informações faz com que o leitor participe da construção de significados do texto ao completar o *frame* criado pelo escritor.

Traugott e Dasher (2005) argumentam que

subjetividade/objetividade devem ser concebidas em termos gradientes. Assim, as expressões mais objetivas seriam aquelas que requerem que o falante e/ou ouvinte construam o significado com base em um número mínimo de inferências. As expressões mais subjetivas apresentariam (...) marcadores explícitos da atitude do falante/redator em relação à proposição ou à estrutura discursiva. (FERRARI, 2011, p. 74)

Já que Gentileza produz seu discurso concebendo uma ponte com a religiosidade, como se este discurso tivesse sido “instruído” ou “inspirado” por Jesus, há uma incorporação da representação do profeta, que fala, e tem autoridade para isso, em nome dessa divindade. Isso aliado à ideia de que o objetivo de Gentileza seria o de ser entendido pelo maior número de pessoas possível, podemos imaginar que o profeta cria um jogo simbólico entre sentidos que permanecem suspensos a fim de serem preenchidos pelos leitores, daí a importância artístico-social de seus textos.

4. Considerações finais

Para Traugott e Dasher (2005, p. 80), a subjetivação é um mecanismo de recrutamento de significados para expressar e regular sentimentos, atitudes e crenças do sujeito com relação ao mundo exterior e interior. E a intersubjetivação seria pensada paralelamente à subjetivação, na

medida em que codifica a expressão do emissor em atenção ao interlocutor visando à comunicação.

Sendo, então, a subjetividade e a intersubjetividade elementos básicos na comunicação e no contato social, é no processo de interação que são construídas as relações, que por sua vez constroem e organizam o texto. A linguagem está na constituição do ser e a língua como lugar de interação entre sujeitos que negociam visões de mundo.

Gentileza, como atuante linguístico, escolhe formas mais adequadas e expressivas que são funcionais ao seu propósito comunicativo, e, assim, garante essa interação ou a negociação de sentidos. Podemos então dizer que:

- a- Gentileza se apresenta como uma espécie de guia espiritual, conhecedor das leis divinas;
- b- Em seu discurso, ele assume a figura de profeta, que fala em nome do divino;
- c- Os fatores acima influenciam na construção e na interpretação do discurso de Gentileza.

Na análise interpretativa dos escritos, vemos que há uma tensão motivadora de processos icônicos que transpõem para o nível da língua a vivência sociocultural dos interlocutores. Os textos de Gentileza são exemplo de um misto entre aspectos artísticos e religiosos, filosóficos e sociais, ou seja, constituem uma obra ímpar no cenário artístico atual.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos toda criatividade e ludicidade desses textos, confirmamos a ideia de que o texto e o discurso não são tão livres e criativos quanto se imagina (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013), pois são motivados por pressões contextuais externas ao sistema linguístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; CARVALHO, Cristina dos Santos. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia

Cristina. *Introdução à gramaticalização*: princípios teóricos & aplicações. São Paulo: Parábola, 2007.

GUELMAN, Leonardo Caravana. *Brasil*: tempo de Gentileza. Niterói: Eduff, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: University Press, 2013.

ETOS DO PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Juliana Silva Rettich (UERJ)

jsrettich@gmail.com

Décio Rocha (UERJ)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como o conceito de etos, por uma perspectiva da análise do discurso de linha francesa, especificamente a partir dos conceitos de Dominique Maingueneau, pode facilitar o acesso a saberes relativos ao trabalho do professor de língua estrangeira, autorizando seu discurso. Algumas perguntas iniciais nortearam o estudo, como: quais são as expectativas dos alunos em relação ao professor de língua estrangeira? e qual é o seu discurso que corresponde a essas construções? Foram essas perguntas também que serviram como base para analisar as aulas de língua alemã ministradas aos alunos do sexto período do curso de letras, português/alemão, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e que ajudaram a explicitar a produtividade dos conceitos de Maingueneau. Para compreender de que modo se dá a legitimação desses discursos, é necessário, além do conceito de etos, retomar outros conceitos do analista, como “cena de enunciação” e as cenas que a integram: “cena englobante”, “cena genérica” e “cenografia”. Que etos se constrói pelo enunciador que ministra uma aula de língua estrangeira? Que cenografias são atualizadas no decorrer de uma aula de língua estrangeira? A partir disso, será possível perceber que a cenografia não é um quadro previamente construído e independente da atividade de enunciação.

Palavras-chave: Etos. Ethos. Professor. Língua estrangeira.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise sobre como o conceito de etos a partir de uma perspectiva da análise do discurso de linha francesa, especificamente por meio dos conceitos de Dominique Maingueneau, pode facilitar o acesso a saberes relativos ao trabalho do professor de língua estrangeira, autorizando seu discurso.

É válido destacar que o norte deste artigo se deu a partir das análises de aulas de língua alemã ministradas aos alunos do sexto período do curso de letras (português/alemão), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, quando foi possível perceber uma estreita relação entre os conceitos de Maingueneau e o trabalho que estava sendo desenvolvido em sala de aula. Alguns pontos foram essenciais para determinar a percepção da legitimação, por parte dos alunos, de um discurso docente, contribuindo para as construções, que ficam atreladas às expectativas dos alunos, do perfil desse profissional.

No entanto, somente a conceituação de etos não é suficiente para compreender a relação que se estabelece entre o aprendiz de língua estrangeira e o professor. Em função disso, outros conceitos do analista serão apresentados como o de cena de enunciação, em sua tríplice composição: cena englobante, cena genérica e cenografia.

Desse modo, em um primeiro momento será tratada a construção do etos por parte do enunciador – o docente – já com alguns exemplos extraídos das aulas assistidas. Posteriormente, também com esses exemplos, será abordada a cenografia que se atualiza no decorrer de uma aula de língua estrangeira.

2. A construção do etos

Dominique Maingueneau, em sua obra *Ethos, Cenografia, Incorporação* (2005), trabalha uma noção de etos, a qual, segundo o autor, se distancia da noção desenvolvida por Aristóteles – para quem as características do discurso estavam relacionadas com a finalidade que esse discurso teria, ou seja, não considerava elementos extradiscursivos, mas apenas o objetivo da enunciação.

É possível pensar além desta noção, uma vez que, para além da finalidade do discurso, “a noção de ethos permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral de adesão de sujeitos a uma certa posição”. (MAIN-GUENEAU, 2005, p. 69).

A relação entre discurso, voz do discurso, corpo do discurso, sujeitos envolvidos no discurso, enunciadores e coenunciadores, é importante, porque são esses os elementos que compõem ou definem esse etos. Maingueneau destaca que recorreu à noção de etos por seu laço com a reflexividade enunciativa e a noção entre corpo e discurso que ela implica. O autor sustenta que:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

É insuficiente ver a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso apenas como estatuto ou papel. Ela se manifesta também como “voz” e, além disso, como “corpo enunciante”, historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo pressupõe e valida progressivamente. (MAINGUENEAU, 2005, p. 70)

O “caráter” do enunciador tem um papel também importante nisso tudo. A figura do professor evidencia essa observação; a todo o momento, o que o professor diz, como diz, o que aparenta ou diz ser vai definindo o lugar do seu discurso e o seu próprio lugar no discurso, bem como a maneira pela qual seu discurso será recebido. Isso significa que o etos do professor é construído não somente pelo que ele fala sobre si mesmo, mas também pelo que ele mostra de si mesmo a partir do modo como enuncia.

Nas aulas analisadas, ainda que sempre se espere do professor uma atitude de orientação a respeito de como aprender uma língua estrangeira, as falas recorrentes que remetiam às situações vividas pelo docente no país da língua-alvo o legitimam como aquele que pode falar sobre o processo de ensino-aprendizagem de uma L2. Além de ele ser o professor, ele é aquele que passou por esse processo e de forma mais aprofundada. Segue o trecho de um dos diálogos em sala, em que é possível perceber isso:

Prof.: Vocês conhecem alemães aqui no Rio de Janeiro? vocês têm amigos alemães?

Alunos: Tenho.

Prof.: Você tem contato? E você tem como organizar, estudar com ele, não?

Aluno: Tenho.

Prof.: E ele estuda português? Porque esse é o ideal.

Aluno: Sim, ele aprende. Eu faço o tandem com ele

Prof.: Ah, porque era isso que eu ia recomendar que todos fizessem. Foi quando eu mais aprendi alemão, e no bar onde eu trabalhava (na Alemanha), mas o tandem era tudo, porque é só questão de ficar exercitando, sem preocupação de errar e acertar, fica só brincando, e sem limites de horas. (...) Gente, na Alemanha tem um quadro de anúncios só pra tandem. Aí tem uma secretária que a mulher tem um catálogo, se você estiver procurando um tcheco, você pergunta se tem alguém querendo aprender português. E os próprios estudantes falam: olha eu tenho o português e espanhol pra oferecer, e quero aprender alemão, aí você dá o seu nome, bota lá seu e-mail e aí alguém que vai procurar o português () assim se organiza. Isso é muito difundido na Europa e é muito interessante.

O trecho destacado é uma conversa informal em sala, o que faz parte da prática docente, que, claramente, dentro de sala não é somente conteudista. O etos do professor se constrói a partir das relações que ele estabelece com o aluno, e é muito a partir dessas relações que esse profissional tem a sua imagem construída e/ou reforçada. Maingueneau também se apropria do que Oswald Ducrot fala sobre esse aspecto do enunciador, em sua teoria polifônica da enunciação. Ducrot vai falar, a respeito do papel do enunciador no discurso, que não é somente aquilo que o enunciador fala de si mesmo em seu discurso:

Não se trata das afirmações elogiosas que o orador pode fazer sobre sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que, contrariamente, podem chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe conferem o ritmo, a entonação, calorosa ou severa, a escola das palavras, dos argumentos... [...] É na qualidade de fonte da enunciação que ele se vê revestido de determinadas características que, por ação reflexa, tornam essa enunciação aceitável ou não. (MAINGUENEAU, 2011, p. 98)

Neste ponto, Maingueneau vai destacar o lugar do público no etos, uma vez que esse público é que constrói as representações do etos do enunciador antes de ele falar. Nesse sentido, o autor fala sobre a necessidade de se distinguir etos discursivo e etos pré-discursivo. O primeiro, segundo o analista, é o que corresponde ao conceito aristotélico. No entanto, o próprio Maingueneau sustenta que, ainda que haja circunstâncias nas quais se presume que o coenunciador não fará representações prévias do etos do enunciador, porque não sabe nada sobre ele, o coenunciador pode criar expectativas a partir do caráter ideológico ou gênero a que pertence o discurso.

Isso tem relação com as expectativas criadas acerca da figura do professor antes mesmo de ele se pronunciar; antes mesmo até de os alunos o verem pela primeira vez. A disciplina a ser dada e a área de conhecimento em que está inserida a disciplina já fazem com que se criem representações a respeito do docente. É comum que os alunos se questionem sobre como deve ser o professor; em qual instituição ele se formou; sendo ele, então, de língua estrangeira, se ele morou ou não no país cuja língua materna seja a língua-alvo ensinada. Não raras são, por isso, as perguntas sobre a vida do professor, em especial nos momentos em que surgem as conversas informais. Novamente, um exemplo da aula evidencia isso:

Aluno: Você morou onde?

Prof.: Em Hamburgo. (...)

Aluna: Você morou quanto tempo?

Prof.: 17 anos; os dois primeiros anos eu morei em Stuttgart, () Thüringen, é muito lindo, mas Hamburgo é Hamburgo. Enfim.

Mais uma vez, volta-se à ideia de que, por meio do que é dito, revela-se a personalidade de quem diz. Definindo etos em *Análise de Textos de Comunicação* (2011), Maingueneau diz isso da seguinte forma: “por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador”. Nessa mesma obra, o analista fala sobre o tom do discurso que lhe confere autoridade. No exemplo acima, o tom e o que é dito conferem ao professor a autoridade de estar onde está, ensinando a língua estrangeira, que é a língua materna do lugar onde ele morou por 17 anos.

Entretanto, cabe a reflexão sobre essa legitimação discursiva do professor de língua estrangeira. Nesse sentido, é necessário voltar a Maingueneau, que diz a respeito do etos construído historicamente e socialmente que “O poder de persuasão de um discurso consiste em parte em levar o leitor a se identificar com o movimento de um corpo investido de valores socialmente especificados” (MAINGUENEAU, 2011, p. 99). Este ponto, em especial, traduz a posição do professor no discurso em sala de aula e no discurso com a finalidade de ensinar, fazer o outro aprender. A configuração histórica e social determina o lugar do professor, o lugar de quem conteria o saber inquestionavelmente. E a partir disso, fazem-se as representações, prévias ou não, por parte do coenunciador em relação ao enunciador. Quando se trata de um enunciador professor de uma língua estrangeira, a expectativa é que ele não só domine a outra língua, claro, mas que ele tenha morado um tempo em um país da língua ensinada, para que seu discurso seja legitimado e que a ele, de fato, lhe seja conferido o lugar do saber. Para compreender a ideia de corpo investido na citação acima, cabe apresentar a relação entre o que o autor chama de etos, caráter e corporalidade:

Essa noção de ethos compreende não só a dimensão propriamente vocal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligas pelas representações coletivas à personagem do enunciador. Ao fiador, cuja figura o leitor deve construir a partir de indícios textuais de diversas ordens, são atribuídos um caráter e uma corporalidade, cujo grau de precisão varia segundo os textos. O ‘caráter’ corresponde a uma gama de traços psicológicos. Já a ‘corporalidade’ corresponde a uma compleição corporal, mas também a uma maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social. O ethos implica, com efeito, uma disciplina de corpo apreendido por intermédio de um comportamento global. O caráter e a corporalidade do fiador provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apoia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las.

Esses estereótipos culturais circulam nos domínios mais diversos: literatura, fotos, cinema, publicidade etc. (MAINGUENEAU, 2011, p. 99)

O enunciador, o coenunciador, a enunciação e a configuração do etos se dão dentro do que o linguista chama de cenas de enunciação. Para entender a construção do etos do professor de língua estrangeira cumpre ainda introduzir os conceitos de cena de enunciação e as cenas que a integram, segundo Maingueneau.

3. *A cena de enunciação*

É possível entender a cena de enunciação como a forma na qual o discurso é produzido. Segundo Maingueneau, “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2011, p. 85), ou seja, um discurso se produz em uma cena a partir de uma relação que ele tem com outros discursos do mesmo gênero que já foram produzidos. O coenunciador reconhece o discurso pela cena, quando, por exemplo, ele identifica que um determinado discurso é um anúncio publicitário exatamente porque outros anúncios publicitários se deram com um formato semelhante.

Nesse sentido, o enunciador produz seu discurso dentro de cenas preestabelecidas para aquele determinado discurso:

O enunciador não é um ponto de origem estável que se “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta em um quadro profundamente interativo, em uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado. Na perspectiva da análise do discurso, não podemos, pois, contentar-nos, como a retórica tradicional, em fazer do ethos um meio de persuasão: ele é parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência. O discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado, e, por seu turno, ele deve validá-lo por sua própria enunciação: qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente (MAINGUENEAU, 2005, p. 75)

Maingueneau fala de três cenas que, para ele, integram a “cena de enunciação”. A “cena englobante” que vai corresponder ao tipo de discurso – literário, religioso, filosófico, educacional, por exemplo; a “cena genérica”, a do contrato associado a um gênero, a uma instituição discursiva – editorial, sermão, panfleto de campanha eleitoral-, é nessa cena genérica que estão definidos os papéis sociais. Na sala de aula, o papel do professor é o daquele que se dirige aos alunos e, no campo desse dis-

curso, é o daquele que pode tranquilamente fazer intervenções e correções; e a cenografia, que não é imposta pelo gênero, mas é construída pelo texto. Para o linguista, isto significa que um sermão pode ser feito por meio de uma cenografia professoral ou profética, por exemplo. Olhando para o professor em sala de aula, é possível perceber que seu discurso pode ser composto por diversas cenografias, e essas cenografias definirão o tipo de relação que se constrói entre ele, enunciador, e o aluno, coenunciador. O discurso pode ter uma cenografia amigável, de proximidade; pode ter uma cenografia de autoridade; paternal etc. No exemplo a seguir, a fala do professor sobre a sua vida traz a cenografia amigável, com um tom de conversa. No entanto, embora a cenografia seja essa, a cena do gênero discursivo, ou seja, a cena genérica, ainda é a do professor que está ali para instruir o aluno. Isso quer dizer que alguns discursos podem se travestir de cenografias de outros gêneros discursivos, até para que ele se legitime:

Prof.: Eu estudei um ano, eu fiz um ano de curso, eu estudava francês quando fui pra Alemanha. Eu só fui pra Alemanha porque era gratuita a universidade, meu sonho era estudar em Paris. (...). E não conseguia falar nada quando cheguei lá, mas eu ganhei uma vaga na universidade, primeiro de um ano, como intercâmbio, aí durante esse ano eu batalhei por uma vaga permanente. E aí eu ganhei o curso completo na universidade, não sei se ainda é assim, aí eu fiz cinco horas por dia alemão, fazia de 8h a 13h, todos os dias alemão, e aí toda sexta-feira tinha uma prova, e depois de 8 meses, eu fiz uma prova de admissão pra faculdade de alemão. Passei com umas notas horríveis, passei raspando, porque tinha pouco tempo de alemão, um ano aqui e 8 meses lá.

Na fala acima, o discurso próximo, cujo conteúdo perpassa pela vida do próprio professor, mas sem o tom professoral, continua sendo, apesar da cenografia, o discurso do professor. É a instrução sobre a necessidade de se dedicar ao estudo da língua e, sobretudo, a importância de ir morar no país da língua-alvo.

Os discursos não estão, necessariamente, presos de forma inflexível a uma cenografia. Alguns discursos, por sua natureza, exigem a escolha de uma cenografia conforme a situação enunciativa. Este é o caso do discurso do professor, que terá suas cenografias modificadas conforme o público (faixa etária, classe social, objetivos), a disciplina a ser ensinada, o perfil da escola ou do curso etc. Novamente, para o autor, essas variações estão ligadas à finalidade do gênero de discurso.

A lista telefônica, que não apresenta cenografia, é um gênero puramente utilitário. Ao contrário, o discurso publicitário ou o discurso político mobilizam cenografias variadas uma vez que, para persuadir seu coenunciador, de-

vem captar seu imaginário, atribuir-lhe uma identidade invocando uma cena de fala valorizada. (MAINGUENEAU, 2005, p. 76)

É válido citar também o que Maingueneau destaca sobre a “cena enunciativa” não ser um espaço já construído e independente do discurso- são processos que ocorrem ao mesmo tempo. Talvez, seja possível dizer que esse processo ocorre ao mesmo tempo até pelo fato de, no caso do discurso oral, haver uma interação entre enunciado e coenunciador. Entenda-se aqui interação não necessariamente por uma situação de diálogo efetivo, mas a interação que se dá entre enunciador e coenunciador pelas representações prévias que ocorrem entre ambos. No caso do professor, ele faz representações prévias dos seus alunos e, assim, prepara suas aulas; os alunos, por sua vez, também fazem essas representações prévias que contribuem ou não para aceitação do discurso desse tipo de enunciador.

A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar, como convém, a política, a filosofia, a ciência... São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar a própria cena e o próprio ethos, pelos quais esses conteúdos surgem. (MAINGUENEAU, 2005, p. 77-78)

Para fechar a análise, vale destacar mais uma fala que esteve presente nas conversas das aulas assistidas e que contribuiu para aproximação dos alunos em relação à língua-alvo e ao próprio docente, como aquele que ocupava o lugar do saber, tendo a autoridade para isso, uma vez que estudou disciplinas inerentes ao ensino de línguas e morou no país cuja língua materna é a L2 ensinada:

Prof: Eu trabalhava mesmo e estudava mesmo

Aluno: Você fez o quê?

Prof: Eu fiz Romanistik, Germanistik e Politikwissenschaft. Depois eu trabalhava no hospital universitário de Hamburgo, que é a maior clínica da Europa inteira, e a gente tinha um escritório de 22 tradutores intérpretes, pra 27 línguas, e eu era responsável por português, alemão e espanhol, só eu. E aí eu traduzia todas as pessoas que não falavam alemão de língua espanhola ou portuguesa nas consultas e nos tratamentos hospitalares.

Dominique Maingueneau (2011) diz que “enunciar não é somente expressar ideias, é também tentar construir e legitimar o quadro de sua enunciação” (p. 93). Diante disso, é muito claro que o processo de ensino-aprendizagem se dá por meio dessa legitimação e construção de etos do docente.

4. Considerações finais

Todo profissional tem um etos que o envolve, e com o professor de língua estrangeira não é diferente. A construção de um etos correspondente até mesmo ao que o coenunciador espera desse profissional é um caminho para legitimação do seu discurso e para facilitação até mesmo do processo de ensino-aprendizagem de uma L2.

Os conceitos de Maingueneau aqui abordados ajudam na compreensão, em certa medida, do perfil do professor de L2 e do discurso por ele construído, quase que como um protocolo a ser cumprido. Não é à toa que esses discursos se constroem dentro de cenas próprias, como apresentado neste trabalho. A discussão e pesquisa a respeito disso não se esgota, por isso o recorte feito para este artigo não é suficiente para esclarecer tudo o que envolve a construção do etos do professor de L2. Nesse sentido, é certo que o que foi aqui apresentado é apenas um primeiro passo para o estudo dos conceitos da análise do discurso de linha francesa voltado para o trabalho docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

**“EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA”:
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO
SOBRE A PERCEPÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA**

Thaiza de Carvalho dos Santos (UnB)

thaizacarvalho@hotmail.com

Elizabete Raiol (UnB)

RESUMO

Nesta proposta, reflito sobre o papel da mulher na sociedade e de como estes discursos revelam as diferentes relações que se estabelecem entre a forma de como as mulheres estão se percebendo e como a sociedade percebe a sua sexualidade. Objetivando, desta forma, refletir sobre a representação da mulher na sociedade brasileira, no tocante ao seu corpo e a sua sexualidade. Para tanto, analisa-se a pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizado entre maio e junho de 2013, “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” e a manifestação do movimento “Eu não mereço ser estuprada” que ‘nasceu’ como protesto e resposta ao resultado da pesquisa do IPEA. Estes textos indicam que existe um padrão discursivo na atribuição do *status* da mulher na sociedade brasileira a partir destes discursos e que, apesar das graduais mudanças legais e sociais, ainda se verifica a hegemonia masculina no que tange ao gozo da liberdade sexual feminina. Os subsídios teórico-metodológicos deste estudo encontram-se na análise de discurso crítica, de Fairclough (1999, 2003). Também serão utilizados estudos de Raiol (2013, 2014) e Vieira (2005). A categoria de análise desta pesquisa considerará os aspectos discursivo-textuais propostos por Fairclough (1999, 2003), a saber: identificação (construção da identidade e identificação dos atores sociais); intertextualidade (relações semânticas-gramaticais) e interdiscursividade.

Palavras-chave: Análise de discurso crítica. Sexualidade feminina. Violência sexual.

1. Introdução

Este estudo reflete sobre como a figura feminina é representada pela sociedade, no tocante a sua sexualidade. Nele discuto o papel da mulher na sociedade brasileira à luz da análise do discurso crítica.

Para isso, analiso dois textos, a saber: Gráfico 24 “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, da pesquisa sobre tolerância social à violência contra as mulheres, realizada pelo IPEA⁵⁹ e publicada no SIPS⁶⁰, em março de 2014; o texto da campanha “Eu não mereço ser estuprada”, publicado na rede social Facebook em 27 de março, escrito pelo jornalista Nana Queiroz em resposta ao resultado da pesquisa sobre violência contra a mulher do IPEA.

Estes textos tratam de um ponto importante para a compreensão da identidade e da sexualidade feminina, objeto deste estudo. Mostram que o papel feminino, relacionado a sua identidade é dependente de condições como vestimentas e comportamento, impostas por uma sociedade historicamente machista.

A identidade feminina, de acordo com Raiol (2014, no prelo) está relacionada com as mudanças decorrentes da globalização. Nesta a mulher assume papéis sociais antes ocupados somente pelos homens; conquista o direito ao seu corpo, mas ainda não é “senhora” dele.

Compreendendo que o conceito de identidade é importante para a afirmação social de um sujeito, Raiol (2014) fundamenta que a sexualidade feminina define o *modus* de ser da mulher. O corpo deixa de ser visto como objeto do outro para ser símbolo de defesa, de ideais, crenças. O corpo é uma forma de ser. Nele estabelecemos fronteiras que nos definem, logo o corpo também fundamenta nossa identidade.

Neste sentido, os textos que ora analiso representam imediatamente duas formas divergentes de percepção do corpo feminino e da sexualidade da mulher nesta sociedade globalizada, concordando com Raiol (2014). É desta divergência que trato, no intuito de compreender como se identifica a mulher e sua sexualidade na sociedade brasileira.

⁵⁹ O Ipea é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. As pesquisas realizadas pelo instituto servem como suporte técnico e institucional para ações governamentais a fim de que sejam criadas ou reformuladas políticas públicas.

⁶⁰ O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) é uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independentemente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações. A partir desta 2ª edição, a pesquisa passa a ser realizada em 3.809 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação. Passa também a ser utilizado o método de amostragem probabilística de modo a garantir uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões.

Dito isto, apresento minhas reflexões a partir, primeiramente, de uma breve discussão teórica na qual exponho minhas concepções sobre identidade e discurso baseada, respectivamente, em Vieira (2005), Raiol (2014) e Fairclough (2001).

Em seguida, faço a análise dos textos, com destaque aos aspectos: representação do discurso, pressuposições, negação, ironia e intertextualidade. E por último, teço minhas considerações finais sobre o estudo.

2. *Um pouco de teoria*

Nesta sessão discuto sobre dois conceitos importantes, são eles: identidade e discurso.

2.1. Sobre a identidade

Woodward (2013) afirma que a identidade é relacional, e que a diferença se estabelece por marcações simbólicas relativas a outras identidades. Nesta relação, a identidade da mulher está intrinsecamente relacionada à masculina a partir de condições sociais e materiais que historicamente delinearam o papel da mulher na sociedade como “inferior” ao do homem. Aqui tratarei de dois aspectos desta identidade feminina, a de esposa e de mãe.

Historicamente, a mulher vem sendo representada como esposa e mãe. Na condição de esposa a mulher estava a serviço do marido e seu corpo era propriedade dele. Aqui a sexualidade estava relacionada a concepção, emergindo seu segundo papel: o de mãe. Neste papel a mulher, já assexuada e sublimada, é por vezes elevada a condição de “santa” (vide RAIOL, 2014).

Vê-se, deste modo, que em ambos os papéis a mulher não é sujeito de si, nem de seu corpo. Ao contrário, ela é paciente da vontade do marido e objeto de procriação. Para Woodward (2013) o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual (p. 15).

Para Vieira (2005) as diferentes ordens do discurso, responsáveis pelas mudanças do sujeito, constituem a identidade feminina. Para a autora a identidade, por natureza é híbrida e inconstante.

No que se refere a identidade da mulher nos textos analisados percebo que existem dois posicionamentos completamente distintos. No texto do IPEA o corpo feminino é tratado como objeto, sendo a mulher agente passiva na sociedade e que precisa seguir “normas”, caso contrário esta será a condição para que o homem tenha pleno acesso ao seu corpo. Já no texto divulgado pela jornalista existe um posicionamento em relação a defesa desse corpo, uma revolta a favor da própria identidade feminina. Encontro nesse sentido relação com o conceito de ideologia proposto por Fairclough (2001) que entende que as ideologias são significações/construções da realidade que são constituídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação (p. 117).

2.2. Sobre o discurso

O termo “discurso” proposto por Fairclough (2001) que será utilizado neste trabalho propõe considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais (p. 90). Visto desta forma o discurso é um modo de ação, uma maneira que as pessoas podem agir sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros e também “um modo de representação”, ou seja, como um sujeito representa o mundo e outros sujeitos sociais (p. 91). Estas implicações serão de grande ajuda para que se torne possível delinear algumas trajetórias que este trabalho propõe seguir, a fim de analisar tanto questões externas ao texto, considerando o contexto em que o texto se encontra; suas intertextualidades e interdiscursividades (aspectos que serão esclarecidos mais a frente) quanto aquilo que está efetivamente significado.

Para ilustrar a concepção do discurso trago uma figura em que Fairclough (2001) representa “as três tradições analíticas” (p. 101):



Fig. 1. Conceção tridimensional do discurso. Fairclough 2001, pg. 101.

Nesta figura é possível perceber que o texto está inserido em uma prática discursiva que envolve a “produção, distribuição e o consumo textual” (FAIRCLOUGH, 2001). Essa prática discursiva, por sua vez, está inserida na prática social, e “é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade como é, mas também contribui para transformá-la” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). A prática social, por sua vez, envolve os conceitos de poder, ideologia e hegemonia, surgindo então uma relação dialética entre ambas “que considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial ou contraditória” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). A prática discursiva relaciona-se estreitamente com a noção da identidade feminina, pois por meio da ideologia é possível que o sentido dessa prática seja firmado, reafirmado ou transformado. Essa prática engloba as relações de dominação, abrangendo a questão de “inferioridade” feminina nos muitos discursos atuais. A identidade feminina é, portanto, criada/transformada pela prática discursiva ideologicamente motivada.

3. *Sobre os textos; um olhar sobre o corpo da mulher*

Por ser o texto o evento discursivo mais específico será o objeto e foco de análise. Aqui apresento os textos que serão analisados neste estudo.

4. *Da pesquisa do IPEA*

O trecho que será analisado foi retirado do próprio site do instituto e faz parte de uma pesquisa de indicadores de percepção social, que con-

sistiu basicamente em coletar respostas de 3.810 indivíduos de regiões metropolitanas e não metropolitanas das cinco grandes regiões do Brasil. Os respondentes deveriam dizer se concordam parcial ou totalmente, se discordam parcial ou totalmente ou se são neutros em relação a frase “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser estupradas”. O resultado mostrou que 58,8% dos entrevistados concordam com essa afirmativa, o que gerou um movimento muito grande, não só entre as mulheres, mas em grande parte da sociedade brasileira. Foi desse resultado, digamos espantoso, que surgiu o movimento “Eu não mereço ser estuprada”, que também será analisado neste trabalho.

Segue abaixo o texto na íntegra:

Tolerância social à violência contra as mulheres (IPEA)

*Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas.
Brasil (maio/junho 2013)*

(Em %)

A culpabilização da mulher pela violência sexual é ainda mais evidente na alta concordância com a ideia de que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (58,5%). Por trás da afirmação, está a noção de que os homens não conseguem controlar seus apetites sexuais; então, as mulheres, que os provocam, é que deveriam saber se comportar, e não os estupradores. A violência parece surgir, aqui, também, como uma correção. A mulher merece e deve ser estuprada para aprender a se comportar. O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras, como se comportar e se vestir “adequadamente”.

Essa frase também é relevante por apresentar variações significativas segundo algumas características. Mais uma vez, residentes do Sul/Sudeste e jovens têm menores chances de concordar com a culpabilização do comportamento feminino pela violência sexual, que também são menores inversamente ao nível educacional dos entrevistados. Contudo, chama atenção o fato de que católicos têm chance 1,4 vez maior de concordarem total ou parcialmente com essa afirmação, e evangélicos 1,5 vez maior.

A diferença de postura de tolerância/intolerância à violência doméstica e à violência sexual reafirma mais uma vez a dificuldade de se estabelecer no Brasil uma agenda de direitos sexuais e de direitos reprodutivos e uma visão de que os corpos das mulheres a elas pertencem. Neste sentido, demandas feministas presentes há décadas ainda são bastante atuais em nosso país, e a permanência de ideias tão avessas a uma perspectiva de direitos humanos, apesar de confirmarem estudos qualitativos e percepções gerais sobre o ambiente social, ainda causam espanto. (Grifos nossos)

5. *Do movimento “Eu não mereço ser estuprada”*

O segundo texto a ser analisado é a descrição do grupo “Eu não mereço ser estuprada” que nasceu em decorrência dos resultados da pesquisa realizada pelo IPEA. Foram inúmeros os grupos criados para protestar sobre os resultados, mas escolhi para esta análise o grupo criado pela jornalista brasileira Nana Queiroz. A jornalista de 28 anos liderou nas redes sociais o movimento que repercutiu nas mídias do mundo inteiro. Mais de 40 mil mulheres aderiram ao chamado da jornalista para posarem para fotos sem camisa com um cartaz escrito “Eu não mereço ser estuprada”.

Encontra-se aqui o texto do movimento:

Uma pesquisa do IPEA mostrou, ontem, que 65,1% dos brasileiros acha que mulher que mostra o corpo merece ser estuprada. Acreditam?!

Você não concorda com isso? Nem eu! Então bora mostrar o corpo pra mostrar o quão revoltadas estamos?

A ideia é que a gente tire a roupa e se fotografe, da cintura para cima, com um cartaz tampando os seios com os dizeres “Eu também não mereço ser estuprada” e postemos, todas juntas, ao mesmo tempo, online. Quem tá dentro? (Grifos nossos)

6. *Identidade feminina: IPEA versus Nana*

Inicialmente, no que tange a análise textual e aos elementos de análise propostos por Fairclough (2001), analisarei o controle interacional e a estrutura textual.

O trecho selecionado possui uma estrutura formal, não inovadora em relação a forma textual. É fácil perceber que o discurso do IPEA, e aqui também coloco minha análise da prática discursiva e social em que esse texto se encontra, não é neutro, assim como nenhum outro é, ele direciona alguns pensamentos, e mais do que explicitar os resultados obtidos faz também algumas inferências. Podemos notar isso quando lemos frases como: “por trás da afirmação”; “esta frase também é relevante”; “chama a atenção”. Tais frases, por assim dizer, direcionam o olhar do leitor para aspectos que o próprio IPEA gostaria de chamar atenção. Neste ponto recorro novamente a Fairclough quando define o conceito de intertextualidade, tão fundamental para a análise do discurso: “O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os

textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes para gerar novos textos” (2001, p. 135).

Dessa forma vemos o texto não como um discurso inédito, único, mas como uma fala preenchida por outras vozes. Essa intertextualidade no discurso do IPEA encontra-se de maneira sutil. Ao falar sobre a mulher, seu comportamento e seu corpo, de uma forma posicionada, percebo que o IPEA identifica a identidade feminina como passiva, “frágil”, que pode ser facilmente condicionada ao modo de se vestir e se comportar na sociedade. Esse discurso, por sua vez, se relaciona com discursos historicamente marcados em relação a mulher e seus papéis sociais, e que agora se encontra em um contexto muito mais globalizado, mas que mesmo assim ainda não se transforma significativamente.

Com relação a identidade feminina, que é o tema deste trabalho, analisei as palavras que se encontram associadas a palavra “mulher”, a fim de perceber como a representação da identidade feminina, principalmente no tocante a sua sexualidade, aparece neste trecho. As frases encontradas foram as seguintes: “A culpabilização da mulher pela violência sexual é ainda mais evidente”; “as mulheres, que os provocam, é que deveriam saber se comportar”; “A mulher merece e deve ser estuprada para aprender a se comportar”; “O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras”.

É essencial destacar que tais frases encontram-se inseridas em um contexto específico, e que meu objetivo neste trabalho é relacionar, com base nos pressupostos teóricos da análise do discurso crítica, tais palavras com a representação feminina. Para Fairclough “os tipos de discurso diferem não somente no modo como eles representam o discurso, mas também nos tipos de discurso que eles representam e nas funções do discurso no texto representador” (2001, p. 153).

No discurso do IPEA podemos ver palavras que referem-se à mulher como sendo agente passivo nesta relação, e muitas vezes a culpada, sendo que na verdade a mulher é a principal afetada segundo os indicadores de percepção social. A palavra “culpabilização” indica a ideia de que a mulher que foi vítima de estupro ou violência de alguma forma contribuiu para que isso acontecesse, principalmente pelo seu modo de se vestir e se comportar. As regras de comportamento, vestimenta e participação social da mulher nos levam a séculos passados. Se pensarmos na era vitoriana, por exemplo, podemos ver que as mulheres não eram donas de si mesmas, elas tinham normas a seguir, existiam regras de como se ves-

tir e se comportar. Como uma grande forma de repressão, por exemplo, existia o uso obrigatório de espartilhos muito apertados, que praticamente as sufocavam. Elas eram vistas como vitrines do lar, precisavam se comportar perfeitamente, não apenas na sociedade, mas também para seus maridos em suas próprias casas; não tinham liberdade alguma, e sua função era apenas de procriadora e cuidadora. Percebemos então que neste caso é clara a intertextualidade desse discurso atual com um discurso passado, muito marcado para as mulheres. Voltando ao trecho analisado, a palavra “culpabilização” é praticamente impossível de ser usada em um contexto em que a única coisa que a vítima de estupro ou violência doméstica não tem é culpa.

Em seguida, o texto traz a ideia de provocação da mulher, que dessa vez é vista por um ponto sexual. É de conhecimento de todos a trajetória feminina na história, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Desde os tempos mais remotos as mulheres eram vistas como objetos sexuais, que “funcionavam” apenas como cuidadoras do lar e procriadoras, como vimos no exemplo das mulheres da era vitoriana. A sexualidade feminina não era nem mesmo um assunto a ser discutido. Com o passar do tempo, com o advento principalmente dos movimentos feministas, muitos aspectos da relação da mulher com a sociedade mudaram. Porém, é possível ver, nos dias de hoje, como a sexualidade feminina virou objeto. Podemos pensar nessa provocação da mulher como uma forma de representatividade da sexualidade feminina, esse termo se encontra no texto como causa, ou até mesmo justificativa, para o comportamento de homens que violentam mulheres. Hoje podemos ver facilmente nas propagandas de televisão, nos filmes, nas novelas, na mídia em geral, que a sexualidade feminina é comumente usada como identidade da mulher, dizendo por trás disso que todas as mulheres são provocadoras e usam sua sexualidade ou sensualidade como “arma”. Visto que a representação pressupõe uma identidade, podemos nos perguntar: quem coloca essa noção de sexualidade? É a própria mulher ou outros discursos são responsáveis por isso? Se voltarmos ao conceito discurso nos lembramos de que o discurso pode ser compreendido como “modo de representação”. Neste caso a representação acontece por meio de outros sujeitos sociais, que são responsáveis por produzir discursos como os descritos no relatório do IPEA. (FAIRCLOUGH, 2001).

Outras duas palavras que estão, no texto, relacionadas a figura feminina, em relação à violência contra a mulher são: merecem e devem. Agora encontramos duas palavras que geraram grande polêmica; analisa-

remos com cuidado. A frase “A mulher merece e deve ser estuprada para aprender a se comportar” encontra-se totalmente isolada entre pontos, isso mostra que existiu uma intenção de chamar atenção para a frase. Ela poderia vir situada dentro do trecho de outra forma, que não a marcaria tanto. Mas existe esse posicionamento por parte do IPEA, tratando a mulher como agente passiva, sem voz. Retomando a frase anterior a essa, temos a ideia de correção, a violência seria uma forma de punição para a mulher que não sabe se comportar, o estupro, portanto, seria também uma forma de correção. A palavra “merecem” está também na frase original perguntada aos entrevistados (Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas), mas a palavra “devem” foi inserida nessa análise do IPEA, e é uma inferência que a própria instituição faz e que dá ênfase a ideia de que o homem tem total controle e acesso ao corpo da mulher.

A palavra “devem” nesse contexto gerou muita polêmica, visto que é inconcebível dizer que alguém, homem ou mulher deve ser estuprado. Primeiramente porque o estupro é um crime hediondo, e ninguémalaria que alguém deveria praticar um crime hediondo, porque para isso não existe justificativa. Porém, podemos ver que quando se refere a mulher, existe uma condição, que funciona da seguinte forma: A mulher deve se comportar, se vestir adequadamente, cumprir seu papel na sociedade, caso ela não faça isso ela merece e, mais do que isso, deve ser estuprada ou violentada.

A próxima frase relacionada a figura feminina é: “O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras.” Primeiramente, devemos nos atentar ao uso da palavra “acesso”, segundo o dicionário Aurélio online essa palavra comumente é utilizada como chegada, passagem, entrada em algo ou algum lugar. O uso do termo nesta frase monta a ideia de que o corpo das mulheres é um objeto ao qual o homem, e somente ele, tem acesso. Esse acesso se torna livre, então, se elas não colocarem barreiras como se vestir “adequadamente” (essa é a continuação da frase, que agora insere a palavra adequadamente entre aspas). Essa é a única vez em todo o trecho do discurso do IPEA em que são usadas as aspas. Elas indicam um eufemismo por parte de quem escreve, dando a ideia de que não existe uma forma correta de se vestir e que, portanto, vestir-se adequadamente é muito relativo. De fato isso é uma verdade, a noção de adequação não é fixa, ela muda de acordo do ponto de vista de quem está dizendo que tal coisa é adequada. Porém, devemos lembrar de todo o discurso anterior; em nenhum momento foi

utilizado o recurso das aspas para amenizar ou relativizar determinada expressão.

Para a última frase é necessário introduzir mais um conceito de Fairclough, agora sobre pressuposição. É interessante a frase em que diz que “as pressuposições são formas efetivas de manipular as pessoas, porque elas são frequentemente difíceis de desafiar”, ou seja, quando essas pressuposições são manipuladas dificilmente o ‘interpretante’ conseguirá perceber, pois para isso ele deve ter “experiências e suposições particulares em textos anteriores”. (2001, p. 157). Este é o caso da última frase analisada neste trecho. Quando é dito que: “A diferença de postura de tolerância/intolerância à violência doméstica e à violência sexual *reafirma mais uma vez a dificuldade* de se estabelecer no Brasil uma agenda de direitos sexuais e de direitos reprodutivos”. Ao utilizar o verbo ‘reafirmar’ fica pressuposto que no passado, em algum momento já houve alguma afirmação e que agora faz-se necessário reafirmar, e aí também existe uma redundância ao dizer “reafirma mais uma vez”. Talvez essa reafirmação retome eventos históricos do passado como a revolução feminista que ocorreu no Brasil por volta do século XIX, onde, sobretudo as mulheres lutaram para que houvesse direitos iguais para homens e mulheres, principalmente em relação à sexualidade. Partimos agora para o texto do movimento “Eu não mereço ser estuprada”.

No início do texto produzido pela jornalista vemos que o pronome indefinido ‘uma’ foi utilizado de forma intencional (assim como é a motivação de todo o discurso) para possivelmente relativizar a confiança ou importância do IPEA. No lugar deste pronome poderia ser colocado um artigo definido, que segundo Fairclough afirmaria um pressuposto. Neste caso a ideia de que a pesquisa realmente mostrou tais dados, e que não é apenas uma suposição.

Ao utilizar a pergunta isolada ao final do primeiro parágrafo, a autora coloca novamente em questão a confiabilidade do instituto, e faz uso também da ironia, que para Fairclough “depende de os intérpretes serem capazes de reconhecer que o significado de um texto ecoado não é o significado do produtor do texto.” (2001, p. 159). Neste caso a ironia é sutil, pois para a autora do texto é inconcebível que alguém possa acreditar de fato nos resultados da pesquisa, ou mesmo que acredite na veracidade dos dados não pode aceitar com normalidade.

“As frases negativas são frequentemente usadas com finalidades polêmicas”, diz Fairclough (2001, p. 157). Elas também funcionam como

intertextualidade, pois negam ou contestam outros textos. Aqui, portanto, a frase negativa pressupõe que o interpretante também não concorde com os resultados da pesquisa, visto que fica pressuposto que é inaceitável que alguém possa concordar.

Por fim, a última frase é um chamado para que as mulheres que também se sentiram como a jornalista tirem as roupas e se fotografem com a placa dizendo “Eu não mereço ser estuprada”. Nota-se que aqui utiliza-se os verbos no imperativo, que dão a noção de ordem ou convocação. É possível traçar um paralelo novamente com o movimento feminista com o que propõe a jornalista. Ao lembrarmos da revolução feminista surge na nossa mente imagens de mulheres tirando os sutiãs e queimando-os nas ruas das grandes cidades. A figura é praticamente a mesma. Agora, neste quadro as mulheres tiram suas roupas, que é uma nova forma de repressão, e se fotografam, gerando imagens que serão divulgadas mundialmente.

7. Conclusão

À luz dos conceitos teóricos utilizados neste estudo e com base em minhas concepções em relação a identidade feminina, percebo em ambos os textos analisados, que existem posicionamentos diferentes em relação principalmente ao corpo da mulher. Como mencionei, concordando com Woodward (2013), nosso corpo serve como fronteira na identificação de nossa própria identidade. Portanto, como é trazido no texto do IPEA, o corpo feminino é o objeto em jogo na relação social entre homem e mulher, onde a figura masculina tem pleno direito ao acesso ao corpo da mulher caso ela não saiba se comportar ou se vestir adequadamente.

Percebo, ao fim deste estudo que as relações entre homens e mulheres, mesmo com o advento da globalização e da modernização está impregnada com ideias e crenças passadas, uma delas de que os principais papéis da mulher é o de ser mãe e esposa, e que sua plenitude acontece apenas na concepção de uma vida.

Tais discursos traçam um pequeno panorama de como a identidade feminina encontra-se hoje. Muito se fala no progresso social feminino, mas é fácil perceber que esse “progresso” ainda é muito limitado, principalmente quando percebemos que a sexualidade feminina está completamente condicionada a fatores como a vestimenta. Noto também que es-

sa condicionalidade não se aplica ao homem. Em nenhum momento, no texto do IPEA, a figura masculina aparece de forma passiva, ela só se encontra na forma ativa, ao ter o direito de cometer violência contra a mulher como forma de punição caso ela não cumpra as normas socialmente ditas adequadas.

Questiona-se muito em relação aos respondentes da pesquisa realizada pelo IPEA. Blogs e comunidades da internet perguntam se alguém já foi entrevistado ou se conhece alguém que respondeu a alguma das perguntas descritas no relatório do IPEA. Então, a quem essas perguntas são direcionadas? Existe um posicionamento ideológico muito marcado nesse discurso. Qual seria o objetivo disso? Tais questões devem ser pensadas de maneira mais profunda a fim de que haja uma discussão mais consistente em relação a como a identidade feminina é de fato entendida em nossa sociedade brasileira.

O movimento “Eu não mereço ser estuprada” e o texto publicado pela jornalista Nana Queiroz mostram que existe muito o que fazer na caminhada pelo reconhecimento do pertencimento do corpo da mulher à sua própria identidade. A jornalista, através de seu discurso publicado nas redes sociais, convoca as mulheres a se manifestarem em relação ao discurso que cerceia a liberdade feminina não só no aspecto de como se portar e vestir, mas também na própria liberdade da construção de sua identidade.

Pensar em como a identidade feminina é percebida na nossa sociedade é fundamental para percebermos também a construção de outras identidades, e outros discursos presentes, visto que tais textos retomam discursos de outros sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad.: Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

RAIOL, Elizabete N. O discurso mercantilista on line: o corpo em leilão. In: ANTUNES. J. (Org.). *Revista Discursos Contemporâneos em Estudo*. Brasília: Centro de Pesquisas em Análise de Discurso Crítica. Brasília: Edição do autor/CEPADIC. (No prelo).

RAIOL. Elizabete Nepomuceno. *A identidade da mulher brasileira: 43 anos de discursos e representações do corpo e da sexualidade feminina*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

na mídia. 2014. Dissertação (Mestrado). – Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Linguística. [A defender].

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. *DELTA*, vol. 21, n. especial, p. 207-238, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300012&lng=en&nrm=iso>.

FEMINISMO E DIREITO

Andréia Almeida Mendes (UFMG/DOCTUM/Vértice)
andreialettras@yahoo.com.br
Bruno Gonzaga (DOCTUM)
Oscar Alexandre Teixeira Moreira (DOCTUM)
José Flavio Barroso Madaleno (UNIPAC/DOCTUM)
Abner Paes (DOCTUM)
Amanda Calisto (DOCTUM)
Francisca de Castro (DOCTUM)
José Carvalho (DOCTUM)
Maiara Sampaio (DOCTUM)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo as diferentes percepções feministas sobre o direito, concebendo o feminismo como um amplo campo de debate teórico e prático questionador do lugar ocupado historicamente pelas mulheres, com vistas a sua emancipação; e o direito compreendido, hegemonicamente, como um sistema racional de normas que possui caráter formal, universal e abstrato. Toma-se como base teórica o estudo realizado por Frances Olsen (2000) que estabelece, para tal análise, as seguintes premissas: o pensamento moderno está dividido em dualismos (racional-irracional, objetivo-subjetivo), que estão sexualizados (cada lado é identificado com características masculinas e femininas) e hierarquizado (o lado masculino é tido como superior ao feminino) e, desta forma, o direito se identificaria com o lado masculino. A partir disto, entendemos que as feministas elaboram diferentes percepções sobre o direito, que variam desde a busca pela incorporação neste, tido como assexuado, à compreensão sobre o que é estrutura de dominação masculina e patriarcal. O diálogo entre feminismo e direito é um campo fértil de análise, ainda pouco explorado e que pode desvendar relações mais profundas entre poder, direito e feminismo.

Palavras-chave: Feminismo. Direito. Trabalho. Conquista. Marxismo. Constituição.

1. Introdução

Apesar das conquistas resultantes de lutas históricas travadas nas últimas décadas, ainda é visível a naturalização da violência contra a mulher. Daí a importância da construção e implementação de políticas públicas que garantam a autonomia das mulheres e possibilite-lhes livrar-se das situações de opressão e violência.

Para isso, é necessário que a sociedade deixe de considerar a violência contra a mulher como coisa privada e passe a entendê-la como um problema da esfera pública.

As políticas públicas voltadas para a mulher são instrumentos de enfrentamento à condição de submissão e opressão da mulher que ainda persiste na sociedade contemporânea, fundamentadas no princípio da autonomia e igualdade de gênero.

Em que pesem os altos índices de violência contra a mulher que se repetem a cada ano e afetam um número crescente de mulheres em todo o país, as prioridades de ação política estão direcionadas para a violação do direito à saúde, à segurança pública, ao trabalho, à moradia e à assistência social que atingem a população de forma geral.

Porém, isso não é suficiente. É preciso que os gestores públicos avancem para além da constituição dos conselhos dos direitos da mulher, mecanismos de crucial importância para a mobilização popular e a formulação de políticas para mulheres, mas que somente encontrarão plena efetividade no momento em que suas proposições forem acolhidas e efetivadas pelo poder público.

É preciso fortalecer as ações da rede de atendimento à mulher com pesquisas e diagnósticos, com programas e oficinas de prevenção, campanhas e projetos de sensibilização, capacitação de mulheres, lideranças populares e agentes públicos e oferta de creches, por exemplo.

Para avançar no processo de construção de uma sociedade pautada no princípio de igualdade de gênero, despida da discriminação e da violência, há de obter o compromisso dos gestores públicos na elaboração e implementação dessas políticas públicas específicas para mulheres.

Às mulheres, cabe lutar para reconstruir a identidade feminina, sair da condição de vítima, desenvolver a autoestima, ocupar os espaços de poder político e continuar lutando cada vez mais por seus direitos, para

que um dia possam de fato fazer suas escolhas e ajudarem a transformar o mundo.

2. *História do 08 de março – Dia Internacional da Mulher*

No dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o "Dia Internacional da Mulher", em homenagem as mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU. (NYE, 1995, p. 25-27)

3. *Voto feminino no Brasil – 81 anos de conquista*

No Código Eleitoral Provisório (Decreto 21076), de 24 de fevereiro de 1932, o voto feminino no Brasil foi assegurado, após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto. Fruto de uma longa luta, iniciada antes mesmo da Proclamação da República, foi ainda aprovado parcialmente por permitir somente às mulheres casadas e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria, o exercício de um direito básico para o pleno exercício da cidadania.

Em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral, embora a obrigatoriedade do voto fosse um dever masculino. Em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres. (CANOTILHO, 2006, p. 91-99)

4. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

De 1985 a 2010, teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2003, passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, contando em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo, o que amplia o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

É também atribuição do CNDM apoiar a Secretaria na articulação com instituições da administração pública federal e com a sociedade civil. (TALLES, 2009, p. 18)

5. A Constituição brasileira de 1988 e as mulheres

Em outubro de 1988, foi promulgada a nova *Constituição da República Federativa do Brasil*. Resultado de discussões relevantes para um período marcado pelo retorno à democracia, a nova *Constituição* trouxe consigo também as lutas dos movimentos de mulheres e suas reivindicações. Dessa forma, conceitos como "sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" foram incorporados ao texto da nova *Constituição*. As mulheres, também passaram a ter visibilidade na lei, como sujeitos, ao serem igualadas aos homens, em direitos e obrigações.

Para entender a situação das mulheres, vale retomar as lutas travadas por elas nas décadas 1970 e 1980, que culminaram em uma série de conquistas, inclusive com o estabelecimento de políticas públicas para mulheres.

A igualdade entre mulheres e homens encontra ressonância na *Constituição* ao atribuir direitos e obrigações aos homens e mulheres (Art. 5º) e colocar o gênero de forma igualitária, em termos de união estável, casamento civil etc. Não tratamos aqui das questões jurídicas por trás dos artigos constitucionais, mas sim de trazer à tona alguns elementos amplamente vivenciados no período de elaboração da constituição e como se reflete nos dias atuais.

Nesse sentido, por exemplo, ao tratar das relações trabalhistas, são abordadas a aposentadoria e a licença maternidade. A aposentadoria, amplamente discutida e depois reformulada, teve grande influência dos setores industrial e comercial, mas notadamente do governo, cuja preocupação se volta para a previdência. Mesma direção teve a ampliação da licença maternidade para 120 dias, o que para a época foi considerado um avanço, a despeito do desemprego imediato apregoado pela classe empresarial.

Dentro dos conselhos, a normatização dos conselhos da mulher foi o que refletiu diretamente na absorção das reivindicações femininas no tocante ao estabelecimento de políticas públicas para as mulheres, especialmente dos setores menos privilegiados da população. (CALVI, 2003)

6. *Lei Maria da Penha*

O princípio da igualdade é consagrado enfática e repetidamente na *Constituição Federal*. Está no seu preâmbulo como compromisso de assegurar a igualdade e a justiça. A igualdade é o primeiro dos direitos e garantias fundamentais (Cf. art. 5º): todos são iguais perante a lei. Repete o seu primeiro parágrafo: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Mas há mais, é proibida qualquer discriminação fundada em motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (Cf. art. 7º, XXX).

Exatamente para garantir a igualdade é que a própria Constituição concede tratamento diferenciado a homens e mulheres. Outorga proteção ao mercado de trabalho feminino, mediante incentivos específicos (Cf. art. 7º, XX) e aposentadoria aos 60 anos, enquanto para os homens a idade limite é de 65 (Cf. art. 202).

A aparente incompatibilidade dessas normas solve-se ao se constatar que a igualdade formal – igualdade de todos perante a lei – não conflita com o princípio da igualdade material, que é o direito à equiparação mediante a redução das diferenças sociais. Trata-se da consagração da máxima aristotélica de que o princípio da igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualem.

Marcar a diferença é o caminho para eliminá-la. Daí a necessidade das leis de cotas, quer para assegurar a participação das mulheres na política, quer para garantir o ingresso de negros no ensino superior. Nada

mais do que mecanismos para dar efetividade à determinação constitucional da igualdade. Também não é outro motivo que leva à instituição de microssistemas protetivos ao consumidor, ao idoso, à criança e ao adolescente.

Portanto, nem a obediência estrita ao preceito isonômico constitucional permite questionar a indispensabilidade da Lei n. 11.340/06, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica. A Lei Maria da Penha veio atender compromissos assumidos pelo Brasil ao subscrever tratados internacionais que impõem a edição de leis visando assegurar proteção à mulher. A violência doméstica é a chaga maior da nossa sociedade e berço de toda a violência que toma conta da nossa sociedade.

Os filhos reproduzem as posturas que vivenciam no interior de seus lares.

Assim demagógico, para não dizer cruel, é o questionamento que vem sendo feito sobre a constitucionalidade de uma lei afirmativa que tenta amenizar o desequilíbrio que ainda, e infelizmente, existe nas relações familiares, em decorrência de questões de ordem cultural. De todo descabido imaginar que, com a inserção constitucional do princípio isonômico, houve uma transformação mágica. É ingênuo acreditar que basta proclamar a igualdade para acabar com o desequilíbrio nas relações de gênero. Inconcebível pretender eliminar as diferenças tomando o modelo masculino como paradigma.

Não ver que a Lei Maria da Penha consagra o princípio da igualdade é rasgar a *Constituição Federal*, é não conhecer os números da violência doméstica, é revelar indisfarçável discriminação contra a mulher, que não mais tem cabimento nos dias de hoje.

Ninguém mais do que a justiça tem compromisso com a igualdade e esta passa pela responsabilidade de ver a diferença, e tentar minimizá-la, não torná-la invisível. (SEMÍRAMIS, 2013)

7. Conclusão

Dessa forma, percebe-se que as feministas, de maneira geral, mantêm uma postura crítica diante do direito, ainda que discordem completamente sobre a função que este ocupa na determinação das relações entre homens e mulheres. A crítica feminista ao direito tem como alvo

principal de seu questionamento o formalismo jurídico, como bem evidencia Rabenhorst (2010, p. 122):

[...] o alvo principal deste questionamento foi principalmente o formalismo jurídico e sua representação do direito como um sistema completo, coerente, unívoco, elaborado por um legislador racional e aplicado por um juiz neutro e imparcial. [...] Dessa forma, ao contrário do que sustenta o formalismo jurídico, o direito é indeterminado, inconsistente e ambíguo em relação às questões de gênero, como podem mostrar diversos exemplos colhidos na realidade de vários países, inclusive os supostamente mais desenvolvidos (leis discriminatórias, interpretações sexistas, categorias doutrinárias fundadas em estereótipos etc.).

As ideias e reflexões feministas sobre o direito têm atravessado as históricas conquistas das mulheres no campo jurídico, social e político, mesmo que tal afirmação possa gerar calorosos debates sobre as influências reais de algumas dessas correntes. As ações feministas sobre o direito acontecem e se desenvolvem no espaço prático e teórico, mas o direito como campo científico, tem negligenciado essa discussão. Desta forma, a reflexão crítica sobre o direito se dá também no campo de sua produção teórica.

Ainda que divergentes, as percepções feministas do direito evidenciam que este foi e é utilizado como um instrumento de dominação masculina e que participa das construções de gênero, na medida em que define quem são os sujeitos homens e mulheres, em que qualifica (dota-os de qualidades) e protege circunstâncias e bens sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

BEUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, 2009.

CALVI, Tânia Fátima. *A constituição brasileira de 1988 e as mulheres*. Disponível em:

<http://www.informativo.uem.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=1701:a-constitui-brasileira-de-1988-e-as-mulheres&catid=94:informativo-827&Itemid=39>. Acesso em: 23-10-2013.

CAMARGO, Orson. *Feminismo, o que é*. Disponível em:

<<http://www.brasilecola.com/sociologia/feminismo-que-e.htm>> Acesso em: 25-10-2013.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CAROLINE, Priscilla. *Estatuto do nascituro: o retrocesso na pauta do congresso*. Disponível em:

<<http://blogueirasfeministas.com/2013/04/estatuto-do-nascituro-o-retrocesso-na-pauta-do-congresso>> Acesso em: 23-10-2013.

CANOTILHO, Ana Paula. *ONGs e feminismo*. Contributo para a construção do sujeito político feminista. 13. ed. São Paulo, 2006.

MARTINO, Nathália. *O novo feminismo*. Disponível em:

<http://www.istoe.com.br/reportagens/216256_O+NOVO+FEMINISMO> Acesso em: 23-10-2013.

MORRISON, Wayne. *Filosofia do direito: dos gregos ao Pós-Modernismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NYE, Andréa. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos/Record, 1995.

OKIN, Suzan Moller. *Gênero, o público e o privado*. 16. ed. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2008.

OLSEN, Frances. *Identidad feminina y discurso jurídico*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. Feminismo e direito. *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Direito*, João Pessoa, vol. 1, p. 93-112, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. *Mulher brasileira é assim*. Porto Alegre: Record, 2011.

SEMÍRAMIS, Cynthia. *Lei Maria da Penha é constitucional*. Disponível em: <<http://cynthiasemiramis.org/2007/10/22/lei-maria-da-penha-e-constitucional>>. Acessado em: 25-10-2013.

TALLES, Maria Amélia. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

GÊNEROS DISCURSIVOS E ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: ENTRE O TEXTO OFICIAL E AS ESCOLHAS DO PROFESSOR

Deyvid Souza Nascimento (UFPE)

deyvidsouza.educ@yahoo.com.br

Maria Lúcia F. de Figueiredo Barbosa (UFPE)

RESUMO

Este trabalho é fruto de parte da pesquisa de mestrado em que buscamos entender, analisar e discutir o processo de didatização de gêneros discursivos a partir do que fazem os professores de língua portuguesa. Como um dos objetivos específicos, propusemo-nos a verificar as perspectivas em que está ancorada a concepção de linguagem e de gênero nos *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco* e como ele influencia no planejamento docente. Para isto, analisamos o documento da rede estadual e os planejamentos de duas professoras dela, além de fazer entrevistas e observação de aulas. Com isso, percebemos que o texto oficial norteou boa parte do planejamento da Professora B, desde a escolha dos gêneros; entretanto, ela fez algumas adaptações do conteúdo, situando-se entre o que as orientações propunham e algumas demandas emergentes da dinâmica da escola. Já a Professora A trabalhou alguns aspectos relativos à língua expostos no documento, mas, grande parte de suas aulas teve a contribuição do livro didático, inclusive no trabalho com reportagem. Destarte, mesmo diante da amplitude e coerência de sua proposta e a proposição de um ensino de língua almejado por muitos, o documento não se acomoda à prática das docentes investigadas. Primeiro porque um currículo necessita ter um caráter crítico e oportunizar a convivência e a aprendizagem de seus aportes pelos seus principais usuários: os professores. Em segundo lugar, ele não se ajusta à prática das professoras porque ela é orquestrada, sobretudo, pelo crivo do seu condutor. Como base teórica, utilizamos entre outros autores, Bakhtin (1997), Bakhtin/Volochínov (2010), Cavalcante & Melo (2006), Dolz & Schneuwly (2011), Geraldi ([1984] 2006), Libâneo (2002), Marcuschi (2003; 2008) e Schneuwly (2011).

Palavras-chave: Gêneros discursivos. Ensino. Língua materna. Língua portuguesa

1. Introdução

Nos últimos quatorze anos, especialmente após a introdução dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, pesquisas envolvendo o ensino por meio de gêneros discursivos/textuais, no Brasil, têm sido amplamente difundidas no meio acadêmico, por isso, seria pouco provável que, diante do contexto epistemológico, se fale sobre ensino sem nos referirmos a esse potencial campo de investigação.

Esse impacto é decorrente do surgimento de um novo paradigma de ensino de Língua Portuguesa encabeçado, desde a década de 1980, especialmente por GERALDI (2006). Este autor propôs, a partir de uma perspectiva sociocultural, o trabalho com a língua por meio de práticas de linguagem (leitura, produção de textos e análise linguística).

Mas é após a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* e das traduções feitas por Roxane Rojo e outros linguistas na PUC-SP, em 1995, dos autores do Grupo de Genebra (Bronckart, Dolz, Schneuwly – também citados nos *Parâmetros*), acerca da didatização de gêneros, que a noção de gênero foi, paulatinamente, emergindo no espaço didático da língua portuguesa com as nomenclaturas vistas hodiernamente.

Muitas correntes de estudos de gêneros têm surgido na atualidade, mas os genebrinos têm se dedicado à didática das línguas e trouxeram influências para as discussões brasileiras neste âmbito. Sem a intenção de fazer sincretismos, todas elas (não caberia citar todas) concordam com a potencialidade textual-discursiva dos gêneros.

Desse modo, como base para o desenvolvimento da língua/linguagem, nada mais pertinente do que trazer para a escola os mais variados gêneros em circulação na vida em sociedade. Entretanto, como tem ocorrido o processo de apropriação dos professores destas novas tendências?

Bunzen (2006, p. 155), apoiado no conceito de gênero de Charles Bazerman, alega que, pela forma como a noção de gênero foi introduzida na sala de aula, muitos professores podem deixar “de lado a diversidade de práticas sociais e as condições de produção sócio-históricas dos gêneros” (p. 155). Isso porque os objetos de ensino também mudam.

Entre outros, esses fatores apresentados até aqui, despertaram o nosso interesse pela temática, pois nos inquieta pensar como o professor tem se situado diante desse contexto, o qual Marcuschi (2008, p. 147) chama de “moda dos gêneros”, mesmo não sendo novo o estudo destes.

Isto é, onde esse formador tem buscado subsídios para gerir novas práticas? Que saberes são esses que levam o professor à escolha de gêneros como instrumentos de ensino e como ele desenvolve esse trabalho com a leitura, a escrita, a oralidade e a análise linguística?

Como observou Chartier (2007), o docente, a partir de suas próprias vivências com o teórico e experiências exitosas, consegue organizar suas práticas. Para isso, também recorre às orientações fornecidas por redes de ensino sejam elas municipais, estaduais ou federais. Segundo essa orientação teórica, sustentada também por Tardif (2013), existem muitas relações imbricadas no fazer pedagógico, relacionadas à ideia de onde os saberes docentes emergem para que sejam cumpridas as tarefas de ensinar e aprender.

Como parte de uma pesquisa maior, em que buscamos analisar e discutir o processo de didatização de gêneros discursivos a partir do que fazem os professores de Língua Portuguesa, este trabalho pretende verificar em que perspectivas está ancorado o documento oficial da Rede Estadual de Pernambuco para os professores de Língua Portuguesa e, principalmente, como ele influencia em seus planejamentos, no que se refere aos gêneros discursivos.

O texto que ora segue está organizado em quatro partes: referencial teórico, metodologia, análise dos dados e, não menos importante, as considerações finais.

2. Referencial teórico

Explanamos e discutimos abaixo posicionamentos relativos às concepções de linguagem e suas relações com o ensino de língua portuguesa, o ensino de gêneros discursivos e proposições acerca dos saberes docentes e da didatização.

2.1. Concepções de linguagem e ensino de língua materna

Volochínov (2010)⁶¹, pertencente ao círculo dos intelectuais aliados a Bakhtin, foi um dos primeiros pensadores a propor uma teoria da

⁶¹ Foi nossa opção, mesmo utilizando a tradução brasileira, usar somente o nome de Volochínov na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, pois a última edição francesa de 2013, após inúmeros estudos, já referencia este intelectual como sendo o único autor da obra.

enunciação, em uma Rússia arrasada pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução de 1917.

O autor se contrapõe às ideias dos estudos de Saussure, conhecido como o fundador da linguística, que acreditava que a língua possuía um sistema próprio, acabado, normativo e caberia aos indivíduos recorrer a este para se comunicar. Ou seja, a língua seria sistema imóvel e acabado, disposto em signos e regras e a fala (*parole*) uma deformação da língua (*langue*). Por isso, Volochínov (2010) nomeou a corrente derivada dos estudos de Saussure de objetivismo abstrato.

Na mesma época, ao lado dessa corrente, outra, derivada dos estudos comparatistas dos séculos XVIII e XIX, acreditava na natureza unicamente psíquica do ato de fala. Isto é, o fator social não interfere no processo enunciativo. Desse modo, acreditava-se que as leis que regiam a criação linguística seriam análogas à criação artística. A essa orientação teórica, Volochínov ([1929-1930] 2010) chamou de subjetivismo idealista.

Contrapondo-se a essas duas orientações, o autor propõe uma ideia de língua a partir de uma perspectiva social, tratando o indivíduo como ser organizador do sistema da língua e dos atos de fala, contrariando alguns pressupostos das correntes acima explicitadas. Para o autor russo, a razão pela qual os indivíduos se comunicam é, sobretudo, social e o produto desta interação é a palavra. Dessa forma, Volochínov ([1929-1930] 2010) acredita que os atos de fala estão ligados por uma cadeia ininterrupta e ainda que todo enunciado é a réplica a um discurso já dito.

A teoria dialógica, cujos representantes máximos são Bakhtin, Volochínov e Medvedev, só chegou ao ocidente a partir da década de 1960, quando outras teorias linguísticas também já surgiam: a sociolinguística francesa e a norte-americana, a teoria gerativa de Chomsky, a teoria da comunicação de Bühler e Jakobson, inspirados em Saussure, a teoria enunciativa de Benveniste, entre outras. Mas, o que isso tudo tem a ver com o ensino de língua?

Na década de 1980, no Brasil, Geraldi (2006a, p. 41) agrupa essas correntes de estudo fundamentalmente em três grandes grupos que, consequentemente, revelam três concepções de linguagem distintas.

Entre essas correntes, o autor destaca uma que vê a linguagem como *expressão do pensamento* (grifos nossos). De acordo com essa concepção, a linguagem funciona como expressão do pensamento, ou se-

ja, se as pessoas não se expressam bem, é porque não pensam. Essa corrente está associada a muitos estudos que levam em consideração as leis da psicologia individual como anterior à produção de linguagem e está ligada à gramática normativa.

De acordo com a segunda concepção apresentada por Gerdali, a língua seria um *instrumento de comunicação*, logo, está associada à teoria da comunicação e, conseqüentemente, à gramática descritiva.

A última concepção apontada por Gerdali está ligada às teorias da enunciação e vê a linguagem como forma de interação, como observado em Volochínov. O linguista brasileiro também se inspirou fortemente nos estudos enunciativos do linguista Benveniste para fazer tal proposição.

Segundo Gerdali (2006a), uma visão interacionista da linguagem torna possível a ação do falante sobre ou ouvinte, pois “o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria levar a cabo, a não ser falando” (p. 41). Esta concepção está relacionada à gramática internalizada ou competência linguística internalizada, que é o próprio “mecanismo” ou conjunto de regras que é dominado pelos falantes e que lhes permite o uso normal da língua.

Portanto, uma organização do ensino de língua materna necessita estar ancorada, principalmente, em uma concepção de linguagem interativa. Também é imprescindível reconhecer que, sendo considerada como uma ação dos sujeitos sobre o mundo, na interação com o outro, a língua está em constante adaptação, por isso, organiza-se em formas relativamente estáveis de comunicação. Essas formas, os gêneros discursivos, circulam em sociedade e estão presentes, desde algum tempo, nas aulas de língua portuguesa.

2.2. Gêneros discursivos e ensino

Volochínov (2010, p. 130), ao criar sua teoria da interação verbal, destacou a “modelagem das enunciações” que são os “diferentes tipos de discurso” (p. 43) praticados nas mais diversas situações da vida corrente. Essas modelagens são as formas particulares encontradas nas trocas de discurso cotidianas e são reforçadas pelos usos e pelas circunstâncias, seja numa conversa espontânea com um amigo, ou entre marido e mulher, etc. Isto é, as esferas sociais são reguladas por discursos organizados, por gêneros linguísticos ou gêneros da fala.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Do mesmo grupo de intelectuais, Bakhtin (1997), em seu texto *Os gêneros do discurso*⁶², aponta que os gêneros são *tipos relativamente estáveis* de enunciados e que entre os gêneros de discurso *primário* - simples (estão ligados à comunicação verbal espontânea) - e *secundário* (absorvem e modificam os primários por estarem em uma interação mais complexa) há uma diferença essencial. Mas o que essa visão tem a ver com o ensino?

Os gêneros discursivos organizam as relações sociais, logo, trazem consigo aspectos textuais e discursivos que representam uma gama de atividades culturais de sociais. Por isso, nada mais interessante que aprendê-los na escola e possibilitar ao aluno o contato com práticas sociais diversas. Mas, que gêneros ensinar, já que Bakhtin tratou de gêneros primários e secundários?

Segundo Schneuwly (2011), os gêneros secundários é que devem ser trabalhados na escola, pois eles marcam uma quebra imprescindível, em no mínimo dois níveis: 1) representam uma construção complexa, ligada a uma multiplicidade de outros gêneros dos quais resulta a comunicação cotidiana, além de serem independentes do contexto imediato; 2) isso significa que um indivíduo é confrontado com gêneros em situações que não estão organicamente ligadas a um gênero, assim como o gênero, ele próprio não está mais organicamente ligado a um contexto preciso imediato.

É entre essas duas relações que, segundo o autor, encontra-se o conflito, a contradição que Vygotsky chamou de lei de zona de desenvolvimento proximal (distância entre o nível atual de desenvolvimento da criança [desenvolvimento real] e sua capacidade de resolver problemas sozinha e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pelas habilidades em processo de construção que podem ser mediadas por adultos).

Sendo assim, baseado nessa teoria, Schneuwly (2011) acredita que um novo sistema adquirido, neste caso, os gêneros secundários, não anularia um precedente, ou seja, este agiria sobre outro sistema já consolidado (ou não), numa relação colaborativa. Porém, ao trabalhar com gêneros, o que é importante levar em consideração?

⁶² Patrick Sériot defende que Bakhtin, nesse texto, trata de gêneros da fala: http://www.revue-texto.net/Inedits/Seriot_Bakhtine.pdf. Não usamos a nomenclatura Círculo de Bakhtin para evitar qualquer elevação a Bakhtin.

Antunes (2009, p. 57-61), pesquisadora brasileira, afirma que quando os gêneros são selecionados para o trabalho com a linguagem, existem algumas implicações pedagógicas. Entre elas, está a ideia de que, como os textos orais e escritos passam a ser objetos de estudo das aulas de língua materna, o monopólio passa a ser do texto. Além disso, como os textos estariam comportados em gêneros, as atividades de escrita deixariam de ser apontadas como algo indefinido (do tipo “faça uma redação!”). O foco, então, estaria no gênero (bilhete, carta, notícia) e não mais somente na tipologia.

Outro aspecto importante é o de que as regras gramaticais ganhariam caráter de funcionalidade em substituição à análise estrutural de formas gramaticais, unicamente. Outrossim, as atividades de compreensão ultrapassariam os limites do linguístico para se buscar entender os propósitos comunicativos e o estudo dos gêneros permitiria aos alunos perceber como a elaboração e a compreensão de um texto resultam da conjunção de fatores internos à língua e de fatores externos a ela.

Esses e outros objetivos ajudam a desmistificar os conceitos de ‘certo’ e ‘errado’, devido à contemplação da variedade da interação verbal, pois estudar os gêneros implica compreender os seus domínios discursivos.

Mas, para garantia de sucesso, é necessário que esse ensino esteja ligado a práticas efetivas de ensino da leitura, produção de textos escritos e orais e análise linguística.

Geraldi (2006b) propôs, inicialmente, que o ensino de língua deveria ser pautado em práticas de linguagem que foram paulatinamente substituídas por outras nomenclaturas como a de eixos de ensino, como se pode observar nos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*.

À época da conjectura dessa noção, o foco estava nas relações com os textos, portanto, essa proposição inicial foi muito equivocadamente associada ao trabalho com mecanismos textuais. Porém, mais recentemente, encontramos muitos autores, inclusive o já referido, fortalecendo o uso de gêneros em sala de aula, articulado àquelas práticas de linguagem.

Mas, o que fazer diante de tradições ainda persistentes e uma nova era de proposições inovadoras?

A recente entrada de gêneros discursivos na sala de aula, considerando as variedades dos meios de circulação destes, traz aos docentes de ensino fundamental e médio novos desafios tanto nos objetos a serem ensinados como nos processos metodológicos a serem seguidos ao didatizar aquelas ferramentas.

Diante desse quadro, é necessário adquirir um posicionamento e situar como a leitura, a escrita, a análise linguística e a oralidade podem ser desenvolvidas numa perspectiva interativa atrelada aos gêneros discursivos.

Portanto, as práticas de linguagem, quando efetivamente trabalhadas a favor do ensino de um gênero, são imprescindíveis ao ensino.

2.3. Saberes docentes e didatização

Sabemos que, no exercício da prática docente, estão imbricadas muitas questões, de diversas ordens. Cereja (2002) afirma que nós nos encontramos *entre a tradição e a enunciação*. De um lado, o ensino de uma gramática normativa que persiste sem uma reflexão dos sistemas que a compõem. E, de outro, novos panoramas de ensino a partir de gêneros e a adoção de reflexões sobre fenômenos linguísticos e paralinguísticos. Para o docente do nível fundamental e médio, tem sido uma tarefa difícil situar-se nessas questões por inúmeros fatores, desde a carência em sua formação inicial e a não universalização do acesso à formação continuada. Esta última poderia permitir-lhe o acesso a determinados saberes que são importantes a sua prática.

Nesta “zona de conflito”, encontra-se o ofício que exige do professor uma mobilização de saberes construídos ao longo de sua história de vida e necessários à execução de suas tarefas cotidianas.

Tardif (2013) considera que o saber do professor é um saber social porque advém de inúmeros setores de uma organização e, com base em algumas pesquisas, assegura que existe uma lacuna entre a escola e a universidade. Isso porque os saberes instituídos nesta esfera do saber são cada vez mais distintos tendo em vista a quantidade de pensadores e de grupos científicos.

A partir disso, o autor nomeia alguns saberes que são imprescindíveis a qualquer professor: saberes pessoais, provenientes da formação escolar anterior, da formação para o magistério, dos programas de ensino

e da própria experiência do interior da sala de aula. Todos estes saberes, para Tardif (2013), colaboram para a execução de uma coerência pragmática, ideia que explicaremos mais adiante.

Ao lado de Tardif (2013) está Chartier (2007) que também aponta a noção de coerência pragmática. A autora afirma que a ação docente está situada entre os saberes teóricos e os saberes da prática. Os primeiros remetem aos conhecimentos da academia, presentes nos textos teóricos. Já os saberes da prática estão relacionados aos conhecimentos emergentes no fazer do professor. Assim, a pesquisadora faz duras críticas a pesquisadores que propõem fazer uma separação clara entre os saberes teóricos e os saberes da ação.

Chartier (2007) opõe dois modelos para discutir as relações entre práticas de ensino e os discursos acadêmicos. De um lado, está a ideia de que “uma boa difusão de todos os saberes é necessária para orientar as escolhas didáticas e as práticas pedagógicas” (p. 188). De outro, a formação de professores se faz por “ver fazer e ouvir dizer” e não podemos contar, para melhorá-la.

Analisando as dimensões apontadas pelos autores, fazemos os seguintes apontamentos: 1) o professor de língua portuguesa, ao elencar gêneros para o trabalho com a língua em sala de aula, mobiliza saberes de diversas origens (disciplinar, pedagógico, documental, pragmático, etc.); 2) os saberes a serem efetivamente ensinados aos alunos sofrem certa transposição didática. É sobre este ponto que trataremos, brevemente nas próximas linhas.

A transposição didática, na perspectiva de Chevallard (1997), está assentada na ideia de que todo projeto social de ensino e de aprendizagem, construído dialeticamente, designa conteúdos de saberes a serem ensinados. Assim, os saberes designados como aqueles *a ensinar* preexistem ao movimento que os designa como tais e, antes de tudo, sofrem determinadas “deformações” quando transpostos. Os saberes das gramáticas prescritivas, por exemplo, independem de uma relação estreita com o ensino. Eles foram transpostos para as salas de aula e aplicados de várias maneiras.

Azevedo (2010), que se inspira em Chevallard (1991) e Álvarez (2005), afirma que os conhecimentos, até serem instituídos, passam pelos processos de *descontextualização*, pois estariam saindo do seu lugar de origem; *despersonificação*, já que não estariam mais associados ao seu fundador; *programação ou distribuição conceitual*, pois serão hierarquiza-

zados e sequenciados de acordo com o desenvolvimento dos alunos; publicação, já que os saberes escolares estão previstos em documentos de diversas ordens; e controle ou avaliação, “porquanto a aprendizagem do saber escolar, sua aquisição, apropriação e (re)utilização é constantemente submetida a diversas formas de verificação” (p. 206).

Sendo assim, consideramos que cabe ao professor de português, a partir da noção que tem de língua, sujeito, escola, etc. elencar os saberes a serem propostos e como isso será feito para os alunos, até o momento da avaliação.

Diante do quadro teórico exposto acima, apontamos agora os procedimentos metodológicos deste trabalho, as análises e as considerações finais.

3. Metodologia

Realizamos uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, pois este tipo de investigação, segundo André (1995), permite adentrar e observar relações sociais mais profundas e, assim, pudemos traçar um plano de trabalho mais aberto e flexível, reavaliando as técnicas de coleta, os instrumentos e os fundamentos teóricos.

Como um dos nossos objetivos era verificar em que perspectivas está ancorado o documento oficial da Rede Estadual de Pernambuco para os professores de língua portuguesa e como ele influencia em seus planejamentos, procedemos a uma entrevista com duas professoras, sujeitos do trabalho, e notamos que os *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco*, foram citados. Então, procedemos à análise do documento e em seguida apreciamos os planejamentos.

A Professora A, chamada assim para preservar sua identidade, afirmou que tanto os *Parâmetros* como o livro didático a auxiliaram na construção do planejamento. Essa docente tem mestrado em linguística pela Universidade Federal de Pernambuco, onde também cursou a graduação. Já a Professora B, também chamada assim devido à preservação de sua identidade, é especialista em linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa. Por não simpatizar com o livro didático dos alunos e receber cobranças institucionais, afirmou guiar-se totalmente pelo manual da rede para organizar suas aulas.

Devido ao espaço disponibilizado, procuramos fazer uma análise, para este trabalho, em dois sentidos:

– Em relação aos *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco*: mostrar brevemente qual concepção de linguagem e de gênero.

– Em relação ao planejamento das professoras, aos *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco* e a alguns pontos do livro didático: – conteúdos, objetivos, procedimentos, instrumentos e critérios de avaliação da aprendizagem; de que maneira o documento influencia na escolha dos conteúdos; como o livro didático de língua portuguesa auxilia na construção do planejamento.

Tendo isso em vista, a análise documental foi importante para o nosso estudo porque possibilitou a comprovação de inúmeros fatores. Gil (1999) afirma que esse tipo de análise pode ser feito em documentos que ainda não receberam tratamento analítico ou que carecem de revisitação dependendo dos objetivos da pesquisa. Em nosso caso, não havíamos encontrado publicação específica sobre a análise dos *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco* até o momento de realização da pesquisa (segundo semestre de 2013). Houve sim, algumas pesquisas que se interessaram por documentos anteriores a este, como as *Orientações Teórico-metodológicas*.

Como procedimento de análise, utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (1977) que permite a análise não somente de textos, mas também de discursos.

4. Análise e discussão dos dados

Nesta parte, referente à análise e discussão, o leitor encontrará os seguintes tópicos e subtópicos: em um primeiro momento, será analisada a concepção de linguagem e de gênero presente nos *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco*. Em seguida, poder-se-á ver uma análise dos planejamentos das professoras em relação àquilo que elas projetam para ser executado e as proposições do documento oficial.

4.1. Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco, planejamento das professoras e livro didático

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e Médio do Governo de Pernambuco*, elaborados a partir de *da Base Curricular Comum* e das *Orientações Teórico-metodológicas* para o ensino fundamental e para o ensino médio, ambos de 2008, foram lançados em 2012. Tiveram como organizador o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

O material teve como base uma discussão teórica com especialistas locais da área que receberam uma “versão zero” do material que foi analisada; em seguida, enviada para o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação e só depois sofreu intervenções de professores da área de língua portuguesa da rede estadual.

Além dos *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco*, as escolas também receberam um documento auxiliar que também nos ajudará nas análises que é o “Currículo de português para o ensino fundamental” com base nos parâmetros curriculares do estado de Pernambuco com base nos *Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco* (em nosso caso, os de língua portuguesa). Este contempla a sistematização de conteúdos responsáveis por facilitar o trabalho sistemático de aprendizagem.

Em suma, temos: os *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco* em que mostraremos a concepção de linguagem e de gênero e o “Currículo de português” que nos ajudará a entender como as professoras escolhem os conteúdos.

4.1.1. Organização e concepções nos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa do Estado de Pernambuco

A organização interna está distribuída no que se chama “eixos do currículo”, da seguinte maneira: Apropriação do sistema alfabético; Análise linguística (eixo vertical - perpassa todos os outros); Oralidade; Leitura; Letramento literário e Escrita.

Em cada um dos eixos acima, são contempladas expectativas de aprendizagem de conhecimentos a serem desenvolvidos durante o ano em uma abordagem chamada de “espiral”, com base em uma legenda, como pode ser verificado nas imagens abaixo. Os conteúdos são retomados ano após ano e novos são introduzidos.

Como se vê, o eixo de análise linguística está perpassando o de apropriação do sistema alfabético e há um esquema de cores que, do mais claro ao mais escuro, indica a expectativa de aprendizagem que precisa ser (ou não) objeto de intervenção pedagógica em determinada etapa de escolarização. Por exemplo, em relação à expectativa de aprendizagem 13 (EA 13), espera-se que o aluno, no 12º ano de escolarização, correspondente ao 3º ano do ensino médio, tenha consolidado os conhecimentos elencados na expectativa de aprendizagem. A cor azul mais clara indica em que ano se deve começar a construção do conhecimento; a mediana, o tempo em que se desenvolve formalmente o conceito envolvido; a mais escura, a consolidação efetiva deste; e a branca, o período em que o domínio não precisa ser objeto de intervenção.

Fig. 1: Expectativas de aprendizagem integrantes do eixo Apropriação do Sistema Alfabético

SISTEMA ALFABÉTICO ESCRITA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
EA8- Escrever as letras do alfabeto, maiúsculas e minúsculas, em diferentes padrões gráficos.												
EA9- Escrever palavras compostas por sílabas no padrão consoante/vogal e/ou por outros padrões silábicos como vogal; consoante, consoante vogal; consoante, vogal, vogal.												
EA10- Apropriar-se das regularidades diretas da ortografia (P,B,T,D,F,V,M inicial) na escrita de palavras.												
EA11- Apropriar-se das regularidades contextuais da ortografia (C ou QU, G ou GU, R ou RR, M ou N em final de sílaba etc.) na escrita de palavras.												

(Fonte: PERNAMBUCO, 2012a, p. 39)

Em relação à concepção de linguagem, o documento apresenta uma perspectiva sociointeracionista, com base em Bakhtin e em diversos teóricos. Em síntese, nesta perspectiva, a língua seria vista como ação e interação social. Isto é, o uso da língua, por meio de gêneros textuais, exige dos indivíduos capacidades de agir sobre o mundo. A linguagem seria uma atividade socialmente emoldurada que envolve aspectos pragmáticos (PERNAMBUCO, 2012a, p. 19).

Mas também se deixa claro que o professor, ao assumir uma concepção de língua como ação e interação, não pode ignorar o caráter sistêmico pelo qual as formas linguísticas se constituem na humanidade.

Dessa forma, o documento procura ratificar algumas ideias em torno da língua já ressaltadas por muitos autores desde a década de 1980, propondo também que a língua varia em todas as suas dimensões internas (fonologicamente, morfossintaticamente, semanticamente etc.), a partir de fatores externos (diferenças dialetais, de registro).

Em relação à noção de gênero, aponta-se que, a partir de uma concepção interacionista de linguagem, o gênero é um instrumento para o ensino de língua materna. Sendo assim, propõe-se o esquema em espiral apresentado por Dolz e Schneuwly (2011) para, assim, “aperfeiçoar, progressivamente, o domínio da linguagem verbal (oral ou escrita)” (PER-NAMBUCO, 2012a, p. 17).

4.1.2. Planejamento

O planejamento é imprescindível a qualquer prática de ensino. Desse modo, deve começar, segundo Libâneo (2002, p. 5-6), com propósitos claros sobre as finalidades de ensino que almejamos para nossos alunos. A partir disso, é necessário selecionar e organizar conteúdos e métodos para as atividades a serem executadas, pois estas darão conta de orientar os objetivos de trabalho e, conseqüentemente, a avaliação. A partir dessas noções, vejamos como foi planejado o ensino pelas professoras A e B.

4.1.2.1. Planejamento da Professora A

O planejamento da Professora A, para a turma de 7º ano A (eleita para a pesquisa), foi pensado para o terceiro e quarto bimestres e, aos poucos foi sendo reconfigurado. Fato que observamos, por exemplo, quando ela nos informou acerca da retomada do gênero reportagem que fora trabalhado no 3º bimestre. Este fato chamou a atenção tendo em vista as diversas possibilidades de revisitação do planejamento que ela mesma configura.

Para exemplificar, a docente observou que no III bimestre os alunos não haviam feito uma produção interessante. Em outras palavras, eles não atenderam às expectativas de aprendizagem acerca do gênero reportagem e dos aspectos linguísticos composicionais deste. Desse modo, não se consolidou uma apropriação desejada, o que a levou, no IV bimestre, à criação de um projeto.

O planejamento da professora em questão está dividido da maneira disposta na caderneta: conteúdos/eixos temáticos, objetivos, procedimentos metodológicos e procedimentos avaliativos. No diário de classe, o espaço era muito pequeno para produzir um plano de atividades para um semestre inteiro.

Os conteúdos abordados pela docente estão apontados da seguinte maneira nos planos de aula:

- reportagem;
- entrevista;
- pontuação e discurso direto e indireto nos depoimentos de reportagem;
- variedade e registro;
- coesão e coerência;
- verbos de elocução (verbos de dizer);
- sujeito simples, composto e desinencial;
- concordância verbal;
- leitura de poemas.

Alguns desses conteúdos, como se vê, estão nomeados ora por uma perspectiva baseada na norma linguística gramatical (sujeito, concordância) ora numa abordagem mais textual (reportagem, coesão, coerência). Isso quer dizer que a professora nos mostra uma proposta de trabalho que, além de focalizar aspectos de cunho mais discursivo, também explora a estrutura da língua.

Esse exercício de escolha está pautado nas convicções da docente acerca de que recorte científico é necessário fazer para sintetizar o conhecimento a ser aprendido. Ou seja, que escolhas permanecerão nesse deslocamento do conhecimento de mundo para os objetos de ensino e destes para a prática, numa transposição (AZEVEDO, 2010; CHEVAL-LARD, 1991; CRISTÓVÃO & MACHADO, 2006).

É interessante observar que, já no planejamento, parece haver uma ordenação como se a professora quisesse nos dizer que, de fato, há uma primazia com o trabalho com os gêneros discursivos, mais especificamente, nesse bimestre, com os da modalidade escrita. Os aspectos relativos à pontuação, discurso direto e indireto, variedade e registro, coesão e coerência, verbos de elocução (verbos de dizer), sujeito simples, composto e desinencial e concordância verbal surgem para atender a alguma demanda, mas terão no texto seu principal aporte.

Ao que parece, os conteúdos elencados pela docente emergiram de sua própria vivência, da reflexão sobre a sua própria prática e do con-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tato com outras fontes. No eixo do letramento literário, proposto nos *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco* (2012b, p. 31) para o IV bimestre, o poema aparece ao lado de peça teatral e conto. Este último já havia sido trabalhado em outras unidades, segundo a professora.

Entretanto, o fator preponderante para a organização do planejamento da Professora A foi a sua vivência e o livro didático da coleção *Para Viver Juntos*, utilizado pela turma. Ele teve um papel decisivo na escolha dos conteúdos, como foi informado por ela mesma e segundo podemos ver em trechos retirados do sumário da obra:

4	Reportagem	
Leitura 1	"Amiguinhos da onça", de Antônio Góis, Fernanda Mena e Guilherme Werneck	120
	Estudo do texto	122
	Produção de texto: Reportagem	126
	Reflexão linguística: O verbo e sua estrutura	128
	Língua viva: Verbos de elocução e expressão dos sentimentos	135
Leitura 2	"Imersos na tecnologia - e mais espertos", de Okky de Souza e Rosana Zakabi	136
	Estudo do texto	139
	Produção de texto: Reportagem	142
	Reflexão linguística: Verbo: modo imperativo	144
	Língua viva: Modo imperativo: diferenças entre a fala e a escrita	147
	Questões de escrita: Grafia de alguns verbos irregulares	148
Oralidade		
	Variação linguística: variedades regionais	152

5	Artigo de divulgação científica e artigo expositivo de livro didático	
Leitura 1	"Hora de brincar!", de Cathia Abreu	156
	Estudo do texto	158
	Produção de texto:	
	Artigo de divulgação científica	162
	Reflexão linguística:	
	Frase, oração e período	164
	Língua viva: O uso de frases nominais na construção de títulos	166
Leitura 2	"Esta é sua vida", de Silvia Bortolozzo e Suzana Maluhy	168
	Estudo do texto	170
	Produção de texto:	
	Artigo expositivo de livro didático	172
	Reflexão linguística:	
	Sujeito e predicado	174
	Língua viva:	
	Recursos de coesão	177
	Questões de escrita:	
	Mal ou mau; a gente ou agente	178
Oralidade		
	Marcas de oralidade nos artigos de divulgação científica	182

Figuras 2 e 3: Trechos do sumário do livro didático. Fonte: COSTA et al, 2009, p. 8-9

Quando apreciamos os conteúdos lançados pela docente e os que estão no livro didático, notamos a influência desse recurso didático sobre a escolha realizada. Isso é perceptível desde a escolha dos gêneros (reportagem) e passa pelo desenvolvimento de atividades de reflexão sobre a língua. Porém, o que particulariza a ação dessa professora são as atitudes que ela vai desenvolvendo no curso da prática. Vemos, então, que o livro funcionou como um determinante do currículo, pois atendia às necessidades de seleção de grande parte dos conteúdos, no momento. Todavia ele, sozinho, não foi o condutor da prática docente. Isso mostra, como pontua Tardif (2012), que o trabalho docente está ligado a uma rede de interações muito complexa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Faz-se necessário considerar ainda que a atitude dessa docente reflete uma postura muito autônoma na tarefa de planejar, a partir do desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos. Ela, de um lado, sofre cobranças de pessoas responsáveis pela fiscalização de seu trabalho, cumprimento de determinados conteúdos, etc. De outro lado, estão suas convicções acerca dos conhecimentos produzidos por seus alunos. Examinando as suas escolhas, podemos dizer que ela está realmente preocupada com o que seus alunos precisam.

Os conteúdos elencados pelo sujeito em análise desembocaram nos seguintes objetivos:

- ler, compreender, analisar linguisticamente e produzir reportagem;
- identificar elementos estruturais, recursos lexicais, morfossintáticos que marcam variedades linguísticas e registros de reportagens, tendo em vista os diferentes suportes textuais;
- reconhecer as especificidades de suportes textuais (jornais, revistas, blogs, portais, etc.) em que circulam as reportagens nas diversas esferas sociais;
- reconhecer as estratégias de posicionamento dos interlocutores a partir do uso de verbos atitudinais e de enunciação;
- produzir roteiro de entrevista;
- realizar entrevista a partir de roteiro;
- perceber a importância dos depoimentos coletados nas entrevistas tanto para organização e planejamento do roteiro da reportagem como para garantir a credibilidade das informações nela contidas;
- empregar adequadamente a pontuação para delimitar os discursos do(a) entrevistado(a) e do repórter;
- reescrever reportagem utilizando recursos coesivos de modo a torná-la mais coesa e coerente;
- reescrever reportagem levando em consideração recursos notacionais (pontuação, paragrafação, uso da letra maiúscula, acentuação gráfica e grafia oficial);
- reconhecer o sujeito e classificá-lo;
- fazer concordância entre sujeito e verbo.

Como se observa, as expectativas de aprendizagem estão dispostas de maneira bastante genérica devido ao espaço disposto no diário de classe para essa escrita. Na prática, todos esses objetivos tiveram seus desdobramentos posteriormente no decorrer das aulas.

Alguns desses conteúdos de análise linguística apresentados pela docente encontram-se também presentes nos *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco*, mas estão associados ao trabalho com outros gêneros. Alguns destes conteúdos abaixo não aparecem com o mesmo nome do planejamento, mas apareceram no decorrer das aulas.

A docente faz do planejamento um norte para o desenvolvimento do seu trabalho, revisitando-o sempre que necessário, pois as demandas brotam do interior e do exterior da escola. Como aponta Libâneo (2002), esse processo é imprescindível já que a relação ensino-aprendizagem se configura num vaivém entre conteúdos e problemas situados cotidianamente e a percepção ativa e o raciocínio dos alunos.

Portanto, acreditamos que a Professora A organiza suas aulas a partir de uma mescla de conhecimentos emergentes de várias esferas. Ela condensa os conhecimentos adquiridos em diversas fontes teóricas no processo de formação etc., ocasionalmente, do documento oficial e, sobretudo, do livro didático durante a época em que estivemos em campo. Essa combinação surge para atender àquilo que ela julga serem as necessidades atuais de aprendizagem dos alunos. Mas isso é possível graças à concepção de linguagem e de sujeito que ela guarda consigo.

4.1.2.2. Planejamento da Professora B

O planejamento da Professora B, para a turma de 9º ano A (eleita para a pesquisa), pensado para o terceiro bimestre, também sofreu algumas poucas modificações no decorrer dos dias. Esse fato foi observado, por exemplo, quando a docente privilegiou o Dia do Folclore, em algumas aulas, solicitando aos alunos algumas atividades. Segundo Libâneo (2002), esse processo é inevitável, pois várias culturas transitam pela cultura escolar.

O planejamento da professora em questão está dividido da maneira disposta na caderneta: conteúdos/eixos temáticos, objetivos, procedimentos metodológicos e procedimentos avaliativos. Mas o fato que mais nos chamou a atenção no tocante à programação da docente foi ele haver afirmado que apenas transcrevia para a caderneta escolar os “conteúdos da *Base Curricular Comum*”. Isto é, por ser uma professora de 9º ano e sofrer uma pressão do governo do estado e da secretaria da escola para que seus alunos tenham um bom desempenho na prova de Língua Portuguesa do SAEPE (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco),

ela afirmou que prefere não arriscar e faz uma transposição do currículo oficial.

Na prova de língua portuguesa do SAEPE, conforme a docente indicou, estariam contemplados os conteúdos propostos no que ela insistentemente chamava de *Base Curricular Comum*. Quando ela nos mostrou o documento, vimos que se tratava, na verdade, do “Currículo de português para o ensino fundamental” com base nos Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco.

Concluímos, depois de travados alguns diálogos, que ela sabia perfeitamente o que era o documento, porém ainda estava em sua memória a nomenclatura do documento anterior: *Base Curricular Comum*. Isso não mudaria o curso do planejamento, não obstante os dois documentos tratam de uma proposta curricular.

A Professora B, assim como a outra, informou a precariedade do espaço no diário de classe, então, como os conteúdos sugeridos no documento de onde ela os retirava demandavam maior espaço, ela fazia algumas adaptações.

Em relação aos conteúdos, gêneros como o testemunho e depoimento que estavam no currículo oficial também apareceram no planejamento da Professora B e haviam sido trabalhados com os alunos duas aulas antes de iniciarmos as observações. Ela nos comunicou que trouxe testemunhos e depoimentos para serem lidos pelos alunos, por isso, não houve um trabalho sistemático com o eixo da oralidade. Inclusive, para ela, esse trabalho não ficou muito claro na proposta curricular.

Notamos que ela parece, além de copiar o planejamento do currículo da rede, ensinar o que está prescrito como uma obrigação: ou porque não sabe ensinar o que está escrito ou, simplesmente, traça o seu próprio percurso, mesmo sabendo que não terá sucesso (ou não).

Na figura abaixo, vemos como se propõe no texto oficial o ensino de leitura com os referidos gêneros:

9º ANO - 3º BIMESTRE				
CAMPOS OU EIXOS	CONTEÚDOS	Expectativas de Aprendizagem	Eixo de Análise Linguística	
			Conteúdos	Expectativas de Aprendizagem
LEITURA	Gêneros Textuais: Testemunho e Depoimento	Identificar as especificidades do gênero de um texto, seu objetivo comunicativo (propósito), seus interlocutores previstos e suas condições de produção.	Coesão textual	Identificar efeitos de sentido do uso de mecanismos de coesão textual empregados em um texto ou sequência narrativa.
		Identificar o gênero de um texto, considerando a situação discursiva.		
		Reconhecer procedimentos descritivos e sua função em gêneros do narrar.	Variação linguística	Relacionar a variedade linguística utilizada ao contexto.
		Identificar o tempo de uma narrativa (quando ocorrem os fatos, tempo de duração de uma narrativa).		
		Reconhecer estratégias discursivas de organização temporal em um texto ou sequência narrativa.		
		Identificar efeitos de sentido do uso de mecanismos de coesão textual verbal empregados em um texto ou sequência de relato.		
		Reconhecer recursos linguísticos e gráficos de estruturação de enunciados de relato (escolha lexical, estruturação sintática).		
	Figuras de argumentação e retórica	Reconhecer estratégias discursivas de exposição de opinião relativa ao fato relatado.		

Fig. 10: Planejamento 3º bimestre – Professora B.

Fonte: PERNAMBUCO, 2012b, p. 62

Pela carência do espaço no diário de turma, muitas vezes, a professora fazia uma adaptação das expectativas de aprendizagem, como por exemplo:

Identificar testemunho de depoimento;
Diferenciar testemunho de depoimento;
Identificar procedimentos narrativos e descritivos nos gêneros.

Porém, o eixo da análise linguística era o que mais a incomodava. Ela nos informou que a proposta da rede era muito excessiva em relação ao trabalho com os advérbios, quando outros aspectos da língua poderiam ser explorados no trabalho com diversos outros gêneros que não apareciam na matriz curricular. Ademais, ela nos confidenciou o fato de o conceito de análise linguística estar muito dissociado da realidade em que ela vive com seus alunos. Ela afirmou explorar a análise linguística, mas não dispensa o que chamou de “gramática pura”. No planejamento, os itens apareciam conforme abaixo:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Conteúdos	Expectativas de aprendizagem
– Advérbios	– Reconhecer e classificar os advérbios
– Orações subordinadas adverbiais	– Reconhecer e classificar as orações subordinadas adverbiais

De certo modo, a docente afirma trabalhar na perspectiva da análise linguística em determinados momentos em que está discutindo algum gênero.

A Professora B, tendo em vista a formação que ela deseja para seus alunos, de um lado e as cobranças normativas da secretaria de educação de outra, colocava-se em uma posição um tanto desconfortável, mas.

Como vimos acima, a docente transpunha para a caderneta as palavras que ela achava mais apropriadas, sempre fazendo a transcrição do documento.

Vejamos o trecho abaixo:

9º ANO - 3º BIMESTRE				
CAMPOS OU EIXOS	CONTEÚDOS	Expectativas de Aprendizagem	Eixo de Análise Linguística	
			Conteúdos	Expectativas de Aprendizagem
ESCRITA	Gêneros Textuais: Testemunho e Depoimento	Produzir textos com objetividade, relatando fatos ou acontecimentos vividos ou ocorridos em determinado tempo e/ou lugar.	Verbos Advérbios e locuções adverbiais Conjunções Preposições	Utilizar adequadamente verbos de ação nos tempos do modo indicativo e marcadores temporais, tais como "mais tarde", "depois", "após", dentre outros, na construção de sequências de relato.
	Gêneros Textuais: Conto Memória	Reconhecer e analisar diferentes formas de organização do discurso no texto narrativo: discurso direto, indireto e indireto livre.		
		Reconhecer possíveis intenções do autor na escolha do discurso direto ou indireto (objetividade/ subjetividade/ legitimidade, dentre outras).	Verbos Advérbios Adjuntos adverbiais Orações subordinadas adverbiais	Empregar adequadamente elementos linguísticos de tempo e espaço que materializam o enredo em narrativas ().
		Identificar elementos da narrativa e seu papel na construção de sentidos para o texto: foco narrativo, espaço, tempo, enredo.		
		Reconhecer recursos que concorrem para a construção do tempo, do espaço e do perfil dos personagens num texto narrativo.		

Fig. 11: Planejamento 3º bimestre – Professora B.

Fonte: PERNAMBUCO, 2012b, p. 63-64

Os conteúdos de análise linguística apresentados pela Professora B condizem com os que aparecem na base curricular e realmente foram trabalhados por ela no curso das aulas, porém as análises partiram de outros gêneros.

Na verdade, a grande inquietação da professora, até no momento de planejar, surge exatamente neste deslocamento dos objetos de ensino. E isso acontece porque estamos em um momento de transição para um novo paradigma de ensino. Dessa forma, os objetos de ensino, ao serem modificados, como afirma Mendonça (2006a, 2006b), acabam gerando um “curto-circuito” para o professor que se encontra em um espaço abstrato de mobilização de conhecimentos.

Portanto, durante os momentos com a Professora B, notamos que ela organizou suas aulas, primeiramente, a partir das proposições feitas no documento (*Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco*), já que necessitou responder às instituições escola e estado e foi traçando um percurso de adaptação do planejamento a partir de suas vivências com os alunos. Com certeza, a docente também buscou subsídios em variadas fontes e essas também vão moldando a sua prática. Essa combinação surgiu para atender àquilo que ela julgou como necessidades atuais de aprendizagem dos alunos.

5. Considerações finais

O presente trabalho mostrou que os *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco*, realmente, situam-se em um paradigma de ensino emergente na atualidade, com proposições e uma linguagem interessante aos docentes. Mas, por outro lado, apenas reitera um discurso já preconizado por inúmeros outros documentos como os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*.

Percebemos que os *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco* nortearam parte do trabalho da Professora B, desde a escolha dos gêneros, mas ela fez algumas adaptações dos conteúdos e se situou entre o que as orientações propunham e algumas demandas emergentes da própria dinâmica da escola. Já a Professora A, trabalhou alguns aspectos em relação à língua expostos no documento, mas, grande parte de suas aulas teve a contribuição do livro didático, inclusive no trabalho com a reportagem.

Destarte, notamos que, mesmo diante da amplitude e coerência de sua proposta e a proposição de um ensino de língua almejado por muitos, os *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa de Pernambuco* não se acomodam ao planejamento das docentes investigadas. Primeiro porque um currículo necessita ter um caráter crítico e oportunizar a convi-

vência e a aprendizagem de seus aportes pelos seus principais usuários: o professor. Nenhuma das docentes participou de formação para entender como funciona o documento. Em segundo lugar, ele não se ajusta à prática das professoras porque ela é orquestrada, sobretudo, pelo que elas determinam como sendo interessante para seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. 5. ed. Campinas: Papirus, 1995.

ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

AZEVEDO, T. M. de. Transposição didática de gêneros discursivos: algumas reflexões. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 6, n. 2, p. 198-214, jul./dez. 2010.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. Trad.: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 277-326.

_____; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad.: Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BARDIN, L. *Análise do conteúdo*. Trad. de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAZERMAN, C. *Gênero, agência e escrita*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUNZEN, C. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de texto no ensino médio. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006.

CEREJA, W. Ensino de língua portuguesa: entre a tradição e a enunciação. In: HENRIQUES, C. C.; PEREIRA, M.T.G. (Orgs.). *Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 153-165.

CHARTIER, A-M. *Práticas de leitura e escrita: história e atualidade*. Belo Horizonte: CEAL/Autêntica, 2007.

CHEVALLARD, Y. *La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado*. Buenos Aires: Aique, 1997.

COSTA, C. L. et al. *Para viver juntos: português*. 7º ano. Ensino fundamental. São Paulo: SM, 2009.

CRISTOVÃO, V. L. L.; MACHADO, A. R. A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 547-573, set./dez. 2006.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org.: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2011, p. 81-108.

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: _____. (Org.): *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006a, p. 39-46.

_____. Unidades básicas do ensino de português. In: _____. (Org.). *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006b, p. 59-79.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, J. C. *Didática: velhos e novos temas*. [s./l.]: Edição do Autor, 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MENDONÇA, M. R. S. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.). *Português no ensino médio e formação do professor*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2006a, p. 199-226.

_____. Análise linguística na escola: deslocamento dos objetos de ensino. In: *Anais da XXI Jornada de Estudos Linguísticos do Nordeste*. João Pessoa: Ideia, 2006b, p. 1719-1723.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. Parâmetros curriculares de língua portuguesa para o ensino fundamental e médio. In: *Parâmetros para a educação básica do estado de Pernambuco*. Pernambuco, 2012a.

_____. Currículo de português para o ensino fundamental com base nos parâmetros curriculares do estado de Pernambuco. In:____. *Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco*. Pernambuco, 2012b.

SCHNEUWLY, J. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: DOLZ, J. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org.: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2011, p. 19-34.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

**GÊNEROS ORAIS
NA SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
ABORDAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS
E REORIENTAÇÃO METODOLÓGICA**

Tania Maria Nunes de Lima Camara (UERJ)
taniamnlg@gmail.com

RESUMO

Embora avanços venham ocorrendo em relação à prática docente de língua portuguesa na educação básica desde a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, algumas questões ainda necessitam de olhares mais cuidadosos. O trabalho com textos orais e escritos, nessa segunda modalidade especialmente os textos literários, constitui uma delas. Pelo que se percebe com frequência, a presença de textos orais na sala de aula, quando ocorre, limita-se a atividades às quais o aluno não costuma perceber o seu sentido. Não seria absurdo afirmar-se que raras são as vezes em que o professor efetivamente planeja a atividade e busca a consecução de objetivos propostos. Situação semelhante ocorre com os textos escritos, ainda que, nesse caso, a prática docente já venha demonstrando posturas mais conscientes. Esta sessão coordenada tem por objetivo fazer uma reflexão acerca dos pontos acima abordados, pela apresentação de pesquisas pautadas na importância da presença de textos orais e de textos escritos no intuito de desenvolver a competência comunicativa dos alunos da Educação Básica por meio de uma orientação metodológica que possa conduzir a esse fim.

Palavras-chave: Gêneros orais. Sala de aula. Livro didático. Orientação metodológica.

1. Introdução

Em sua relação com o outro e com o mundo, duas são as principais preocupações que o ser humano apresenta: conhecer e comunicar. A primeira diz respeito à necessidade de apreensão de tudo quanto se ache ao seu redor, sobre o que deseja obter informações das mais diferentes naturezas, para que, tomando consciência da existência dos seres e das coisas, e da maneira como relacionar-se com eles, possa, por meio desse saber, dominar o ambiente, no sentido de melhor poder interagir e auto-

defender-se. A conhecida curiosidade infantil constitui etapa inicial de satisfação dessa necessidade, que, na verdade, se processa ao longo da vida, podendo variar de intensidade de indivíduo para indivíduo. Quanto à segunda, etimologicamente "pôr em comum", corresponde, em sentido restrito, à troca de mensagens ou de informações entre os seres humanos. Reafirmando Aristóteles, o homem é um ser social; não nasceu, portanto, para viver sozinho, e é justamente esse caráter gregário por excelência que determina a necessidade de relacionar-se com o outro, compartilhando conhecimentos.

Para que seus propósitos, tanto na área do conhecer quanto na do comunicar, sejam atingidos, o ser humano utiliza um instrumento específico para o estabelecimento das relações: a linguagem, "... capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais (ou língua), que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica..." (DUBOIS, 1978, p.387).

A ligação ser humano-língua-mundo de imediato traz à mente Drummond (1974), segundo o qual "Entre coisas e palavras – principalmente entre palavras – circulamos. (...) Entre palavras e combinações de palavras circulamos, vivemos, morremos, e palavras somos...". Sem qualquer pretensão de contradizer as palavras do poeta, julgamos pertinente revê-las e, então, considerar que entre discursos das mais diferentes naturezas nos estabelecemos socialmente, cumprindo cada um deles um papel específico no meio sociocultural onde circulam.

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana (...) A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. (BAKHTIN, 2000, p. 279).

As constantes e variadas formas de utilização da língua como instrumento de realização efetiva de práticas sociais evidencia o seu papel como elemento de interação entre os membros de uma dada comunidade. Nesse intercâmbio social, cada enunciado produzido apresenta marcas que visam a garantir a realização do propósito a ele destinado. A sociedade reconhece, por meio de determinadas especificidades, a finalidade das produções verbais que abriga. No dizer de Bakhtin (2000), tal reconhecimento decorre de três elementos importantes: o conteúdo temático; a escolha adequada dos elementos linguísticos que melhor re-

spondam ao papel destinado, envolvendo recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais; a construção composicional. Juntos compõem um todo que vai corresponder diretamente às peculiaridades das já referidas esferas sociais.

Portanto, a língua garante que, no âmbito social, cada atividade possa representar-se por meio de um conjunto rico, variado e relativamente estável de enunciados, que passaram a ser denominados gêneros textuais. A novidade da concepção bakhtiniana está no fato de os diferentes gêneros serem definidos por critérios que extrapolam o universo linguístico, uma vez que as condições e as finalidades específicas de uso se mostram igualmente importantes. A relativa estabilidade dos diferentes construtos, por sua vez, decorre da própria atividade humana: o desejo de conhecer, de ampliar seu universo leva o ser humano a novas descobertas e invenções que acabam por acarretar mudanças na ordem social. Assim, alterações na rede social de relações tendem a implicar o estabelecimento de novas esferas que certamente irão apresentar enunciados próprios de representação, o que, por sua vez, poderá acarretar o desaparecimento ou não de algum outro já existente.

O emprego do termo "gêneros", em um primeiro momento, pode associar-se a outras áreas, tais como os gêneros retóricos, cujos estudos privilegiaram a natureza verbal do enunciado; os gêneros literários, que focavam o aspecto artístico-literário, e os gêneros do discurso cotidiano, que colocavam em evidência a especificidade do discurso oral. No conceito em questão, porém, a relação estabelecida entre o uso da língua e as práticas sociais leva em conta enunciados até então não incluídos nos estudos relativos à criação verbal. Desse modo, amplia-se o leque a ser considerado e nele estão presentes cartas de diferentes naturezas, conversas espontâneas, documentos oficiais, receitas culinárias, debates públicos, entre outros.

Na condição de práticas sócio-históricas, os gêneros textuais são fenômenos diretamente vinculados à vida social e cultural por meio dos quais se estabilizam as atividades comunicativas cotidianas.

Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas (...) numa primeira fase, povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Após a invenção da escrita alfabética por volta do século VII a.C., multiplicam-se os gêneros, surgindo os típicos da escrita. Numa terceira fase, a partir do século XV, os gêneros expandem-se com o florescimento da cultura impressa para, na fase intermediária de industrialização iniciada no século XVIII, dar início a uma grande ampliação. Hoje, em plena fase de denominada *cultu-*

ra eletrônica (...) presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita. (MARCUSCHI apud DIONISIO et al, 2005, p. 19).

Embora sejam maleáveis, dinâmicos, plásticos, dada a natureza sociopragmática que apresentam, é possível determiná-los, de um lado, pelas suas funções cognitivas, comunicativas e institucionais; de outro, pelos traços linguísticos e estruturais. Em alguns casos, as formas determinam o gênero; em outros, serão as funções.

O presente artigo tem como foco o papel do texto como elemento de interação social, mais especificamente os gêneros orais, usados adequadamente, em consonância com as diversas situações sociais nas quais deles se faz uso, no sentido de atender eficientemente ao papel que lhe destina cada uma das práticas.

Se objetivo da educação básica é aproximar o aluno do mundo em que ele vive, não só lhe dando condições de interagir com esse mundo, mas também desenvolvendo a sua capacidade de, pelo domínio da linguagem, adaptar-se a diferentes situações futuras, a relação língua-vida, além de essencial, é estreita e recíproca. Portanto, o trabalho com os diferentes gêneros tanto atende às necessidades primeiras do ensino, quanto se apresenta como esclarecedor de dúvidas que ainda persistem em relação ao ensino da língua portuguesa: o trabalho com a língua viva, em situação real de uso. Dentro dessa perspectiva de abordagem, não é possível deixar de considerar o trabalho com os gêneros orais e suas respectivas situações comunicativas. Ainda que avanços venham ocorrendo ao longo dos últimos tempos, é possível perceber a necessidade de intensificar o trabalho com a oralidade na sala de aula, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. A experiência docente em turmas de ensino médio faz com que nosso olhar, na presente comunicação, recaia sobre as práticas escolares nesse nível de ensino, levando em conta também de que maneira o livro didático tem efetivamente auxiliado, ou não, o professor no desenvolvimento de atividades com os gêneros orais.

2. Gêneros textuais e ensino

Considerada devidamente a condição social básica do ser humano, a de viver cotidianamente entre textos das mais diferentes naturezas e, por isso mesmo, sabendo interagir com cada um deles, ora na posição de enunciatador, ora como enunciatário, torna-se imprescindível que o professor aproxime sua sala de aula, de forma natural e frequente, do dia a dia,

fazendo dela um simulacro do mundo real, no qual a língua portuguesa funciona como ferramenta fundamental que promove o intercâmbio do eu com o outro. Tal procedimento, sem dúvida, possibilitará ao aluno melhores condições de desenvolver-se em termos de expressão.

Nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) (1999, p. 47), entre as competências a serem desenvolvidas em língua portuguesa, encontra-se a "contextualização sociocultural", que pressupõe o desenvolvimento das seguintes habilidades:

- Considerar a língua portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social.
- Entender os impactos das tecnologias da comunicação, em especial da língua escrita, na vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

A passagem destacada mais do que avaliza o caráter sociointeracionista da linguagem verbal, falada ou escrita. Tal postura implica uma metodologia que estabeleça a participação ativa do aluno no processo, o qual terá como foco central o texto, como já anteriormente referido.

O aluno deve ser considerado como produtor de textos, aquele que pode ser entendido pelos textos que produz e que o constituem como ser humano.

O texto só existe na sociedade e é produto de uma história social e cultural único em cada contexto (...) O homem visto como um texto que constrói textos. (PCN, 1999, p. 38)

Se, como já demonstrado, a gama de textos que circulam no meio social é numerosa e estes se manifestam sempre em algum gênero, ter o aluno conhecimento amplo de como, na prática, se dá o funcionamento dos gêneros textuais é importante e necessário, tanto para a compreensão quanto para a produção, dado o que se apresentou como finalidade maior do estudo da língua portuguesa,

O trabalho com gêneros textuais, não resta dúvida, constitui condição propícia para que o aluno lide com a língua, em seus mais diversos usos no dia a dia. Assim, questões de ordem gramatical não perdem sua importância; ao contrário, o lugar de tal conhecimento deve continuar preservado e valorizado. Muda-se, apenas, o propósito do domínio desse conteúdo; torna-se ele fonte de reconhecimento e de utilização de uso, levando em conta a natureza social da produção escrita e a maior ou menor liberdade formal de que se dispõe, na situação de escritura. Nada do que se expressa linguisticamente deixará de ser adequado em algum

gênero. Não é excessivo, pois, reafirmar que aquilo a que visa o ensino da língua portuguesa na educação básica é a produção de textos, e os enunciados soltos, desvinculados da realidade.

Brait (2005, p. 157), trabalhando com alguns conceitos-chave de Bakhtin, destaca que este "afirma a importância do contexto comunicativo para a assimilação do repertório de que se pode dispor para enunciar uma determinada mensagem", uma vez que os gêneros textuais não são formas comunicativas apre(en)didas em manuais, mas na interação social. Destaca a autora uma passagem do teórico em questão a qual claramente demonstra a distância existente entre o estudo linguístico tradicionalmente desenvolvido e aquele pretendido e defendido pelos PCN:

A língua materna, seu vocabulário e sua estrutura gramatical, não os conhecemos por meio dos dicionários ou manuais de gramática, mas sim graças aos enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos na comunicação discursiva efetiva com as pessoas que nos rodeiam. (BAKHTIN, 2000, p. 301 *apud* BRAIT, 2005, p. 157)

Assim, se "... Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados..." (BAKHTIN, 2000, p. 301) e se "... Os gêneros (...) organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais..." (BAKHTIN, 2000, p. 301), o mais adequado é ensinar o aluno a colocar o instrumento da expressão a serviço da situação discursiva. A aprendizagem do falar, de que trata a passagem destacada, atinge também o escrever, atribuindo a este os mesmos princípios consideradas as complexidades envolvidas.

Para tanto, é necessário que o professor possibilite ao estudante o contato com diferentes gêneros, no sentido de que o torne capaz de perceber semelhanças e diferenças entre as diversas e diferentes produções; desenvolver um polilinguismo fundamental. Do mesmo modo que não se pode pensar em gêneros textuais ideais para serem trabalhados em sala de aula, nenhum deles deve, também, ser excluído. Levando em conta, então, o vasto conjunto disponível, um procedimento adequado será o professor fazer uma espécie de escalonamento na apresentação dos gêneros, num grau progressivo de dificuldade, partindo daqueles mais próximos da realidade do aluno para os mais distantes.

Retomando a questão do polilinguismo e as especificidades dos enunciados, uma didática de língua portuguesa que se apoia nos gêneros textuais exige do professor procedimentos adequados ao propósito em vista. No tocante à reação entre situação comunicativa e registro linguístico, vários fatores interferem na escolha da forma mais adequada.

Segundo Oliveira (2000), "... Além do grau de formalidade (...), o *status* dos interlocutores, o local, o assunto, o gênero textual (...), a modalidade escrita ou oral e a natureza monolocutiva ou interlocutiva, privada ou pública etc. da comunicação...". O gênero, portanto, define o registro e, para o autor, "o que é virtude num gênero textual pode ser defeito em outro". Assim,

Há gêneros em que a obediência à gramática normativa é contraindicada, há outros em que ela é "facultativa", dependendo da situação comunicativa concreta em que o texto é produzido e do projeto de comunicação de quem o produz e outros ainda em que ela é "obrigatória"... (OLIVEIRA, 2004, p. 191).

Há, portanto, condições específicas que determinam o maior, ou menor, rigor ou não no uso do padrão linguístico culto formal, tanto nos gêneros escritos quanto nos gêneros orais.

3. *A oralidade como prática social*

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica*, entre os objetivos do ensino da língua portuguesa está a necessidade de desenvolver no aluno sua capacidade discursiva. Entendendo-se o discurso como instrumento de interação verbal oral e escrita, não é possível deixar de levar em conta atividades que tenham na linguagem oral sua forma de expressão.

Apesar do grande número de estudos publicados bem como a realização de eventos acadêmicos em que aspectos ligados à oralidade recebiam especial atenção, ainda não é muito significativa o trabalho com a língua oral no dia a dia da sala de aula. Segundo Marcuschi (2001), ainda que a fala seja mais frequente do que a escrita no cotidiano, a escola, na maior parte das vezes, dá mais espaço à escrita. Tal postura justifica-se na concepção de ensino de língua materna presente no discurso escolar: o maior prestígio social da escrita em detrimento da fala, uma vez que a escrita é adquirida por meio da intervenção da escola, enquanto a fala resulta da convivência social. Assim, acredita-se ser mais importante desenvolver no aluno algo que ele ainda não domina do que reforçar um conhecimento já trazido do ambiente externo.

Diante de tal situação, uma questão de pronto se evidencia: seria correto afirmar que o fato de o aluno ser falante nativo de língua portuguesa implica interagir de maneira proficiente na modalidade oral, nas diferenças situações comunicativas ante as quais se coloca ou pode vir a

colocar-se? Evidentemente que não! De acordo com Schneuwly e Dolz (2011, p. 82), “... é possível ensinar [o aluno] (...) a expressar-se oralmente em situações públicas escolares e extraescolares...”. Assim, é necessário ao professor efetivamente interiorizar o pensamento dos autores em questão e desenvolver em seus alunos a prática da expressão oral, caminhando, de início, por situações simples, até chegar às mais complexas.

A oralidade é uma prática social interativa para fins comunicativos e está relacionada a vários gêneros textuais. Na antiguidade, o valor da língua oral era sagrado, uma vez que encobria e preservava segredos religiosos, de estado e de guerra. Além disso, em muitas regiões do mundo habitadas por seres humanos que não sabem escrever, a tradição oral é a fonte da memória de comunicação com o passado. Há ainda fontes históricas, culturais e literárias antigas que, apesar de estarem circunscritas a regiões com escrita, são transmitidas oralmente. Ong (*apud* CARDOSO, 2000) usa o conceito de cultura oral primária para as culturas orais sem escrita, a fim de diferenciá-las das culturas de oralidade secundária, cuja expressão aparece sustentada pela escrita e outras tecnologias. Na oralidade primária, ritmos e imagens serviam de recurso mnemônico para o homem saber de cor os fatos e as experiências memoráveis de seu grupo cultural. A memória oral do oriente e ocidente, infelizmente, perdeu o ritmo e as rimas próprios em muitos gêneros, que acabaram sendo modificados ou esquecidos, tais como epopeias, coros de dramaturgia clássica, jogos e folguedos populares, e mitos.

Os gêneros orais acima referidos fazem parte do grupo que Bakhtin (2000) denomina gêneros primários, ou seja, aqueles que estão relacionados aos contextos imediatos de produção, às situações familiares, cotidianas. A origem das narrativas populares encontra-se em tradições orais de circulação, nas quais o contador de histórias, apesar de não saber ler, dominava a técnica de contação. A tradição cultural de contar e ouvir histórias toma novo rumo com o desenvolvimento industrial do século XVII, e o novo homem, fundado nesse momento histórico mais pragmático, racional e individualista. O fortalecimento da escrita propiciou o acúmulo de conhecimento organizado, mas comprometeu o cunho participativo da forma de transmissão do conhecimento da tradição oral.

Alguns gêneros orais nos põem em contato com aspectos linguísticos de forma lúdica. Assim, os trava-línguas ou jogos de palavras funcionam como estratégias utilizadas para ativar a intuição linguística dos alunos, dado que, segundo Calvet (2011), esses exercícios

baseiam-se em análise que não tem como origem o experimento de algum linguista ou de um saber livresco, mas da tradição. Assim, gêneros como canto, narrativa, boato, fábula, lenda, “causos”, adágios, fórmulas de origem mágica, jogos sensoriais, adivinhações devem ser tanto resgatados como didaticamente utilizados.

Por isso, estimular a prática da oralidade é tão importante. Toda comunidade possui tradições orais constituídas por conceitos relacionados com atitudes, comportamentos, experiências e ideias, e, por isso mesmo, fazer uso desse material na prática docente é fundamental. De acordo com Reyzábal (1999), iniciar os alunos na palavra falada, seus ritmos e tons facilita a aquisição e o desenvolvimento da motricidade, fantasia, além de ajudá-los a exercitar a memória, desenvolver a estruturação do pensamento e desfrutar esteticamente daquilo que ouvem e entendem.

Saber expressar oralmente aquilo que se deseja de forma a fazer-se entender por seus interlocutores constitui um exercício importante com o propósito de dominar o discurso que se começa a esboçar no uso que cada um faz da língua. Do mesmo modo, não é possível desconsiderar a capacidade de saber ouvir, concentrar a atenção na palavra do outro, esperar a vez para falar, organizar as ideias, dominando o impulso de falar concomitantemente e evitando ruídos na comunicação.

4. O lugar da oralidade na sala de aula

Os gêneros orais, mais que instrumentos de interação social, não só constituem a base do binômio ensino/aprendizagem como também fundam, na sala de aula uma prática de linguagem voltada para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno.

No caso específico das atividades com gêneros orais, chama a atenção o fato de que o ato de falar é sempre motivado, sempre tem uma função. Ao lado da fala espontânea dos alunos entre si, em que o único propósito é a troca de ideias, sem a participação do professor, é importante que, em outras situações com objetivos diferentes, voltadas para resultados mais específicos, o professor aja como mediador, impulsionando os alunos a querer fazê-lo. Em uma turma em que, no desenrolar das aulas, o silêncio é a postura que o professor impõe a seus alunos, que recebem passivamente as informações trazidas ou também passivamente copiam do quadro aquilo que foi escrito, de uma hora para outra os alunos não vão se sentir confiantes para realizar atividades nas

quais a fala seja o meio de expressão.

O trabalho com a oralidade na sala de aula relaciona-se ao estabelecimento de algumas condições, no dizer de Milanez (2003) e Ramos (2002). A primeira delas é levar em conta a determinação de objetivos para a prática realizada. Para que as atividades não se tornem vazias de sentido, é necessário que tanto professor quanto tenham consciência da realização de cada uma delas.

Ainda que a modalidade oral da língua portuguesa constitua o instrumento mais utilizado no processo comunicativo-interacional humano e o aluno, ao chegar à escola, tenha desenvolvidas habilidades básicas de falar e ouvir, pode-se garantir que ainda não domina essa expressão oral como instrumento de uso em todas as situações sociais em que ela se faça necessária. Cabe, assim, à escola em geral, e às aulas de língua portuguesa em particular, promover atividades sistemáticas que visem ao desenvolvimento de habilidades de produção e recepção de textos orais em contextos menos, ou mais, formais, dos quais o aluno vai participar quando estiver fora do convívio familiar.

A segunda delas é considerar as especificidades da língua falada em relação à escrita. A oralização da escrita, com atividades como leitura em voz alta e declamação de poemas, por exemplo, pode fazer com que o aluno acredite que só se fala a partir da escrita, condicionando, desse modo, o uso adequado da fala ao uso correto da escrita, tendo o registro da língua padrão como referente.

A terceira envolve considerar a variedade de gêneros de produção oral e suas respectivas intenções comunicativas. Desse modo, o uso do registro informal, do semiformal e do formal estará condicionado à situação em que se encontre o usuário. Não é possível, portanto, falar-se em norma, mas em um conjunto de normas distintas que caracteriza o falar em diferentes usos.

5. Considerações conclusivas

Conclui-se, pois, que a oralidade não constitui um espaço de “vale-tudo” linguístico: o uso do registro da língua sempre irá corresponder ao gênero textual, que, por sua vez, é determinado pela situação comunicativa.

Sem querer colocar, em compartimentos estanques, a fala e a es-

crita, uma vez que estas mantêm entre si relações mútuas e intercambiáveis (FÁVERO et al., 2007), nosso propósito, neste artigo, é dar à fala na sala de aula o lugar de destaque que, efetivamente, a ela cabe. Um ponto importante, porém, é a existência de dificuldades em demarcar as atividades a serem realizadas, no nosso caso específico, no ensino médio. Não se pode garantir que o aluno desse nível de ensino tenha a ele chegado com todas as competências e habilidades devidamente desenvolvidas no ensino fundamental. Em caso positivo, o trabalho docente vai ser seguido naturalmente, sem abandonar a prática da oralidade adequada. Em caso negativo, porém, não deve o professor desconsiderar o fato, uma vez que tem diante de si alunos aos quais faltam competências e habilidades, e que esse quadro certamente trará consequências negativamente significativas para a proficiência de seu trabalho. Nesse caso, minimizar ou extinguir as incompletudes existentes, longe de constituir retrocesso, vai promover segurança e nível de prontidão para tudo quanto está por vir no tocante à expressão oral.

Assim, a importância da mediação do professor está na motivação do aluno em relação ao uso adequado da língua oral, o que pode ser conseguido por diferentes meios, tais como: desenvolvimento de atividades relacionadas ao interesse do aluno; existência de justificativa plausível para as atividades apresentadas; utilização frequente e variada de atividades de expressão oral; conscientização da adequação do registro linguístico à situação em que se encontre, sempre fazendo uso de diferentes gêneros, com diferentes graus de complexidade. Podem ser citados como exemplo busca de informações em um determinado setor da escola; transmissão de avisos; posicionamento em relação a algum fato ocorrido dentro ou fora do espaço escolar; estabelecimento de regras e instruções; avaliação de atividades realizadas; exposição de pontos positivos e negativos sobre determinado assunto; depoimentos envolvendo livros, filmes, exposições, peças de teatro, organização de debates, de seminários de entrevistas, entre outras.

Para realizar essas e outras tantas atividades possíveis, no intuito de promover um ensino profícuo da língua materna, no que diz respeito à modalidade falada, é essencial que o professor tenha plena consciência de que (1) é importante desenvolver nos alunos a competência comunicativa na língua falada; (2) é possível ensinar o aluno a usar adequadamente a língua oral em diferentes níveis de interação social. Só assim a mudança do quadro atual poderá ser positivamente modificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *De notícias & não notícias faz-se a crônica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília, 1999.

CARDOSO, Cancionila Janskovski. *Da oralidade à escrita: a produção do texto narrativo escolar*. Cuiabá: UFMT/INEP/MEC, 2000.

DIONISIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FÁVERO, Leonor Lopes et al. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de re-textualização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MILANEZ, Wânia. *Pedagogia do oral: condições e perspectivas para sua aplicação no português*. São Paulo: Sama, 2003.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Categorias do modo argumentativo de organização do discurso e relatores. In: GARTNER, Eberhard et al. (Orgs.). *Estudos de linguística textual do português*. Frankfurt: TFM, 2000, p. 173-190.

RAMOS, Jânia M. *O espaço da oralidade na sala de aula*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2002.

REYZÁBAL, Maria Victoria. *A comunicação oral e sua didática*. São Paulo: EDUSC, 1999.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

**NORDESTE PRA FRENTE:
RETRATOS DO POVO NA VOZ DE LUIZ GONZAGA**

Glaucimere Patero Coelho (UFES)

glauci.patero@hotmail.com

Raquel Camargo Trentin (FABRA)

trentimletras@gmail.com

RESUMO

Luiz Gonzaga, o sanfoneiro conhecido com o “Rei do baião”, é considerado um exímio representante do sertanejo, sobretudo por divulgar, nas canções que interpreta, a realidade sociocultural do Nordeste brasileiro. Assim, o presente trabalho, baseado no aporte teórico da análise do discurso de linha francesa, privilegiando a construção das cenas enunciativas, e a teoria da semântica global, de Dominique Maingueneau (2004, 2008), analisa a construção imagética discursiva do Nordeste brasileiro retratada na voz de Luiz Gonzaga. A proposta metodológica conta com revisão bibliográfica dos princípios teóricos apresentados, no que tange à Semântica Global, que se constitui por elementos favoráveis para a compreensão da rede de sentidos que o texto provoca. A partir de uma perspectiva discursiva, optou-se por selecionar a canção intitulada “Nordeste pra frente”. A escolha desta canção visa colaborar na perspectiva analítica que busca identificar o modo pelo qual os elementos da semântica global colaboram na construção das cenas enunciativas. Para tanto, toma-se como auxílio teórico secundário a obra *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, do historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior (2009), devido à riqueza informacional que este estudo apresenta. Dentre as diversas manifestações culturais que representam o povo nordestino, a canção foi selecionada porque é um gênero constituído por mecanismos comunicacionais que favorecem sua interligação às diversas formações discursivas. Através do seu potencial de divulgação midiático, as canções, ao representar a voz de seu compositor e enunciador, abrem espaço para a divulgação de temáticas históricas, ideológicas, culturais e políticas do povo; isto porque se trata de um gênero cultural que perpetua informações marcantes em diversas épocas, além de sua boa aceitação nas redes de comunicação de massa, vindo a despertar nos ouvintes sentimentos muito variados.

Palavras-chave: Cena enunciativa. Semântica global. Nordeste.

1. Primeiras considerações

A análise do discurso é uma disciplina que está inserida nos estudos linguísticos e que, no decorrer do tempo, foi desenvolvendo um caráter interdisciplinar, o que despertou a necessidade de aprimorar seu aparato teórico metodológico, a fim de atender seus objetivos. É válido ressaltar que o objetivo da análise do discurso não é interpretar textos, mas sim encontrar qual o efeito de sentido que um discurso provoca, ou seja, qual o despertamento que um discurso produz.

Portanto, o presente trabalho busca analisar qual o efeito de sentido do presente na construção das cenas enunciativas (genérica, englobante e cenografia), por intermédio da observação dos elementos constituintes da semântica global. Tendo como aporte teórico a análise do discurso de linha francesa, principalmente os estudos de Maingueneau (2004; 2008), foi selecionada a análise do tema, do vocabulário e do estatuto do enunciador e do destinatário, visto serem elementos favoráveis para a compreensão da rede de sentidos que o texto provoca. Para tanto, contará também, como suporte teórico, com a obra “A invenção do Nordeste e outras artes” (2009), do historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior, para elucidar a proposta de análise, devido à riqueza informacional que tal obra apresenta.

Com base nesta perspectiva, optou-se por selecionar uma canção dentre as diversas produções musicais cantadas por Luiz Gonzaga. A escolha deste gênero justifica-se, pois a canção representa a voz de seu compositor e também ecoa como a voz de seu enunciador. Por ter um potencial discursivo significativo, a canção através de mecanismos comunicacionais propicia sua interligação junto a diversas formações discursivas, visto que as músicas marcam épocas, retratam períodos históricos, despertam sentimentos dos mais variados, sendo facilmente divulgadas na sociedade como representante do povo, de sua cultura e ideologia.

Dentro do vasto repertório interpretado por Luiz Gonzaga, cantor representante do sertanejo brasileiro, foi selecionada a canção “Nordeste pra frente”. Uma canção que retrata um período importante para o povo nordestino, que é o princípio do desenvolvimento tecnológico. Para tanto, o presente trabalho será produzido com uma rápida, porém elucidativa, apresentação teórica das cenas enunciativas (genérica, englobante e cenografia), seguido da teoria da semântica global de Maingueneau (2008), com ênfase nos seguintes elementos: vocabulário, estatuto do enunciador e do destinatário e tema.

Enfim, a partir da análise do texto selecionado, torna-se possível verificar que os elementos da semântica global não somente apontam para a identificação das cenas enunciativas, mas também são percebidos como uma estratégia do enunciador para angariar adeptos, ao produzir um discurso que atrai facilmente a atenção do seu público leitor.

2. *A nordestinidade de Luiz Gonzaga*

Luiz Gonzaga surgiu na música popular brasileira já na década de quarenta, compondo um elenco de artistas que cantam a sociedade brasileira e sua diversidade, seja ela regional, econômica ou linguística. Embora não tenha sido o letrista de suas próprias canções, sua voz ecoou levando a imagem do Nordeste brasileiro tanto para nordestinos quanto para sulistas em sua época, fazendo a região ser conhecida em todo o país.

A importância de Gonzaga para a construção identitária do Nordeste brasileiro está presente tanto nas letras das canções que ele interpretava como no ritmo dançante do baião que se popularizou como sendo o ritmo representante do povo nordestino. Luiz Gonzaga marca um período na música popular brasileira, através de um sotaque e de um figurino significativo característico do Nordeste. Assumindo o figurino típico que representava traços do povo nordestino, unindo a roupa do vaqueiro com o chapéu usado pelos cangaceiros, Gonzaga dispôs-se como um artista regional de grande expressão da brasilidade.

Destacando-se nos meios de comunicação, o músico se popularizou através do rádio e dos programas de auditório, tendo como uma de suas preocupações a divulgação da cultura nordestina. Mais do que um fenômeno de resistência cultural, a música de Gonzaga participa da atualização de todo arquivo cultural do migrante diante das novas condições sociais que enfrenta nas grandes cidades (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 180).

É possível, assim, considerar que Luiz Gonzaga foi um exímio representante do sertanejo, sobretudo por simbolizar a realidade social e cultural do Nordeste para as demais regiões do país. O sanfoneiro tornou-se então conhecido como o “Rei do baião”; desde então suas canções ocuparam espaço na música popular brasileira, principalmente por representar o cotidiano do sertanejo, ora trabalhando com a temática da seca, do sertão, do descaso social, das dificuldades políticas e econômicas, ora

popularizando o Nordeste, enobrecendo suas características culturais, sua religião e a luta por sua honra.

Em suas canções, sua *nordestinidade* caracteriza um povo resignado, sofrido, mas também destaca a resiliência do nordestino em lutar por uma melhora, resistindo aos impasses da época da seca, o que resultou na construção imagética de um povo valente, com uma forte produção cultural e destacável presença para a construção da nacionalidade do próprio povo brasileiro, em meios às suas diversidades regionais.

3. Análise do discurso: princípios teóricos

A análise do discurso não centraliza seu objetivo apenas em observar a existência de um único discurso constituinte, mas sim de outros discursos que o incorporam. Logo, devido a seu dinamismo interdisciplinar, visa analisar as condições de produção enunciativas que circulam em determinados eventos discursivos, podendo então ser aplicada a diferentes textos, uma vez que, o discurso se constrói através de recursos textuais discursivos que se mesclam, a saber: os tipos e gêneros de discurso, a materialidade linguística, a posição social do sujeito, bem como o contexto espaço temporal que configura as condições de produção responsáveis pelos múltiplos efeitos de sentido que um discurso promove.

Diante dessa perspectiva, o discurso pode ser analisado por diversos eixos teóricos. No presente trabalho optou-se pela análise das cenas enunciativas e dos elementos que integram a teoria da semântica global proposta nos estudos de Maingueneau (2004, 2008).

3.1. As cenas enunciativas

Segundo Maingueneau (2004, p. 85) “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”. De acordo com que postula o autor, é possível compreender que o discurso, sua construção e sua proposta de produção de sentido resultam da composição de elementos linguísticos e extralinguísticos, e que o diálogo entre esses elementos não deve ser compreendido apenas por sua situação de enunciação, mas sim como dispositivo de comunicação dentro das ações de linguagem.

Sabendo-se que a produção enunciativa de um evento discursivo se promove mediante a interação entre enunciador e coenunciador, é pos-

sível também salientar a relevância dos fatores contextuais. Assim, destaca-se a construção da cena enunciativa que integra o discurso, legitimando os efeitos de sentido. Como ressalta Carvalho (2010), o discurso implica um enunciador e um coenunciador; além disso, um lugar e um momento da enunciação que legitimará a instância discursiva.

Acerca da cena enunciativa, Maingueneau considera a separação entre três instâncias que a configuram, sendo elas a cena genérica, a cena englobante e a cenografia. De acordo com o próprio autor, buscar analisar um discurso apenas pela ótica de uma das cenas não é suficiente, visto que elas se complementam, ou seja, é necessário que seja realizada uma análise textual discursiva com base nos diversos elementos circulantes do discurso.

Para entender o que caracteriza a tripartição proposta por Maingueneau, compreende-se, portanto, que a cena englobante diz respeito ao tipo de discurso que se estabelece em determinada ação comunicativa. Em outras palavras, é esta que possibilita aos sujeitos integrantes do discurso identificar qual formação discursiva está sendo desenvolvida, seja ela política, religiosa e ou jurídica. É importante salientar também que a cena englobante define a situação dos sujeitos em um quadro espaço temporal, visto que um discurso se configura pela interação entre enunciador e coenunciador, estabelecendo-se pelo lugar social que cada um ocupa, em determinado espaço sócio histórico.

O discurso se organiza em um texto, bem como através de gêneros de discurso que, mediante a cena genérica, são identificados. Segundo Carvalho (2010), o domínio dos gêneros – competência genérica – é imprescindível para uma competência discursiva satisfatória, que permite entender aos sujeitos interpretar e produzir enunciados decorrentes de um discurso, a partir de uma formação discursiva determinada. A identificação da cena genérica permite também definir o papel social de cada sujeito, observando os enunciados não de forma aleatória, mas de maneira plena, pois a identificação do gênero de discurso facilita na identificação da materialidade linguística, do contexto de uso e de outros elementos como a estrutura, a linguagem empregada e a funcionalidade da formação discursiva. Conforme Bakhtin (2003, p. 289), “a escolha dos meios linguísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido”.

Por fim, para completar esta tripartição, a construção da cenografia vem a legitimar o discurso. A cenografia é significativa para que o coenunciador se situe dentro do contexto discursivo, sendo ela condicionante dos efeitos semânticos que o discurso engendra. É através da cenografia que os elementos constituintes do discurso dialogam entre si, proporcionando uma ambientalização de representação entre os atores do discurso. Segundo Maingueneau (2004, p. 87):

A cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala.

A visibilidade da cenografia é um todo importante para que o real sentido do discurso se legitime. Nesse sentido, as canções destacam-se por sua plasticidade e por seu caráter dinâmico, sendo favorável à construção de uma cenografia que envolve campos discursos e cenários diversificados. Assim, em um mesmo discurso é possível haver uma cenografia global, ou mesmo de partes do texto, favorecendo para que o coenunciador identifique a cenografia não como uma encenação incoerente, mas sim como uma visão do que ele compreende de sentido no discurso.

3.2. Semântica global: elementos que produzem sentido

A constituição de um discurso não se origina da elaboração de um plano discursivo oriundo de determinadas situações isoladas, mas sim da primazia de elementos contextuais que envolvem e articulam uma rede de sentido, pois, conforme diz Maingueneau (2005, p. 76), “não pode haver fundo, “arquitetura” do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões”.

Diante desse proposto, nota-se que a construção da cena enunciativa envolve a observação de elementos em um plano com amplitude maior. Devido a isso destaca-se a teoria da semântica global proposta por Maingueneau (2008), cuja metodologia perpassa as análises tradicionais da linguagem, e passa a ser entendida como um sistema de restrições do discurso ligado à competência discursiva que leva à compreensão do discurso como prática social.

Esse sistema de restrições pode ser entendido como sendo um conjunto de regras estabelecidas tanto na produção quanto na circulação do discurso. A esse sistema de restrições compreende-se não apenas a

enunciação e o enunciado, mas o próprio discurso posto em funcionamento, isto é, organizado, quando é possível ao coenunciador compreender os diferentes campos que envolvem a rede discursiva.

Para tanto, os planos da semântica global apresentam em sua proposta a observação de elementos constituintes do discurso, dentre eles os que aqui serão priorizados: o vocabulário, o estatuto do enunciador e do destinatário e o tema.

A escolha destes elementos deve-se ao fato de haver entre eles uma relação de interdependência, que resulta na produção do discurso. Em tese, a observação desses elementos é relevante para que sejam identificados os indícios presentes na superfície textual que auxiliam na constituição de cada discurso, dentro de suas especificidades, bem como colabora para que o coenunciador consiga distinguir a tripartição que compõe a cena enunciativa.

Para Maingueneau (2008, p. 80), “não há muito sentido em falar do vocabulário desse ou daquele discurso, como se um discurso possuísse um léxico que lhe fosse próprio”. Em particular o vocabulário é um elemento que merece atenção, visto que o léxico apresenta em seu sistema de restrição uma capacidade de identificação do campo discursivo, pois as palavras, carregadas de expressividade, denotam as diferenças que podem existir entre um campo discursivo ou outro.

Assim, entende-se que um mesmo vocábulo pode ter significados diferentes, se empregados em situações contextuais opostas. Como afirma Maingueneau (2008, p. 81), “além de seu valor estrito semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento”.

Devido a isso, nota-se também que o vocabulário auxilia na identificação do lugar social a que se encontra o enunciador, pois através de suas escolhas é possível distinguir a identificação do seu posicionamento individual e institucional, além de delimitar as marcas culturais presentes no discurso.

Para Maingueneau (2008), dentro de um sistema de restrições global a noção de “tema” é bastante delicada, por possuir múltiplos níveis que possibilitam diversas categorias de análises. Dessa maneira, o autor propõe trabalhar com uma noção mais vaga do que seja “tema” – para ele é aquilo de que trata o discurso. Nenhum tema que aparece em um discurso pode ser considerado original, visto estar intrinsecamente li-

gado ao plano da intertextualidade; assim pode haver diversos temas em um mesmo discurso, oriundos de campos discursivos diferentes.

Dentro de um plano semântico global, é importante a análise do estatuto do enunciador e do destinatário, uma vez que um discurso se organiza e se legitima através da relação entre os atores da ação discursiva. O discurso, então, realiza-se no momento em que a proposta do enunciador consegue conduzir o coenunciador, estimulando sua competência discursiva e produzindo sentido.

Enfim, um discurso se configura pela junção de vários elementos sógnicos, e a escolha de cada elemento é peculiar a determinado evento discursivo. Para tanto, as condições de produção de cada discurso ocorrem mediante o imbricamento dos elementos constituintes da semântica global, de maneira a formular as cenas enunciativas dentro de um plano semântico.

4. Análise

Conforme apresentado, o presente trabalho busca analisar, dentro do extenso repertório musical de Luiz Gonzaga, uma de suas canções que retrata imagens do Nordeste brasileiro, a canção abaixo intitulada “Nordeste pra frente”. A análise se iniciará a partir da identificação das cenas enunciativas, genérica e englobante. Em seguida, a categorização da cenografia, parte que legitima o discurso, será realizada através de apontamentos dos elementos constituintes da teoria da semântica global de Maingueneau (2008). Estes apontamentos serão destacados em recortes do texto.

Nordeste pra frente

Sr. repórter já que tá me entrevistando
vá anotando pra botar no seu jornal
que meu Nordeste tá mudado
publique isso pra ficar documentado

Qualquer mocinha hoje veste minissaia
já tem homem com cabelo crescidinho
O lambe-lambe no sertão já usa flashe
carro de praça cobra pelo relóginho

Já tem conjunto com guitarra americana
já tem hotel que serve whisky escocês
e tem matuto com gravata italiana
ouvindo jogo no radinho japonês

(Refrão)

Caruaru tem sua universidade
Campina Grande tem até televisão
Jaboatão fabrica jipe à vontade
lá de Natal já tá subindo foguetão
Lá em Sergipe o petróleo tá jorrando
em Alagoas se cavarem vai jorrar
publiquem isso que eu estou lhe afirmando
o meu Nordeste dessa vez vai disparar

(Falado)

Hahai... E ainda diziam que meu Nordeste não
ia pra frente
falavam até que a Sudene não funcionava
Mas Dr. João chegou lá
com fé em Deus e no meu Padim Ciço
e todo mundo passou a acreditar no serviço
essa é que é a história

O texto acima representa um discurso realizado em que o coenunciador consegue identificar a cena genérica, ao observar os elementos rítmicos que compõe o gênero canção. A sequência das frases dispostas em versos, organizados em estrofes, a proximidade com a utilização de uma linguagem poética, bem como a sonoridade das palavras que representam a expressividade do compositor destacam características do gênero.

A observância da cena genérica, neste caso contribui para que o coenunciador identifique a cena englobante, pois a princípio é possível perceber o discurso lítero-musical, em virtude da estrutura do gênero, principalmente por envolver a linguagem verbal com a linguagem musical.

A prática lítero-musical se compõe de gestos e da própria composição, interpretação e gravação. O texto em análise coloca em prática a produção discursiva da canção popular brasileira, em um momento de construção do território regional do Nordeste, no qual toma destaque no espaço cultural a presença do baião, um ritmo dançante que envolve não só uma série de sons, mas sim temas representativos do folclore nordestino.

O baião, que era o dedilhado da viola ou a marcação rítmica feita em seu bojo pelos cantadores de desafio entre um verso e outro, também conhecido como baiano, vai ser fundido com elementos do samba carioca e de outros ritmos urbanos que Gonzaga tocava anteriormente. Ele vem atender à necessi-

dade de uma música nacional para dançar, que substituísse todas aquelas de origem estrangeira. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 175).

Com a cena genérica e a cena englobante identificadas, parte-se para a parte principal, que é a identificação da cenografia, visto que é o momento em que o discurso é validado. Conforme diz Maingueneau (2001, p. 123).

A cenografia de uma obra é denominada, por sua vez, pelo cenário literário. É o último que confere o contexto pragmático à obra, associando uma posição de “autor” e uma posição de “público”, cujas modalidades variam de acordo com as épocas e as sociedades.

Ao entrar em proximidade com o texto, o coenunciador é levado a se situar em um contexto discursivo: embora esteja em contato com o gênero canção, o que sobressai é mais do que um ritmo dançante, pois é possível a observância de uma construção imagético-discursiva do Nordeste brasileiro, em determinado período histórico. Isso porque a cenografia não é exatamente um quadro cênico que o leitor encontra, mas sim aquilo que ele entende do que está sendo construído.

Com base no que foi dito, é possível destrinchar, entre os elementos da semântica global, fatores favoráveis à identificação das cenas enunciativas. A começar pelo vocabulário. É notório que não há um léxico único para cada discurso; entretanto o sotaque de Gonzaga e as expressões locais que ele utiliza identificam a origem de suas letras. Em expressões predominantes entre os sertanejos, destacam-se construções como: “matuto” “dispara” “Padim Ciço”, ou seja, o emprego de expressões regionais que retratam o dizível do povo nordestino.

O vocabulário predominante também possibilita a identificação da cena genérica, pois os recursos lexicais são dispostos em uma sequência de rimas, que garantem a sonoridade e o ritmo das frases, características típicas da canção em que prevalecem as marcas da oralidade. Segundo Albuquerque Junior (2009, p. 184), sua música apresentava aspectos muito modernos em termos de linguagem musical, como o uso dos sons onomatopáicos; a relação entre os sons fonéticos das palavras e o sentido do texto. Através das rimas, o emprego de vocábulos associados (mudado e documentado; crescidinho e relógio; americana e italiana, televisão e foguetão, entre outros) denota uma estratégia para enfatizar o conteúdo poético da mensagem.

Sabendo-se que a análise do discurso visa a observar as condições de produção enunciativas que circulam em determinados eventos discursivos

sivos, responsáveis pelos múltiplos efeitos de sentido que um discurso promove, é na relação entre enunciador e destinatário que o discurso se estabiliza.

Assim, com base no estatuto do enunciador e do destinatário, é possível verificar que o texto em análise denota uma relação dialógica no qual um representante nordestino se direciona a um repórter de um jornal, neste caso, possivelmente um representante sulista. O discurso promovido pelo enunciador, na voz do artista, atente à necessidade do povo nordestino em expressar sua condição diante do desenvolvimento e do poderio dos sulistas. Mais do que agir no consciente de seus ouvintes, as canções gonzaguianas mexiam com o inconsciente desses nordestinos em transmutação nas grandes cidades. (ALBUQUERQUER JUNIOR, 2009, p. 180).

Dessa forma, é esperado na letra da canção que o coenunciador consiga identificar, através de sua competência discursiva, a interligação entre os campos discursivos que se mesclam, a saber, o discurso nordestino e o discurso sulista. Tal fato é perceptível pelo próprio nome da canção “Nordeste pra frente”, pois se entende que há um enunciador nordestino, descrevendo a história do seu povo, que outrora foi vitimado pela seca, vindo a ter um desenvolvimento tecnológico retardatário, em detrimento dos avanços do Sul. Embora descreva um povo que tenha sofrido um atraso, mostra a obtenção de conquistas significativas, com a implantação de universidades e fábricas, sobretudo de políticas públicas como a implementação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que foi inaugurada na década de 1940 e promoveu o progresso do Nordeste, sobretudo em âmbitos sociais, estendendo a região a participações em âmbito nacional, após um longo período de estagnação política e econômica.

A relação estabelecida entre o enunciador e o coenunciador, tendo como resultado uma produção plena de sentido, permite que, por meio do repertório de conhecimentos existentes na memória discursiva, o coenunciador consiga fazer inferências entre os discursos produzidos, identificando por meio da cena englobante, quais os campos discursivos que aparecem.

Seguindo essa ótica, é notório que o atraso do Nordeste, se comparado ao avanço do Sul, sobretudo pelo período da seca, marcou época e fez com que muitos nordestinos fossem estereotipados como marginalizados econômica e culturalmente. Todavia, é destaque nas canções do

sanfoneiro a força do sertanejo e suas conquistas ao longo dos anos, firmando sua construção identitária. Conforme os versos que fazem menção a diversas regiões Nordestinas, como Campina Grande na Paraíba, Caruaru em Pernambuco e os estados de Sergipe e Alagoas.

Destarte, a riqueza cultural presente nas letras cantadas por Gonzaga permite que haja a observância de um discurso multifacetado, isto é, a possibilidade de uma múltipla interpretação temática, justamente pela construção ideológica, cultural, econômica e política que norteia a formação do Nordeste por ele interpretada. Assim, temas como a migração, a seca, o sertão, o passado fatalista, mas também um Nordeste como um espaço firmado na cultura nacional, com vontade de se libertar desse passado e seguir adiante rumo à modernidade, também estão explícitos nas letras por ele interpretadas.

Sua temática sofre permanente processo de atualização, tal como na literatura de cordel; tende para a crônica do cotidiano, e o Nordeste, o sertão, parecem sempre assistir a estas mudanças de fora e com muita apreensão (ALBUQUERQUER JUNIOR, 2009, p. 184). Desta feita, o tema, como elemento constituinte da Semântica Global, é aqui priorizado, em concordância com os estudos de Albuquerque Junior, como sendo o espaço da saudade, por ser este aqui considerado o tema que subjaz aos demais.

Gonzaga foi, pois, o artista que, por meio de suas canções, instituiu o Nordeste com um espaço da saudade. Embora não aquele Nordeste com saudade da escravidão, do engenho, das casas-grandes; mas o Nordeste da saudade do sertão, de sua terra, de seu lugar. Saudade de seus cheiros, seus ritmos, suas festas, suas alegrias, suas sensações corporais. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 185).

A análise das cenas enunciativas mediante a observação de elementos selecionados dentro da teoria da semântica global é pertinente, pois tais elementos não aparecem de forma isolada, mas sim dialogam dentro da encenação. A destacar que a cenografia, ao ser categorizada, deixa a segundo plano a cena genérica, sendo válido observar que, no caso do texto em análise, o elemento tema destaca-se de forma fundamental para que o coenunciador se situe na cenografia.

De fato, com base nos estudos de Maingueneau, é possível verificar que em um evento discursivo pode existir uma cenografia predominante; porém pode haver também uma cenografia de partes do discurso. Embora sobressaia a cenografia do espaço da saudade, como uma construção global que legitime o discurso, há em diversos momentos a cons-

trução de espaços cenográficos que oscilam entre o Nordeste da época da seca e o nordeste frente às mudanças oriundas da modernidade, em contato com o Sul, região mais desenvolvida.

É nesse aspecto que, de maneira geral, o cenário cantado por Luiz Gonzaga vai se firmando, objetivando uma construção imagética discursiva regional em que Nordeste apresentado se configura no espaço da conquista. Sua música é sempre uma viagem a este “espaço afetivo” que ficou no passado, percebido menos como velocidade, movimento e mais como fixidez (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 183).

Portanto é de grande relevância ressaltar que Luiz Gonzaga buscou representar o Nordeste de maneira dizível. Pois o discurso do regionalista não é apenas um discurso ideológico, que desfiguraria uma pretensa essência do Nordeste ou de outra região. O discurso regionalista não mascara a verdade da região, *ele a institui* (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 62).

5. Considerações finais

O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística de textos que lhe deram realidade e presença (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 79). De acordo com o historiador, a formação identitária do Nordeste pode ser analisada por uma rede de extensas produções artísticas, seja nas artes plásticas, no teatro, no cinema, na literatura entre outros.

Com base nessa perspectiva, é notório que o discurso se organiza mediante a competência discursiva dos atores envolvidos no processo de comunicação, em que um age sobre o outro, sobretudo despertando o interesse. Assim a adesão do coenunciador é conquistada pela adaptação entre discursos de campos diferentes, com características estruturais e funcionalidades diferentes, mas que, ao se imbricarem, produzem um sentido pleno e atrativo, levando a uma prática social.

Nesse compêndio, a música contou com a participação marcante de Luiz Gonzaga, visto que, em suas canções, é possível verificar, além do ritmo que conquistou o povo, a presença de um discurso que uniu aspectos históricos, geográficos e linguísticos. Sua música é empregada como uma forma de linguagem favorável à divulgação do discurso que busca contribuir para dar visibilidade e tornar dizível a identidade do povo sertanejo.

Decerto que os aspectos teóricos que embasaram o presente trabalho, como a produção artística divulgada por Luiz Gonzaga e a formação do Nordeste brasileiro enquanto região, sobretudo a temática do “espaço da saudade”, necessitariam de um espaço mais amplo para análise, em virtude da grande complexidade do tema. Todavia, de acordo com que foi proposto, foi possível verificar que os elementos constituintes da teoria da Semântica Global de Maingueneau (2008) colaboram para que o coenunciador identifique as cenas enunciativas em um determinado discurso. Tal observação foi possível, pois as letras cantadas pelo sanfoneiro são ricas em recursos linguísticos-textuais-discursivos que levam à figuratividade do povo nordestino. Logo, canções como “Nordeste pra frente” representam um discurso polifônico, em que as vozes presentes retratam um espaço cenográfico interpretativo de formulações da brasilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. ver. São Paulo: Cortez, 2009.

BAKTHIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 3. ed. Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CARVALHO, Fabiana Castro. *Interdiscurso, cenas de enunciação e ethos discursivo em canções de Ataulfo Alves*. 2010. Dissertação (de mestrado). UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

GONZAGA, Luiz. *Nordeste pra frente*. Disponível em: <<http://letras.mus.br/luiz-gonzaga/47103>>. Acesso em: 20-05-2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: encenação, escritor, sociedade*. Trad.: Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad.: Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad.: Sírio Possenti. São Paulo. Parábola, 2008.

**O DISCURSO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA
EM JORNAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
O CASO DO JORNAL BEM ESTAR**

Lêda Araújo Alves (UNISINOS)
ledaaraujoalves@gmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe estudar a presença da divulgação científica em reportagens do jornal de distribuição gratuita Bem Estar. Assumimos os postulados da Teoria Semi-linguística proposta por Charaudeau (2009), especialmente a noção de contrato de comunicação como reconhecimento das condições de realização da troca linguageira. É necessário entender qual o contrato de comunicação que foi estabelecido e uso das estratégias do discurso utilizadas para dar credibilidade ao texto publicado e se há contribuição para popularização da ciência. O trabalho também tece comentário sobre o papel do enunciador, do lugar do saber e da natureza da informação. As considerações acerca desses elementos, a construção do sentido por um sujeito que se comunica com outro sujeito, a existência desses sujeitos, a situação de comunicação em que eles se encontram e sobre a determinação parcial dessa situação de comunicação em relação aos recursos da linguagem, justifica o postulado semiolinguístico de constituição do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2008). Analisamos, também, as marcas linguísticas da responsabilidade enunciativa presentes nos textos selecionados, subsidiadas pela análise textual dos discursos postulada por Adam (2008), que estabelece que a representação discursiva é a representação de um ponto de vista, a partir de relações estabelecidas entre enunciados na atividade enunciativa.

Palavras-chave:

Divulgação científica. Contrato de comunicação. Responsabilidade Enunciativa.

1. Introdução

A ciência assumiu nas últimas décadas, um importante papel na vida da sociedade do mesmo modo que os meios de comunicação evoluíram com o aprimoramento, a expansão e a utilização de novos meios de divulgação. Esses meios estão diretamente ligados ao desenvolvimento das tecnologias da informação que assumem um papel fundamental para

o indivíduo ter a compreensão do mundo em que vive em sua extensão e complexidade.

Só através do conhecimento ele terá condições de compreender e tomar decisões que de alguma forma irão afetar a sua vida. Entretanto, essas informações precisam alcançar a sociedade de alguma forma e é neste cenário que a divulgação científica deve atuar com intensidade. Por esse motivo, entendemos ser importante acompanhar esse processo, relacionado à divulgação científica, de maneira a averiguar se essa divulgação pode ocorrer através de jornais de distribuição gratuita, em especial o caso do *Jornal Bem Estar*.

O *Jornal Bem Estar* cumpre com o mesmo papel de qualquer outro suporte midiático, o de divulgar informação e levar o consumidor à compra dos produtos e serviços que nele são divulgados. A escolha por esse suporte midiático deveu-se ao fato de ser gratuito, ser diferenciado dos demais, principalmente pelo fato de circular em lugares específicos. Além de ser um empreendimento comercial, é um projeto que, segundo seus editores, tem como missão levar informações vitais, atemporais, que possibilitem crescimento pessoal, em várias dimensões para todos. A temática principal do jornal é a qualidade de vida e isso provoca grande interesse e curiosidade das pessoas, fazendo com que se tornem leitores assíduos.

Para chegar ao nosso objetivo será preciso entender como o *Jornal Bem Estar* se apresenta. É um impresso que apresenta características próprias que o diferencia dos demais suportes midiáticos por apresentar em seus anúncios propagandas de produtos e serviços exotérico, místico, medicina alternativa, psicologia e outros e em suas reportagens temáticas relacionadas a qualidade de vida, crescimento pessoal e saúde integral.

Esse estudo é subsidiado pelo postulado da teoria semiolinguística do discurso – proposta por Charaudeau – de contrato de comunicação, que corresponde a um acordo de “reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos os parceiros da troca de linguagem” (CHARAUDEAU, 2007). Considerando que esse contrato fornecerá as chaves de interpretação do texto para identificar a situação de comunicação na qual se encontra o sujeito argumentante, e é em função desta situação de comunicação e do projeto de fala que serão utilizados os componentes do dispositivo argumentativo e assim analisá-los.

Todo ato de comunicação depende de um contrato de comunicação e o sentido do discurso resultaria das condições específicas da situa-

ção de comunicação e do reconhecimento, pelos parceiros da troca linguageira, das restrições situacionais e discursivas que lhes são impostas (CHARAUDEAU, 2008). Isso permite entender melhor os mecanismos de influência e persuasão presentes nos discursos sociais que circulam pelo espaço público através da mídia impressa.

Segundo Charaudeau (2008), a situação de troca linguageira pode ser monologal. É nesse contexto que identificaremos quem é o sujeito que constroem a totalidade desses textos argumentativos e coloca em evidência os componentes da encenação argumentativa. A existência de um contrato de comunicação específico da mediação da ciência estabelecido para circulação das informações é importante para essa pesquisa.

Essa noção de contrato permite pensar nos textos de informação midiática do *corpus* e olhar de perto o que acontece no nível da sua construção discursiva. Segundo Charaudeau (2008), temos as restrições situacionais do ato de linguagem que devem ser consideradas nos dados externos que tem por finalidade construir o discurso. Esses dados determinam o que deve ser o tratamento linguageiro no qual eles vão se ordenar. O ato de linguagem depende do ponto de vista dos sujeitos envolvidos no diálogo, assim, finalidade deste ato (tanto para o sujeito comunicante, quanto para o interpretante) não deve ser buscada apenas no enunciado em si, mas no “jogo” que será estabelecido entre este e seu sentido implícito.

Esse processo de produção de sentido que leva à construção dos saberes corresponde às formas de organização dos sistemas de pensamento e podem ser classificados em dois grandes grupos ou categorias: saberes de conhecimento e saberes de crença. É essa atividade de percepção significativa que produz os imaginários, que por sua vez dão sentido à realidade. (CHARAUDEAU, 2008)

As considerações desses elementos, a construção do sentido por um sujeito que se comunica com outro sujeito, a existência desses sujeitos, a situação de comunicação em que eles se encontram e sobre a determinação parcial dessa situação de comunicação em relação aos recursos da linguagem, justifica o postulado semiolinguístico de constituição do ato de linguagem em três níveis com três tipos de competência correspondentes ao sujeito: o nível situacional e a competência situacional, o nível discursivo e a competência discursiva e o nível semiolinguístico e a competência semiolinguística (CHARAUDEAU, 2008).

Para entender sobre a autoria dos textos, investigaremos a responsabilidade enunciativa como representação de um ponto de vista – PDV – pelo enunciador nas reportagens referentes a saúde e medicina humana. Essa investigação será norteadada pelos pressupostos teóricos de ADAM (2008) e suas noções de responsabilidade enunciativa ou pontos de vista. Adam (2008) estabelece que a representação discursiva é a representação de um ponto de vista, a partir de relações estabelecidas entre enunciados na atividade enunciativa. Assim, ações relatadas são ligadas por pontos de vista, frequentemente marcados por introdutores. Esses introdutores marcam zonas do texto sob a dependência de uma fonte de saber ou de percepção e os enunciados nem sempre são assumidos pelo locutor-narrador.

Para Adam (2008), o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua. Ele enumera as grandes categorias, sem detalhá-las. Essas categorias são: os índices de pessoas; os dêiticos espaciais e temporais; os tempos verbais; as modalidades; os diferentes tipos de representação da fala; as indicações de quadros mediadores; os fenômenos de modalização autonímica e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados.

A partir desse entendimento das teorias para compor essa análise, pretende-se chegar ao objetivo principal da pesquisa que é verificar se há divulgação científica no *Jornal Bem Estar* e sua possível contribuição para a popularização da ciência.

2. A teoria semiolinguística

A proposta de análise do discurso de Charaudeau define-se em função de um desafio básico: articular as dimensões psicossociológicas envolvidas num ato de linguagem – especialmente, a identidade e os papéis sociais dos interlocutores, as relações sociais em que estão inseridos, os objetivos, as representações e as expectativas dos parceiros com as dimensões propriamente linguísticas ou languageiras que o caracterizam, ou seja, com as propriedades formais e semânticas do discurso em questão. Nos termos de Charaudeau (1996, p.20), cada uma dessas perspectivas “descreve os fatos da linguagem como se fossem portadores de um só jogo de significação da parte de um só sujeito falante” sendo que, ao contrário, esses fatos “são portadores de vários jogos e eles testemunham um sujeito complexo, na verdade, dividido”.

3. O ato de linguagem e a situação de comunicação

Segundo Charaudeau (2007, p. 41), o sentido de um discurso é construído pela “ação languageira do homem em situação de troca social”, através de um “duplo processo de semiotização: de transformação e de transação”. O processo de transformação transforma o “mundo a significar” em “mundo significado”, por meio de categorias que nomeiam, qualificam, narram, argumentam e modalizam.

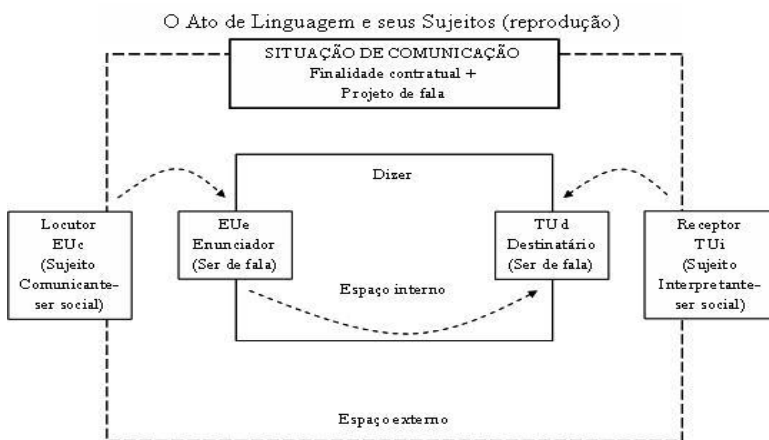
Para Charaudeau, um ato de linguagem, pressupõe uma *intencionalidade*, a dos sujeitos falantes, parceiros de uma troca. Em decorrência, esse ato depende da *identidade* dos parceiros, *visa uma influência* e é portador de *uma proposição sobre o mundo*. Além disso, realiza-se num tempo e num espaço determinados, o que é comumente chamado de *situação*.

Assim sendo, principalmente com os princípios de interação e de pertinência, para que um ato de linguagem seja válido (isto é, produza seu efeito de comunicação, realize sua transação) é necessário que os parceiros reconheçam, um ao outro, o direito à fala (o que depende de sua identidade), e que possuam em comum um mínimo de saberes postos em jogo no ato de troca languageira. Mas ao mesmo tempo – segundo os princípios de influência e de regulação, estes parceiros têm uma certa margem de manobra que lhes permite usar de estratégias. Dizemos então que a estruturação de um ato de linguagem comporta dois espaços: um *espaço de restrições*, que compreende as condições mínimas às quais é necessário atender para que o ato de linguagem seja válido, e um *espaço de estratégias*, que corresponde às escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na encenação do ato de linguagem.

Essa ocorrência nos leva a afirmar que o ato de linguagem se realiza num duplo espaço de significância, o externo e o interno à sua verbalização, determinando dois tipos de sujeitos de linguagem : os *parceiros*, que são os interlocutores, sujeitos de ação, seres sociais que têm intenções – que chamamos de *sujeito comunicante* e *sujeito interpretante*. ; e os *protagonistas*, que são os intralocutores, os sujeitos de fala, responsáveis pelo ato de enunciação – os quais chamamos de *(sujeito) enunciador* e *(sujeito) destinatário*. E embora haja uma relação de condição entre esses dois tipos de sujeitos, não há entre eles uma relação de transparência absoluta.

Para entender isso, veremos a seguir o quadro enunciativo, que Charaudeau chama de representação de *mise en scène*, demonstrando que

todo ato de linguagem, seja ele falado ou escrito, é uma representação comandada pelos sujeitos externos e internos.



(CHARAUDEAU, 2008, p. 52)

Por isso, é importante compreender o texto jornalístico e a ideologia que ele transmite. Conduzindo as informações de modo a vender produtos e serviços, pois ao ler determinadas reportagens que lhe agradam, o leitor também passa a consumir o que o suporte oferece em seus anúncios publicitários. Por isso, Charaudeau afirma que a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo.

Estas posições definem, pois, o ato de linguagem como originário de uma situação concreta de troca, dependente de uma intencionalidade, organizando-se ao mesmo tempo num espaço de restrições e num espaço de estratégias, produzindo significações a partir da interdependência de um espaço externo e de um espaço interno - o que nos leva a propor um modelo de estruturação em três níveis:

O nível do situacional, para dar conta dos dados do espaço externo, e que constitui ao mesmo tempo o espaço de restrições do ato de linguagem. É o lugar onde estão determinados: a *finalidade* do ato de linguagem, que consiste em responder à pergunta: “estamos aqui para dizer ou fazer o quê?”; a *identidade* dos parceiros da troca linguageira, em resposta à pergunta: “quem fala a quem?”;

o *domínio de saber* veiculado pelo objeto da troca, respondendo à pergunta : “sobre o quê ?”; enfim (mas não se trata de uma cronologia), o *dispositivo* constituído pelas circunstâncias materiais da troca, respondendo à pergunta “em que ambiente físico de espaço e tempo

O nível do comunicacional, lugar onde estão determinadas as *maneiras de falar (escrever)*, em função dos dados do situacional, respondendo à pergunta: “estamos aqui para falar de que modo?”. Correlativamente, o sujeito falante (quer seja comunicante, quer interpretante) se pergunta quais “papéis languageiros” deve assumir que justifiquem seu “direito à fala” (finalidade), que mostrem sua “identidade” e que lhe permitam tratar de um certo tema (proposição) em certas circunstâncias (dispositivo).

O nível do discursivo constitui o lugar de intervenção do sujeito falante, enquanto sujeito enunciador, devendo atender às condições de *legitimidade* (princípio de alteridade), de *credibilidade* (princípio de pertinência) e de *captação* (princípio de influência e de regulação), para realizar os “atos de discurso” que resultarão num *texto*. Este se configura pela utilização de uma série de meios linguísticos (categorias de língua e modos de organização do discurso), em função, por um lado, das restrições do situacional e das possíveis maneiras de dizer do comunicacional, e por outro lado do “projeto de fala” próprio ao sujeito comunicante.

Assim, os sentidos do texto produzido serão, ao mesmo tempo, sobre determinados pelas restrições da situação de troca, e singulares pela especificidade do projeto de fala. Por exemplo, toda publicidade trará os índices linguísticos e semiológicos de seu conjunto de restrições (o que permite reconhecê-la enquanto tal); mas, por outro lado, cada publicidade corresponderá a uma estratégia de captação. Para tanto, o sujeito comunicante fará escolhas reveladoras de sua própria finalidade, de sua própria identidade, de seu propósito que lhe permitirão construir sua própria legitimidade, credibilidade e captação.

4. O contrato de comunicação midiático

O contrato de comunicação é definido por Charaudeau (2008, p.60) como o “conjunto de restrições que codificam as práticas sociolinguageiras” e que resultam dos saberes partilhados pelos interlocutores. O

autor considera que a situação de comunicação é “como um palco, com suas restrições” (de espaço, tempo, relações e palavras), as quais se estabelecem por meio de um “jogo de regulação de práticas sociais” e pelos “discursos de representação”, que justificam e valorizam tais práticas. (CHARAUDEAU, 2007, p. 67) Assim, os indivíduos que querem se comunicar devem levar em conta os dados da situação de comunicação, submetendo-se às suas restrições e tendo consciência de que seu interlocutor ou leitor também as reconhece. Isso significa dizer que antes de qualquer estratégia particular ou intenção, os parceiros da troca linguageira devem se submeter a esse contrato de comunicação, de acordo com os *dados externos* (características próprias à situação de troca) e *internos* (características discursivas).

Para Charaudeau, todo ato de linguagem realiza-se dentro de um tipo específico de relação contratual, implicitamente reconhecido pelos sujeitos, e que define, por um lado, aspectos ligados ao plano situacional – qual a identidade dos parceiros, seus objetivos, o assunto de que falam, em que circunstâncias materiais – e, por outro, aspectos relativos ao plano comunicacional e discursivo – quais as maneiras de dizer ou quais as estratégias discursivas pertinentes.

Os dados externos se referem aos comportamentos sociais dos indivíduos da troca linguageira que apresentam uma convergência, configurando-se em constantes. Segundo Charaudeau (2008, p. 68), os dados externos se agrupam em quatro categorias, cada uma correspondendo a um tipo de “condição de enunciação da produção linguageira”: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo.

A condição de *identidade* deve ser levada em conta quando existe uma relação de pertinência entre os sujeitos da troca linguageira. Nesse caso, o ato de linguagem dependerá que os sujeitos envolvidos apresentem uma convergência de traços de personalidade, de status social, econômico e cultural. Por exemplo, a condição de ser jornalista numa situação de comunicação de entrevista é pertinente, mas não o é na situação de pedido de informação na rua.

A condição de *finalidade* requer que o ato de linguagem seja ordenado de acordo com o objetivo do sujeito falante, a fim de incorporar o outro à sua própria intencionalidade. Tal objetivo pode ser “prescritivo”, que consiste em querer “fazer fazer” (levar o outro a agir de determinada maneira); “informativo”, que consiste em querer “fazer saber” (transmitir

um saber a quem se presume não possuí-lo); “incitativo”, que consiste em querer “fazer crer” (levar o outro a pensar que o que está sendo dito é verdadeiro); “pathos”, que consiste em “fazer sentir” (provocar no outro um estado emocional agradável ou desagradável).

A condição do *propósito* requer que a troca linguageira se construa em torno de um “domínio de saber”, ou seja, de um “discurso dominante” que deve ser reconhecido antecipadamente pelos parceiros envolvidos. A condição do *dispositivo* requer que a troca linguageira se construa de acordo com as circunstâncias materiais em que se inscreve (ambiente, lugar físico, canal de transmissão).

Os dados internos se referem ao “como dizer” (maneira de falar, linguagem que deve assumir formas verbais que devem empregar). Dividem-se em três espaços de comportamentos linguageiros: de *locução*, de *relação* e de *tematização*. No espaço de locução, o sujeito falante deve justificar por que tomou a palavra, impor-se perante o outro e identificar o destinatário ao qual se dirige, de modo a conquistar seu “direito à fala”. No espaço de relação, o sujeito falante estabelece “relações de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência” com o destinatário, construindo sua identidade e a de seu destinatário. No espaço de tematização, o sujeito falante toma posição em relação ao tema predeterminado ou introduzido pelos participantes e escolhe um modo de organização discursivo em função das restrições situacionais.

Este tipo trabalho determina uma das condições que consideramos fundamental para a constituição de um corpus, e que é constitutiva do procedimento de análise: a condição de “contrastividade”. Assim sendo, o estudo das características discursivas próprias a esse corpus mostra o funcionamento das condições do contrato de comunicação, pois tais características as reativam ou as transgridem, e, ao mesmo tempo, mostra como funcionam as estratégias (conscientes ou não) próprias ao projeto de fala do sujeito comunicante.

Segundo Charaudeau (2007, p. 15), as mídias são “um suporte organizacional” que se apossa das noções de “informação” e “comunicação” para integrá-las em suas diversas lógicas (econômica, tecnológica, simbólica). O autor não considera as mídias como uma instância de poder, visto que não estão em posição de autoridade jurídica ou religiosa e não determinam normas ou sanções. Para o autor, o único poder que elas possuem é de influenciar por meio do “fazer saber, do fazer pensar e do fazer sentir”. (CHARAUDEAU, 2007, p. 124) Compreende-se, assim,

por que ela é considerada por muitos como um “quarto poder”, em vista de seu

Nosso objetivo ao investigar as reportagens do *Jornal Bem Estar* dessa forma, consiste em destacar as características dos *comportamentos* linguageiros (o “como dizer”) em função das *condições* psicossociais que os restringem segundo os tipos de situações de troca (os “contratos”). É uma dupla perspectiva, em relação de reciprocidade: que condições propiciam quais comportamentos linguageiros possíveis, e quais comportamentos efetivos são propiciados por quais condições. É preciso, então, buscar os meios de estudar tais condições e tais comportamentos.

Segundo Charaudeau (2007, p. 15), as mídias são “um suporte organizacional” que se apossa das noções de “informação” e “comunicação” para integrá-las em suas diversas lógicas (econômica, tecnológica, simbólica). O autor não considera as mídias como uma instância de poder, visto que não estão em posição de autoridade jurídica ou religiosa e não determinam normas ou sanções. Para o autor, o único poder que elas possuem é de influenciar por meio do “fazer saber, do fazer pensar e do fazer sentir”. (CHARAUDEAU, 2007, p. 124)

Compreende-se, assim, por que ela é considerada por muitos como um “quarto poder”, em vista de seu poder de manipulação das consciências, uma vez que ela impõe suas escolhas dos acontecimentos. Do ponto de vista empírico, Charaudeau (2007, p. 21) considera que as mídias de informação (imprensa, rádio e televisão) funcionam segundo uma dupla lógica: uma econômica, na qual todo “organismo de informação” é uma empresa com a finalidade de fabricar um produto que ocupará lugar no mercado de bens de consumo, e uma lógica simbólica, que faz com que todo “organismo de informação” participe da construção da opinião pública.

Visto que os jornais são publicações que fazem parte das mídias de informação, consideramos relevante fazer algumas considerações sobre o contrato de comunicação midiático. Charaudeau (2007, p. 23) propõe a existência de três instâncias de construção do sentido da mídia (produção, recepção, texto como produto). A instância de produção é representada pelo produtor da informação, a instância de recepção pelo consumidor da informação (leitores, ouvintes, telespectadores), e o produto pelo texto midiático (artigo de jornal ou revista, telejornal etc.). De acordo com tal proposta, o sentido resultante do ato comunicativo depen-

derá da relação de intencionalidade que se instaura entre as instâncias de produção e de recepção.

A instância de produção tem um duplo papel: de fornecer informação (“fazer saber”) e de captar o público e impulsioná-lo a consumir as informações. (CHARAUDEAU, 2007, p. 72) Para tanto, ela compreende vários atores: os da direção, os da programação, os da redação das notícias, os operadores técnicos, o jornalista, entre outros, o que torna difícil dizer quem pode responder por uma informação nas mídias. De qualquer forma, considera-se que o jornalista tem o papel principal, uma vez que sua função é transmitir informação, não por criá-la, mas por coletar acontecimentos, tratá-los e transmiti-los, tendo papel de “pesquisador-fornecedor” e de “descriptor-comentador” da informação. (CHARAUDEAU, 2007, p. 74) Ele pode se apresentar como “mediador”, ou seja, simples fornecedor da informação de forma mais objetiva possível; “revelador” da informação oculta, assumindo papel de detetive aliado ao público; “intérprete” dos acontecimentos, buscando as causas e situando-os; “didático”, aspirando ao papel de educador da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2007, p.78)

Já a instancia de recepção segundo Charaudeau (2007), é portadora de um conjunto de valores “ético-sociais” e “afetivo-sociais”. Sendo assim, pode ser abordada como “alvo intelectual” ou como “alvo afetivo”. O “alvo intelectual” é capaz de avaliar seu interesse em relação ao que lhe é proposto, em relação à credibilidade do informante e a sua própria capacidade de compreender a informação. É o alvo que tem capacidade de pensar. O interesse do sujeito-alvo por uma informação se deve, normalmente, à utilidade que tal informação pode ter em sua vida, seja em relação à vida política e econômica do país, em relação à vida social (lazer, esportes, religião etc.), ou em relação ao seu cotidiano (lista de serviços, anúncios, previsões meteorológicas, informações de trânsito etc.), ou ainda para que ele ocupe uma certa posição social por ter um conhecimento que o outro ignora.

A capacidade do sujeito-alvo de compreender uma informação, dependerá da simplicidade e da clareza com a qual o discurso é construído, o que dependerá do aspecto social, econômico e cultural dos sujeitos a quem a mídia se dirige e do suporte midiático utilizado (televisão, imprensa, rádio). O “alvo afetivo”, por sua vez, não faz avaliações de modo racional, mas de modo inconsciente por meio das emoções. Assim, a instância midiática construirá hipóteses sobre o que é mais apropriado para tocar a afetividade do sujeito-alvo, baseando-se em certas representações,

pois a opinião pública origina-se da interação entre o alvo intelectual e o afetivo.

5. A Responsabilidade Enunciativa

Este trabalho se subsidia teoricamente, também, em ADAM (2008) e suas noções de responsabilidade enunciativa ou pontos de vista. Adam (2008) estabelece que a representação discursiva é a representação de um ponto de vista, a partir de relações estabelecidas entre enunciados na atividade enunciativa. Assim, ações relatadas são ligadas por pontos de vista, frequentemente marcados por introdutórios. Esses introdutórios marcam zonas do texto sob a dependência de uma fonte de saber ou de percepção e os enunciados nem sempre são assumidos pelo locutor-narrador.

Adam (2008) acredita que “toda proposição-enunciado compreende dimensões complementares às quais se acrescenta o fato de que não existe enunciado isolado: mesmo aparecendo isolado, um enunciado elementar liga-se a um ou a vários outros e/ou convoca um ou vários outros em resposta ou como simples continuação”; Nesse âmbito, a dimensão enunciativa se encarrega da representação de um conteúdo referencial, dando-lhe certa potencialidade argumentativa que lhe confere uma força ou valor ilocucionário. Assim, para o autor, o valor descritivo de um enunciado é assumido na relação com o valor argumentativo desse enunciado e o sentido do enunciado está ligado a um dizer, a uma atividade enunciativa reconstruída por meio da reconstrução do texto.

Para Adam (2008), o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua. Ele enumera as grandes categorias, sem detalhá-las, mas expandindo a descrição do que Benveniste (1974, p. 79-88) chamava de “aparelho formal de enunciação”. Essas categorias são: os índices de pessoas; os dêiticos espaciais e temporais; os tempos verbais; as modalidades; os diferentes tipos de representação da fala; as indicações de quadros mediadores; os fenômenos de modalização autonímica e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados.

A responsabilidade enunciativa de uma proposição pode ser marcada em Adam (2008 p. 117-120) por categorias chamadas de “aparelho formal de enunciação”. Essas categorias são organizadas da seguinte forma:

ESQUEMA 1

Adam (2008, p. 117-118) define como categorias de análise para delimitar uma Responsabilidade Enunciativa – **RE**, uma fonte de **PdV**, um Enunciador – **E**.

Entre as categorias enunciativas descritas no quadro serão utilizadas para análise os índices de pessoas, os dêiticos espaciais e temporais, os tempos verbais e as indicações dos quadros mediadores que marcam o grau de responsabilidade enunciativa do autor(es) dos textos.

Os índices de pessoas	Os pronomes pessoais e os possessivos marcadores de pessoa (meu, teu, vosso, seu).
Os dêiticos espaciais e temporais	Compreendem uma referência absoluta (precisa vaga) ou uma referência ao contexto (anafórica) ou uma referência relativa ao contexto (situacional). Englobando elementos que fazem referência a situação na qual o enunciado é produzido: advérbios (ontem, amanhã), grupos nominais (<i>esta manhã</i>), grupos preposicionais (em dez segundos), certos pronomes (pensa em <i>mim</i>), certos determinantes (<i>minha</i> chegada).
Os tempos verbais	Correspondem a diferentes tipos de localização relativamente à posição do enunciador e repartem-se em diversos planos de enunciações. (oposições constatadas anteriormente entre o presente e o futuro do pretérito ou entre o presente de verdade generalizada e o par pretérito imperfeito-pretérito perfeito).
As modalidades	Modalidades sintático-semânticas maiores (téticas: asserção e negação; hipotéticas: real e ou ficcional; hipertéticas: exclamação). Modalidades objetivas (<i>dever, ser preciso</i>), intersubjetivas (<i>imperativo, pergunta, dever</i>), subjetivas (<i>querer, pensar</i>). Verbos de opinião, advérbios de opinião; lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos. Três tipos de unidades gramaticais entram nessa categoria textual: o advérbio, o grupo preposicional, a proposição subordinada. Enquanto os modalizadores de enunciação incidem sobre o dizer, os modalizadores de enunciado incidem sobre o dito.
Os diferentes tipos de representação da fala das pessoas ou dos personagens	Gera tensão de uma continuidade enunciativa da narração e rupturas que toda fala introduz. A descontinuidade é marcada pelo discurso direto e não marcada pelo discurso direto livre, e atenuada pelo discurso indireto e do discurso narrativizado. O discurso indireto livre introduz uma representação mais complexa da fala.
As indicações de quadros mediadores	Marcadores como <i>segundo, de acordo, com e para</i> ; modalização por um tempo verbal como o futuro do pretérito. Escolha de um verbo de atribuição de fala como <i>afirmam, parece</i> ; reformulações do tipo (<i>é de fato, na verdade</i> ; oposição do tipo: <i>alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos (dizemos) que Y etc.</i>
As indicações de um suporte de percepção e de	Efeitos de ponto de vista que repousam numa focalização perceptiva (<i>ver, ouvir sentir...</i>) ou numa focalização cognitiva (<i>sa-</i>

pensamento relatado	ber ou o pensamento representado).
Os fenômenos de modalização autonímica	Enunciação marcada por aspas ou itálico.

Quadro das Categorias Enunciativas conforme Adam (2008, p.117- 120).

6. Corpus da pesquisa

Nosso corpus constitui-se de dez reportagens mais relevantes e com dados mais claros para análise. Neste artigo apresentamos o texto retirado de um exemplar do *Jornal Bem Estar* de junho de 2014.

BEM-ESTAR • Nº 75 • Junho 2014 • 4

Fique Alerta

CIGARROS MAIS VICIANTES AINDA!

ESTUDOS MOSTRAM OS SOFISTICADOS ARTIFÍCIOS DA INDÚSTRIA DO TABACO.

Se você ainda é fumante, saiba que o nível de nicotina dos cigarros atuais é o mesmo, mas artifícios vêm sendo usados para levar mais da substância aos pulmões. Assim, os cigarros atuais aumentam as chances de câncer de pulmão, DPOC e outras doenças, além de serem mais viciantes, apontam dois novos estudos americanos.

Um destes é do "Office of the Surgeon General", órgão do governo americano, que concluiu que os cigarros de hoje são mais viciantes do que os das décadas anteriores. Não porque tenham mais nicotina, mas porque o seu design vem sendo aperfeiçoado com o objetivo de levar mais da substância aos pulmões. A nicotina é o principal agente do cigarro e é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma droga psicoativa que causa dependência. Ao ser inalada, chega em poucos segundos ao cérebro e age no sistema nervoso central.

O relatório se baseou em documentos da indústria. As táticas incluem projetar filtros e papéis para maximizar a ingestão de nicotina, além de adicionar produtos químicos, como a amônia, para aumentar a potência da substância inalada. Cigarros com amônia, liberam mais nicotina.

Outro estudo, da Universidade de Massachusetts, analisou marcas vendidas nos Estados Unidos entre 1998 e 2012. Ele mostrou que embora a quantidade de nicotina tenha se estabilizado neste período, a capacidade do cigarro de levar a substância aos pulmões do fumante aumentou em até 15%. Os cigarros "aperfeiçoados" pela indústria têm o objetivo de provocar mais vício e, consequentemente, mais lucros, às custas da saúde do consumidor. "O investimento que se faz na tecnologia do produto é muito grande e ocorre há muito tempo. O cigarro parece apenas uma porção de tabaco enrolado em papel, mas é mais sofisticado do que uma Ferrari", comenta Paula Johns, diretora-executiva da ONG 'Aliança de Controle do Tabagismo'.

Segundo Paula, "não existe um cigarro menos perigoso". Ela cita estatísticas de que nove em cada dez pessoas que fumam se tornam dependentes, o maior índice de vício entre todas as drogas.

Bom, você já sabe de todos os malefícios e das más intenções desta indústria. Então esforce-se e abandone o que te prejudica tanto.

PREMAL ZACHARZEWBUSTOCK/PIRE

Jornal Bem Estar: <http://www.jornalbemestar.com.br>

O quadro abaixo apresenta, de modo a tornar mais claro ao leitor, as informações marcadas nas zonas textuais em que o autor assume a responsabilidade enunciativa, coloca a responsabilidade na dependência de uma fonte do saber (mediação epistêmica) ou de percepção (mediação perceptiva). Denominamos de locutor narrador enunciativo aquele que assume a responsabilidade enunciativa pelo que é dito; locutor narrador, aquele que apenas narra os fatos, sem se envolver com eles; mediação

epistêmica, quando há dependência de uma fonte de saber e mediação perceptiva, quando o produtor da reportagem se vale de algo do senso-comum para expressar um ponto de vista.

ESQUEMA 2

Ordem	Categorias	Marcas linguísticas utilizadas no texto analisado
01	Índices de pessoas	“você”, - 2º e 6º parágrafos “ele” 4ª parágrafo “ela” – 5º parágrafo “te” 6º parágrafo
02	Dêiticos espaciais e temporais	Organizadores textuais temporais · “De hoje”- 2º parágrafo · “décadas passadas” – 2º parágrafo · “Em poucos segundos” –2º parágrafo · “há muito tempo” – 4º parágrafo
03	Modalidades	· Lexemas avaliativos e uso de aspas : A frase “Não existe um cigarro menos perigoso” – 5º parágrafo “aperfeiçoados” sentido negativo – entre aspas Asserção : “Cigarros atuais aumentam a chance de câncer no pulmão” 1º parágrafo
04	Indicação de quadro Mediador	Indicação de quadro mediador: “estudos apontam” – “outro estudo” “Segundo...”

Análise textual pela autora

7. Considerações finais

Os contratos de comunicação não seriam, no entanto, apenas formas gerais e socialmente compartilhadas de se tipificar os vários atos de linguagem. Diferentemente disso, a concepção de Charaudeau é a de que todo intercâmbio linguageiro se organiza concretamente na forma de um contrato de comunicação. Para que esse contrato se estabeleça, é necessário, antes de mais nada, que o sujeito comunicante tenha seu direito de fala reconhecido pelo sujeito interpretante, ou seja, que ele seja considerado um sujeito normal, não alienado, alguém digno de ser escutado.

Esse reconhecimento é conquistado pelo sujeito comunicante na medida em que ele consegue apresentar sua identidade, o tema de sua fala e sua motivação para falar de uma forma que possa ser considerada

pertinente – no sentido de adequada em relação às representações que o sujeito destinatário faz do mundo – e legítima – no sentido de que o tema e a motivação de sua fala são vistos como adequados em relação a sua identidade individual e coletiva.

Charaudeau (1996, p. 26) define três condições que fundamentam o direito à fala: o reconhecimento do saber, do poder e do saber fazer. Em primeiro lugar, o sujeito comunicante precisa demonstrar que seu discurso refere-se, apropriadamente, a um conjunto de significados ou representações aceitos de uma forma supostamente consensual pelos membros da comunidade da qual faz parte o sujeito destinatário. Em outras palavras, as referências, os saberes utilizados pelo sujeito comunicante precisam ser conhecidos e, então, reconhecidos pelo sujeito interpretante para que o sentido do seu discurso possa ser compreendido e avaliado.

Em segundo lugar, o sujeito comunicante precisa se fazer reconhecer como possuindo determinadas identidades sociais que o legitimam para proferir o discurso em questão. Charaudeau salienta que o grau de legitimidade ou autoridade conferido ao sujeito comunicante depende da maior ou menor adequação que se estabeleça entre sua identidade e status social e o papel linguageiro que ele pretenda desempenhar.

Quanto à responsabilidade enunciativa percebemos através das marcas as zonas textuais em que o autor assume a responsabilidade enunciativa, coloca a responsabilidade na dependência de uma fonte do saber (mediação epistêmica) ou de percepção (mediação perceptiva). Denominamos de locutor narrador enunciador aquele que assume a responsabilidade enunciativa pelo que é dito; locutor narrador, aquele que apenas narra os fatos, sem se envolver com eles; mediação epistêmica, quando há dependência de uma fonte de saber e mediação perceptiva, quando o produtor da reportagem se vale de algo do senso-comum para expressar um ponto de vista.

A partir das análises, pode-se perceber que a maior parte dos jornalistas e produtores de reportagens isenta-se da responsabilidade enunciativa, assim como é pedido pelo gênero textual reportagem. Eles remetem os pontos de vistas ali divulgados às fontes do saber, creditando a voz a outras pessoas. Porém, algumas vezes, é possível perceber no texto o ponto de vista de quem a publicou. Elas trazem, em alguns momentos, formas de dizer próprias de cada jornalista, mostrando que, querendo ou

não, algumas vezes eles se envolvem com o fato que relatam, assumindo, dessa forma, a responsabilidade enunciativa pelo que é dito.

É um texto informativo que visa levar o leitor a se conscientizar sobre o que as indústrias do tabagismo estão fazendo para aumentar a dependência no cigarro e faz um alerta sobre isso, mas não apresenta de forma clara qual a fonte da informação e em qual lugar o leitor poderá encontrá-la. Outro ponto interessante na análise, como já foi dito antes, é que os produtores mantêm-se inteiramente neutros em relação ao que está sendo relatado, fazendo uso, no texto inteiro, da mediação epistêmica (dependência a uma fonte do saber).

O fator que interfere na credibilidade e desconstrói a ideia de ser um texto que divulga ciência é quanto a legitimidade da fonte de informação. Se pesquisar pelos nomes dos autores citados não encontrará na mídia alguma referência sobre os mesmos. Isso pode levar a dedução de ser um texto traduzido e apropriação da informação para despertar o interesse do leitor para promoção do jornal tendo em vista a divulgação e venda de produtos e serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Trad.: Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad.: Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

JORNAL Bem Estar. Disponível em:

<<http://www.jornalbemestar.com.br>>. Acesso em: 21-08-2014.

O FENÔMENO DA RECATEGORIZAÇÃO EM POSTAGENS DO FACEBOOK

Francisco Romário Paz Carvalho (UESPI)

f.mariopc@yahoo.com.br

Silvana Maria Calixto de Lima (UESPI)

RESUMO

Este trabalho se inscreve no quadro teórico da linguística de texto, especificamente trata do fenômeno da recategorização no processo de referenciação e procura analisar a ocorrência de recategorizações em postagens do *facebook*. Dessa forma, procuramos demonstrar que tais ocorrências são responsáveis pelo efeito cômico das postagens. Destacamos casos de recategorizações metafóricas, ou seja, de recategorizações licenciadas por metáforas e nesses casos específicos argumentamos em favor das hipóteses elencadas por Lima (2003; 2009) que versam em prol de uma interface entre a linguística de texto e a linguística cognitiva para explicar em um maior nível de descrição o fenômeno da recategorização. Pautamo-nos teoricamente nas discussões sobre recategorização lexical suscitada por Apothélos e Reichler-Béguelin (1995) e no conceito de recategorização metafórica postulado por Lima (2003; 2009). Além disso, para contextualizar nossa pesquisa, dialogaremos com os pressupostos teóricos que adotam a referenciação como objeto de estudo a exemplo de Cavalcante (2003, 2013), Ciulla e Silva (2008), Mondada e Dubois (1995), dentre outros. Os resultados revelam que a recategorização é responsável pelo efeito humorístico nas postagens e o reconhecimento de tal fenômeno linguístico proporciona a construção de sentido.

Palavras-chave: Recategorização. Referenciação. *Facebook*.

1. Introdução

O ato de referir tem despertado a atenção de diversas áreas, a linguística, filosofia da linguagem, semiótica, psicologia cognitiva, cada uma aborda a referência ancoradas em uma teoria. Nos estudos sobre a referência, Silva (2013) destaca que prevalece duas tendências: de um lado, temos os estudiosos que defendem a ideia segundo a qual a língua não é um "sistema de etiquetas" que tem por função ajustar-se aos objetos, ou seja, não há uma relação direta entre as palavras e o mundo, melhor dizendo, as palavras não possuem um sentido que lhes é imanente.

Do outro lado da moeda, destacam-se os estudiosos que defendem o pressuposto de que a linguagem tem por função descrever e representar a realidade e que as palavras possuem sentido preciso.

Os estudos em linguística textual assumem a primeira tendência, abordando a referência numa perspectiva não-extensional, que considera os referentes (objetos de discurso) não como dados *a priori*, mas construídos *no* e *pelo* discurso. A segunda tendência, como descrita acima, é tida como uma concepção clássica da abordagem da referência por restringir-se a uma visão representacionalista da língua. Tal perspectiva “nem de longe alcança a plasticidade da língua na perspectiva hoje abarcada pela linguística textual” (FELTES; LIMA, 2013, p. 31).

Neste estudo, assumimos que todo referente é evolutivo, de vez que seu estatuto informacional está sempre se modificando na memória discursiva dos interlocutores (CAVALCANTE, 2004). Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) descrevem a recategorização como um recurso referencial em que uma entidade já introduzida no universo do discurso sofre transformações que são perceptíveis pelo emprego de expressões referenciais renomeadoras, ou seja, são constantemente recategorizadas.

A proposta empreendida pelos referidos autores não está isenta de críticas (LIMA, 2009). Pensando nisso, nosso objetivo, neste artigo é investigar como se dá o fenômeno de recategorização em postagens do *facebook*. Dessa forma, procuramos demonstrar que tais ocorrências são responsáveis pelo efeito cômico das postagens. Para tanto, analisamos um corpus constituído por onze postagens nas quais esse tipo de ocorrência se faz presente.

A pesquisa encontra-se metodologicamente estruturada em três momentos: um primeiro em que apresentamos a visão pioneira nos estudos sobre a recategorização lexical proposta por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995); um segundo momento, em que apresentamos os postulados da recategorização metafórica (LIMA, 2003; 2009); um terceiro momento, em que procedemos a seleção e análise qualitativa dos dados.

2. A visão pioneira da recategorização

O pontapé inicial no estudo da recategorização foi dado por Denis Apothéloz e M. J. Béguelin. Em 1995, no artigo intitulado “*Construction de la référence et stratégies de désignatio*”, os autores adotam a concepção de referência não extensional ou *referenciação*, nas palavras de

Mondada e Dubois (1995). Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) conceituam a recategorização lexical como o processo pelo qual os "falantes designam os referentes, durante a construção do discurso, selecionando a expressão referencial mais adequada a seus propósitos" (LIMA, 2003, p. 59). Para eles, a recategorização é, pois, uma estratégia de designação em que os referentes (objetos de discurso) podem ser reapresentados/remodulados a partir do momento da enunciação. Dessa maneira, um falante pode, na designação de um referente, deixar de lado a sua denominação-padrão e dependendo das suas necessidades comunicativas fazer adequações à expressão por um processo de recategorização lexical.

O trabalho desenvolvido pelos autores propõe uma sistematização do fenômeno da recategorização lexical a partir do tipo de manifestação das expressões anafóricas⁶³. Segundo eles, as expressões anafóricas não possuem apenas valor referencial, assim sendo, as anáforas podem apontar tanto para um objeto de discurso, como também pode modificá-lo. Em outras palavras, essas expressões sofrem constantes recategorizações.

Na proposta de classificação, os autores franco-suíços advertem sobre a existência de três níveis de ocorrência das recategorizações lexicais, são elas:

- a) quando há uma transformação do objeto de discurso no momento da designação anafórica;
- b) quando a expressão anafórica não leva em conta os atributos do objeto predicado anteriormente;
- c) quando a expressão referencial anafórica homologa os atributos do objeto explicitamente predicados.⁶⁴

O primeiro nível, refere-se a casos de recategorizações em que os referentes sofrem uma transformação operada pelo anafórico sem que haja a retomada de nenhum atributo expresso anteriormente e "sem que se

⁶³ É evidente, como já salientamos, que os autores trabalham com um conceito de anáfora que se enquadra numa visão não intensional da referência. Ver mais sobre esse conceito de anáfora redimensionado em Ciulla (2002).

⁶⁴ É importante salientar que, no trabalho desenvolvido por Cavalcante (2000), a autora analisando esses três níveis, sugere que sejam reduzidos em apenas dois. Segundo ela, "Melhor seria dispor o primeiro item como oposto aos dois últimos, pois, enquanto em *a*, o anafórico mesmo empreende a transformação, nos outros dois a recategorização já se processou, e a expressão referencial apenas a revela, sob duas condições: ou não considerando os atributos do referente (como em *b*), ou levando-os em conta (como em *c*)" (CAVALCANTE, 2000, p. 150).

estabeleça nenhuma relação com as modificações que possam ter sido por eles sofridas" (LIMA, 2009, p. 31). É o que ocorre no exemplo (1) abaixo, apresentado pelos autores, em que o referente *ele* (motorista) é recategorizado como *este recidivista*, mas não há nenhuma informação fornecida anteriormente que nos comprove que a ação do motorista era reincidente.

- (1) [Artigo relatando o julgamento de um motorista responsável por um acidente] Ele reconhece ter rodado bêbado (...) O tribunal de correção infligiu ontem uma pena de reclusão a *este recidivista*. (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 247, *apud* LIMA, 2009, p. 31)

Nesse exemplo, a expressão referencial *este recidivista* além de representar a referência propriamente dita, exercendo a função de anafórico, fornece uma informação nova, por meio da recategorização lexical do referente *ele*. Para Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) as recategorizações operadas pelo anafórico podem ser: *explícita*, *implícita* ou *por modificação na extensão do objeto denotado*.

A recategorização lexical explícita consiste, numa predicação de atributo sobre um objeto de discurso. O exemplo (1) acima, relata um caso típico dessa ocorrência de recategorização. Segundo os autores, as recategorizações lexicais explícitas podem exercer diversas funções discursivas, a saber⁶⁵: a de *argumentação*, a de *denominação reportada*, *aspectualização* e a de *sobremarcação da estrutura discursiva*.⁶⁶

A recategorização lexical implícita, segundo os autores, é manifestada exclusivamente pelo uso de pronomes e se "verifica quando o gênero gramatical do pronome anafórico não coincide com o modo como o antecedente foi apresentado no discurso" (CAVALCANTE, 2004, p. 02), esse tipo de recategorização muito se assemelha ao que a gramática tradicional trata como casos de silepse de gênero. O exemplo (2) abaixo ilustra bem esse tipo de recategorização:

- (2) (Depois de uma informação sobre a hospitalização de Madre Teresa) O prêmio Nobel da paz deverá voltar para a casa *dela* este fim de semana. (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 254 *apud* LIMA, 2003, p. 61)

Percebemos no exemplo (2) acima, que há uma recategorização

⁶⁵ Por economia não faremos uma análise minuciosa dessas funções.

⁶⁶ Segundo Tavares (2003) todos esses subtipos desempenham uma função tipicamente argumentativa, não se fazendo necessário uma subdivisão de "função argumentativa".

lexical implícita⁶⁷ da expressão “O prêmio Nobel da paz”, marcada pelo pronome *ela* (*dela*) e nesse caso, no dizer de Lima (2003) o gênero gramatical é evitado para não causar estranheza, em face da não correspondência entre o gênero gramatical e o gênero natural.

Segundo Lima (2009) na visão de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) as recategorizações por modificação na extensão do objeto denotado, nem sempre implicam uma recategorização lexical, deixando mais ou menos intacta a categorização lexical. Essas transformações, no dizer dos autores, podem ser por “Abandono de determinações; passagem para um nível metalinguístico; metonimização; fragmentação do objeto de discurso; e fusão de objetos de discurso”⁶⁸.

Retornando ao nível de ocorrência das recategorizações lexicais, a segunda situação descrita pelos autores, “quando a expressão anafórica não leva em conta os atributos do objeto predicado anteriormente”, versa sobre casos em que o objeto de discurso é recategorizado por meio de uma predicação, porém o anafórico não expressa essas modificações. À guisa de ilustração, o exemplo (3) retrata bem esse nível de ocorrência, em que o referente *a ostra*, de designação feminina, é recategorizado como “um mundo obstinadamente fechado”, atributo masculino. Em seguida, o mesmo referente (*a ostra*) é retomado por dois anafóricos de designação feminina, desprezando, pois, a recategorização anteriormente lexicalizada.

- (3) A ostra, da grossura de um calhau médio, é de uma aparência muito enrugada (...). É um mundo obstinadamente fechado. Mas pode-se abri-la; é preciso tê-la no oco de um esfregão. (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 261, *apud* LIMA, 2009, p. 31)

Por fim, o último nível, apresentado por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), versa sobre os de casos recategorização em que “um anafórico ulterior homologa as diversas transformações sofridas pelo objeto de discurso, sendo essas transformações decorrentes da predicação de um ou mais atributos” (LIMA, 2009, p. 31). O clássico exemplo (4) de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), retrata bem esse último nível, vejamos:

⁶⁷ Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) advertem que as recategorizações lexicais implícitas podem ser usadas com diferentes funções, são elas: i) Redução de uma ambiguidade referencial; ii) motivação de gênero gramatical; e iii) indicação de uma conotação particular.

⁶⁸ Ver uma análise mais detalhada em Lima (2009).

- (4) Um rapaz suspeito de ter desviado uma linha telefônica foi interrogado há alguns dias pela polícia de Paris. Ele havia 'utilizado' a linha de seus vizinhos para fazer ligações para os Estados Unidos em um montante de aproximadamente 50000 francos. *O tagarela...* (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 262, *apud* LIMA, 2011, p. 178)

Percebemos no exemplo (4) acima que, a expressão *o tagarela* possui uma dupla função: o termo tanto representa a referência propriamente dita como recategoriza o referente “um rapaz”. Essa recategorização também fornece uma informação nova, carregando consigo o julgamento do interlocutor acerca do ato cometido (desvio e uso abusivo da linha telefônica dos vizinhos). Conforme Lima (2009) o lexema *tagarela* homologa as informações recentes veiculadas a propósito do objeto de discurso recategorizado, mas como bem ressalva a autora, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) deixam a desejar em sua proposta de classificação, talvez, segundo ela, pela concepção reducionista assumida pelos autores, encarando o fenômeno numa visão textual-discursiva. Dessa forma, os autores colocam em escanteio elementos que se encontram subjacentes a materialidade textual.

Acreditamos que encarar o fenômeno da recategorização sob uma perspectiva textual-discursiva, não alcança toda a sua complexidade, devendo-se, pois, segundo adverte Lima (2003, 2009, 2013), levar em consideração aspectos cognitivos que lhes são inerentes. Seguindo os pressupostos teóricos da autora, assumimos em nosso estudo uma visão mais ampla do fenômeno da recategorização, de forma particular, nos chama atenção na análise de nosso corpus, casos de recategorizações metafóricas, tema que será discutido na seção seguinte.

3. *As recategorizações metafóricas: algumas considerações sobre o fenômeno*

Antes de navegarmos nas ondas da recategorização metafórica é importante ressaltarmos que, embora julgamos necessário uma visão mais ampla desse fenômeno, tal posicionamento não implica encarar a classificação proposta por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) como algo de natureza supérflua, ao passo que a classificação desenvolvida pelos referidos autores tem servido de norte para vários estudos.

Segundo a proposta dos autores, a metáfora está incluída dentro da *argumentação*, um dos subtipos da recategorização lexical explícita. Na visão deles, ao realizar uma recategorização com um propósito argumentativo, a expressão recategorizadora pode ser licenciada por uma me-

táfora. Entretanto, no dizer de Lima (2003) o que faltou aos autores foi a percepção de que as recategorizações metafóricas podem ocorrer de forma implícita. Isso não significa a negação por parte dos autores de casos de recategorizações implícitas, porém como esclarecemos no item acima, esse tipo de ocorrência fica restrito a recategorizações seguidas de pronominalizações, o que na gramática tradicional conhecemos como casos de silepses. Veremos mais adiante, que o que se apresenta como novo em relação a classificação dos autores franco-suíços, é a ocorrência de recategorizações perceptíveis exclusivamente num nível cognitivo.

Como dito antes, muito embora a proposta adotada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) seja a pioneira em tentar uma sistematização para o fenômeno da recategorização "a mesma não está isenta de críticas" (LIMA, 2003, p. 60). A autora mesmo reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido pelos autores, adverte que ao tratar do fenômeno apenas numa perspectiva textual-discursiva, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) acabam por focalizar apenas os aspectos textuais desse processo, esquecendo-se os de ordem cognitiva que estão imbricados no fenômeno. Lima (2009) pontua:

Para nós, esse processo é muito mais amplo que o quadro apresentado na proposta de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), sendo que o próprio termo "Recategorização lexical" já é, em certa medida, reducionista, ao apontar somente para a dimensão textual do fenômeno. Dessa forma, na concepção dos autores, seria impróprio pensar em ocorrências de recategorizações ancoradas em referentes construídos ou inferidos fora da materialidade textual. Partimos, porém, do pressuposto de que o processo de recategorização não necessariamente se homologa por uma relação explícita entre um item lexical e uma expressão recategorizadora na superfície textual, estando a sua (re)construção, em maior ou menor grau, sempre condicionada pela ativação de elementos inferidos do plano contextual[...] (LIMA, 2009, p. 40)

Em Lima (2003; 2009) e Feltes e Lima (2013), a autora vem propondo um conceito mais amplo do fenômeno. No exemplo (5) a seguir, Lima (2003) retira a prova dos nove, argumentando que a recategorização do referente "sogra como bruxa" não se homologa explicitamente no cotexto, mas segundo ela, pode ser (re)construída pelas pistas co(n)textuais, que evocam principalmente, o conhecimento de mundo compartilhado de que bruxas voam sobre vassouras.

- (5) Um amigo conta pro outro:
– Minha sogra caiu do céu!
– Ela é maneira assim mesmo?
– Não, a vassoura quebrou quando ela voava sobre minha casa. (LIMA, 2003, p. 111)

O mesmo acontece em (6), onde evidenciamos a recategorização metafórica do referente "professora como vaca". Reiteramos que a percepção da recategorização só é possível graças ao nosso conhecimento compartilhado de que professores passam atividades para casa. Observa-se, nesse exemplo que a comicidade é desencadeada a partir da metáfora "PESSOAS SÃO ANIMAIS IRRACIONAIS", nesse caso específico, temos uma anáfora direta correferencial, recategorizadora por metáfora em que o referente Joãozinho retoma por um processo de recategorização lexical implícita o referente professora (Pra nos passar dever de casa) e não o referente vaca como se esperava. A quebra de expectativa é que é responsável pela comicidade.

(6) Na escola a professora falava dos animais, ela pergunta:

- Para que serve a ovelha, Marcinha?
- Pra nos dar a lã, fessora.
- E para que serve a galinha, Marquinhos?
- Pra nos dar ovos, professora.

E ela pergunta pro Joãozinho:

- E para que serve a vaca, Joãozinho?
- Pra nos passar dever de casa.

(Disponível em: <http://www.piadasnet.com/piada890joaozinho.htm>)

Na ótica de Lima (2003) há dois tipos de recategorizações metafórica:

- i) Recategorização metafórica manifestada lexicalmente;
- ii) Recategorização metafórica não manifestada lexicalmente.

O primeiro diz respeito a retomada de um referente em que o item lexical recategorizador está materializado na superfície textual, não sendo difícil a reconstrução desse referente, vejamos o exemplo (7) a seguir:

(7) Conversa de bar. Um cara pergunta pro outro:

- Quem é melhor pra ter como esposa: uma mulher feia mas fiel, ou bonita mas puta?
- Melhor comer bolo em grupo do que merda sozinho. (LIMA, 2003, p. 120)

Percebemos no exemplo acima que, a expressão "mulher bonita" é recategorizada metaforicamente como "bolo" e "mulher feia" é recategorizada como "merda". Nesse caso, a recategorização manifestada lexicalmente corrobora para a compreensão imediata da piada, poupando do leitor maiores esforços para a produção de sentidos. Esse primeiro tipo não apresenta, "maiores dificuldades em termos de ajustes em relação à classificação de Apothélos e Reichler-Béguelin (1995)". (LIMA, 2003, p. 34)

O segundo tipo diz respeito aos casos em que a expressão recategorizadora não aparece explicitamente na superfície textual, ficando, segundo Lima (2009), a sua (re)construção na dependência das inferências geradas a partir das pistas co(n)textuais, o exemplo em (5) retrata bem esse tipo de recategorização, ao passo que a recategorização metafórica transborda o nível da materialidade textual. Para uma melhor exemplificação vejamos o exemplo (8) a seguir:

- (8) Um antropólogo vai visitar uma aldeia no meio da floresta amazônica.
– Como você chegou até aqui? _ pergunta-lhe uma índia, curiosa.
– Eu vim de helicóptero!
– Helicóptero?! O que é isso?
Ele tenta explicar de uma maneira bem simples:
– É um negócio que levanta sozinho...
– Ah! Eu sei... meu marido tem um helicóptero enorme. (LIMA, 2003, p. 115)

No exemplo (7) acima, ocorre a recategorização metafórica de "helicóptero como genitália masculina". Diante do exposto, é possível registrarmos que há ocorrência de recategorizações que se processam unicamente num nível cognitivo, não deixando transparecer nenhuma marca lexical explícita homologada na superfície textual. Conforme vem defendendo Lima (2003; 2009) para uma melhor explicação do processo de recategorização é indispensável um intercâmbio entre a linguística de texto e a linguística cognitiva, segundo ela, a inserção do nível cognitivo permite um maior poder descritivo e explanatório desse fenômeno. Nos exemplos (5) e (7) o reconhecimento da recategorização de "sogra como bruxa" e "helicóptero como órgão genital masculino" só é possível graças a essa interface.

Frente as considerações feitas até aqui, que apontam para a necessidade de um (re)dimensionamento da concepção de recategorização, compreendemos, que esse fenômeno linguístico se caracteriza, conforme versa Lima (2009):

- i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrapolações interpretativas; iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processo inferenciais. (LIMA, 2009, p. 56)

Após essa argamassa de conceitos, passemos agora para a análise da ocorrência de recategorizações em postagens do *facebook*, conforme o

objetivo proposto para este estudo, demonstrarmos que tais ocorrências são responsáveis pelo efeito humorístico nas postagens.

4. *Análise dos dados*

Antes de mais nada, é necessário caracterizar o *corpus* da pesquisa. Os avanços tecnológicos proporcionaram a criação de diferentes mecanismos de comunicação, dentre eles as redes sociais figuram como febre entre as pessoas de todo o mundo. O *facebook* é uma das redes sociais que mais possui adeptos, pela vantagem de se fazer novas amizades, ter acesso a outras culturas e é claro, comunicar-se com mais agilidade.

Nosso *corpus* é constituído por postagens selecionadas em diferentes perfis⁶⁹. A seguir, apresentamos as recategorizações que são mais frequentes, chamando atenção para os casos de recategorização metafórica. Inicialmente, para uma melhor compreensão do fenômeno, colocamos em evidência casos de recategorizações lexicais.

Texto I:

Mônica M.

Na escola me dou superbém com minhas amigas. As demais alunas nem dou muita importância [...] tem uma tal de Jéssica [...] *a rapariga* enche o saco.

Como podemos notar, as redes sociais em especial o facebook funciona como uma forma de diário para os internautas. Cada usuário coloca em suas postagens o seu dia-a-dia, demonstrando sempre amor, companheirismo ou o lado extremo, repulsa, raiva, como é o caso do

Texto I.

Na postagem acima temos a recategorização lexical do referente Jéssica como “a rapariga”. O caso acima é um típico exemplo de recategorização lexical por meio de anáfora direta correferencial. A (re)construção do referente Jéssica se dá por meio de uma expressão nominal precedida de artigo definido “a rapariga”.

⁶⁹ Visando preservar a identidade dos perfis analisados iremos colocar apenas o primeiro nome seguido da letra inicial do sobrenome.

Texto II:

Éric M.

Allyson M. vê se aparece láh em casa hj. Viu cabeçaço [...]

Com o advento das redes sociais, as relações pessoais se modificaram bastante. No cotidiano, não precisamos mais enviar os famosos SMS para a pessoa aparecer, basta deixar uma mensagem no facebook, ou então, “chamar no whatsapp”. Na postagem acima temos a marcação do referente “Allysson M.” e em seguida esse mesmo referente é recategorizado por meio da expressão nominal “cabeçaço”. Assim como no **Texto I**, o **Texto II** é um típico exemplo de anáfora direta correferencial.

Passemos, agora, para a análise dos casos de recategorizações metafóricas. Como visto nos exemplos acima, tivemos casos de recategorizações em que tínhamos a introdução do referente e esse referente era recategorizado por meio de uma expressão referencial que retomava sem muito esforço de compreensão esse objeto de discurso. Vejamos agora os exemplos abaixo.

Texto III:

Irmã Z.

Flagrei minha vizinha Jaciara macumbeira roubando goiaba no meu quintal, já estava farta dessa *demônia* furtando minhas frutas ungidas.

Bem na hora que ela tava enchendo o balde, fui lá e dei uma vuadora gospel de dois pé na *cara da quenga*. Quando noé colocou os animais na arca esqueceu *essa piranha* na minha rua. Misericórdia!

Texto IV:

Irmã Z.

A piriguete tranca todas as fotos do instagram, mas não tranca a *piriquita*. Só digo uma coisa. Deus tá vendo!

Note-se que, no **Texto III**, o referente Jaciara Macumbeira é recategorizado metaforicamente como “demônia” e como “piranha”, seguida da recategorização lexical “quenga”, que retoma o referente por meio de uma Anáfora Direta Correferencial. As recategorizações metafóricas “demônia” e “piranha” são precedidas de termo demonstrativo “dessa demônia” e “essa piranha”, também, licenciadas, respectivamente, pelas

metáforas: "SER HUMANO É UM ENTE IMAGINÁRIO" e "SER HUMANO É UM ANIMAL IRRACIONAL". Já no **Texto IV**, ao contrário do que ocorre no **Texto III**, não temos o referente homologado, mas o recuperamos por pistas fornecidas pelo cotexto. A expressão referencial seguida de definido "a piriquita" recategoriza o referente não materializado "órgão genital".

Os exemplos seguintes **Texto V** e **Texto VI** muito nos chamam atenção: o primeiro pelo fato de evidenciarmos primeiro a expressão recategorizadora e só depois o referente aparece explícito; e o segundo, por não termos um referente específico, muito menos uma expressão que recategoriza lexicalmente o referente, vejamos:

Texto V:

Irmã Z.

Fui depilar *minha gruta* e vi que a gillete tava quebrada, é satanás querendo que eu fique com meu órgão reprodutivo cabeludo. Tá amarrado!!

Texto VI:

Márcio V.

Vejo algumas pessoas na rua e fico me perguntando é esse aí o *espermatozóide vencedor*? Queimaaa Jeová!!

No **Texto V**, temos primeiramente a recategorização metafórica do referente "órgão genital" como "gruta" e só depois esse referente aparece na materialidade textual. Tal exemplo enquadra-se perfeitamente com a posição desenvolvida por Lima (2009) ao entender a recategorização como um processo não necessariamente linear, "estando a sua configuração mais propícia a um movimento de circularidade que passa tanto pela superfície do texto quanto pelo seu entorno sociocognitivo" (FELTES; LIMA, 2013, p. 37). Se considerarmos a expressão referencial "minha gruta" como uma introdução referencial e não como uma recategorização do referente "órgão genital" estaríamos nos desvinculando dos aspectos cognitivos inerentes ao fenômeno (LIMA, 2009), assumindo tal posição ficaríamos preso em uma abordagem textual-discursiva (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUE-LIN, 1995), ao passo que, como já comprovamos o fenômeno da recategorização vai além de uma retomada de itens lexicais, fazendo-se necessário uma abordagem cognitivo-discursiva, visando um maior poder explanatório.

Já no **Texto VI** não temos um referente específico. A postagem faz menção às pessoas feias e só reconhecemos por meio da expressão seguida de termo definido "o espermatozoide vencedor". Tal expressão tanto recategoriza como também funciona como gatilho para o humor. O cômico se dá exatamente por entendermos que na reprodução humana, apenas um espermatozoide consegue fecundar o óvulo e esse é tido como "vencedor", por driblar seus companheiros, daí a ideia de que esse deve ser bonito, forte, robusto e não "feio" como nos retrata a postagem.

Por meio da análise empreendida, detectamos que o fenômeno da recategorização se abordado numa concepção textual-discursiva não alcança um nível considerável de análise, fazendo-se necessário recorrer aos postulados da linguística cognitiva, só assim, passamos a compreender o fenômeno numa visão holística.

5. Considerações finais

Neste artigo, propusemos a análise de ocorrência de recategorização com o objetivo de verificar a hipótese de que esse fenômeno perpassa não somente uma concepção textual, mas para que se possa compreender todas as faces desse poliedro é de extrema importância um intercâmbio entre a linguística textual e a linguística cognitiva (LIMA, 2009). Dessa forma, os resultados apresentados demonstram que uma abordagem cognitivo-discursiva das recategorizações metafóricas nas postagens do facebook é muito mais produtiva do que uma abordagem restrita somente ao âmbito da superfície textual (LIMA, 2003).

Nesse entorno, chamamos particular atenção, como apresentado na análise do corpus, que a interface entre as duas áreas nos permite uma descrição dos referentes que não estão materializados no cotexto, porém pistas fornecidas na superfície do texto nos auxiliam para a evocação desses referentes. Por esse ângulo, concordamos com Feltes e Lima (2013), ao destacarem que a construção de referentes e, por conseguinte, a própria construção de sentidos, é um processo que perpassa múltiplas âncoras.

Por fim, destacamos que embora intentamos descrever como se dá fenômeno da recategorização nas postagens virtuais, há ainda muito o que se discutir sobre o mundo fascinante da recategorização, "levantamos nós, apenas, a ponta do véu" (LIMA, 2009, p. 195).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (Eds.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*: SN complexes, nominalizations, anaphores. Neuchâtel: Institute de Linguistique de l' Université de Neuchâtel, 1995. p. 227- 271.

CAVALCANTE, M. M. *Expressões indiciais em contextos de usos: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística). – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 44, p. 105-118, 2003.

_____. O processo de recategorização sob diferentes parâmetros. In: CAVALCANTE, M. M; BRITO, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e referenciação*. (CD-ROM.). Fortaleza: UFC/Protexto, 2004.

_____. *Os sentidos do texto*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CIULLA, A. *A referenciação anafórica e dêitica: com atenção especial para os dêiticos discursivos*. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística). – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FELTES, H. P. M; LIMA, S. M. C. A construção de referentes no texto/discurso: um processo de múltiplas âncoras. In: LIMA, S. M. C; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 30-58.

LIMA, S. M. C. *Recategorização metafórica e humor: trabalhando a construção de sentidos*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística). – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. *Entre os domínios da metáfora e metonímia: um estudo de processos de recategorização*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística). – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. Recategorização e modelos cognitivos idealizados: uma proposta de interface. In: COSTA, C. S. M; LIMA, M. A. F. (Orgs.). *Nas trilhas da linguagem*. Teresina: UFPI, Rio de Janeiro: Booklink, 2011.

_____; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA E SILVA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

SILVA, F. O. *Formas e funções das introduções referenciais*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

TAVARES, D. P. F. de. *Processos de recategorização: uma proposta classificatória*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística). – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

O PAPEL DA MULHER NA INSTITUIÇÃO JURÍDICA DO CASAMENTO

Adriele Rodrigues do Prado Teixeira (UnB)⁷⁰
adriele.prado@hotmail.com

RESUMO

O papel exercido pela mulher no casamento vem evoluindo. Prova dessa evolução é o status jurídico de igualdade entre homem e mulher. Eles têm os mesmos direitos e deveres no que tange a sociedade conjugal. Utilizando os pressupostos da análise crítica do discurso, de Norman Fairclough, e da teoria tridimensional do direito de Miguel Reale, o presente ensaio irá realizar uma análise do discurso jurídico em conjunto com o social, analisando principalmente o papel exercido pela mulher na atualidade.

Palavras-chave:

Casamento. Mulher. Análise crítica do discurso. Teoria tridimensional do direito.

1. Introdução

O presente ensaio irá analisar o papel exercido pela mulher dentro do casamento e principalmente como ele se configura nos dias atuais. A análise será pautada no discurso jurídico acerca do tema, e tem como objetivo final verificar a sua efetividade e representatividade.

A primeira parte desse trabalho consistirá na apresentação de uma espécie de linha do tempo das legislações acerca do casamento que vigoraram no Brasil desde a época colonial até os dias de hoje. O objetivo é demonstrar quais direitos as mulheres foram adquirindo e a que passo.

A segunda parte consistirá na apresentação do referencial teórico. Como referencial linguístico, foi escolhida a análise crítica do discurso (ACD), do linguista britânico Norman Fairclough, e como referencial ju-

⁷⁰Trabalho elaborado sob a orientação da professora Elizabete N. R. Lopes

rídico, foi escolhida a teoria tridimensional do direito de Miguel Reale. Ambas foram escolhidas pelo peso dado ao contexto social.

A terceira e última parte consistirá na análise da legislação atual bem como do discurso social acerca desse instituto, baseados nos pressupostos linguísticos e jurídicos apresentados. O objetivo desse ensaio é analisar as possíveis disparidades e congruências entre os discursos.

2. Perspectiva histórica

A instituição do casamento passou por diversas mudanças, é possível afirmar que o papel da mulher foi o que mais evoluiu. Um meio de observar esse processo é através das leis produzidas por determinada sociedade. No Brasil, vigoraram inicialmente as leis produzidas em Portugal, e foi apenas com a instituição da República que essa dependência começou a ser rompida. O presente ensaio irá inicialmente estabelecer uma linha do tempo com as principais leis acerca dos direitos e deveres da mulher num casamento (DIAS, 2013).

As Ordenações Filipinas, que vigoraram no Brasil até 1916, preconizavam a incapacidade da mulher. No que tange a relação matrimonial, ao marido era permitido aplicar castigos corporais à mulher e aos filhos; o pátrio poder era exercido de forma exclusiva pelo marido, ou seja, todas as decisões acerca da família eram tomadas pelo marido, não era necessária a anuência da mulher, que era vista e tratada como uma propriedade do homem.

No ano de 1890, com o advento do Decreto nº 181/1890, após a implementação do regime republicano, retirou-se do marido o direito de impor castigos corpóreos a sua esposa e seus filhos. O divórcio era possível desde que justificado. Eram considerados fundados motivos o adultério, a injúria grave, o abandono voluntário do domicílio conjugal ou o mútuo consentimento, desde que o casamento tivesse mais de dois anos. Cabe ressaltar que a mulher não tinha capacidade jurídica para entrar com a ação de divórcio, e logo, dependia da representação de um ascendente, descendente ou irmão.

O Código Civil de 1916 se manteve conservador. O homem continuava como o chefe da sociedade conjugal e a mulher era relativamente incapaz; sujeita primeiramente ao domínio do pai e depois de casada ao do marido. O art. 242, do referido código, listava os atos que não poderiam ser praticados por uma mulher sem o consentimento do marido.

Art. 242 – A mulher não pode, sem o consentimento do marido:

- I. Praticar atos que este não poderia sem o consentimento da mulher
- II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens.
- III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem.
- IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.
- V. Aceitar tutela, curatela ou outro *munus* públicos.
- VI. Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251.
- VII. Exercer profissão.
- VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.
- IX. Aceitar mandato. (BRASIL, Lei nº 3.071,1916)

O artigo 233 dispunha acerca da competência exclusiva do marido acerca da representação legal da família, da administração de todos os bens, da mudança de domicílio, da autorização para profissão da mulher e da manutenção da família.

Apenas em 1962, com o advento da Lei n 4.121/62 (Estatuto da Mulher Casada), que nosso Código Civil sofreu significativas mudanças. Entre elas podemos citar o exercício do pátrio poder por ambos os cônjuges prevalecendo, contudo a vontade do homem no caso de discordância do casal, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz para solução da divergência. Também ficou abolida a incapacidade feminina. E consagrou-se o princípio do livre exercício da profissão.

A Lei do Divórcio (lei nº 6.515/1977) possibilitou aos cônjuges pôr fim em um casamento e constituir outro. A mulher poderia escolher se iria utilizar ou não o sobrenome do marido. O regime da comunhão universal dos bens não era mais o regime legal, passando agora a ser o da comunhão parcial de bens. Ambos teriam a obrigação de sustentar os filhos. Ficou estabelecida a reciprocidade de prestação alimentar, tanto o homem quanto a mulher poderiam ser condenados a pagar alimentos.

O atual Código Civil – CC, aprovado em 2002, dispõe acerca da sociedade conjugal de modo a conferir um *status* de igualdade entre os nubentes. De acordo com o art. 1.511, o casamento estabelece a comunhão plena de vida, com base em direitos iguais. Ambos têm o dever de fidelidade, vida em comum, ou seja, devem morar juntos, mútua assis-

tência, respeito e consideração (art. 1.566 CC). A legislação reserva os mesmos direitos aos cônjuges. Assim, as autorizações especiais para a realização de alguns atos da vida civil como a prestação de fiança e a alienação de bens imóveis são exigidas tanto do marido quanto da mulher, conforme art. 1.647 do CC.

A condição jurídica da mulher mudou bastante; de pessoa absolutamente incapaz, situação que durou até a década de 60; à mulher capaz, independente e de iguais direitos e deveres no casamento. O processo foi lento, os direitos foram adquiridos aos poucos. O reconhecimento legal do status de igualdade entre homem e mulher só veio a partir da Constituição Federal de 1988 e no Código Civil de 2002.

3. Referencial teórico

Esse trabalho terá como referencial teórico a análise crítica do discurso, cujo principal expoente é o linguista britânico Norman Fairclough, professor da Universidade de Lancaster. Atualmente, sua teoria vem sendo adotada para apresentar novas perspectivas em debate de questões polêmicas, tais como o racismo, a identidade nacional, a exclusão social e o controle e a manipulação institucional.

A análise crítica do discurso (ACD) é ao mesmo tempo uma teoria e um método de análise do discurso. O seu “universo” teórico metodológico caracteriza-se por uma forte preocupação social e deriva de abordagens multidisciplinares ao estudo da linguagem. (MEURER, 2005, p. 81)

A referida abordagem foi escolhida pelo caráter social e multidisciplinar da teoria. A análise crítica do discurso pressupõe a análise do discurso por três dimensões – texto, prática social e prática discursiva. Por se tratar de uma análise de lei, importa ressaltar que Fairclough entendia como dialética a relação entre discurso e sociedade.

“Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90)

O discurso é moldado e restringido pela estrutura social, a relação dialética nos possibilita compreender que o discurso além de ser moldado pelo contexto social em que está inserido, também pode mudá-lo. Nesse sentido, ao propor a referida relação como dialética estaríamos a evitar uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas soci-

almente impostas (normas, códigos e convenções), como também por estruturas não discursivas. Um discurso pode contribuir para reproduzir a sociedade, suas identidades, relações, conhecimentos e crenças, mas também para modificá-la.

Fairclough apresenta três efeitos constitutivos do discurso. Primeiro o discurso contribui para a construção das “identidades sociais”, segundo o discurso contribui pra a construção das relações e terceiro o discurso contribui para a criação de sistemas de crença. Efeitos que corresponderiam às funções identitária, relacional e a função ideacional (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91/92):

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, identidades e relações. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91/92)

Este trabalho pretende focar a função ideacional, pois é por meio dela que poderemos ver como a sociedade assimilou o discurso de emancipação da mulher, com um foco principal na relação existente entre marido e mulher. O texto a ser analisado é o atual Código Civil Brasileiro, nos seus artigos 1.511 e 1.565. O objetivo é analisar a representatividade ou efetividade em relação à sociedade brasileira.

A fim de completar o referencial teórico cabe apresentar um conceito jurídico de norma. A teoria que mais se adequa com os pressupostos da análise crítica do discurso é a teoria tridimensional do direito de Miguel Reale. O jurista apresenta a norma, e consequentemente o direito, como um produto da relação existente entre os fatos sociais e os valores existentes em determinada sociedade. Uma consequência dessa teoria estaria na hermenêutica, ao analisar uma norma, advogados e juízes deveriam levar em conta as três dimensões e não apenas a norma (FERREIRA, 2012). É fundamental levar em consideração os fatos e os valores que contribuíram à sua elaboração.

A análise crítica do discurso e a teoria tridimensional do direito são compatíveis no valor dado ao contexto social. Como mencionado anteriormente, Fairclough tem o discurso como um construto social e não individual; os fatores sociais irão influir na construção do discurso. Do mesmo modo, Reale afirma que as normas são resultado dos valores existentes em uma sociedade.

4. Análise do discurso

Uma norma é uma forma de discurso. Mas surge uma questão importante: Estariam as leis a moldar os valores da sociedade ou é a sociedade que impõe as mudanças na lei? A análise crítica do discurso afirma que esse movimento é cíclico, um influencia o outro. Reale tem a lei como um produto dos valores dessa sociedade. No que tange ao nosso tema, o papel da mulher na instituição do casamento, seria possível afirmar que as mudanças vieram primeiro na sociedade, a norma positivou uma situação consolidada. Contudo a relação de igualdade apresentada merece uma análise mais profunda.

Como visto na primeira parte desse ensaio, a mulher era vista como um objeto, uma propriedade. Era direito de seu marido matá-la caso descobrisse alguma traição. Ela não tinha capacidade, não poderia trabalhar sem a autorização do marido. Atualmente a situação juridicamente é oposta. O artigo 1.511/CC dispõe “O casamento estabelece a comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.” (BRASIL, Lei nº 10.406, 2002) O artigo 1.565 dispõe que “Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.” (BRASIL, Lei nº 10.406, 2002)

Homem e mulher constituem uma sociedade, onde os direitos e deveres são os mesmos. As decisões devem ser tomadas em conjunto e não há a preferência jurídica pela opinião do homem. Os dois têm o dever de sustentar a família. A relação que antes era de dominação passou a ser de companheirismo.

Alguns fatores sociais podem ser apontados como fundamentais para essas mudanças. Maria Conceição de Souza em seu livro *Mulheres em Ação* afirma que o papel da mulher sofreu mudanças radicais desde a década de 1950.

Atuando como colaboradora, parceira ou influenciando decisões dos homens, a mulher vem entrando no mercado de trabalho e atuando em todos os segmentos sociais de mansinho, [...] e hoje ocupa funções e cargos que antes eram exclusivos do sexo masculino. (SOUZA, 1998, p. 21.)

A entrada da mulher no mercado de trabalho fez com que a relação de dependência econômica em relação ao marido fosse enfraquecendo. O homem não seria mais o único responsável pelo sustento da família.

A presença da mulher na sociedade em geral fez surgir um novo olhar sob o mundo. “A visão tem de vir de dentro para fora, do intuir para raciocinar, do sentir para julgar, do ‘ser’ para o ‘fazer’.” (SOUZA, 1998, p. 21.) E assim ela foi ganhando espaço, não que esse caminho tenha sido fácil, foram muitas barreiras superadas e muitas ainda por vir. Algumas situações exigem que a mulher se prove muito mais competente do que o homem para exercer igual cargo.

O casamento também apresenta suas barreiras. Um homem e uma mulher com mais de 30 anos que não são casados são vistos de formas diferentes. A mulher é considerada malsucedida por não ter um marido, uma coitada que não terá filhos. O homem está apenas curtindo a vida, se dedicando a profissão, um garanhão. Existe uma pressão social ainda muito forte para que a mulher case e tenha uma família. Marina Massi afirma que “O dinheiro traz a independência na relação com o homem, mas não liberta do aprisionamento de suas interiorizações mais primitivas, que precisam ser encenadas na realidade para daí serem percebidas, entendidas e ‘questionadas’.” (MASSI, 1992, p. 85) Massi está a questionar exatamente esse valor interiorizado de ter que casar. As mulheres são independentes financeiramente, mas isso não parece suficiente.

Apesar da pretensa igualdade entre homens e mulheres percebe-se que na prática ainda há uma grande barreira social. O Código Civil demonstra um grande avanço legislativo ao tratar da isonomia, mas a mulher ainda é vista e tratada como a responsável pelos cuidados com os filhos e a casa.

A par das diferenças culturais e dos avanços a reboque do movimento feminista, parece persistir uma visão conservadora dos papéis dos cônjuges no que se refere às tarefas domésticas e à responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos. (JABLONSKI, 2010)

Apesar de trabalhar tanto quanto, às vezes até mais que o marido, ela ainda tem a “obrigação” de cuidar do lar, surgindo assim para uma grande maioria uma dupla jornada de trabalho.

Desse modo, ao analisar uma norma não devemos nos ater somente ao que está ali disposto, mas descobrir a efetividade daquele mandamento. Observar se os valores expressos realmente refletem os valores culturais dessa sociedade. No ponto em questão, podemos afirmar que há sim um ideal de igualdade entre homens e mulheres no casamento, ambos podem trabalhar, dividir as contas, etc., mas ainda se espera que a mulher continue a cumprir as antigas obrigações com a casa. Parece haver um valor enraizado culturalmente de que a mulher deve casar e cui-

dar de sua família. É o papel dela e isso não mudou com a independência financeira.

5. Conclusão

O presente ensaio buscou analisar a evolução do papel da mulher na instituição do casamento através das leis brasileiras. Foi realizado um retrospecto da legislação acerca dos seus direitos e deveres apontando os principais marcos legislativos, com a culminação na legislação atual, o Código Civil de 2002, o qual dispõe acerca da igualdade entre os cônjuges.

Foi realizada uma análise do atual discurso jurídico acerca do instituto do casamento com base na análise crítica do discurso de Fairclough. O resultado de tal análise foi de que apesar da notória evolução no papel jurídico da mulher no casamento, com a sua emancipação jurídica e financeira, ainda existem valores antigos enraizados em nossa sociedade que cobram uma postura de dona de casa da mulher. A possibilidade de trabalhar em pé de igualdade com os homens e de poder sustentar a família da mesma forma que seu marido não fez com que seu antigo papel de responsável pelos filhos e pela casa fosse igualmente afetado.

Assim, uma análise do discurso jurídico de igualdade entre homens e mulheres só seria completa se levássemos em conta os fatores sociais que o permeiam. A requerida igualdade existe enquanto uma premissa jurídica, ambos têm dentro do casamento direitos e deveres iguais, mas socialmente ainda existem e provavelmente pra sempre existirão diferenças nos papéis exercidos e nas cobranças sofridas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 3.071*: Código Civil, de 1º de janeiro de 1916.

_____. *Lei nº 10.406*: Código Civil, de 10 de janeiro de 2002.

DIAS, Valéria de Oliveira. Discriminação de gênero no Brasil, androcen-trismo na ciência jurídica e a luta da mulher por igualdade e justiça social. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 18, n. 3715, 2 set. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25209>>. Acesso em: 07-07-2014.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Trad.: Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Megbel Abdalla Ribeiro. Repensar a norma jurídica e sua estrutura é fundamental. Disponível em:

<<http://www.conjur.com.br/2012-fev-24/repensar-norma-juridica-estrutura-fundamental-aplicacao-direito>>. Acesso em: 06-07-2014.

JABLONSKI, Bernardo. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia, Ciência e Profissão*, vol. 30, n. 2, p. 262-275, 2010,

MASSI, Marina. *Vida de mulheres*: cotidiano e imaginário. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: ____; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros*: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005, p. 81-106.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 2. ed. São Paulo: Buschatsky, 1974.

SOUZA, Maria Conceição de. *Mulheres em ação*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998.

**O VALOR DA EXPRESSÃO CONJUNTIVA
COMO ELEMENTO REFERENCIAL
NA CONSTRUÇÃO DA COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS**

Jane Suely Souza de Araujo (UERJ)
jane.suely.araujo@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, apontaremos o funcionamento gramatical (coesão) e semântico (coerência) de expressões conjuntivas. A partir da análise do *corpus*, constataremos que algumas conjunções são resultantes de formas adverbiais, (GARCIA, 2002), o que justifica, por exemplo, o uso da conjunção *e* ou *mas* seguida de *no entanto*, como se pode verificar em “Até hoje não compreendi porque o futebol é um criador de multidões e o remo, não. E, no entanto, se compararmos uma modalidade e outra, verificaremos o seguinte:” (RODRIGUES, 2007a, p. 110). Nossa hipótese é a de que a conjunção ou expressão conjuntiva não constitui apenas uma relação fórica (anáfora e catáfora), mas também uma relação semântica. A expressão conjuntiva desempenha relevante papel na construção do discurso: unir, acrescentar ou reforçar a ideia expressa por palavras ou orações. Dutra (2007) afirma que os elementos conjuntivos expressam certos sentidos que pressupõem a presença de outros componentes no discurso.

1. Introdução

Neste trabalho, pretende-se observar o valor de expressões conjuntivas na construção da coesão e da coerência textual. A partir da hipótese de que o elemento conjuntivo desempenha dupla função na tessitura textual, consideraremos elemento conjuntivo toda palavra ou expressão que funcione como conector de palavra ou oração. Observaremos, ainda, a função discursiva dessas expressões, como índices de transição entre ideias, de conexão entre elas. (GARCIA, 2002)

Para que o texto seja uma unidade de comunicação eficaz, é necessário que se interliguem, harmonicamente, as ideias nele contidas.

Há diferentes maneiras de estabelecer a inter-relação entre as ideias. Uma simples pausa, marcada por um ponto seguido de um novo período, pode expressar uma relação de explicação ou de contraste, por exemplo. Constataremos, em nosso estudo, que o elemento conjuntivo é um recurso que pode, além de unir ideias, ser elemento eficaz para o estabelecimento da compreensão (intertextualidade, interdiscursividade). Concordamos que seja possível estabelecer a relação de sentido por meio da justaposição. Acrescentamos, no entanto, que o elemento de referência ou transição (conjunções, advérbios e respectivas locuções) conduz à coerência (construção do sentido) do texto. Para a confirmação de nossa hipótese, utilizaremos passagens de crônicas de Nelson Rodrigues (2007a e 2007b), em que tais marcas linguísticas se apresentem como elemento relacional e semântico.

2. *Do plano da língua ao plano do discurso*

O uso de elementos gramaticais segue motivações extralingüísticas. As expressões linguísticas são selecionadas de acordo com um propósito comunicativo. Entendemos que as palavras são instrumentos usados pelos falantes para evocar no ouvinte a interpretação desejada. (NEVES, 2007). O elemento gramatical une, organiza as ideias, serve, portanto, ao plano da expressão e ao plano do conteúdo. A língua não é apenas um elemento para estabelecer a comunicação. Ela constrói e amplia o conhecimento.

Para que haja interação entre os sujeitos, é necessário o conhecimento da estrutura do idioma, por meio do qual se estabelece a interação. Para Koch (2008), é preciso conscientizar o usuário da língua do valor argumentativo das marcas linguísticas dessa língua. É por meio da organização de estruturas previamente elaboradas que o falante poderá compartilhar o conhecimento. A compreensão vai depender do domínio dessas estruturas, do dito (ou não dito) expresso pela língua. É a gramática ou o elemento gramatical na construção do sentido.

Neste trabalho, apontamos a função discursiva de elementos gramaticais na construção da tessitura do texto. Selecionamos a expressão conjuntiva, já que, a partir dessas expressões, observaremos que o locutor estabelece uma relação com o sujeito interlocutor. Embora a atribuição de significado seja um ato motivado pela intenção do locutor, a organização das estruturas segue regras preestabelecidas. A organização de sintagmas obedece a princípios previstos no sistema. Ao construir um enun-

ciado, o locutor o estrutura com base no conteúdo que deseja transmitir. Se a intenção é apontar a causa de um evento, selecionamos o conector adequado para expressar esse conteúdo.

Veja-se a função discursiva dos elementos conjuntivos *para* e *como*, na organização dos enunciados:

“Fiz a introdução para referir certa viagem de ônibus. Precisava ir à rua Mariz e Barros. Como tinha pouco dinheiro no bolso, apanhei um ônibus e lá vim eu, em pé, pendurado numa argola”. (RODRIGUES, 2007b, p. 33)

Apresentam-se, no primeiro período, as afirmações: *Fiz a introdução* e *referir certa viagem de ônibus*. O locutor reúne essas duas afirmações estabelecendo a relação de finalidade da segunda em relação à primeira, por meio da preposição *para*. A primeira oração do primeiro período funciona, nesse fragmento de texto, como referencial anafórico e, também, como ‘elemento de ligação’ com os parágrafos anteriores. A preposição *para* estabelece a relação de dependência gramatical e semântica entre as duas primeiras orações, o que também se constata em “Precisava ir à rua Mariz e Barros. Como tinha pouco dinheiro no bolso, apanhei um ônibus e lá vim eu, em pé, pendurado numa argola”, construção na qual, pode-se observar um ponto separando a afirmação principal do enunciado que expressa a causa da afirmação contida no período anterior. A conjunção *como* funciona como modalizador referencial catafórico que expressa a causa da afirmação “apanhei um ônibus” na organização desse trecho.

3. A expressão conjuntiva: ícone gramatical-discursivo

3.1. Da descrição de conjunção

Nesta seção, observaremos, na descrição de conjunção, o funcionamento dessa classe como elemento que ‘liga’ palavras ou orações. A partir da descrição de autores como Bechara (2009), Garcia (2002) e Neves (2007), comprovaremos que há expressões (expressões adverbiais, por exemplo) que podem desempenhar a função de unir e ampliar o conteúdo de palavras ou orações.

Encontramos, em Bechara (2009 p. 319), a seguinte descrição de conjunção: “A língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado.”

Estas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se repartem em dois tipos: coordenativas e subordinativas.

Bechara acrescenta que as conjunções coordenativas reúnem orações que pertencem ao mesmo nível sintático. O autor esclarece que, como as conjunções coordenativas unem elementos independentes (gramaticalmente), podem também conectar elementos menores. Apresenta a conjunção coordenativa como conector e a subordinativa, como transpositor. De acordo com a descrição de Bechara, a conjunção coordenativa conecta orações e nomes de mesma natureza gramatical, enquanto que a conjunção subordinativa é um transpositor que dá à oração a possibilidade de exercer uma função sintática própria do substantivo, do adjetivo e do advérbio.

Para o autor, ao utilizarmos o transpositor, unimos ideias ou construções, em princípio independentes, para a formação de uma unidade significativa mais ampla, o que se pode confirmar no excerto seguinte:

Um colunista diário falha, de vez em quando. Ou porque tomou férias, ou teve nevralgia, ou foi batizar o caçula. E o nosso estilista não falhou, jamais. Compareceu, dia após dia, no mesmo canto da página. Pois bem. E durante os dez anos, Marques Rabelo fora, para mim, o ausente absoluto. Ausente da paisagem literária, jornalística ou, simplesmente, humana. Eu já me daria por satisfeito se ele fosse, ao menos, uma lembrança. Mas nem isso. Através dos dez anos, eu me lembrara de tudo e de todos, menos do ficcionista. Ainda agora me pergunto: – e por que, meu Deus, por quê? (RODRIGUES, 2007b, p. 220)

O enunciado “Um colunista diário falha, de vez em quando.” aparece, num primeiro momento, como afirmação independente, do ponto de vista sintático. Observe-se que o ponto expressa a pausa, que pode sugerir o ritmo psicológico ao texto. Pensamos que essa pausa conduz o interlocutor a refletir sobre o enunciado seguinte, que apresentará uma alternância de causas hipotéticas para a afirmação “Um colunista diário falha, de vez em quando.”. Temos, pois, o conector *ou*, e, em seguida, o transpositor “causal” *porque*, que sugere ao enunciado, a princípio, independente, a ideia de causa.

Bechara, ao descrever as conjunções, dá ênfase ao viés sintático. Para nós, tanto os conectores (conjunções coordenativas) como os transpositores (conjunções subordinativas, advérbios e respectivas locuções) são responsáveis pela organização sintática e semântica do texto, já que é na combinação da coesão e coerência textual que se dará a tessitura do texto. Coesão e coerência possuem limite bastante tênue.

De acordo com Neves (2007, p. 244),

A chamada *conjunção coordenativa* – assim como a chamada *conjunção subordinativa* – tem sido definida nas gramáticas apenas por referência ao estatuto sintático dos segmentos entre os quais ocorre: a *conjunção coordenativa* ‘liga’ elementos de igual estatuto sintático e a *conjunção subordinativa* ‘liga’ um termo subordinado ao seu subordinante.

Neves propõe uma mudança de perspectiva em que se privilegiem as ocorrências de coordenação entre frases completas de textos escritos, marcadas por pontuação específica de final de frase, como se pode observar nos trechos seguintes:

Ai de mim, ai de mim! Ao falar de, D. Helder, não posso evitar um agudo sentimento de culpa. E, com efeito, nos meus últimos escritos tenho opinado muito sobre o nosso Arcebispo. Admiro-o muito e só lhe faço a objeção da vaidade. Quer me parecer que a vida de D. Helder é uma perene, exaustiva autopromoção. Está agora dedicado à Fome do Nordeste, e por quê? Resposta: – porque a Fome do Nordeste é promocional e, repito, rende entrevistas, primeiras páginas, manchetes, retratos, pronunciamentos etc. Era esta minha opinião.

Mas, vejam vocês: – o sujeito que opina põe em risco a própria alma. Cada opinião compromete ao infinito. A história do sentimento ensina que a vaidade da véspera pode ser a humildade do dia seguinte. Pois foi o que aconteceu com D. Helder. Na quarta-feira, alguém me informou o seguinte: – D. Helder vai trocar a Fome espetacular do Nordeste pela Fome tão esquecida do Amazonas. Como se vê, é um adeus à publicidade, às manchetes, às primeiras páginas, às câmaras e aos microfones. Ninguém está interessado no Amazonas. (Lá até a paisagem é uma agressão. Há rios doidos que desgarram do leito obrigatório e rebentam tudo. Esse *amor* fluvial não faz graça para ninguém). Não há dúvida que, optando pelo Amazonas, está punindo a própria vaidade. E, por isso, que Deus o abençoe, eternamente. (RODRIGUES, 2007b, p. 221)

Os excertos acima foram retirados da crônica “É aluna da PUC e desapareceu como se jamais tivesse existido”, em que o autor desenvolve o tema *ausência*. Para facilitar o entendimento, intitularemos essa duas passagens de trecho I e trecho II.

Nesse contexto, observa-se a relevância do conector *mas* como índice da coesão textual. Semanticamente diríamos que *mas* modaliza a afirmação “o sujeito que opina põe em risco a própria alma” expresso pela combinação dos elementos do período. O modalizador liga este parágrafo ao parágrafo anterior e reforça o enunciado que vem após o conector. É duplamente fórico. É anafórico porque remete ao que foi dito no parágrafo anterior e catafórico porque modaliza o enunciado seguinte.

Veja-se a astúcia do escritor, ao construir o último enunciado do trecho I. Encerra o parágrafo categoricamente: “Era esta minha opinião”. Após descrever atitudes de D. Helder, Rodrigues articula as ideias e conduz o interlocutor ao raciocínio previamente elaborado. Ademais, quebra

a expectativa do interlocutor. O conteúdo que o autor deseja transmitir vai muito além do esperado. Rodrigues emite sua opinião e justifica a posição expondo características do líder religioso, dentre outras, a vaidade.

No prefácio de *O Reacionário: Memórias e Confissões* (RODRIGUES, 2008, p. 18), obra em que o autor assume o título dado a ele pela sociedade, Carlos Heitor Cony estabelece um paralelo entre Machado de Assis e Nelson Rodrigues, no qual escreve “Ninguém poderá negar o pessimismo de um e o reacionarismo de outro. Foram réus confessos. E não apenas no conteúdo de suas obras, mas *na forma de escrevê-las*.” (grifos nossos)

Cony aponta que, assim como em Machado, constata-se em Nelson Rodrigues a relevância da forma para a construção do discurso, o que tornou ambos reconhecidos. Isso está evidenciado em *Era esta minha opinião*, na qual o autor apresenta o verbo no pretérito imperfeito do indicativo acompanhado dos pronomes *esta* e *minha*. Usa o pronome *esta* porque era a opinião do locutor. *Esta* reforça o pronome possessivo *minha*. Essa construção torna-se mais significativa, quando nos deparamos com o trecho iniciado pelo conector *mas*, o que pressupõe mudança de opinião. A conjunção funciona ainda como “reforço” do dito *vejam vocês*. Considerada a classificação conjunção coordenativa adversativa, pode-se afirmar que *mas* apresenta a ideia de contraste em relação à informação do parágrafo anterior.

Ainda no desenvolvimento do trecho I, constata-se a apresentação de *por que* (pronome interrogativo antecedido pela preposição *por*) e *porque*, num jogo discursivo sugestivo. O locutor articula: “Está agora dedicado à Fome do Nordeste, e por quê? Resposta: – porque a Fome do Nordeste é promocional e, repito, rende entrevistas, primeiras páginas, manchetes, retratos, pronunciamentos etc.”

Dutra (2007) escreve:

Os elementos conjuntivos são considerados coesivos não por eles mesmos, mas indiretamente. Eles expressam certos sentidos que pressupõem a presença de outros componentes no discurso; são uma especificação do modo como o que virá a seguir, na linearidade do texto, está sistematicamente ligado ao que veio antes.

A partir da afirmação de Dutra, veja-se a relevância da indagação do locutor, que, imediatamente direciona o universo interpretativo do interlocutor. Observe-se a conexão de “Está agora dedicado à Fome do

Nordeste” e a indagação a essa afirmação, que está expressa em “por que” e tem como elemento conector a conjunção coordenativa *e*.

Observe-se a afirmação de Azeredo (2010, p. 293):

há sempre uma intenção de sentido na origem de qualquer articulação de duas unidades de informação do discurso. Algumas vezes essa intenção transparece como um valor lógico inerente aos conteúdos combinados (ex.: *o contraste em Os cães ladram, a caravana passa.*)

De acordo com a afirmação de Azeredo, entendemos que as conjunções apontam ou reforçam o valor lógico inerente aos conteúdos, o que se pode verificar na construção “porque a Fome do Nordeste é promocional e, repito, rende entrevistas, primeiras páginas, manchetes, retratos, pronunciamentos, etc., etc.”, na qual Rodrigues coloca o sintagma *Fome do Nordeste* com os substantivos iniciados por letras maiúsculas, o que sugere uma instituição. Em seguida, enumera atributos dessa instituição. Observe-se que o autor faz referência à vaidade do líder religioso, ao utilizar a conjunção coordenativa aditiva *e* acompanhada da forma verbal *repite*.

Verificamos na construção do período iniciado pela conjunção *porque* a presença do interdiscurso. É possível afirmarmos que o locutor (Rodrigues) aponta para o interlocutor (leitor-es) que as tragédias sociais são utilizadas para a conquista do poder, seja religioso, político, social.

Entendemos que a compreensão acontece a partir do universo do interlocutor. A conclusão da informação se dá de acordo com o conhecimento de mundo do leitor. Observe-se que Rodrigues usa a marca causal *porque* e constrói o sintagma *Fome do Nordeste*.

Koch (2008) aponta a relevância de instruir o aluno sobre a importância do conhecimento de fatos gramaticais para o entendimento (compreensão) do texto. Eis uma das aplicações do uso de maiúsculas, pouco explorado no ensino de língua portuguesa. Rodrigues combina fatos da língua, com propriedade. Observe-se, na combinação “e, repito”, um recurso de retomada do que já fora dito. O autor critica e chama a atenção do interlocutor para a linguagem do texto, por meio de retomadas e expressões como *repite*. Diríamos que se apresenta em “e, repito” um pleonismo semântico (estilístico) de valor enfático, já que retoma o que fora dito e utiliza a conjunção aditiva *e*.

Transcrevemos os dois últimos períodos da crônica em análise, para observarmos a presença do interdiscurso na combinação das expres-

sões presentes no excerto: “Não há dúvida que, optando pelo Amazonas, está punindo a própria vaidade. E, por isso, que Deus o abençoe, eternamente.” Rodrigues retoma o atributo de D. Helder com uma negação da dúvida, o que discursivamente é mais significativo do que tradicionalmente afirmar. O transpositor *que* apresenta a oração subordinativa completiva nominal *está punindo a própria vaidade*. Vejam-se quantos discursos atravessam a afirmação dessa construção. O autor seleciona expressões que transmitem a tensão do modo de organização argumentativo.

Observamos, na crônica “É aluna da PUC e desapareceu como se jamais tivesse existido”, a recorrência de elementos conjuntivos com fins argumentativos. Apresenta-se, por meio da articulação da conjunção *mas*, a presença de um dado ‘novo’ que se encontra em contraste com o que foi dito no parágrafo anterior.

4. *Elemento conjuntivo: a natureza adverbial dos conectores*

De acordo com Neves (2002), não é difícil entender que os elementos adverbiais usados para a coesão sequencial do texto passem a conjunções de coordenação. A autora aponta a coocorrência de elementos, como *todavia*, *contudo*, *entretanto*, com as conjunções coordenativas *e*, *mas*, como ilustrado em:

Até hoje não compreendi por que o futebol é um criador de multidões e o remo, não. E, no entanto, se compararmos uma modalidade e outra, verificaremos o seguinte: – o remo é muito mais bonito e devia ser muito mais apaixonante. (RODRIGUES, 2007b, p. 110).

Constata-se, no excerto acima, o uso da conjunção coordenativa *e* acompanhada da locução conjuntiva coordenativa adversativa *no entanto*, o que confirma a posição de Neves de que algumas conjunções ou locuções conjuntivas são de natureza adverbial.

Se considerarmos outros escritos de Rodrigues, entenderemos que “Até hoje não entendi por que o futebol é um criador de multidões e o remo não” é extremamente retórico, já que, para o autor, a imagem do Brasil esteve diretamente ligada ao futebol, o que se encontra colocado no sintagma “pátria de chuteiras”, de autoria de Rodrigues.

Veja-se a teorização de Garcia em relação à natureza sintática das conjunções coordenativas e ao uso dessas conjunções numa mesma oração.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As conjunções coordenativas (algumas das quais ligam também palavras ou grupo de palavras – sintagmas – e não apenas orações) relacionam *ideias com um grau de travamento sintático por assim dizer mais frouxo* do que o das subordinadas. (GARCIA, 2002, p. 42). (grifos nossos)

Ainda, no mesmo autor, encontramos respaldo para o uso de *e* seguido de conjunções coordenativas adversativas.

Garcia nos aponta a origem adverbial das conjunções coordenativas que, pelo processo da gramaticalização⁷¹, passaram a conjunções. O autor explica: “Ainda hoje, os dicionários da língua portuguesa, de Antônio de Morais Silva, quer na 1ª ed. (1789) quer na 6ª (1858), até mesmo *porém* aparece como advérbio.”

A exposição de Garcia justifica a organização do parágrafo construído por Rodrigues e que serve de ilustração para a descrição dos teóricos (Neves e Garcia).

Prossegue Garcia: “por serem essencial e etimologicamente advérbios, é que *no entanto*, *entretanto*, *contudo* e *todavia* aparecem, frequentemente precedidos da conjunção *e* (p. 44). O teórico aborda a dificuldade de classificação das orações em função do uso da aditiva *e* e a adversativa *no entanto*. Como classificar a oração: aditiva em função do *e* ou adversativa em função de *no entanto*?

Retomado o excerto de Rodrigues, entendemos que, no segmento “E, no entanto, se compararmos uma modalidade e outra, verificaremos o seguinte: – o remo é muito mais bonito e devia ser muito mais apaixonante.”, apresenta-se, por meio do conector *e*, a ideia de adição ao período anterior “Até hoje não compreendi por que o futebol é um criador de multidões e o remo, não.” E *no entanto*, originariamente advérbio, apresenta o contraste existente entre a oração principal “verificaremos o seguinte ...não.” e a subordinada, por justaposição, *o remo é muito mais bonito e devia ser muito mais apaixonante.* Observe-se a relevância da justaposição, que coloca, no elemento catafórico *seguinte*, não só a função de apontar, como também a de enfatizar a opinião do autor em relação à afirmação: *O futebol é um criador de multidões.*

Considerada a função discursiva do uso do conector *e* e a do uso de *no entanto*, pode-se afirmar que Rodrigues (2007b) pretende realçar o

⁷¹ Numa visão bem ampla, a gramaticalização é o resultado de pressões do sistema e pressões de ordem comunicativa, em contínua competição, que comandam uma constante acomodação da gramática, governando o mais fundamental. (NEVES, 2002, p. 176)

contraste existente entre a ideia expressa em *o futebol é um criador de multidões* e *o remo, não* e *o remo é muito mais bonito e devia ser muito mais apaixonante*. Rodrigues argumenta para reforçar sua opinião em relação à superioridade do remo (em comparação com o futebol). Entretanto, tira de si a responsabilidade, ao intercalar entre duas orações, supostamente opostas, uma cláusula adverbial condicional, que aponta a comparação entre as duas modalidades esportivas: remo e esporte. Seleciona a forma verbal flexionada na primeira pessoa do plural para tornar o leitor cooperador do discurso.

Vejamos a riqueza de atributos apontados para remo, no período seguinte a afirmação de que *o remo devia ser muito mais apaixonante*.

Tudo o valoriza: – o mar, o horizonte, o barco, o céu. De resto, a figura do remador tem, atrás de si, um tremendo passado oceânico. Não importa que, por vezes, ele sulque as águas cordiais e sedativas de uma lagoa, como a nossa Rodrigo de Freitas. Seja como for, o remador está ungido de sal, vento, de Sol, de Lua, como os nautas camonianos. Como explicar que a multidão prefira uma simples pelada à regata mais emocionante?

Nossa proposta é observar o funcionamento do elemento conjuntivo. A partir do estudo do uso de conectores e transpositores, podemos constatar que a tessitura textual, que irá trazer, como resultado, a coerência, é construída pela organização dos elementos que “ligam” as ideias expressas pelo léxico.

De acordo com Garcia (2002, p. 267)

Quando o estudante aprende a concatenar ideias, a estabelecer suas relações de dependência, expondo seu pensamento de modo claro, coerente e objetivo, a forma gramatical vem com o mínimo de erros que não chegam a invalidar a redação. E esse mínimo de erros se consegue evitar com um mínimo de “regrinhas” gramaticais.

O dizer de Garcia mostra a relevância da organização de ideias. Não basta reconhecer os elementos conjuntivos e seu significado, se não souber utilizá-los como elementos concatenadores de ideias.

No tocante à sintaxe das orações, O ensino de língua portuguesa tem dado ênfase à classificação das orações a partir do sentido do elemento conjuntivo. É comum a prática de apresentar primeiro a classificação das conjunções, para depois se falar em período composto.

Ressalte-se a crítica ao ensino do período composto feita por Neves e Garcia, em que os autores falam da pouca importância dada à justaposição na descrição tradicional.

5. Considerações finais

A partir do estudo do *corpus*, constatamos o uso de combinações de expressões linguísticas não acolhidas pela norma gramatical. É cabível observar que o autor de “O Reacionário” nos aponta que o idioma é patrimônio dos falantes. Rodrigues reagiu ao ‘estabelecido’ não só no conteúdo, mas também na forma. Por meio de estruturas inusitadas, e, por muitos, condenadas, o autor conseguia conduzir o leitor a pensar em situações e valores cristalizados, como podemos constatar no segmento “Até hoje não compreendi por que o futebol é um criador de multidões e o remo, não. E, no entanto, se compararmos... apaixonante”. (RODRIGUES 2007b, p. 110) A sequência *e, no entanto* sugere adição e contraste, respectivamente. No conjunto, poderíamos ainda compreender a ideia concessiva, já que, embora o remo apresente atributos, de acordo com Rodrigues, superiores ao futebol, a paixão do brasileiro por este é superior à paixão nutrida por aquele.

As duas crônicas selecionadas para *corpus* mostram a presença do interdiscurso por meio do elemento conjuntivo. Mostram, ainda, que cada leitor constrói o discurso de acordo com o conhecimento de mundo, já que para entender a motivação de Rodrigues em relação à preferência do brasileiro pelo futebol, faz-se necessário ter informação sobre a relação do brasileiro com a pátria e com o futebol, o que aparece no sintagma *A pátria de chuteiras*⁷², organizado pelo cronista.

Observe-se a relevância do elemento conjuntivo “até hoje”, no ex-certo da crônica, transcrito no parágrafo anterior. É um elemento duplamente fórico, pois se apresenta em *até hoje* a referência ao momento anterior e ao momento de fala do locutor. Essa marca funciona como marca de coesão e coerência textual. É mais uma evidência da natureza adverbial das conjunções (ora vista como elemento ou expressão conjuntiva), conforme Garcia (2002) e Neves (2007) apontam ao descreverem as conjunções coordenativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

⁷² Título de uma coletânea de crônicas do autor (RODRIGUES, 2013)

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 21 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria, análise e ensino*. São Paulo: UNESO, 2002.

_____. *Texto e gramática*. 1. ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto. 2007.

RODRIGUES, Nelson. *O óbvio ululante: as primeiras confissões*. Rio de Janeiro: Agir, 2007a.

_____. *O berro impresso nas manchetes*. Rio de Janeiro: Agir, 2007b.

_____. *O reacionário: memórias e confissões*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

_____. *Pátria de chuteiras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2013.

OS GÊNEROS NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS: CONCEPÇÃO DISCURSIVA OU TEXTUAL?

Sione Alves (UFF)

sione_alves@hotmail.com

Ricardo Luiz Teixeira de Almeida (UFF)

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a concepção de gênero presente no livro didático de língua portuguesa. Diversas teorias no campo da linguística e da linguística aplicada referem aos gêneros. Pode-se agrupá-las em dois blocos: as teorias de gêneros discursivos (ou do discurso) e as teorias de gêneros textuais (ou do texto), que, conforme Rojo (2005 e 2008), indicam formas distintas de análise. Embora a teoria de gênero bakhtiniana seja a principal referência desses estudos, cada qual apresenta um enviesamento próprio, principalmente no que diz respeito à transposição didática. É possível traçar um paralelo entre as teorias de Bakhtin (2011), precursor da análise de gêneros, de Marcuschi (2010) e de Schneuwly & Dolz (2004), identificando semelhanças e diferenças, e reconhecendo essas teorias como pressupostos teóricos subjacentes ao ensino de língua portuguesa. Será feita, a partir dessa reflexão, uma análise das propostas de atividades com gêneros apresentadas no quarto volume da Coleção “Tecendo Linguagens”, aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014 e usada, atualmente, nos quatro anos finais do ensino fundamental de toda a rede municipal de ensino de Magé. Tem-se, assim, o objetivo de reconhecer as teorias de gêneros que fundamentam as questões da referida obra didática, verificando se há predominância da concepção discursiva ou da textual e quais as possíveis implicações dessa predominância para o ensino da língua.

Palavras-chave: Gêneros discursivos. Gêneros textuais. Livros didáticos. Português.

1. Introdução

A partir da década de 80, as discussões acerca de mudanças no ensino de língua portuguesa se intensificaram. O ensino centrava-se em estratégias e procedimentos mecânicos, análise de frases isoladas, classificações de palavras descontextualizadas e na desvalorização do conhe-

cimento que o aluno já possuía. Essa metodologia tradicional de ensino era considerada uma das causas do fracasso escolar.

O advento de estudos inspirados no sociointeracionismo, em teorias do letramento e na sociolinguística, além da proposta de reorganização do currículo escolar, pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), contribuíram decisivamente para a reformulação do ensino de língua portuguesa (BEZERRA, 2010, p. 40). Reformulação essa que implicou um envolvimento maior dos profissionais de educação com o processo ensino-aprendizagem e a preocupação com a elaboração do livro didático de português. Para garantir a qualidade desse recurso didático, o Programa Nacional do Livro Didático inseriu várias mudanças em seus critérios de avaliação.

Nesse sentido, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* sugerem o texto como unidade básica de ensino, não só em seu aspecto composicional, mas também que os aspectos temático e estilístico façam parte da análise textual. Dessa forma, introduzem a noção bakhtiniana de gênero como objeto de ensino. (BRASIL, 1998, p. 23)

O presente trabalho mostra que diversas teorias dedicam-se a investigar os gêneros, em especial, os estudos de Bakhtin, precursor da análise de gêneros; os estudos francófonos, por Schnewwly e Dolz e os estudos da linguística textual, por Marcuschi. Circulam entre essas teorias os termos *gêneros discursivos (ou do discurso)*⁷³ e *gêneros textuais (ou de textos)* que indicam modos diferentes de conceber os gêneros, segundo Rojo (2005 e 2008). Cumpre ressaltar que essas teorias têm como principal referência os estudos bakhtinianos sobre gêneros, mas cada qual com um encaminhamento, apreciações valorativas e tratamento didático que lhes são peculiares.

Pensando nisso, pretende-se conhecer as concepções e crenças que subjazem um dos principais recursos didáticos usados no contexto escolar – o livro didático, identificando a concepção de gênero que fundamenta as propostas de atividades (se a teoria de gêneros discursivos ou a de gêneros textuais). Especialmente porque, parafraseando Almeida (2009), os professores devem ser incentivados a reconhecer as crenças

⁷³ Como esse trabalho enfatiza a perspectiva bakhtiniana, veremos a seguir que o termo *gêneros discursivos* é o adequado. Essa filiação justifica-se pela referência dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, além da minha identificação, enquanto pesquisadora e educadora, aos estudos de Bakhtin. Creio que um trabalho pedagógico à luz dessa concepção significa instaurar um processo de transformação das práticas em que ainda predomina o tradicionalismo.

circundantes para que possam adotá-las conscientemente ou revisá-las criticamente na prática educacional.

Além de apresentar uma visão geral de uma das coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático 2014 (OLIVEIRA et al, 2012), foi selecionado o quarto volume da mesma para a análise. Espera-se que as atividades voltadas para o 9º ano de escolaridade do ensino fundamental (EF) tenham um nível de exigência, complexidade e consistência bem maior que os anos anteriores, o que justifica a escolha pelo referido volume. A coleção *Tecendo Linguagens*, voltada para os quatro anos finais do ensino fundamental, está sendo usada em toda a Rede Municipal de Magé. Como é o segmento e local onde leciono, analisar essa obra didática significa contribuir, principalmente, para minha prática docente.

O procedimento de análise pode ser dividido em dois momentos: primeiramente, será feito um panorama de toda coleção, em torno dos eixos – leitura, conhecimento linguístico, produção textual e oralidade, tendo como base a resenha apresentada no *Guia de Livros Didáticos – Programa Nacional do Livro Didático – 2014* (BRASIL, 2013) e o que foi possível observar nos quatro volumes; logo após, será analisada uma atividade de cada eixo, do quarto volume, à luz das reflexões teóricas aqui expostas.

Na próxima seção, analisamos as teorias de gêneros com a contribuição da visão crítica de Rojo (2005 e 2008) sobre o que as distingue. Na sequência, uma seção que apresenta um breve percurso do ensino de língua portuguesa. Logo após, a análise das propostas de atividades do livro didático de português.

2. Paralelo entre as teorias de gêneros discursivos e gêneros textuais

A partir das considerações de Rojo (2005 e 2008), é possível traçar um paralelo entre as teorias que tratam dos gêneros discursivos (ou do discurso) e gêneros textuais (ou de texto). Ambas enraizadas na teoria bakhtiniana, mas que, segundo Rojo (2005, p. 185), são “vertentes meta-teoricamente diferentes”.

[...] teoria dos gêneros do discurso – centrava-se sobretudo no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos e a segunda – teoria dos gêneros de textos –, na descrição da materialidade textual. (ROJO, 2005, p. 185)

De acordo com Rojo (*ibidem*), as teorias de gêneros discursivos têm como referência os seguintes autores: Bakhtin e os membros do círculo, seus comentadores: Brait, Faraco, Tezza, Castro etc. Já Bronckart e Adam são referências das teorias de gêneros textuais. Ambas vertentes possuem autores comuns como Charaudeau, Maingueneau, Ducrot, entre outros.

Para Rojo (*ibidem*), Marcuschi, voltado também para a vertente dos gêneros textuais, aproxima seus estudos tanto da teoria de gêneros de extração anglófona, como Biber (1988) e Swales (1990), como francófona, Adam (1990) e Bronckart (1999). E quanto à abordagem dos gêneros textuais da Equipe Didática de Língua da Universidade de Genebra (Schneuwly e Dolz), a referida autora identifica uma mescla de abordagens.

As teorias classificadas como teoria de gêneros textuais são filia-das ou propõem trabalhos semelhantes aos da linguística textual. Já as teorias de gêneros discursivos têm como ponto de partida a situação de enunciação e as relações entre os interlocutores. As marcas linguísticas são enfatizadas a fim de relacioná-las à construção dos significados e ao tema do gênero.

A teoria de gêneros discursivos de Bakhtin (2011) converge para uma interação dialógica e uma concepção de linguagem como atividade humana. As práticas de comunicação são constituídas pela infinidade de gêneros discursivos, por isso eles orientam os sujeitos nas relações de qualquer esfera comunicativa e sua utilização no ensino garante maior interação, bem como uma interpretação com foco nas práticas sociais.

Bakhtin (2011, p. 262) define a noção de gêneros como “tipos relativamente estáveis de enunciados que se elaboram no interior de cada esfera da atividade humana”. Os gêneros são constituídos historicamente, são produtos sociais e culturais, e apresentam uma visão de mundo. O autor articula a historicidade e os elementos reproduzíveis no fluxo da transformação dos gêneros. O dinamismo obedece às condições específicas e finalidades de cada campo da atividade humana, bem como às demandas sociais.

Pode-se notar que à noção de gênero, o linguista articula estabilidade e mudança, reiteração e abertura para o novo. Esta relativa estabilidade cumpre o papel de organizar e orientar as atividades sociais e permite o reconhecimento das semelhanças entre os gêneros.

Os gêneros são heterogêneos e possuem uma variedade que não se esgota, em razão de essa ser também uma característica da atividade humana da qual eles decorrem, surgem e se transformam. Tanto aos gêneros orais quanto aos gêneros escritos, o autor confere o caráter heterogêneo. Por conta dessa característica é que não pode haver um plano único para o estudo dos gêneros, ou seja, da materialidade textual, pois os gêneros são constituídos por relações dialógicas, que não podem ser compreendidas apenas pelo sistema da língua.

Bakhtin (*ibidem*) destaca três elementos, que numa relação intrínseca definem os gêneros discursivos, a saber:

– *conteúdo temático*: que consiste no significado linguístico, segundo fatores sociais, econômicos, culturais, tempo e história. Não está relacionado somente ao assunto do texto, mas, sobretudo, à forma como esse conteúdo ganha sentido e como se materializa, tendo em vista o contexto em que foi produzido.

– *estilo*: são os recursos fraseológicos, lexicais e gramaticais escolhidos para compor o enunciado, destacando o destinatário e as relações dialógicas com outros enunciados. O destinatário é um elemento importante na constituição do estilo, pois a escolha deste tem base no perfil daquele (idade, classe social, localização espacial etc.). O gênero pode acomodar o estilo individual ao estilo coletivo, apresentando, assim, singularidades do locutor e também reconfigurações, do estilo coletivo, a cada contexto específico.

– *construção composicional*: refere-se à organização e estruturação dos elementos linguísticos no gênero, de acordo com cada esfera social, possibilitando que o gênero seja reconhecido também pela sua forma.

Cumprе ressaltar a distinção entre os gêneros primários, considerados gêneros simples, e os gêneros secundários, que são os complexos. Segundo Bakhtin (*ibidem*, p. 263), os secundários surgem nas condições de um convívio cultural complexo e organizado (geralmente, escrito), como por exemplo, os gêneros artísticos, científicos, sociopolíticos, etc. Enquanto os gêneros primários se formam em situações comunicativas imediatas, como por exemplo, uma conversa em família, entre amigos, etc. Os novos gêneros discursivos são formados através da incorporação e reelaboração dos diversos gêneros já existentes. Apesar da grande diferença entre os primários e os secundários, a relação entre eles é mútua.

Outra questão relevante dos estudos de Bakhtin consiste em considerar o estilo como elemento indispensável aos gêneros discursivos. O autor destaca (*ibidem*, p. 266) que, nos gêneros, pode-se refletir a individualidade do falante, uma vez que todo enunciado é individual. Os gêneros menos propícios ao reflexo da individualidade são os que possuem uma forma padronizada, como os documentos oficiais, ordens militares, entre outros. Diferentes gêneros podem apresentar aspectos de uma personalidade. O estilo individual pode manter relações de reciprocidade com a língua nacional.

Sob essa perspectiva, os estilos de linguagem são concebidos como os estilos de gêneros de determinadas esferas da atividade humana. Os estilos correspondem às especificidades de cada gênero, assim como os gêneros correspondem às condições peculiares do campo. “O estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento” (*ibidem*, p. 266). As unidades, temática e composicional, também se integram ao estilo.

Para compreender as mudanças históricas dos estilos de linguagem faz-se necessária uma análise da história dos gêneros discursivos, pois neles se manifestam a história da sociedade e a história da linguagem. Nos gêneros, há um reflexo preciso e flexível de todas as mudanças da vida social. Qualquer fenômeno, seja fonético, lexical ou gramatical, integra-se no sistema da língua através dos gêneros e dos estilos. Para Bakhtin (*ibidem*, p. 268), “Onde há estilo há gênero. A passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o som do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como destrói ou renova tal gênero”.

Já Marcuschi desenvolve seus estudos concebendo a língua como atividade social, histórica e cognitiva. Nesse contexto, “a língua é tida como uma forma de ação social e histórica [...] os gêneros textuais se constituem como ações sociodiscursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo [...]” (2010, p. 23).

O autor propõe um estudo sobre gêneros textuais como práticas sócio-históricas. Para ele (*ibidem*, p. 19), os gêneros são entidades sociodiscursivas e contribuem para a ordenação e estabilização das atividades comunicativas. Também são eventos textuais maleáveis, dinâmicos e plásticos que surgem, segundo às demandas socioculturais e inovações tecnológicas.

Pertinente aos estudos sobre gêneros é a distinção entre gêneros e tipos textuais:

- a) Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela *natureza linguística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.
- b) Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva* [...] (2010, p. 23 – destaques da autora)

O trabalho com gêneros textuais no contexto escolar é uma das preocupações de Marcuschi (2010). Ele observa o equívoco existente em muitos livros didáticos em tratar os gêneros e os tipos textuais como sendo da mesma natureza. Deve ficar claro que nos gêneros ocorrem tipos textuais. Geralmente, num gênero é possível identificar várias sequências tipológicas conferindo, assim, a heterogeneidade tipológica. Como exemplo, ele mostra que o gênero carta pessoal pode conter sequências descritivas, narrativas, injuntivas etc. (cf. quadro das sequências tipológicas de uma carta, *ibidem*, p. 26 *et seq.*).

Os tipos textuais são definidos por traços linguísticos predominantes que formam uma sequência textual. Marcuschi adota a sugestão de Werlich (*apud* MARCUSCHI, 2010, p. 24) em relação aos critérios que formam a base do texto dando origem aos tipos textuais. Em síntese, os tipos textuais podem ser identificados pelo elemento central de cada sequência: na narração encontra-se uma sequência temporal; na descrição, tem-se uma sequência de localização; na exposição, predominam sequências analíticas ou explicativas; na argumentação, há sequências contrastivas explícitas; e na injunção predominam sequências imperativas.

De acordo com Rojo (2005), os conceitos apresentados por Marcuschi (2010) sobre tipo e gêneros textuais, assim como domínio discursivo⁷⁴, não ratificam o caráter social dos gêneros enquanto universal concreto. Para a autora:

⁷⁴ Usamos a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses *domínios* não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso* etc., já que as atividades jurídica, jornalística ou reli-

[...] Definir gênero textual como *noção vaga para referir textos materializados* – mesmo que adiante (p. 29) vá se fazer referência a *famílias de textos* – implica diluir a fronteira entre *gênero* e *texto* de tal maneira que *texto* apareça como um *evento* ou *acontecimento linguístico* pertencente a uma *família de textos* que tem por designação social um (nome de) *gênero*, acompanhado de sua representação (noção) de base social. Apesar do dialogismo com as vozes bakhtinianas apontado acima, esse tipo de definição está bastante distante da visão de *enunciado* ou *texto* como *produto material (materialização)* de um *universal igualmente concreto* que é o *gênero* (2005, p. 188).

Rojo (2005, p. 188) observa que em alguns momentos Marcuschi não se preocupa em distinguir gênero, texto e discurso, rompendo assim o diálogo com a teoria de Bakhtin.

Outra questão apontada pela autora diz respeito à definição de hibridismo de gêneros, em que Marcuschi se distancia da definição bakhtiniana. Esta trata a construção híbrida dos gêneros como mecanismos dialógicos, ou seja, quando um enunciado possui índices gramaticais e composicionais de um falante, mas se confunde a dois enunciados, dois modos de falar, dois estilos, duas perspectivas semânticas e axiológicas (BAKHTIN, 1935, p. 110, *apud* ROJO, 2005, p. 188). Já Marcuschi sintetiza o hibridismo dos gêneros, denominado também de intertextualidade intergêneros, em um mescla de forma e função de distintos gêneros (MARCUSCHI, 2002, p. 31, *apud* ROJO, 2005, p. 188).

Rojo (*ibidem*) analisa a seguinte afirmação de Marcuschi:

A questão da intertextualidade intergêneros evidencia-se como uma mescla de funções e formas de gêneros diversos num dado *gênero* e deve ser distinguida da questão da heterogeneidade tipológica do gênero, que diz respeito ao fato de um *gênero* realizar várias sequências de tipos textuais. (MARCUSCHI, 2002 *apud* ROJO, 2005, p. 188)

A autora mostra que mais uma vez a fronteira entre gênero e texto foi diluída e que as palavras “gênero” grifadas deveriam ser substituídas por “textos” ou “enunciados”. E, ainda nessa citação é revelado que “descrições de *sequências tipológicas* (ADAM, 1990) poderem integrar a descrição da composição de um texto em um gênero heterogêneo” (*ibidem*).

Marcuschi (2002) busca distinguir texto e discurso:

giosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhes são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas (MARCUSCHI, 2010, p. 24 - 25).

[...] pode-se dizer que texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos. (MARCUSCHI, *apud* ROJO, 2005, p. 189).

Embora texto e gênero apareçam mais bem distinguidos, Rojo (*ibidem*) observa que a definição de discurso apresentada é o que Bakhtin denomina de sentido, significação ou tema do enunciado.

Com essas atentas observações, Rojo (*ibidem*) estabelece a diferença entre as abordagens de gêneros discursivos e gêneros textuais. Na descrição do enunciado, a primeira prioriza o tema, o significado, a acentuação valorativa através das marcas linguísticas, do estilo e da forma composicional do texto, enquanto a segunda prioriza a materialidade linguística do texto e o aspecto funcional/contextual ao tratar dos gêneros.

Integra-se à abordagem dos gêneros textuais a concepção de origens francófonas (cf. diálogo entre Bronckart, 1997 e Adam, 1999, *apud* ROJO, 2005, p. 189-193). Rojo (2005) destaca quatro principais características comuns entre as teorias de gêneros textuais:

- todas se aproximam de uma definição wittgensteiniana de gênero como família de textos, sendo que famílias podem ser reconhecidas por similaridades (no dizer de Wittgenstein, por formatos). Essas similaridades podem se dar no nível do texto (e aqui, faz-se referência às formas do texto – textuais/de composição; linguísticas/de estilo – ou do contexto ou situação/condição de produção – e aqui, faz-se referência a função, finalidade ou critérios pragmáticos/utilitários;
- todas buscam compatibilizar análises textuais/da textualidade com as descrições de (textos em) gêneros, seja por meio de sequências e operações textuais (Adam, Marcuschi), seja por meio dos tipos de discurso (BRONCKART);
- todas remetem a uma certa leitura pragmática ou funcional do contexto/situação de produção; e, finalmente,
- todas mencionam a obra de e estabelecem uma aproximação – não isenta de repulsão e, logo, polifônica – com o discurso bakhtiniano. (*Ibidem*, p. 192-193)

Rojo (*ibidem*, p. 193) analisa que a finalidade dessas teorias é sempre a descrição de textos, gêneros, contextos, o que causa o distanciamento do método socioideológico e dialógico de Bakhtin. Adam (1999), dentro da linguística textual, defende claramente seus objetivos; Bronckart (1997) tem interesse no contexto sociossubjetivo e produção dos discursos, todavia a descrição linguística-textual possui relevância; e Marcuschi (2002) não apresenta consistência em sua teoria, uma vez que

não estabelece claramente as relações entre a noção de tipos e de gêneros textuais, embora apresente a distinção entre essas noções e mencione sobre as sequências textuais que compõem um gênero.

Pertinente é a alusão a Bakhtin, no que concerne a educação linguística de sua obra, em Rojo (2008):

O ensino das disciplinas verbais conhece duas modalidades escolares da transmissão que assinala o discurso de outrem (do texto, das regras, dos exemplos); “de cor” e “com suas próprias palavras”. [...] Esta segunda modalidade de transmissão escolar da palavra de outrem “com nossas próprias palavras” inclui toda uma série de variantes da transmissão que assimila a palavra de outrem em relação ao caráter do texto assimilado e dos objetivos pedagógicos de sua compreensão e apreciação. (BAKHTIN, 1934-35/1975, p. 142, *apud* ROJO, 2008, p. 96)

De acordo com Rojo (2008, p. 96), o autor identifica duas atitudes ideológicas na transmissão da palavra alheia: “a *palavra autoritária* e aquela *internamente persuasiva*”. Esta é caracterizada pelo dialogismo e pela “compreensão e assimilação ativa e livre”; já o discurso autoritário (como o do pai, o dos adultos, o dos professores) exige a aceitação e o reconhecimento.

A adoção dos diversos gêneros na esfera escolar, ou seja, a didatização, coloca em confronto as formas do dialogismo inerentes aos gêneros, aos textos e as formas autoritárias de transmissão e assimilação.

Segundo Rojo (2008, p. 97), os estudos sobre gêneros discursivos bakhtinianos consistem numa abordagem criativa, persuasiva, “centrífuga”, enquanto os estudos com as formas, tipologias e normas gramaticais, são formas “autoritárias, modelares, prescritivas, centrípetas”.

Quanto aos estudos francófonos, através de Schneuwly e Dolz (2004) conhecemos a transposição didática e o tratamento dos gêneros da Equipe de Didática de Línguas da Universidade de Genebra. Assim como os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, os gêneros nesses estudos também são propostos como objetos de ensino de língua materna. Os autores refletem sobre a noção de gêneros com base na linguística textual e buscam vínculo com a concepção bakhtiniana de gêneros discursivos e a concepção vygotskiana de desenvolvimento e aprendizagem.

O gênero, nesse trabalho, é concebido como um instrumento que cumpre a função de desenvolver capacidades individuais; e é também social e mediador, possibilitando transformações das atividades. À concep-

ção bakhtiniana, Schneuwly integra a noção de instrumento e desenvolve a própria definição de gênero:

[...] há visivelmente um sujeito, o locutor-enunciador, que age discursivamente (falar/escrever), numa situação definida por uma série de parâmetros, com a ajuda de um instrumento que aqui é um gênero, um instrumento semiótico complexo, isto é, uma forma de linguagem prescritiva, que permite, a um só tempo, a produção e a compreensão de textos. (SCHNEUWLY, 2004, p. 24)

Conforme o autor, existem outros esquemas de utilização que são abordados pelos níveis de operações necessárias para a produção de um texto, como o nível do conteúdo, comunicativo e linguístico, organizados pelo gênero. Nesse sentido, o gênero é concebido como “megainstrumento” (*ibidem*).

Poderíamos aqui construir uma outra metáfora: considerar o gênero como um megainstrumento, como uma configuração estabilizada de vários subsistemas semióticos (sobretudo linguístico, mas também paralinguístico), permitindo agir eficazmente numa classe bem definida de situações de comunicação. [...] Esse megainstrumento está inserido num sistema complexo de megainstrumentos que contribuem para a sobrevivência de uma sociedade. (SCHNEUWLY, 2004, p. 25)

Schneuwly (*ibidem*) analisa os gêneros primários e os secundários bakhtinianos fazendo analogias ao processo de desenvolvimento da linguagem vygotskiano. Os gêneros primários são instrumentos que orientam as crianças nas diversas práticas espontâneas de linguagem, assim como os conceitos cotidianos, que são adquiridos nas interações sociais e experiências pessoais. Na medida em que novas situações surgem, os gêneros tornam-se complexos. As práticas convencionais e culturais de contextos linguisticamente criados dão acesso aos gêneros secundários, como os conceitos científicos que se desenvolvem em situações elaboradas de aprendizagem.

Schneuwly e Dolz (2004) preocupam-se com os meios de ensino da expressão oral e escrita. Conforme os autores, o currículo escolar deveria ser preciso e apresentar informações concretas sobre os objetivos. Pensando nisso, propõem a progressão curricular, que visa organizar a ordem temporal dos conteúdos. Ela deve consistir em sequências de atividades que garantam o avanço da aprendizagem dos alunos. Com isso, sugerem os agrupamentos de gêneros como instrumentos para construir a progressão.

Os critérios usados para tais agrupamentos têm como base os domínios sociais de comunicação, aspectos tipológicos e capacidades de linguagem dominantes. Os autores apresentam cinco agrupamentos (cf.

SCHNEUWLY & DOLZ, 2004, p. 51 e 102) que relacionam às tipologias: narração, relato, argumentação, exposição e descrição de ações a fatores sociais. A título de exemplo – os gêneros orais e escritos: conto, fábula, lenda, narrativa de aventura etc. são agrupados devido à semelhança da tipologia predominante: narração; do domínio social: cultura literária ficcional; e a capacidade de linguagem: “mimeses da ação através da criação de intriga” (*ibidem*, p. 51).

Vale ressaltar que os agrupamentos não podem ser analisados de forma estanque, pois os gêneros não podem ser classificados como pertencentes a apenas um grupo. Levando em consideração o caráter heterogêneo dos gêneros, é possível determinar certas características predominantes como protótipo de cada agrupamento.

Os autores propõem que cada agrupamento faça parte do currículo em todos os anos de escolaridade, abordando diferentes níveis de complexidade. Torna-se fundamental que a organização da progressão seja flexível, tendo em vista que o processo de aprendizagem não é comum a todos os alunos.

Além disso, os autores apresentam procedimentos para o trabalho com os gêneros textuais com base na sequência didática. O trabalho com as sequências inclui atividades de expressão e estruturação da língua, pois segundo os autores, ambas as abordagens se complementam. Portanto, é um trabalho com base numa perspectiva textual. “A perspectiva textual, o que, como já foi sublinhado várias vezes, implica levar em conta os diferentes níveis do processo de elaboração de textos” (*ibidem*, p. 96).

Uma sequência didática possui a seguinte estrutura: apresentação da situação, em que todas as informações sobre o gênero serão expostas aos alunos; produção inicial, o primeiro texto (oral ou escrito) elaborado pelos alunos, em que será possível definir como e quantas serão as etapas seguintes; módulo 1; módulo 2; módulo “n”, em que serão desenvolvidos diversos níveis da linguagem; e produção final, em que será identificado o que os alunos conseguiram aprender.

Diante do exposto, Rojo (2008, p. 97) defende que a crença sobre gêneros como megainstrumento é produtiva, inclusive para o ensino-aprendizagem. Instrumentos linguísticos, como os recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, ou o estilo, no sentido bakhtiniano, entram em funcionamento e são analisados através do grande instrumento, que é o gênero. Porém, percebe-se uma mescla das duas vertentes: os gêneros são concebidos como “modelo e referência” (satisfazendo a abordagem pres-

critiva) e também pela sua “flexibilidade e plurissemia” (satisfazendo a abordagem criativa e persuasiva).

Com base nos argumentos expostos, conclui-se que Rojo (2005 e 2008) assevera inconsistências na abordagem sobre os gêneros textuais. Embora leve uma diversidade maior de textos para sala de aula, essa vertente não garante uma leitura crítica, reflexiva e cidadã. A autora defende e se posiciona ao lado dos estudos com direcionamentos bakhtinianos, ou seja, os estudos que analisam os gêneros discursivos, pelo viés dialógico, criativo e persuasivo.

Em virtude dessas considerações, convém identificar as abordagens que permeiam o livro didático de português. Mas, antes da análise das propostas, faremos um breve percurso metodológico no ensino de língua portuguesa.

3. *Um percurso do ensino de língua portuguesa (Parâmetros Curriculares Nacionais, Programa Nacional do Livro Didático e livro didático de português)*

Em relação ao contexto das renovações metodológicas do ensino de língua portuguesa, segundo Rojo (2008, p. 81), na primeira metade do século XX, a escola pública ainda era restrita à elite. O ensino centrava-se no latim, duas línguas estrangeiras modernas, a história da literatura, o estudo da gramática e de filosofia. Os gêneros, na tradição da poética e da retórica aristotélica, faziam parte das práticas didáticas, que tinham como suporte a Antologia nacional. Esta apresentava textos como modelos para a aquisição da norma culta (RAZZINI, 2000, p. 241, *apud* ROJO, 2008, p. 85-86).

Nas aulas de língua portuguesa, os textos serviam para o estudo da língua em si, ou como modelo para reproduzir ou compor, até que surge a chamada “virada pragmática ou comunicativa” no ensino de língua materna, através da Lei 5.692, de 1971, que impõe a necessidade do acesso de toda a população à escola pública (*ibidem*, p. 86).

Diante do novo perfil de alunos e professores no contexto escolar, a reconfiguração dos objetos da disciplina tornou-se necessária. Nas décadas de 70, 80 e 90, muitos questionamentos e estudos foram levantados em prol da reformulação do ensino. Com isso, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 1998) passam a adotar algumas dessas inovações, destacando os textos (orais e escritos) e os gêneros discursivos co-

mo objetos de ensino, a fim de garantir o desenvolvimento da competência linguística do educando, e proporcionar a reflexão e o uso adequado da linguagem em diversas situações.

A organização dos discursos é atribuída à noção de gêneros, os quais sob múltiplos aspectos envolvidos compartilham características. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, que se configuram em um conjunto de diretrizes norteadoras do ensino, recomendam que tenha como foco principal o texto em seus diversos gêneros. Trata-se de uma verdadeira mudança de paradigma, que pode ser verificada no trecho do documento citado:

Nessa perspectiva, necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros [...] a seleção de textos deve privilegiar textos de gêneros que aparecem com maior frequência na realidade social e no universo escolar, tais como notícias, editoriais, cartas argumentativas, artigos de divulgação científica, verbetes enciclopédicos, contos, romances, entre outros. (BRASIL, 1998, p. 27)

A preocupação de que o trabalho pedagógico parta de textos reais, que existam e circulem socialmente, e de que as condições de produção desses textos, suas formas, os temas sobre os quais eles discorrem, suas composições, seus estilos e suas finalidades sejam abordados, traz a noção de gênero para o foco das discussões a respeito das inovações das aulas de língua portuguesa. O objetivo desta proposta é de formar cidadãos capazes de participar, de forma consciente, crítica e criativa, de uma sociedade cada vez mais complexa, o que só acontecerá se o aluno puder ter acesso a uma formação adequada para as demandas da sociedade atual. Essa formação passa pelo acesso e pelo estudo dos gêneros, por meio dos quais nos comunicamos e agimos socialmente.

Em sua fundamentação teórica, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* abrem um leque de referências. Várias vertentes sobre os estudos dos gêneros discursivos são possíveis de identificação. Tendo em vista as considerações de Rojo (2008, p. 93), é evidenciada a obra bakhtiniana:

Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza **temática, composicional e estilística**, que os caracterizam como pertencentes a este ou àquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como

Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de determinado (a) esfera/campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada esfera/campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (*Bakhtin*,

objeto de ensino (BRASIL, 1998, p. 23).

1952-53/1979, p. 262)

(ROJO, 2008, p. 93)

A partir da identificação da referida teoria, é possível reconhecer as crenças sobre gêneros que subjazem os *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ao se apropriarem dos estudos do Círculo de Bakhtin, o documento propõe tanto que os gêneros sejam considerados como norteadores das atividades humanas, quanto uma análise dialógica e sócio-histórica dos mesmos.

No que tange ao principal recurso de que dispõe o professor, o livro didático, houve também consideráveis transformações. O Estado, através de programas específicos de avaliação do Ministério da Educação⁷⁵, influenciou e pressionou inovações nos livros.

As obras didáticas atualmente são compostas, em linhas gerais, por unidades com gêneros diversos, conteúdos e atividades destinadas às aulas de língua portuguesa. Têm-se a preocupação em oportunizar, ao aluno, o contato com gêneros que circulam no meio social e em oferecer-lhe recursos linguísticos e expressivos, para que se possa instrumentalizá-lo para ampliar a compreensão de textos e sua competência discursiva.

O Programa Nacional do Livro Didático representa um reflexo das renovações metodológicas e preocupação com a qualidade do ensino público. A partir de 1996, segundo Rangel (2002, p. 13), o Ministério da Educação (MEC) passou a subordinar a compra dos livros didáticos inscritos no Programa Nacional do Livro Didático à aprovação prévia. Fazem parte da equipe avaliadora dos livros didáticos, além da comissão oficial do Ministério da Educação, educadores e pesquisadores envolvidos no processo ensino-aprendizagem e em estudos científicos.

⁷⁵ Segundo Batista (2000, *apud* BEZERRA, 2010, p. 45): A relação do Ministério da Educação (MEC) com o livro didático vem bem antes dos anos 1990: desde 1938, quando foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que estabeleceu condições para a produção, importação e utilização do livro didático. Em 1966, foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), para coordenar as ações relativas à produção, edição e distribuição do livro didático; em 1971, o Instituto Nacional do Livro (INL) passou desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF); em 1976, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) passou a ser responsável pela execução dos programas do livro didático; em 1983, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorporou o PLIDEF; em 1985, o PLIDEF foi substituído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que imprimiu várias mudanças na avaliação do livro didático; e, em 1996, é iniciado o processo de avaliação desse livro, nos moldes atuais.

Vale ressaltar que os princípios e critérios definidos pelo programa, especialmente no caso de língua portuguesa, são um conjunto de crenças e valores sobre o ensino de língua materna. Subjacentes às orientações estão as concepções dos idealizadores e integrantes do programa, influenciados por estudos sobre língua e linguagem, que geraram também inovações metodológicas assumidas por documentos oficiais, como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* e as Diretrizes Curriculares para a educação básica, por exemplo.

Os livros didáticos de português que não apresentarem os requisitos são excluídos do processo de escolha pelas escolas. Estas têm acesso ao *Guia de Livros Didáticos*, que as orienta nesse processo. Além dos critérios (comuns e específicos) para a aprovação dos livros no Programa Nacional do Livro Didático – 2014, o *Guia* apresenta resenhas críticas de cada coleção aprovada e orientações para analisá-las no processo de escolha. Com isso, oferece subsídios para o professor optar pela coleção mais adequada ao projeto político-pedagógico da unidade escolar e proporciona reflexão sobre as possíveis intervenções: desdobramentos ou reduções de atividades em sala de aula.

De acordo com o *Guia* (BRASIL, 2013, p. 7-8), as coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático fornecem parte dos recursos para o trabalho docente, ou seja, o livro não deve ser o único recurso. As coleções visam:

- ampliar e aprofundar a experiência do aluno com a cultura da escrita;
- desenvolver sua proficiência nas práticas discursivas (oral, leitura e produção textual), inclusive nas práticas menos cotidianas, que apresentam maior nível de complexidade;
- propiciar reflexão e construção progressiva de conhecimentos sobre a língua e a linguagem;
- aumentar a autonomia do aluno e o prosseguimento nos estudos.

Em relação aos gêneros discursivos, o documento menciona que o ensino deve organizar-se garantindo ao aluno: “(...) a proficiência em leitura e escrita no que diz respeito a gêneros discursivos e tipos de texto representativos das principais funções da escrita em diferentes esferas de atividade social” (*ibidem*, p. 16).

De acordo com o *Guia*:

(...) as práticas de reflexão, assim como a construção correlata de conhecimentos linguísticos e a descrição gramatical, devem justificar-se por sua funcionalidade, exercendo-se, sempre, com base em textos produzidos em condições sociais efetivas de uso da língua, e não em situações didáticas artificialmente criadas. (BRASIL, 2013, p. 17)

Pode-se depreender dessa orientação, a crença de um ensino de língua portuguesa que privilegie a real comunicação discursiva, inferindo, assim, o estudo dos gêneros, pois esses se efetivam nas práticas sociais e orientam os falantes nas diversas situações.

Considera-se que o livro didático apresenta escolhas e ênfases em assuntos e atividades didáticas, que revelam um sistema de crenças, valores e concepções. Além disso, obedecer às leis de consumo e aos critérios de aprovação do Programa Nacional do Livro Didático é imprescindível. Não se pode ignorar essas influências na construção da obra didática, mas tentar compreender como esse conjunto de concepções, orientações e regras se materializam e se acomodam no livro didático.

Na próxima seção, reconheceremos como o conceito de gênero se efetiva no livro didático de português, através da análise de propostas de atividades na obra já referida.

4. Análise das propostas de atividades do livro didático de português

4.1. Um panorama da coleção *Tecendo Linguagens*

Cada volume da coleção *Tecendo Linguagens* é organizado em quatro unidades, que são divididas em capítulos e subdivididas em seções e subseções. A coleção contempla os quatro eixos que satisfazem o ensino de língua portuguesa: leitura, conhecimento linguístico, produção textual e oralidade, conforme a resenha do *Guia de Livros Didáticos – 2014* (BRASIL, 2013).

O princípio organizador da coleção é o tema. Temas como a vida em sociedade, identidade pessoal, o mundo da ficção, cultura popular, consumo, lusofonia, língua e linguagem, profissão, discriminação, violência entre outros são relacionados a diversos gêneros escritos, como artigos científicos e de opinião, contos, crônicas, charges, histórias em quadrinhos, mangá, poemas, propagandas, reportagens etc.; e gêneros orais, como debate, entrevista, júri simulado e seminário. Podem-se observar as seguintes esferas ou domínios discursivos: científico, cotidiano, escolar, jornalístico, literário, jurídico, publicitário etc.; e os seguintes

suportes de gêneros: cartazes, internet, jornais, revistas, livros, outdoor, panfleto, televisão etc.

A coleção privilegia o eixo de leitura, associando o contexto escolar às práticas sociais e abordando os três níveis de compreensão: o objetivo, o inferencial e o avaliativo. Apresenta textos multimodais e característicos das novas mídias. As atividades propõem a análise estrutural dos gêneros e suas funções comunicativas.

O eixo de produção textual (escrita) propõe gêneros que foram estudados nos capítulos, estabelecendo a relação entre os eixos de leitura e produção. Além da produção criativa, são apresentados transcrições e recontos, bem como, orientações para planejamento, avaliação e escrita. Esse eixo tem como fundamento a progressão curricular, pois visa adotar uma variedade tipológica (narrativa, expositiva, descritiva, e argumentativa) através dos gêneros, em cada ano de escolaridade. Pode-se, aqui, reconhecer a consonância com a proposta didática de Schneuwly e Dolz (2004) revisada neste trabalho.

Observa-se que o eixo de oralidade não é satisfatório. A coleção apresenta poucos gêneros orais. O próprio *Guia* (BRASIL, 2013) reconhece a escassez do trabalho com a oralidade na coleção e sugere aos professores, em sua resenha, um maior desdobramento das atividades em sala de aula.

O eixo de conhecimentos linguísticos enfatiza a construção de conhecimentos gramaticais e o recurso à nomenclatura tradicional. O *Guia* (*ibidem*) assevera que esse eixo visa a uma perspectiva tradicional e o considera um ponto fraco da coleção.

Feito esse panorama e considerações críticas de toda a coleção, faremos a seguir uma análise das propostas de atividades do quarto volume.

4.2. Propostas de atividades referentes ao 9º ano de escolaridade do ensino fundamental

Esta seção apresenta uma reflexão sobre propostas de atividades do 9º ano de escolaridade do ensino fundamental, dos eixos de leitura, produção textual, oralidade e conhecimentos linguísticos, da coleção *Tecendo Linguagens*.

A proposta a seguir integra o eixo de leitura. A unidade explora a esfera literária e o capítulo aborda o gênero “conto”, sobre a temática “discriminação social”. As questões referem-se ao conto “O vagabundo na esplanada”, de Manuel da Fonseca, da seção “Prática de leitura” e subseção “Por dentro do texto”:

POR DENTRO DO TEXTO

1. Em quanto tempo você acha que a história se desenvolve? Justifique sua resposta.
2. Qual é o ambiente em que a história acontece?
3. Releia a descrição do vagabundo.

Cerca de cinquenta anos, **atarracado**, **magro**, tudo nele era **limpo**, mas **velho** e cheio de remendos. Sobre a esburacada camisola interior, o casaco puído nos cotovelos e demasiado grande caía-lhe dos ombros em largas pregas, que ondulavam atrás das costas ao ritmo lento da passada. Desfiadas nos joelhos, muito curtas, as calças deixavam à mostra as canelas, nuas, finas de osso e nervo, saídas como duas ripas dos sapatos cambados. Caído para a nuca, copa achatada, aba às ondas, o chapéu parecia uma auréola **alvacentas**.

Apesar de tudo isso, o rosto largo e anguloso do homem, de onde os olhos **azuis-claros** irradiavam como que um sorriso de **luminosa** ironia e **compreensivo** perdão, erguia-se, intacto e distante, numa **serena** dignidade.

- a) Pesquise as palavras desconhecidas do trecho e anote o seu significado no caderno.
- b) O trecho que você releu é predominantemente narrativo, descritivo ou argumentativo?
- c) A que classe gramatical pertencem as palavras destacadas?
- d) Pelas vestes que usa, por sua aparência, o vagabundo passa uma imagem negativa para as pessoas que o veem. O conto confirma ou contradiz essa imagem que as pessoas fazem dele?
- e) Copie expressões ou frases do trecho destacado que constroem uma imagem de dignidade e superioridade do vagabundo.

22

(OLIVEIRA, T. A. et al., 2012, p. 22)

Como se pode perceber as três primeiras questões enfatizam a estrutura do gênero e informações de fácil identificação. As questões 1, 2, 3.d e 3.e recorrem a elementos explícitos na materialidade textual e transcrição, que não exigem a reflexão do aluno. A questão 3.a propõe a pesquisa do significado da palavra, sem estimular a construção e manifestação do significado no referido contexto. A questão 3.b trata da predominância da tipologia textual, tal como as teorias dos gêneros textuais propõem (conforme os estudos de Marcuschi e Schneuwly e Dolz revisados neste artigo). Porém, a questão não representa um nível de complexidade para alunos do 9º ano de escolaridade do ensino fundamental, uma vez que a resposta já foi dada no enunciado 3. (“Releia a descrição do

vagabundo”). Enquanto a questão 3.c trata dos recursos gramaticais de forma tradicional, exigindo apenas a nomenclatura tradicional de classificação das palavras sem evidenciar a função desse recurso no processo de compreensão do gênero e sua acentuação valorativa. O que permite observar um distanciamento dos estudos de gêneros discursivos, ou seja, da concepção discursiva de gêneros.

No eixo de produção textual (escrita), uma das propostas que o quarto volume apresenta consiste na produção de um conto, gênero estudado no capítulo anterior, portanto, os alunos tiveram oportunidade de conhecer suas características para depois produzir. Na seção “Produção de texto”, são apresentadas orientações relevantes para o planejamento e criação do conto, bem como três opções de temas para a escolha do aluno. Parte dessas orientações encontra-se a seguir:

Para escrever o conto

1. Qual é o público leitor do texto?
2. Que linguagem vou empregar?
3. Qual é a estrutura que o texto vai ter?
4. Onde o texto vai circular?

Orientações para a produção

1. O conto é um texto breve, que condensa grande significado e profundidade. Recorra a uma das três propostas apresentadas, defina qual será o conflito principal da história, responsável por desencadear a sequência da narrativa, e desenvolva o texto procurando criar símbolos e imagens. Para isso, utilize recursos, como: linguagem figurada, descrição, jogo de oposições etc.
2. Narre em 3ª pessoa.
3. Pense na solução e no desfecho considerando que ambos precisam estar de acordo com o restante das informações e só podem surgir quando o conflito estiver suficientemente desenvolvido.
4. Produza um título coerente com o conflito narrado.
5. Observe a coesão textual, evitando repetições desnecessárias.

(OLIVEIRA, T. A. et al, 2012, p. 50)

Essa proposta aborda aspectos variados da linguagem, apresentando elementos essenciais para reflexão dos alunos nos itens 1, 2, 3 e 4 – “Para escrever o conto” e 2, 3, 4 e 5 – “Orientações para a produção”. Porém, no item 1 (em “Orientações para a produção”), observa-se uma contradição ao tratar das tipologias textuais. O enunciado refere-se à narrativa como sequência encontrada no conto e a descrição como recurso. Infere-se, aqui, que narração e descrição não são da mesma natureza, ou

seja, ambas sequências tipológicas como foram tratadas na proposta demonstrada anteriormente (3.b). A coleção se apropriou dos estudos das tipologias, da linguística textual, de forma inconsistente. Portanto, os alunos não foram bem orientados para essa produção.

Em relação ao eixo da oralidade, como já dito anteriormente, os gêneros orais, na coleção são escassos. O exemplo que se segue é uma das poucas propostas que o quarto volume apresenta:

Na trilha da oralidade

Atividade de retextualização: editar uma entrevista

Ao ler a entrevista com a atriz Mariana Ximenes, a seguir, você perceberá que o site que a publicou conservou nela várias marcas de oralidade e indicou algumas reações que a atriz teve ao ser entrevistada.

Suponha que você seja o editor de uma revista que precisa publicar o texto sem as marcas de oralidade e a indicação dessas reações. Em seu caderno, reescreva a entrevista, editando-a.

20 dez. 2011.

60 ANOS DA TELENÓVELA:
“Ela parecia cega, surda e muda. Aí não dá!”, diz Mariana Ximenes sobre mocinha que interpretou

JAMES CIMINO
Editor-assistente de UOL Entretenimento

Na segunda entrevista sobre os 60 anos da telenovela no Brasil, o **UOL Televisão** conversou com Mariana Ximenes. A atriz começou aos 16 anos no SBT com a novela “Fascinação”, de Walcyr Carrasco, em que contracenava com Regiane Alves, Caio Blat e Marcos Damigo. De lá para cá foram doze novelas, duas minisséries e diversas participações em seriados. A atriz deu entrevista no camarim de sua peça “Os Altruístas” em que interpreta

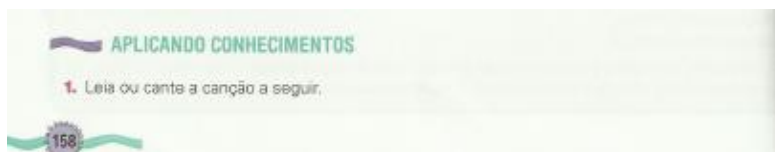
197

(OLIVEIRA, T. A. et al., 2012, p. 197)

Além de não apresentar os diversos gêneros orais que circulam no meio social, o trabalho também parece insatisfatório, pois propõe a retextualização, que significa descaracterizar o gênero. O gênero oral “entrevista” foi editado em determinado veículo de comunicação, que cumpre um papel social, tem determinada intencionalidade e em um tempo e espaço disponível; os atores da situação demonstram sua identidade e posicionamentos através de sua fala; enfim muitas revelações podem ser fei-

tas. Propor a reescrita da entrevista sem os marcadores conversacionais é descartar ricas possibilidades de análise. Os professores devem mesmo fazer uso dessa proposta desdobrando-a, como sugere o *Guia de Livros Didáticos* (BRASIL, 2013).

Quanto ao eixo de conhecimentos linguísticos, encontram-se, no quarto volume, atividades de análise gramatical com gêneros apresentados somente para esse fim, ou seja, usa gêneros como pretexto, como os exemplos a seguir:



(OLIVEIRA, T. A. et al., 2012, p. 158-159)

As propostas de atividades acima fazem parte da unidade que explora os temas: preservação ambiental e cultura; e os gêneros-chave, para leitura e interpretação, são artigo de opinião e reportagem. Como é possível notar, o fenômeno da variação linguística não foi explorado, que seria enriquecedor nesses casos. Na questão 2, o gênero abordado (fábula) nem sequer foi mencionado. Novamente propõe a reescrita ao invés de minúcias análises. O destaque foi o da correção, ou seja, o enquadre de uma manifestação linguística à norma de prestígio; e mencionando, ainda, que esse é o papel do professor. Além disso, o eixo de conhecimentos linguísticos é tratado de forma estanque aos demais. Alguns gêneros são apenas motivações para análises gramaticais.

5. Considerações finais

Neste trabalho, conheceu-se um pouco da transformação do trabalho com textos nas aulas de língua portuguesa; o uso do livro didático de português; e principalmente, a respeito dos gêneros, foi possível aprofundar a definição e distinção entre gêneros discursivos e gêneros textuais, bem como suas transposições pedagógicas.

Compreende-se, pois, que as teorias de gêneros discursivos enfatizam a manifestação dos discursos em cada situação de comunicação, considerando *o tema, o estilo e a construção composicional* (BAKHTIN, 2011). Já as teorias de gêneros textuais enfatizam a descrição estrutural do gênero e sua materialidade. A título de exemplificação, destacou-se

que Bakhtin representa um teórico que propôs um estudo sobre os gêneros discursivos; Marcuschi, sobre gêneros textuais; e Schneuwly e Dolz, se aproximam de ambas vertentes, conforme Rojo (2005 e 2008).

Como resposta à questão do presente trabalho, as propostas analisadas indicam que na coleção *Tecendo Linguagens* (vol. 4), aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático – 2014, há predominância da concepção textual de gêneros como embasamento teórico. Convém ressaltar que, ainda assim, a apropriação dessas teorias (as de gêneros textuais) não é plena, pois foi observada inconsistência ao tratar das tipologias textuais. O avanço metodológico está na adoção da diversidade de gêneros, de variados temas, suportes e esferas sociais, mas a exploração dos mesmos, no referido volume, ainda é limitada. Gêneros representativos da vivência real, com análise superficial, não garantem interação eficiente com o meio. Verifica-se ênfase na materialidade linguística, decodificação de informações explícitas e pouco complexas, transcrições, correção e reescrita dos gêneros. Atividades essas que não oportunizam uma visão reflexiva e crítica dos alunos, principalmente, os que estão prestes a concluir o ensino fundamental.

Enfim, dentro dos limites do artigo, espera-se que estas reflexões contribuam para um trabalho pedagógico à luz dos estudos da concepção discursiva de gêneros. Esta não descarta a materialidade textual, apenas a complementa com uma abordagem criativa e dialógica. Que os docentes possam revisar as propostas do livro didático de português a fim de buscar consistência e qualidade para sua prática educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. L. T. *Metáfora conceitual e conhecimento nos discursos e práticas de professores do ensino fundamental*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____; (VOLOCHINOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARCELOS, A. M. F.; ABRAHÃO, M. H. V. (Orgs.). *Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores*. Campinas: Pontes, 2006.

BEZERRA, M. A. Ensino de Língua Portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. Textos: seleção variada e atual. In: DIONISIO, A. P.; BEZERRA, M. A. *O Livro Didático de Português: múltiplos olhares*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2014. Língua portuguesa: ensino fundamental, anos finais*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

_____. LDB – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB) N.º 9394/96.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa* / Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

DIONISIO, A. P.; BEZERRA, M. A. *O livro didático de português: múltiplos olhares*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org.: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: SCHNEUWLY, B. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org.: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.

FIORIN, J. L. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (Orgs.). *Texto ou discurso?* São

Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. V. Flagrantes da construção interacional dos sentidos. In: BRAIT, B. e SOUZA-E-SILVA, M. C. (Orgs.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Trad.: Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). Prefácio. In: _____. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

OLIVEIRA, T. A. et al. *Tecendo Linguagens*. Língua portuguesa, 9º ano do ensino fundamental. 3. ed. São Paulo: IBEP, 2012.

RANGEL, E. Livro didático de português: o retorno ao recalcado. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. *O livro didático de português: múltiplos olhares*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. Gêneros de Discurso/Texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao *trivium*. In: SIGNORINI, I. (Org.). *[Re]discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, B. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org.: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TÍLIO, R. Atividades de leitura em livros didáticos de inglês: PCN, letramento crítico e o panorama atual. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. Belo Horizonte: Epub, vol. 12, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em: 02-12-2013.

POLIDEZ E TRABALHO DE FACE NOS E-MAILS INTERENOS DE UMA EMPRESA DE ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)
chaves.adri@hotmail.com

RESUMO

Os e-mails são priorizados como meio de comunicação nas empresas pela sua rapidez, baixo custo e caráter multifuncional. Os gestores enfrentam o desafio de comunicar-se eficientemente por meios eletrônicos. Meu objetivo neste trabalho é, à luz dos conceitos de polidez e trabalho de face, investigar possíveis causas das falhas de comunicação nos e-mails de pedidos enviados entre os gestores de uma empresa de ensino de línguas. Metodologicamente, a análise de natureza qualitativa-interpretativa, é desenvolvida considerando uma sequência de e-mails de pedidos que não atingiu o objetivo esperado. Os resultados indicam que esses profissionais precisam desenvolver maior conhecimento tecnológico, isto é, saber usar todas as possibilidades disponíveis da ferramenta, estando conscientes sobre as consequências das suas escolhas e aprimorar a competência comunicativa nesse peculiar domínio de discurso no território da comunicação, criado pelo e-mail.

Palavras-chave: Polidez. Face. E-mails profissionais. Comunicação.

1. Introdução

Muitos têm sido os estudos sobre comunicação interna nas empresas, no que se refere à distribuição de informações institucionais aos diversos funcionários; no entanto, ainda são poucos os que procuram estudar o discurso dos rotineiros *e-mails* escritos pelos gestores das organizações.

A comunicação eficiente é um desafio enfrentado nas organizações do mundo inteiro. Os novos meios aprimorados pelo avanço da tecnologia, tais como, faxes, internet, intranet, *e-mails* e outros se tornaram indispensáveis no contexto profissional, exigindo de seus usuários a aquisição de habilidades específicas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Se, antes, reuniões e encontros eram amplamente utilizados para comunicar e trocar informações relevantes, atualmente, os *e-mails* (correios eletrônicos) vêm sendo priorizados, pela sua rapidez, comodidade, baixo custo e caráter multifuncional.

Neste cenário atual, tornou-se rotina para os gestores interagir com pessoas de cargos e níveis hierárquicos diferentes, através de meios eletrônicos, exigindo daqueles, maior conhecimento tecnológico e competência comunicativa na produção de seus discursos escritos, de modo a assegurar a eficácia da chamada *CMC*, isto é, *Comunicação Mediada por Computador*.

Os gestores do estabelecimento de ensino XYZ também enfrentam o desafio de aprimorar suas habilidades comunicativas na utilização da nova tecnologia. Tarefas consideradas simples, como fazer pedidos através do correio eletrônico, têm gerado desentendimentos, registrados nas sequências dos *e-mails* enviados entre eles.

Diante desse contexto, emergem as seguintes questões: O que pode estar ocasionando tais desentendimentos? Que conhecimentos linguísticos e tecnológicos beneficiariam esses gestores e os ajudariam a conseguir o que pedem através dos *e-mails*?

Meu objetivo neste trabalho é, à luz dos conceitos de polidez e trabalho de face, investigar possíveis causas das falhas de comunicação nos *e-mails* de pedidos enviados entre os gestores da empresa XYZ

Considerando o limite de espaço desta pesquisa, analisarei dois *e-mails* de pedidos que não geraram os resultados esperados: o primeiro, escrito por sete gerentes de filial à gerente de marketing, pedindo apoio a um determinado evento; e o segundo, escrito pela gerente de operações, em nome das gerentes de filial, à gerente comercial, pedindo informações detalhadas sobre pagamento da comissão de um serviço prestado.

Na fundamentação teórica, trabalho basicamente com os conceitos da teoria de polidez de Brown e Levinson e do trabalho de face de Goffman, além de fazer uma breve menção aos conceitos de ato de fala de Austin e Searle. Mais ainda, sendo o *e-mail* a ferramenta de interação estudada, apresento também algumas características desse gênero, relevantes para a análise qualitativa dos dados.

2. *Atos de fala, trabalho de face e polidez*

Segundo a teoria dos atos de fala, o pedido é definido como um micro ato de intenção comunicativa que prediz uma ação futura do ouvinte. A teoria dos atos de fala surgiu no início dos anos sessenta, passando, posteriormente, a fazer parte da pragmática. Autores, como Austin e Searle, passaram a compreender a linguagem como uma forma de ação e dedicaram-se ao estudo dos atos de fala através da linguagem, como por exemplo, pedir, convencer, negar e argumentar.

Inicialmente, Austin distinguiu dois tipos de enunciados: os constativos, usados para descrever um fato, dar uma informação ou relatar um episódio, e os performativos, aqueles através dos quais, algo é feito. Mais tarde, concluiu que todos são performativos porque, ao serem enunciados, realizam algum tipo de ação, passando a afirmar que todos os usos da linguagem são modos de agir.

Diante dessa perspectiva, Austin divide os atos de fala em três categorias: ato locucionário (o que se diz), o uso de sons e palavras com significado; ato ilocucionário (como se diz), executado ao se dizer uma locução com determinada força ilocucionária; e ato perlocucionário (o efeito alcançado por dizer algo), o resultado não-convencional de certo ato ilocucionário.

Segundo Searle (1984, *apud* Ladeira 2002), o ato de pedir contém uma intenção comunicativa do falante, que pode ou não levar a uma ação futura do ouvinte, desejada ou necessária àquele.

Os pedidos feitos através dos dois *e-mails* analisados neste trabalho não geraram as ações desejadas pelas emissoras. O primeiro, escrito pelas gerentes das filiais da empresa de Zona Sul à gerente de marketing, solicitando apoio daquela área, não foi respondido pela receptora e sim por um diretor da empresa, que havia sido *copiado* e que recusou o apoio esperado. O segundo, escrito pela gerente de operações, solicitando detalhamento de comissão de um serviço prestado, à gerente comercial, gerou resposta equivocada sobre a comissão de um outro.

De acordo com a teoria dos atos de fala, o pedido é um ato ilocucionário diretivo, uma vez que é esperado do ouvinte um ato verbal ou não-verbal, demonstrando o seu reconhecimento do conteúdo proposicional do enunciado utilizado pelo falante. Para a obtenção da ação desejada, o falante usará de persuasão, que pode variar da ordem à simples sugestão, do conselho ao mero pedido de informação, conforme a relação

social entre os interlocutores. (SEARLE, 1984, p. 91, *apud* LADEIRA, 2002).

Searle (1984, *apud* LADEIRA, 2002) apresenta as seguintes pressuposições prévias, estabelecidas pelo contexto, para a execução de um pedido bem sucedido: condições preparatórias (o falante acredita que o ouvinte pode fazer o que está sendo pedido; não é óbvio que o ouvinte fará o que o falante quer, sem ser pedido); conteúdo proposicional (ato futuro do ouvinte); condição de sinceridade (o falante quer ou precisa que o ouvinte faça o que está sendo pedido) e essencial (vale como tentativa de conseguir que o ouvinte faça o que está sendo pedido).

O ato de pedir implica o uso de estratégias de obtenção de cooperação ou obediência (*compliance-gaining*). Cody e colaboradores (*apud* TRACY *et al.*, 1984, p. 530, *apud* LADEIRA 2002) apontam as seguintes dimensões que podem influenciar na percepção da situação: benefícios pessoais, apreensão da situação, resistência à persuasão, direitos, intimidade, dominância e consequências relacionais. Além disso, identificam fatores que determinam a forma de se fazer o pedido, tais como: *status*, familiaridade e teor de imposição do pedido. Para os autores, o modo pelo qual uma pessoa tenta influenciar a outra depende do grau de intimidade entre elas e do poder ou *status* que os comunicadores mantêm entre si. Tracy *et al* (1984, *apud* LADEIRA 2002) apontam dois procedimentos para o sucesso do ato de pedir, a saber: o falante deve deixar claro o motivo pelo qual faz o pedido e fazer uma investigação preliminar a respeito da capacidade do outro de executar o ato requerido.

No caso da pesquisa, as gerentes parecem achar que têm direito ao apoio solicitado, uma vez que receberam a informação da mudança de “regras do jogo”, sem a antecedência necessária: “...esta notícia significa uma mudança de procedimento a poucos dias do evento”. As gerentes de filial fizeram críticas sutis à receptora e copiando o diretor das duas áreas envolvidas, ameaçaram-na através do uso da estratégia de imposição pelo poder dele: “...e como não conseguimos falar com você...”, “Recebemos com surpresa um e-mail [...] comunicando que algumas tarefas que anteriormente eram realizadas por MKT agora estavam sob a nossa responsabilidade”.

Para Brown e Levinson (2000), o pedido corresponde a uma ameaça à face do outro. O conceito de face foi introduzido por Goffman (1967), que a define como um valor social positivo, ou imagem pública, que o indivíduo deseja alcançar para si em interação face a face com os

outros. Há dois tipos de orientação para preservar-se a face: defensiva, levando o falante a salvar a sua própria face; ou protetora, levando-o a salvar a do outro. Entre as principais razões para as práticas defensivas estão o apelo à autoimagem, ao orgulho, à honra e ao poder que o *status* dá sobre os outros. As razões que levam o falante a salvar a face alheia advêm da consciência de proteção moral do outro e da tentativa de evitar conflitos e hostilidades.

A face, conceito ligado às emoções pessoais, pode ser perdida, mantida ou enaltecida e, portanto, deve ser cuidada constantemente durante uma interação. *Estar em face* deixa a pessoa segura e confiante. *Estar fora de face* ou na *face errada* gera sentimentos de vergonha, inferioridade, humilhação e culpa. Na relação social, espera-se que o participante tenha consideração com os outros, ou seja, que salve e proteja a face alheia também. Aquele que se sente confortável frente à perda da face do outro é considerado insensível e quem não demonstra sentimento ou sofrimento pela perda da própria face é chamado de cínico ou descarado.

Segundo o autor, os atos de ameaça à face variam de acordo com a forma como ocorreram e, sobretudo, com as intenções do autor. A forma mais segura de fugir ao risco de ameaça à face é o procedimento de evitação, isto é, não participar das interações, como quando se nomeia um intermediário para tal.

Nos dois exemplos de *e-mails* analisados, percebemos a participação de intermediários, como estratégia para fugir ao risco de ameaça à face. Na primeira situação, as gerentes de filial tentam deixar a gerente de marketing fora de face, porém através do procedimento de evitação, ela não as responde diretamente e tem a face salvaguardada pelo diretor, que envia o *e-mail*, intermediando a sua resposta. No segundo caso, as gerentes de filial também protegem suas faces, evitando fazer o pedido diretamente à gerente comercial, sendo intermediadas pela gerente de operações.

O conceito de face, desenvolvido por Goffman, foi utilizado por Brown e Levinson (2000) para a elaboração da teoria da polidez, que, segundo os autores, diz respeito à busca do equilíbrio social, das relações cordiais e da preservação da harmonia das relações interpessoais por parte dos participantes, durante uma troca comunicativa. Acreditando que um comportamento polido traz às pessoas uma sensação confortável de harmonia, enquanto o rude o distancia do seu ouvinte, Lakoff (*apud* OLIVEIRA 1992), estabeleceu três regras formais de polidez: “não se

imponha”, regra apropriada em situações em que há uma diferença reconhecida de poder e de *status* entre os participantes; “ofereça opções”, apropriada para situações em que os participantes desfrutam do mesmo *status* social ou poder equivalentes, porém não são íntimos socialmente; e “encoraje sentimentos de camaradagem”, apropriada quando se pretende preservar o laço de amizade entre o falante e o ouvinte. Quando o pedido se refere a uma imposição ou quebra de camaradagem, o falante pode utilizar-se de estratégias para enfraquecer a força desse ato de fala, usando expressões de polidez, evasivas ou de indiretividade.

Brown e Levinson (2000) acreditam que quase todas as ações, incluindo as elocuições, são, potencialmente, uma ameaça à face do outro; então, a polidez torna-se um elemento fundamental para a interação de grupos sociais, uma vez que serve para amenizar os atos de ameaça à face, que podem ocorrer através de ordens, pedidos, elogios, críticas e outros. Brown e Levinson (2000) propõem dois conceitos de face: positiva, que corresponde ao desejo que todo interlocutor tem de ser apreciado e admirado (maneira como os membros desejam ser vistos pela sociedade); e negativa, relacionada ao território e preservação pessoal, que corresponde ao desejo de todo indivíduo em não ter suas ações impedidas pelo outro (desejo de liberdade de ação e liberdade para não sofrer imposição).

Quando a satisfação desses desejos é comprometida, dizemos que a face está ameaçada. O pedido, por exemplo, corresponde a uma ameaça à face negativa do ouvinte, pois pode ser interpretado como uma invasão ao território do outro. A recusa ou crítica ameaçariam a face positiva do falante, uma vez que negam determinados aspectos reivindicados pela imagem pública do interlocutor. Dessa forma, cabe ao falante decidir se deve realizar um ato de ameaça à face e escolher uma das seguintes estratégias ao realizá-lo: ser claro, usar estratégias de reparação que atendam as necessidades da face positiva/negativa, ser indireto, ou não realizar o ato de ameaça à face. Os autores identificam três fatores de natureza social que podem influenciar a escolha das estratégias do ato de ameaça à face, a saber: distância social entre os interlocutores, poder relativo do ouvinte sobre o falante e grau de posição de um ato sobre a imagem do falante e do ouvinte, ou seja, o teor de risco. Se o risco é baixo, o falante procurará realizar o ato diretamente (*bald on record*), mas se for alto, o falante procurará usar uma estratégia através da qual o ouvinte precisará usar de inferência (*off record*).

Na sequência de e-mails em estudo, as gerentes de filial ameaçaram a face negativa da gerente de marketing ao fazer o pedido e, ao enviar suas críticas com cópia para o diretor de operações e marketing, ameaçaram sua face positiva, também. Subestimando o teor de risco, escolheram fazer um ato de ameaça à face e, mesmo usando a estratégia da indiretividade, desprotegeram suas próprias faces de tal forma, que a resposta correspondeu a uma ameaça às suas faces negativas, através da recusa do pedido e às suas faces positivas, pois tiveram suas atitudes desaprovadas pelo diretor, mesmo que de forma sutil e indireta.

Mesmo tendo se tornado referência para os estudos posteriores sobre polidez, a teoria de Brown e Levinson foi criticada. Tracy e Baratz (1994), por exemplo, além de questionarem a universalidade e o tratamento unicamente teórico dos processos de interação e dos trabalhos de face, consideram a teoria dos autores descontextualizada e baseada em situações individuais. Para elas, faltam a Brown e Levinson a tentativa de aplicação da teoria à realidade, como ocorrências práticas de atos comunicativos, capazes de mostrar a influência das variações sócio-culturais. Segundo Tracy e Baratz (1994), a face é um fenômeno social criado quando as pessoas se comunicam e se refere à identidade reivindicada para si em uma interação social específica.

3. Metodologia

O atual estudo é fundamentado na Sociolinguística Interacional, que compreende a linguagem como fenômeno social, analisa a língua em uso e acredita na construção e negociação dos significados durante a interação. A pesquisa segue o método qualitativo-interpretativo, através do qual pude analisar dois e-mails de pedidos enviados entre gestores e os *e-mails* que se sucederam a eles, em cenário natural, isto é, no próprio estabelecimento XYZ, tentando entender as possíveis causas das falhas de comunicação que acabaram por gerar. Os sujeitos da pesquisa são os gestores da empresa XYZ, que ocupam os cargos de gerentes de filial, marketing, operações e comercial e diretor de operações e marketing.

A fim de responder a principal questão do trabalho, foi analisada uma sequência de e-mails de pedidos, através dos quais os remetentes não conseguiram obter os resultados esperados, gerando situações delicadas e embaraçosas. O e-mail, enviado pelas gerentes de filial da Zona Sul para a gerente de marketing, solicitando apoio para um evento, gerou um e-mail do diretor, contendo recusa do pedido e crítica indireta às des-

tinatárias. Através dos e-mails subsequentes, enviados entre as gerentes de filial, podemos observar o sentimento de desconforto do grupo com a situação.

4. Os e-mails de pedidos da empresa XYZ

Voltando às questões iniciais da pesquisa, indago-me mais uma vez: O que pode ter ocasionado a falha na comunicação desses dois e-mails? Que conhecimentos linguísticos e tecnológicos seriam necessários a esses gestores para conseguir o que pediam nos seus e-mails?

Retomando os conceitos do ato de fala, observamos que, ao fazerem suas solicitações, as remetentes produziram atos locucionários que não geraram atos ilocucionários bem sucedidos, uma vez que o ato perlocucionário (o efeito alcançado por dizer algo) foi contrário às expectativas daquelas gestoras. Suas intenções comunicativas de conseguir apoio para o evento e detalhamento de comissão, geraram (re)ações indesejadas dos seus receptores, tais como: o silêncio e recusa/crítica do diretor, a quem o pedido havia sido mandado, apenas a título de informação, no primeiro caso; e o detalhamento da comissão de um outro serviço prestado, no segundo.

Apesar de terem obedecido às pressuposições prévias de A impolidez, prevista por Culpeper, Bousfield e Wichmann (2002) e outros autores, não foi utilizada nos e-mails; ao contrário, a polidez foi a estratégia encontrada pelos interagentes para assegurar a harmonia e amenizar os atos de ameaça à face, que poderiam eventualmente ocorrer através dos pedidos.

Levando em consideração as sugestões das autoras Tracy, Baratz (1994), neste estudo, lido com a teoria da polidez e do trabalho de face de forma a aplicá-las em ocorrências práticas de atos comunicativos reais, sob a ótica de uma perspectiva interacional.

Quanto à polidez e ao trabalho de face as gerentes de filial fizeram o pedido, desprotegendo a face da receptora. Elas a criticaram dizendo que não a encontravam, reclamaram sobre a mudança do procedimento de apoio, “a poucos dias do evento” e colocaram a responsabilidade do sucesso da cerimônia em suas mãos: “gostaríamos de contar com a colaboração do setor de MKT para garantirmos o mesmo sucesso das cerimônias anteriores”.

Considerando o teor de imposição do pedido e contando com o poder de um superior, as gerentes de filial copiaram o diretor de operações e marketing, chefe das duas áreas, a fim de intimidar a destinatária e deixá-la fora de face. As consequências da primeira ação foram adversas às expectativas das remetentes, pois receberam o silêncio da gerente de marketing, que usou a estratégia da evitação para proteger a sua face. Além de receberem crítica e recusa do diretor, que apesar de ter sido copiado, indicação de que o e-mail não era diretamente para ele, acabou respondendo e enviando a resposta à gerente comercial e a todos os gerentes de filial da empresa, cometendo um ato de ameaça à face positiva das gerentes de Zona Sul, perante grande parte da empresa.

A sensação de vergonha e humilhação, própria de quem tem a face positiva ameaçada, pode ser observada nos e-mails A e B, enviados entre as gerentes de filial de Zona Sul:

E-mail A- “Só na tarraqueta...
Bia”

E-mail B - “Ihhhhh..... :(
Júlia”

Porém, observamos no e-mail C, que Maria sentiu que a sua face positiva tinha sido a única atingida:

E-mail C - Acabei de tomar uma chamada em rede nacional, que tal
?????
Enfim, como dizem os antigos, ossos do ofício!
MA”

Essa impressão foi compartilhada pelo menos por uma gerente do grupo que não se sentiu atingida no e-mail D:

E-mail D - “Foi chato...Afinal, éramos todas nós”...
Júlia

O desconforto deve-se ao fato do diretor ter feito a abertura do seu e-mail, unicamente com o nome de Maria: “Maria, Aproveitando a oportunidade...”, e destacando-a no cabeçalho (gerente Jardim Botânico; Grupo Gerentes Rio de Janeiro). Na verdade, a solicitação inicial tinha sido feita em grupo, pelas gerentes de filial da Zona Sul, como disposto abaixo:

“Um abraço,
Maria e gerentes da Zona Sul”.

Porém, ao destacar-se das demais gerentes no fechamento do e-mail, Maria desprotegeu sua face e deu a impressão de que era a única a fazer a solicitação.

Aproveitando-se da sua posição hierárquica e da facilidade da ferramenta do e-mail de reenviar para várias pessoas ao mesmo tempo o e-mail enviado indiretamente para ele, o diretor escolheu proteger a face positiva da gerente de marketing e fazer as gerentes de filial da Zona Sul perderem as delas, diante de todas as gerentes do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo que cometeu um ato de ameaça à face negativa das gerentes de Zona Sul, recusando-lhes o pedido, ameaçou suas faces positivas, desaprovar-lhes a atitude perante os colegas:

E-mail E- “Não houve mudança de procedimento, uma vez que as demais áreas têm organizado este evento com seus próprios recursos. Fora isso o Mktg. apoiou os eventos de entrega de metas e os aniversários das filiais, que receberam algum tipo de apoio logístico ou financeiro. [...] A área de Marketing tem buscado atender de forma eficiente e ágil todas as demandas das filiais e as institucionais, e, aparentemente há uma percepção positiva dos resultados”. “Atender bem às demandas das filiais é total prioridade para todos no EC, mas devemos ter claro que existem limitações...”.

“Qualquer dúvida estarei à disposição.”

Mesmo colocando-se à disposição, o diretor não recebeu qualquer resposta das gerentes da Zona Sul, que fizeram a escolha da evitação, limitando-se a trocar e-mails de desabafo entre elas.

5. Considerações finais

Ao final deste estudo, constatamos que a comunicação nem sempre é efetuada de forma eficiente no estabelecimento de ensino XYZ, tornando-se um desafio para os gestores que, apesar de interagirem internamente através de meios eletrônicos, ainda encontram dificuldade em executar tarefas simples como fazer pedidos.

Esses profissionais precisam desenvolver maior conhecimento tecnológico, isto é, saber usar todas as possibilidades disponíveis da ferramenta, estando conscientes sobre as consequências das suas escolhas, e aprimorar a competência comunicativa na produção de seus discursos escritos, pois apesar de dominarem bem a língua, pela própria natureza daquele contexto profissional, ainda precisam aprender sobre esse novo e peculiar domínio de discurso no território da comunicação, criado pelo e-mail.

Por fim, acredito que a sistematização de alguns conceitos da Sociolinguística Interacional sobre os processos de uso da linguagem em interação nos contextos organizacionais e a aquisição do conhecimento dessa nova modalidade de interação chamada CMC, ou seja, *Comunicação Mediada por Computador*, poderão contribuir não só para a eficiência da comunicação dentro das empresas, mas também para o aprimoramento das relações entre gestores e funcionários, gerando vantagem competitiva e, conseqüentemente, o almejado aumento da produtividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CULPEPER, Jonathan *et al.* Impoliteness revisited: with special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, vol. 35, n. 10-11, p. 1545-1579, 2003.

GOFFMAN, E. Footing. *Semiotica*, vol. 25, n. 1/2, p. 1-29, 1979.

_____. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Boston Northeastern University, 1986.

_____. *Interactional Ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Anchor Books, 1967.

_____. The Neglected Situation. *American Anthropologist*, vol. 66, p. 133-136, 1964.

LADEIRA, Wania Terezinha. O Senador Arruda consultou, pediu ou ordenou? Uma análise dos atos de fala da acareação do Senado. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, vol. 2, n. 2, 2002.

OLIVEIRA, M. C. L. Polidez e interação. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; SCLIAR-CABRAL, Leonor. (Orgs.). *Desvendando discursos: conceitos básicos*. Homenagem a Malcolm Coulthard. Florianópolis: UFSC, 2007.

TRACY, K.; BARATZ, S. The case for case studies of facework. In: TING-TOOMEY (Org.). *The challenge of facework*. New York: State University of New York Press, 1994.

**QUE DILMA E CICARELLI TÊM EM COMUM?
UMA LEITURA SEMIOLINGÜÍSTICA
DO SENSACIONAL SENSACIONALISTA**

Camilla Ramalho Duarte (UFF)

camillarduarte22@hotmail.com

Rosane Santos Mauro Monnerat (UFF)

rosanemonnerat@globo.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apontar a relevância do humor *nonsense* na construção do discurso do jornal *Sensacionalista* que se autointitula isento de verdade, embora use estratégias discursivas para parecer isento de mentiras. Com base nas definições de humor de Bergson (1987), Freud (1987) e Bakhtin (2010), é possível perceber, como ponto de ancoragem entre as três teorias, que o humor tem por função desprender-se do sério socialmente construído e se deslocar da rigidez do cotidiano para que o cômico seja, então, produzido. Partindo-se, ainda, da teoria semiolinguística, criada por Patrick Charaudeau, e levando-se em conta, principalmente, o que o teórico chama de *Contrato de Comunicação*, *Sujeitos sociais* e *Sujeitos discursivos*, torna-se possível demonstrar que nem sempre os limites entre verdade e mentira, ficção e realidade são precisos quando nos debruçamos sobre o discurso jornalístico, especialmente sobre o discurso jornalístico *sensacionalista*, que, por sua vez, tem como pilar de sustentação, conforme dito, o humor.

Palavras-chave:

Semiolinguística. Humor. Construção do discurso. Discurso jornalístico.

1. Apresentação

A proposta deste trabalho é analisar, brevemente, uma matéria do jornal *Sensacionalista*, a saber, “Dilma é flagrada na praia ao estilo Cicarelli”, comparando-a com outra matéria do mesmo jornal, intitulada “Mineiro chileno se emociona ao saber que sua mulher está grávida de 5 semanas”. A relevância de tal análise parece advir do fato de que o jornal virtual em questão se autointitula isento de verdade, embora, na realidade,

de, lance mão de estratégias discursivas, como é o caso do uso do jargão jornalístico, que o façam parecer isento de mentira. Não seria esse também o caso de todos os outros veículos de comunicação do mundo real?

O jornal *Sensacionalista* parece, então, colocar em xeque o papel de um jornal tradicional quando se aproveita de acontecimentos do dia a dia das pessoas para criar suas notícias que podem, no entanto, basear-se ou não em acontecimentos prosaicos. Explica-se: o discurso *sensacionalista* pode ser produzido a partir de um fato do mundo, como o caso de Dilma Rousseff, presidente do país, passar férias no litoral brasileiro, que serve de mote para a notícia acima citada, ou pode, contudo, ser criado sem nenhuma ancoragem em fatos do mundo real. É necessário, deste modo, deixar claro que os textos veiculados pelo *Sensacionalista* não passam de ficção, já que são frutos de um jornal que não tem um compromisso com a verdade nem com a informação: o único e principal objetivo do jornal é criar um efeito patêmico em seu sujeito destinatário, fazendo-o rir.

No entanto, alguns leitores desavisados – mas que seriam leitores desavisados? – podem entender que as matérias do jornal *Sensacionalista* informam acontecimentos da realidade e não da ficção, dando, portanto, um *status* de verdade àquilo que é trazido por tal jornal. Dito de outro modo: a intenção primordial do jornal que é causar o riso parece ser ignorada, já que se leva em consideração apenas o caráter informacional de tal veículo, típico dos jornais de nosso cotidiano. Ou seja, os textos sensacionalistas são encarados como se fossem notícias quando, na realidade, também poderiam ser encarados como peças humorísticas, revestidas por uma espécie de máscara de imparcialidade e credibilidade, típica dos jornais reais.

Os eixos teóricos que darão sustentação ao presente trabalho são conceitos e proposições gerais da análise semiolinguística do discurso, criada por Patrick Charaudeau, como é o caso da divisão a qual o teórico faz dos sujeitos entre sociais e discursivos, bem como aquilo que chama de *Contrato de Comunicação* que representa uma espécie de pacto existente entre os sujeitos discursivos que sobredeterminará toda a coconstrução da atividade linguageira.

O presente trabalho basear-se-á, ainda, nas definições de humor propostas por Bergson (1987), Freud (1987) e Bakhtin (2010), que posuem como ponto de encontro o fato de que, para ser produzido, o riso precisa se desligar do sério socialmente aceito e construído, desconstru-

indo, portanto, a rigidez e a fixidez do cotidiano à qual os indivíduos estão, via de regra, amarrados.

Ao se aplicarem os conceitos, anteriormente mencionados, ao *corpus* do presente trabalho, algumas questões acabam por surgir: sujeitos sociais e discursivos são sempre os mesmos? O *Contrato de Comunicação* dita a maneira como um texto deve ser produzido e até mesmo recebido? Como se torna possível gerar o efeito do riso num discurso sério, como é o caso do jornalístico?

Antes de responder às questões acima levantadas, torna-se necessário expandir os conceitos teóricos que foram mencionados nessa breve apresentação.

2. Eixos teóricos

Patrick Charaudeau, em sua teoria semiolinguística de análise do discurso, diz que os textos, de uma maneira geral, inscrevem-se em dois circuitos: um que lhes é externo e outro que, ao contrário, lhes é interno. Por circuito externo, entende-se o fato de que todo texto pertence ao mundo extralinguístico, onde os sujeitos sociais vivem e onde, consequentemente, localiza-se a situação de comunicação em que tais textos figuram, levando em conta, ainda, a incursão sócio-histórica destes.

A situação de comunicação parece, desta forma, determinar a expectativa – ou *enjeu*, no dizer de Charaudeau – da própria troca linguageira, visto que é justamente nesse espaço comunicativo que figuram as restrições e as possibilidades de comunicação que são impostas pelos papéis sociais que os sujeitos discursivos ocupam; a finalidade da troca, visto que todo sujeito discursivo é dotado, também, de uma intencionalidade discursiva; da temática abordada; e das circunstâncias materiais em que tal troca acontece.

Por outro lado, o circuito interno faz menção ao aspecto puramente linguístico dos textos, limitando-se, deste modo, à superfície dos referidos textos, sem inscrevê-los, contudo, em uma situação de comunicação e em um lugar sócio-histórico, o que cabe, como dito, ao circuito externo do texto.

Os sujeitos, para Charaudeau, ocupam um lugar de destaque nos discursos produzidos, uma vez que são dotados de uma intencionalidade também discursiva e acabam por ser responsáveis pela comunicação que

empreendem, visto que a atividade languageira é, por si só, dialógica. Ou seja, para haver atividade languageira, é fundamental a existência de, pelo menos, dois sujeitos sociais que darão vozes a sujeitos discursivos os quais tratarão de se comunicar numa troca languageira que depende, necessariamente, de tais sujeitos para produzir os efeitos de sentido possíveis.

Há, por conseguinte, quatro sujeitos responsáveis pela enunciação/coenunciação de um texto: dois deles pertencem ao circuito interno e dois deles, por sua vez, pertencem ao circuito externo. Os sujeitos do circuito externo são aqueles seres de carne e osso que ocupam um lugar no mundo e se personificam, dentro dos textos, em sujeitos discursivos. Já os sujeitos discursivos são sujeitos imaginários que figuram apenas dentro da cena enunciativa da qual fazem parte, sendo, portanto, vozes que estão no discurso, mas não no mundo extralinguístico, pertencendo, desta forma, ao circuito interno ao texto.

É importante ressaltar que o sujeito social que fala, ou seja, o sujeito comunicante, idealiza o sujeito com quem fala dentro do texto, a saber, o tu destinatário. O coprodutor do discurso, o chamado tu interpretante, por sua vez, também acaba por idealizar o sujeito enunciador. Torna-se, claro, deste modo, que as idealizações dos sujeitos acontecem no circuito externo ao texto e podem ou não se concretizar dentro do circuito interno. Dito de outro modo: o tu destinatário, idealizado pelo eu comunicante, pode ou não coincidir com o tu interpretante. Do mesmo modo, o eu enunciador, idealizado pelo tu interpretante, pode coincidir ou não com o eu comunicante. É importante salientar, também, que os efeitos de sentido que um texto pode vir a produzir dependem, intrinsecamente, de seus sujeitos discursivos e até mesmo dos sociais.

Quando a troca comunicativa ocorre, de acordo com a teoria semiolinguística da análise do discurso de Charaudeau, os sujeitos discursivos não estão preocupados em apreender somente o que cada signo linguístico, isolado, significa: estão preocupados, antes de tudo, em conceber o que aqueles enunciados significam no contexto em que são produzidos. Ou seja, os enunciados deixam de ser transparentes e passam a ser opacos, uma vez que são levadas em consideração suas condições de produção, seus sujeitos sociais, que interagem entre si, criando, assim, o que se chama de condicionamento do ato de linguagem:

Em outras palavras, os vocábulos, assim como os enunciados produzidos, não significam em si mesmos, pois eles só se tornam interpretáveis quando

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

são relacionados a um “ailleurs” mais ou menos sobredeterminante, espaço de um “condicionamento” do ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 1999, p. 30)

(...)

O objeto do interpretante não é tanto o sentido das palavras, mas a significação social que resulta de seu emprego, assim como da relação deste com algo que lhe é exterior e que, de algum modo, sobredetermina essa relação. (CHARAUDEAU, 1999, p. 30)

Deste modo, o real que a linguagem representa não é uma descrição objetiva da realidade, mas sim uma maneira de representá-la, engendrando, no discurso produzido, a intencionalidade provinda de seu comunicante, na voz do enunciador, que visa, antes de tudo, seduzir e persuadir seu destinatário, trazendo-o para a cena enunciativa, tornando-o, também, protagonista da atividade languageira, além de parceiro no espaço que é exterior ao texto.

Todo e qualquer discurso depende do contexto de produção no qual está inserido para que seu interesse social seja construído. Ou seja, é necessário que dois parceiros se reconheçam enquanto parceiros da atividade languageira e percebam qual é o quadro de referência ao qual se reportam quando se comunicam, antes mesmo de essa comunicação ser, de fato, efetuada. Somente tendo por base esse quadro de referência é que os sujeitos discursivos poderão traçar suas estratégias de troca languageira, sempre levando em conta a intencionalidade de si mesmos e da própria troca. Diante disso, torna-se claro que os sujeitos discursivos, quando parceiros da troca comunicacional, atuam em um palco que lhes impõe algumas restrições, mas, ao mesmo tempo, abre-lhes um vasto leque de possibilidades, fato esse que sempre acontece porque existe uma espécie de acordo mútuo e prévio entre esses dois parceiros a que Charaudeau (2012) chama de *Contrato de Comunicação*:

O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca languageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. Eles se encontram na situação de dever subescrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca languageira em que estão envolvidos: um contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2012, p. 68).

O *Contrato de Comunicação* parece, no nosso entender, definir qual será o gênero textual utilizado para que haja a troca comunicativa: antes mesmo de o falante escolher e combinar as palavras que usará para conseguir se comunicar, precisará escolher de qual gênero textual fará

uso, estabelecendo, deste modo, uma espécie de roteiro a ser seguido pelos protagonistas da atividade languageira.

Tal fato ocorre, visto que os sujeitos sociais e os discursivos utilizam os gêneros textuais empíricos e, por meio das representações que constroem desses gêneros, usando, para isso, sua aprendizagem e experiência, acabam por instaurar normas de conformidade languageira, associando-as aos lugares de prática social, o que nada mais é do que o próprio conceito de gênero textual visto como um artefato cultural que atende às necessidades trazidas pelos sujeitos no “aqui” e no “agora” (MARCUSCHI, 2002). Nesse sentido, o gênero textual corresponde ao conceito de *Contrato de Comunicação* trazido por Charaudeau (2012), que é, por sua vez, direcionado pelas visadas discursivas que o sujeito enunciator elenca para fazer parte do texto que produz.

Parece que a questão do humor torna-se extremamente relevante para o andamento do presente trabalho e, para tal, é importante salientar que este se baseará nas concepções de humor de três diferentes pensadores, a saber, Bergson (1987), Freud (1987), lidos a partir de Silva (2012), e Bakhtin (2010). Tendo por base o texto de Silva (2012), o qual faz uma breve retrospectiva da história do riso no século XX, torna-se importante perceber, também, que o riso exerce uma espécie de função social ao se desprender do sério socialmente construído, da rigidez cotidiana, das limitações da razão para que a verdade – e por que não dizer o próprio riso? – seja, enfim, encontrada. É a partir desse desprendimento do sério que se pode encontrar um ponto de ancoragem nos estudos dos três autores acima citados.

Para Bergson (1987, *apud* SILVA, 2012), o humor só é possível no domínio do homem, onde aparece para corrigir e restabelecer a ordem da vida e da sociedade, que foi quebrada quando a rigidez mecânica se sobrepôs ao humano. Ou seja, o riso parece, então, mais uma vez, possuir uma função social, afinal, é uma forma de normatizar a conduta social que se tornou exceção, após a regra, obviamente, ser quebrada.

Para Freud (1987, *apud* SILVA, 2012), no entanto, o chiste – entendido no presente trabalho como sinônimo de humor – é proveniente do inconsciente, assim como o sonho, afinal, diz respeito a uma relação, esboçada por Aristóteles na Antiguidade, existente entre ideias e coisas, que resulta em jogos de palavras e pensamentos. O prazer, decorrente do riso, só é possível visto que resulta de uma economia de esforço intelectual, que nada mais é do que a não necessidade de se pensar com racio-

lidade diante dos moldes intelectuais que uma sociedade pode vir a seguir.

Logo, é possível pensar numa oposição entre o sério e o riso, que, por sua vez, também é central na obra de Bakhtin (2010): para o autor, o riso carnavalesco, principalmente aquele presente na obra de Rabelais, aparece como uma forma de romper com a seriedade social vigente na época. O riso carnavalesco é, pois, um riso popular, que desconstrói a rigidez dos padrões sociais e transforma o sério em cômico e o temível em risível, afinal, “do ponto de vista discursivo, o humor pode ser abordado como uma das estratégias que servem por um lado para distrair, por outro para desconstrair o destinatário” (SILVA, 2012, p. 25). O riso pode, ainda, assumir um caráter ambivalente, posto que se mostra como burlador, sarcástico, mas cheio de alegria e alvoroço ou denegridor e, ao mesmo tempo, constrói-se como uma forma de cobrar transformações sociais e políticas nos lugares onde ocorre.

O riso, conforme acabou de ser dito acima, pode ser explorado por meio de seu viés denegridor, corretivo, insensível e subversivo, entretanto, é sob seu aspecto social que o jornal *Sensacionalista*, veículo virtual onde se encontram as notícias que compõem o *corpus* desse trabalho firma o *Contrato de Comunicação* que estabelece com seu leitor. Dito de outro modo: é por meio da cumplicidade de seus leitores, que partilham conhecimentos enciclopédicos com o sujeito enunciador, que o jornal consegue a adesão para aquilo que noticia, afinal, o objetivo primeiro do veículo midiático em questão é conquistar seu sujeito destinatário, apropriando-se, para isso, de fenômenos risíveis que permeiam a sociedade, principalmente aqueles criados a partir do cômico de situações (BERGSON, 1987, *apud* SILVA, 2012), o qual, como o próprio nome sugere, advém das situações em que se insere. Silva (2012), ao falar de anúncios publicitários, elucida tal questão.

Para atribuir sentidos ao que o personagem diz, o leitor do anúncio precisa ser cooperativo. Isso porque, um texto publicitário, enquanto ato de comunicação, pressupõe relevância, as informações veiculadas servem de alguma forma às propriedades do produto anunciado. Para entender o enunciado em questão, o leitor mobilizará o que sabe da situação de comunicação proposta pela cenografia instituída para que possa interpretá-lo adequadamente (SILVA, 2012, p. 149).

O humor, muitas vezes, traz à superfície do texto informações que não poderiam ser enunciadas de outra maneira ou assuntos considerados proibidos ou tabus para a circunstância comunicativa em questão ou ain-

da enunciações que não teriam graça por serem irrelevantes dentro do contexto comunicativo.

Portanto, é bastante pertinente pensar o discurso humorístico como sendo uma estratégia de captação dos leitores. Entretanto, tal captação só se dará se os sujeitos enunciadore e destinatários compartilharem conhecimentos de mundo que lhes façam capazes de compreender o enunciado produzido, não apenas levando em conta o aspecto linguístico ou, como nos lembra Freud (1987, *apud* SILVA, 2012), o chiste de palavras, mas sim aquilo que não se restringe ao linguístico, que é a situação de comunicação em que o discurso humorístico se insere, seu contexto social, político, ideológico e até mesmo histórico. O signo linguístico, então, não deve mais ser considerado apenas no nível do significado: deve, ainda, ser considerado nos deslizamentos de sentido que proporciona ao ser inserido numa enunciação. Uma vez mais, cita-se Silva (2012):

O humor condensa as representações sociais, possibilitando que assuntos proibidos, tabus, determinadas formas de pensar tomadas como inconvenientes por um grupo etc., venham à tona sem serem reprimidos ou repreendidos. Como postula Bakhtin (*idem*), o riso simboliza a liberdade, o não sério, o não institucional, o popular, a festividade, enfim, tudo aquilo que o homem vivencia de modo descontraído em um ambiente não oficial. Logo, o humor é uma das formas encontradas para fazer viver essa liberdade, de ativar esse riso por meio de técnicas que acendam a memória social, libertando-a do automatismo e possibilitando uma economia intelectual (SILVA, 2012, p. 54).

3. *Em que consiste esse tal discurso sensacionalista?*

3.1. *Sujeitos sensacionalistas e seus circuitos*

No texto escolhido para ser analisado no presente trabalho, a saber, “Dilma é flagrada na praia ao estilo Cicarelli”, há uma voz que enuncia as notícias e se faz presente no texto por meio de um discurso bastante articulado, que mimetiza o jargão jornalístico dos jornais sérios, objetivos e imparciais, mas que não reflete, necessariamente, a voz do sujeito social por trás da notícia.

O sujeito enunciador do *Sensacionalista* é, então, passível de credibilidade uma vez que, por mais contraditório que pareça, assume que seu discurso é isento de verdade. Logo, torna-se crível justamente por deixar claro que produz um discurso fictício, que é contrário àquele produzido pelos jornais de nosso cotidiano. O sujeito enunciador, deste modo, sabe o lugar que ocupa e como deve dizer o que diz para captar seu

sujeito destinatário que, por sua vez, lhe dá a credibilidade necessária para que a troca linguageira ocorra sem nenhum transtorno.

O sujeito destinatário é aquele sujeito idealizado pelo eu comunicante, capaz de construir junto com ele um dos sentidos possíveis de determinado texto. Assim sendo, o eu comunicante do jornal *Sensacionalista* cria um perfil ideal para os leitores do veículo de comunicação, que pode se concretizar ou não, haja vista que pode haver a captação desses leitores, mas pode ser que o sujeito interpretante, não correspondendo ao destinatário, não partilhe do discurso trazido pelo enunciador.

Na notícia do mineiro chileno, por exemplo, houve a assimetria entre o destinatário, idealizado pelo comunicante, e o tu interpretante, uma vez que o discurso foi reproduzido por diversos outros veículos de comunicação como sendo verdadeiro, visto que, para esse perfil incompatível de sujeito destinatário, o jornal *Sensacionalista* faz o mesmo que os jornais tradicionais fazem – será mesmo que fazem? –: só dizem *a verdade, nada mais que a verdade*. O mesmo não ocorreu, por exemplo, com a notícia analisada no presente *corpus*, que diz respeito à comparação estabelecida entre a presidente do país, Dilma Rousseff, e a modelo Daniela Cicarelli.

Logo, um leitor desavisado ou, no dizer de Charaudeau, um tu destinatário que não coincida com o tu interpretante, pode levar o jornal *Sensacionalista* a sério, não percebendo que se trata de um discurso fictício, mas, ainda assim, verossímil. Dito de outro modo: esse perfil de sujeito destinatário, assimétrico com o interpretante, parece apenas ficar restrito ao circuito interno do texto, uma vez que só se dá conta daquilo que está na superfície do discurso analisado, esquecendo-se de questões que tem a ver com a situação comunicativa na qual tal texto está inserido: não leva em conta suas condições de produção, bem como a intencionalidade por trás de seu sujeito enunciador e não se lembra de levar em consideração, ainda, a incursão sócio-histórica a que o referido texto é submetido.

Se fosse além, perceberia que o circuito externo ao texto acaba por determinar como o discurso sensacionalista deve ser recebido e quais são os possíveis efeitos de sentido que podem ser produzidos, uma vez que o jornal engendra uma problemática em torno do papel social de um jornal, do que ele representa para quem o lê, discutindo, ainda, o que seria um discurso sensacionalista.

O jornal *Sensacionalista*, então, acaba por usar o humor *nonsense*, uma vez que narra acontecimentos absurdos – como o fato de a presidente do país ter sido flagrada, numa praia, fazendo sexo com seu parceiro – revestindo-os com a máscara da credibilidade e da imparcialidade, típica dos jornais do mundo real, trazida por meio da mimetização do jargão jornalístico.

É possível pensar que há uma espécie de comodidade por parte de um perfil específico de sujeitos coconstrutores que não refletem sobre o papel de um jornal e dão a qualquer jornal, até mesmo àquele que se diz isento de verdade, um *status* de compromisso total com a verdade, que cai por terra, quando se percebe a real intenção por detrás do jornal *Sensacionalista*: provocar o riso. Logo, a questão que se coloca é se existe algum jornal que possua esse compromisso estrito com a verdade ou se todos são, a seu modo, de forma mais ou menos aparente, sensacionalistas, visto que há o exagero, em algum momento ou em alguma notícia, por parte daqueles que realizam o processo criativo dos jornais de nosso cotidiano para que seu destinatário se compadeça com o discurso lido.

3.2. O contrato de comunicação sensacionalista

Existe um *Contrato de Comunicação*, no que tange ao jornal *Sensacionalista*, estabelecido entre a voz que enuncia o texto e o leitor ideal que a recebe que postula que os textos veiculados são fictícios, mesmo que estejam sendo veiculados em um jornal que aparenta seriedade e credibilidade. Em outras palavras: o jornal *Sensacionalista*, quando produz seu discurso, deixa claro por meio do *nonsense* que os fatos que noticia são irrealis, embora sejam noticiados por meio de uma linguagem clara e objetiva, a saber, o jargão jornalístico. Tal jornal, então, apropria-se desse jargão, típico dos jornais comuns, para dar mais credibilidade ao seu texto, apesar de seu conteúdo mostrar notícias falaciosas que nada têm a ver com as do mundo real.

Entretanto, quando esse *nonsense* não é percebido, o *Contrato de Comunicação* que o jornal *Sensacionalista* estabelece com o seu leitor é quebrado: o leitor idealizado não interpreta e compreende o texto da maneira esperada pelo enunciador, criando, assim, um deslizamento de sentido diferente daquele pretendido, já que, para ele, o que está sendo trazido no texto recebe um *status* de verdade, que nada tem a ver com a realidade sensacionalista. Portanto, quando o acordo prévio entre os sujeitos enunciadoreis, que diz que o jornal *Sensacionalista* cria notícias falsas, os

textos produzidos entram no *hall* dos do mundo real e são assim entendidos.

É o que acontece, por exemplo, com a peça humorística da gravidez da mulher do mineiro chileno: o site do jornal lusitano *Económico*, especializado no mercado financeiro, assim como o site brasileiro *Observatório da Imprensa*, especializado, por sua vez, em comentar o fazer jornalístico dos veículos de comunicação em geral, reproduziram a notícia do jornal *Sensacionalista* como se fosse verdadeira. A partir disso, é possível pensar que houve uma quebra do *Contrato de Comunicação* por parte do destinatário, afinal, este não percebeu que se tratava de uma peça humorística, criada por um site de humor que se autointitula isento de verdade. O contexto de produção foi, portanto, ignorado por alguns destinatários e o quadro de referência do *Contrato* não foi percebido, deixando-se, assim, de lado o efeito de humor pretendido, bem como as estratégias escolhidas para que o riso se realizasse.

3.3. Desvendando as estratégias sensacionalistas

O humor do jornal *Sensacionalista*, de maneira, geral, dá-se pelo uso do *nonsense*. O cômico, então, ocorre quando o sujeito enunciador do jornal engendra em seu discurso o jargão jornalístico, mas veicula acontecimentos surreais e irrealis, que, grosso modo, surgem de uma notícia do mundo extralinguístico. É como se o chiste surgisse do inesperado e da surpresa, afinal, o tu interpretante não imagina que, ao ler um jornal, irá se deparar com uma notícia inventada, justamente porque os jornais de nosso dia a dia dão a si próprios e àquilo que noticiam um *status* de verdade absoluta que, por sua vez, não pode ser contestado ou colocado em xeque.

Diante desse tratamento inusitado, o sujeito destinatário pode assumir duas posições: o de vítima que se choca e se sente ofendido frente a um humor que desconstrói notícias sérias ou o de cúmplice que ri junto do sujeito enunciador, afinal, é o próprio sujeito destinatário que dá credibilidade suficiente para que o enunciador diga aquilo que diz.

A intencionalidade do sujeito enunciador serve, por este motivo, de mola propulsora para que o sujeito destinatário construa, junto ao outro protagonista da atividade linguageira, um sentido possível para o que está sendo dito. Quando esta intencionalidade discursiva não é percebida, as notícias do *Sensacionalista* deixam de ser entendidas dentro do viés do

cômico e passam a ser entendidas pelo viés do sério. É o que ocorreu, por exemplo, conforme dito, quando vários veículos de comunicação do mundo inteiro noticiaram a gravidez da mulher do mineiro chileno como sendo uma notícia real.

O humor do referido jornal virtual parece, portanto, surgir a partir do momento em que se desprende do sério coletivamente construído, exercendo, segundo Bergson (1987), Freud (1987, *apud* SILVA, 2012) e Bakhtin (2010), a função social do riso: deslocar-se da rigidez do cotidiano para que a verdade e o próprio riso sejam encontrados. E é justamente nesse liame que o *Sensacionalista* parece construir seu discurso, já que tira a seriedade e a gravidade de notícias do cotidiano das pessoas e as torna passíveis de riso, como é o caso da notícia da modelo flagrada em um momento íntimo ou do desabamento de uma mina chilena, onde vários operários ficaram soterrados por dias.

O título da notícia “Dilma é flagrada na praia ao estilo Cicarelli”, em si, já provoca o riso, uma vez que se refere ao episódio em que a modelo foi flagrada em um momento íntimo com seu então namorado, numa praia. No entanto, na vida real, a presidente apenas passou férias no Nordeste brasileiro e não se envolveu em nenhum escândalo sexual. O humor é gerado, deste modo, por um conhecimento de mundo partilhado: o episódio Cicarelli. Caso o sujeito destinatário não conheça o episódio, o efeito de sentido idealizado pelo eu comunicante não se realizará e, conseqüentemente, o efeito de humor também não.

A escolha lexical do substantivo próprio *José*, além de remeter a sujeitos do mundo real, que são políticos influentes no Brasil, também remete à expressão popular “Zé ninguém”. Explica-se: ao citar os nomes de José Dirceu, José Sarney e José Serra – este último concorrente de Dilma nas eleições de 2010 – acaba por desconstruir o imaginário social que povoa as mentes dos brasileiros: a de que esses três homens têm relativa importância para a vida política do país, afinal, compara-os aos “Zés ninguém” que fazem parte da população brasileira, principalmente no seguinte trecho: “O que está certo até agora é que se trata de um José”.

A ironia feita com o nome *José* não para por aí, uma vez que, na notícia, é citado um poema de Carlos Drummond de Andrade, um dos maiores escritores modernistas do país, intitulado *E agora, José?* O eu-lírico do poema faz uma provocação a um sujeito qualquer, que pode ser qualquer um dos brasileiros – mais uma referência indireta aos “Zé ninguém” –, questionando-lhes como agirão em determinadas situações

complicadas que exigem algum posicionamento daqueles. Mais do que provocar o riso, o jornal *Sensacionalista* tenta suscitar o senso crítico em seus leitores, fazendo, neste caso, uma espécie de escracho com personalidades públicas de nosso país.

São feitas, ainda, outras referências ao contexto de mundo no qual o tu destinatário insere-se: a apresentadora Sônia Abrão é a responsável pela citação do poema de Drummond. A referida apresentadora acaba por ser taxada de sensacionalista, uma vez que, para grande parte dos sujeitos interpretantes, visto comentários em redes sociais e afins, parece aproveitar-se das desgraças alheias para promover seu programa e, automaticamente, aumentar a audiência deste. E, mais uma vez, a pergunta que se instaura é: apenas o jornal *Sensacionalista*, que assim se autointitula e faz uso do absurdo, pode ser caracterizado como tal? Assim sendo, o sujeito enunciator da notícia de jornal parece recorrer a uma imagem que povoa o imaginário brasileiro para criar ainda mais humor: a de que a apresentadora em questão faz parte de um grupo de jornalistas que apela para o sensacionalismo a fim de adquirir popularidade e audiência.

Há também uma referência quase que explícita ao fato de a modelo Daniela Cicarelli ter solicitado que seu vídeo íntimo fosse retirado de circulação pelo site *Youtube*: Dilma, na notícia do *Sensacionalista*, também pede que suas fotos sejam retiradas da Rede Mundial de Computadores. Agora, as duas personalidades da mídia têm suas imagens aproximadas não mais por serem, ambas, vítimas de um escândalo sexual, mas sim por se mostrarem como mulheres poderosas, capazes de excluir imagens comprometedoras de sua vida particular da internet. A imagem de poder coincide, logicamente, com a imagem real da presidente do Brasil.

A imagem da presidente é, ainda, desconstruída quando o sujeito enunciator do *Sensacionalista* afirma que ela foi convidada para posar seminua num site bastante conhecido, de nome *Paparazzo*, o que, obviamente, causa o riso, já que se trata de uma situação surreal: o fato de a presidente do país fazer um ensaio sensual para um site da internet nunca seria socialmente aceito pelos eleitores, portanto, parece haver, aqui, uma quebra da rigidez cotidiana e até mesmo dos limites de uma verdade possível, o que provoca o riso socialmente aceito e construído.

Fica claro, então, que se um sujeito destinatário fizer uso apenas do sistema linguístico da língua portuguesa, deixando de lado o contexto sócio-histórico e pragmático em que a notícia estiver inserida, perderá boa parte dos efeitos de sentido que podem ser coconstruídos por meio

da interação linguageira, fazendo com que não se compreenda, de fato, a intenção empreendida pelo sujeito comunicante.

4. *Palavras finais*

Pode-se concluir, portanto, que os possíveis efeitos de sentido que as notícias do jornal *Sensacionalista* geram dependem não só de seus enunciadores, mas também de seus destinatários, que podem ser simétricos ou não com o perfil idealizado pelo comunicante. Explica-se: o jornal citado tem por objetivo primordial produzir o riso por meio de um discurso que figura no liame entre verdade e mentira, uma vez que faz uso do jargão jornalístico, mas veicula textos que, apesar de verossímeis, não constituem um fato real.

O *Contrato de Comunicação* e o gênero textual em questão sobre-determinam, ambos, a maneira como a produção do discurso será conduzida pelo enunciator e a maneira como o destinatário e, até mesmo o próprio enunciator, produzirão possíveis efeitos de sentido para o referido discurso. Tanto gênero quanto *Contrato* parecem, desta forma, postular o contexto de produção desse discurso, afinal, acabam por delimitar as estratégias de persuasão dos sujeitos discursivos, bem como suas intencionalidades e até mesmo sua enunciação.

Os textos sensacionalistas são sensacionais justamente por lidarem com um tipo de discurso, que é calcado numa rigidez sem tamanho, desconstruindo-o, indo de encontro ao que povoa o imaginário social dos indivíduos: os jornais somente trazem, na superfície de seus textos, notícias reais e incontestáveis para seus leitores.

Com o jornal *Sensacionalista*, acontece o contrário do que é comum, afinal, o sério é deslocado para o risível e a produção de humor acontece por meio do uso do absurdo e do *nonsense*. O jornal, então, acaba por usar notícias do mundo real como pilar de sustentação, mas, mais que isso, como mote para uma desconstrução não só do discurso jornalístico em si, como também de personalidades do cotidiano do povo brasileiro e também de fatos que, em si mesmos, seriam considerados tristes, contudo, por conta do viés sensacionalista, tornaram-se motivo de piada – e de piada bem feita, diga-se de passagem. Todavia, é importante lembrar o que significa essa piada bem feita: o humor só pode ser produzido quando enunciator compartilha com seu destinatário conhecimentos

de mundo que os tornarão cúmplices, nunca adversários no que tange à produção de sentidos possíveis.

A não coincidência entre sujeito interpretante e sujeito destinatário acaba por promover uma espécie de disjunção entre o que propõe o jornal, que é o riso, e o que, de fato, ocorre: o choque por parte daqueles que encaram o veículo de comunicação como sendo um jornal respeitado e respeitável que só fala a verdade nua e crua. Assim sendo, a relevância de tal trabalho parece estar nas discussões que o jornal propõe – e por que não dizer impõe –: existem mesmo jornais isentos de mentiras? Que é um discurso sensacionalista? Por que o jargão jornalístico carrega em si um *status* de verdade incontestável? Por que o sério precisa ser diametralmente oposto ao riso? Enfim, para entender o discurso sensacionalista é necessária uma boa dose de bom humor e mais que isso: é necessário que os sujeitos se tornem simétricos nessa grande aventura que é se comunicar, como bem nos lembra Charaudeau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. et al. (Orgs.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. (Orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, de R. (Orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MACHADO, I. L., MENEZES, W., MENDES, E. (Orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, vol. 2.

_____. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

SENSACIONALISTA: um jornal isento de verdade. Disponível em: <<http://www.sensacionalista.com.br>>. Acesso em: 20-07-2014.

SILVA, Conceição Almeida da. *Quando dizer é fazer rir para vender mais: mecanismos de produção de humor na publicidade*. 2012. Dissertação (Pós-Graduação em Estudos da Linguagem). – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Anexos:

Notícia 1: *Dilma é flagrada na praia no estilo Cicarelli*⁷⁶

The screenshot shows a news article on the Sensacionalista website. The main headline is "Dilma é flagrada na praia ao estilo Cicarelli". Below the headline, it says "Postado por: jan 4 2014 - 9:40pm por Sensacionalista". The article text begins with "A presidenta Dilma foi flagrada na praia ao melhor estilo Cicarelli. Até agora não se sabe quem era o homem que estava com ela na água, alguns acreditam em José Dirceu, outros acham que se trata de José Sarney, mas há alguns que dizem que é José Serra. O que está certo até agora é que se trata de um José." There is a sidebar on the left with social media links (Facebook, Twitter, Print) and a "Relacionadas" section featuring a photo of a woman. On the right, there is a "Sensacionalista" logo, a "Você curtiu isto" section with a grid of small photos, and a "Últimas" section with several short news snippets.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.sensacionalista.com.br/2014/01/04/dilma-e-flagrada-na-praia-ao-estilo-cicarelli>>.

Notícia 2:

Mineiro chileno se emociona ao saber que a mulher está grávida⁷⁷

ABRIL 17, 2014

Sensacionalista
UM JORNAL INVENTO DE VERDADE

Urgente
Dilma é flagrada na praia ao estilo Cicarelli

ENTRETENIMENTO ESPORTES VÍDEOS MUNDO PAÍS DIGITAL ECONOMIA NA TV BIZARRICES DA INTERNET LISTAS

Mineiro chileno se emociona ao saber que sua mulher está grávida de 5 semanas

Postado por out 14 2010 - 5:44pm por @sensacionalista

« PREVIOUS | NEXT »

Na seção
Mundo
2746
Tags: mineiros
Twitter
Cartir
Plus

Relacionadas
Depois de médicos, Brasil receberá criminosos estrangeiros por causa dos embargos infringentes

Ofertas: Voos Lisboa
voos.com/Lisboa
Passagens a partir de US\$799 Aqui no Voos.com! Confira

O mineiro chileno Alberto Gallardo teve uma grata surpresa ao se reencontrar com a esposa ontem no Hospital de Copiapó. A esposa contou ao mineiro que estava grávida de cinco semanas do primeiro filho do casal. Ainda abalado devido aos 68 dias que passou embaixo da terra, Gallardo ficou um pouco desconfiado com o tempo de gravidez mas foi rapidamente

tranquilizado por um médico, muito amigo da família.

O médico Alfonso De la Onza, que esteve o tempo todo ao lado da mulher de Gallardo, disse ser muito comum o espermatozoide sobreviver por muito tempo antes de fecundar o óvulo. "É um espermatozoide guerreiro, um sobrevivente como o pai", declarou para os jornalistas presentes.

Leonardo Lanna

Sensacionalista
✓ Cartir Você curtiu isto.
Você e outras 174.886 pessoas curtiram Sensacionalista.
Plugi social do Facebook

Últimas
Vaga debaixo de marquise no Rio é vendida pelo preço de cobertura em Paris
De luto pela morte de Nelson Ned, Umpa Lumpas ficaram sete dias sem produzir chocolate
Enterro de Nelson Ned terá presença de Mula Sem Cabeça e políticos honestos
Médicos informam que Nelson Ned não corre risco de morte, mas de virar filhote de pombo
Dilma é flagrada na praia ao estilo Cicarelli
Relógios de Dali derretem no calor do Rio de Janeiro
Dois mil empregados desistem de férias para poder ficar no ar-condicionado da empresa
Homem dá entrada no hospital após ter seu coração cozido dentro do próprio corpo

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.sensacionalista.com.br/2010/10/14/mineiro-chileno-se-emociona-ao-saber-que-sua-mulher-esta-gravida-de-5-semanas>>.

RECEPÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO: PONTOS POSSÍVEIS DE ARTICULAÇÃO

Poliana Coeli Costa Arantes (UERJ)
polianacoeli@gmail.com

RESUMO

A interlocução entre recepção e análise do discurso ainda tem sido pouco investigada e lentamente desenvolvida no cenário das pesquisas acadêmicas no Brasil e em grande parte da Europa. Podemos citar como um dos vários fatores que justificariam tal fenômeno, o fato de que as pesquisas em análise do discurso, procuram analisar, em grande parte, as produções linguísticas enquanto objetos de pesquisa em detrimento da investigação empírica das manifestações das enunciações, que poderia ser desenvolvida baseada no escopo das teorias dos estudos em recepção, com foco maior sobre os sujeitos do ato de comunicação. Sendo assim, os sujeitos não seriam definidos por meio de seu caráter subjetivo de análise, pois não se trata do entendimento do sujeito em sua unicidade e subjetividade que também o caracterizam, mas sim na dispersão que lhe é própria, pois essa dispersão pode ser definida através dos lugares sociais e posições sociais que ocupam, das relações que estabelecem com seus interlocutores, de seu espaço de interação definidos pelo suporte da língua e da linguagem e também pelo contexto em que tais manifestações circulam e se constituem.

Palavras-chave: Estudos em recepção. Análise do discurso. Sujeito. Enunciação.

1. Introdução

A tradição dos estudos em recepção pode ser vista como uma teoria que procurou resgatar os sujeitos enunciativos, seja na teoria literária a partir da fenomenologia de Heidegger (1889-1976) ou nos estudos de comunicação, a partir dos anos 1920.

A análise do discurso, por sua vez, busca, ao longo de algumas décadas, definir o que se poderia chamar discurso e, embora não haja consenso sobre o significado do termo, há em comum o modo como se busca analisá-lo: não se esgota no funcionamento linguístico, mas procu-

ra entender a relação que o sujeito e tal funcionamento estabelecem reciprocamente. Nesse sentido, o objeto de análise, cuja investigação será proposta, está inserido nas relações que se estabelecem entre o uso estratégico da linguagem e os sujeitos que se relacionam por meio dele.

Nesse sentido pode-se estabelecer uma relação interlocutiva e bastante produtiva entre o resgate dos sujeitos da tradição dos estudos em recepção e o relacionamento que esses sujeitos promovem com os conteúdos enunciativos e lingüísticos em geral. A fim de contextualizarmos o cenário da discussão acima citada, serão expostas algumas reflexões que marcaram o cenário da análise do discurso instaurando enfoques diversos para a referida discussão.

Nas obras de Pêcheux (1990) observa-se que o foco dessa discussão está no caráter materialista do discurso, herança marxista, quando se considera que o discurso seria a materialização ideológica transmissora de ideologias aos sujeitos. Fairclough (2001) discute, por sua vez, o caráter dinâmico dos discursos e do sujeito do discurso, pois aquele é entendido como prática social que não é somente reprodutora, mas também transformadora de realidades sociais e, o sujeito, a partir de uma perspectiva psicossocial, seria capaz de agir como transformador de suas próprias práticas discursivas. Foucault (1995) não constrói o discurso sem o sujeito, pelo contrário, ele considera que este está ou foi submergido pelo discurso. Sendo assim, o discurso seria uma espécie de ferramenta que possibilitaria a apreensão e a constituição dos sujeitos por lugares exteriores a eles.

Finalmente, Maingueneau (2005) investe no caráter histórico do discurso e empreende que o mesmo permita definir um espaço de regularidades discursivas dentro de uma dispersão de textos. Desse modo, o discurso não operaria sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos e, assim, todo enunciado se constituiria na relação polêmica com outro.

Nesse sentido, o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente da língua, mas do que ela é capaz de transmitir e (re)significar: processos ideológicos, relações de poder, institucionalização de identidades sociais, práticas discursivas, dentre outras manifestações humanas. O discurso midiático ocuparia lugar privilegiado como formador e armazenador da memória social, pois os produtos midiáticos seriam capazes de revelar a seleção do que foi escolhido para ser esquecido e o que deveria ser destacado para ser lembrado.

A seguir discutiremos sobre a posição do sujeito nos estudos em recepção promovendo o debate e os pontos possíveis de interseção entre as linhas teóricas objetos do presente estudo.

A adoção do termo “recepção” se configura como problema teórico se não entendemos que a comunicação se restringe à clássica divisão: produção, mensagem e recepção. No entanto, a adoção do termo no contexto acadêmico pode ser feita com um certo grau de adequação, já que pressupõe um enfoque voltado para um dado momento e para aspectos específicos dessa cadeia comunicativa.

O termo foi cunhado e é utilizado em pesquisas acadêmicas para referir-se a quaisquer práticas de recepção midiática, pois “em nosso ambiente já se consolidou seu uso tanto para designar as relações que se estabelecem entre os membros da audiência e os meios, quanto para denominar a área de estudos sobre tais questões” (ESCOSTEGUY; JACKS, 2005, p. 14). Contudo, o debate sobre a adequação ou não do termo é objeto de longas discussões em virtude da interpretação que ele sugere aos membros da audiência como receptáculos passivos das mensagens midiáticas ou como interpretantes ativos e críticos das mensagens.

Assim, observa-se que essa é uma discussão contemporânea ainda não resolvida, mas que registra uma mudança no papel dos meios na sociedade e que acaba por criar novas necessidades teóricas. Do ponto de vista atual da comunicação, as teorias sobre a recepção dos meios pertencem a um foco mais especializado dentro das teorias gerais da comunicação abordadas sob diferentes prismas, dependendo da compreensão dos autores que se propõem a fazer a arqueologia do campo e das condições sociais de produção das teorias que procuram entendê-lo.

Sendo assim, a apresentação dos modelos teóricos que surgiram nesta tradição de pesquisa em recepção nos estudos da comunicação pode ser muito diversificada, pois podem ser realizados levando-se em consideração diferentes pontos de partida, tais como: análise cronológica, identificação dos ciclos subsequentes de desenvolvimento das teorias ou até mesmo apresentação dos modelos fundamentais para a teoria da comunicação originados em diferentes disciplinas como ciência política, sociologia, psicologia, entre outras. Escolhemos, portanto, a análise cronológica por considerarmos este aspecto um pouco menos subjetivo que os demais.

2. Os estudos em recepção e sua interlocução com a análise do discurso

Observando-se a cronologia do que tem sido produzido nos estudos em recepção, pode-se localizar os primeiros estudos, ou seja, o ciclo inaugural, no final da década de 1920, quando começam a ser pesquisados os efeitos dos meios de comunicação. Ainda atualmente a análise dos efeitos tem sido objeto de estudo na comunicação, denominando-se aqueles efeitos que procuram medir o impacto que os meios de comunicação têm sobre a audiência, de modo a classificar o poder dos meios em termos de *minimal effects* ou *maximal effects*⁷⁸ (GOMES, 2004).

No entanto, tais efeitos pressupõem a finalização do processo de comunicação, uma vez que considerar os “efeitos” implicaria conceber o processo comunicativo como a produção e a transmissão de um estímulo comunicativo realizadas por um emissor com intenções e objetivos voltados para a produção de um impacto num determinado público.

A corrente de estudos sobre efeitos que vai até meados dos anos 1940 é caracterizada, segundo Gomes (2004), por um conjunto de suposições, que se referem tanto à organização da sociedade quanto às características psicológicas dos indivíduos, oriundas da psicologia e da sociologia clássicas.

Assim, nesse período podemos observar que o que sobressai nessa corrente teórica é uma visão linear, fragmentada e mecanicista da comunicação, que, segundo Gomes (2004), ressalta:

- a separação entre emissores e receptores (pólos que definem uma origem e um fim);
- uma visão teleológica do processo comunicativo;
- a onipotência do emissor;
- a passividade do receptor;
- a mensagem como algo material e objetivo, que independe do emissor tanto quanto do receptor;
- os efeitos como sendo indiretos e imediatos.

⁷⁸ Tradução dos termos cf. Jensen e Rosengren (1990): “Teoria dos efeitos fracos” e “Teoria dos efeitos fortes”.

Tal concepção nos remete aos estudos do teórico Jakobson (1973), que estabelece uma noção semelhante acerca do ato de comunicação verbal, em que o remetente enviaria uma mensagem ao destinatário. Para ser eficaz, a mensagem requereria um contexto a que se refere (ou “referente”, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um código total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um contato, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que capacite ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. No entanto, a concepção de Jakobson é bastante estruturalista e não aponta a possibilidade multi-identitária que os parceiros da comunicação podem apresentar; fato este levado em conta pela análise do discurso.

Tais fatores poderiam se constituir por meio das diversas modalidades de enunciação, que não remeteriam à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, mas à sua dispersão: nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber ao exercer um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala: “se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 61).

Considerando a fragmentação e dispersão do sujeito que é também senhor de identidades descontínuas, ele pode ou não coincidir com o destinatário dos enunciados. Para Charaudeau (2003), no ato de linguagem também não há um sujeito único, e sim a representação dos mesmos através de seu desdobramento em quatro: dois parceiros da comunicação, exteriores ao ato de linguagem (sujeito comunicante e sujeito interpretante), cujas ações estão veiculadas às práticas psicossociais, e dois protagonistas da comunicação internos ao ato de linguagem (sujeito enunciator e sujeito destinatário).

Vale ressaltar que esses últimos são verdadeiras criações do sujeito comunicante – produtor empírico da enunciação –, ou seja, são os protagonistas internos ao ato de linguagem, sendo que o destinatário é uma aposta de figuração que o sujeito comunicante faz sobre características efetivas dos interpretantes ou de seu público-alvo. Dada a complexidade da análise das variáveis que os constituem como tal (contexto social, cultural, econômico, político etc.), eles acabam por não ser contemplados

em estudos empíricos em análise do discurso, por ser esta uma disciplina hermenêutica que se ocupa da análise descritiva e interpretativa das mensagens agrupadas em *corpora*.

Sendo assim, a análise dos produtos linguístico-discursivos é que sobressai consideravelmente, análise que permite, porém, ao analista, que levante hipóteses importantes sobre o processo de produção e de recepção do discurso, como possíveis interpretativos ou efeitos desejados.

Faz-se necessário ressaltar, porém, que algumas contribuições na investigação e análise dos sujeitos interpretantes vem dando seus primeiros passos em análise do discurso, tais como as análises de relatos autobiográficos, memoriais, reflexões, observações etnográficas, análise de reações comunicadas (cartas de leitores, mídias eletrônicas e interativas).

No entanto, observamos não haver ainda publicações de trabalhos desenvolvidos em análise do discurso que investiguem em campo os Sujeitos empíricos da produção e da recepção envolvidos em determinado ato de comunicação e seus olhares avaliadores recíprocos. Na maioria das vezes, o que se desenvolve são análises discursivas de material secundário recolhido e selecionado como objeto de estudo, como é o caso das cartas de leitores de jornais, material sabidamente editado, com supressões e adições importantes efetuadas pela instância de produção, além da seleção importante que recebem. Não encontramos ainda, especificamente na análise do discurso midiático em análise do discurso, trabalhos que adotem procedimentos de coleta de dados primários em campo, diretamente com os parceiros externos da comunicação (seres psicossociais), com o objetivo de analisá-los enquanto sujeitos empíricos e relativamente autônomos do processo de construção e de recepção do discurso, incluindo na análise suas próprias representações sobre as representações que são feitas ou evocadas deles na configuração discursiva.

É justamente por esse motivo que investimos na construção de métodos de análise partindo-se, primeiramente, das próprias categorias teóricas da análise do discurso, a fim de buscar compreender seus limites propondo métodos também produtivos para a investigação dessas instâncias empíricas que constituem parte importante do processo de comunicação.

Por concordarmos com a divisão apresentada anteriormente dos parceiros da comunicação, a análise dos efeitos, que contempla apenas uma divisão binária entre emissor e receptor, proposta pela teoria da comunicação dos anos 1940, não nos seria interessante por haver discre-

pância com a postura teórica acima citada, posicionada em função da análise dos atos de linguagem sob a perspectiva linguístico-discursiva de parceiros que carregam múltiplas identidades e papéis sociais que são instáveis.

Tampouco os discursos sobre a “cultura de massa”, surgidos em meados da segunda metade do século XIX, parecem ser a solução para o problema metodológico da análise em recepção, pois ao formular uma “psicologia das multidões”, todos parecem subscrever, de modo mais ou menos sutil, uma visão manipuladora da sociedade. Segundo Gomes (2004), a multidão é descrita como um ajuntamento social onde há os que arrastam e os que são arrastados, isto é, hipnotizadores e hipnotizados.

Ainda segundo a teórica, o período que se segue após a Segunda Guerra Mundial até os anos de 1950 é considerado um segundo ciclo de estudos dos efeitos e é marcado pela investigação de aspectos que problematizam a eficácia direta das mídias. Assim, novas concepções oriundas da psicologia e da sociologia foram fatores que contribuíram para disseminar a ideia de efeitos imediatos e diretos.

Nessa nova fase, passam a ser consideradas características psicológicas, culturais e sociais dos indivíduos que implicariam seletivos padrões de atenção, percepção e memorização dos conteúdos das mídias e, em decorrência, formas seletivas de ação, pois, se os receptores eram anteriormente considerados impotentes diante da onipotência de emissores e veículos, com o advento do crescimento de pesquisas empíricas, começou-se a delinear uma postura conceitual ao revés: dos receptores, dotados de características psicológicas, sociais e culturais.

Dessa forma, a importância atribuída aos processos de aprendizagem e a ênfase nas investigações empíricas começam a demonstrar que vários elementos interferem na relação entre emissores e receptores, representando-se assim, segundo Gomes (2004), os primeiros sinais de revisão da perspectiva mecanicista e imediata de estímulo e resposta.

É nesse sentido que o efeito, a capacidade de persuasão das mensagens massivas variaria, então, segundo características de personalidade dos indivíduos que compõem o público. No entanto, segundo a teórica, ainda permanece nesses estudos o esquema estímulo-resposta, porém, mais enriquecido, na medida em que nele são introduzidos novos elementos; nesse caso, processos psicológicos e motivacionais.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em ambos os ciclos de estudo, tanto no da primeira fase estruturalista, quanto no da segunda fase cognitivista, observa-se que o interesse está em procurar a melhor forma de persuadir. Não obstante, no primeiro caso, busca-se a organização ótima das mensagens com fins persuasivos e, no segundo, verifica-se que a eficácia varia conforme variem certas características dos destinatários e, além disso, que os efeitos são a resultante de fatores complexos envolvidos no processo comunicativo.

A comunicação é pensada, nesses dois momentos, em termos instrumentais. As pesquisas estão assim, voltadas para preparar instrumentos de avaliação úteis e operativos para os gestores dos meios de comunicação que são considerados neutros. A necessidade de oferecer resultados seguros aos contratantes implica a opção por estudos quantitativos das audiências e uma formalização matemática dos fatos (GOMES, 2004, p. 50).

Os estudos sobre os efeitos foram, nessa segunda fase, moldados por um quadro intelectual comportamentalista, que, segundo a teórica, foram levados a centralizar a atenção no indivíduo e, assim, a necessidade de fornecer respostas seguras aos agentes financiadores das pesquisas implicou a insistência em estudar o impacto em curto prazo e os levantamentos quantitativos.

Os investigadores funcionalistas (Lasswell, C. Wright) foram os primeiros a direcionar as primeiras críticas aos efeitos de curto prazo, uma vez que a abordagem quantitativa levava a perder qualquer referência à totalidade sociocultural e a ignorar a perspectiva histórica. Gomes (2004) aponta que não se trata do abandono às investigações empíricas, pois a coleta de dados é, entre outros fatores, o que diferencia a corrente de investigação americana da europeia.

O funcionalismo, portanto, considera as mídias como um conjunto de sistemas sociais que funcionariam dentro de um sistema externo específico, o que parece se assemelhar ao que Charaudeau aponta como circuito externo da representação do ato de comunicação, pois ao analisar o funcionamento do ato de comunicação a partir das identidades dos parceiros (Quem? Para quem?), da situação de comunicação (Como? Onde?), Charaudeau inscreve funcionalidade ao contrato de comunicação, tendo em vista que as finalidades e propósitos são centrais no discurso que circunscrevem o ato de comunicação. Tais dados externos seriam representados pelo conjunto de condições sociais e culturais próprias de cada sociedade.

Assim, o funcionalismo representaria uma tentativa de associação entre a tradição empírica e a tentativa de uma abordagem mais global. De acordo com Gomes, (2004) é a primeira vez, nos estudos da comunicação, que os efeitos não são abordados a partir da perspectiva dos objetivos do emissor, mas sim a partir do modo como se verificam. Tal corrente Funcionalista do estudo dos efeitos está atrelada à Teoria Crítica, cujos filósofos, fundadores da Escola de Frankfurt (Theodor Adorno e Max Horkheimer), desenvolvem o pensamento de que o receptor das mensagens midiáticas não escaparia das falsas necessidades da “indústria cultural”, termo cunhado em 1947:

Em geral, os pensadores de Frankfurt entendem a cultura e a comunicação de massa como inseridas no sistema capitalista de produção, obedecendo ao mesmo modelo de gestão, organização e distribuição, à mesma racionalidade técnica, que caracteriza qualquer produto industrializado. (GOMES, 2004, p. 66)

Além de obedecer à lógica capitalista, a indústria cultural anularia as consciências dos indivíduos e garantiria uma aceitação da ideologia do sistema social dominante. Dessa forma, os textos das mídias eram vistos como exemplos de como a ideologia impunha as ideias dos grupos dominantes à sociedade. Posteriormente, os estudiosos vão superar essa crença e se dedicarem a entender “como os sujeitos empíricos negociavam os sentidos ideológicos das mensagens e resistiam aos seus apelos” (GOMES, 2004, p. 229). Esse novo modelo de análise das mídias é fundado a partir da década de 1960, na Inglaterra.

Com a emergência dos estudos culturais a partir dos anos 1960, iniciou-se uma corrente importante de estudos que é uma das principais influências dos estudos em recepção latino-americanos: os estudos culturais ingleses que se organizaram institucionalmente em torno do *Centre for Contemporary Cultural Studies*, da Universidade de Birmingham, fundado em 1964 sob a direção de Richard Hoggart.

Os estudos culturais ingleses foram responsáveis por expandirem a noção da comunicação em recepção, uma vez que focalizaram a atenção para a compreensão das “culturas vivas”, bem como as práticas e as instituições culturais e suas relações com a sociedade e as transformações sociais. Desse modo, a atenção é voltada, especialmente, para o modo como os meios de comunicação se inserem no tecido cultural contemporâneo. Para aprofundar essa discussão no campo da recepção, os estudiosos do *Centre for Contemporary Cultural Studies* buscaram no trabalho de Mikhail Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929), o con-

ceito de polifonia e o conceito de audiência ativa na obra *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos* (1979), de Umberto Eco.

No contexto latino-americano, os estudos em comunicação dos anos 1970 e parte dos 1980 focalizaram, segundo Martín-Barbero (1987), uma concepção reprodutivista de cultura, motivo pelo qual não foi propiciado ambiente para o florescimento de uma visão menos maniqueísta acerca dos textos populares, ou seja, dos conteúdos das indústrias culturais.

No entanto, com o advento dos estudos a partir do final dos anos 1980, sobretudo os de Martín-Barbero (1987), os estudos em recepção latino-americanos ganharam força e configuraram vertente muito mais contextualista, além de descobrirem um sujeito-receptor que ressignificava as mensagens midiáticas, identificando suas negociações e resistências à lógica dos meios.

Por conseguinte, tais identidades consideradas não mais como uma construção fixa, estabilizada, constituinte do centro essencial do eu, como era comumente tratada no sujeito do Iluminismo, dialoga com a nova perspectiva com que estes sujeitos estão sendo vistos pelos estudos da recepção juntamente com os estudos culturais e, finalmente, dialogam com a concepção de Sujeito em análise do discurso.

3. Considerações finais

Observamos, portanto, ao longo do presente artigo, que é possível que exista diálogo bastante profícuo em torno dos sujeitos da enunciação em diferentes áreas da pesquisa acadêmica, pois o sujeito constitui-se objeto nessas investigações e é visto sob diversos ângulos e perspectivas, o que promove não só o enriquecimento e aprofundamento da pesquisa, mas também sua interdisciplinaridade.

Sendo assim, vislumbra-se a atividade de pesquisa acadêmica inserida nesses universos de diálogos e capaz de comunicar e dialogar visões, resultados e hipóteses complementares. Pretendeu-se, portanto, encorajar os estudos em análise do discurso a percorrer pelos caminhos da recepção para que as hipóteses formuladas acerca das modalidades discursivas que envolvem o ato de comunicação dos sujeitos seja observada e analisada em campo também, já que a área dos estudos em Recepção possui material desenvolvido e que pode ser adaptado à busca por ele-

mentos indicadores de corroboração/refutação de hipóteses levantadas a partir dos produtos lingüísticos que já são objetos de estudo em análise do discurso.

Finalmente, criar possibilidades de incluir análises e investigações que permitam o acesso ao circuito externo do ato de comunicação, buscando verificar, no discurso mesmo dos comunicantes e dos interpretantes, suas expectativas quanto aos atos de linguagem e ao funcionamento dos contratos.

É nesse sentido que a presente discussão se inscreve como tentativa de complementação a objetos que não se constituíram tão relevantes para a análise do discurso até o presente momento em determinada perspectiva. No entanto, não foi nosso objetivo questionar a validade teórica em que a análise do discurso se apoia, pelo contrário, enfatizamos as conquistas por ela realizadas e ressaltamos os avanços singulares e grandiosos alcançados por inúmeras pesquisas seguindo essa tradição teórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H.; MACHADO, I. L. (Eds.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD-FALE-UFMG, 2003.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. *Comunicação e recepção*. São Paulo: Hacker, 2005.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a, p. 231-249.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, Itania Maria Mota. *Efeito e recepção: a interpretação do processo receptivo e duas tradições de investigação sobre os media*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

JAKOBSON, Roman. *Essais de linguistique generale*. Paris: Minuit, 1973.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

JENSEN, Klaus; ROSENGREEN, Karl. Five traditions in search of the audience. *European Journal of Communication*, vol. 5, p. 207-238, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências da análise do discurso*. Campinas: Unicamp/Pontes, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

SEMIOLINGÜÍSTICA: ANÁLISE DAS MANCHETES DAS REVISTAS FEMININAS

Laura Lopes Ribeiro (UEMS)

lauralopes2007@yahoo.com.br

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (PUC-Rio)

chaves.adri@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como finalidade sinalizar a imagem ou mesmo o “retrato” das leitoras de revistas femininas, partindo-se da observação das capas de diversas revistas. No presente estudo foram analisados dois aspectos: linguístico e icônico, através do qual analisamos as capas das revistas: *Criativa* (Editora Globo, nº 98, junho de 1997), *Claudia* (Editora Abril, nº 5, ano 41, maio de 2002) e *Capricho* (Editora Abril, nº 972, agosto de 2005). Para tal, será tomado como fundamentação teórica o contrato de comunicação sobre a “encenação discursiva”, segundo Charaudeau (1996). Neste trabalho, proponho uma análise sobre uma leitura das publicidades femininas às quais a construção ideológica da mulher como “consumidora” e de certa maneira ainda preconizada como submissa aos desejos masculinos, que é expressada em muitas manchetes de revistas, ao utilizarem modelos/padrões de comportamentos consumistas que tentam influenciar as mulheres, desviando assim a atenção dos assuntos de maior importância. Os enunciantes das referidas revistas criam uma imagem/retrato por meio de estratégias de manipulação, a fim de que a leitora, veja-se num falso espelho’. Partiremos ainda, da análise e da teoria de Fiorin (2005) quando diz que a ideologia é uma visão de mundo e existem tantas visões de mundo quantas forem as classes sociais. Neste sentido, a linguagem dos textos analisados é, até certo ponto, reflexo e expressão da ideologia dominante - que é a ideologia da classe influente - que utiliza de artifícios discursivos e precisamente icônicas para atingir níveis altos de lucros no mercado editorial.

Palavras-chave: Manipulação. Construção ideológica. Discurso midiático

1. Introdução

Para analisar as manchetes de revistas femininas, será necessário fazer uma breve explicação sobre “lingüística” que, segundo Franchi

(1990, p. 80), é o estudo científico da linguagem e das línguas naturais e seus discursos. Enquanto ciência, cuida da constante elaboração e reelaboração de modelos teóricos. Como estudo das línguas naturais, a linguística se interessa pelo conjunto estruturado dos recursos linguísticos que expressam as relações, funções e categorias relevantes para a interpretação dos enunciados (dimensão sintática); pelos modos de representação da realidade, tomados como sistema de referência para essa interpretação (dimensão semântica); pelos mecanismos que relacionam essa interpretação a determinados estados de fato, nas coordenadas espaço-temporal e interpessoal (dimensão dêitico-referencial), e a determinadas situações de uso, inclusive para avaliar os enunciado, do ponto de vista de sua adequação a determinadas ações e propósitos (dimensão pragmático-discursiva) ou do ponto de vista de sua verdade ou falsidade (dimensão lógica).

Por outro lado, observando-se Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semiolinguística*. *Semio-*, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal da forma em questão – a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens.

Assim, partiremos do estudo da teoria semiótica de Greimas, pois por meio dela é possível entender o processo de construção da significação no interior do texto, ou seja, o que o texto diz e como faz para dizer o que diz.

Segundo Greimas (1975), o conceito de texto estrutura-se a partir de um percurso gerativo de sentido compreendido por *estruturas profundas*, que determinam as condições de existência dos objetos semióticos e os espaços em que a significação se organiza sob a forma de oposições; *estruturas semionarrativas*, que estabelecem as relações sintático-semânticas de causa e consequência entre as ações narrativas; *estruturas superficiais*, que ordenam, em formas discursivas, esses conteúdos susceptíveis à manifestação; e *estruturas de manifestação*, que produzem e organizam os significantes. No caso das revistas, uma das lógicas organizadoras desse percurso gerativo de sentido é aquela que leva em conta a

necessidade de persuadir o leitor a aceitar o papel de enunciatário que lhe foi proposto, através de diferentes formas de manipulação. Na manipulação, o sujeito manipulador articula um fazer persuasivo, que pode apoiar-se em *modalidades do poder*: a tentação, quando o manipulador tenta o manipulado com objetos de valor positivos ou *a ameaça*, quando isso ocorre a partir de valores negativos; ou em *modalidades do saber*: a provocação, manipulador tenta provocar ou *sedução*, quando busca encantar o manipulado, tomando como referência, respectivamente, juízos negativos ou positivos.

Por outro lado, enfocaremos um ensaio de análise do objeto ora trabalhado por mim, “a mídia” referenciada na perspectiva semiolinguística de P. Charaudeau que a vê como um tipo de discurso em que afluem figuras impregnadas do imaginário social.

As revistas femininas de um modo geral (tanto para adolescentes como para mulheres adultas) precisam urgentemente, “antenar-se” com o mundo da realidade. Esse mundo do qual nos referimos é aquele que se resume a corrompido e corruptores, descobertas de curas para moléstias antes tidas como incuráveis, isto sem falar é claro na questão ambiental em foco, do abandono de crianças no Brasil e como ajudar a combater a exploração sexual no nosso país etc.

A imprensa feminina surge como uma especialização da imprensa geral, que devido ao público a que é dirigida é composta por variedades, é ela uma segmentação do mercado editorial, que é entendida como um tipo de imprensa “... dirigida e pensada para mulheres(...) [sendo] os periódicos que se proclamam destinados à clientela feminina e que foram concebidos objetivando um público feminino”. (BUTONI, *op. cit.*).

2. *Pressupostos históricos*

Consta-nos que em 1693 surgira na Inglaterra o primeiro periódico cujo nome foi Lady’s Mercury, naquela época esta revista trouxe um consultório sentimental não muito diferente de ‘hoje’, quando revistas dispõem de secções especialmente interessadas a um número cada vez maior de leitoras que usam desse tipo de consultoria.

Em nosso país, houve várias tentativas em se estabelecer a imprensa feminina, até que em 1941 surge o “Espelho Diamantino” e outras mais, bem mais adiante no ano de 1952 surge a revista *Capricho*, na concorrência *Sétimo Céu* e finalmente *Claudia* e *Nova*.

2.1. Analisando revistas de nossa época

O que se presume de encontrar numa revista autoafirmada como informativa, moderna, atualizada é no mínimo abrir caminho para um saber reflexivo, responsável, cultural.

Todavia, o que nota-se ao longo dos tempos nas referidas revistas é que a mulher vem sendo retratada como uma “dependente” do homem para sua felicidade, consumista compulsiva de: dietas, aparelhos para malhar e ficar com corpos sarados para o próximo verão, adquirir o último creme antirrugas etc.

Segundo Charaudeau (1996) sobre a encenação discursiva: “O ato de linguagem é válido quando produz efeito de comunicação. Ele é construído em função de duplo circuito. No contrato das capas de revistas femininas, tem-se a encenação dos parceiros”.

No circuito externo, concretizam-se as trocas, onde o editor não se dirigindo a ninguém especial, dá a cada um a ilusão de que dirige-se a ele, individualmente, como é nos revelado num dos editoriais da revista *Claudia*, Editora Abril.

Fig. 1 – Revista *Entre Nós*, maio 2002.

Título do editorial: “Entre nós” (repetição do pronome de tratamento você); diretora de redação: Cecília Pardi

Palavras Persuasivas: “*Veja na página 108 quais os tons de batom combinam com sua pele se gostar de um que não combine... Use assim mesmo!*”

A leitora pensará logicamente que está dialogando com uma amiga íntima, pois a trata o tempo todo como “você” e na sequência além de oferecer os produtos de cosméticos das companhias de beleza que patrocinam a revista, ainda usa um tom imperativo QUE MOSTRA A **COMPETÊNCIA DO FAZER-COMPRAR** ao dizer por fim: “Use **assim mesmo**”!

Em semiótica, a manipulação só é bem sucedida quando o sistema de valores for partilhado entre o SUJEITO e o DESTINADOR. “Não se deixar manipular é recusar-se a partilhar do jogo do destinador, pela proposição de um outro sistema de valores. Só com valores diferentes o sujeito se safa da MANIPULAÇÃO,” (BARROS, 2005, p. 33).

Ora, nesse tipo de reflexão notamos numa revista voltada a um público mais maduro, na maioria mulheres independentes que assumem seus papéis na sociedade e ainda por senhoras que guardam tradições de família, embora tenham o perfil de modernas, no periódico em questão, observamos a tentativa da *construção ideológica* da mulher como uma consumidora por meio da divulgação contínua de ícones do mundo da mídia em questão, como mostra na capa de *Claudia: .A depiladora da Malu Mader; a dermato de Xuxa; e ainda: recorte e experimente o batom que combina...*

O enunciante cria uma imagem a ser seguida: “Xuxa e Adriane” e ainda vende um batonzinho de quebra”. Quanto a isto, Charaudeau (1996, p. 34) propõe: “A intencionalidade emerge de um ato de linguagem. E o princípio de pertinência diz respeito à atitude de reconhecimento recíproco”.



Fig. 02.

Contudo, o nome da revista e a seção sobre *SEXO* vêm com destaque na cor, fonte e tamanho, isto sem falar na manequim escolhida, bem vestida, desfavorável foi apenas a sua posição: com saias longas, porém de pernas abertas! Sim, ora uma mulher despojada, livre, aberta ao que vier do mundo.



Fig. 03.

Partindo-se para a observação na *Revista Criativa*, outra vez percebemos o enfoque da capa: “*Reportagem exclusiva: O que os homens gostam (e temem) na cama*” e “*Por que eles traem*”.

Mostrando uma modelo aparentemente dócil e mais recatada do que a do periódico anterior, a cor rosa anuncia o nome da revista contraste nítido com o assunto picante em destaque no rodapé da página!

Encontramos após o Editorial da revista, tira dúvida sobre o colesterol e o crack, isso seria muito relevante para as mulheres leitoras pois como já dissemos: É parte do mundo real.

É notado ainda, a publicidade expondo o corpo feminino com a finalidade de aumentar seus lucros, é o que mostra na foto abaixo:



Fig. 04.

A questão é será que este texto foi elaborado por uma mulher? Se fosse, que tipo de perfil ela emana? Escrava sexual, Ou melhor, o texto valoriza a mulher como objeto a ser possuído, a ser escolhido; dependen-

te dos caprichos sexuais dos homens? Ou, preocupada no conforto/qualidade que as peças (lingeries) transmitem?

A imagem que explicitamente nos é revelada segundo Greimas (1975) é a do sujeito manipulador (editor da revista) o qual articula um fazer persuasivo(icônico), que pode apoiar-se em *modalidades do poder*: a tentação, utilizando as lingerie e anúncios persuasivos com uso do verbo aconselhar(amizade) para conseguir o que se quer.

Diante das respostas podemos observar que pouca tem sido a procura por estas revistas, ao menos em se tratando das jovens entrevistadas, oriundas de famílias de baixa renda que frequentam a rede pública. O horóscopo ainda é a paixão nas procuras do dia a dia, infelizmente, a saúde da mulher vem depois...

Em terceiro lugar no ranking, estão os artistas ora, pois sempre existirão fãs, sejam eles estudantes jovens ou idosos, o relacionamento também não é o interesse das e o total descaso por assuntos sobre casa e economia é notado no final, já foram os tempos dos ideais de “rainha do lar”!

Ao comparar o que foi dito por adolescentes de uma escola pesquisada sobre o tema (anexo 1), reparou-se que a maioria das manchetes não é a preferência das leitoras que buscam, por exemplo: horóscopo, saúde da mulher... ou seja, assuntos que a maioria das entrevistadas votaram, porém o que está em 3º lugar nos planos das leitoras (artistas) é o foco da capa: FELIPE DYLAN EM ORLANDO – *o cara como você nunca viu!*

A ancoragem temporal desloca-se para uma relação mental: a revista (ou a indústria, a publicidade) inventa um modismo que logo é apresentado como o que existe de mais atual. Atual aqui é apenas sinônimo de novo, mediador de novidade e não de momento situado no tempo (BUITONI, 1986).

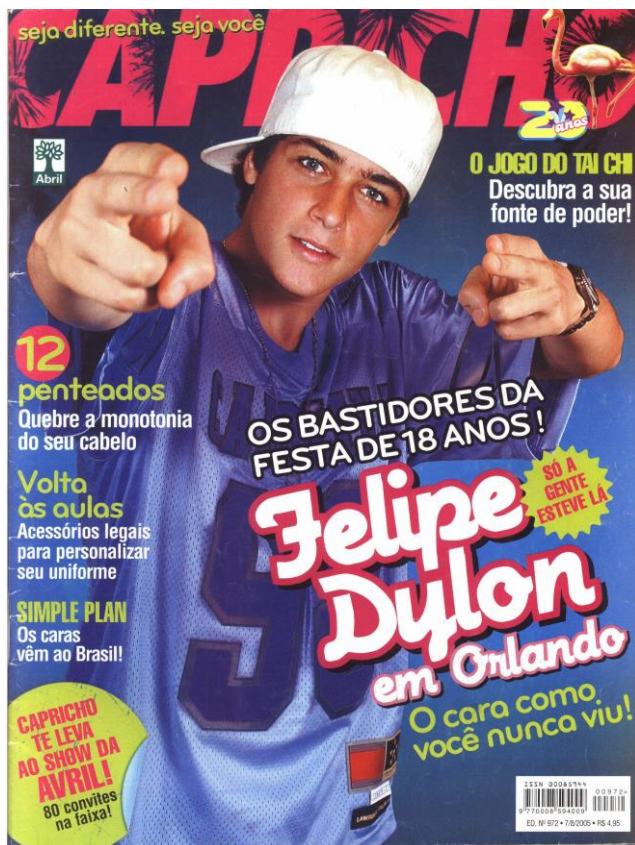


Fig. 05.

A capricho deve “atualizar-se” também para conquistar esse público que logo serão mulheres adultas e profissionais em suas carreiras escolhidas. A persuasão na capa pesquisada não condiz com o que deixa claro Charaudeau (1996, p. 34)

Eis porque, para que um ato de linguagem seja válido (isto é, produza seu efeito de comunicação, realize a transação), é necessário que os parceiros se reconheçam obrigatoriamente o direito à palavra (o que depende de sua identidade), e que eles possuam em comum um mínimo dos saberes colocado em jogo no ato de intercâmbio linguageiro.

3. Conclusão

Neste trabalho observaram-se as estratégias de persuasão, manipulação desenvolvidas pelo editor/publicitário nas capas de revistas femininas, com o intuito de agir sobre o outro para levá-lo a querer, desejar fazer algo. É notado ainda, que certas revistas ainda pensam que sabem do que realmente leitoras jovens querem, mas de acordo com a nossa pesquisa isto não é verdade, o que deveria se levar em consideração pelas editoras, seria procurar saber a opinião das leitoras adolescentes e fazer realmente publicações que possam ajudar as leitoras a enfrentarem a vida e crescerem como verdadeiras cidadãs, para que ao atingirem a fase adulta possam tornar-se mulheres totalmente emancipadas culturalmente, intelectualmente e não estarem ancoradas ao que o homem espera delas, ou com o que as companhias de cosméticos lucram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTONI, D.S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990

CHARAUDEAU, P. et al. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

OBSERVATÓRIO da Imprensa. Disponível em:
<www.observatorioidaimprensa.com.br>.

PIETROFORTE, Antônio Vicente. *Tópicos de semiótica: modelos teóricos e aplicações*. São Paulo: Annablume, 2008.

ANEXO

**PESQUISA
SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO DE REVISTAS FEMININAS
A PARTIR DO PÚBLICO ADOLESCENTE,
ALUNAS DO ENSINO MÉDIO,
DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DA PERIFERIA DA CIDADE**

1 - Com que frequência você lê revistas femininas?

12 responderam: 1x ao mês
5 responderam: nunca leio
3 responderam: toda semana
2 responderam: quinzenalmente

2 - Quais artigos/reportagens chamam sua atenção?

1º Lugar: 10 responderam :Horóscopo
2º Lugar: 8 responderam: Saúde da mulher
3º Lugar: 5 responderam: artistas
4º Lugar: 4 responderam: relacionamento
Último lugar: Apenas uma –sobre casa e economia

3 - Você costuma adquirir determinada revista, de acordo com a capa e as manchetes?

Sim- 11 responderam
Não- 10 responderam

Respostas escritas:

“Sim, pois é pela capa que me interessa pela revista”
“Não, uma simples capa não faz a revista ter qualidade”
“Não, a capa não é a essência”
“Não, o que vale são os assuntos”
“Sim, pois dá algumas informações”...

4 - Quais produtos você adquire por meio dos anúncios publicitários, foram dadas várias opções:

13 responderam: vestuário

7 responderam: cosméticos

5 responderam: livros

5 responderam: acessórios

1 responderam: produtos para dieta

5 - Você concorda com todas as reportagens abordadas nessas revistas? Alguma vez discordou?

Sim, responderam: 3

Não, responderam: 9

10 não responderam

Respostas escritas:

Não, pois nem todas as reportagens são verdadeiras.

Sim, falava sobre aborto e sobre pessoas que concordam com isso.

Não, nem tudo fala a verdade, omiti muito.

Sim, não tenho porque discordar das reportagens pois são assuntos do dia a dia...

Sim, concordo em saber sobre o horóscopo...

Sim, quando disse que a família brasileira é culpada pela situação que o Brasil se encontra economicamente.

UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DA CANÇÃO “A RITA” DE CHICO BUARQUE

Graziela Borquignon Mota (UFF)

borquignon.graziela@gmail.com

Patricia Ferreira Neves Ribeiro (UFF)

RESUMO

Neste artigo, interessamo-nos por estudar práticas discursivas languageiras que circulam como letras de canção em nosso meio. A escolha da letra de canção como prática discursiva surgiu com o desejo de pensarmos a constituição da linguagem na obra de Chico Buarque de Holanda. Se o objetivo do ato comunicativo é a intercompreensão, para cada finalidade comunicativa o sujeito falante poderá dispor de diferentes modos de organização do discurso. Interessa-nos, em especial, o modo de organização narrativo. Objetivamos, neste estudo, analisar o plano macroestrutural e microestrutural da mininarrativa “A Rita”, para flagrarmos a rede de representações sociodiscursivas e as estratégias linguístico-discursivas utilizadas na letra de canção em análise. Adotamos como eixo teórico os estudos de Patrick Charaudeau (2005; 2008; 2010). A análise de “A Rita” nos possibilitou identificar estratégias linguístico-discursivas utilizadas por Chico Buarque para escapar da censura. A identificação dessas estratégias timbradas na canção analisada reforça o caráter histórico de suas composições sobre um Brasil “emudecido” pelo governo ditatorial.

Palavras-chave: Semioliingüística. Análise do discurso. A Rita. Chico Buarque.

1. Apresentação

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa em andamento “A expressão de um imaginário sociodiscursivo na temática feminina na obra de Chico Buarque”.

Neste trabalho, interessamo-nos por estudar práticas discursivas languageiras que circulam como letras de canção em nosso meio. A escolha da letra de canção como prática discursiva surgiu com o desejo de pensarmos a constituição da linguagem na obra de um expressivo compositor da música popular brasileira. Diante de tantos mestres no cenário

da música nacional, elegemos a obra de Chico Buarque de Holanda para refletir sobre os pontos de vista depreendidos de parte de sua rica produção musical.

Objetivamos, neste estudo, analisar o plano macroestrutural e microestrutural da mininarrativa “A Rita”, para flagrarmos a rede de representações sociodiscursivas e as estratégias linguístico-discursivas utilizadas na letra de canção em análise. Adotamos como eixo teórico a análise semiolinguística do discurso de Patrick Charaudeau (2006; 2008; 2010).

2. Aspectos teóricos

A análise semiolinguística do discurso, fundada por Patrick Charaudeau em 1983 no âmbito das análises do discurso, concebe seu objeto – o ato de linguagem – como um processo comunicativo não simétrico, produzido por interlocutores agentes, dotados de intenções e situados em contextos sócio-históricos.

Nessa perspectiva teórica, o ato de linguagem está relacionado à totalidade da encenação languageira. Configura-se a partir da instância da produção e da instância da interpretação. O sujeito produtor de um ato de linguagem formula seu discurso apostando que seu interlocutor compartilhará de seus dizeres. Já o interlocutor, por seu turno, para alcançar a significação pretendida, deverá acionar seus conhecimentos para a compreensão do enunciado. De acordo com essa visão teórica, o locutor e interlocutor estão sempre em interação, ambos são responsáveis pela construção do sentido. O receptor é visto como um ser ativo, coenunciador do ato de linguagem.

O ato de linguagem implica um *contrato de comunicação*, como um acordo que se estabelece entre os sujeitos interagentes, aliado às condições de produção e aos saberes compartilhados. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 132), o termo *contrato de comunicação* é empregado para designar o que faz com que o ato de comunicação seja reconhecido como válido do ponto de vista do sentido. Essa relação contratual permite aos parceiros do ato de linguagem que se compreendam e que possam interagir, construindo o sentido, finalidade do ato de comunicação. É importante ressaltar a importância que Charaudeau (2008) dá ao contrato de comunicação, visto como conceito central, que abarca o conjunto das condições em que se realiza o ato comunicativo, independente

da forma, seja oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva. Charaudeau (2008, p. 56) esclarece:

A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de reconhecimento análoga à sua. Nesta perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência.

Para a análise semiolinguística do discurso importam os *possíveis interpretativos*, que aparecem no ponto de encontro da instância da produção e da instância da interpretação. Isto não significa dar conta do ponto de vista do sujeito comunicante (EU-c) ou do sujeito interpretante (TU-i), ao contrário, pretende-se uma análise a partir do entrecruzamento de olhares dos sujeitos existentes no ato de linguagem (parceiros e protagonistas), atualizando a investigação tradicional de análise textual que busca apenas *quem fala e para quais sujeitos o texto faz falar*. Tendo como base a dimensão do processo comunicativo, é importante reconhecer as flutuações de sentido das formas linguísticas, os traços identitários dos sujeitos, o contexto e a situação da troca, uma vez que a reunião desses elementos resulta em possibilidades de interpretação de um ato de linguagem.

A partir da reflexão sobre os componentes da organização discursiva, Charaudeau (2008) propõe em obra intitulada *Linguagem e Discurso: Modos de Organização*, que para cada finalidade comunicativa o sujeito falante poderá dispor de diferentes modos: o descritivo, o narrativo, o argumentativo e o enunciativo.

É necessário salientar que para este artigo o modo narrativo é particularmente importante para efeito de captura do ponto de vista do enunciador e dos imaginários sociodiscursivos correspondentes na cena enunciativa.

Segundo Charaudeau (2008, p. 156) a *narrativa* é uma totalidade e o modo de organização *narrativo* um de seus componentes. A narrativa corresponde à finalidade do “que é contar?” e, para tal, é preciso, concomitantemente, descrever *ações* e *qualificações*, isto é, utiliza os modos de organização do discurso que são o *Narrativo* e *Descritivo*. Assim, para o linguista francês, *Contar* é “também construir um universo de representações das ações humanas por meio de um duplo imaginário baseado em dois tipos de crenças que dizem respeito ao mundo, ao ser humano e à

verdade”. O autor enfatiza que não se pode confundir *narrativa* e modo *Narrativo* ou (*Descritivo*), a primeira englobando os dois outros (CHARAUDEAU, 2008, p. 154).

Ao reconhecer a complexidade do processo narrativo, Charaudeau (2008, p. 184) postula a existência de uma *mise en scène* narrativa, que, assim como a troca comunicativa, pressupõe quatro sujeitos interagentes articulados em dois espaços de significação: um espaço externo ao texto (extratextual) e um espaço interno ao texto (intratextual). O espaço extratextual é o lugar dos parceiros da troca linguageira, seres de identidade psicossocial, denominados: autor e leitor reais. Já o espaço intratextual é ocupado por protagonistas da narrativa, seres de identidade discursiva, denominados: narrador e leitor-destinatário.

De acordo com a teoria semiolinguística do discurso, a realidade tem origem no processo de interpretação. Esta construção do real está associada ao sujeito e às condições de produção que emergem do contexto social em que ele está inserido. Por isso, segundo Charaudeau (2006, p. 195) as representações sociais devem ser consideradas aliadas a uma teoria do sujeito. Este, por sua vez, é em parte sobredeterminado pelas representações do grupo social ao qual pertence.

Na troca comunicativa, os sujeitos interagentes criam elos sociais oriundos de normas de comportamentos e estabelecem representações necessariamente compartilhadas. Portanto, para Charaudeau (2006, p.26), “as representações sociais organizam os esquemas de classificação e de julgamento de um grupo social e lhe permitem exibir-se através de rituais, de estilizações de vida, de signos simbólicos”.

A realidade não possui significação em si mesma. De acordo com Charaudeau (*op. cit.*), o significado é concedido pelo homem em interação social, “a partir da relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência, e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação”.

Dessa maneira, as representações sociais constroem o real como universo de significação, constituindo-se em imaginários. Charaudeau (2006, p. 203) explica em sua análise que os imaginários são:

Identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos”.

Charaudeau (2006) baseado na noção de imaginário social propõe, para integrar ao quadro teórico da semiolinguística, o conceito dos imaginários sociodiscursivos. Os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, que se organizam em sistemas de pensamento coerentemente criados de valores, representam o papel de justificativa da ação social e se depositam na memória coletiva (CHARAUDEAU, 2006b). Segundo o autor, os imaginários são apreendidos por meio do discurso e estão fundamentos em saberes de crença e saberes de conhecimento. Os saberes, então, são maneiras de dizer tais discursos enunciados, ao passo que colaboram para a estruturação dos sistemas de pensamento.

Portanto, na perspectiva de Charaudeau (2006, p. 203), o imaginário é construído a partir das representações percebidas e significadas sobre o real. Tal prática de significação produz os imaginários, os quais em contrapartida dão sentido a essa realidade.

3. *“A Rita” sob o viés da semiolinguística*

Para este estudo selecionamos a canção do intérprete Chico Buarque, “A Rita”, gravada em 1965. Observamos, primeiramente, sua temática, com vistas a interpretarmos seu contexto. Em seguida, analisamos o plano macroestrutural da narrativa para depreendermos a rede de representações sociodiscursivas, bem como as estratégias linguístico-discursivas timbradas na letra da canção.

A Rita

A Rita levou meu sorriso
 No sorriso dela
 Meu assunto
 Levou junto com ela
 E o que me é de direito
 Arrancou-me do peito
 E tem mais
 Levou seu retrato, seu trapo, seu prato
 Que papel!
 Uma imagem de São Francisco
 E um bom disco de Noel

A Rita matou nosso amor
 De vingança
 Nem herança deixou
 Não levou um tostão
 Porque não tinha não

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Mas causou perdas e danos
Levou os meus planos
Meus pobres enganos
Os meus vinte anos
O meu coração
E além de tudo
Me deixou mudo
Um violão

A Rita foi gravada em 1965, logo após a implantação da ditadura militar no país. Ainda neste ano de lançamento da canção, o Presidente Castelo Branco decretou o Ato Institucional número 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políticos e determinou a eleição indireta para todos os governantes. Tal medida estabelecida no Brasil fomentou o absolutismo do regime ditatorial, acarretando perda de liberdade na instância social e engessamento no âmbito político.

No que diz respeito aos aspectos formais, a canção é composta por duas estrofes: a primeira é constituída de onze versos e a segunda de treze versos, diluídos em versos brancos (os quais não apresentam rimas regulares ou encadeadas). Em relação à sua tematização, notamos que a canção se apresenta, explicitamente, como uma história que conta a separação de um casal. Nesta narrativa, a desunião é relatada sob o ponto de vista do cônjuge, que reclama do abandono da personagem *Rita*. A despeito de um relato sobre a separação de um casal, postulamos a hipótese de que os textos de Chico Buarque fazem uma contestação à censura e isso poderá ser percebido no estudo dessa narrativa.

Procuramos observar o aspecto situacional de composição da canção, pois, como já dissemos, o momento político no Brasil era de Ditadura Militar e os meios de comunicação em geral tinham sido censurados pelo governo, assim como os movimentos sociais e culturais (teatro, música etc.), também cerceados em nome da “ordem”, a fim de inibir movimentos contra o regime vigente. Portanto, é neste cenário cerceado de violência, de perseguição política, exílio, de enfrentamento entre civis e militares que se encontrava a sociedade brasileira.

A canção “A Rita” torna-se discurso quando traz à cena esse período político recortado, a partir de uma encenação narrativa específica e de determinadas escolhas linguístico-discursivas encontradas no *texto*.

O desenvolvimento dessas pistas é essencial para alcançar o ponto de vista do sujeito enunciador sobre esse período da ditadura. No entanto, nesta canção, notamos, primeiramente, elementos explícitos textualmente

que indicam uma menção à mulher como personagem mandatária da dor masculina, expressa nos versos

A Rita levou meu sorriso
No sorriso dela
Meu assunto.

Esses elementos, no primeiro nível de leitura apontam para um campo semântico da *separação de casal* (do marido abandonado), conforme orientam as passagens “Levou junto com ela”, “Levou seu retrato”, “matou nosso amor”. Tal nível superficial de interpretação está ligado ao que Charaudeau (2008) denomina como *Simbolização Referencial*, por se tratar do nível explícito da linguagem.

Contudo, uma enunciação discursiva pode apresentar diferentes leituras e possibilidades interpretativas motivadas pelo nível implícito da linguagem, conforme designado por Charaudeau (2008) como “paráfrases seriais”, associado às informações que o sujeito interpretante possui das condições de produção e da situação comunicativa em que se insere o discurso. Calcados nesse nível implícito, defendemos a hipótese de que essa mesma mulher, representada na canção buarqueana, pode ser lida de acordo com outra possibilidade interpretativa, a partir dos versos

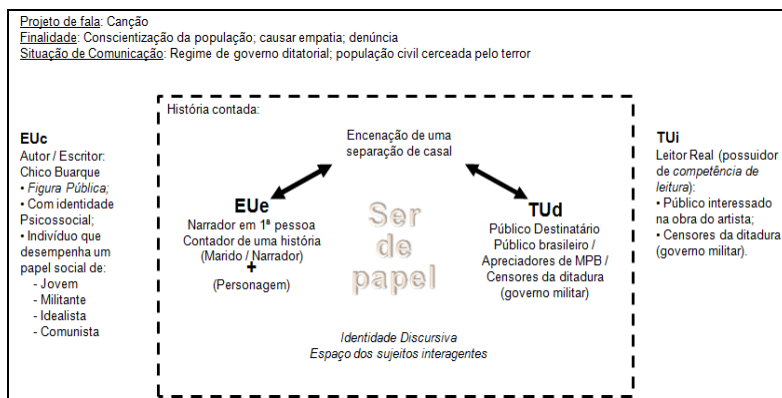
A Rita matou nosso amor
Levou os meus planos
Meus pobres enganos
Os meus vinte anos.

Nesse escopo, a “mulher” seria lida como o “Brasil ditador” que deixou mudo o sujeito militante, no âmbito de um campo semântico do *silêncio*, conforme verificamos em

Me deixou mudo
Um violão.

Para procedermos à análise da encenação narrativa da letra de canção “A Rita” adaptamos o quadro seguinte, proposto por Charaudeau (2008, p. 184).

No que diz respeito à organização discursiva da canção “A Rita”, verificamos a predominância do modo narrativo, já que o enunciador conta a sua história ao narrar o fim de sua relação amorosa com a personagem *Rita*. No entanto, há, nesse relato, como na comunicação em geral, a participação dos sujeitos interagentes, dotados de intenções, os quais desempenham determinados papéis enunciativos. Tais elementos segundo Charaudeau (2008) constituem a *mise en scène* narrativa.



**Esquema de representação da encenação narrativa em “A Rita”
 (Adaptado de Charaudeau, 2008, p. 184)**

Em relação à *identidade* do sujeito escritor, temos no circuito externo, como sujeito comunicante, espaço da instância situacional, o *Autor-escritor* Chico Buarque, que se caracteriza no circuito interno, como sujeito enunciativo, espaço da instância discursiva, o *autor-indivíduo-cronista*. Ao contar a sua dolorosa “separação” o enunciativo pretende convocar seu público a compartilhar um imaginário que aponta para a ruptura de um Brasil livre para um Brasil oprimido pela ditadura militar. Esse procedimento de presença e intervenção do autor-escritor Chico Buarque produz também um *efeito de verismo* – já que o escritor é um indivíduo que desempenha um papel social particular e um efeito de cumplicidade com o leitor (público brasileiro/apreciador de MPB) ao qual ele propõe, de alguma maneira, um *contrato de leitura*, a saber: reconhecimento de que Chico Buarque, um artista engajado nas causas sociais e política foi aliado de seu processo de composição.

Dessa maneira, ao contar a história em primeira pessoa, o narrador assume o *estatuto* de narrador-personagem que conta, por meio de uma história fictícia, a sua própria história de vida. O *narrador-personagem* é ao mesmo tempo o *autor-indivíduo* e um *indivíduo fictício*, resultado da mesclagem da identidade social e discursiva: no caso de Chico Buarque essas identidades não se descolam, tendo em vista sua penetração no imaginário coletivo brasileiro. Isso reforça o que Charaudeau disse em conversa informal no encontro com os alunos da pós-graduação (UFRJ – CIAD/2014). Segundo o autor, a identidade social e a identidade

de discursiva não podem ser consideradas isoladamente, principalmente, no caso de um autor de destaque cuja biografia é amplamente conhecida.

Com base nessa análise, acreditamos que o enunciador Chico Buarque representa o Brasil sobre o qual ele não pode tecer críticas pela imagem feminina. Por isso, concluímos que essa configuração de Brasil representada pela imagem da mulher pode representar a ditadura. Esta mulher “Rita” é o Brasil ditatorial. Finalmente, é importante dizer que Chico Buarque não cria o imaginário, ao contrário, ele se apropria do imaginário e, em contrapartida, devolve à comunidade social esse imaginário expresso em sua poesia.

4. *Considerações finais*

A análise de “A Rita” nos possibilitou identificar estratégias linguístico-discursivas utilizadas por Chico Buarque para escapar da censura. A identificação dessas estratégias timbradas na canção analisada reforça o caráter histórico de suas composições sobre um Brasil “emudecido” pelo governo ditatorial.

Pode-se dizer que, a partir da investigação da mininarrativa intitulada “A Rita”, podemos inferir o ponto de vista do enunciador Chico Buarque, pois conforme diz Charaudeau (2010, p. 32) “as representações sociodiscursivas são como mininarrativas que descrevem seres e cenas de vida, fragmentos narrados do mundo que revelam sempre um ponto de vista de um sujeito”.

Por isso, ao descortinarmos as representações sociodiscursivas, depreendemos dessa construção discursiva, um imaginário sociodiscursivo de resistência e militância frente ao regime ditatorial imposto no Brasil da década de 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Les stéréotypes, c’est bien, les imaginaires, c’est mieux. In: BOYER, H. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Langue(s), discours, vol. 4. Paris: Harmattan, 2006b, p. 49-63.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, Ida Lúcia. *As emoções no discurso*. São Paulo: Mercado de Letras, 2010.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

BUARQUE, Chico. *Chico Buarque*. Disponível em:
<<http://www.chicobuarque.com.br>>. Acesso em: 13-07-2013.